MIGRAÇÕES EM PERSPECTIVA E AS REMEMORAÇÕES DOS 200 ANOS DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

E-book



Rodrigo Luis dos Santos
Vania Inês Avila Priamo
(orgs.)

OIKOS EDITORA

Migrações em perspectiva e as rememorações dos 200 anos da imigração alemã no Brasil

Rodrigo Luis dos Santos
Vania Inês Avila Priamo
(orgs.)

Migrações em perspectiva e as rememorações dos 200 anos da imigração alemã no Brasil

E-book

São Leopoldo
2025

© Instituto Histórico de São Leopoldo – IHSL – 2025
ihsl@institutohistoricosl.com.br

Editoração: Oikos

Diagramação: Rodrigo Luis dos Santos

Capa: Juliana Nascimento

Imagem da capa: Flávio Scholles. *Família esperando ônibus.* 56x48cm, 2005. www.fscholles.net

Revisão: Rodrigo Luis dos Santos

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial:
Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)
Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)
Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)
Eunice S. Nodari (UFSC)
Haroldo Reimer (UEG)
Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)
João Biehl (Princeton University)
Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)
Marluza Marques Harres (Unisinos)
Martin N. Dreher (IHSL)
Oneide Bobsin (Faculdades EST)
Raúl Fornet-Betancourt (Intern. Schule für Interkult. Philosophie Aachen/Alemanha)
Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)
Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

M636 Migrações em perspectiva e as rememorações dos 200 anos da imigração alemã no Brasil. [E-book]. / Organizadores: Rodrigo Luis dos Santos e Vania Inês Avila Priamo. – São Leopoldo, RS: Oikos, 2025.

537 p.; il.; color.; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-5974-311-7

1. Imigração – História – Alemanha – Brasil. 2. Imigração alemã. 3. Emigração alemão. 4. Patrimônio cultural teuto-brasileiro. 5. Imigração alemã – Rio Grande do Sul. I. Santos, Rodrigo Luis dos. II. Priamo, Vania Inês Avila.

CDU 325.14(430:81)

Catalogação na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
Rodrigo Luis dos Santos
Vania Inês Avila Priamo 04

ESCOLA PAROQUIAL E A ESCOLA DOMINICAL LUTERANA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL - ASPECTOS DA FORMAÇÃO RELIGIOSA E EDUCATIVA
Karen Laiz Krause Romig.....08

A EDUCAÇÃO COMO PILAR DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: A HISTÓRIA DAS ESCOLAS MENONITAS NA COLÔNIA NOVA
Simone Gomes de Faria
Patrícia Weiduschadt.....21

PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NA GESTÃO DAS ESCOLA ALEMÃS DE EXCELÊNCIA NO EXTERIOR: APRENDEM-SE PRÁTICAS CIDADÃS NA ESCOLA?
Marilu de Freitas Faricelli.....36

UM OLHAR SOBRE AS FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES POMERANOS: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA SUL DO BRASIL - FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX
Beatriz Hellwig Neunfeld
Patrícia Weiduschadt 50

DIACRONIA DO CONTATO ALEMÃO-PORTUGUÊS: A APROPRIAÇÃO DO PORTUGUÊS EM CARTAS PRIVADAS DO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL
Amanda Timmen Mello.....73

A PRESENÇA DE TEXTOS LITERÁRIOS EM LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ
Ana Luiza Schneider
Marina Rodrigues de Sousa.....89

REPRESENTAÇÕES DO BRUMMER EM *A VALSA DA MEDUSA*: ENTRE BATALHAS E ANSEIOS
Leandro Moreto da Rosa
Ernani Mügge.....104

LÍNGUA E CULTURA POMERANA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: AÇÕES DE PROMOÇÃO DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO ACADÊMICO E NAS COMUNIDADES LOCAIS
Riam Fagundes
Luciane Leipnitz.....118

STEINHAUS: CASA, COMÉRCIO E CENTRO CULTURAL
Alice Jungblut Braun
Eduarda Farias da Silva.....134

DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO
André Huyer.....147

PARQUE DE EVENTOS ALMIRO GRINGS: MEMÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E CONEXÕES NA OKTOBERFEST DE IGREJINHA
Douglas Márcio Kaiser
Denise Blanco Sant Anna
Claudia Schemes.....159

COMUNIDADE EM COLABORAÇÃO COM O PODER PÚBLICO: A NECESSIDADE DE INVENTARIAR O PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL
Jean Jeison Führ.....172

CASA E MOINHO ELLWANGER: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA IMIGRAÇÃO DOS POVOS DE LÍNGUA ALEMÃ EM SAPIRANGA/RS
Julia Wartchow
Fernando Henrique Platt.....188

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO EM FORMA DE LIVRO: UMA EXPERIÊNCIA DE ESCRITA PARA O PÚBLICO INFANTOJUVENIL
Vania Inês Avila Priamo.....204

NOTAS SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS TEUTO-BRASILEIRAS: CAMINHOS E CONTRADIÇÕES
Yves Marcel Seraphim.....217

DESIGN TEUTO-BRASILEIRO
Günter Weimer.....230

O HISTORIADOR LOCAL E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE ARMINDO LAUFFER
Sandra Cristina Donner.....246

O ISLÃ NAS MÍDIAS SOCIAIS: HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E TEMPO PRESENTE
Cristine Fortes Lia
Jéssica Pereira da Costa.....262

IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO DO PADRE FRANCISCO APOLINARIS MASCARENHAS NO RIO GRANDE DO SUL
Jean Carlo Rosa Durigon
Marta Rosa Borin.....277

“O INFERNO DE DANTE, SE SE FIZER UMA COMPARAÇÃO, NÃO PASSA DE UMA PÁLIDA IMAGEM”: AS CAMPANHAS DE AJUDA À ALEMANHA DA DEUTSCHLANDHILFE NO RECIFE (1947)
João Vitor Sand.....292

“JÁ TEM DIVERSOS NEGROS QUE O AJUDAM”: A ESCRAVIDÃO NA COLÔNIA DO PINHAL (1864-1880)
Adriano Sequeira Avello.....308

REVOLUÇÃO E ABOLIÇÃO: A PRIMEIRA NAÇÃO NEGRA LIVRE DAS AMÉRICAS
Daniel Alexandre Nunes
Dieila dos Santos Nunes.....322

A REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO DO FAXINAL DO COURITA
Günter Weimer.....336

VIVÊNCIAS DOS DESCENDENTES DE ALEMÃES NO VALE DO RIO DOS SINOS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)
Fernanda Gälzer
Magna Lima Magalhães.....352

CRIANÇAS MIGRANTES NA ESCOLA: A PRESENÇA DOS ALUNOS MIGRANTES NA ESCOLA EM CAXIAS DO SUL
Juliana Camelo.....366

A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE COLONIZAÇÃO PÚBLICA MISTA A PARTIR DOS CASOS DE ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1915): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
Kalinka de Oliveira Schmitz.....382

IMIGRANTES DO IMPÉRIO AUSTRO-HUNGARO NO BRASIL (1824-1918): POSSIBILIDADES DE PESQUISAS
Marcelo Armellini Corrêa.....398

IMIGRAÇÃO ITALIANA: ESPÍRITO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO NA COMUNIDADE DE N. SRA. DE *CARAVAGGIO*, EM FARROUPILHA-RS
Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt
Vania Beatriz Merlotti Herédia.....417

MIGRAÇÕES DE PASSAGEM: O CASO DOS GANESES NO SUL DO BRASIL
Vania B. M. Herédia.....431

ENTRE A MEDICINA E A POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE FÉLIX ENGEL FILHO, 1º INTENDENTE DO PRATA (1924)
Cassiano Miglia Vacca
Eliana Gasparini Xerri.....448

TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS VIEBRANTZ: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS
Vítor Mateus Viebrantz.....464

RECONSTITUINDO A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA HUYER, DA BOÊMIA AO BRASIL
André Huyer.....479

A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PRESENTE NA REVISTA MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA - UCS
Eliana Gasperini Xerri
Graziela Muterle Tonello.....494

ESTÂNCIA VELHA, SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DURANTE A OCUPAÇÃO COLONIAL NO SÉCULO XIX. SÃO LEOPOLDO, RS
Doris Rejane Fernandes.....507

HERMANN VON IHERING E OS CAMINHOS DA COLÔNIA DO MUNDO NOVO: 200 ANOS DE IMIGRAÇÃO, HISTÓRIA NATURAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO DA PAISAGEM CULTURAL DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO ALTO VALE DO RIO DO SINOS-RS
João André Pinto da Silva
Júlio Deuner Konrath.....517

SOBRE AUTORAS E AUTORES.....534

APRESENTAÇÃO

O ano de 2024, do ponto de vista mais festivo e de rememorações, marcaram os 200 anos da chegada dos primeiros imigrantes de fala alemã ao Rio Grande do Sul, com a fundação da Colônia Alemã de São Leopoldo, primeiro grande empreendimento colonial do jovem Império do Brasil, que havia iniciado seu processo de independência dos domínios portugueses menos de dois anos antes. Diversas atividades, nos mais diferentes formatos e, também, abordagens, estavam sendo planejadas. A maior parte delas de cunho comemorativo e de "revitalização" de memórias e determinados recortes da "tradição" legada pelos pioneiros que aqui aportaram nos idos de 1824. Contudo, a grande marca deixada pelo ano de 2024 acabou sendo outra, de perspectiva muito mais trágica e de violento impacto social.

Desde o fim de abril e, especialmente, nas primeiras semanas do mês de maio, o Estado do Rio Grande do Sul foi assolado por uma quantidade torrencial de chuvas, que elevaram os níveis de rios e bacias hidrográficas a níveis inesperados e que, por consequência, levaram o território gaúcho a sofrer a maior enchente já registrada – dentro das possibilidades de medição – em sua história. Milhões foram atingidos diretamente e, de uma forma ou outra, todos e todas tiveram alguma relação com o ocorrido. Ninguém passou imune ou indiferente.

Quase duas centenas de mortes foram registradas. Milhares perderam suas casas, seus sonhos, suas conquistas. Mas, para além da dor e das perdas, o evento climático também possibilitou um "reascender": a capacidade humana de empatia e solidariedade. Se um dos legados deixados pelos imigrantes de fala alemã está relacionada com a Fé, podemos então afirmar que muitos e muitas ouviram e atenderam as palavras de Cristo: amaram ao próximo. Em São Leopoldo, reconhecida pela Lei Federal n.º 12.394/2011, assinada pela então presidente da República Dilma Roussef, como "Berço da Imigração Alemã", sofreu severamente com a enchente. O mesmo Rio dos Sinos por onde navegaram e chegaram os primeiros 39 imigrantes duzentos anos antes, naquele momento, em maio de 2024, avançava suas águas sobre grande parte da cidade.

Dentre os eventos previstos que tiveram alterações por conta da tragédia climática, estava o *Seminário Internacional "História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil" e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização*, organizado pelo Instituto Histórico de São Leopoldo em parceria com as

Faculdades EST, de São Leopoldo. A data inicial para o evento era setembro de 2024. Porém, em decorrência da enchente e do processo de reestruturação pelo qual a cidade, o estado e a população gaúcha passavam, a data foi postergada, ocorrendo o Seminário entre 11 e 14 de novembro de 2024, na já mencionada Faculdades EST, localizada no bairro Molho do Espelho, em São Leopoldo. Local este fortemente vinculado com a trajetória dos imigrantes alemães de confissão evangélico-luterana (hoje congregados na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB) no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Deste modo, os textos reunidos neste volume são resultados de diversas e variadas pesquisas apresentadas no evento. São esforços para a produção de novas percepções e interpretações sobre a temática da imigração e abordagens correlatas, assim como de análise e reflexão crítica sobre temas que, ao contrário do que alguns julgam e defendem, não são ultrapassados ou esgotados. Pelo contrário! Ainda há muito o que se investigar, debater, produzir, escrever e publicar.

Outra marca que deve ficar registrada, e aqui tomamos a licença e liberdade de abordar, é que o ano de 2024 também marcou o Cinquentenário da realização do 1º Simpósio de História da Imigração e colonização Alemã, realizada nos idos de 1974, como evento integrante dos festejos do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil. Como resultado deste simpósio, além da publicação decorrente das palestras ali realizadas, também foi a criação e fundação, em julho de 1975, do Instituto Histórico de São Leopoldo, também conhecido pela sigla IHSL, que neste ano de 2025 comemora seus 50 anos de existência. Sendo assim, podemos dizer que este livro, em formato de e-book, que hoje você, estimado leitor e estimada leitora, pode apreciar, é um elo de ligação entre esses dois acontecimentos, tanto os que marcaram os anos de 1974 e 1975 quanto os comemorativos no biênio 2024/2025.

Antes de encerrarmos esta breve apresentação, é justo fazermos memória e dedicação desta obra aos confrades e confreiras – como nos denominamos dentro do Instituto Histórico de São Leopoldo – que passaram pelo IHSL ao longo de todos estes anos e que já nos deixaram. Não listaremos aqui seus nomes, mas queremos prestar nossa homenagem através deste material. Se chegamos ao XV Simpósio da Imigração e Colonização, realizado, mesmo diante das intempéries da vida, do clima e de nossas ações humanas descontroladas sobre a Natureza, no ano do Bicentenário da Imigração Alemã no Brasil, também se deve ao empenho, participação e dedicação destes e destas colegas

que passaram pelo Instituto e contribuíram, significativamente, para a construção desta trajetória. Cinquenta anos se passaram... e que venham os próximos cinquenta!

Desejmaos a todos e todas uma ótima e proveitosa leitura!

Rodrigo Luis dos Santos
Vania Inês Avila Priamo

São Leopoldo, 25 de julho de 2025.

EDUCAÇÃO E ESCOLARIDADE

ESCOLA PAROQUIAL E A ESCOLA DOMINICAL LUTERANA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL - ASPECTOS DA FORMAÇÃO RELIGIOSA E EDUCATIVA

Karen Laiz Krause Romig

Introdução

Este texto busca refletir sobre a Escola Paroquial e a Escola Dominical, essas duas ações são analisadas no contexto luterano do Sul do estado do Rio Grande do Sul. Os imigrantes e seus descendentes trouxeram os ideais de Lutero, o qual pregava que a igreja deveria educar as crianças da sociedade, oferecendo oportunidades educacionais para todos. Uma característica marcante dos imigrantes alemães e pomeranos[1] e de seus descendentes foi essa importância dada à escolarização (Matte, 2009); (Kreutz, 1999).

Buscam-se demonstrar as características das escolas paroquiais e das escolas dominicais, refletindo-se sobre suas semelhanças e diferenças. A escola paroquial luterana fez parte da pesquisa de mestrado da autora, já a Escola Dominical da IELB é parte da pesquisa de doutorado. Este escrito busca mesclar ambas as ações educacionais luteranas presentes no espaço da Serra dos Tapes-RS, e estabelecer algumas reflexões teóricas sobre o assunto.

O Sínodo de Missouri procurou assentar suas primeiras bases nas regiões de Pelotas e São Lourenço do Sul, região localizada ao sul do Rio Grande do Sul, região da Serra dos Tapes, apresentada no mapa anterior, foi neste local que os missionários começaram a se estabelecer neste local a partir do ano de 1900 (Weiduschadt, 2007).

A região da Serra dos Tapes, é uma região geográfica localizada no sul do estado gaúcho. Foi nesta região, que houve historicamente a colonização e presença de grupos étnicos germânicos que propiciaram também a presença do luteranismo nesta área. Essa presença cultural e religiosa favoreceu inicialmente a consolidação de escolas paroquiais.

[1] Provenientes do território da Pomerânia, região localizada no litoral do Mar Báltico, eram descendentes de eslavos e wendes que trabalhavam principalmente na agricultura e na pesca (Rölke, 1996). Seus descendentes são praticantes da religião luterana. É considerado um grupo étnico com características próprias, mantendo língua e costumes diferenciados de outros grupos étnicos alemães (Weiduschadt; Tambara, 2014).

As pesquisas que deram base para este trabalho fazem parte da vertente luterana da IELB[2]. A seguir apresenta-se o mapa da Serra dos Tapes-RS:

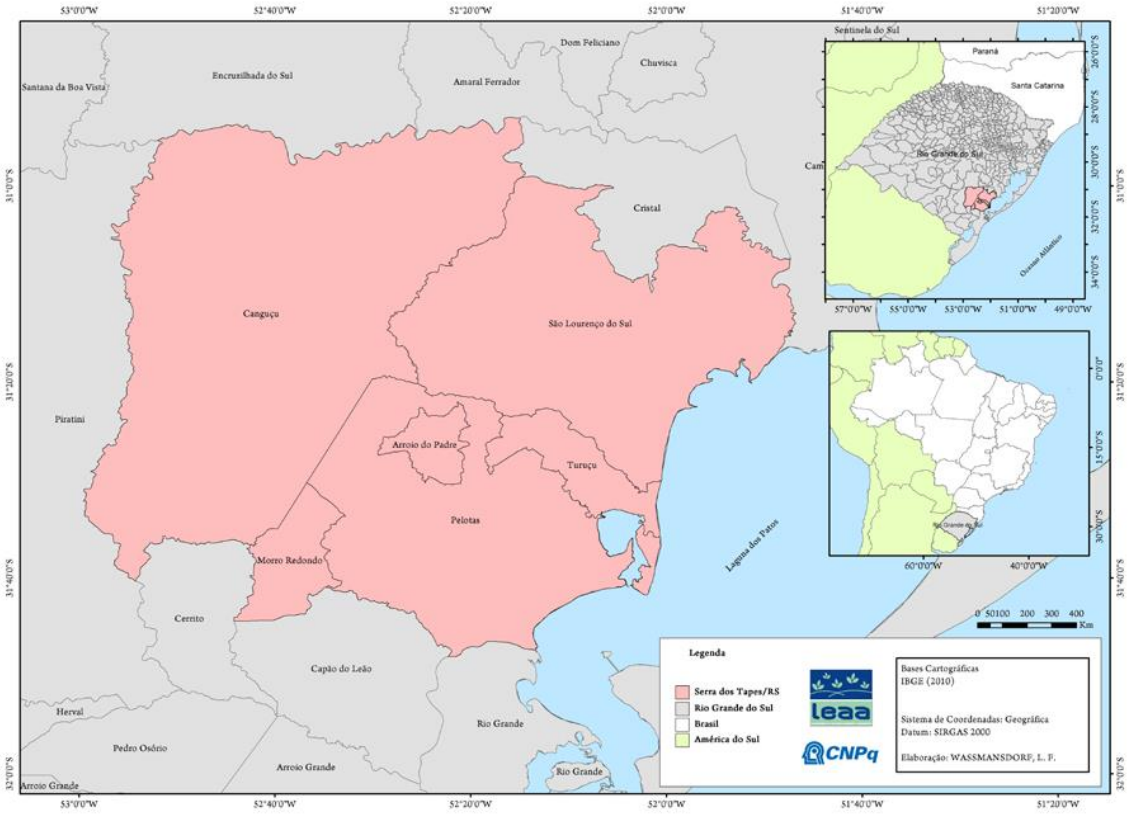


Figura 1 - Mapa de localização dos municípios da Serra dos Tapes.

Fonte:Salamoni et al (2021) – Mapa Elaborado por Luiz Felipe Wassmansdorf com base em IBGE (2010).

Essa região teve uma histórica ocupação advinda de diferentes grupos étnicos (Cerqueira, 2010). Neste sentido Salamoni e Waskievicz (2013, p.81) explicam,

> A porção da Serra dos Tapes, no atual município de São Lourenço do Sul, recebeu imigrantes pomeranos e alemães para a formação de suas colônias. Assim, em 1856, após ter obtido autorização do Governo Imperial para a compra de terras, a iniciativa do empresário alemão Jacob Rheingantz, em sociedade com o lourenciano Cel. José Antonio de Oliveira Guimarães, deu início a colonização europeia não portuguesa.

Foi em parte deste espaço geográfico que a colonização germânica aconteceu. Nos primeiros anos após a imigração, pela desassistência do governo brasileiro, os imigrantes viram a necessidade de criar suas próprias instituições religiosas, e consequentemente criaram as suas instituições de ensino. Esse contexto de ligação entre igreja e escola

[2]Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB. Foi inicialmente vinculado ao Sínodo de Missouri, quem vem dos Estados Unidos e se instala no Brasil no início do século XX, no início de sua adaptação cria as escolas paroquiais. As escolas dominicais da IELB ganham mais intensidade em meados das décadas de 1960 e 1970 (Weiduschadt, 2007).

também aconteceu na IELB, que conforme Kuhn e Bayer (2017) a criação e a promoção de escolas paroquiais foram uma das principais marcas da IELB no primeiro meio século de sua existência no Rio Grande do Sul. Ou seja, a educação na IELB surgiu pela escola paroquial e deu continuidade com a Escola Dominical.

A IELB no Brasil, surge a partir o início do século XX, com a vinda de um Sínodo originário dos Estados Unidos, chamado de Sínodo de Missouri, que foi uma instituição que também procurou enfatizar a formação de um campo religioso a fim de demarcar uma escolarização expressiva dentre os sujeitos das comunidades (Weiduschadt, 2007). Os imigrantes germânicos, ao chegarem ao Brasil, já tinham a herança cultural educativa, com o aprendizado da leitura, escrita e das operações matemáticas, o que fez com que as próprias comunidades de imigrantes criassem suas escolas.

Desta forma, Weiduschadt (2007, p. 96) também destaca que "a educação ocupou um lugar central na adesão dos fiéis, as escolas eram organizadas de uma forma que possibilitava uma aproximação entre a igreja e a escolarização", ou seja, a própria expansão do Sínodo de Missouri se deu por meio dos processos de escolarização por eles oferecidos.

Educação e Luteranismo

Como destaca Steyer (1999), nas congregações, as escolas ocupavam prioridade, muitas igrejas surgiram em função da escola, pois isso mantinha a congregação[3] unida e permitia que os filhos de membros dessas comunidades religiosas tivessem acesso ao ensino escolar. Contudo, a importância da escola estava centrada nos anos iniciais, ou seja, no ensino primário, em que por muito tempo, a continuidade dos estudos para níveis secundários ou até mesmo de ensino superior não eram almejados pelas famílias que se dedicavam prioritariamente para a agricultura. A escolarização era restrita aquele ambiente da comunidade, até porque, sair da comunidade e ficar longe da família significaria que a criança ou jovem poderia se desvirtuar pelo caminho do mundo, pois a comunidade e a família seriam um local considerado mais seguro. Até a segunda metade do século XX, período em que as escolas paroquiais tiveram forte atuação, a vida das famílias se restringia ao contexto familiar e comunitário, as pessoas pouco se deslocavam até os centros urbanos.

[3] O termo Congregação é também escrito por Steyer (1999), refere-se, geralmente, ao Sínodo de Missouri, quando faz referência à comunidade ou à um agrupamento de Igrejas vinculadas à este Sínodo.

Como menciona Barbosa (2017, p.75) “desde o século V, a instrução escolar passa a estar estreitamente ligada às ações da igreja, sendo ela responsável pela sua organização e manutenção”. Desta maneira, a relação entre escola e igreja possui uma significativa ligação histórica.

O autor José Rubens Jardilino (2009, p.75) escreve que “a educação deve ser o lugar propício para colocar a criança em condições intelectuais e morais de exercer suas funções na sociedade do entorno”. Explicitando que Lutero sempre teve em seus príncipios a formação educacional e moral dos sujeitos.

Asssim, as relações entre escolarização, imigração germânica e luteranismo estão relacionadas com os ideias de Martin Lutero que incentivava a escolarização dos sujeitos idependentemente de sua classe social. Para isso, Jardilino (2009, p.48) escreve: “Lutero inicia a construção de um sistema universalizante da educação básica na Alemanha no século XVI, chegando até mesmo a exortar essas autoridades à obrigatoriedade dos pais enviarem seus filhos aos estudos básicos“.

A igreja e a escola estiveram unidas em um mesmo local desde o início da colonização, evidenciando esse caráter comunitário. Como argumenta Weiduschadt (2007),

> Os pomeranos, a exemplo de outras etnias alemãs, buscaram uma organização comunitária no Brasil, a fim de se estruturar e tentar obter sucesso em terras estranhas. Como a maioria dos imigrantes, eles organizaram-se em pequenas propriedades, dedicaram-se à agricultura e prezaram uma educação relacionada à religião (Weiduschadt, 2007, p. 16).

Nos primeiros anos após a imigração, pela desassistência do governo brasileiro, os imigrantes viram a necessidade de criar suas próprias instituições religiosas e de ensino. As igrejas luteranas são caracterizadas como comunidades, justamente por terem características associativas, pois prestavam serviços para além dos cultos, em que subsidiavam religiosamente a sua comunidade, como confirma Nadalin (2001, p. 183): “a igreja luterana, caracterizada por um associativismo típico, com instituições fundadas e organizadas pelos imigrantes que alimentavam a consciência étnica do grupo”.

Ambas as ações, escola paroquial e escola dominical, buscavam a formação moral da criança. Essa formação pode ser entendida como uma forma de fortalecimento da educação cristã do sujeito.

A pesquisa de Pimentel (2005) reforça tais princípios, ao afirmar que a educação cristã na infância e na adolescência, tem a finalidade de aproximação com Deus e o

objetivo de despertar nos indivíduos os sentimentos mais nobres da alma, e, proporcionar para as crianças e adolescentes uma vida plena e consciente, não apenas como cristãos, mas também como cidadãos, uma vez que terão condições de atuar em sua comunidade de forma ética e moral, pois terão o discernimento necessário para fazer suas escolhas e assumir a responsabilidade pelas suas consequências.

Escolas Paroquiais Luteranas

As escolas paroquiais funcionaram junto às congregações religiosas desde o início das atividades da igreja, em que muitas vezes o próprio pastor era o professor da escola. Essas escolas tiveram suas atividades concentradas em língua alemã até o período de Nacionalização do Ensino[4], mas mesmo após a Nacionalização muitas dessas escolas seguiram com suas atividades em língua portuguesa até diferentes períodos. Cada escola teve um período de fechamento distinto, mas a grande maioria dessas escolas teve suas atividades concentradas até as décadas de 1960 e 1970, quando as escolas públicas adentram as regiões mais rurais do Brasil.

Pode-se entender que a Escola Paroquial visava uma formação seriada, em que as crianças tinham um currículo a ser seguido, aprendiam leitura e escrita, matemática e ensino religioso. Lúcio Kreutz (1999, p. 142) apresenta que "uma característica marcante destes imigrantes foi à importância dada à questão escolar. Na década de 1930 havia-se alcançado alto índice de alfabetização em mais de mil núcleos rurais". Kreutz (2000) também demonstra que o Brasil foi o país com o maior número de escolas étnicas na América. Segundo esse autor, na história da educação brasileira registra-se uma iniciativa singular de escolas comunitárias pelos imigrantes que, após a sua adaptação nas colônias[5], perceberam a não existência de escolas no meio rural, providenciando a edificação de escolas como forma de garantir a educação de seus filhos dentro das comunidades. Ao mesmo tempo, isso seria uma maneira de manter sua identidade étnica.

[4] A Nacionalização do Ensino significou um esforço do governo para a formação de uma consciência nacional entre os cidadãos de núcleos etnicamente homogêneos; houve fechamento de escolas étnicas e destruição de material didático (MÜLLER, 1994).

[5] O termo colono tem sua origem na administração colonial: "para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização" [...] "colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma colônia... a pequena propriedade familiar" (Seyferth, 1992, p. 80). Para esta autora (1992, p. 80). Assim, reconhecem-se e são conhecidos como colonos os agricultores descendentes de imigrantes europeus no sul do Brasil (Salamoni, Waskievicz, 2013).

Por serem essas escolas localizadas junto da igreja, direta ou indiretamente a proximidade com a instituição religiosa interferia no processo de ensino e aprendizagem, bem como no próprio comportamento dos alunos. Assim, Weiduschadt e Castro (2015) dizem que:

> As escolas denominadas confessionais, ou seja, aquelas organizadas por comunidades ligadas a uma instituição religiosa marcaram presença entre comunidades de imigração alemã, em especial, no Rio Grande do Sul. Na região meridional do Estado, as comunidades de imigrantes, em sua maioria constituídas por pomeranos, mantinham as formas de organização comunitária da escola relacionada com a religiosidade (Weiduschadt; Castro, 2015, p.175).

Conforme Kuhn (2015), a escola paroquial luterana funcionou enquanto sua manutenção foi possível. A partir dos decretos de nacionalização do ensino, as escolas paroquiais começaram a sentir seus reflexos, como a migração dos alunos às escolas públicas para aprenderem de forma mais efetiva a língua portuguesa. Tal fato provocou a diminuição da arrecadação das taxas escolares, obrigando a municipalização dessas escolas ou até mesmo o seu fechamento. Dessa forma, desarticulou-se um processo escolar que primava pelo arranjo entre escola/igreja e realidade de vida dos alunos e da comunidade.

A seguir é apresentado um esquema elaborado por Kuhn e Bayer (2017, p.139), que demonstra as principais características da Escola Paroquial Luterana:

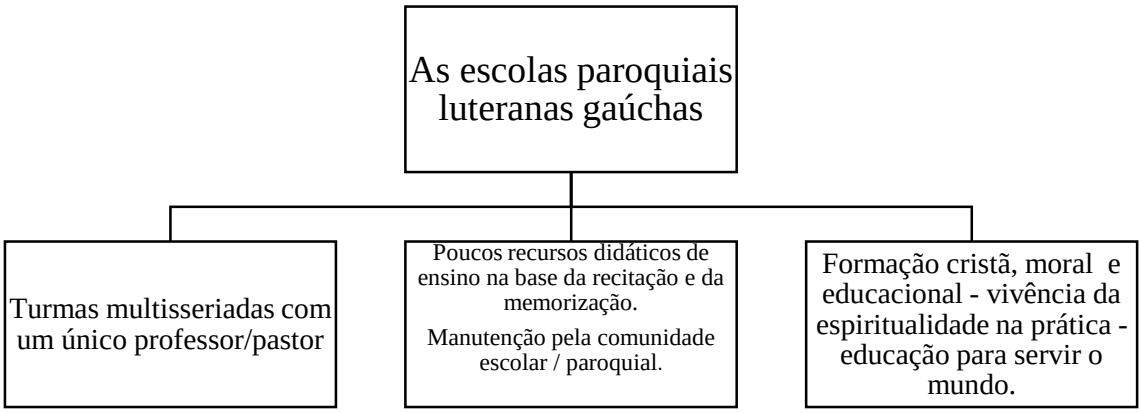


Figura 2 – As Escolas Paroquiais luteranas gaúchas durante a primeira metade do século XX.
Fonte: Kuhn e Bayer (2017, p.139).

As escolas paroquiais luteranas estiveram mais fortalecidas na primeira metade do século XX. Já segunda metade do século XX tiveram um enfraquecimento, com o aumento das escolas públicas rurais. Kuhn e Bayer (2017, p.148) argumentam,

> Na década de 1950, via-se como imprescindível a reformulação do sistema educacional da IELB. Era necessário reformular e ampliar as escolas de preparação

> de liderança da igreja, além de construir e manter ginásios luterano. O aumento das escolas públicas no país foi acompanhado por um considerável decréscimo no número de escolas paroquiais da IELB.

A escola paroquial luterana foi uma instituição responsável pela formação de muitos sujeitos que viveram na região da Serra dos Tapes-RS. Ainda segundo Kuhn e Beyer (2017) o estudo da aritmética e ensino religioso tinham um destaque neste contexto de escola paroquial gaúcha. Com o término das atividades das escolas paroquiais ou ditas escolas particulares luteranas, a igreja percebe que precisa criar outras estratégias para atrair a participação das crianças para as atividades desenvolvidas na congregação. Dessa maneira, a Escola Dominical ganha força no luteranismo, a exemplo do Sínodo de Missouri, que investe na prática das Escolas Dominicais após o declínio das escolas paroquias (Weiduschadt, 2012). Esse investimento na consolidação das Escolas Dominicais consiste também na estruturação de uma rede de formação de professores para atuar nessas escolas, bem como na elaboração de materiais didáticos destinados aos alunos e professores, é por meio da Escola Dominical que as mulheres também assumem o papel de professoras na IELB.

Escolas Dominicais (IELB)

A Escola Dominical constitui-se como uma organização educacional caracterizada pelos ensinamentos bíblicos e pela doutrina de cada uma das igrejas protestantes. O termo surge pela primeira vez em 1780, por Robert Raikes, na Inglaterra, a Escola Dominical surgiu com o propósito de evangelizar crianças que ficavam sem atividade durante os domingos. Esta também surgiu como objetivo de alfabetizar por meio da Bíblia e do catecismo, além de ministrar aulas de religião, com a intenção de reformar a sociedade, modificando o caráter por meio dos ensinamentos bíblicos (Nascimento, Bertinatti, 1992).

As Escolas Dominicais são percebidas como espaços educativos de cunho religioso. Também é importante observar que, conceitualmente, dentro das igrejas, elas são consideradas como capazes de preparar os fiéis para serem cidadãos que poderiam ter uma vida regida pelos ensinamentos de Deus, seu objetivo é que as crianças possam estar próximas aos ensinamentos da doutrina religiosa.

> As Escolas Dominicais agem no intuito de tornar a formação religiosa das crianças mais lúdica e prazerosa por meio de atividades, leituras e reflexões que trazem a religião para o mundo infantil delas. Para isso, nas aulas, são utilizados materiais que

> orientam os professores ao trabalharem determinados conteúdos com as crianças (Barreto, 2023, p.60).

Como já foi aludido, a Escola Dominical é uma ação que ganha força em meados da década de 1970, com o consequente enfraquecimento das Escolas Paroquiais. Buss (2006, p.192) escreve:

> Ao final da década[6], havia incertezas e preocupações na igreja quanto ao futuro das escolas paroquiais que ainda restavam. O Departamento de Educação Paroquial da igreja envidava esforços para incentivar o funcionamento de escolas dominicais e se empenhava na produção de materiais para uso nessas escolas.

Warth (1979) ao falar sobre os números da Escola Dominical também traz o objetivo que a Escola Dominical tinha para a IELB. O autor escreve:

> As Escolas Dominicais são um grande e louvável empreendimento de nossa igreja já visando a instrução religiosa dos filhos de nossos membros e servindo ainda como uma abençoada instituição missionária, pois sempre nelas matriculam-se também crianças que não são de nossa igreja (Warth, 1979, p.199).

Esse aumento progressivo do número de Escolas Dominicais está relacionado à diminuição das escolas paroquiais, que foram enfraquecendo a partir da política de Nacionalização do Ensino e com o avanço das escolas públicas rurais nas regiões de presença de igrejas luteranas. Tendência que revela a atuação do Sínodo para a preparação de seus fiéis, pois no momento que a escola paroquial perde força, cria-se uma nova estratégia, sendo aí que a Escola Dominical acaba se fortalecendo.

A Escola Dominical da IELB também pode ser considerada um espaço de Letramento Religioso. Pois muitas das atividades direcionadas para as crianças envolviam uma educação cristã, e junto dessa educação eram desenvolvidas atividades lúdicas e diversificadas, direcionado para a criação de um vínculo religioso da criança com a igreja. Desta maneira as práticas de letramento na Escola Dominical visam a consolidação dos fiéis luteranos. A igreja visava a aproximação das crianças com os ensinamentos religiosos, seja por meio de práticas de letramento, histórias bíblicas, tanto pelas demais atividades que buscavam envolver as crianças.

Conforme Kleiman (2005) e Rocha (2021) o letramento não tem somente relação com a leitura alfabética, mas trata também da leitura de mundo. Nesse aspecto, dentro de um determinado evento religioso existem manifestações coletivas produzidas a partir desse conhecimento de mundo e bagagem cultural. Neste sentido, eventos religiosos, como a Escola Dominical, formam religiosamente e socialmente o sujeito que dela participa.

[6] Se refere ao final da década de 1970.

Entende-se que as ações da Escola Dominical são responsáveis pela formação e preparação escolar e religiosa de muitas crianças luteranas. A partir da década de 1970, a IELB começou a organizar dentro de um Departamento de Educação Paroquial, uma Comissão de Escola Dominical, que tratou da formação de professores, em sua grande maioria, docentes mulheres. Nesta Comissão, havia a consolidação de Cursos, Congressos e materiais escritos elaborados com orientações para a atuação dos professores na Escola Dominical. Havia também a consolidação de materiais destinados aos diferentes públicos infantis que a Escola Dominical atendia. Essa comissão da Escola Dominical era composta por pastores e professores que pensavam e organizavam os cursos e os materiais didáticos.

A seguir são apresentados alguns dos muitos materais produzidos pela IELB como apoio didático da Escola Dominical:



Figura 3 – Alguns dos materiais didáticos produzidos pela IELB para serem utilizados na Escola Dominical. Fonte:acervo pessoal de L. W. (2022) – materiais doados para pesquisa de doutorado.

A imagem anterior mostra uma pesquena parcela, de uma número bastante significativo de materiais didáticos produzidos pela IELB, os materiais didáticos foram sendo aperfeiçoados com o passar dos anos.

Para a consolidação da Escola Dominical da IELB, um dos pontos que merece destaque é a atuação feminina na docência. As mulheres tinham até então uma participação inivibilizada na igreja. Essa permissão provavelmente se relaciona com a histórica feminização do trabalho docente. Conforme Almeida (1998, p.32) a posição

feminina no magistério é “representada pelo equilíbrio entre a condição desejável e a possível de se obter”. O magistério foi uma das maiores oportunidades que as mulheres tiveram para atingir posições desejadas na sociedade. As mulheres atuavam na Escola Dominical em caráter missionário e não tinham remuneração para a atividade.

A escola dominical da IELB foi também uma ação missionária, buscando por meio da escola dominical a particpação das crianças de dentro e fora da IELB. Percebe-se que cada aula era planejada com uma intencionalidade, aproximando a criança de um tema que a igreja considerava relevante.

O que se percebe também é que a IELB se preocupou com a formação dos professores que atuaram neste dois campos. Como relata Kuhn e Beyer (2017, p.160), “para o Sínodo de Missouri, a doutrina só teria sentido se pudesse ser divulgada através de pastores e professores com formação própria na instituição“. Para isso, a própria IELB foi uma instituição que se organizou com cursos para formar as pessoas que estivessem a frente do preparo e instrução das crianças.

Considerações finais

Entende-se que a presença da Escola Paroquial e da Escola Dominical no território gaúcho é fruto de processo histórico de colonização alemã e pomerana que aconteceu no sul do estado. As práticas educativas surgiram nesta região por causa da cultura e religiosidade luterana que se instaurou neste espaço geográfico. A seguir foi elaborado um quadro que explana de maneira inicial as diferenças entre os contextos de escola paroquial e escola dominical:

ESCOLA PAROQUIAL	**ESCOLA DOMINICAL**
Ensino Religioso; Educação Moral;	Letramento religioso (atividades lúdicas voltadas para a doutrina luterana); Educação Moral;
Leitura e escrita;	Histórias bíblicas (educação cristã e moral) e trabalho da música com hinos luteranos;
Matemática; Operações básicas de matemáticas;	Fortalecimento do *Habitus*[7] Religioso; Formar um fiel luterano;

[7] O *habitus*, são modos de conduta a inculcar nos indivíduos por meio de disposições internas e que se constituí em práticas de todo um grupo social (Bourdieu, 1996). Dessa maneira, a prática da Escola

Pastor/Professor;	A mulher ganha espaço na docência
Era de funcionamento diário;	Atividades semanais ou quinzenais.
Era mantida financeiramente pelos membros da comunidade;	O trabalho da professora era prioritariamente voluntário.

Quadro 1 – Algumas diferenças entre a Escola Paroquial e Escola Dominical.
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As Escolas Paroquiais tinham um caráter de educação escolarizada e curricular, que buscava uma formação curricular, com leitura, escrita, matemática e formação religiosa do sujeito. Geralmente as aulas da Escola Paroquial aconteciam diariamente, e eram ministradas por homens, que poderiam ser os pastores da paróquia. Ambas as ações tinham o objetivo de fortalecer a religiosidade de seus participantes.

Já a Escola Dominical surge para que as crianças pudessem ter um espaço nas congregações, neste espaço se almejava a formação religiosa do sujeito, com o ensinamento dos princípios religiosas da doutrina luterana. Esses ensinamentos relacionados com a doutrina eram feitos de maneira lúdica com a finalidade de chamar a atenção do aluno. Na maioria dos casos, percebe-se que as Escola Dominicais eram lideradas, principalmente, por mulheres. As aulas da escola dominical tinham uma menor intensidade, aconteciam durante os cultos e aos sábados ou domingos, com duração de aproximadamente uma hora. Havia planejamento para a escola dominical que envolvia hinos luteranos, histórias bíblicas e atividades religiosas lúdicas.

Hove historicamente uma forte influência luterana na escolarização de grupos humanos que viveram na região analisada, havendo preocupação por parte da igreja de manter as crianças dentro dos ensinamentos religiosos luteranos.

A Escola Paroquial se preocupava com a formação básica do aluno, como leitura, escrita matemática, religião e aspectos cívicos. A Escola Dominical focava na formação religiosa, doutrinária e moral do sujeito. Ambas as ações eram meios de aproximação das crianças com suas comunidades religiosas, no intuito de manter a criança como um futuro adulto fiel da IELB.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação:** a paixão pelo possível. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Dominical é um *habitus* dentro da comunidade luterana, buscando o fortalecimento da fé, que as crianças se mantivessem perto dos ensinamento religiosos desde cedo.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **As origens do Direito a Educação**: Martinho Lutero e a Reforma Protestante. Curitiba: CRV, 2017.

BARRETO, Marcio Nilander Ávila. **Apropriação de professores-leitores do impresso O Amigo das Crianças utilizado nas escolas dominicais no contexto luterano em Pelotas/RS (1960-1990).** 2023. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas linguísticas:** o que falar e o que dizer. São Paulo: USP, 1996.

BUSS, Paulo Wille. **Um grão de mostarda**: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil. v. 2. Porto Alegre: Concórdia, 2006.

CERQUEIRA, F. V. **Serra dos Tapes:** mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Universidade Federal de Pelotas, 872-962, 2010.

JARDILINO, José Rubens Lima. **Lutero e a Educação.** Belo Horizonte: autêntica editora, 2009 (Pensadores e Educação).

KLEIMAM, Ângela. **Preciso "ensinar" o letramento?** Não basta ensinar a ler e a escrever. Cefiel/ IEL/ Unicamp, 2005.

KREUTZ, L. A representação de identidade nacional em escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. **Revista História da Educação**, Pelotas, p.141-164, 1999.

KREUTZ, L. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasieira de Educação**, n.15, p. 159-176, set/dez, 2000.

KUHN, Malcus; BAYER, Arno. **O contexto histórico das escolas paroquiais luteranas gaúchas do século XX**. Canoas: Ed ULBRA, 2017.

MATTE, Hubert. **O Luteranismo Desbotado:** um estudo sobre as Escolas Luteranas na região metropolitana de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. 207 p.

MÜLLER, Telmo (org.). **Nacionalização e Imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. **Imigrantes de Origem Germânica no Brasil:** ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. 249p. 2ª ed.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. BERTINATTI, Nicole. A Escola Dominical Presbiteriana: disseminação de saberes e práticas educativas. IN: **Revista da FAEEBA:** educação e contemporaneidade / Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I – v. 1, n. 1, jan./jun, 1992 - Salvador: UNEB, 1992.

PIMENTEL, Jéferson Polidoro Ruaro. **Desenvolvimento da fé e educação cristã na infância para a formação cidadã da criança.** 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdades EST, São Leopoldo, 2014.

ROCHA, E. L. S. S. Letramento Religioso numa Comunidade Rural Tradicional. **Revista Anthesis.** v. 9, n. 17, p. 37-52, (jan/jul.), 2021.

RÖLKE, Helmar Reinhard. **Descobrindo raízes, Aspectos Geográficos, Históricos e Culturais da Pomerânia.** Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1996.

SALAMONI, G. ACEVEDO, H. ESTRELA, L. **Os Pomeranos:** Valores Culturais da Família de Origem Pomerana no Rio Grande do Sul – Pelotas e São Lourenço do Sul. Pelotas: Editora Universitária, 1995.

SALAMONI, Giancarla [et al.]. **A Geografia da Serra dos Tapes**: natureza, sociedade e paisagem. - Pelotas : Ed. UFPel , 2021.140 p. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/7789> Acesso em 15 nov. 2024.

SALAMONI, G.; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras,** Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SEYFERTH, Giralda. As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 78-95, fev. 1992.

STEYER, Walter. **Os imigrantes alemães no Rio grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense, 1900-1904. Porto Alegre: Singulart, 1999.

WARTH, C. H. **Crônicas da igreja:** Fatos Históricos da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (1900 a 1974). Porto Alegre: Concórdia, 1979.

WEIDUSCHADT, P.; CASTRO, R. B.; Instituições escolares e imigração na região colonial de Pelotas/RS (1928 - 1953). **História Unicap**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2015.

WEIDUSCHADT, P.; TAMBARA, E.; Cultura escolar através da memória dos pomeranos na cidade de Pelotas, RS (1920-1930). **Cadernos de História da Educação.** Pelotas. v. 13, n. 2, p.687- 704. 2014

WEIDUSCHADT, Patrícia. **A revista "O Pequeno Luterano" e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas - RS (1931 - 1966).** 2012. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2012.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: identidade e cultura escolar. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

A EDUCAÇÃO COMO PILAR DE PRESERVAÇÃO CULTURAL: A HISTÓRIA DAS ESCOLAS MENONITAS NA COLÔNIA NOVA

Simone Gomes de Faria
Patrícia Weiduschadt

Considerações iniciais

Os menonitas são um grupo religioso cristão anabatista que se originou na Europa durante a Reforma Protestante. Liderados por Menno Simons[8], um ex-sacerdote católico dos Países Baixos, destacam-se por sua ênfase na paz, na simplicidade e na separação do mundo secular. Perseguidos por suas crenças, muitos menonitas migraram para regiões onde poderiam praticar sua fé livremente, incluindo a Rússia e, posteriormente, as Américas. A migração para o Brasil, especificamente para a Colônia Nova no Rio Grande do Sul, representa uma fase importante na história deste grupo, marcada pela preservação de sua identidade cultural e religiosa em um novo contexto geográfico e social.

O objetivo geral deste estudo é o de compreender a história das escolas menonitas da Colônia Nova, no antigo distrito de Bagé, destacando que a educação funcionou como um baluarte na preservação da identidade cultural e religiosa menonita. Através da análise do sistema educacional fundado por esta comunidade, busca-se compreender como as práticas escolares contribuíram para a manutenção dos valores e tradições menonitas ao longo das gerações.

Este estudo justifica-se primeiramente como um desdobramento da pesquisa sobre a imigração alemã em Hulha Negra que estamos desenvolvendo, que, ao contrário da orientação religiosa Menonita em Aceguá, possui uma alçada católica e luterana. A comparação entre estas comunidades permite explorar as nuances e diferenças nas práticas educacionais e culturais, oferecendo um panorama mais amplo sobre a diversidade de experiências dentro da imigração alemã no Brasil. Além disso, este trabalho adquire um significado especial em 2024, ano que marca os 200 anos da imigração alemã no Brasil, celebrando a rica herança cultural trazida por esses imigrantes.

[8] Segundo Maske (1999), Menno Simons, nascido em 1496, foi um padre convertido ao Anabatismo em 1536. Influenciado por ideias sacramentárias, ele rejeitou a transubstanciação e defendeu o batismo de adultos convertidos. Sob sua liderança, os anabatistas holandeses, que passaram a ser chamados de menonitas, adotaram princípios de pacifismo e vida comunitária isolada. Perseguidos, as menonitas migraram para a Prússia e Dantzig, tornando-se antepassados dos que, mais tarde, se estabeleceram no Brasil.

A metodologia deste estudo está fundamentada na História Cultural, utilizando uma abordagem historiográfica da História Local. Esta perspectiva permite uma análise detalhada das práticas culturais e educacionais específicas da comunidade menonita da Colônia Nova, contextualizando-as dentro da dinâmica social e histórica da região. A pesquisa se baseia em fontes primárias e secundárias, incluindo documentos históricos, registros escolares, e literatura acadêmica sobre os menonitas e a imigração alemã no Brasil.

Neste sentido, Fredrik Barth define etnicidade como uma forma de organização social baseada na atribuição categorial, classificando pessoas por sua origem suposta, validada na interação social por signos culturais diferenciadores (Barth, 1998). Os menonitas são um grupo religioso historicamente diferenciado por signos culturais específicos. A análise de Barth sobre fronteiras étnicas ajuda a compreender como esses signos são escolhidos e mantidos, permitindo que os menonitas preservem sua identidade cultural ao longo do tempo.

Segundo Barth (1998), as fronteiras étnicas são demarcadas em relação ao "outro" (não-membro do grupo) e são essenciais para a definição e persistência de um grupo étnico. Para que um grupo étnico faça sentido, seus membros precisam estar conscientes das fronteiras que delimitam seu sistema social e reconhecer outros que pertencem a diferentes sistemas sociais. Estabelecer distintividade significa definir um princípio de fechamento, erigindo e mantendo uma fronteira entre o grupo e os outros com base em traços culturais limitados.

No caso dos menonitas, os signos culturais variam conforme o grupo circundante. Entre alemães não-menonitas, a religião é a característica valorizada, marcando a diferença entre os dois grupos. A fé menonita, com suas práticas e crenças específicas, distingue os menonitas dos alemães que não compartilham a mesma confissão religiosa. Entre brasileiros, a origem étnica alemã é realçada, diferenciando os menonitas dos brasileiros por sua herança étnica e cultural, incluindo a língua, tradições e práticas comunitárias.

Para os menonitas, essas fronteiras étnicas e culturais são cruciais para sua identidade e sobrevivência. A separação religiosa, por exemplo, é um traço distintivo fundamental entre os menonitas e outros grupos cristãos na Alemanha, ajudando a manter a identidade menonita frente a outras denominações cristãs e reforçando a coesão interna do grupo. Da mesma forma, a ênfase na identidade étnica alemã entre os brasileiros

permite que os menonitas mantenham suas tradições culturais e linguísticas, distinguindo-se do restante da população brasileira.

Barth (1998) destaca que as fronteiras étnicas são mais do que simples distinções culturais; são essenciais para a manutenção da identidade do grupo. Para os menonitas, isso significa que religião, língua e tradições culturais não são apenas elementos de sua identidade, mas também ferramentas de resistência e sobrevivência cultural. A capacidade de adaptar seus signos culturais conforme o contexto social e geográfico explica a resiliência dos menonitas e sua capacidade de preservar sua identidade ao longo do tempo.

Logo, as fronteiras étnicas podem se manter, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer, dependendo das circunstâncias. Barh (1998) afirma que essas fronteiras são produzidas e reproduzidas pelos atores durante as interações sociais, e a cooperação dos membros na manutenção dessas fronteiras é necessária para a etnicidade, constituindo um critério essencial para a permanência do grupo. Para ser considerado menonita, não é necessário participar ativamente da vida religiosa ou se filiar a uma comunidade, mas certa endogamia é necessária para preservar a fronteira étnica. Esse fenômeno é similar ao dos *amish*[9] da Pensilvânia, que mantêm fronteiras por meio da interdição da exogamia[10], recusa em participar da vida política, e rejeição ao uso de automóveis e telefones (Hostetler, 1963).

Para menonitas religiosos, alguém só se torna menonita após a conversão, batismo e adesão a uma comunidade, conforme a tradição neotestamentária[11]. No entanto, filhos e parentes de menonitas religiosos que não aderiram a nenhuma comunidade continuam a ser identificados como menonitas devido aos laços tribais que os unem, que incluem religião, língua, cultura, tradição, nome e descendência. Assim, as fronteiras étnicas não dependem apenas da adesão a práticas religiosas, mas também de outros fatores culturais e sociais que definem a identidade do grupo.

[9] Os amish são um grupo anabatista cristão que surgiu no final do século XVII sob a liderança de Jakob Amman. Eles são conhecidos por seu estilo de vida simples, rejeição de certas tecnologias modernas e forte ênfase na comunidade e separação do mundo exterior.

[10] Exogamia refere-se à prática de se casar fora do próprio grupo social, clã ou comunidade, promovendo laços entre diferentes grupos e evitando a consanguinidade.

[11] A tradição neotestamentária refere-se às práticas, crenças e ensinamentos que são diretamente derivados do Novo Testamento da Bíblia Cristã. Este conjunto de escrituras inclui os Evangelhos, os Atos dos Apóstolos, as Epístolas e o Apocalipse, e serve como base para a doutrina e liturgia de várias denominações cristãs. A tradição neotestamentária é central para a teologia e a prática cristã, enfatizando a vida e os ensinamentos de Jesus Cristo e dos primeiros apóstolos.

Embora menonitas e luteranos compartilhem uma herança protestante, suas abordagens em relação à formação de identidade nacional e integração social são diferentes. Os menonitas, semelhantes aos judeus, resistiram à assimilação nas estruturas nacionais modernas, preservando sua identidade por meio da separação cultural e religiosa. Em contraste, os luteranos se integraram profundamente nas nações modernas, influenciando e sendo influenciados pelos estados em que se estabeleceram.

Portanto, comparando com o luteranismo revelam-se contrastes interessantes. Enquanto os menonitas enfatizam a separação do mundo secular e uma vida de simplicidade, os luteranos, particularmente os que migraram para o Brasil, têm uma abordagem mais integrativa em relação ao mundo secular. As comunidades luteranas, como as de Hulha Negra, também valorizaram a educação, mas suas escolas frequentemente refletiam uma maior interação com as influências culturais e políticas do Brasil. Esta diferença é evidente na forma como cada grupo lidou com a proibição do alemão: enquanto os menonitas adotaram o Plattdeutsch[12] como resistência cultural, muitos luteranos passaram a utilizar o português mais rapidamente, integrando-se mais rapidamente ao contexto nacional. Esta comparação ilustra como diferentes grupos religiosos podem adotar distintas estratégias de interação com as estruturas nacionais, moldando suas identidades de maneiras únicas.

Surgimento dos Menonitas

Os Menonitas surgiram como um movimento anabatista durante a Reforma Protestante no século XVI, sob a liderança de Menno Simons, um ex-sacerdote católico dos Países Baixos. A Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero em 1517, fomentou a proliferação de diversas vertentes religiosas que buscavam retornar às práticas e ensinamentos bíblicos originais, rejeitando os excessos e corrupções da Igreja Católica Romana. Os anabatistas, dos quais os menonitas são uma ramificação, diferiam dos outros reformadores por sua insistência no batismo de adultos, refletindo a crença de que o batismo deve ser uma escolha consciente de fé, em vez de um rito infantil. Além disso,

[12] ´É considerada o Baixo Alemão, refere-se a uma língua germânica ocidental falada principalmente no norte da Alemanha e em partes dos Países Baixos, distinta do Hochdeutsch, que forma a base do alemão padrão moderno. Possui raízes no baixo-alemão medieval e compartilha características com as línguas anglo-frísias, como o inglês. Em termos linguísticos, é considerada uma língua separada do alemão padrão, apesar de alguma inteligibilidade mútua.

os anabatistas defendiam a separação entre igreja e estado, uma visão que os colocou em desacordo tanto com a Igreja Católica quanto com as autoridades protestantes.

A fé Menonita se consolidou sob a liderança de Menno Simons, que enfatizou a importância de viver uma vida pacífica e piedosa, afastada do mundo secular e de seus conflitos. Menno Simons, que se juntou ao movimento anabatista em 1536, foi instrumental na organização das comunidades Menonitas, promovendo princípios de não-violência, simplicidade e separação do estado. Estes princípios atraíram seguidores que buscavam uma fé centrada nas escrituras e na comunidade. A partir de então, os menonitas estabeleceram comunidades na Suíça, Alemanha e Países Baixos, onde enfrentaram perseguições severas devido às suas crenças radicais. Estas perseguições forçaram muitos Menonitas a buscar refúgio em lugares mais tolerantes, como a Prússia Oriental e a região do Vístula, onde puderam praticar sua fé em relativa paz.

Durante os séculos XVIII e XIX, muitos menonitas migraram para a Rússia, incentivados pela promessa de liberdade religiosa e isenção do serviço militar oferecida por Catarina, a Grande. Na Rússia, estabeleceram prósperas colônias agrícolas, mantendo suas tradições e autonomia comunitária. Contudo, as políticas repressivas do governo soviético no início do século XX, incluindo a coletivização forçada e a perseguição religiosa, levaram muitos menonitas a buscar novas terras de asilo. Em resposta a essas adversidades, uma onda significativa de Menonitas migrou para as Américas, incluindo os Estados Unidos, Canadá, México, Paraguai e Brasil, onde esperavam encontrar um ambiente mais seguro para preservar suas tradições e modo de vida. Esta migração maciça configurou a distribuição global dos menonitas e influenciou a formação de novas comunidades, como a Colônia Nova no Rio Grande do Sul em uma região fronteiriça com o Uruguai.

Imigração e o contexto histórico das colônias menonitas de Aceguá

A Colônia Nova, situada em Aceguá, na região da Campanha do Rio Grande do Sul, foi fundada por Menonitas que migraram da Rússia para o Brasil em 1930, escapando da perseguição stalinista. Esta migração foi motivada pelas duras condições impostas pelo regime soviético, que incluíam a coletivização forçada das fazendas, a supressão das liberdades religiosas e a repressão cultural. Os Menonitas que chegaram ao Brasil buscaram um novo começo em um ambiente onde poderiam praticar sua fé livremente e

manter suas tradições comunitárias. O governo brasileiro, por sua vez, incentivou a imigração de europeus para desenvolver a agricultura e colonizar as regiões fronteiriças.

Ao chegarem ao Brasil, os Menonitas enfrentaram diversos desafios, incluindo a adaptação ao clima tropical e a necessidade de construir uma nova infraestrutura agrícola a partir do zero. A Colônia Nova foi estabelecida em uma área de planícies férteis, conhecida como pampas, que proporcionava boas condições para a agricultura e a pecuária. Apesar das dificuldades iniciais, como a falta de recursos e a necessidade de desbravar a terra, os Menonitas rapidamente se organizaram e começaram a desenvolver suas atividades agrícolas. A forte coesão comunitária, baseada nos princípios de ajuda mútua e trabalho coletivo foram fundamentais para o sucesso inicial da colônia. Segundo Maske (2013), os menonitas rapidamente ajustaram-se às condições locais, iniciando suas atividades agrícolas fundamentadas em uma sólida organização comunitária e nos princípios de cooperação mútua e trabalho em conjunto.

A localização da Colônia Nova, próxima à fronteira com o Uruguai e dos atuais municípios de Bagé e Hulha Negra, desempenhou um papel importante no desenvolvimento da comunidade menonita. Originalmente parte do município de Bagé, a região de Aceguá se emancipou em 1995, tornando-se um município independente. Esta emancipação permitiu um maior controle administrativo e uma melhor gestão dos recursos locais, beneficiando diretamente a comunidade Menonita.

Entrementes, a educação sempre foi um pilar central na comunidade menonita da Colônia Nova. Desde os primeiros anos, as escolas desempenharam um papel relevante na preservação da identidade cultural e religiosa da comunidade. As primeiras escolas foram estabelecidas em casas de fazenda adaptadas, onde as crianças eram ensinadas por membros da própria comunidade. Em 1950, com a ajuda financeira do MCC (Comitê Central Menonita - EUA), foi construído o primeiro prédio escolar na Colônia nº 1, que começou a funcionar com 50 alunos. A educação Menonita combinava disciplinas acadêmicas com ensino religioso, reforçando os valores e tradições da comunidade.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a educação Menonita enfrentou novos desafios devido às políticas de nacionalização do governo brasileiro, que proibiu o uso do idioma alemão nas escolas. Em resposta, os Menonitas adotaram o *Plattdeutsch*, uma língua semelhante ao holandês, como forma de resistência cultural e preservação de sua identidade. Esta adaptação linguística refletiu a resiliência e a capacidade deles de protegerem sua cultura em face da repressão externa. A educação continuou a ser um meio vital para a transmissão dos valores e tradições menonitas às gerações mais jovens.

Em 1954, foi fundado um ginásio para oferecer educação secundária, ampliando as oportunidades educacionais para os jovens Menonitas. A escola Menno Simons, registrada oficialmente como "Escola de 1º Grau Menno Simons" em 1978, tornou-se um centro importante para a educação na região, combinando matérias acadêmicas e religiosas. O apoio tanto da comunidade local quanto do governo e do Consulado Alemão contribuiu para a continuidade e o desenvolvimento da educação menonita na Colônia Nova.

Os Menonitas mantiveram tradições como cultos religiosos, celebrações comunitárias e atividades culturais que reforçavam a identidade coletiva e a solidariedade interna. A agricultura, principal atividade econômica da colônia, beneficiou-se do uso de tecnologias modernas para a época e práticas agrícolas sustentáveis, garantindo a prosperidade da comunidade. A combinação de uma forte ética de trabalho, inovação tecnológica e apoio mútuo permitiram aos menonitas da Colônia Nova construir uma comunidade próspera e perserverante.

Deste modo, estes estabeleceram uma rede de apoio mútua que incluía não apenas atividades econômicas e educacionais, mas também sociais e religiosas, pois, as igrejas menonitas desempenharam um papel central na vida comunitária, fornecendo um espaço para cultos, reuniões e atividades sociais. Elas também serviram como um ponto de contato com outras comunidades menonitas ao redor do mundo, fortalecendo os laços internacionais e promovendo a troca de conhecimentos e experiências. A integração de práticas religiosas e comunitárias foi fundamental para a coesão social e a preservação da identidade menonita na Colônia Nova.

Além das atividades religiosas e educacionais, a Colônia Nova também se destacou por suas iniciativas de desenvolvimento comunitário. Projetos de infraestrutura, como a construção de estradas, sistemas de irrigação e instalações comunitárias, foram realizados com o esforço coletivo dos membros da comunidade. Estas iniciativas não apenas melhoraram a qualidade de vida na colônia, mas também reforçaram o espírito de cooperação e solidariedade entre os Menonitas. A capacidade de trabalhar juntos em prol do bem comum foi uma característica distintiva da Colônia Nova, refletindo os valores centrais da fé Menonita.

As escolas Menonitas da Colônia Nova

Inicialmente, a educação foi organizada de forma improvisada, com aulas sendo ministradas em casas de fazenda adaptadas. Na Colônia Nova, os Menonitas chegaram em 1949. Os primeiros professores eram membros da própria comunidade, que possuíam formação e estavam comprometidos com a educação das crianças.

Ao organizar e planejar as colônias (Dörfer) foi também previsto um espaço em cada colônia destinado a uma escola primária. De acordo com os documentos reunidos pela comunidade nos *"50 anos da Colonização Menonita na Colônia Nova"* em 22 de novembro de 1950, durante uma reunião comunitária liderada por Johann H. Kröker e Jacob Epp decidiu-se desmantelar a casa da fazenda existente e construir uma escola. Inicialmente, tentaram arrecadar fundos entre os moradores, mas a quantia obtida foi insuficiente. Portanto, recorreram ao MCC (Comitê Central Menonita – USA) que emprestou os US$ 700,00 necessários para completar o montante.

Figura 01: Primeira escola da Colônia nº 1.



Fonte: 50 anos da Colonização Menonita na Colônia Nova.

No início de 1951, o belo edifício escolar estava concluído, permitindo o início regular do ano letivo com 50 alunos sob a instrução de Lydia Janzen, filha de Wilhelm Janzen, uma professora com formação normal e reconhecida pelo governo. Dois anos depois, a escola na Colônia nº 2 também iniciou suas atividades educativas com o professor Johann Penner. Todas as disciplinas eram ministradas em língua portuguesa, embora a língua alemã também fosse mantida no currículo.

A escola da Colônia nº 1, posteriormente chamada de Escola D. Leopoldina, serviu como modelo para outras instituições que surgiriam na comunidade. A escola da Colônia nº 1 foi convertida em hospital, e um novo edifício foi atribuído para a escola, utilizado até 1977. As questões escolares eram geridas conjuntamente, sem distinção

entre colônias. O conselho escolar da Colônia nº 1 foi eleito em 1952, com Abrão Martens e Johann H. Kröker representando a Colônia nº 1.

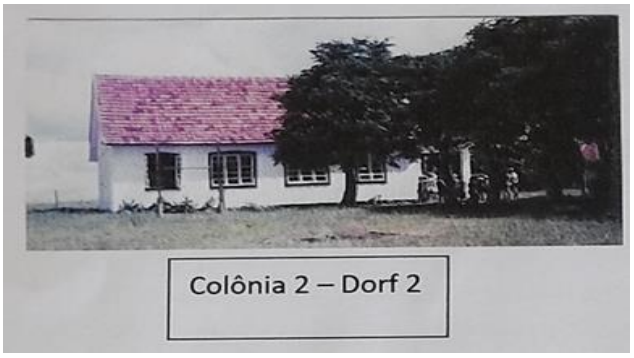
Figura 02: Prédio novo da escola Colônia nº 1.



Fonte: 50 anos da Colonização Menonita na Colônia Nova.

Wilhelm Janzen e Heinrich Loepp eram os representantes escolares da Colônia nº 2. Este conselho resolvia assuntos escolares tanto nas colônias quanto com o governo. Em 1953, foi registrada oficialmente a Escola Triticultura nº 2, que mais tarde passou a ser conhecida como Escola Dr. Blumenau. Esta escola também seguiu o modelo de ensino que integrava disciplinas acadêmicas com a educação religiosa.

Figura 03: Escola da Colônia nº 2.



Fonte: 50 anos da Colonização Menonita na Colônia Nova.

A construção da escola primária contou com a colaboração de todos, reduzindo assim as mensalidades. A comunidade desejava uma escola particular. Em 1953, as duas escolas foram registradas: Triticultura nº 1, depois renomeada D. Leopoldina, e Triticultura nº 2, posteriormente chamada Dr. Blumenau.

Durante os primeiros 30 anos, os professores pertenciam à comunidade. Inicialmente, contava-se com uma escola bíblica dirigida por C.C. Peters, com professores como Hans Legehen, Prof. Sukkau, Miss Giesbrecht e Peter Klassen colaborando.

A educação primária (1º-4º grau) era ministrada em três lugares diferentes nos primeiros anos: na Colônia nº 1 por Hans Esau, na Colônia nº 2 por Ruth Reimche, e em Curitibanos por Victor Peters. Posteriormente, os alunos de Curitibanos também frequentaram a escola da Colônia nº 2. A escola Curitibanos surge de um grupo de 10 a 12 famílias de Curitiba que vieram com recursos financeiros e adquiriu 303 hectares de terra, estabelecendo-se nas proximidades. Entre essas famílias estavam Willy Wall, Bernhard Friesen, Thomas Friesen, Gerhard Friesen, Bernhard Friesen Filho, Jacob Wiens, Jacob Pauls, Cornelius Epp, Heinrich Hamm e Jacob Derksen. Essa nova comunidade foi chamada de Curitibanos. Inicialmente, Curitibanos funcionava de forma independente, possuindo sua própria escola, igreja e cemitério. No entanto, devido ao pequeno tamanho do grupo, foi necessário se filiarem à Colônia Nova.

Figura 04: Escola Curitibanos.



Fonte: 50 anos da Colonização Menonita na Colônia Nova.

A educação da 5ª série e do ensino ginasial ocorria nas instalações que atualmente são ocupadas pelo Menno Simons, as quais eram de propriedade da Igreja. Para que a escola pudesse ser formalmente registrada como "Escola de 1º Grau Menno Simons", foi necessário que cada série do ensino primário (1ª à 4ª) tivesse um professor exclusivo, ao contrário do modelo anterior, onde um único docente lecionava para todas as séries. Assim, as quatro séries do ensino primário foram transferidas para o edifício do ginásio, permitindo a designação de um professor para cada série específica. Embora o edifício

continuasse sob a posse da Igreja, a escola foi oficialmente registrada em nome da comunidade. Dessa forma, o conselho escolar passou a ser composto por três membros eleitos pela Igreja, três representantes da comunidade e o diretor da escola. Em 1979, a instituição contava com um total de 160 alunos matriculados.

Em julho de 1954, a comunidade decidiu estabelecer um ginásio. Dada à falta de professores menonitas qualificados, optou-se por criar um seminário. Em 1955, as aulas começaram no salão da Igreja Irmãos Menonitas, com Peter Pauls, formado em São Leopoldo, e Erich Kröger como os primeiros professores, iniciando as atividades das 5ª e 6ª séries.

Em 1956, o edifício do Seminário Menno Simons foi concluído, fruto dos esforços e contribuições da própria comunidade. Kornelius Janzen tornou-se o primeiro diretor. O currículo valorizava o ensino do alemão e da religião, incluindo disciplinas como História da Igreja, Doutrina da Fé e História Menonita.

Para fortalecer as aulas de alemão, em 1963, a escola recebeu apoio financeiro do Consulado Alemão de Porto Alegre, bem como doações de livros, projetores de slides e instrumentos de sopro. O seminário foi formalmente registrado e os alunos demonstraram estar bem preparados para continuar seus estudos em outras instituições.

Em 1972, a escola passou a receber auxílio do governo, o que permitiu a concessão de bolsas de estudo a muitos alunos e a abertura das portas da instituição para toda a comunidade, não se restringindo apenas aos menonitas.

A Escola Timóteo, localizada no Rincão dos Cravos, e a Escola Apolo, situada na Tábua, eram instituições educativas vinculadas à Igreja Irmãos Menonitas[13]. Observando que a comunidade do campo missionário não conseguia ler a Bíblia devido ao analfabetismo, a Igreja decidiu estabelecer uma escola nas instalações da própria Igreja para ensinar os moradores a ler e escrever.

Além das disciplinas acadêmicas e religiosas, as escolas Menonitas da Colônia Nova sempre deram importância às atividades extracurriculares. Programas culturais, competições esportivas, feiras de ciências e excursões eram integrados ao currículo, proporcionando uma educação completa e balanceada. As peças teatrais, em particular,

[13] Igreja Evangélica Menonita e a Igreja dos Irmãos Menonitas, apesar de suas origens comuns, desenvolveram identidades distintas. A Igreja Evangélica Menonita permanece fiel à tradição menonita clássica de conversão pessoal, separação do estado e pacifismo, que por sua vez, é a preponderante na Colônia Nova. Em contraste, a Igreja dos Irmãos Menonitas, influenciada pelo pietismo, adotou práticas litúrgicas mais emocionais e organizacionais, com um forte foco na educação religiosa e missões. Essas diferenças refletem não apenas trajetórias históricas divergentes, mas também variações na abordagem da fé e da prática comunitária dentro do movimento menonita.

eram eventos comunitários importantes que não só entretinham, mas também educavam e transmitiam valores culturais e morais.

Os jardins de infância também foram uma parte integral do sistema educacional Menonita. Esses centros pré-escolares, liderados por educadores como Agatha Fast, Else (Peters) Janzen, Frieda Klassen, entre outras forneciam uma base sólida para as crianças antes de entrarem no ensino fundamental. As atividades nos jardins de infância incluíam brincadeiras educativas, histórias bíblicas e canções, ajudando as crianças a desenvolverem habilidades sociais e cognitivas desde cedo.

A Escola Bíblica Menonita, que funcionava em paralelo às escolas regulares, era fundamental para a formação religiosa dos jovens. Esta escola oferecia cursos intensivos de teologia, história da igreja e estudos bíblicos, preparando os alunos para se tornarem líderes em suas comunidades.

Comparando com outras comunidades Menonitas ao redor do mundo, as escolas da Colônia Nova seguem um padrão semelhante de integração de ensino acadêmico e religioso. Por exemplo, nas colônias menonitas no Canadá e nos Estados Unidos, a educação também enfatiza a moral e os valores comunitários. No entanto, a adaptação ao contexto local é uma constante, como no caso da adoção do Plattdeutsch no Brasil. Esta flexibilidade mostra a resiliência e a capacidade dos menonitas de preservar sua identidade cultural enquanto se adaptam a novos ambientes.

A importância da educação na comunidade Menonita da Colônia Nova é refletida na dedicação dos professores e na participação ativa dos pais e da comunidade. O envolvimento da comunidade na gestão e nas atividades escolares foi uma característica marcante, diferenciando estas escolas de outras instituições onde a participação comunitária pode ser mais limitada.

Neste limiar, Dominique Julia define cultura escolar como "um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos" (Julia, 2001, p. 11). Esta definição é claramente exemplificada na maneira como as escolas menonitas da Colônia Nova estruturaram seu currículo e práticas pedagógicas, incluindo tanto a educação acadêmica quanto a religiosa.

Julia destaca que a cultura escolar "não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém [...] com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas" (Julia, 2001, p. 10). Durante a Segunda Guerra Mundial, as escolas menonitas enfrentaram desafios adicionais devido às políticas de nacionalização

do governo brasileiro, que proibiu o uso do idioma alemão nas instituições de ensino. Em resposta, eles adotaram o Plattdeutsch como forma de resistência cultural. Logo, "as normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas" (Julia, 2001, p. 11) são evidentes na adaptação das escolas menonitas ao contexto brasileiro, integrando o ensino da língua portuguesa enquanto preservavam o alemão no currículo.

A profissionalização dos professores nas escolas menonitas também foi uma prioridade, com muitos educadores sendo membros da própria comunidade. Isso ecoa a ênfase de Dominique Julia na "profissionalização do trabalho do educador como um elemento central na cultura escolar" (Julia, 2001, p. 11). Ademais, Julia sugere que "a cultura escolar é um conjunto de práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a incorporação de comportamentos" (Julia, 2001, p. 10), algo que se reflete nas atividades extracurriculares das escolas menonitas, como programas culturais, competições esportivas, peças teatrais e feiras de ciências.

A integração entre ensino acadêmico e valores religiosos nas escolas Menonitas está alinhada com a visão de Julia de que "a escola é um lugar de aprendizagem de saberes e de inculcação de comportamentos e de habitus" (Julia, 2001, p. 22).

Entrementes, Dominique Julia observa que "a história das práticas culturais é, com efeito, a mais difícil de se reconstruir porque ela não deixa traço" (Julia, 2001, p. 16). No entanto, a documentação sobre as escolas menonitas permite uma compreensão detalhada de suas práticas educativas. Deste modo, "a cultura escolar não é um isolamento, contra o qual as restrições e as contradições do mundo exterior viriam se chocar" (Julia, 2001, p. 13), mas sim uma interação contínua entre a escola e a sociedade, como evidenciado pela forma como as escolas eles se adaptaram às mudanças políticas e culturais no Brasil.

A problemática da cultura escolar também é abordada por Luciano Mendes de Faria Filho e seus colegas, que afirmam que "a cultura escolar apresenta-se assim como uma cultura segunda com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática" (Faria Filha et al., 2004, p. 147). Esse conceito pode ser visto na maneira como a cultura escolar menonita se moldou às necessidades específicas da comunidade, enquanto preservava seus valores e tradições originais.

Além disso, eles destacam a importância da interdisciplinaridade na análise da cultura escolar, observando que "os estudos que se concentram nesta vertente, em íntimo diálogo com outros desenvolvidos na área, têm afirmado o quanto os praticantes da cultura escolar desenvolvem suas práticas a partir de seus lugares, de suas posições no

interior de um sistema de forças assimétricas" (Faria Filho et al., 2004, p. 151). Isto é claramente refletido na estrutura comunitária das escolas Menonitas, onde a educação não apenas transmite conhecimento, mas também reforça a coesão social e a identidade cultural.

Por fim, os autores apontam que "o estudo das práticas é a pedra de toque da renovação dos estudos históricos em educação" e que as práticas escolares devem ser entendidas como "produtoras de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico" (FARIA FILHO et al., 2004, p. 151). Nas escolas Menonitas, essas práticas são evidentes nas várias atividades extracurriculares e no envolvimento comunitário, que não só educam, mas também moldam os indivíduos dentro da comunidade.

Conclusão

A história das escolas Menonitas da Colônia Nova é um testemunho eloquente da capacidade de uma comunidade de preservar e transmitir seus valores culturais e religiosos através da educação. Desde a sua chegada ao Brasil, em 1930, os Menonitas enfrentaram e superaram inúmeros desafios, construindo um sistema educacional robusto que integrava ensino acadêmico e religioso de forma harmoniosa. A contribuição de professores dedicados, a participação ativa da comunidade e a resiliência diante das adversidades são elementos-chave que marcaram a trajetória educacional dos menonitas na Colônia Nova.

Ao longo das décadas, a adaptação às políticas governamentais e às mudanças sociais demonstrou a flexibilidade e a determinação da comunidade Menonita em manter sua identidade cultural. A introdução de línguas como o *Plattdeutsch* durante a Segunda Guerra Mundial e a construção de infraestruturas educacionais com o apoio do MCC são exemplos notáveis dessa tenacidade. As escolas Menonitas da Colônia Nova não apenas forneceram educação de qualidade, mas também serviram como centros de coesão comunitária, promovendo valores como a solidariedade, a moralidade e a espiritualidade.

A integração de atividades extracurriculares, como peças teatrais e competições esportivas, além de programas culturais e religiosos, criou um ambiente educacional rico e multifacetado. Essas práticas ajudaram a fortalecer o senso de comunidade e pertencimento, aspectos essenciais para a continuidade da tradição Menonita. A presença

de jardins de infância e escolas bíblicas complementou o sistema educacional, proporcionando uma formação integral desde a infância até a adolescência.

Em comparação com outras comunidades menonitas ao redor do mundo, as escolas da Colônia Nova mostraram uma notável capacidade de adaptação ao contexto local, preservando ao mesmo tempo sua identidade. A comparação com escolas em países como Canadá e Estados Unidos revela uma prática educativa que, embora adaptada às circunstâncias locais, mantém uma base comum de valores e objetivos educacionais.

A genealogia das escolas da Colônia Nova é um exemplo inspirador de como a educação pode ser um pilar fundamental para a preservação da identidade cultural e religiosa de uma comunidade. A história dessas escolas ressalta a importância da participação comunitária, da dedicação dos educadores e da integração de valores acadêmicos e espirituais. Em um mundo cada vez mais globalizado, a experiência dos Menonitas da Colônia Nova oferece lições valiosas sobre a importância da educação para a coesão e a perseverança cultural.

Referências

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras . In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Orgs.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

FARIA FILHO, LM; GONÇALVES, IA; VIDAL, DG A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história. In: FARIA FILHO, LM (Org.). **Cultura escolar, práticas educativas e historiografia** . Campinas: Autores Associados, 2004.

HOSTETLER, JA. **Os huteritas na América do Norte**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1963.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, pág. 10-36, 2001.

MASKE, W. **Bíblia e arado**: as menonitas e a construção do seu reino. 1999. 183f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

MASKE, W. Anabatistas sob o Cruzeiro do Sul: a experiência Menonita no Brasil (1930-1945). **Revista Pistis Prax**. Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, pág. 253-273, jan./jun. 2013.

50 ANOS da Colonização Menonita na Colônia Nova. Reunido e escrito pelos moradores da Colônia Nova. Colônia Nova, 1999. 30 p. Trabalho apresentado no evento de comemoração dos 50 anos da colonização Menonita na Colônia Nova. Disponível no acervo do Museu da Colônia Nova.

PARTICIPAÇÃO DE PAIS E ALUNOS NA GESTÃO DAS ESCOLA ALEMÃS DE EXCELÊNCIA NO EXTERIOR: APRENDEM-SE PRÁTICAS CIDADÃS NA ESCOLA?

Marilu de Freitas Faricelli

Introdução

Práticas democráticas tornaram-se, nesse primeiro quartel do século XXI, assunto presente e obrigatório na formação escolar de todos alunos, estudem eles em escolas públicas, privadas, nacionais ou internacionais. Numa sociedade, individualista, desigual e autoritária, é fundamental que alunos exercitem escuta, diálogo e argumentação.

Desde suas origens, no início do século XIX, escolas alemãs situadas no Brasil contaram com a participação de pais dos alunos para o pagamento de professores, para gerir a instituição e na organização de festa e eventos. Eram as chamadas "escolas de comunidade" e/ou "associações escolares" – além de espaços de aprendizagem, eram locais de estreitamento de relações sociais e de decisões sobre a vida comum.

Esse artigo trata da ação de pais e alunos como partícipes de decisões de escola situada na cidade de São Paulo que recebeu o selo "Escola Alemã de Excelência no Exterior" em 2009[14]. Nela, uma "associação escolar", a participação de pais e alunos acontecia desde sua fundação em 1916; quando um grupo de pais decidiu fundar uma escola para que seus filhos não perdessem a identidade alemã.

Com a certificação a participação adquiriu novos significados. Esse é o objeto do presente artigo.

São duas as perguntas que respondo: como os critérios estabelecidos pela certificação delimitaram essa participação? E, como textos de membros da diretoria escolar e alunos publicados num periódico escolar trimestral testemunham o ocorrido na instituição escolar.

Minhas fontes são documentos oficiais alemães relativos à certificação cotejados com diversos textos, notícias, reportagens, entrevistas do Periódico Escolar PH[15].

[14] Após o final da 2ª Guerra Mundial, o Estado alemão decidiu, no governo de Willy Brandy (1969-1974), transformar escolas em agentes de sua política externa.

[15] Esse artigo contém dados e análises da minha tese de doutorado, Certificação internacional de uma escola bicultural – circulação de práticas e saberes, realizada entre os anos de 2018 e 2022 no Programa Educação:

Contribuições teóricas da História Transnacional[16], que ilumina a análise de espaços em que culturas, no caso, a alemã e a brasileira, interagem configurando uma nova realidade, e análises apoiadas no conceito cultura escolar[17] deram o sentido aos dados coletados. Em especial análises que dialogam com práticas escolares, entendidas como ações que respondem a diversas instâncias do dia a dia escolar, como políticas públicas, tradições escolares e a própria experiência do professor. Finalmente, os estudos de Michel de Certeau formaram a base para a compreensão de práticas políticas em ambientes híbridos .

Meu objetivo é o de colocar em discussão o *fazer democrático*, que acontece não só em eleições ou na elaboração de leis, mas está presente no modo de agir de cada cidadão em sua vida cotidiana. E, para tanto, deve ser assunto que pode ser aprendido e exercitado na escola.

Inicio o texto tratando da certificação, seus objetivos e seus procedimentos; a seguir interrogo notícias, reportagens, entrevistas do Periódico Escolar para problematizar sua materialidade e as intenções de seus autores. Por fim, trato especificamente da participação dos alunos e dos seus pais na gestão e no cotidiano escolares.

A certificação – prática transnacional

Estudos relacionados à História da Educação com olhar transnacional entendem a "nação", não mais fechada entre muros de um território mas como espaço construído numa dimensão que em pouco coincide com os limites territoriais. Seus estudos buscam identificar a "percepção de conexões, contatos, trânsitos entre e através de fronteiras" (2021, VIDAL, p. 2).

É com esse olhar que trato do tema certificação das escolas no exterior, momento em que o Estado alemão interferiu em escolas distribuídas pelos diversos continentes com uma política de qualidade que determinou parâmetros pedagógicos, de gestão escolar e estabeleceu maneiras e sentidos de avaliar para que algumas escolas recebessem o selo

História, Política, Sociedade da PUC – SP, sob orientação do Professor Doutor Kazumi Munakata. Por questões éticas, retiro qualquer referência à instituição.

[16] Ver a respeito: Canclini, Nestor Garcia;.; Lawn, Martin;Vera, Eugenia; Fuchs, Edward.

[17] Ver a respeito: Escolano Benito, Nestor; Faria Filho, Luciano M; Julia, Dominique.

"Escola Alemã de Excelência no Exterior". São hoje, final de 2024, 134 escolas distribuídas por 70 países certificadas como *Exzellente Deutsche Auslandsschule*.

Essas escolas possuem funções específicas, relacionadas tanto a políticas do Ministério das Relações Exteriores como do Ministério Federal de Educação e Pesquisa alemães, a saber:

> promover o idioma alemão; apoiar a vida profissional de educadores alemães; facilitar encontros com a cultura e a sociedade do país anfitrião; oferecer educação escolar para crianças alemãs no exterior; fortalecer a Alemanha como um centro de estudos e negócios. (2020, *ZfA*, Tradução da autora).

São parte de uma rede educativa internacional, a *WDA* (*Welt Deutscher Auslandsschulen - Associação Mundial de Escolas Alemãs no Exterior*)[18], que garante parceria pedagógica, troca de materiais didáticos, auxílio financeiro e gerenciamento de ensino entre as instituições e o governo alemão.

Essas escolas atendem a duas realidades escolares – a do país onde a escola se situa, denominado país anfitrião, e a alemã.

Essa última refere-se ao currículo alemão, especialmente elaborado para escolas situadas no exterior, a outra, o currículo do país anfitrião, adaptado para escolas bilingues, conforme a legislação em vigor no país anfitrião.

O currículo das turmas do país anfitrião se diferenciam de outras escolas locais por terem em seu currículo aulas de Alemão, cujos professores zelam pelo bom aproveitamento dos alunos em provas de proficiência em Língua Alemã. realizadas ao final do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

As turmas alemãs têm professores, material didático e avaliações de acordo com as diretrizes do país europeu. Seus alunos possuem, em sua maioria, o Alemão como língua materna.

As duas realidades escolares são fundamentais para a política do estado europeu – aos alunos da turma alemã o credenciamento garante a circulação dos alunos pelas escolas situadas no estrangeiro e na Alemanha; aos pais dos países anfitriões promete a

[18] "Trata-se de uma rede, associação que representa as escolas alemãs no exterior e que "Proporcionam aos filhos dos trabalhadores destacados no exterior uma boa educação e, assim, possibilitam a mobilidade internacional das empresas alemãs. Seus diplomas também estão intimamente ligados ao nosso país e trazem funcionários juniores qualificados para nossas universidades e empresas. No futuro, eles [elas] estarão treinando parceiros valiosos que atuam como embaixadores da língua, cultura e economia alemãs - em nosso próprio país ou em seu país de origem".
(https://www.auslandsschulnetz.de/wws/publicvalue.php?sid=409212586540719011572962996321 90. Acesso em 5/11/2019)

seus filhos possibilidades de um futuro profissional, em empresas alemãs distribuídas pelo mundo e/ou vagas Universidades e dos Centros de Estudos do país europeu. E à comunidade onde se situa a escola, uma boa imagem do que é a Alemanha.

Esse artigo contempla os anos entre 2006 e 2020, período que abrange desde a preparação para a primeira certificação até o ano de 2020, quando já tinham sido realizadas duas avaliações para a certificação. Em 2020, a *ZfA*, Agência Central Alemã para Escolas no Exterior, disponibilizou dados quantificativos da política educativa, uma das fontes do presente artigo.

Os parâmetros da certificação basearam-se em estudos empíricos realizados em escolas situadas na Alemanha e na Suíça. Foram desenvolvidos por pesquisadores da Universidade Técnica de Dortmund, que criaram e testaram princípios do que poderia ser considerado uma *boa aula* e uma *boa escola*.

Na escola, o processo de certificação foi coordenado por um grupo chamado de PQM [*Pädagogischen Qualitätsmanagements]*, Gestão de Qualidade Pedagógica. Entre 2006 e 2009 o processo da primeira certificação incluiu: seminários para conhecimento e implementação dos padrões de qualidade obrigatórios, desenvolvimento da missão institucional, autoavaliação. avaliação realizada por parceiros críticos, inspeção denominada BLI (*Bund Länder Inspektion* – Inspeção dos Estados Federais) e, finalmente, acordos para o estabelecimento de metas a serem avaliadas na próxima inspeção.

Em 2006, os critérios da certificação se tornaram conhecidos pela comunidade, por intermédio de uma autoavaliação. Tratava-se do denominado *SEIS+* (*Selbsevaluation in Schulen* [autoavaliação nas escolas]), sendo o símbolo "+*"* indicador dos critérios estabelecidos para a avaliação das escolas alemãs no exterior. A organização e classificação dos dados obtidos foi realizada pela *Bertelsmann-Stiftung*[19], fundação alemã.

A análise dos resultados da avaliação elencou aspectos que foram entendidos como fracos ou fortes.

Coube ao Grupo de Gestão Pedagógica implementar os passos seguintes.

[19]"O escritório de Bruxelas da Fundação Bertelsmann foi estabelecido em 2000. Fica no distrito da UE e muito próximo das instituições europeias. O nosso escritório em Bruxelas promove o debate transnacional sobre os desafios futuros que a Europa e os seus cidadãos enfrentam. Transmitimos os resultados do nosso trabalho de projeto às instituições europeias, partes interessadas e meios de comunicação social e, por sua vez, informamos sobre os desenvolvimentos relevantes das políticas europeias" (https://www.bfna.org/).

Foram, então, realizadas diversas palestras com professores e orientadores vindos da Alemanha, que familiarizaram a comunidade escolar com as estruturas, instrumentos e procedimentos da certificação.

Um professor alemão, que se expressava muito bem em Português, coordenou o processo representando o diretor alemão, em conjunto com um representante da direção brasileira, um pai representante da diretoria da Sociedade Escolar; um pai representante do Conselho da Sociedade Escolar, dois professores, um representante do denominado currículo alemão e outro das turmas brasileiras e, finalmente um representante do pessoal administrativo.

Os padrões referiam-se de inúmeros aspectos da vida institucional, – os pedagógicos, os ligados à qualidade da comunicação existente na instituição e os que se referem às relações interpessoais dos alunos, professores, representantes da direção e pais de alunos. Por fim, há os aspectos presentes na própria missão institucional: a imagem da escola perante a comunidade e a sua tarefa de ser representante da Alemanha em território estrangeiro. (Faricelli, 2022, p.76).

(...)

Após cerca de dois anos da implementação das primeiras medidas, o Colégio convidou *parceiros críticos*[20], professores de outras instituições também envolvidos no processo de certificação, para avaliação dos resultados de algumas das medidas tomadas. Por fim, entre 13 e 20 de novembro de 2009, chegaram os inspetores responsáveis pela certificação, quando foi realizada a *BLI* (*Bund Länder Inspektion* – Inspeção dos Estados Federais). (Faricelli, 2022 p. 76).

Com o resultado obtido, foram estabelecidas metas para a instituição, que seriam as avaliadas na próxima inspeção, normalmente realizada depois de quatro anos.

Sigo analisando o Periódico Escolar PH, entendendo-o como uma das possíveis formas de leitura do momento pelo qual a escola passava.

Periódico PH, uma tática

Michel de Certeau, (1925-1986) historiador francês entende práticas sociais como operações de uso, maneiras de fazer. Em sua obra "Invenção do Cotidiano" (1994),

[20] Trata-se do *peer review*, revisão por pares, que consiste em submeter o trabalho à avaliação de profissionais com a mesma formação e atuação. Esses revisores anônimos frequentemente fazem comentários ou sugerem revisões no trabalho analisado.

diferencia “tática” de “estratégia”. É sobre essa “tática” que me refiro aqui, na busca de entender o significado das maneiras pelas quais autores de textos do Periódico descrevem e dão sentido a suas práticas.

O *PH* foi lançado em 2005, um ano antes dos 90 anos da Escola. Sujeitos daquele momento, pais e diretores teciam um quadro onde fios das exigências impostas pela certificação internacional se emaranhavam a fios dos objetivos de uma empresa, a *Sociedade Escolar*, representada pelos seus sócios, pais de alunos ocupantes de diversas instâncias da gestão escolar. Essa empresa desejava se *modernizar* para atender seus clientes, um público que transpassava fronteiras mundiais e pretendia formar seus filhos para enfrentar concorrência global.

O sentido dessa *modernização* foi apresentado logo no primeiro editorial, assinado pelos diretores da Escola, a brasileira e o alemão, que destacam o grande desafio das instituições escolares no século XXI – buscar a informação relevante num “imenso oceano de informações” (2005, PH, edição 1, s/p)

Nossa missão será a de apresentar temas que sejam pertinentes à vida estudantil, ao convívio familiar, e à nossa responsabilidade social. (...) A fim de aglutinar os interesses de pais, professores e alunos, constituímos um Conselho Editorial através do qual todos estarão representados, e poderão fazer desse jornal um meio concreto de reflexão e discussão” (PH, edição 1, s/p).

Como o Conselho Editorial era composto por representantes de pais, professores e alunos esperava-se atender aos “interesses” de toda comunidade. E com a “reflexão e discussão” dos textos disponibilizados no Periódico seria possível considerar os desafios impostos pela sociedade do século XXI. Os textos do Periódico pretendiam, portanto, ser faróis em direção às mudanças desejadas.

Analisei 27 edições, que abrangem os anos de 2005 a 2015, duas edições especiais: a de 2006 comemorando os 90 anos do Colégio e a da 2016, com matérias sobre o centenário. A maior parte das edições possui no total 16 páginas, coloridas, com textos traduzidos nas duas línguas, o Português e o Alemão.

Na edição 1 do ano de 2006, comemorativa dos 90 anos da Instituição, é feita referência a uma tiragem excepcional – de 5000 exemplares, o que indica que o impresso possui uma comunidade leitora maior do que a das famílias de alunos que frequentam a escola.

No Colégio, o impresso era entregue a um aluno de cada família, aos professores e ao pessoal administrativo. Exemplares também eram enviados a instituições ligadas ao

universo alemão, como embaixada, consulado, Câmara de Comércio Brasil- Alemanha, e ex-alunos.

As páginas coloridas incluem muitas fotos – nos exemplares analisados as fotos eram produzidas por funcionários da própria instituição. Ao longo do impresso há propagandas de médicos, clínicas médicas, academias de esporte, empresas de transporte nacional e internacional, de compra e venda de automóveis, de companhias de seguro – empresas localizadas em bairros onde vivem famílias da comunidade alemã ou que atendem diretamente suas necessidades. Propaganda do *Brasil Post*, jornal alemão escrito em Português, que circulava entre as famílias, estava presente nas edições analisadas.

A produção e edição da Revista era de uma agência de marketing, a Communica Brasil[21]. Uma funcionária de Marketing contratada pela escola realizava a *ponte* entre o Colégio e a agência – era ela quem coletava dados para as reportagens, agendava entrevistas de professores com os jornalistas, contatava entrevistados, elaborava material e organizava eventos de divulgação.

O assunto de cada edição era estabelecido pelo Conselho Editorial.

A questão que se coloca é quem efetivamente lia o periódico. Embora todas as famílias de alunos, professores, pessoal administrativo da instituição recebessem gratuitamente o periódico, não há participação dos mesmos na Seção de Cartas. Essa existiu somente nas 8 (oito) primeiras edições, sendo que em 3 (três) edições é um ex-aluno que trata da importância da escola em sua vida, em outras 4 (quatro) o texto do periódico solicita a contribuição dos eleitores.

Para o que interessa na presente análise, foram realizadas entrevistas com diretores da Sociedade Escolar. Também foi possível verificar que, "Palavra do Aluno" esteve presente em todas edições. Eram eles, os alunos, que informavam e/ou escreviam textos noticiando as atividades do Grêmio, indicavam passeios, livros, filmes.

Além desses temas, há no periódico entrevistas com ex-alunos sobre suas atividades profissionais, reportagens sobre práticas educativas, como as realizadas em

[21] Fundada em 2002, com o objetivo de oferecer ao mercado uma empresa criativa, eficiente e inovadora de comunicação integrada e de relações públicas, atende a clientes das mais diversificadas áreas de atuação por meio de projetos concebidos sob medida e executados com determinação a fim de conquistar resultados diretos para o negócio do cliente. Para algumas empresas, somos uma extensão do departamento de marketing e, para outras, executamos projetos pontuais. Não importa o serviço necessário, contamos com uma equipe competente, de variados segmentos da comunicação, para oferecemos soluções completas e com um alto nível de desempenho em nosso campo de atuação, sempre comprometidos com a qualidade, eficiência e resultados. Disponível em http://communicabrasil.com.br/. Acesso em 15/08/2019.

período eleitoral, saídas pedagógicas, escolha do hino escolar, entrevistas com personalidades do universo cultural e educativo brasileiro.

Participação de alunos e pais no cotidiano escolar

A participação de alunos e pais é fator fundamental nas *Escolas Alemãs de Excelência no Exterior* situadas no exterior.

Essas instituições são empresas privadas: todos os alunos contribuem mensalmente para seu funcionamento. O valor refere-se à parte de custos da escola, e a uma taxa, paga por família, e não por aluno, que torna os pais *associados* à instituição durante toda a vida escolar de seus filhos.

É ela a "empregadora de todos os funcionários da escola e responsável pelas direção estratégica, estrutura financeira, infraestrutura/equipamentos e manutenção da propriedade da escola." (ZfA, 2020, tradução da autora).

Como associados, os pais podem participar de eleições, realizadas a cada dois anos, para escolha de representantes dos pais junto à Diretoria e/ou dos Conselhos Consultivo e Fiscal da Sociedade Escolar.

Os membros do Conselho de pais representantes participam das reuniões do Conselho Consultivo e, dependendo do país onde se localiza a escola, das reuniões do Conselho Pedagógico de professores. Suas funções são integrar os pais no cotidiano escolar, estabelecer diálogo com docentes e cuidar para que haja transparência e clareza no fluxo da comunicação intraescolar geral.

Há também eleição de pais para representar as turmas de seus filhos. Cada turma da escola possui também um pai representante, cuja função é o de auxiliar a comunicação entre Escola e famílias e participar na organização e realização dos eventos escolares, como festas, campeonatos esportivos, viagens de estudo.

Além dos pais, os alunos são parte fundamental no cotidiano escolar. É parte de sua formação escolar organizar e participar efetivamente das festas escolares, além de auxiliar professores na organização espacial das salas de aula, de distribuição de alunos em grupos. Cada turma elege um aluno, que representa sua classe em conversas com professores, coordenadores escolares sobre dificuldades pedagógicas de sua turma e na organização de eventos e saídas/viagens de estudos.

Em 2006, com o início do processo da certificação escolar, a participação tanto de alunos como de seus pais adquiriu novo sentido – o de ser fonte de informação e de avaliação do cotidiano escolar em diversos momentos da certificação.

O Grêmio de alunos é assunto recorrente do periódico escolar. Na 3ª edição, primeira do ano de 2006, perguntada sobre a função de um Grêmio escolar, aluna do segundo ano do Ensino Médio do currículo alemão esclarece:

Participar do Grêmio significa agir em nome dos alunos. E esse é o primeiro passo para motivar mudanças no colégio, fortalecer opiniões e interesses e também concretizar sugestões e ideias. Trabalhos de reciclagem, campanhas do agasalho e festas comemorativas estão entre as atribuições do Grêmio. Existem diversas coordenadorias, como por exemplo, a do meio ambiente, a de comunicação e a de eventos. Portanto cada aluno pode participar da coordenadoria que mais lhe convir. (PH, 3ª edição, 2006, s/p)

A palavra "participação" ligava-se a outras, como "mudança" e "ações concretas", evidenciando anseios dos alunos. A palavra "coordenadoria" nos remete ao uso de palavras bastante teóricas, distantes da vivência de alunos. Talvez utilizada pela jornalista responsável pelo texto, para expressar algo que a aluna começava a praticar.

Na edição seguinte, outro aluno, do Ensino Fundamental II do currículo brasileiro, foi entrevistado com a mesma intenção – a de definir atribuições de um Grêmio Escolar. Segundo o mesmo, os alunos pretendiam criar um jornal próprio, independente:

A ideia de criar jornal surgiu naturalmente, e o que mais nos empolga é poder informar nossos amigos sobre as novidades como filmes, passeios e projetos da escola. Muitas vezes, é meio complicado fazer com que os professores nos escutem ou entendam o que queremos dizer e acho que, através do jornal, teremos mais facilidade para nos expressar. A publicação estará aberta a todos que quiserem participar. (PH, edição 4, 2006, s/p)

Aqui a participação viabilizaria o lugar de fala de uma comunidade, parte fundamental da Instituição – a dos alunos.

E, finalmente, uma aluna, do último ano do Ensino Fundamental, evidencia o desejo dos alunos em participar efetivamente da gestão escolar:

A comunicação entre alunos e professores é muito importante, e é para isso que existe o Grêmio. Somos o meio de comunicação entre ambos, e acho que a criação de um jornal feito e voltado para alunos reforça este elo, pois demonstra o quanto queremos que haja esse espaço onde possamos expor nossas ideias e opiniões. (PH, edição 6, 2006, s/p)

Na edição de março de 2009, ano da primeira visita dos inspetores alemães com vistas à certificação, os alunos narraram sua atuação:

O Grêmio surgiu no primeiro semestre de 2008 com apenas quatro membros. Ao longo do ano, tivemos novos alunos interessados pelo trabalho. Foram estes que se candidataram para a gestão 2009. Vários projetos foram realizados durante o ano passado: o horário do portão de pedestres na saída do Colégio, que foi estendido até às 14 horas, nas quintas-feiras; a diminuição do preço da lanchonete, com direito a aviso, via comunicado, de reajustes no preço dos lanches aos pais e alunos; a inclusão de novos itens no cardápio e de um prato vegetariano no refeitório; e a instalação de novos bicos nos bebedouros. (...). Para todos aqueles que desejam participar do Grêmio, teremos reuniões semanais abertas aos alunos. O dia será comunicado através de nosso jornal, fixado na entrada do prédio C. Contamos com sua participação. (PH, edição 12, 2009, s/p)

Cada vez um maior número de alunos participava do Grêmio e participava de decisões relativas ao cotidiano escolar. A presença de um professor eleito pelos alunos em todas reuniões orientava sua atuação.

No mesmo ano, em agosto, o sistema de participação dos alunos é modificado. Uma aluna do Ensino Médio explica:

Agora, para completar esse conjunto, o *PQM -Pädagogisches Qualitätsmanagement* [Gestão de Melhoria Pedagógica], um grupo criado para auxiliar na melhoria da qualidade pedagógica, que já conta com um projeto para nós: um novo sistema de grêmio. Através dele, os alunos terão uma representação direta com as Coordenações do Colégio, anteriormente feita exclusivamente pelos pais. Assim, qualquer ideia, reclamação ou sugestão que você, aluno, tiver, deve ser encaminhada primeiramente ao seu representante de classe, que levará o pedido ao representante de nível ou diretamente à representante geral. Juntamente com a Direção, eles estarão encarregados de averiguar se sua ideia é adequada ou não e, caso seja de fato, certamente farão o possível para levá-la adiante. Nosso novo grupo de representação é uma grande conquista! Seu sucesso depende, no entanto, da colaboração e empenho de todos nós. (PH, edição 10, 10/08/2008, s/p)[22]

A participação, portanto, previa atuação ativa em diversas instâncias – o representante de cada turma devia ouvir os alunos, passar as demandas para os alunos

[22] O dia é importante, pois o periódico descreve atuação do Grupo de Melhoria Pedagógica três meses antes da chegada dos inspetores da certificação.

representantes do Grêmio Escolar que ganhara a possibilidade de conversar diretamente com o Diretor. Colaborar, empenhar-se é o que cabia aos alunos – o sistema de participação é o alemão, organizado por instâncias de poder.

Para adquirir o selo certificador, parâmetros definiram a participação dos pais e dos alunos como um dos critérios de avaliação, junto com temas como "resultados e sucesso da escola", "cultura de aprendizagem: qualidade e processo de aprendizagem", "caráter de encontro e função da política cultural externa", entre outros.

Em relação ao item "participação dos alunos e pais", os inspetores coletam e analisam dados em relação a:

Característica 8.	Participação dos alunos e dos pais	Avaliação
8.1	Os alunos têm oportunidade de participar e de se organizar para participar ativamente da vida escolar e do desenvolvimento da escola	
8.2	A escola fornece aos pais informações abrangentes e regulares sobre acontecimentos escolares	
8.3	A escola torna possível a participação ativa dos pais nos grêmios escolares	

Fonte: ZFA (2009, p.40)

Para coletar os dados necessários, os inspetores alemães entrevistaram pais e alunos, analisaram estatuto do Grêmio escolar, atas das reuniões da Diretoria da Sociedade Escolar e das reuniões do grupo de implementação do processo de certificação.

O resultado da inspeção informou que, apesar da existência do Grêmio Escolar, a maior parte dos alunos não sabia quem os representava, nem conhecia os temas tratados nas reuniões. No documento entregue à instituição ao final da inspeção, foi informado que os alunos representantes das turmas do solicitavam melhor comunicação entre os professores brasileiros e os alemães. Já os alunos representantes das turmas alemãs solicitavam atenção para o relacionamento entre alunos do currículo alemão e do brasileiro, pois, diziam sofrer *bulling* dos alunos brasileiros.

Os resultados da inspeção alemã demonstraram que os alunos reivindicavam soluções de quem eram seus interlocutores – os inspetores alemães. Os temas das reuniões não trataram da realidade da escola brasileira, seus professores, seus conteúdos escolares - o tema era a relação da escola com o Estado alemão e suas prioridades.

Na edição comemorativa do Centenário escolar, em 2016, o periódico noticiou atuação do Grêmio mais consolidada - os alunos se manifestaram com a fala da presidente do Grêmio, aluna do 1º ano do Ensino Médio:

Grêmio está trabalhando em cinco frentes atualmente: política, cultural, social, pedagógica e publicitária. Na parte política, um grupo de alunos é responsável por tratar de temas mais burocráticos e de reivindicações em reuniões com a Instituição de ensino. Já no aspecto cultural, um dos projetos desenvolvidos é o "Banda x Banda", concurso cultural com participação de vários grupos musicais, que mostram o seu talento e ainda concorrem a um excelente prêmio em dinheiro.

(...) Outra novidade é um projeto para mudança dos uniformes dos alunos nas aulas de Educação Física. O grupo está em busca da substituição dos trajes para melhor desempenho durante as atividades. Aos interessados em participar ou acompanhar as ações do Grêmio, as reuniões são semanais e acontecem às terças-feiras, das 14h10 às 15h. "Toda ajuda é bem-vinda". (PH, edição 27, 2016, s/p)

Os alunos alcançaram alguns de seus anseios: concurso de bandas, que "concorrem a um excelente prêmio em dinheiro". E participaram da gestão na definição de novos uniformes.

Em relação à participação dos pais, na sua 5ª edição, no final de 2006, momento de comemoração dos 90 anos da instituição, o pai que assumia a presidência da Sociedade Escolar responde a pergunta de uma aluna sobre seus objetivos:

Dividi os meus objetivos em duas partes. O primeiro objetivo é mais focado na questão estratégica do Colégio, no planejamento do futuro da escola: "O que será do colégio xxxxx daqui a 10 anos?" Para responder essa pergunta muitas ações serão feitas. Pretendo, por exemplo, fazer um workshop com pais, ex-alunos, ex-pais e a diretoria. Você sabia que 70% dos alunos não moram nas proximidades da escola? Então, pretendo encontrar um meio que facilite a vinda dessa grande porcentagem de alunos. Já meu segundo objetivo é juntar todos os alunos, pais, diretoria, ex-alunos e ex-pais em torno de propósitos comuns, refazendo a grande família. (PH, 5ª edição, 2006)

A resposta indica que esse pai pretendia trazer para a cena escolar também aqueles que não eram mais parte da instituição, mas eram considerados como pertencentes a essa

comunidade, “a grande família” escolar, sem parâmetros nem de tempo, nem de espaço .

Esse pai permaneceu como presidente da Sociedade até o início de 2009, substituído por uma ex-aluna, então mãe de três alunos. Os dois participaram de uma entrevista na 12ª edição do periódico, cujo texto de apresentação qualifica o momento como uma transição “harmoniosa e equilibrada”. O diretor que está deixando o cargo salienta o trabalho realizado pela “estabilidade financeira”[23] da Sociedade e na regularização do funcionamento da Instituição, com a retirada de alvarás de funcionamento. A diretora que assumia salientou a importância dos investimentos feitos pelo governo alemão na escola e citou obras realizadas na piscina, na aquisição de equipamentos para a prática de ginástica olímpica. Segundo ela, a área esportiva deveria “preparar para a vida” e não só participar de competições esportivas. Tratando das prioridades da área pedagógica, a nova diretora salientou a ampliação do intercâmbio de professores com a Alemanha. E planejava uma maior participação da escola em projetos que estimulem “a participação dos jovens em ONGs e em iniciativas sustentáveis” (PH, 12ª edição, 2009).

Assim, por intermédio desses testemunhos, concluímos que o periódico divulgava informações sobre a gestão escolar, dando a conhecer o que se desejava para o futuro.

Conforme o relatório da certificação, os pais elogiaram o fato das reuniões do Conselho de Pais representantes serem mensais e com a presença da direção pedagógica e, eventualmente, dos coordenadores escolares. A presença de pais representantes no Grupo de Melhoria Pedagógica também foi valorizada.

Reflexão final

A participação tal como foi proposta pela política do Estado alemão e realizada no Colégio estudado pressupõe hierarquias de poder, tal como pratica-se no modelo escolar alemão: elege-se o aluno que representa uma classe, que participa das reuniões do Grêmio, que organiza fala com diretores escolares. É uma entre inúmeras formas de participar da gestão de escolas.

Entender como essa participação auxilia os alunos a atuar democraticamente dentro do próprio espaço escolar é um estudo a ser realizado.

[23] Umas das facilidades importantes que a certificação alemã proporciona é a certeza de investimentos regulares da escola, o que se torna fundamental frente a disputa de mercado das empresas educativas.

Documentos alemães da certificação

ZENTRALSTELLE FÜR DAS AUSLANDSCHULWESEN. Bund – Länder – Inspektion.**Inspektionsbericht**. XXXXXX - Schule São Paulo. 13 nov 2009 – 20 nov 2009.

ZENTRALSTELLE FÜR DAS AUSLANDSCHULWESEN. **Deutsche Auslandsschularbeit in Zahlen**, 1703/2020.

Documentos sobre a ação educativa do Colégio

Publicação PH, impresso utilizado para a divulgação do trabalho pedagógico realizado na escola, produzido pela própria instituição e distribuído aos alunos e à comunidade alemã em geral.

Referências

DE CERTEAU, Michel de**. A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FARICELLI, Marilu de Freitas**. Certificação internacional de uma escola bicultural: circulação de práticas e saberes**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) Programa Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RIBEIRO e SILVA, A., GUIMARÃES, A.C de Carvalho, VIDAL, Diana G. Apresentação In: VERA, Eugenia R. e FUCHS, Eckhard. **O conceito de transnacional**. Educ. Pesqui, São Paulo, v 47, e 4701000301, 2021.

UM OLHAR SOBRE AS FOTOGRAFIAS DOS IMIGRANTES POMERANOS: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA REGIÃO DA SUL DO BRASIL - FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Beatriz Hellwig Neunfeld
Patrícia Weiduschadt

Fotografia é memória e com ela se confunde. Fonte inesgotável de informação e emoção. (Kossoy, 1989, 101).

Um olhar sobre as fotografias dos imigrantes pomeranos é uma tentativa de refletir sobre as vivências e fatos históricos destes imigrantes e seus descendentes. Considerando Sul principalmente os imigrantes germânicos que chegaram no município de São Lourenço do a partir do ano de 1858, "a Colônia de São Lourenço, fundada em 1858 por Jacob Rheingantz, na Serra dos Tapes, município de Pelotas, no Rio Grande do Sul." (Coaracy, 1957, p. 24). Atualmente o grupo de descendentes comemora todos os anos, no dia 18 de janeiro a chegada de seus antepassados, constituindo desta forma, "uma história viva."(Lau Filho, 2020, p. 49).

Contexto histórico

A região do atual município de São Lourenço do Sul é composta por diversas paisagens, nas áreas interioranas encontramos a Serra dos Tapes "A Serra dos Tapes compreende a região serrana dos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul" (Salamoni e Waskievicz, 2013, p. 75) e uma linda paisagem do que ainda é remanescente das matas atlânticas "A Mata Atlântica possui uma das maiores biodiversidade do planeta, porém restam menos de 10% dessa importante formação florestal."(Beskow, Camelato, Weber, 2013). Infelizmente cada vez em menor número. "Em São Lourenço do Sul - RS existem importantes fragmentos da mesma, porém estão sendo desmatados para secagem da cultura do Tabaco, presentes na maioria das propriedades rurais da região."(Beskow, Camelato, Weber, 2013). O local em que passou a ser a cidade, a área urbana, a natureza também é muito bonita e contemplativa com a bela praia de água doce da Lagoa dos Patos. Na ocasião da chegada dos imigrantes a região era "uma colônia cercada de estâncias" (Bosenbecker, 2011, p. 10) e os imigrantes europeus que chegaram foram

enviados para as áreas mais interioranas, as colônias na Serra dos Tapes. O que difere do que aconteceu com outros imigrantes que foram pioneiros, os fundadores de em algumas cidades brasileiras como é o caso do Vale dos Sinos por exemplo.

A origem de São Lourenço do Sul começa no final do Século XVIII na atual localidade do Boqueirão no 1º Distrito, a partir das sesmarias doadas a militares açorianos. Surge assim a estância em que viviam além dos proprietários, os escravos e outros grupos. E dentro deste contexto histórico encontramos os primeiros habitantes da região "pela confluência de contingentes profundamente díspares em suas características raciais, culturais e linguísticas."(Ribeiro, 1983, p. 92). Atualmente na localidade do Boqueirão encontra-se a Igreja Nossa Senhora da Conceição que foi a primeira igreja do município. A capela começou a ser construída em 1809 nas terras doadas por Adolfo Pereira Chaves. É importante destacar que a história do Boqueirão está relacionada com duas comunidades Quilombolas, a Comunidade Quilombola da Coxilha Negra que remonta há 150 anos e a Comunidade Quilombola Rincão das Almas " Rincão dos Negros Forros que virou Rincão das Almas: os antigos contam sobre o processo de troca de nome do local, considerada uma maneira de se formar uma territorialidade negra." (CAPA, 2010, p.29). A emancipação da freguesia de Boqueirão ocorreu em 26 de abril de 1884, mas a transferência para a atual sede do município de São Lourenço do Sul só aconteceu em 15 de fevereiro de 1890. Quando surge a Vila de São Lourenço com a doação do estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães de uma parte das terras para ser povoado às margens do Arroio São Lourenço no qual realizava negócios no porto. Em 31 de março de 1938 torna-se a cidade de São Lourenço do Sul. A comemoração da emancipação política no município de São Lourenço ocorre anualmente no dia 26 de abril.

A história da região é formada por vários povos "Antes do povoamento da região por portugueses, luso-brasileiros, africanos ou imigrantes, houve a presença de grupos indígenas na região da Serra dos Tapes." (Schneid, 2014). Entre os lusos estava o coronel José Antônio de Oliveira Guimarães, um dos que receberam da Coroa portuguesa no Século XVIII as terras distribuídas aos militares que haviam se destacado na guerra contra os espanhóis. "As colônias militares estabelecidas em pontos dispersos do território." (Coaracy, 1957, p.24). O estancieiro e intendente, José Antônio de Oliveira Guimarães em 1857 firmou contrato com Jacob Rheingantz "o comerciante Jacob Rheingantz [...] adquiriu oito mil milhas quadradas de terras devolutas, comprometendo-se em medir a terra no prazo de cinco anos e colonizá-la com, no mínimo, 1.440 imigrantes agricultores." (Tedesco e Neumann, 2023, p.9).

A imigração e as divergências e tensões

E neste contexto, chegam em 1858 “os primeiros imigrantes assentados chegaram em 18 de janeiro de 1858, procedentes de Altona, Hannover, Saxônia, Hamburgo, Holstein, Romênia, Osterfeld, Lübeck e da Pomerânia.” (Salamoni, 2001, p.30). Estes primeiros 88 imigrantes vindos do porto de Hamburgo para São Lourenço do Sul, haviam embarcado no dia 31 de outubro de 1857. A viagem até o destino final levava bastante tempo. “Não havia nesse tempo navegação a vapor direta entre Hamburgo, porto de embarcação dos colonos, e o Rio Grande.” (Coaracy, 1957, p.52). Conforme o relato escrito de Jacob Rheingantz, “o navio que os trouxe foi a embarcação holandesa Twee Vrienden, capitão W. Nordhoek. Chegaram os imigrantes em meados de janeiro e no dia 18 do mesmo mês já se achavam, na Colônia”. (Rheingantz, 1097, p.9). Em poucos anos já haviam chego mais de cinco mil imigrantes para São Lourenço do Sul. “São muitas as histórias de sucesso ou superação de colonos alemães no Brasil, bem como as histórias e relatos daqueles que não tiveram a mesma “sorte” de alcançar as expectativas criadas antes de embarcar nos navios em portos alemães rumo ao Brasil, o “Paraíso na Terra”. (Hackenhaar, 2018, p. 43). A América era o destino de milhares desses imigrantes alemães que embarcavam na Europa tendo como primeiro destino os Estados Unidos e em segundo lugar o Brasil. “Estima-se que a população pomerana no Espírito Santo gire atualmente em torno de 120 mil e, em termos de Brasil, talvez, ultrapasse 300 mil indivíduos.” (Tressmann: 1998). Os imigrantes deixam para trás as duras condições de vida como fome, guerras, doenças, empobrecimento em consequência da Revolução Industrial, a subdivisão da pequena propriedade que era insuficiente para a subsistência da família, entre vários outros problemas. “A maioria dos casos, o equipamento social básico do imigrante é aquele ‘sistema social tradicional’ do camponês preso a uma estrutura feudal de vida.” (Ianni, 1972, p.183).

A historiografia tradicional que evidencia os eventos marcantes e extraordinários "a história do mundo é a biografia dos grandes homens". (Carlyle, 1841). E invisibiliza as pessoas simples que também fazem a história. E esta história dos grandes homens, grandes feitos, figuras de destaque como líderes políticos, militares, religiosos ou intelectuais, surge em São Lourenço do Sul o questionamento de Eduardo Iepsen sobre o mito fundador Jacob Rheingantz. “Jacob Rheingantz foi apenas o administrador de um negócio, com seus méritos e problemas, transformado em herói por uma série de autores

engajados com causas particulares." (Iepsen, 2008, p. 180). Na Coxilha do Barão, no 6 Distrito de São Lourenço do Sul, há um monumento e os restos mortais de Jacob Rheingantz. E diante desta abordagem nos deparamos com o mito fundador, em Coaracy, 1957 quando encontramos o seguinte relato: "as condições atuais de São Lourenço do Sul constituem o mais digno monumento à memória do fundador e magnífico atestado de acerto de suas previsões." (Coaracy, 1957 p. 110). Sobre esta discussão do mito fundador, o historiador Eduardo Iepsen escreve que esta é "uma representação idealizada de um homem que, na verdade, nunca existiu, mas que atende às necessidades do poder estabelecido. Então, a crítica não é para Rheingantz; mas sim, para quem o produziu." (Iepsen, 2008, p. 20).

Observa-se na pesquisa Iepsen que Rheingantz teve problemas e que ocorreram revoltas dos imigrantes e que "após a revolta, a família Rheingantz refugia-se no Rio Grande e a colônia é sitiada pelas forças provinciais, lideradas pelo Barão von Kahlden." (Iepsen, 2008, p. 64). Os descontentamentos com Rheingantz por parte de alguns imigrantes se dava por vários motivos, entre estes podemos observar que o "vieram com a passagem paga. Enquanto esteve à frente do empreendimento, houve inúmeras reclamações por parte dos imigrantes, gerando um clima de tensão." (Tedesco e Neumann, 2023, p.9). O historiador e Professor Jorge Cunha fez uma pesquisa na Alemanha e encontrou documentos que relatam que "Rheingantz durante a sua estada em Hamburgo durante o ano de 1857 ofereceu e vendeu terras por preços entre 200.000 e 250.000 Réis, um preço que a muitos motivou. Mas, chegando em São Lourenço os colonos deveriam pagar entre 400.000 e 800.000 Réis" (Cunha, 1995, p.186). A construção de um mito histórico e sua idealização patrimonial, é tema tão sensível que retrata uma identidade cultural e as memórias de uma sociedade, ou de um grupo (Candau, 2021). Neste caso específico o da comunidade pomerana da região da Serra dos Tapes. A idealização cultural e os mitos podem ter interesses políticos e econômicos. Quando confrontamos com a visão de Carlo Ginzburg sobre a compreensão do mito não como uma narrativa tradicional, mas como uma forma de resistência histórica, talvez estas influências ajudam a pensar a cultura deste povo.

Na região de São Lourenço do Sul os imigrantes que chegaram eram alemães e entre estes estão vários pomeranos, que vinham da já extinta pós II Guerra Mundial, Pomerânia que ficava próxima ao Mar Baltico. "A Pomerânia foi anexada pela Prússia em 1772, tornando-se uma província do Reino da Prússia. A Colônia São Lourenço recebeu grande contingente de imigrantes dessa região." (Bosenbecker, 2011, p.8). Pelos

registros históricos, “a chegada de grupos pomeranos no Brasil começa a se intensificar apenas no período após 1859, com maior ênfase nas décadas de 1860 e 1870.” (Granzow, 2009, p.167). Este movimento de imigração se deve ao fato de que “o governo prussiano até então se opunha fortemente à emigração de sua população, pelo fato deste movimento acarretar na perda de homens para a composição do exército, e perda de mão de obra abundante e barata.” (Granzow, 2009, p. 167). O termo imigrantes alemães é bastante problematizado na historiografia por todos os grupos de imigrantes desta região terem uma classificação homogeneizante. A Alemanha do período dos imigrantes vindos para América era uma Alemanha formada por vários reinos e ducados, com uma unidade política até 1871 e a formação da Federação Alemã em 1815, dividida em estados independentes regionais. O processo de unificação se concretizou em 1871, foi liderado por Otto von Bismarck que conseguiu a formação da Alemanha após algumas guerras e disputas. “A partir da segunda metade do século XIX, o território que hoje corresponde à Alemanha passou por um processo de unificação territorial, o que garantiu o surgimento do Império Alemão.” Proclamaram Guilherme I como Kaiser e iniciaram o chamado II Reich “proclamação de Guilherme I como imperador alemão em 1871.” (Hobsbawm, 2012, p. 290). Embora existam discussões entre diferenças, semelhanças ou singularidades nos grupos, recorremos ao sentimento de identidade, pertencimento e auto-reconhecimento. “A multiplicidade do ser humano permite, por exemplo, haver uma identidade enquanto pomeranos, ao mesmo tempo em que são brasileiros em seu auto-reconhecimento.” (Beilke. 2013, p. 279). E neste viés entre as suas origens, o hoje destes brasileiros constitui-se “Uma história viva, uma história multiperspectivada por divergentes pontos de vista e distintas interpretações históricas” (Waldy, 2022, p.159).

A língua pomerana

Várias são as descrições na história sobre a língua pomerana, muitas vezes descrita como um dialeto que para alguns soa um tanto pejorativo tendo em vista o sentimento de defesa da língua pomerana. "O preconceito étnico, no Brasil, não esteve restrito aos negros e aos indígenas, mas também aos brancos, em alguns contextos." (Weiduschadt; Souza; Beiersdorf, 2013, p.253). Estima-se que no Brasil atualmente, vivem em torno de “350 mil pomeranos” (Seibel, 2016, p. 36), são descendentes de imigrantes que preservam sua identidade cultural expressam as memórias e a língua pomerana que continua sendo falada no cotidiano das comunidades. Muitos acreditam que a língua pomerana se

manteve preservada em São Lourenço do Sul pelo fato das comunidades estarem localizadas nas regiões interioranas do município. A grande maioria da população pomerana/brasileira, que está ligada à terra "Land" (Bahia, 2011), habita os territórios rurais no trabalho da agricultura, de onde tiram o seu sustento e o da sua família. Dentro da comunidade pomerana encontra-se muito presente a religiosidade. "É importante salientar possíveis diferenciações nos grupos pomeranos que formavam a maioria dos imigrantes do núcleo de São Lourenço."(Bosenbecker, 2011, p.8). Em São Lourenço do Sul existem poucos falantes da língua alemã, mas a língua pomerana continua sendo muito utilizada, principalmente na área rural do município, "o pomerano é língua co oficial em oito municípios brasileiros."[3] A origem do pomerano começa na Europa, Johannes Bugenhagen (1485-1558) o Doctor Pomeranus que era assim chamado por Lutero, por ser seu amigo e confessor, realizando o casamento de Lutero com Katharina von Bora e mais tarde pregando no funeral de Martinho Lutero. Este teólogo foi o responsável por introduzir a Reforma Protestante no Ducado da Pomerânia e na Dinamarca no século XVI. "A entrada do Alemão na Pomerânia se dá mais tarde, a partir de 1530, com a Reforma Luterana." (Tressmann, 1998). Bugenhagen era um estudioso bíblico e humanista que se dedicou a dar palestras sobre as escrituras e publicar inúmeras impressões. Em 1524, Bugenhagen traduziu o Novo Testamento alemão de Lutero para o baixo-alemão, antes da publicação da própria versão de Lutero - e sua leitura se tornaria popular e amplamente impressa. "Não podemos desconsiderar que desde 1588 já existia uma bíblia (Barther Bibel) em escrita pomerana. (Beilke, 2026, p.40). Conforme a pesquisa de Ismael Tressmann em 1530, a Pomerânia torna-se luterana através de um colaborador de Lutero, Johannes Bugenhagen. A tradução da Bíblia por Lutero para uma das variedades do Alto-Alemão, do qual se originou o Alemão oficial, também chega à Pomerânia. A língua para a qual o Reformador traduziu a Bíblia, no entanto, não foi entendida pelos pomeranos;

> O pomerano é uma língua baixo-saxônica, isto é, uma língua saxônica das terras baixas da região do Mar Báltico. Também integram o grupo das línguas baixo-saxônicas o Westfaliano, o Platt Menonita, o Saxônio, o Neerlandês, entre outras. O Inglês e o Escocês são, por sua vez, línguas anglo-saxônicas, também aparentadas com o Pomerano. Já o Alemão pertence a um outro grupo de línguas; descende do Alto-Alemão (das regiões altas, montanhosas da Alemanha e da Suíça (Tressmann, 2008, p:1).

No Brasil ocorre o esforço de muitos descendentes para a manutenção da língua

pomerana. “Em Canguçu/Rio Grande do Sul já houve a co-oficialização da língua pomerana e

[3] Para lista completa de línguas cooficiais em municípios brasileiros, visite o site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Políticas Linguísticas (IPOL). Disponível em: http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros.

a inclusão dessa disciplina no currículo escolar da rede municipal que entrou em vigor a partir do ano letivo de 2011.” (Beilke. 2013, p. 271). No estado do Espírito Santo, em algumas cidades capixabas a língua pomerana também é ensinada nas escolas e tem uma escrita que se tornou possível pela publicação do dicionário pomerano de Ismael Tressmann. Também foi aprovada em agosto de 2011 a PEC 11/2009, emenda constitucional que inclui no artigo 182 da Constituição Estadual a língua pomerana, junto com a língua alemã, como patrimônios culturais do Espírito Santo. O Decreto nº 7.387, de 9 de Dezembro de 2010, institui a língua, incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística - Referência Cultural Brasileira - expedido pelo Ministério da A publicação do livro O inventário da língua pomerana - língua brasileira de imigração é importante marco para a língua pomerana;

o inventário constitui uma política fundamental para resguardar e promover as comunidades linguísticas e suas referências culturais e identitárias, alinhando-se ao esforço conduzido pelo IPHAN de inventariar, mapear, salvaguardar e reconhecer a “diversidade linguística brasileira”, conforme prevê a Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil, instituída pelo Decreto Federal n. 7.387, de 9/12/2010.(Moreno e Silveira, 2022, p. 15).

Conforme o levantamento realizado pelo médico lourenciano Edilberto Hammes, em várias cidades brasileiras encontramos falantes da língua pomerana como podemos verificar no mapa abaixo.

Figura 1. Mapa das cidades brasileiras em que se encontra falantes da

língua pomerana.



Fonte: (Hammes, 2014, p.209).

A língua pomerana que é utilizada no dia-a-dia das comunidades "na intimidade da família, dos amigos, nas situações-limite de conflito social." (Bahia, 200, p.77) não era escrita, apenas falada. "No Brasil existe atualmente uma grande variedade de línguas faladas. Algumas não possuem formas escritas." (Beilke. 2013, p. 263). Mas atualmente então, como já mencionado anteriormente, ocorrem vários esforços para que seja também escrita. Existem 4 5

vários projetos neste sentido . Existem diversas e diferentes realidades no Brasil. Como é o caso de muitos brasileiros, descendentes de pomeranos, têm como língua mãe o pomerano, e quando chegam nas escolas tem dificuldades com o português. Tema que é apresentado por Jandira Marquardt Dettmann "foram tempos difíceis, assim como aqueles em que ingressei na escola falando somente a Língua Pomerana, sem, inicialmente, compreender o que a professora falava." (Dettmann, 2020, p. 20). Todas estas múltiplas realidades fazem parte do contexto histórico dos descendentes de imigrantes.

As Fotografias como fontes históricas

Várias são as maneiras de escrever a história e interpretá-la, mas o fato histórico do que aconteceu permanece, apesar das inúmeras maneiras de descrevê-lo. E as fotografias podem ser uma importante aliada da história,

por mais variáveis que sejam as suas análises e interpretações elas apresentam um testemunho vivo “Imagens podem testemunhar o que não pode ser colocado em palavras.” (Burke, 2017). As fotografias por muito tempo foram pouco utilizadas nos trabalhos históricos. Como bem descreve Lilia Schwarcz, tivemos um uso “um tanto conservador”. Não por coincidência é comum encontrar uma utilização um tanto conservadora das imagens em nossos ensaios;

> Um “clássico” é colocá-las em apêndices ao final de livros e textos, como se elas não precisassem de maiores explicações ou se não fosse necessário escrutinar suas origens sociais, clientelas, contextos, recepção ou circulação. Mais ainda, elas em nada interfeririam na obra, e por isso poderiam ficar dispostas no seu final, para mero deleite do olhar. (Schwarcz, 2014, p. 392).

No momento atual da humanidade, no século XXI, pode ser até difícil imaginar o quanto a fotografia foi uma grande novidade na vida das pessoas há alguns anos, principalmente para os grupos como o dos imigrantes pomeranos que estavam localizados dentro das comunidades no interior dos municípios da Serra dos Tapes. A maioria dos descendentes de pomeranos da região mantém guardadas todas as fotografias dos seus antepassados “arquivar é um modo de testemunhar, de deixar registrada nossas memórias, nossas relações com os outros, enfim, nosso lugar no mundo” (Almeida, 2021, p. 45). Talvez essa relação de valorização da fotografia esteja relacionada com a identidade “A fotografia é uma prova não só do que está ao nosso redor, mas também do que o indivíduo vê”. (Sontag, 1981, p. 86). As fotografias são um elo documental afetivo como podemos ver em Kossoy;

> As fotografias, em geral, sobrevivem após o desaparecimento físico do referente que as originou: são os elos documentais e afetivos que perpetuam a memória. A cena gravada na imagem não se repetirá jamais. O momento vivido, congelado pelo registro fotográfico, é irreversível. As personagens retratadas envelhecem e morrem, os cenários se modificam, se transfiguram e também desaparecem. (Kossoy, 2001, p. 139).

As fotografias são portanto um meio de comunicação dos seres humanos do que foi vivido. E a partir da interpretação de quem as analisa surgem as narrativas históricas. A iconografia pode então ser uma importante aliada da história através da análise das características da imagem.

Trajetória de um imigrante Pomerano

Neste trabalho trazemos algumas fotografias no intuito de apresentar a trajetória de vida do filho de imigrante pomerano, Emílio Alberto Roberto Wille, que foi professor e pastor luterano na região meridional, ele falava fluentemente o pomerano e o alemão " o pastor Wille teve grande influência sobre os teu-brasileiros que povoavam o sul do Estado." (Warth, 1979, p.362). A sua história de vida está diretamente relacionada com o contexto histórico do protestantismo de imigração que chega junto com estes imigrantes europeus e começa aqui no Brasil as denominações religiosas luteranas. Emílio Wille nasceu no dia 13 de novembro de 1886, na localidade da Harmonia, em São Lourenço do Sul/RS-BR, filho dos imigrantes pomeranos. Seu pai, Julius Karl Erdreich Wille nasceu em 3 de março de 1858, em Pommern, Preußen, era filho de Friedrich Johann Gottlieb Wille e Charlotta Floriana Rehbein. Julius Karl Erdreich Wille imigrou para o Brasil e casou com Ernestine Regine Wachholz que também nasceu na europa no dia 17 de fevereiro de 1853 em Strippow, Köslin, Pommern,

Preußen, filha de Johan Jacob Wachholz e Henriette Sophia Dorothea Mäske. O casal de imigrantes Julius e Ernestina tiveram 4 filhos e 3 filhas, aqui no Brasil, entre estes 7 filhos estava Emílio Wille. Abaixo trazemos uma fotografia do Emílio Wille, com seus pais e irmãos.

Fotografia 1. Família Wille em São Lourenço do Sul no final do Século XIX.



Fonte: Iconográfica - Fotografia do arquivo familiar da família Wille.

Emílio Wille é o menino em pé de pés descalços, estas famílias, após atravessar o Oceano Atlântico em condições bastante precárias, chegam ao interior de São Lourenço do Sul com poucos recursos financeiros. As condições iniciais dos imigrantes eram mínimos e para se alojar, construíram galpões coletivos e, posteriormente, cada família construiu sua casa e em sistema de comunidade e mutirões construíram igrejas e escolas para seus filhos. Ainda hoje é possível observar estas estruturas físicas (igrejas e escolas) em algumas comunidades e também ouvir relatos pessoais sobre a rotina nessas escolas paroquiais ligadas às congregações. No interior do município de São Lourenço do Sul é comum encontrar muitos destes relatos, onde as pessoas lembram das aulas nessas escolas com professores e pastores da IELB - Igreja Evangélica Luterana do Brasil, como é o caso do professor e pastor Theodoro

Wille, filho do Emílio Wille, que muitos, na contemporaneidade ainda rememoram suas aulas que ocorriam nas escolas das congregações, escolas estas que ficavam do lado da igreja. Estes, são alguns fatos históricos

que permanecem vivos na memória destes descendentes de pomeranos.

Emílio Wille foi um dos primeiros alunos matriculado no primeiro Instituto de pedagogia e teologia (atual Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil/IELB). Instituto este que foi fundado em 1903 pelo Sínodo de Missouri da Lutheran Church dos Estados Unidos - LCMS em Bom Jesus no 4 º Distrito de São Lourenço do Sul/RS. Posteriormente Emílio Wille foi professor e pastor da Igreja Evangélica Luterana do Brasil/IELB. Sua atuação na igreja Luterana ocorreu desde a sua matrícula como aluno do primeiro Instituto do Sínodo de Missouri na América do Sul, sua formação teológica que foi concluída no Seminário de Springfield (Illinois, EUA), seu trabalho como professor da IELB na região Meridional do Rio Grande do Sul, e o seu trabalho como pastor da IELB em alguns municípios do Rio Grande do Sul. Observa-se que a história do luteranismo na América começou o seu desenvolvimento com a chegada dos imigrantes europeus no século XIX. Os estudos de Walter Steyer abordam o começo deste processo histórico "Em 1847, um grupo de imigrantes luteranos alemães fundou no estado de Missouri (EUA) Sínodo denominado Deutsche Evangelisch Lutherische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten." (Steyer, 1999, p. 19). Aqui na América do Sul o projeto de expandir o luteranismo se dá com a criação deste Instituto de pedagogia e teologia em Bom Jesus - São Lourenço do Sul/RS, que teve como professor e diretor o pastor estadunidense John Hartmeister. Como muitos imigrantes vieram para o América do Sul o Sínodo de Missouri enviou pastores para a região Sul do Brasil "O grande número de imigrantes alemães na América do Sul, entre os quais também luteranos, levou o Sínodo de Missouri, a partir de 1900, a enviar pastores ao Rio Grande do Sul, Brasil." (Steyer, 1999, p. 16). Já existia aqui o Sínodo Riograndense e as igrejas livres, fato que fez com que houvesse divergências entre os grupos luteranos.

A docência empregada pelos pastores luteranos aqui no Brasil era guiada pela religiosidade luterana. Quando abordamos a educação luterana alvitramos a reforma da educação moderna no Ocidente. Inaugurada por Martinho Lutero (1483 – 1546) em todo sistema educacional a partir do século XVI, que reorganizou toda educação escolar desde as séries iniciais até a Universidade.

> Lutero que, mesmo não tendo formulado uma teoria pedagógica própria e autônoma ou inovadora no modo de ensinar, contribuiu, e muito, para o estabelecimento de novas bases para que a pedagogia moderna fosse construída. E ele contribuiu também para que a educação, na modernidade, passasse a se voltar para a construção da cidadania e da individualidade. (Toledo, 1999).

As contribuições de Lutero para a organização curricular da pedagogia moderna, defendiam que "A História os tornará prudentes e sábios, para saberem o que vale a pena perseguir e o que deve ser evitado." (Lutero 1995, p. 319). Dando bastante ênfase à História, "Lutero tinha um bom conhecimento da história em geral e, especialmente, da história da igreja. Ele incentivou o estudo da história, escreveu obras abordando eventos históricos e prefaciou diversas obras de conteúdo histórico." (Buss, 2006, p.14) Lutero propôs que o ensino deveria acontecer com ludicidade e conforme Georg Hegel (1770-1831), Martinho Lutero transformou o modo de pensar a educação. Pois conforme ele a escola deveria ser um espaço de formação de indivíduos capazes de transformar o mundo. Num modelo de escola universal, pública, gratuita e obrigatória.

> Os princípios de uma educação gratuita, popular, obrigatória e com caráter estatal já se encontravam na Reforma Protestante nas propostas que Lutero elaborou e tanto lutou para que acontecessem, no intuito de possibilitar a formação de um melhor cidadão. (Mahon, 2019).

Este princípio da necessidade de ter escolas veio junto para o Brasil com estes imigrantes, tanto que no começo da imigração eram escolhidas dentro das comunidades algumas das pessoas para serem os professores. Os imigrantes confiavam seus filhos para terem aulas, para aprender a ler e escrever. Quando o Sínodo de Missouri envia os primeiros pastores para a América do Sul, verificaram que "muitos luteranos alemães tinham emigrado para o Brasil". (Warth, 1979). Estes estadunidenses do Sínodo de Missouri dão "ênfase especial à escola". (Der Lutheraner, 1900, apud Tradução Steyer, 1999, p.36). Com o lema já estabelecido anteriormente que era: "Ao lado de cada congregação uma escola - este era o alvo". (Steyer, 1999, p. 36).

As aulas do Seminário Concórdia surgiram da então necessidade luterana de se formar líderes religiosos locais para atender as famílias de imigrantes luteranas "Algumas comunidades já estavam organizadas em comunidades livres e mantinham escolas, por isso o Sínodo teve que se diferenciar destas buscando qualidade no ensino, valorizando desde cedo o professor e pastor nestas escolas" (Weiduschadt, 2008, p. 24). Estas comunidades livres são conhecidas entre os imigrantes como "freie Gemeinde" ou seja,

congregações livres. No início das atividades o Professor/Pastor-Missionário, John Hartmeister contava com cinco alunos que “tinham um programa completo de estudos e trabalhos. […] O Programa de estudos incluía: História Bíblica, Catecismo, Hinos, Salmos, Línguas Alemã, Portuguesa e Latina, História Brasileira, História Geral, […] e outras disciplinas." (Rehfeldt, 2003, p.54).

Num primeiro momento os estadunidenses não diagnosticaram “um tão grande número de luteranos sem atendimento pastoral” (Steyer, 1999, p. 32). Provavelmente porque “a esta altura, as famílias luteranas já tinham sido absorvidas pelo Sínodo Rio-Grandense.” (Steyer, 1999, p. 32). E “Assim o novo alvo eram comunidades autônomas [...] que devido à falta de pastores, escolhiam um dentre eles ou contratavam outra pessoa qualquer para exercer a função de pastor e, geralmente também de professor.” (Steyer, 1999, p. 32).

As três ramificações do luteranismo alemão no Brasil, leia-se: Sínodo de Missouri ,[6] Igrejas Livres e Sínodo Rio-Grandense não se unificaram e “[...] podem-se perceber as [7] [8] dificuldades de diálogo entre as três instituições luteranas.” (Weiduschadt, 2015, p. 67). Ainda assim, as três vertentes concordavam na valorização do ensino escolar conforme podemos verificar em Martin Dreher “O acento na educação acompanhava a História do luteranismo desde os seus primórdios no século XVI, quando Lutero publicou dois importantes escritos.” (Dreher, 2014, p. 148). Estes escritos de Martinho Lutero versavam “Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham as escolas e Uma prédica para que se mandem os filhos à escola.” (Dreher, 2014, p. 148). Portanto é perceptível o quanto a educação e as escolas estavam presentes nos primeiros anos da imigração “A criação e promoção de escolas paroquianas foi uma das principais marcas da igreja Evangélica Luterana

do Brasil no primeiro século de sua existência.” (Rehfeldt, 2003, p. 51). E normalmente o professor dessas escolas era também pastor nestas comunidades. Na fotografia abaixo podemos ver o pastor Emílio Wille com seus alunos da escola paroquial da congregação de Bom Jesus. Todos os retratados na imagem estão pousando para a fotografia.

Fotografia 2. Professor/Pastor Emílio Wille com seus alunos em São Lourenço do Sul em 1943.



Fonte: Iconográfica - Fotografia do Acervo do HISALES/UFPEL.

Nos registros históricos da comunidade Luterana de Bom Jesus, SLS/RS, está documentado que os membros reconstruíram com tijolos um estábulo que existia na propriedade da congregação e que este serviu para o dormitório e a sala de aula para os primeiros estudantes do Seminário Concórdia que iniciou suas atividades em Bom Jesus no início do século XX, no ano de 1903. De acordo com (Rehfeldt, 2003) a fundação de um Seminário foi uma decisão local e após calorosa discussão entre os membros, a proposta foi aceita e o missionário estadunidense John Hartmeister começou o trabalho de ensinar jovens brasileiros. Conforme conta a História da IELB, este foi o primórdio do Seminário Concórdia no Brasil, atualmente o Seminário Concórdia está instalado em São Leopoldo depois de ter

passado por Porto Alegre/RS. "O surgimento do primeiro seminário no interior de São Lourenço do Sul entre os pomeranos propiciou um estudo do projeto do Sínodo na compreensão da identidade teológica pedagógica dos primeiros estudantes." (Weiduschadt, 2007, p. 8). Nas próximas fotografias podemos ver a primeira casa pastoral da congregação de Bom

Jesus. A primeira imagem foi capturada em 2024 e a segunda é de 1903. Portanto trata-se de uma casa centenária.

Fotografia 3. Museu Casa Hartmeister - Memorial da imigração pomerana em 2024.

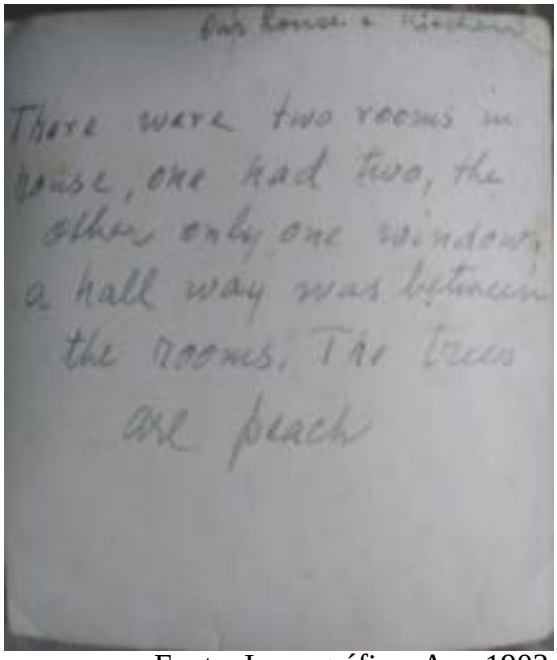


Fonte: Fotografia de autoria própria

Dentro da comunidade pomerana, no interior do município, no 4º Distrito, na localidade de Bom Jesus, encontra-se o Museu Casa Hartmeister que abriga o memorial da imigração pomerana, neste local histórico se preserva a memória dos pomeranos. A casa que foi construída pelas primeiras famílias pomeranas para servir de casa pastoral da congregação São João de Bom Jesus e serviu de abrigo para o missionário John Hartmeister do Sínodo de Missouri/EUA, que então no ano de 1903 iniciou as aulas como professor do Seminário Concórdia da Igreja Evangélica Luterana do Brasil que atualmente está com sede e atividades em São Leopoldo/RS. O estadunidense voltou para o seu país em 1905. Na sua estada no Brasil ele retratou a casa e a descreveu como podemos verificar na próxima fotografia. A descrição da imagem está escrita atrás da fotografia, em inglês, descrevendo-a com o título “Nossa casa e cozinha” e segue relatando: “Haviam dois cômodos na casa, um tinha dois, o outro tinha apenas uma janela, um caminho de hall entre as dependências. As árvores são de pêssegos”. Era comum a arquitetura das casas adjacentes, ainda hoje é possível encontrar muitas casas antigas com este estilo de construção na localidade de Bom Jesus no 4º Distrito de São Lourenço do Sul/RS.

Fotografia 6 - Fotografia da Casa em Bom Jesus que atualmente abriga o Museu Casa Hartmeister e imagem da escrita em inglês do pastor Hartmeister (atrás da foto).





Fonte: Iconográfica. Ano 1903.

Este local de memória permite partilhar o conhecimento conforme o Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro “são espaços físicos imbuídos de significação cultural, aos quais são atribuídos valores.”(IPHAN, 2000). Na casa Hartmeister – Museu e Memorial “encontra-se uma diversidade de objetos

pessoais, livros, documentos, instrumentos utilizados no atendimento médico, entre outros, permitindo a identificação de diversos aspectos históricos e culturais" (Schneid, 2017, p.90). Entre o acervo do museu também se encontram os objetos médicos utilizados Wanghert, um alemão que veio ao Brasil em meados do século XX e por muitos anos atendeu diversas famílias do interior de São Lourenço do Sul.

Considerações finais

As pesquisas sobre os imigrantes e as fontes históricas que vão surgindo auxiliam de forma positiva para que os fatos históricos possam receber suas interpretações e escritas. Muito já foi explanado sobre o tema com vários historiadores que se debruçaram com muita dedicação e atenção à interpretação do vivido.

A trajetória de do filho de imigrantes, Emílio Wille, aqui apresentada nestas poucas linhas, mostra um pouco das investigações sobre a história da educação e a vida de professores que também eram pastor. Com o auxílio da iconografia podemos analisar possibilidades para a pesquisa com fontes históricas.

As discussões sobre a uniformidade da língua alemã de imigrantes germânicos sem as singularidades como o caso da língua pomerana que é falada e permanece viva entre os descendentes traz a baila que ainda temos muitas investigações para serem feitas sobre o tema, principalmente neste momento de celebração das imigrações para o Brasil.

Apesar das divergências do passado e da incerteza da manutenção da língua pomerana nas futuras gerações, este breve e singelo escrito sobre os pomeranos da região meridional buscou problematizar algumas questões sobre a importância do uso da fotografia como fonte e também tentou abordar a questão do grupo pomerano que veio para a região de São lourenço do Sul e que ainda hoje seus descendentes permanecem com muitas das expressões dessa cultura. As investigações não se esgotaram nesta pesquisa, pelo contrário, percebe-se a necessidade de mais pesquisas.

Referências

Almeida, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em história da educação.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2021.

Bahia, Joana. **"O tiro da bruxa": identidade, magia e religião entre camponeses pomeranos do Estado do Espírito Santo.** [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2000.

Beskow, Günter Timm; Weber, Diego; Camelato, Tiago. **Centro de Educação Ambiental da Mata Atlântica (CEAMA) – Relato de uma experiência.** Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 8, No. 2, Nov 2013.

Beilke, Neubiana Silva Veloso. **1984- Pommersche Korpora : uma proposta metodológica para compilação de corpora dialetais**.- Orientador - Guilherme Fromm. 285 f. Universidade Federal de Uberlândia. 2016.

Burke,Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos; São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Brasil. Decreto nº 7.387, de 9 de dezembro de 2010. **Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil. Poder Executivo. Brasília, DF, 10 dez. 2010. ISSN 1677-7042.

Brasil. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. **Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro,** cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

Buss, Paulo Wille. **Um grão de mostarda: a história da igreja Evangélica Luterana do Brasil.** Porto Alegre. Editora Concórdia, 2006.

Carlyle, Thomas. **On Heroes, Hero-Worship, and the Heroic in History.** 1841.

CAPA. **Revelando os quilombos no Sul: Comunidades Quilombolas; Agricultura familiar; Reconhecimento público; Participação social e cidadania**. Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) e Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário. 64p. Brasil, 2010.

Coaracy, Vivaldo. **A Colônia São Lourenço e o seu fundador Jacob Rheingantz**. São Paulo: Saraiva, 1957.

Cunha, Jorge Luis da. **Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation: einen Si Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914**. Santa Cruz do Sul: UNISC / Gráfica Léo Quatke, 1995.

Dettmann, Jandira Marquardt. **Práxis Docente Pomerana: Cultura, Língua E Etnicidade.** Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.- Orientador: Erineu Foerste. Vitória, 2020.

Dreher, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.** Porto Alegre: EST, 1984.

Granzow, Klaus. **Pomeranos: sob o cruzeiro do sul, colonos alemães no Brasil.** Trad. Selma Braum. Edição Comemorativa dos 150 anos da Imigração Pomerana no Espírito Santo.
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2009. v. 10. (Coleção Canaã).

Hackernhaar, Daniele. **Vida E Trajetória Do Povo Pomerano: A Imigração Pomerana Para O Brasil**. (TCC de História) - Orientador Manoel Pereira R. T. dos Santos. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis 2018.

Hammes, Edilberto L. **São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000.** São Leopoldo: Studio Zeus, 2010. 4 vols

Hobsbawm, Eric J. **A era do capital: 1848 - 1875.** Tradução de Luciano Costa. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Ianni, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

Iepsen, Eduardo. **Jacob Rheingantz e a colônia São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história.** Dissertação (Mestrado em História) - Orientador Martin N. Dreher. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 280 pg. 2008.

Kossoy, Boris. **Fotografia & história.** São Paulo: Ateliê, 2001.

Lau Filho, Waldy Luiz. **Por Uma Consciência Histórica: Narrativas Autobiográficas De Estudantes De História Do Ensino Médio.** Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM - Orientador Jorge Luiz da Cunha, 2020.

Lau Filho, Waldy Luiz. **Criar Educação**. Criciúma, v. 11, nº 2, ago/dez 2022.– PPGE – UNESC.

Lutero, M. **Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que**

criem e mantenham escolas cristãs [1524]. In: Martinho Lutero: obras selecionadas. São Leopoldo: Comissão Interluterana de Literatura, 1995, v. 5, p. 299-325.

Mahon, Francisco Moisés David De Oliveira Santos. **Práticas Educativas E Modos De Ensinar De Martinho Lutero E João Calvino. Universidade Estadual Da Paraíba.** Campina Grande, 2019.

Morello, Rosângela. Silveira, Mariela. Organização. **Inventário da língua pomerana : língua brasileira de imigração.** Florianópolis, SC : Editora Garapuvu : IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, 2022.

Neumann, Rosane Marcia. Tedesco, João Carlos. (Org.) **Colonos, colônias e colonizadores aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil .** Volume 6. – Passo Fundo: EDIUPF, 2023.

Neunfeld, Beatriz Hellwig. **A história oral na escola: memórias e esquecimentos na cultura do povo tradicional pomerano e no ensino de História em São Lourenço do Sul/RS.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG Orientadora Adriana Senna, 2016.

Rehfeldt, Mário. **Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil**, Porto Alegre – RS: Concórdia, 2003.

Ribeiro, Darcy. **As Américas e a Civilização: Formação histórica e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Salamoni, Giancarla; Waskievicz, Carmen Aparecida. **Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza**. Tessituras, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

Salamoni, Giancarla. **A Imigração Alemã No Rio Grande Do Sul – O Caso Da Comunidade Pomerana De Pelotas.** História em Revista, Pelotas, v. 7, 25-42, dezembro de 2001.

Steyer, Walter O. **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o luteranismo: fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense**. Editora Singulart. Porto Alegre, RS, 1999.

Seibel, Ivan. **O Povo Pomerano no Brasil.** Santa Cruz, RS: EDUNISC, 2016.

Schwarcz, Lilia Moritz. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** Companhia Das Letras. Org. Lilia Moritz Schwarcz e Flávio Gomes, 2018.

Schwarcz, Lilia Moritz **Lendo E Agenciando Imagens: O Rei, A Natureza e Seus Belos Naturais.** sociologia e antropologia | Rio de janeiro, v.04.02: 391– 431, out., 2014.

Sontag, Susan. **Ensaios sobre fotografia**. Rio de Janeiro, 1981.

Schneid, Carla Rejane Barz Redmer. **Educação Patrimonial: projetos de ensino por meio de bens patrimoniais do Município de São Lourenço do Sul (RS)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande/FURG- Orientadora, Carmem G. Burgert Schiavon. 2014.

Toledo, Cézar de Alencar Arnaut de. **A questão da educação na obra de Martinho Lutero.** ISSN 1415-6814. Acta Scientiarum 21(1):129-135, 1999.

Tressmann, Ismael. **Bilinguismo no Brasil: O caso da Comunidade Pomerana de Laranja da Terra- ES.** Associação de Estudos da Linguagem do Rio de Janeiro (ASSEL-Rio). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1998.

Tressmann, Ismael. **Da Sala de Estar à Sala de Baile. Estudo Etnolinguístico de Comunidades Camponesas Pomeranas do Estado do Espírito Santo**. Tese de Doutorado. Museu Nacional e Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Rio de Janeiro. 2005.
Warth, H. Carlos. **Crônicas da Igreja – Igreja Evangélica Luterana do Brasil.** Porto Alegre, RS, 1979.

Weiduschadt, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana no RS. Mensageiro Luterano**, Editora Concórdia, Porto Alegre, RS, abril de 2008.

Weiduschadt, Patrícia; Souza, Marcos Teixeira; Beiersdorf, Cassia Raquel. **Afro-pomeranos: entre a Pomerânia lembrada e a África esquecida**. 2013, p.253).

LITERATURA E LINGUAGENS

DIACRONIA DO CONTATO ALEMÃO-PORTUGUÊS: A APROPRIAÇÃO DO PORTUGUÊS EM CARTAS PRIVADAS DO CONTEXTO DE IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

Amanda Timmen Mello

Introdução

O presente artigo é um recorte da pesquisa de mestrado da autora e insere-se no âmbito dos estudos sobre contatos linguísticos e sobre a história da imigração alemã para o Brasil, tendo como tema a presença e influência do português em cartas privadas do contexto da imigração alemã no país. O trabalho é desenvolvido na esfera do projeto ALMA-H ("Atlas Linguístico Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata: Hunsrückisch"), mais especificamente como parte dos desdobramentos do ALMA-Histórico, cujo acervo de cartas privadas é aqui objeto de estudo. Propõe-se uma análise diacrônica da apropriação do português a partir de um *corpus* de 139 cartas escritas por imigrantes e seus descendentes no Brasil, entre 1824 e 1991.

Dessa forma, tem-se aqui o objetivo geral de analisar a influência do português na configuração e mudança do alemão no eixo da diacronia, no caso, desde a chegada dos imigrantes até o final do séc. XX. Daí decorrem os seguintes objetivos específicos: a) Identificar macrotendências da presença do português na variedade do alemão em cartas manuscritas de diferentes períodos do contato alemão-português no Brasil; b) Analisar o avanço da apropriação do português no eixo do tempo, sinalizado no uso da língua alemã e relacionado tanto à história externa quanto à história interna da língua; c) Analisar as vias de entrada do português na escrituralidade do alemão, na sua relação com o repertório dos falantes, a oralidade e as dinâmicas de contatos linguísticos.

Contextualização e embasamento teórico

Primeiramente, é preciso destacar que o trabalho confronta-se com duas noções de história da língua: uma história interna, que aborda mudanças estruturais, observando o funcionamento de determinado sistema linguístico; e uma história externa, que analisa as mudanças na língua a partir de sua relação com fatores sociais, culturais, políticos,

geográficos e tudo mais do meio em que seus falantes estão inseridos (Faraco, 2016). Busca-se, dessa forma, trazer aqui elementos da história da imigração alemã no Brasil, em especial a partir de aspectos culturais e sociais da vida dos imigrantes, à exploração sociolinguística do papel do português na configuração e nas mudanças sofridas pela variedade do alemão no Brasil.

Em segundo lugar, cabe justificar a relevância da análise de *dados escritos* para estudos que buscam entender as mudanças linguísticas em tempo real resultantes do contato, como é o caso deste trabalho. O alemão como língua de imigração em contato no Brasil já foi amplamente estudado no âmbito do projeto ALMA-H, assim como em demais pesquisas. O que se tem majoritariamente no ALMA, contudo, parte da observação de dados de fala em tempo aparente, ou seja, análises sincrônicas de elementos da oralidade. O relevante é que as observações a partir da oralidade no ALMA e demais pesquisas a ele vinculadas evidenciam que a escrituralidade, no contexto da imigração alemã para o Brasil, foi por muitos anos um ideal a ser seguido na fala.

Ainda que não haja dados da quantidade de imigrantes que sabia ler e escrever, o que se sabe é que, quem escrevia, fazia-o em alemão *standard* – isso fica evidente, por exemplo, quando se analisam inscrições de cemitérios ou placas públicas (Altenhofen; Morello *et al*., 2018). Entre 1850 e 1930, o Hochdeutsch foi para os teuto-brasileiros a *Schriftsprache*, tendo a chegada de remigrantes e a predominância de aulas, jornais e ritos religiosos em língua alemã alimentado essa realidade (Dreher, 2008, 2014; Gertz, 2004). Na fala, esse ideal era reproduzido na forma mais próxima ao *standard* encontrada, um tipo de *Hochdeitsch*, o Hunsrückisch. Esse nivelamento linguístico, expresso através do uso do hunsriqueano como "língua de mediação" entre as diferentes variedades e o alemão *standard*, predominante na escrita, já é sabido (Altenhofen, 2019). O que resta é justamente a lacuna do papel da escrituralidade na manutenção e configuração de base contatual desse alemão, e com o presente trabalho busca-se começar a preenchê-la. Para tanto, foi escolhido aprofundar a questão através do viés do contato alemão-português.

Sabe-se que, ao mesmo tempo em que se incentivava a manutenção do alemão a partir do meio escrito e de instituições como escola, imprensa e igreja, a história externa também atuava sobre a língua desses imigrantes. Já antes de 1850, em época da chegada dos primeiros alemães ao Brasil, o encontrado pelos recém chegados foi um mundo bastante diferente da Alemanha de então, para o qual o português era a língua legítima e a que dava conta de suas necessidades comunicativas. Ou seja, foi inevitável a entrada do português no repertório desses imigrantes, uma vez que o alemão apenas não daria conta

dessa nova realidade, não seria eternamente suficiente para uma devida adaptação e aceitação dessa comunidade até então alóctone.

Uma mudança da matriz de origem para um novo meio implica, além disso, uma perda de suporte principalmente para a língua escrita; como comentado, porém, esse suporte foi encontrado, ou melhor, criado ainda por longos anos. É na virada do século, principalmente com a década de 1930 e as medidas implementadas pelo Estado Novo, que se chega enfim a um ponto de ruptura para a língua escrita no contexto teuto-brasileiro. A Campanha da Nacionalização, que entre outras medidas proíbe que se fale bem como se ensine línguas de imigração, constituí o período que é marco, segundo Altenhofen (2016), da *Dachsprachenwechsel* (pt. "substituição da língua-teto"). Ou seja, o alemão *standard* passa a ser substituído pelo português em situações formais, em especial na escrita. Essa mudança é evidenciada pela diferença na competência escrita entre gerações, com o alemão permanecendo predominantemente na esfera doméstica, na fala, e em sua forma dialetal.

Sobre o tipo de dado escrito em análise, as cartas privadas, ele não surge aqui como novidade quando inserido no campo das pesquisas históricas. Contudo, a proposta deste trabalho, de uma análise *linguística* de cartas privadas, é terreno ainda não tão desbravado. Do pouco que se tem sobre o assunto, parte são justamente pesquisas que fazem uso do mesmo acervo de cartas do ALMA-Histórico utilizado aqui, coletado entre os anos de 2011 e 2013 e já trabalhado em publicações como as de Steffen (2013, 2016). Na ausência de gravações da época, as cartas privadas, ainda mais do que relatos de viagem e atas de associações, são entendidas aqui como as fontes mais próximas da fala cotidiana dos períodos iniciais e basilares da história da imigração alemã no Brasil. Além disso, as cartas fornecem um valioso elo entre a história/vitalidade externa e a história/vitalidade interna da língua, pois foram produzidas justamente em meio ao contexto histórico a que se referem e se destinam.

Por fim, mas não menos importante, destaca-se que se aborda aqui o tema dos contatos e mudanças linguísticas sob a luz do multi- e plurilinguismo e da ativação de um repertório rico e complexo pelos falantes. Esse repertório, no caso dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, começou a ser constituído ainda na matriz de origem e seguiu sendo complementado em solo brasileiro, e é esperado aqui que seu desenvolvimento e concretização sejam visíveis na forma escrita das cartas privadas. A partir da expressão desse repertório no meio escrito, procura-se observar a evolução da história/vitalidade interna da língua desses imigrantes, na forma de sua constituição e

mudança, bem como da história/vitalidade externa, referente a sua manutenção como língua de imigração alemã falada no Brasil. A proposta de uma análise das formas de apropriação linguística visa à apreciação desses dois aspectos da vitalidade, por um lado, tendo como parâmetro desde a simples apropriação de formas linguísticas até a ocorrência de *Dachsprachenwechsel*, por outro, identificando padrões gerais relacionados à história da imigração e à evolução do uso social e escrito da variedade dos imigrantes.

Nesse panorama, a ideia de "apropriação linguística" surge como um conceito-chave, diferindo de termos como "interferência" ou "assimilação". A apropriação implica um processo ativo em que a comunidade adapta elementos de outra língua às suas próprias necessidades e convenções culturais, promovendo a integração funcional de estruturas e vocabulário. No caso do contato linguístico entre alemão e português, observa-se um processo lento de substituição da língua de imigração pelo português, descrito em quatro estágios: a apropriação de empréstimos linguísticos ao nível lexical; a alternância de códigos, com o uso intercalado das línguas ao nível da frase; a substituição da língua-teto, já caracterizada; e a substituição linguística propriamente dita, que nem sempre elimina completamente as marcas do contato linguístico.

Metodologia

O *corpus* selecionado para este trabalho é uma amostra representativa do vasto acervo do ALMA-Histórico, composto por cerca de 1.000 cartas privadas escritas no contexto da imigração alemã para o Brasil. A coleta das cartas foi realizada entre 2011 e 2013, como parte de uma pesquisa de pós-doutorado do professor Dr. Joachim Steffen no projeto ALMA-H, financiada pela Fundação Alexander von Humboldt. Esses documentos foram obtidos diretamente nos acervos familiares de imigrantes nos estados do sul do Brasil, com autorização para uso acadêmico. As cartas incluem correspondências enviadas por imigrantes a parentes na Alemanha e, em maior parte, comunicações entre familiares e amigos das colônias alemãs no Brasil.

Após a coleta, as cartas foram catalogadas, periodizadas e transliteradas. A catalogação seguiu normas rigorosas para organização eficiente e acessibilidade dos dados. Cada carta foi etiquetada com informações como língua (Alemão, Português ou alternância entre ambas), data, local de origem conforme a rede de pontos do projeto ALMA-H, nome do escrevente e, quando possível, do destinatário. Cada página foi numerada para facilitar a localização. A transliteração visou refletir fielmente o

manuscrito original, mantendo desvios ortográficos, rasuras e outros elementos próprios dos textos. Também foram seguidas diretrizes como a preservação da numeração de linhas e páginas, a reprodução de palavras riscadas e a adição de comentários em notas de rodapé, sempre que pertinente.

Como resultado desse processo, foi publicada em 2018 uma coletânea organizada por Altenhofen, Steffen e Thun (2018). O volume contém 71 cartas, descritas e analisadas brevemente. Além disso, o trabalho de transliteração e estudo de novas cartas continua sob o escopo do Projeto ALMA-H, sendo o presente artigo parte desse esforço. Para este artigo, foram analisadas 139 cartas, sendo 71 provenientes da publicação de 2018 e 68 inéditas. A distribuição temporal das cartas inclui 34 datadas de 1824-1889, 87 entre 1890-1940 e 18 após 1940. O objetivo central foi investigar a presença e a influência do português no alemão ao longo desses períodos, utilizando análises qualitativa e quantitativa de fenômenos sociolinguísticos previamente definidos. A seleção dos tópicos de análise buscou equilibrar acessibilidade, relevância e representatividade, permitindo relacionar as mudanças linguísticas com elementos históricos e contextuais de cada período. Esses tópicos incluíram:

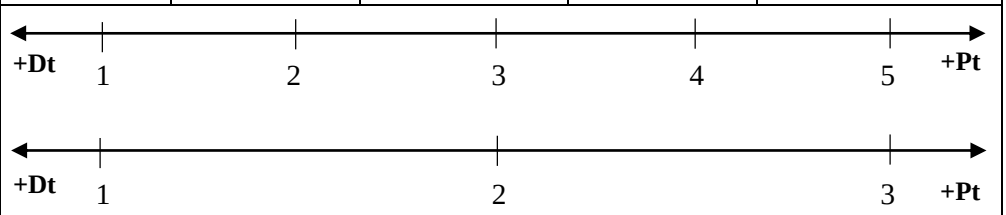
- **Alternância de código e substituição da língua-teto**: Observou-se a alternância entre alemão e português nas frases das cartas e a presença de cartas escritas integralmente em português. Esses fenômenos refletem a progressiva substituição do alemão pelo português como língua de referência formal, especialmente no estágio final do contato linguístico. Aspectos grafemáticos também foram analisados.
- **Toponímia**: Focou-se nos nomes de lugares mencionados nas cartas, investigando a apropriação de elementos lexicais, semânticos e grafemáticos do português, bem como a dinâmica migratória entre as colônias. Foram analisadas qualitativamente as localidades mais citadas e quantitativamente a romanização dos topônimos ao longo do tempo.
- **Antroponímia**: Foram estudados os prenomes mencionados, buscando compreender como a escolha de nomes reflete a integração social e cultural dos imigrantes. A análise incluiu os prenomes mais frequentes em cada período e o seu grau romanização.
- **Romanismos**: Identificaram-se palavras com influência de línguas românicas, como empréstimos, arcaísmos e alternâncias ocasionais. O foco recaiu na análise

de campos semânticos, classes gramaticais e frases marcadas por romanismos. Quantitativamente, foi analisada a evolução da grafia de duas variáveis específicas: da palavra “milho” e do ditongo nasal [ɐ̃w̃].

As cartas selecionadas para o corpus a partir do banco de dados do ALMA-Histórico foram analisadas de forma manual. Inicialmente, elaboraram-se duas tabelas: uma geral, com tópicos de análise e espaço para comentários, e outra voltada aos romanismos. Cada carta era lida, e os elementos identificados eram registrados conforme sua grafia original. A organização dos dados resultou na identificação dos tópicos mais produtivos para análise. As análises qualitativas foram apresentadas em texto, com exemplos em tabelas e figuras, enquanto as quantitativas exigiram a adaptação a um sistema de contínuos de romanização (Quadro 1). Esse sistema utilizou símbolos para representar variantes linguísticas que iam de [+alemão] ([+Dt]) a [+português] ([+Pt]) e dois tipos de contínuos (graus de 1-5 e 1-3) para quantificar dados como toponímia e antroponímia. As variantes dos romanismos foram relacionadas diretamente a cada grau dos contínuos.

Quadro 2 – Guia de interpretação das análises quantitativas conforme classificação e contínuo de romanização

Tipo de variante	[+Dt]	[Dt > Pt]	[Dt/Pt]	[Dt < Pt]	[+Pt]
Critérios de classificação dos topônimos	Dt. (poucos desvios do Hdt.) Tradução plena de topônimos brasileiros para o alemão Bom domínio da grafia do Hdt.	Dt. (maior desvio do Hdt.) Pouco domínio da grafia *standard* do alemão Marcas dialetais Empréstimos do Pt. por integração incompleta (germanização de lusismos) Tradução com desvio de topônimos brasileiros para o alemão	Hibridismos (Pt.+ Dt.) Topônimos brasileiros não traduzidos, mas com marcas grafemáticas do alemão (k / th / ch /ph / w / -ie)	Pt. (maior desvio do *standard*) Empréstimos por integração incompleta (lusitanização de germanismos) Domínio ainda não pleno da grafia do português	Pt. (poucos desvios do *standard*) Bom domínio da grafia do português

Critérios de classificação dos prenomes	Marcas grafemáticas do Hdt. (k / th / ch /ph / w / -ie) nomes "típicos" ou próprios de fala alemã (ex.: Johann, Heinrich)	—	Marcas grafemáticas híbridas / pouco domínio da grafia do Hdt. (ex.: Fiderich / margratt / Rralff) nomes de fácil pronúncia em ambas as línguas (ex.: Lina, Ida).	—	Marcas grafemáticas do português (c / t / lh / gui / -ão) nomes "típicos" ou próprios do português, brasileiros. (ex.: João, Elvira)
Critérios de classificação dos romanismos	Variante de contraponto	Variante em predominância tende ao contraponto	Variante intermediária ou coocorrência	Variante em predominância, tende ao foco	Variante em foco (Pt. *standard*)
Representações do contínuo de romanização					

Fonte: Elaborado pela autora. Dt = Deutsch/alemão; Pt = português; Hdt. = Hochdeutsch/alemão *standard*.

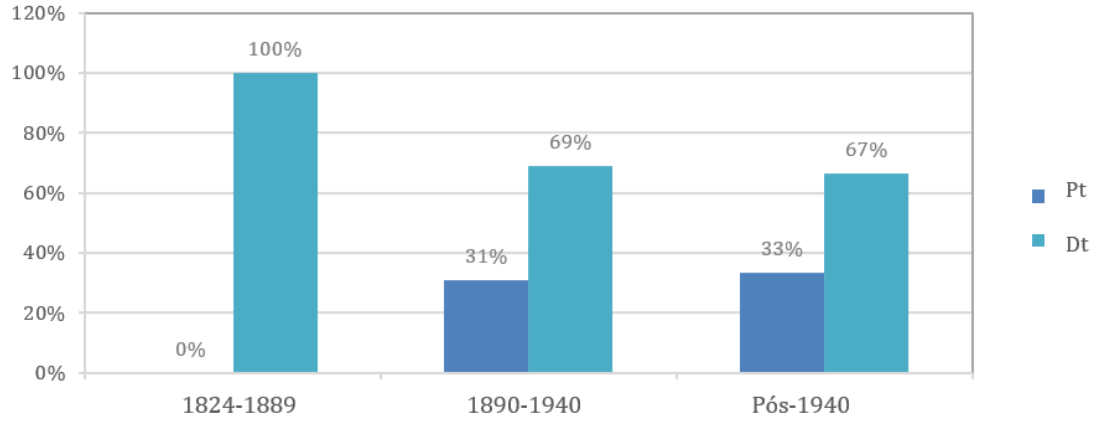
Apresentação dos dados

Devido a limitações de espaço, não é viável expor aqui todos os dados coletados. Portanto, foi feita uma seleção criteriosa das informações mais relevantes, priorizando aquelas que melhor sustentem a análise: substituição da língua-teto (análise quantitativa), toponímia (análise quantitativa), antroponímia (prenomes, análise quantitativa) e romanismos (análise quali- e quantitativa). Os dados não apresentados diretamente nesta seção, serão abordados de forma geral na síntese final da análise.

Substituição da língua-teto

Primeiramente, é proveitoso refletir sobre o que se pode inferir a partir da distribuição das cartas conforme língua da escrita – relacionada aqui ao avanço da substituição da língua-teto. Do total de cartas no primeiro período (37), não foi registrada nenhuma escrita em língua portuguesa; no segundo período (87 cartas), foram contabilizadas 27 cartas escritas em português; no terceiro período (18 cartas), 6 cartas escritas em português. Essa distribuição está representada no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 – Porcentagem de cartas em cada período conforme língua de escrita



Fonte: Mapa [ALMA-H] Cling_MATRIX (2024). Pt = cartas escritas em língua portuguesa; Dt = cartas escritas em língua alemã.

No gráfico, observa-se uma transição linguística ao longo dos três períodos analisados. No primeiro período (1824-1889), 100% das cartas foram escritas em alemão, refletindo a total predominância dessa língua entre os imigrantes. Já no segundo período (1890-1940), há um aumento significativo das cartas escritas em português, que chegam a 31%, com um incremento de 2% no período pós-1940, alcançando 33%. Embora o aumento percentual seja pequeno, ganha relevância quando se considera a amostra reduzida de cartas no último período. Esse crescimento pode sugerir que, com mais cartas transliteradas, a proporção de correspondências em português seria consideravelmente maior. A diminuição no número de cartas no período pós-1940 pode ser atribuída à proibição do uso do alemão a partir dos anos 1930, a mudanças nos meios de comunicação e ao aceleramento da rotina.

A transição de uma predominância absoluta do alemão para um aumento gradual do português reflete uma adaptação sociocultural da comunidade imigrante ao longo das décadas. A primeira carta em português foi datada de abril de 1892, três anos após a instauração da República, e as maiores concentrações de cartas em português ocorreram entre 1890-1900 e 1930-1940, períodos marcados pela implementação de políticas de nacionalização e a tentativa de assimilação da língua portuguesa. Esses dados corroboram a ideia de que a substituição do alemão pelo português como língua predominante nas cartas foi impulsionada por momentos históricos específicos.

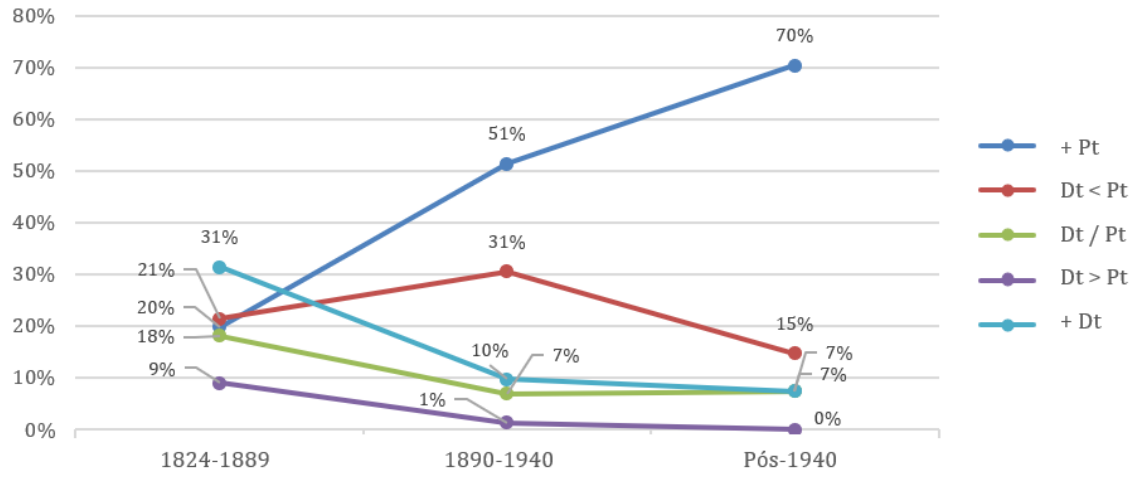
Esses dados parecem corroborar a identificação do momento histórico como marco para a substituição do alemão pelo português como língua-teto. Ainda assim, o número de cartas em português não alcança o de cartas em alemão em nenhum período, possivelmente, pelo caráter privado desses documentos, de comunicação

majoritariamente entre familiares e amigos, todos falantes de alemão e que nutrem a língua como ponto de refúgio em períodos de maiores esforços externos visando à assimilação da língua de dominância no meio.

Toponímia

A observação geral a ser feita é que a presença de topônimos com mais marcas do alemão diminui no decorrer dos três períodos, enquanto aquelas com maiores marcas do português seguem em predominância – com o extremo [+Pt] alcançando hegemonia marcante no período pós-1940 (com 70%). Essa dinâmica pode ser observada no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Diacronia da romanização dos topônimos



Fonte: Mapa [ALMA-H] Cling_MATRIX (2024).

O gráfico demonstra a gradual predominância do português na toponímia, evidenciada pelo decréscimo das variantes com marcas mais fortes do alemão. A categoria [+Dt], que representava 31% no primeiro período (1824-1889), cai para 10% no segundo (1890-1940) e atinge apenas 7% no período pós-1940. Já os topônimos [Dt > Pt], pouco expressivos desde o início (9%), desaparecem completamente ao final. Em contrapartida, as variantes mais próximas do português, [Dt < Pt] e [+Pt], prevalecem ao longo da diacronia, com um aumento significativo do extremo [+Pt], que alcança 70% no último período. Os topônimos "mistos" ([Dt/Pt]), que apresentaram um decréscimo inicial, estabilizam-se em 7% após 1940. Esses dados refletem a substituição gradual de referências alemãs por formas que se aproximam da ortografia e fonética do português,

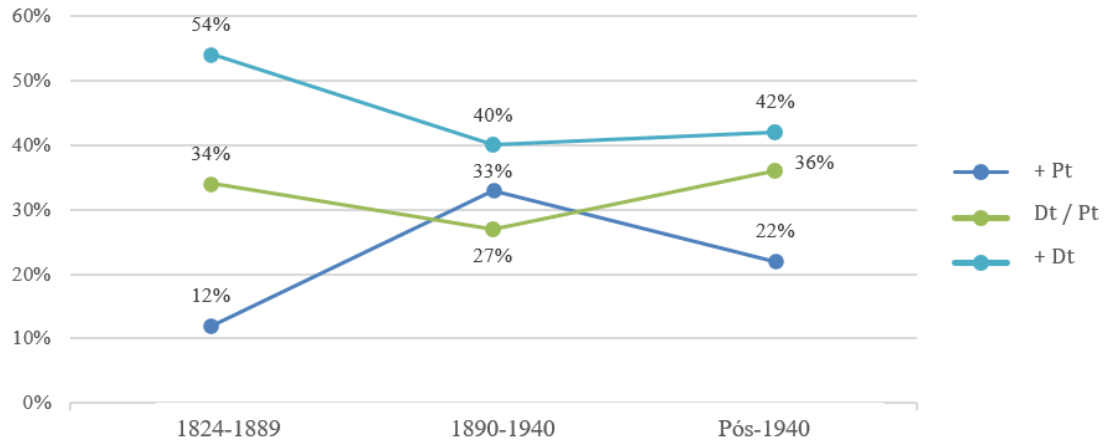
em parte devido à intensificação da integração cultural e à necessidade de adaptação às novas condições sociolinguísticas.

Essa transição é visível nas mudanças de nomes de localidades mencionadas nas cartas dos imigrantes. No início, prevaleciam topônimos alemães ou adaptações no idioma, como *Badensertal* (Linha Julho de Castilhos, RS) e *Hamburger Berg* (Hamburgo Velho). No segundo período, topônimos híbridos e com maior influência do português tornam-se mais frequentes, como *Rua da Praia*, *Gachorinha* (Cachoeirinha, RS) e *Posegrande* (Pouso Grande, SC). Após 1940, consolida-se uma identidade linguística predominantemente brasileira, com nomes como *Crissiumal* (RS) e *Florianópolis* (SC). Embora alguns desvios ainda ocorram, geralmente limitam-se a aspectos fonéticos menores, como em *Betropolis* e *Parra do Ribeiro* (RS), sinalizando o estágio avançado de integração cultural e linguística.

Antroponímia

A partir do Gráfico 3, a seguir, cabe destacar, de forma geral, que, ainda que ocorra uma alternância interessante entre o conjunto de variantes [Dt/Pt] e [+Pt] no eixo da diacronia, os nomes com mais marcas do alemão prevalecem ao longo dos três períodos. Essa predominância reflete, em parte, a natureza das cartas analisadas, que pertencem exclusivamente à língua alemã, sendo de comunidade amplamente germanófona. Nesse contexto, é coerente os prenomes com [+Dt] permanecerem no topo, denotando uma forte identidade cultural associada à preservação das tradições e da língua de origem.

Gráfico 3 – Diacronia da romanização dos prenomes



Fonte: Mapa [ALMA-H] Cling_MATRIX (2024).

É significativo, contudo, observar o aumento expressivo, de cerca de 20%, dos nomes com marcas predominantemente do português entre o primeiro e o segundo período. Esse crescimento, que posiciona os nomes [+Pt] acima das variantes "mistas" [Dt/Pt] no segundo intervalo, pode indicar um movimento de aproximação ou abertura para elementos da língua e cultura brasileiras. Questões identitárias, assim, parecem mais oscilantes no período, o que pode ser atribuído à forte onda nacionalista que passa a tomar conta do país, somada à crescente circulação de teuto-brasileiros em áreas urbanas, fora da colônia, fazendo mais parte também da política e imprensa nacional. Caso as cartas em português do *corpus* tivessem sido consideradas nesta análise, é possível que essa tendência se acentuasse ainda mais.

No último período, a posição de maioria entre as variantes com marcas do português volta a ser ocupada pelos nomes [Dt/Pt], cujos percentuais se aproximam dos nomes com marcas exclusivamente alemãs [+Dt]. Esse retorno sugere uma busca por mediação entre as duas línguas, por um equilíbrio que concilia marcas culturais de ambas as identidades – brasileira e alemã. Assim, os dados do gráfico revelam não apenas uma trajetória de contato linguístico, mas também as nuances das negociações identitárias dentro da comunidade de falantes de língua alemã no Brasil.

Romanismos

A análise dos romanismos nas cartas escritas por imigrantes alemães no Brasil permite identificar as temáticas predominantes nos diferentes períodos históricos. De 1824 a 1889, período de instalação, destacam-se os campos semânticos "colônia", "família", "militar" e "dinheiro/economia". A palavra "colônia" e suas variantes no alemão (*Golloni*, *Kohlonie*, *Kolone*) refletem uma ressignificação do termo, associando-o mais à identidade comunitária e ao sustento econômico local do que ao conceito imperialista europeu. Os relatos mencionam termos relacionados à organização das colônias, à agricultura e ao comércio, evidenciando a importância dessas atividades para a sobrevivência. Além disso, vocabulário militar de origem francesa aparece devido à Guerra do Paraguai.

Entre 1890 e 1940, período de socialização, o contato mais próximo entre colônias e cidades promove a incorporação de elementos culturais brasileiros. Termos como "baile", "cinema" e "carnaval" refletem novos hábitos sociais, enquanto menções a estabelecimentos como farmácias e clubes mostram a integração ao ambiente urbano. As

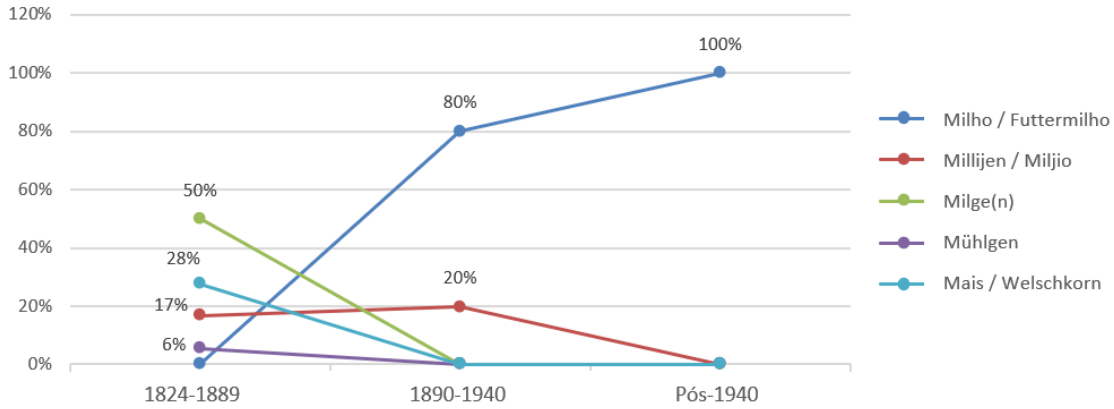
temáticas “família” e “carinho/saudade” se fortalecem, com a saudade que antes era da terra natal, na forma do *Heimweh*, passa então ao sentimento dos escreventes das colônias novas pelos seus parentes nas colônias velha, à “saudade” propriamente dita (em português). Expressões híbridas emergem, como *borta-bücher* (pt. porta-livros”); e apropriações por tradução, como *Sterncachtus* (pt. “cacto-estrela”). O campo semântico “saúde” também se destaca, evidenciando influências do português e do espanhol no repertório linguístico dos escreventes. Por fim, evidencia-se a influência do contato com o português escrito da época, principalmente através de ocorrências de grafia como “viaducto” e “victrolas”.

O período pós-1940, caracterizado como estágio de dispersão, apresenta um retorno às temáticas do período inicial, com referências às novas colônias e ao plantio, com palavras como *Kacke* (pt. “caqui”), *Kojalen* (pt. “goiaba”) e *Maniok* (pt. “mandioca”). No entanto, observa-se a influência do domínio prévio do português pelos migrantes, que utilizam termos como “roça” (presente também na forma *ros*). A crescente preocupação com heranças e divisões de terrenos destaca a relevância do campo semântico “atuação/profissão”, evidenciado por palavras como *Advogaten*.

A análise geral dos romanismos no *corpus* mostra a predominância de substantivos (93,8%), que reflete a flexibilidade do inventário aberto em contextos de contato linguístico. Verbos e adjetivos aparecem em menor quantidade devido à complexidade de adaptação morfossintática, enquanto elementos do inventário fechado, como preposições, permanecem ausentes. Esses dados sugerem que a estrutura basal do alemão escrito pelos imigrantes não sofreu alterações significativas, mesmo diante do contato intenso com o português.

Para exemplificar a romanização de termos analisada, traz-se no Gráfico 4 a mudança da grafia do vocábulo “Milho” ao longo dos três períodos da história da imigração alemã no Brasil considerados.

Gráfico 4 – Diacronia da romanização da grafia de "Milho"



Fonte: Mapa [ALMA-H] Cling_MATRIX (2024).

O gráfico evidencia a crescente predominância da grafia "Milho", que, partindo da nulidade, se torna absolutamente dominante no período pós-1940. As demais variantes, como "Milge(n)", predominam no primeiro período, mas praticamente desaparecem após 1890, com exceção de "Milljen/Mijio", que apresenta um pequeno aumento de 3%, possivelmente influenciado pelo contato com o espanhol e sua grafia. Esses resultados, porém, não surpreendem, considerando a importância do milho entre os imigrantes, adaptado de práticas do Velho Continente às condições locais brasileiras. Pavan (2023) explica que, devido às dificuldades no cultivo de trigo no século XIX, os imigrantes recorreram ao milho, altamente produtivo e resistente, como alternativa alimentar essencial, cultivado em consórcio com feijão e abóbora. Essa adaptação não apenas garantiu sua sobrevivência, mas também influenciou seu vocabulário.

Na Europa, desde o século XVI, o milho já era reconhecido como solução eficaz para garantir alta produção alimentar, favorecendo sua expansão e gerando variações terminológicas como "Meliga" e "Milge", documentadas em fontes históricas e ligadas a práticas agrícolas e dinâmicas linguísticas. Essas variantes também refletem a diversidade de origens dos imigrantes alemães e a ausência de padronização linguística, sendo influenciadas por contextos históricos e religiosos, como as migrações anabatistas. No Brasil, formas como *Welschkorn* e *Mais* eram inicialmente compreendidas, dado o conhecimento prévio das variações regionais na Alemanha. Contudo, a adoção da variante "Milho" consolidou-se naturalmente com o tempo, impulsionada pela relevância do cultivo no novo ambiente e pela necessidade de facilitar interações comerciais, refletindo o processo de adaptação linguística e cultural dos imigrantes. (Pavan, 2023).

Síntese e considerações finais

A partir dos dados apresentados e de todos os obtidos, é possível concluir que as motivações para a entrada do português no alemão estão intimamente relacionadas à necessidade de adaptação dos imigrantes ao novo meio e, consequentemente, à abertura cada vez maior dos falantes de língua alemã e seus descendentes à cultura e identidade brasileira. Em um primeiro momento, a entrada da língua românica se dá por uma necessidade prática de nomear e interagir com o novo contexto. O vocabulário relacionado à geografia, fauna, flora e à economia ganha destaque incialmente, justamente por representar aquilo de mais imediato para uma subsistência.

Em seguida, tanto pela maior mobilidade e integração cultural – em grande em parte, ao que parece, impulsionada pela crescente presença feminina no meio sociocultural – como pelo resultado de pressões externas, a apropriação do português passa a ser acompanhada por uma maior permissividade em relação à cultura e identidade brasileira. O português se faz presente, então, não apenas no vocabulário, ao qual agora elementos socioafetivos também passam a ser apropriados, e nos topônimos, mas também através do aumento significativo de nomes "abrasileirados", como Pedro, Elvira e Idalina. No último período considerado, temáticas já presentes no primeiro período parecem se repetir, em grande parte devido à formação de novas colônias para além de Santa Catarina. Contudo, o vocabulário do português já se encontra mais estabelecido. Elementos culturais brasileiros tornam-se visíveis, inclusive por meio da menção a questões políticas e legais, relacionadas à herança, às gerações mais velhas que passam a falecer e à divisão de bens.

Ao longo de todo o intervalo histórico considerado, foram identificadas variações grafemáticas próprias da influência do português na grafia do alemão, indicando uma crescente familiaridade com a leitura de textos em língua portuguesa. A influência da oralidade, contudo, ganha destaque, estando presente na maior parte das apropriações românicas apresentadas, na ocorrência da elaboração de frases em alemão a partir de expressões idiomáticas brasileiras e nas raras, mas marcantes, situações de alternância de código ao nível da frase.

Por fim, cabe destacar como as transformações linguísticas e culturais observadas nas cartas estão diretamente relacionadas aos períodos históricos analisados, refletindo as mudanças na dinâmica de interação entre as comunidades teuto-brasileiras e a sociedade brasileira em geral. A partir de meados do século XIX, o suporte institucional oferecido por escolas, igrejas e pela imprensa teuto-brasileira contribuiu para a preservação do

alemão no meio escrito, o que resultou em uma estrutura gramatical aparentemente bem estabelecida, evidente até mesmo nas classes de romanismos encontradas, além de um estilo mais próximo do padrão. No entanto, observou-se uma tendência crescente à permissividade, manifesta principalmente pela influência da oralidade. Essa influência não se limitou ao português, como já mencionado, ela também se refletiu em marcas dialetais.

As medidas de assimilação implementadas no início da República marcaram o início de uma maior difusão do português entre as comunidades teuto-brasileiras. No entanto, foi durante o período do Estado Novo, como já esperado e evidenciado aqui, que ocorreu uma ruptura decisiva na escrita em alemão. Essa ruptura se manifestou na rápida substituição da língua-teto, um processo que se iniciou na década de 1930, mas que se intensificou na década de 1940. Além disso, a dispersão observada na topodinâmica, refletida nos topônimos, também ilustra as mudanças históricas; de forma análoga, a escolha dos prenomes ao longo dos três períodos revela culturalmente a tentativa das comunidades de encontrar um equilíbrio identitário, refletindo as complexas interações entre o desejo de preservar a herança cultural e as exigências da adaptação à sociedade maior.

Tendo em vista tudo o que foi apresentado, o presente estudo revela-se produtivo ao viabilizar o uso das cartas privadas não apenas como objeto de estudo histórico, como é o costume, mas também linguística, demonstrando como ambas essas áreas podem atuar de forma complementar. Contudo, ainda existem lacunas a serem preenchidas, como a necessidade de transliterar mais cartas, especialmente do último período, de forma a garantir que os dados obtidos sejam mais representativos. Além disso, cada tópico de análise abordado neste estudo pode e deve ser aprofundado em pesquisas futuras.

Referências

ALTENHOFEN, Cléo V. Standard und substandard bei den hunsrückern in brasilien: variation und dachsprachenwechsel des deutschen im kontakt mit dem portugiesischen. *In*: LENZ, Alexandra N.; RITT, Nikolaus (org.). **German Abroad**: Perspektiven der Variationslinguistik, Sprachkontakt- und Mehrsprachigkeitsforschung. Gottingen: V & R-326-unipress; Vienna University Press, 2016. p. 103-129.

ALTENHOFEN, Cléo V. Stützung des Spracherhalts bei deutschsprachigen Minderheiten:

Brasilien. *In*: AMMON, Ulrich; SCHMIDT, Gabriele (ed.). **Förderung der deutschen Sprache weltweit**. Vorschläge, Ansätze und Konzepte. Berlim: De Gruyter, 2019. p. 531-552.

ALTENHOFEN, Cléo V.; MORELLO, Rosângela *et al*. **Hunsrückisch:** inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: Garapuvu, 2018.

ALTENHOFEN, Cléo V.; STEFFEN, Joachim; THUN, Harald. **Cartas de imigrantes de fala alemã**: pontes de papel dos hunsriqueanos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018.

DREHER, Martin N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GERTZ, René E. Imprensa e Imigração Alemã. *In*: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur Blásio; TRAMONTINI, Marcos Justo. **Imigração & Imprensa**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004. p. 100-122.

PAVAN, Claudia Fernanda Wolff. **Processos tradutórios na variação e mudança do Hunsrückisch em contato com o português brasileiro**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

STEFFEN, Joachim. Aspectos históricos do contato lingüístico entre o alemão e o português no Sul do Brasil através de cartas antigas: interferências fonéticas no português dos imigrantes. **Revista de Letras Norte@mentos**, Cáceres, v. 12, n. 6, p. 66-86, 2013.

STEFFEN, Joachim. Einblicke in einen Sprachwechsel in Zeitlupe: Phasen des deutsch-portugiesischen Sprachkontakts in Südbrasilien in Briefen aus zwei Jahrhunderten. *In*: LENZ, Alexandra N.; RITT, Nikolaus (org.). **German Abroad**: Perspektiven der Variationslinguistik, Sprachkontakt- und Mehrsprachigkeitsforschung. Gottingen: V & R-326-unipress; Vienna University Press, 2016. p. 131-158.

A PRESENÇA DE TEXTOS LITERÁRIOS EM LIVROS DIDÁTICOS NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO ALEMÃ

Ana Luiza Schneider
Marina Rodrigues de Sousa

Introdução

No ano de 2024 comemorou-se os 200 anos da imigração alemã no Brasil. Por conta disso, para a participação no XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização, foi feita uma pequena análise sobre os textos literários presentes em materiais didáticos e periódicos utilizados em ambiente escolar e familiar. Os movimentos de imigração no Brasil do século XIX tiveram muitos percalços, como dificuldades na regularização de terras, permanência e reconhecimento das línguas faladas por imigrantes. Portanto, o trabalho presente teve como objetivo analisar a forma que os textos apresentados nestes materiais auxiliavam a população a manter sua identidade e o sentimento de pertencimento.

O artigo é dividido em três seções. A primeira abordará as questões históricas da imigração e colonização alemã no Brasil, já a segunda trará o contexto escolar das comunidades, assim como a estrutura, o currículo e a importância desta instituição para os imigrantes e seus descendentes. Por fim, apresentaremos os dois materiais principais do trabalho, Fibel e Kalender, falando um pouco do porquê que eles foram escolhidos para análise, além de explicar como eles eram utilizados e em que contextos.

Contexto histórico da imigração alemã para o Brasil

Para que se fale sobre o contexto migracional dos alemães para o Brasil, é preciso discorrer antes um pouco sobre os motivos pelos quais o Império Brasileiro incentivou a vinda destes imigrantes para cá. Com o Decreto de 16 de março de 1820, o Imperador do Brasil, D. Pedro I, apresenta os objetivos para a imigração de países de língua e cultura alemã para o Brasil. Motivos estes que tinham finalidade tanto política, como econômica, assim como fins militares e sociais. Estes imigrantes chegam à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, conforme explica Rambo (1956), para ocupar o espaço" através de uma colonização de povoamento, com a instituição da pequena propriedade." Além da ocupação de território, era vantajoso ao Império a produção agrícola que fornecia suprimentos e abastecia as tropas militares que protegiam as fronteiras e também no uso destes imigrantes para constituir também um exército brasileiro. Outra motivação para

trazer estes imigrantes europeus (além dos imigrantes alemães, também italianos, poloneses) foi pela busca do branqueamento do país, na tentativa de eliminar a presença de pessoas negras, principalmente, ao considerar que a população negra excedia em grande proporção a população branca.

> A localização de núcleos agrícolas na região silvestre firmaria a posição brasileira e forneceria uma base segura de abastecimento para as tropas que protegiam a fronteira ao extremo-sul. Foi uma colonização de ocupação do espaço (objetivo estratégico) e de produção de alimentos (fim econômico). E assim a colonização no sul se diferenciou essencialmente daquela, posterior, para São Paulo, promovida como suprimento de mão-de-obra nas grandes lavouras cafeeiras. No sul, objetivos diretamente políticos e estratégias pesaram na decisão imperial pela colonização, embora não estivessem ausentes motivos de ordem econômica e social (Kreutz, 1991, p. 46).

No decreto de 1820, uma das exigências é que os imigrantes que viriam ao Brasil não poderiam vir sozinhos, e sim como "famílias". Para esta família era concedido um pedaço de terra, em média 75 ha. (que, ao decorrer da história da imigração alemã para o Brasil, vai diminuindo consideravelmente de tamanho). Conforme afirma Dreher (2005), " a preferência por famílias é evidente no caso da pequena propriedade, inserida em áreas, nas quais se estava preocupado com o povoamento", pois, ao se fazer isso era possível evitar a troca de fazenda. Para os imigrantes alemães, seus objetivos eram, além de escapar da fome e das dívidas, estabelecer com este pedaço de terra o sustento de sua família e a liberdade para viver em sua religião e sua identidade cultural.

Ao se estabelecerem nessas propriedades, como se localizavam dentro da floresta subtropical, era preciso abrir a mata com os instrumentos disponíveis no momento e, em comunidade, ir se estabelecendo no local. Com isso, pode-se observar que há uma estrutura muito regular em todas essas comunidades, que vão ser conhecidas por *Picada* (justamente, a designação dada a esta localidade estabelecida dentro da floresta) ou também *Linha, Travessa, Lajeado*, entre outros. Como mesmo diz Dreher (2005), nesta "unidade humana" há 6 estruturas sempre presentes: a Igreja, seja ela luterana ou católica; a Escola, trazida pelos imigrantes como tradição e sendo fundamental para sua comunidade; o cemitério; a residência do professor e/ou do padre/pastor (que, por muitas vezes, a figura religiosa e a figura do responsável pelo ensino era concedida a mesma pessoa); o salão de festas ou sociedade; e a casa de comércio ou venda, onde eram vendidos os insumos excedentes. E esta "unidade humana" era baseada em quatro eixos fundamentais: a religião, a escola, a agricultura e a arte e diversão. Mas é importante destacar que para estas comunidades era imprescindível que houvesse harmonia entre a

Instituição Escola e a Igreja junto da família.

Neste contexto, segundo afirma Dreher (2005, p. 16), essas comunidades eram autônomas, ou seja, auto-suficientes e gerenciadas e administradas pela própria comunidade:

> Cada capela tinha sua diretoria, que envolvia todos os moradores em torno da capela. Construções e manutenção das mesmas eram atribuições das diretorias que envolviam os moradores da picada. Não se contratavam serviços externos. b) Fato semelhante aconteceu com a escola, que também tinha sua área de terras e sua diretoria escolar, a quem competia contratar professor, acompanhar seus trabalhos, garantir sua remuneração. Assim como a igreja, a escola fazia parte da atividade comunal. (Dreher, 2005, p. 16).

A Escola e a Igreja eram dois pólos que garantiam a integridade cultural da comunidade. As famílias e a comunidade construíam a escola para que esta fosse responsável pela complementação da educação das crianças, constituindo o conceito de *Gemeindeschule*. Conforme afirma Kreutz (1991, p. 88):

> Foi nesta orquestração de uma totalidade harmônica que adquiriu a importância a figura do professor paroquial: sua ação educativa na escola deveria ter vinculação com a ação educativa na *comunidade*, tornando-se localmente o agente principal desta orquestração educativa, vinculando escola e comunidade. (Kreutz , 1991, p. 88)

A figura do professor era uma conexão chave para manter a relação e integridade entre estes pólos.

O papel das escolas nas comunidades de imigração alemã no Brasil e o seu currículo

No contexto da imigração, as comunidades de imigrantes alemães temiam a deculturação de seus povos. Estas comunidades estavam decididas a não abrirem mão de seu passado cultural e religioso e, portanto, recorreram ao meio que já conheciam, a escola. A escola não se tratava apenas de um ambiente de alfabetização, mas de representação e manutenção cultural e religiosa dos imigrantes alemães. A preocupação do imigrante era a formação do homem, antes mesmo de uma alfabetização pragmática, então, a escola participava da moldagem de uma personalidade sólida e integrada. Segundo Rambo (1985, p. 14), "essas escolas tiveram tamanho êxito e produziram frutos tão apreciáveis que preservaram a integridade sócio-cultural e religiosa, e integraram psicológica e emocionalmente o imigrante na comunidade nacional". Apesar dos imigrantes não terem grandes condições financeiras logo que chegaram, a comunidade no

todo se unia para a formação da escola e da igreja, que muitas vezes era o mesmo lugar. A população ali presente idealizava, financiava e construía a escola para que seus filhos continuassem a aprender os bons costumes e os princípios religiosos que lhe eram tão importantes. Por conta disso, pode-se dizer que a escola foi um elemento de grande significação para os imigrantes e seus descendentes.

Como já mencionado anteriormente, o papel do professor dentro das escolas era essencial. No início, o que era ensinado dentro da sala de aula era o mínimo necessário para a formação do homem. Ou seja, ensinava-se a leitura, a escrita, a matemática básica e elementos religiosos. Sendo assim, nas primeiras escolas o(s) docente(s) era uma pessoa que não possuía uma formação específica na educação e, sim, uma formação um pouco melhor que o restante da comunidade ou a qual não podia trabalhar no campo por algum motivo.

> Nas pequenas escolas rurais, colonos e artífices faziam às vezes de professores. Tratava-se de pessoas que não haviam logrado êxito em outros ramos de atividade ou que ainda não se haviam definido por uma determinada profissão. Alguns eram inválidos ou padeciam de alguma deficiência que os impossibilitava ao trabalho pesado. Muitos, porém, eram religiosos que se compadeciam do desamparo intelectual da juventude ou que se sentiam no dever de auxiliar aqueles que haviam sido abandonados à própria sorte, em meio a imensas florestas (Rambo, 1985 apud Fouquet, 1974, p. 171)

Nas primeiras escolas fundadas, o ensino, no geral, se caracterizava por sua informalidade. Não havia um tempo fixo dos períodos escolares, além de não haver uma regra fixa em relação aos anos que uma criança deveria frequentar a escola. Além disso, como já foi citado anteriormente, os professores muitas vezes não possuíam uma formação específica voltada para a educação, ajustando os conteúdos escolares de acordo com as necessidades da comunidade, às circunstâncias temporais e locais. Conforme discutido previamente e segundo Rambo (1985), o conteúdo do currículo resumia-se no ensino da bíblia, no aprendizado da escrita, no manejo da aritmética e do cálculo indispensável à solução de problemas práticos e diários e ao aprendizado de uma série de canções religiosas e profanas. Após alguns anos de aperfeiçoamento na prática de ensino e na abertura de mais escolas, o currículo escolar foi se formalizando. A duração da formação passou a ser de 4 anos, com as disciplinas de Religião, Língua Alemã, Língua Portuguesa, Aritmética, "Realia" (Cultura Geral) e Canto.

Este trabalho irá se debruçar no ensino da Língua Alemã e nos textos usados para tal, no entanto, gostaríamos de explicar um pouco sobre o ensino da Língua Portuguesa, a fim de esclarecer o contexto bilíngue em que estas crianças se encontravam.

> **A Língua Portuguesa**
> O ensino da língua portuguesa ou língua nacional começa a terceira série. Será ministrada de acordo com o recém-editado livro "Sabes falar Português?". Consiste em exercícios de leitura, escrita, tradução, cálculo e, se possível, exercícios de conversação. Com o ensino dessa língua pretende-se fornecer o ponto de partida para um futuro do aprendizado da língua nacional. Os resultados de cada escola neste particular dependem muito das circunstâncias locais (Rambo, 1985, p. 67)

Percebe-se que o interesse das comunidades pelo aprendizado da língua portuguesa era presente, mas dependia das circunstâncias locais e até mesmo temporais de cada escola. As crianças aprendiam a língua para ajudar, muitas vezes, seus pais a se comunicarem com clientes, a fazerem negócios e até conseguirem compreender questões burocráticas da época.

Apesar do interesse pelo aprendizado da língua portuguesa, a língua alemã ainda era a predominante no currículo escolar, possuindo no mínimo 8 horas semanais de aulas, comparada com outras disciplinas que possuíam apenas entre 1 à 2 horas de aulas. O ensino da Língua Alemã era dividido em seis partes: Leitura, Memorização, Composição, Ortografia, Caligrafia e Noções essenciais da língua. Além disso, o ensino de língua alemã estava diretamente ligado ao ensino da religião, já que o objetivo era que as crianças aprendessem a escrever, ler e interpretar textos com o uso, em sua grande maioria, de textos religiosos. Cada item do ensino era dividido em outras etapas de acordo com a série em que a criança se encontrava, principalmente na parte de leitura e composição. Com o objetivo de ter um ensino eficiente, tudo que não se relacionava com o uso prático da língua era evitado. Apesar da característica mais prática na área de ensino da língua alemã, a escola possuía um conteúdo denominado "realia", que abordava conhecimentos gerais e culturais importantes para as comunidades. A intenção, como já comentado também anteriormente, era justamente que a criança que terminava o período escolar estivesse equipada e preparada para exercer sua função na sociedade de forma crítica e com capacidade de compreender e seguir as instruções passadas pelos padres e vigários.

Imprensa e Literatura escolar

Estes imigrantes trazem na sua bagagem cultural também a tradição da leitura, como de jornais e do Kalender. Já no Brasil, a produção destes materiais foi adaptada ao contexto local, no quesito também do conteúdo dos impressos. Assim como o cuidado com a Escola e a Igreja era todo de responsabilidade da comunidade, também a produção dos materiais impressos e pedagógicos era produzida e financiada pela própria

comunidade. Foram produzidos jornais, como por exemplo, segundo Kreutz (2005, p. 66), "o primeiro jornal teuto-brasileiro foi o Der Kolonist (o colono), de 1852.". Também o Kalender, que eram almanaques e anuários, que continham uma orientação para o ano, literatura, conteúdo religioso, etc. E como continua Kreutz (2005, p. 66), foi também o impresso de "maior aceitação e longevidade na colônia teuto-brasileira.". Além também de materiais didáticos ou literatura escolar:

> As duas revistas dos professores teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul, a católica e a evangélica, retratam essa dinâmica de produção de conhecimento e de sua expressão na literatura escolar. Até a década de 1930, os imigrantes alemães haviam elaborado e impresso acima de 160 manuais escolares, duas coleções de Jornal/Revista do Professor (Lehrerzeitung), um periódico intitulado Das Schulbuch (O Livro Escolar), e um anúncio (Lehrerkalender) preparado especificamente para os professores de imigração alemã .(Kreutz, 2008, p.24).

Entre estes materiais também se encontra o Fibel, segundo Kreutz (2008, p.30) " a expressão Fibel é conhecida desde 1419, significando 'pequena Bíblia'." Outra versão indicaria que a palavra viria do latim "Fíbula", se referindo a uma espécie de lousa. O ponto central é que Fibel se refere a um ABCedário, um livro utilizado para alfabetização e que será discutido a seguir.

É importante ressaltar que a partir de 1937, conforme afirma Kreutz (2008, p.31), com a política de nacionalização, a produção destes impressos e da literatura escolar é terrivelmente afetada, "a produção e o uso da literatura escolar dos grupos étnicos foram proibidos, procedendo-se à destruição de parte, seja por agentes de nacionalização, seja por imigrantes, buscando proteger-se [...]".

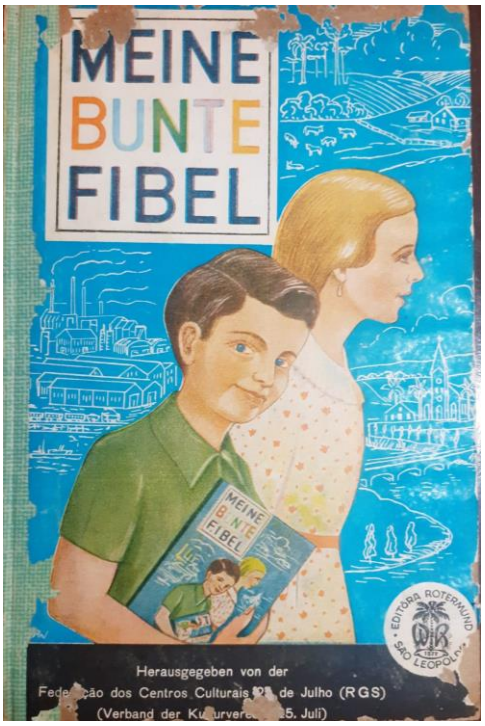
Fibel e Kalender

Os "Fibeln" ou cartilhas eram ABCedários, um livro escolar com o objetivo de alfabetizar as crianças, repletos de conteúdos religiosos, considerando a integração entre Escola e Igreja. Neste trabalho foram analisados dois diferentes "Fibeln": *Meine Bunte Fibel* (1962) e *Fibel für deutsche Schule in Brasilien* (1927). Ambos foram produzidos pela editora *Rotermund*, no contexto de imigração no Rio Grande do Sul. Foi observado dentro dessas cartilhas: espaço para o exercício de caligrafia e também a presença do Sütterlin (letra gótica); a presença de ilustrações que retratam a vida dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e sua rotina; além da presença de literatura, tanto literatura que foi produzida para o material escolar e também textos literários. Kreutz (2008) cita

sobre a produção do Schulbuch (livro escolar) e do papel da Editora Rotermund:

> De 1917 a 1938, a editora Rotermund de São Leopoldo, editou cinqüenta e dois números desse periódico. Tratava do livro escolar e o objetivo maior desse periódico era fomentar reflexões relacionadas com a concepção, elaboração, impressão e difusão da literatura relativa ao livro didático no Brasil (Organ zum Ausbau der Schulbuchliteratur in Brasilien). [...] (Kreutz, 2008, p. 37).
>
> Todos os números foram impressos em alemão, letra gótica. Os três primeiros apareceram respectivamente em julho, agosto e setembro de 1917, sobre os números quatro e cinco ainda não obtiveram informações. Houve interrupção de sete anos na sua publicação, reaparecendo com o número seis em outubro de 1925. Ao término da Primeira Guerra Mundial foi proibida a imprensa alemã no Brasil, significando duro golpe para a Editora Rotermund que vinha imprimindo, desde 1880, todo um conjunto de impressos para os imigrantes alemães em sua língua materna. Entre esses impressos estavam um jornal (Deutsche Post), livros didáticos, anuários, boletins, folhas dominicais e outros. (Kreutz, 2008, p. 37).

Conforme falado na citação acima, assim como a Editora Rotermund, a produção dos impressos das comunidades de imigrantes alemães e também a literatura escolar foi fortemente afetada pela política de nacionalização.



Meine Bunte Fibel (1962)



Fibel für deutsche Schule in Brasilien (1927)



f en

so ei ne fei ne sei fe
fei le fei le ei sen
so lau fen ha sen
lau fe hei ni ho le mei ne lei ne
o le ne a mei sen im o fen

f en fei ne sei fe o a mei sen im o fen

13

r eu

he hei ni ei ne eu le
hu hu
ru fe ma ma
eu le eu le

ro sen — ho sen na se — ha se
rei se — lei se hei le — fei le r eu

Meine Bunte Fibel (1962)- alfabetização e ilustrações retratando a rotina dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul.



ee

Ein Märchen.

Eine Königin hatte einen wunderbaren Spiegel. Wenn sie vor den hintrat und sich darin beschaute, sprach sie: Spieglein, Spieglein an der Wand, wer ist die Schönste im ganzen Land? Da antwortete der Spiegel: Frau Königin, Ihr seid die Schönste hier, aber Sneewittchen hinter den Bergen, bei den sieben Zwergen, ist noch tausendmal schöner als Ihr. Da ärgerte sich die Königin und wollte Sneewittchen töten.

Sneewittchen.

So weiß wie Schnee,
so rot wie Blut und
so schwarz wie Ebenholz.

Mein Püppchen ist krank.

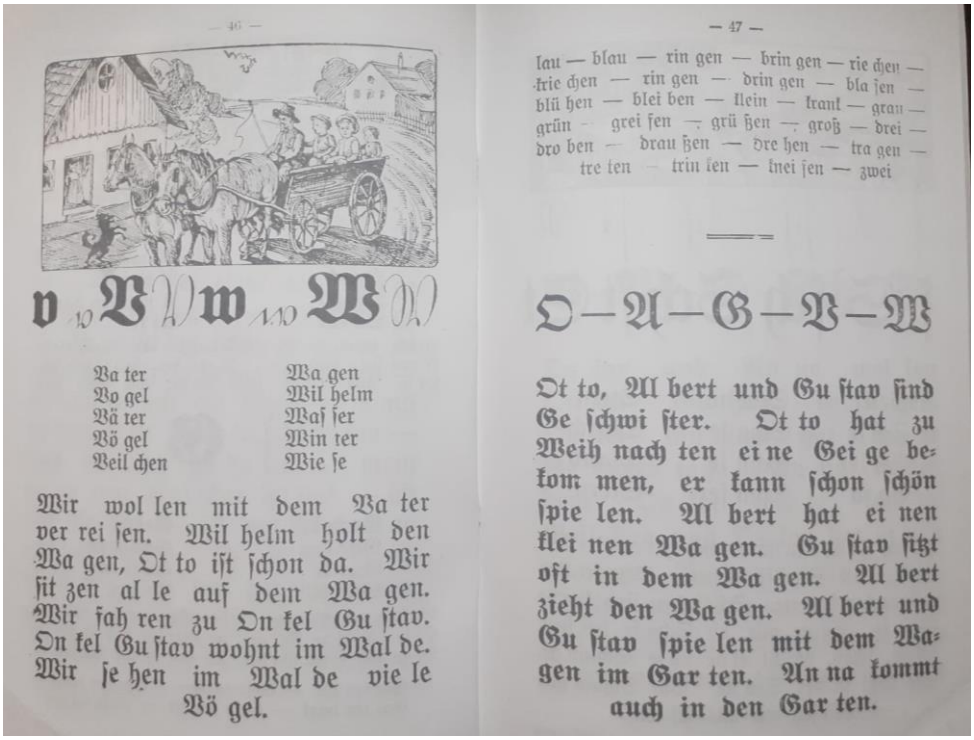
Onkel Doktor, komm geschwind
mit zu meinem armen Kind!
Püppchen ist vorhin gefallen,
hat sich — ach — so weh getan.
Hat ein Beinchen ganz gebrochen,
schreit jetzt, was es schreien kann.
Bitte, nimm doch gute Pillen,
daß du kannst die Schmerzen stillen!
Nimm auch Zwirn und Nadel mit
und vergiß die Binden nicht.
Näh ihm schnell das Beinchen an,
daß es wieder tanzen kann! —

G. Schlipköter

Zungenspäße.

1. Schnipp schnapp, schneid ab, schneid Speck,
   Schneid den Daumen nicht weg!
2. Schneiderschere schneidet scharf,
   Scharf schneidet Schneiderschere.
3. Säge, säge Holz entzwei,
   Kleine Stücke, große Stücke,
   Schni schna schni schna schnucks.

Meine Bunte Fibel (1962) - presença de literatura.



— 46 —

Va ter
Vo gel
Vä ter
Vö gel
Veil chen

Wa gen
Wil helm
Waſ ſer
Win ter
Wie ſe

Wir wol len mit dem Va ter ver rei ſen. Wil helm holt den Wa gen, Ot to iſt ſchon da. Wir ſit zen al le auf dem Wa gen. Wir fah ren zu On kel Gu ſtav. On kel Gu ſtav wohnt im Wal de. Wir ſe hen im Wal de vie le Vö gel.

— 47 —

lau — blau — rin gen — brin gen — rie chen — trie chen — rin gen — drin gen — bla ſen — blü hen — blei ben — klein — krank — grau — grün — grei ſen — grü ßen — groß — drei — dro ben — drau ßen — dre hen — tra gen — tre ten — trin ken — drei ſen — zwei

O — A — G — V — W

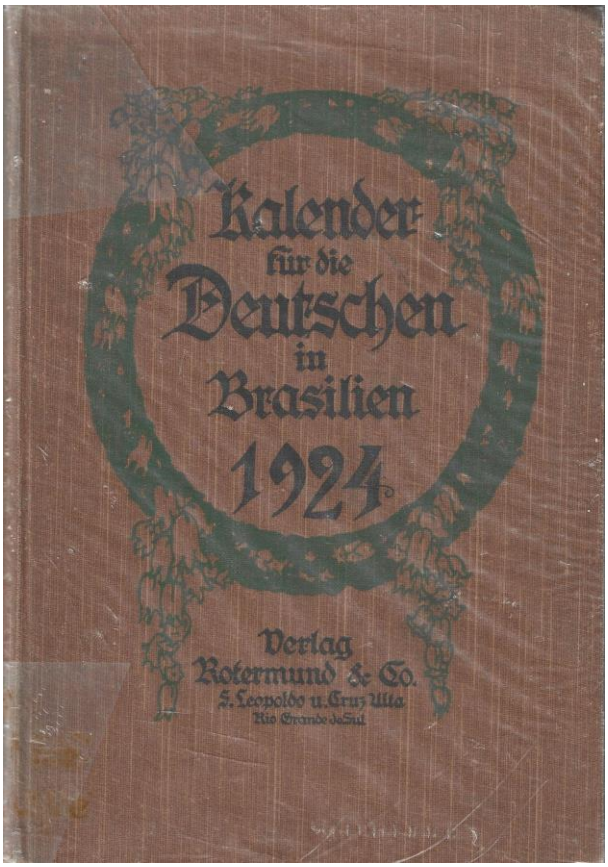
Ot to, Al bert und Gu ſtav ſind Ge ſchwi ſter. Ot to hat zu Weih nach ten ei ne Gei ge bekom men, er kann ſchon ſchön ſpie len. Al bert hat ei nen klei nen Wa gen. Gu ſtav ſitzt oft in dem Wa gen. Al bert zieht den Wa gen. Al bert und Gu ſtav ſpie len mit dem Wagen im Gar ten. An na kommt auch in den Gar ten.

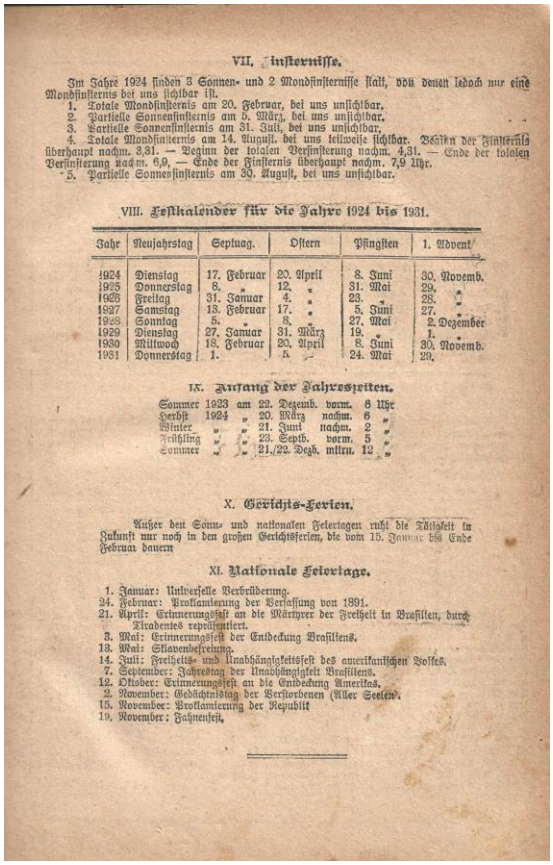
Fibel für deutsche Schule in Brasilien (1927)- presença do Sütterlin (letra gótica).

O outro material analisado foi o *Kalender*. O *Kalender* escolhido foi o *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, de 1924, que completa 100 anos no ano de 2024. O *Kalender für die Deutschen in Brasilien* era montado e publicado pela Verlag Rotermund & Co., de São Leopoldo. É importante ressaltar que existiam diversos periódicos desse tipo pelo Brasil, já que estes eram uma das formas para propaganda das políticas de imigração e colonização no país. Mesmo quem não tinha o costume de ler ou não assinava um jornal, comprava um Kalender, pois nele encontrava-se assuntos gerais de interesse da comunidade. Como o nome já diz, o *Kalender* servia como um calendário ou agenda para o imigrante. Nele era possível saber todas as datas mais importantes da comunidade, as estações do ano e informações sobre as plantações e períodos de colheita. Logo no começo, há um espaço com os meses do ano e uma página em branco ao lado para que o imigrante possa escrever e fazer anotações importantes. Portanto, além de ser uma forma de propaganda das políticas e dos comércios das comunidades, o Kalender se torna um objeto de caráter pessoal, já que ali ele podia compartilhar um pouco de suas tarefas diárias pessoais e também ter uma conexão com a sua comunidade.

Segundo Grützmann (2006), foi no início do século XVIII, que estes almanaques passaram a divulgar contribuições em prosa, e a partir da metade do século XVIII, esses periódicos começaram a difundir narrativas. Nesse período também ocorreu o surgimento

de um gênero literário novo: *Kalendergeschichten* (narrativas de almanaque). A partir do final do século XVIII, os almanaques, agora acrescidos dessas novas opções de leitura, obtiveram um lugar de destaque entre os livros de grande circulação, tornando-se, especialmente no século XIX, um livro popular e doméstico.





VII. Finsternisse.

Im Jahre 1924 finden 3 Sonnen- und 2 Mondfinsternisse statt, von denen jedoch nur eine Mondfinsternis bei uns sichtbar ist.
1. Totale Mondfinsternis am 20. Februar, bei uns unsichtbar.
2. Partielle Sonnenfinsternis am 5. März, bei uns unsichtbar.
3. Partielle Sonnenfinsternis am 31. Juli, bei uns unsichtbar.
4. Totale Mondfinsternis am 14. August, bei uns teilweise sichtbar. Beginn der Finsternis überhaupt nachm. 3,31. — Beginn der totalen Verfinsterung nachm. 4,31. — Ende der totalen Verfinsterung nachm. 6,9. — Ende der Finsternis überhaupt nachm. 7,9 Uhr.
5. Partielle Sonnenfinsternis am 30. August, bei uns unsichtbar.

VIII. Festkalender für die Jahre 1924 bis 1931.

Jahr	Neujahrstag	Septuag.	Ostern	Pfingsten	1. Advent
1924	Dienstag	17. Februar	20. April	8. Juni	30. Novemb.
1925	Donnerstag	8. "	12. "	31. Mai	29. "
1926	Freitag	31. Januar	4. "	23. "	28. "
1927	Samstag	13. Februar	17. "	5. Juni	27. "
1928	Sonntag	5. "	8. "	27. Mai	2. Dezember
1929	Dienstag	27. Januar	31. März	19. "	1. "
1930	Mittwoch	18. Februar	20. April	8. Juni	30. Novemb.
1931	Donnerstag	1. "	5. "	24. Mai	29. "

IX. Anfang der Jahreszeiten.

Sommer	1923	am 22. Dezemb.	vorm.	6 Uhr
Herbst	1924	" 20. März	nachm.	6 "
Winter	"	" 21. Juni	nachm.	2 "
Frühling	"	" 23. Septb.	vorm.	5 "
Sommer	"	" 21./22. Dezb.	mittn.	12 "

X. Gerichts-Ferien.

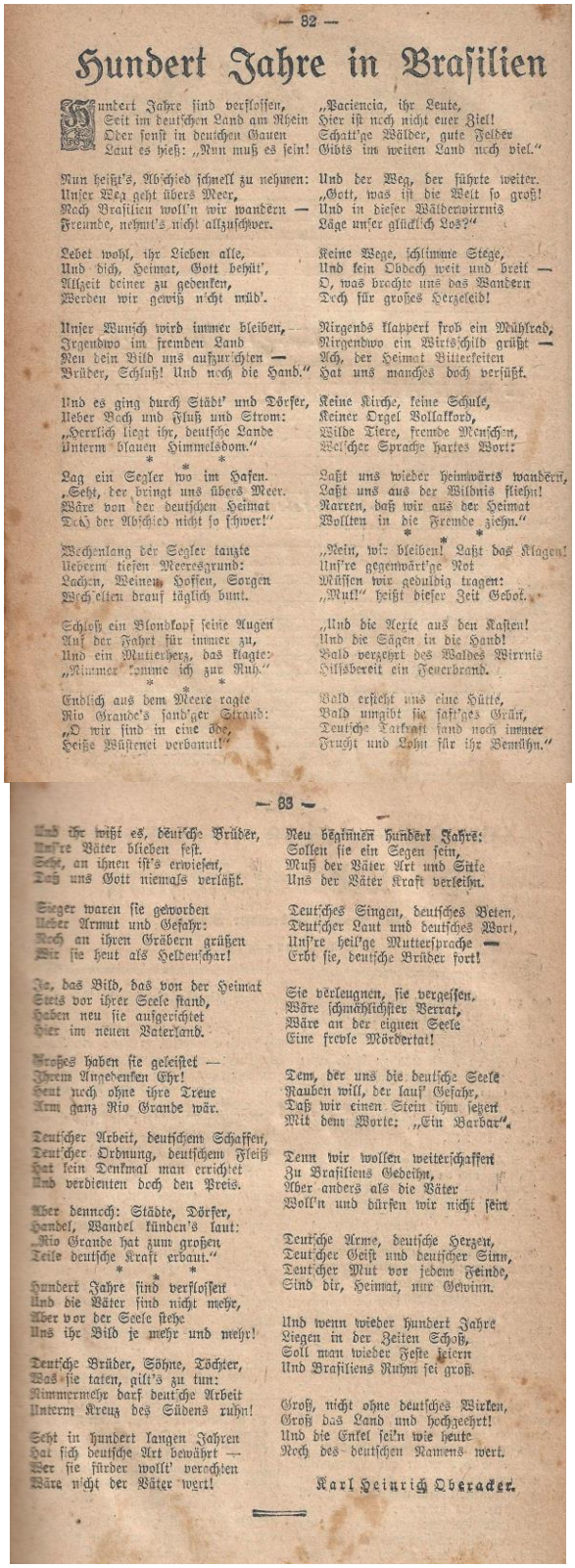
Außer den Sonn- und nationalen Feiertagen ruht die Tätigkeit in Zukunft nur noch in den großen Gerichtsferien, die vom 15. Januar bis Ende Februar dauern

XI. Nationale Feiertage.

1. Januar: Universelle Verbrüderung.
24. Februar: Proklamierung der Verfassung von 1891.
21. April: Erinnerungsfest an die Märtyrer der Freiheit in Brasilien, durch Tiradentes repräsentiert.
3. Mai: Erinnerungsfest der Entdeckung Brasiliens.
13. Mai: Sklavenbefreiung.
14. Juli: Freiheits- und Unabhängigkeitsfest des amerikanischen Volkes.
7. September: Jahrestag der Unabhängigkeit Brasiliens.
12. Oktober: Erinnerungsfest an die Entdeckung Amerikas.
2. November: Gedächtnistag der Verstorbenen (Aller Seelen).
15. November: Proklamierung der Republik
19. November: Fahnenfest.

Kalender für die Deutschen in Brasilien, 1924.
Capa e página com informações sobre as datas importantes e estações do ano.

Na edição de 1924, encontramos diversos trechos e textos que abordam o orgulho dos imigrantes e um certo sentimento de gratidão ao Brasil. Estas manifestações se deram por meio de contos, crônicas, poemas e canções. Daremos destaque para um trecho do poema *Hundert Jahre in Brasilien* (Cem anos no Brasil), escrito por Karl Heinrich Oberacker. O poema de duas páginas conta a história dos imigrantes de forma dramática e com elementos de seu país de origem, como nome de músicos e autores alemães e cidades. Nas primeiras estrofes, o autor conta sobre a saída dos imigrantes do seu país de origem, sobre as navegações e as dificuldades encontradas neste momento. Já na segunda página, o autor dá um pulo na história, para cem anos depois, em 1924, falando sobre os descendentes deste povo que não esqueceram sua cultura e suas tradições, apesar deles já não terem as memórias e as marcas da Alemanha que seus antepassados tinham.



— 32 —

Hundert Jahre in Brasilien

Hundert Jahre sind verflossen,
Seit im deutschen Land am Rhein
Oder sonst in deutschen Gauen
Laut es hieß: „Nun muß es sein!

Nun heißt's, Abschied schnell zu nehmen:
Unser Weg geht übers Meer,
Nach Brasilien woll'n wir wandern —
Freunde, nehmt's nicht allzuschwer.

Lebet wohl, ihr Lieben alle,
Und dich, Heimat, Gott behüt',
Allzeit deiner zu gedenken,
Werden wir gewiß nicht müd'.

Unser Wunsch wird immer bleiben,
Irgendwo im fremden Land
Neu dein Bild uns aufzurichten —
Brüder, Schluß! Und noch die Hand."

Und es ging durch Städt' und Dörfer,
Ueber Bach und Fluß und Strom:
„Herrlich liegt ihr, deutsche Lande
Unterm blauen Himmelsdom."

* * *

Lag ein Segler wo im Hafen.
„Seht, der bringt uns übers Meer.
Wäre von der deutschen Heimat
Doch der Abschied nicht so schwer!"

Wochenlang der Segler tanzte
Ueberm tiefen Meeresgrund:
Lachen, Weinen, Hoffen, Sorgen
Wechselten drauf täglich bunt.

Schloß ein Blondkopf seine Augen
Auf der Fahrt für immer zu,
Und ein Mutterherz, das klagte:
„Nimmer komme ich zur Ruh."

* * *

Endlich aus dem Meere ragte
Rio Grande's sand'ger Strand:
„O wir sind in eine Oede,
Heiße Wüstenei verbannt!"

„Wacienda, ihr Leute,
Hier ist noch nicht euer Ziel!
Schatt'ge Wälder, gute Felder
Gibts im weiten Land noch viel."

Und der Weg, der führte weiter.
„Gott, was ist die Welt so groß!
Und in dieser Wälderwirrnis
Läge unser glücklich Los?"

Keine Wege, schlimme Stege,
Und kein Obdech weit und breit —
O, was brachte uns das Wandern
Doch für großes Herzeleid!

Nirgends klappert froh ein Mühlrad,
Nirgendwo ein Wirtsschild grüßt —
Ach, der Heimat Bitterkeiten
Hat uns manches doch versüßt.

Keine Kirche, keine Schule,
Keiner Orgel Vollakkord,
Wilde Tiere, fremde Menschen,
Welscher Sprache hartes Wort:

Laßt uns wieder heimwärts wandern,
Laßt uns aus der Wildnis fliehn!
Narren, daß wir aus der Heimat
Wollten in die Fremde ziehn."

* * *

„Nein, wir bleiben! Laßt das Klagen!
Uns're gegenwärt'ge Not
Müssen wir geduldig tragen:
„Mut!" heißt dieser Zeit Gebot.

„Und die Aexte aus den Kasten!
Und die Sägen in die Hand!
Bald verzehrt des Waldes Wirrnis
Hilfsbereit ein Feuerbrand.

Bald ersteht uns eine Hütte,
Bald umgibt sie saft'ges Grün,
Deutsche Tatkraft fand noch immer
Frucht und Lohn für ihr Bemühn."

— 33 —

Und ihr wißt es, deutsche Brüder,
Uns're Väter blieben fest.
Seht, an ihnen ist's erwiesen,
Daß uns Gott niemals verläßt.

Sieger waren sie geworden
Ueber Armut und Gefahr:
Noch an ihren Gräbern grüßen
Wir sie heut als Heldenschar!

Ja, das Bild, das von der Heimat
Stets vor ihrer Seele stand,
Haben neu sie aufgerichtet
Hier im neuen Vaterland.

Großes haben sie geleistet —
Ihrem Angedenken Ehr!
Heut noch ohne ihre Treue
Arm ganz Rio Grande wär.

Deutscher Arbeit, deutschem Schaffen,
Deutscher Ordnung, deutschem Fleiß
Hat kein Denkmal man errichtet
Und verdienten doch den Preis.

Aber dennoch: Städte, Dörfer,
Handel, Wandel künden's laut:
„Rio Grande hat zum großen
Teile deutsche Kraft erbaut."

* * *

Hundert Jahre sind verflossen
Und die Väter sind nicht mehr,
Aber vor der Seele stehe
Uns ihr Bild je mehr und mehr!

Deutsche Brüder, Söhne, Töchter,
Was sie taten, gilt's zu tun:
Nimmermehr darf deutsche Arbeit
Unterm Kreuz des Südens ruhn!

Seht in hundert langen Jahren
Hat sich deutsche Art bewährt —
Wer sie fürder wollt' verachten
Wäre nicht der Väter wert!

Neu beginnen hundert Jahre:
Sollen sie ein Segen sein,
Muß der Väter Art und Sitte
Uns der Väter Kraft verleihn.

Deutsches Singen, deutsches Beten,
Deutscher Laut und deutsches Wort,
Uns're heil'ge Muttersprache —
Erbt sie, deutsche Brüder fort!

Sie verleugnen, sie vergessen,
Wäre schmählichster Verrat,
Wäre an der eignen Seele
Eine frevle Mördertat!

Dem, der uns die deutsche Seele
Rauben will, der lauf' Gefahr,
Daß wir einen Stein ihm setzen
Mit dem Worte: „Ein Barbar".

Denn wir wollen weiterschaffen
Zu Brasiliens Gedeihn,
Aber anders als die Väter
Woll'n und dürfen wir nicht sein.

Deutsche Arme, deutsche Herzen,
Deutscher Geist und deutscher Sinn,
Deutscher Mut vor jedem Feinde,
Sind dir, Heimat, nur Gewinn.

Und wenn wieder hundert Jahre
Liegen in der Zeiten Schoß,
Soll man wieder Feste feiern
Und Brasiliens Ruhm sei groß.

Groß, nicht ohne deutsches Wirken,
Groß das Land und hochgeehrt!
Und die Enkel sei'n wie heute
Noch des deutschen Namens wert.

Karl Heinrich Oberacker.

Poema Hundert Jahre in Brasilien (Cem anos no Brasil), de Karl Heinrich Oberacker. P. 32 e 33, Kalender für die Deutschen in Brasilien, 1924.

O trecho destacado se encontra nas três últimas estrofes, que representa esse sentimento de orgulho da sua cultura e manutenção de suas tradições, mas também um certo carinho pela terra brasileira somado com a vontade de tornar este um território

honrado, vitorioso.

"Deutsche Arme, Deutsche Herzen,
Deutscher Geist und deutscher Sinn,
Deutscher Mut vor jeden Feinde,
Sind dir, Heimat, nur Gewinn.

Und wenn wieder hundert Jahre
Liegen in der Zeiten Schoß,
Soll man wieder Feste feiern
und Brasiliens Ruhm sei groß.

Groß, nicht ohne deutsches Wirfen,
Groß das Land und hochgeehrt!
..." (Oberacker, 1924)

Ao fim do poema, percebemos que o autor comemora os cem anos da imigração alemã no Brasil e olha para o futuro, imaginando que cem anos depois o Brasil e seus imigrantes alemães voltarão a festejar, contando que a glória e o sucesso do país será grande por conta da colaboração dos imigrantes e seus descendentes. Ou seja, como explicado anteriormente, eles se orgulham de suas tradições e culturas e querem trazê-las para sua terra.

Considerações finais

Hoje sabe-se que a língua escrita ou falada tem uma relação direta com seus usuários. Quando pensamos no social de uma comunidade, constatamos que famílias ou grupos próximos podem ter formas de se comunicar que moldam, em certo nível, sua visão de mundo. A literatura também exerce um papel de formar o homem e manifestar os sentimentos deste.

Os textos mostrados aqui não se limitam em registrar apenas "o preexistente ao social, mas participa ativamente do processo de construção da realidade por meio de diversas linguagens e de representações, que, por sua vez, dão a ver o mundo de uma determinada forma". (Grützmann, 2006) Estes textos exerceram um papel ativo nas comunidades de imigrantes por anos, servindo como um veículo para a construção e preservação da identidade deles.

Segundo Durkheim (1913), a coesão das sociedades tradicionais deriva do seu compartilhar de costumes, valores, normas e crenças sociais, de forma que é um fenômeno bastante homogêneo. Além disso, é evidente que materiais escritos costumam auxiliar na manutenção e valorização de uma língua, ficando evidente essa importância

no fato de que muitos grupos de imigração germânica mantiveram suas culturas, seus conhecimentos tradicionais e sua língua por conta da união que havia entre eles e os livros, periódicos e outros materiais que circulavam entre essas comunidades.

Dentro das comunidades germânicas, havia o costume da leitura desde sempre. Segundo Rambo (1985),

> Era questão de honra para cada família possuir ao menos um ou outro jornal ou periódico, pelos quais se mantinham informados sobre os principais assuntos de ordem religiosa, social, política e cultural de âmbito regional, nacional e mundial. Em inúmeras comunidades havia bibliotecas, por vezes de respeitável tamanho e sortimento. Os colonos levavam os livros para casa pagando uma pequena importância a título de empréstimo. Essas bibliotecas ofereciam obras de conteúdos os mais diversos. Predominavam em geral romances históricos, vidas de santos, vidas de heróis, livros de viagens e aventuras.." (p. 77)

Ou seja, não basta a língua e a literatura sozinhas para influenciarem ou construírem uma identidade, precisa existir também o interesse o incentivo para a leitura e para a fala de tal língua e tais livros para que essa herança permaneça, o que é evidente nos textos que tratam sobre as escolas e os costumes das comunidades da época. Entende-se, portanto, que a cultura e identidade das comunidades permaneciam vivas através da manutenção da língua alemã, de textos divulgados que eram escritos predominantemente por autores alemães, da história alemã, entre outros fatores. Sendo assim, neste contexto histórico, a literatura entrou como ferramenta fundamental para o fortalecimento dos laços étnico culturais.

Referências

DURKHEIM, Émile. **De la division du travail social.** Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

GRÜTZMANN, I. **Almanaques em língua alemã em Santa Catarina (1864-1938): tipos, editores, objetivos.** Dimensões, Espírito Santo, out. 2006. Disponível em: <periodicos.ufes.br/articles>. Acesso em: 9 nov. 2024.

NEUMANN, R. **REPRESENTAÇÕES DA COLÔNIA NEU-WÜRTTEMBERG NOS KALENDER RIO-GRANDENSES.** Disponível em: <https://www.eeh2020.anpuh-rs.org.br/resources/anais/15/anpuh-rs-eeh2020/1598149303_ARQUIVO_bf248edbc0931ed0ebfa9f1567da1037.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

Kalender für die Deutschen in Brasilien. Verlag Rotermund & Co., São Leopoldo, 1924

KREUTZ, Lúcio. **O Professor Paroquial. Magistério e Imigração Alemã.** Editora da

Universidade, Porto Alegre; Editora UFSC, Florianopólis; EDUCS, Caxias do Sul. 1991

RAMBO, Arthur Blasio. **A Escola Comunitária Teuto-Brasileira: Gênese e Natureza.** Nº 86. Estudos Leopoldenses, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS/Brasil. 1985

ROTERMUNDS, Milh. **Fibel für deutsche Schulen.** 5ª Edição. Verlag Rotermund & Co., São Leopoldo, 1927.

Federação dos Centros Culturais 25 de julho. **Meine Bunte Fibel.** Casa Editora Rotermund & CIA. Ltda, São Leopoldo, 1962.

ALTENHOFEN, Cléo; MORELLO, Rosângela. Hünsrückisch. **Inventário de uma Língua do Brasil.** Editora Garapuvu. Florianópolis, 2018.

DREHER, Martin N. **Os 180 anos da imigração alemã.** In: ARENDT, Isabel Cristina & WITT, Marcos Antônio (orgs.). História, cultura e memória: 180 anos de imigragäo alemã. Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (7. : 2005 : Teutônia e Westfália/RS). Säo Leopoldo : Oikos, 2005. p. 11-31.

KREUTZ, Lúcio. **Livros escolares e imprensa educacional periódica dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, Brasil, 1870-1939.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 31, n. 17, p. 24-52, jan./abr. 2008.

REPRESENTAÇÕES DO BRUMMER EM *A VALSA DA MEDUSA*: ENTRE BATALHAS E ANSEIOS

Leandro Moreto da Rosa
Ernani Mügge

Considerações iniciais

A literatura nacional é repleta de romances que reconstituem eventos históricos a partir de diferentes contextos e perspectivas, combinando pesquisa e registros documentais com a ficcionalidade característica da criação literária. No que tange à história do Rio Grande do Sul, diversas obras se dedicaram a preencher as lacunas do processo de formação do estado. Segundo Silva (2013), fatores como a geografia da região e os conflitos iniciais dificultavam o desenvolvimento de atividades literárias, especialmente no período colonial. Entre as muitas narrativas que abordaram a representação histórica, destacam-se os romances sobre a imigração e colonização, que refletiram a reconfiguração da sociedade brasileira com a chegada de novas culturas. *A Valsa da Medusa*, de Valesca de Assis, é uma dessas obras. Publicada no ano de 1989, o romance inaugura a carreira literária da escritora, natural de Santa Cruz do Sul, espaço que situa o enredo, no século XIX, na primitiva Província de São Pedro.

Na esteira de pensamento de Ricoeur (2010), o ato criativo é, a um só tempo, misto de vontade e necessidade, um amálgama entre razões internas e externas que circundam os sujeitos e se misturam no processo de materialização do simbólico. Evidenciamos isso pela forma como a escritora justifica o mote de sua narrativa:

> No curso das pesquisas deparei-me com os brummer (oficiais e soldados alemães contratados pelo Império Brasileiro para lutar contra Rosas, em 1851). Aquelas figuras, desde logo, me fascinaram. Em contraste com a apatia política e cultural dos colonos que já habitavam a região – apatia plenamente justificável pelas próprias razões que os fizeram sair da Alemanha -, os brummer eram homens de formação superior, com idéias socialmente avançadas e uma visão de mundo mais abrangente e crítica. Elas sacudiram as colônias, difundiram a cultura alemã entre os próprios alemães, condenaram o isolamento em que viviam e serviam de ponte para a integração com os brasileiros. Assim, o tempo histórico da narrativa foi antes determinado pelos protagonistas do que pela autora (Bins, 1991, p. 21).

A essa mesma pretensão de explorar, pela ficção, a história dos brummer se alia o interesse pela cultura alemã e por espaços lacunares na trajetória de vida do estado gaúcho. Em suas palavras:

> O Rio Grande do Sul ainda tem muito a contar de si [...] Fomos, por muito tempo, terra de ninguém. Porém, o espaço é também universal: mulheres de todos os lugares e tempos históricos se identificam com os temas, com as personagens (Assis apud Zukoski; Silva; Coqueiro, 2021, p. 413).

Assim, em ficções históricas como as de Assis, seguindo Ricoeur (2010), o imaginário se incorpora à conjectura do ter-sido em função de uma reconstituição do passado cujos detalhes nem sempre aparecem nítidos nos anais da história. É por conta disso que prezamos, na primeira seção, pelo diálogo entre o texto literário e o discurso historiográfico em momentos de aproximação e reciprocidade. Como formas de figuração da estadia humana pelo tempo, isso antecipa a segunda e a terceira seções do trabalho, nas quais, de um breve relato do episódio dos brummer, na Guerra contra Oribe e Rosas, rumamos para o interior de Santa Cruz em uma visão mais familiar das batalhas e anseios que sucedem a atuação no campo de batalha. Esperamos, com isso, destacar vislumbres histórico-literários provenientes da narrativa e que transcendem as experiências singulares das personagens que lhes servem de instância simbólica.

História e Literatura: enlaces narrativos

Como pode um romance transpor ao campo da palavra complexas tramas de uma sociedade e revelar suas cores, sons e sombras? A questão transpõe fronteiras disciplinares e limites temporais. Encontramos testemunhos longínquos sobre ela que remontam os dias de contenda entre Platão e Aristóteles. Sabemos que o primeiro, n'*A República* (2006), baniu de seu estado ideal a figura do poeta, representante do artista, por considerá-lo nocivo, contrário à razão, alguém que se ocupa de embelezar o discurso e manipular os sentidos, mediante uma voz melíflua, para dar vazão às paixões. Também é sabido que seu discípulo trilhou um caminho oposto. Aristóteles (2008) viu na poesia algo de mais filosófico e de caráter mais elevado que a própria História, pois o discurso artístico articula o "universal", porta de entrada para o expectador ingressar ao jogo do texto. A catarse, expurgo das emoções, é um dos efeitos resultantes do fazer mimético, característico à criação, que não opera pela representação, mas na ordem do verossímil.

Este universal, no entanto, por muito tempo, nos chegou entre aspas, atenuado pela verossimilhança, pseudoevidência, banido da esfera do verdadeiro, relegado ao plano secundário da ficção, a despeito de nossas intuições epistêmicas resultantes do contato com a arte. Em outras palavras, malgrado a proximidade entre poesia, história e filosofia,

a primeira se absteve da batalha das ideias pela premissa de que "[o] poeta, ele nada afirma, e, portanto, nunca mente" (Sidney, 1968, p. 52).

Hoje, porém, respiramos por outros meios que não apenas pela máquina positivista. Do jogo tenso e ambivalente que estabeleceu cisões cristalinas entre o fazer poético e o discurso científico, encontramos guarida para um caminho menos distante, mais dialético e orgânico, entre esferas até então opostas. Gadamer (2000), em gesto conciliador, por exemplo, visualiza enlaces da tradição literária com a filosofia, em uma relação recíproca, uma vez que, se a última tem a pretensão de validade universal, a primeira o faz pelo sentido contrário, isto é, da palavra ao conceito.

Com a História, a situação não é diferente. Em letra maiúscula, o conceito logo remete a um discurso em busca da verdade, imbuído de uma lógica cientificista, tão cara ao imaginário social. Por esse caminho, o passado por vezes nos chega em formato serial e quantitativo. Gráficos, tabelas e censos apresentam estatísticas de nosso percurso no tempo, em passadas mais amplas, não tanto episódicas, nas vias de uma história praticada pelos Annales.

Temos como alvo, porém, uma relação menos apartada entre as disciplinas, mesmo porque o peso da uma reivindicação demarcatória pode não se sustentar à luz daquilo que uma semântica da ficção pode relevar, para a qual não temos espaço, mas cuja amplitude é sintetizada por Iser (2002, p. 957), quando ele faz o seguinte questionamento: "os textos ficcionados serão de fato tão ficcionais e os que assim não se dizem serão de fato isentos de ficções?"

Em vista disso, Paul Ricoeur é um nome frequente que aparece para advogar esta proximidade de que falamos. Em *Tempo e narrativa* (2010), o filósofo francês propõe que a história se faz pelo ato de narrar, em uma forma muito similar à escrita literária. As fronteiras se tornam menos opacas à medida em que a narrativa histórica passa a explorar as veredas da compreensão, pelo tempo vivido, não necessariamente real, no sentido reducionista da experiência empírica, mas da intersubjetividade. Nesse caso, o movimento retroativo acontece por intermédio, também, da imaginação, recurso conjectural que horizontaliza a atividade historiográfica com a ficcionalidade que aparece nas horas vagas em que amainam os registros documentais. Embora estes artefatos simbólicos representem a materialidade que principia as investigações, para Ricoeur (2010), o pesquisador não está alheio à mediação imaginária que orbita os vestígios do passado ao qual pretende revisitar.

São esses vestígios, fósseis ou ruínas que atuam na figuração de um tempo não visível ao presente se não pelo simbolismo que nos é apresentado pela relação simbiôntica entre registro e conjectura: “a imaginação se torna visionária: o passado é o que eu teria visto, aquilo de que teria sido testemunha ocular se tivesse estado lá” (Ricoeur, 2010, p. 317).

Mais do que isso, podemos pensar que o ofício do historiador se aproxima do literato, também, no sentido em que ambos selecionam um ponto arquimédico para a construção da narrativa, um espaço de tempo ao qual se atribui sentido pela prática da pesquisa e da escrita. Para Michel de Certeau, compreender:

> [...] a História como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “enquanto prática” (2011, p. 46-47).

Sob essa premissa, a tessitura do relato historiográfico é entremeada por fios figurativos, que constituem, conforme Ricoeur (2010), a reconstrução do passado pelo ter-sido, isto é, o preenchimento dos espaços lacunares por pressuposições calcadas no real. Conforme Hayden White (2014, p. 65), este é o momento em que “o historiador precisa interpretar o seu material, preenchendo as lacunas das informações a partir de inferências ou de especulações”, o que faz do texto um amálgama de eventos atestados e inferidos. Em outras palavras, na impossibilidade de um fato se constituir pela sua própria natureza, a interpretação é um recurso investigativo em virtude do qual o passado se desnuda de uma maneira similar ao que o arqueólogo faz com seus achados.

Isso não implica, contudo, que as fronteiras entre a historiografia e a literatura estejam de tal maneira borradas que reduzam a primeira ao campo ficcional. Para Ginzburg (2020), a proximidade se deve a uma leitura induzida que o pesquisador empreende sobre os artefatos encontrados para trazer à luz o simbolismo que lhes é próprio. O historiador, assim, se envereda por caminhos, não raras as vezes, descontínuos, não lineares, em virtude dos quais sua tarefa consiste em “destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo” (Ginzburg, 2002, p. 14 apud Torres, 2020, p. 106).

Por certo, como lembra Burke (2011, p. 349 apud Torres, 2020, p. 111), a despeito de sua defesa de uma história pautada pelo modelo literário, há limitações que invalidam

uma sincronia das disciplinas, a começar pelo fato de que "os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens". Tampouco podem alternar entre narradores que participam da história, em primeira pessoa, característico das produções romanescas, nem estão livres do fardo protocolar em direção à verdade, que regula os modos discursivos por um caminho que o escritor não se compromete a trilhar.

Pelo breve exposto, voltemos, assim, à questão inicial: como pode a linguagem ficcional desnudar aspectos da realidade cognoscível? Nas vias de Aristóteles (2002), para quem o ser se diz de muitas maneiras, pensamos que a compreensão da realidade pode se fazer por caminhos distintos, mas complementares. Conforme Candido (2007, p. 58-59), da mesma forma que, na vida, "estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modos-de-ser", o romance também o faz quando confere, ao substrato que lhe serve de inspiração, uma unidade coesa e menos variável. Por outros termos, pensamos que o historiador e o romancista, a despeito das finalidades distintas a que se propõem, se encontram no fim do caminho: para o primeiro, a ficção se faz pelo ato hipotético e probabilístico; para o segundo, constitui antes um fingimento do que falsidade (Searle, 1995), configurando-se, por isso, como uma forma, também, de depoimento íntimo da natureza humana.

Tempos de necessidade

Em *A Valsa da Medusa*, somos apresentados a um grupo de imigrantes alemães que chegam em terras brasileiras com objetivos distintos e em momento posterior ao assentamento germânico de 1824. Pelos relatos das personagens, sabemos, ao longo de uma centena de páginas, que a narrativa está situada em meados de 1852, período em que a Guerra contra Oribe e Rosas, de proporções internacionais, chegara ao fim. Conforme Piassini (2017), esse conflito se iniciou em pequenas doses proporcionais ao avanço hegemônico de Juan Manuel Rosas, na época, governador de Buenos Aires. Desejoso em consolidar uma Confederação Argentina que detivesse o monopólio econômico da região do Prata, Rosas empreendeu campanha sobre o território uruguaio para apoiar Oribe, líder da região, na guerra civil que se instalava no país entre Blancos e Colorados. Estes receberam o apoio da França e Grã-Bretanha, que, como potências europeias interessadas na estabilidade política e nas questões comerciais nos afluentes do Prata, viam na vitória

dos Colorados uma forma de equilibrar a influência de Rosas e, ao mesmo tempo, consolidar seus próprios interesses na América do Sul.

O Império brasileiro, por sua vez, inicialmente se absteve da participação no conflito, em razão, sobretudo, dos revoltosos da Revolução Farroupilha, que recebiam apoio dos Colorados pelas afinidades ideológicas compartilhadas. Além disso, a necessidade de controlar os focos de resistência em seu próprio território impedia que o Império se comprometesse com uma intervenção no Uruguai, ainda que os interesses regionais e as disputas de poder no Rio da Prata exigissem uma postura mais ativa (Piassini, 2017).

A situação ganha novos contornos a partir do momento em que o governador argentino propõe um acordo com Dom Pedro II para frear o avanço de um inimigo em comum. Todavia, a morosidade na resposta brasileira em firmar uma aliança veio ao encontro de um Rosas que já havia suprimido as forças revoltosas e dispensava o apoio do regente brasileiro. A Dom Pedro II, agora, a ameaça da hegemonia argentina era contundente, pois colocava em risco a livre navegação pela bacia platina, tão cara à época, e abria espaço para uma possível reconstrução do Vice-Reino do Prata.

Entre idas e vindas diplomáticas para conter Rosas, pedidos de apoio não atendidos e o posterior cessar fogo das nações europeias, em vista do Tratado Arana-Southern (1849) e do Tratado Arana-Lepredour (1850), que reconheciam a hegemonia do governo argentino pela região, o Império brasileiro viu-se forçado a participar da guerra. Conforme Schmid (1951), uma das respostas adveio do recrutamento em territórios germânicos de soldados que pudessem engrossar as fileiras do exército brasileiro. Não obstante o fim da Guerra Farroupilha, em 1845, a aliança com os dissidentes argentinos e o pacto firmado com os Colorados, sob o pretexto de defender interesses aliados, demandava o apoio de mais soldados e recursos adicionais para garantir a estabilidade do regime imperial e, ao mesmo tempo, equilibrar a balança de poder na região.

A convocação pelas regiões alemãs coincidiu com a dissolução do exército de Schleswig-Holstein, que atuara em conflitos fronteiriços contra a Dinamarca, em 1848. Na ocasião, conforme Piassini (2017), as lutas que se sucederam à reconfiguração do território alemão pelo Congresso de Viena, entre 1814 e 1815, deram vazão a ideais revolucionários, que se instalavam por toda a Europa, ampliados pelo movimento napoleônico: “o objetivo principal desses grupos era a elaboração de constituições de cunho liberal e a formação de parlamentos” (Piassini, Sausen, 2020, p. 76).

Nesse ínterim, após anos de conflitos fronteiriços e infrutíferos, os ducados de Schlewig e Holstein se encontraram desassistidos pela Confederação Germânica, pois o suporte bélico lhes foi negado no momento em que a Prússia reconhecia o direito da Dinamarca sobre as regiões, sob o peso do Protocolo de Londres de 1852 e o ultimato da Áustria, com o Acordo de Olmültz.

É precisamente esse cenário de desamparo pela evacuação das tropas regulares e pelas consequentes derrotas dos remanescentes em Schlewig e Holstein que encontrará Sebastião do Rego Barros. Tenente-coronel enviado à Europa a cargo do recrutamento, Barros não poupou esforços na propaganda brasileira: um contrato por quatro anos ao final dos quais os legionários "poderiam ter a posse imediata de vinte e duas mil e quinhentas braças de terra – um quarto de colônia – em qualquer das províncias do Império, especialmente as do Rio Grande do Sul e Santa Catarina" (Assis, 2009, p. 24). A proposta encontrou respaldo em voluntários movidos por espírito idealista, livres atiradores e uma centena de dissidentes, com treinamento ou não de campanha militar, cujos serviços à disposição no território germânico não comungavam com seus interesses. Koseritz, citado por Schmid, oferece uma visão dos diferentes tipos sociais que figuravam entre os legionários:

> [...] velhos lamscenetes, ce aviam militado na África, na Índia, na Polônia, até na Espanha, de par com temros cadetes, bem como educandos forajidos das Reaes Escolas Militares, etc. Lejionários ce aviam sido oficiaes, davam grasas a Deus se comsegiam emgajarse como sarjentos; outros resebiam pó superiores ierarcicos omens ce aviam sido seus subordinados; já outros posuiam cultura e imstrusão superiores á de muintos dos ofisiaes, os cuaes aviam obtido as imsignias sem saber como. Emfim, era um verdadeiro pot-porri (sic) dos maes diversos elementos. Algums dos lejionários tinham sérios motivos para ocultar seu pasado e poriso figuraram sob nome falso no alistamento e nos asentamentos individuaes (Koseritz apud Schmid, 1949, p. 104).

São esses sujeitos que formam a imagem do brummer, "um representante da célebre legião que lutou contra Rosas em 1851", mas que "em nada lembrava um resmungão, apelido daqueles soldados" (Assis, 2009, p. 13). A despeito de constituírem um contingente modesto de 1.800 homens, se comparados ao fluxo imigratório inicial, o mosaico de habilidades e conhecimentos terá seu valor reconhecido antes na formação das primeiras colônias teuto-brasileiras do que propriamente pelo recrutador. Isso porque, conforme o protagonista ostenta na obra, um brummer pode:

> [...] estar escrevendo um Tratado de Filosofia, ou assinando um manifesto. Pode estar ensinando o abc a pequenos colonos nos confins da América do Sul, ou morrendo de tuberculose num hospital da índia. Esteja onde estiver, seja qual for a sua ocupação, uma única ideia move sua vida: completar o vazio imemorial que o impede de existir por inteiro. E, na procura da metade que lhe falta, desafia gigantes, enfrenta dragões,

> desbrava florestas, atravessa montanhas e oceanos, numa esperança que só se extingue com o encontro. Ou com a morte (Assis, 2009, p. 17-18).

Dickie corrobora o aspecto multifacetado desses mercenários alemães quando diz serem eles:

> Filhos de famílias abastadas ou nobres, educados e principalmente, politizados, foram se estabelecendo em Porto Alegre e nas zonas coloniais como professores, advogados, engenheiros, agrimensores, médicos, etc. Eram, na maioria, protestantes, maçons e partidários de uma monarquia liberal (Dickie, 1989, p. 7).

No romance de Assis, temos um vislumbre desse movimento imigratório quando, findada a guerra, esses soldados migram para colônias alemãs no sul do Brasil, com expectativas variadas sobre o futuro. Todavia, podemos imaginar uma aproximação entre esses sujeitos, dentre tantos motivos, pela experiência de terem sido parte de um conflito distante em prol de uma causa da qual pouco se compreendia e em virtude da qual haverá um misto de desilusão e insatisfação coletivas.

Brummer: sujeito fronteiriço

O episódio dos brummer é uma parte peculiar da história da imigração germânica no Brasil. A narrativa de Assis nos faz pensar em sujeitos que, cessado o período bélico, continuaram a travar batalhas em um campo menos visível, por vezes, introspectivo, mas igualmente árduo: o campo da identidade, da adaptação e do pertencimento. A chegada ao novo continente, em busca de um recomeço, não trouxe a paz esperada, mas uma continuidade das tensões que haviam sido forjadas em sua terra natal.

Parte disso se deve a não correspondência de expectativas em relação ao cumprimento do acordo. Conforme Dreher (2014), as colônias iniciais do movimento migratório de 1824 foram fundadas no interior de clareiras, cercadas de uma mata virgem, pouco parecida com os campos prometidos, com casas, animais e árvores frutíferas à disposição. No final de 1858, período em que trafegam para a região sul os mercenários germânicos remanescentes da guerra contra Oribe e Rosas, a propaganda brasileira, também, não esteve livre de percalços no cumprimento das promessas. Dificuldades no agenciamento, transporte e fornecimento de subsídios para os confrontos são relatados pelas personagens de Assis:

> [...] inversões de hierarquia, da demora no embarque, os recrutados tendo de viver às próprias custas em albergues imorais do porto, em meio a bêbados e prostitutas, aprendendo ali o que ainda não sabiam em matéria de vilezas [...] E as armas, então?

> Compradas em lojas de ferro-velho, inservíveis na maior parte. E vendidas a peso de ouro (Assis, 2009, p. 16).

Quando Tristan Waldwogel, protagonista da obra, desembarca às margens do Rio Pardo, toma para si um cavalo e cavalga em direção ao pedaço de terra que lhe fora concedido como pagamento pelos serviços na guerra, presumimos, aos poucos, que o périplo dos brummer não se finda com a guerra. Há mais pelo que labutar, material e simbolicamente. O chão é mais árido do que se imaginara, e o campo, longe de ser o idílio prometido nos contratos: "Por falar em contratos [...] onde estão as sementes e ferramentas que constavam do contrato? E as moradias? E os cavalos, as vacas e as mulas?" (Assis, 2009, p. 28).

Do ponto de vista simbólico, conforme Deluze e Guattari (1995 apud Haesbaert, 2005, p. 43), "toda saída de um território implica a construção de outro", de maneira que a reconfiguração dos novos espaços é, também, uma necessidade espiritual, isto é, uma demanda por preencher as lacunas simbólicas de uma paisagem, ao mesmo tempo, exótica e inóspita, austera aos costumes de origem. Nesse ínterim, não são poucos os artefatos culturais que se destacam na obra como uma resposta a essa necessidade, pontos arquimédicos em tornos dos quais orbitam tradições, hábitos e costumes, agora, aos poucos, permeados pela cultura regional. O Goethe que Tristan carrega consigo, posteriormente entregue como um presente a Pauline, por quem se apaixonara, as aulas em alemão ou a prática de beber cerveja com um copo no formato de bota são alguns dos exemplos que o ex-legionário traz à tona em lembrança às suas raízes.

A chegada de Tristan na primitiva colônia de Santa Cruz foi profetizada por Cláudia, amiga de Pauline: chegará aqui "um homem jovem e belo... vindo de muito longe... um homem culto, nobre... galopando num cavalo negro..." (Assis, 2009, p. 61). Os tons da obra se desvelam em uma narração intervalada por momentos de observação, nos quais o narrador heterodiegético apresenta ao leitor um jovem "com fortes e contraditórios sentimentos que fustigavam-lhe a mente" (Assis, 2009, p. 31), e, por conversas internas, solilóquios autodiegéticos por meio dos quais temos um vislumbre "das danças dos personagens com seus 'demônios do coração'" (Souza, 1990, p. 16).

Ex-soldado que é, Tristan se vê no estado de provisoriedade de que fala Sayad (1998), em função da ambivalência que acompanha os prefixos do ato de migrar: é, ao mesmo tempo, emigrar, o ato de deixar o seu lugar de origem, e imigrar, a ação de se inserir em um lugar a que não pertence. Isso faz do fenômeno da migração mais do que

um simples deslocamento geográfico, uma vez que, em termos mercadológicos, sendo ele motivado por uma combinação entre necessidade e oportunidade, a ausência da primeira cria uma lacuna no reconhecimento da existência desse sujeito. Por conta disso, explica Sayad,

> a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe mais se trata de um estado provisório que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade (Sayad, 1998, p. 45).

Em função dessa condição limiar, não admira o fato de que os legionários alemães, dos mais variados tipos sociais, tenham empregado sua experiência para fazer valer aquilo que lhes fora prometido. É desse caráter reinvindicatório que o termo brummer ganha significado, algo que aparecerá em momentos espaçados da narrativa, em negociações e contendas, indo ao encontro do que pensava Tristan acerca da etimologia do nome: "em nada lembrava um resmungão, apelido daqueles soldados" (Assis, 2009, p. 13).

Essa desilusão contra a qual os brummer atuarão aparece em debates acalorados sobre o território brasileiro, um espaço onde "muito se promete, e nada se cumpre" (Assis, 2009, p. 36), consoante o pensamento de Jacob Eick, marido de Pauline. As lamúrias se estendem, ainda, às ferramentas, sementes e outros tantos materiais que permaneceram no campo da palavra, para não dizer da morosidade na conclusão das obras:

> Passamos agora mesmo pelo largo da igreja e nos perguntamos, senhor Buff, se aquela obra um dia terá fim, ou se estamos todos condenados ao inferno, por falta de um lugar onde possamos confessar nossos pecados (Assis, 2009, p. 38).

Ao passo que contendas se desenrolam pelas páginas, quase sempre regadas por causos e lendas, que, aos poucos, dão contornos próprios à paisagem bucólica até então pouco explorada, similar desamparo nos chega por um Tristan contemplativo. A tez do herói trágico não demora a se traduzir, senão pela herança de seu nome, então pelo Werther que traz consigo em diálogo com a etimologia de seu sobrenome.

Nesse aspecto, a autora nos aproxima da influência ficcional que o mesmo processo de imigração nos trouxe, sobretudo quando, sob a perspectiva de Tristan, ambienta a colônia com uma roupagem romântica, besuntada pelo idealismo da tradição literária em harmonia com um cenário campestre. O jovem Waldwogel, em alemão, "pássaro do mato", ave arredia, para quem "fixar-se nestas paragens podia tanto significar a libertação das inquietudes, quanto uma armadilha sem escapatória" (Assis, 2009, p. 31),

logo encontra guarida na figura romântica de Pauline Eick. Aparenta confirmar, assim, a previsão de Cláudia para a amiga:

> [...] entrará na sua vida por causa de uma serprente... não, não será venenosa... o veneno estará na cura... ficará apaixonado... vai guardar um fio de seu cabelo junto ao coração... quererá você para sempre... oferecendo uma vida de rainha (Assis, 2009, p. 62).

Sob os olhos de Tristan, Pauline é a Charlotte de Goethe. Em nenhum momento, transparece dos eflúvios de seu amor cortês, que nada deixam a dever daqueles do Tristão de Isolda, algum prejuízo semântico em sua interpretação. Sua percepção está embebida pela paixão, de tal maneira que a condição de Pauline lhe representa pouco desafio. Isso se deve, possivelmente, também àquilo que Tristan vê na esposa de Jacob Eick, a saber, o reflexo da mãe que não chegara a conhecer. Veio ao mundo quando ela, sentida pelo sofrimento do marido, já não mais que uma sombra, vaticinou-lhe pela escolha do nome: "Tristan será seu nome, porque nascido da minha tristeza (Assis, 2009, p. 33).

Pauline, por sua vez, mãe que é, não compartilha do idealismo de Tristan, afinal, a vida na colônia não era muito diferente da vida na Europa. Pelo trabalho nos castelos da Alemanha, "conhecia muito bem o cheiro nauseante das roupas dormidas, dos suores conservados, da dor de dente incurável, dos pulmões destruídos" (Assis, 2009, p. 60). Ali, no interior da mata fechada, distante da terra natal, poucas exceções irradiavam da monotonia de seus dias.

O matrimônio fora não mais que um alento para uma solidão que continuou mesmo ao lado de Jacob. A liberdade que projetava como consequência do casamento e, com ele, um amor "caridoso, dedicado, incondicional e eterno", o amor dos esposos, como diz o narrador, resvalava na melancolia cotidiana, na indiferença do companheiro. Nesse sentido, a feição de Pauline sintetiza, assim, aquilo que, podemos pensar, não se restringia à sua personagem: a "nostalgia desse amor prometido que não chegaram a conhecer" (Assis, 2009, p. 73).

Em síntese, o sentimento de resignação é uma constante que perpassa a narrativa e se mescla à trajetória das personagens: ata os fios irregulares que povoam o pensamento, a despeito da similaridade cotidiana que se manifesta por aquelas bandas. Se Pauline e Ingrid, mãe e filha, não se diferenciam em razão da mesmidade nas tarefas da casa, são os anseios e vertigens existenciais que as distanciam, pois que Ingrid sonha com um casamento, embora ciente de sua contraface, refletida no semblante apático da mãe, esta

“sempre triste, e que se a vida de casada fosse boa ela deveria rir mais vezes” (Assis, 2009, p. 51).

Entre relatos históricos, profecias e introspecções, a *Valsa da Medusa* oferece ao leitor, assim, uma perspectiva abrangente e, ao mesmo tempo, íntima do processo de assentamento dos colonizadores alemães, à medida que o enredo se desenrola através de conflitos sociais e políticos enfrentados pelas personagens. A alternância entre narrações amplia a compreensão do mesmo fenômeno sob diferentes prismas ideológicos, revelando a vida no interior da colônia com uma vivacidade que transcende o discurso documental. No fim, pode-se pensar que o sentimento de resignação estabelece, em parte, a tônica da narrativa, pois sintetiza, a um só tempo, quando em grau reduzido, a insatisfação dos brummer, a inconstância de Tristan, quando em demasia, a melancolia das personagens, fazendo pensar em forças alheias ao controle dos agentes, sejam elas previsões proféticas ou os impulsos das paixões.

Considerações finais

De acordo com Ricoeur (2010), a reconstrução do passado histórico, por meio da obra do romancista, constitui-se como um exercício de alteridade. Nesse processo, o autor recorre à memória e à imaginação para recuperar os acontecimentos, inserindo-se na perspectiva das personagens e na possibilidade do ter-sido. A narração, então, se torna mais complexa pela fusão entre pesquisa e ficção, o que se reflete tanto na descrição dos cenários quanto na construção das personagens. Em *A Valsa da Medusa*, ambos os aspectos se destacam pela maneira como a autora transforma a paisagem bucólica do século XIX em um palco elisabetano, onde suas personagens encenam o drama vivido pelas figuras históricas que as inspiram. Embora amor e tragédia sejam os temas centrais da narrativa, não são menos importantes a esperança e o esforço dos imigrantes alemães para criar raízes em um território distante de seus costumes. Ao abordar a história da província sul-rio-grandense, Valesca de Assis se torna mais uma narradora dessa trajetória. A obra lança luz sobre um período pouco explorado da colonização germânica no estado, oferecendo ao leitor uma visão íntima do ethos imigratório, caracterizado pela busca de significado por aqueles que, distantes de sua terra natal, tentam encontrar algo ou alguém em quem se apoiar.

Referências

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ARISTÓTELES. **Poética**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ASSIS, Valesca de. **A valsa da medusa**. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 2009.

BINS, Patrícia. A valsa da medusa: Saga dos Colonos Alemães no Rio Grande do Sul. **Rio Grande Cultura**, Porto Alegre, ago. 1991. Disponível em: <http://www.valescadeassis.com.br/arquivos/critica_valsa.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida; ROSENFELD, Anatol. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007, 51-80.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DICKIE, Maria Amélia Schmidt. Dos Senhores do Sul aos Brummer: a trajetória da construção social do trabalho. In: XIII Encontro Anual da ANPOCS, 1989, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989, p. 1-20.

DREHER, Martin Norberto. **190 Anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul**: esquecimentos e lembranças. 3. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. Da palavra ao conceito: a tarefa da hermenêutica enquanto filosofia. In: ALMEIDA, Custódio Luis Silva de; FLICKINGER, Hans-Georg; ROHDEN, Luiz. **Hermenêutica filosófica**: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 13-27.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: NETO, Hélio Póvoa; FERREIRA, Ademir Paccelli (Org). **Cruzando Fronteiras Disciplinares**: Um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 35-46.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da literatura em suas fontes**. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração Alemã e Política: os deputados provinciais Koseritz, Kahlden, Haensel, Brüggen e Bartholomay**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2017.

PIASSINI, Carlos Eduardo; SAUSEN, João Vitor. As transformações do séc. XIX e a imigração dos brummer e dos jesuítas para o Rio Grande do Sul. **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 159, p. 67-90, 2020.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHMID, Albert. **Os Rezingões**. In: A Nação. Nº 15683-15690. Trad. General Klinger, 1951. Porto Alegre, 1949. Fotocópia.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859**. 2. ed. São Leopoldo: Editora da PUCRS, 2003.

SEARLE, John. O Estatuto Lógico do Discurso Ficcional. In: SEARLE, John. **Expressão e Significado: Estudo da Teoria dos Atos de Fala**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SIDNEY, Philip. **The Defense of Poesie**. 2. ed. London: Ponsonby, 1968.

SILVA, João Pinto da. **História Literária do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2013, p. 25-43.

SOUZA, José Alberto de. A valsa da medusa: Uma abordagem sobre estrutura e marcação de personagens. **A Notícia**, São Luiz Gonzaga, 23 dez. 1990. Disponível em: <http://valescadeassis.com.br/arquivos/critica_valsa.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

TORRES, Michelle Márcia Cobra. História e literatura: reflexões teóricas. **História, histórias**, v. 8, n. 15, p. 95-114, jan./jun. 2020.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ZUKOSKI, Ana Maria Soares; SILVA, Vicentonio Regis do Nascimento; COQUEIRO, Wilma dos Santos. Levantando a ponta do silêncio: a colheita da literatura de Valesca de Assis. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 54, p. 411-415, 2021.

LÍNGUA E CULTURA POMERANA NO SUL DO RIO GRANDE DO SUL: AÇÕES DE PROMOÇÃO DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO ACADÊMICO E NAS COMUNIDADES LOCAIS

Riam Fagundes
Luciane Leipnitz

Introdução

Este artigo pretende contextualizar a presença atual da língua e da cultura pomerana na região Sul do Rio Grande do Sul (RS) e apresentar ações em desenvolvimento para a sua preservação por meio de projetos de extensão e pesquisa vinculados ao Curso de Licenciatura em Letras - Português e Alemão (LePA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), além de apresentar algumas iniciativas locais empreendidas em prol da cultura pomerana.

Especificamente apresentam-se aqui atividades desenvolvidas pelos projetos de extensão Pomerano Língua Viva, projeto de pesquisa Pomerano Língua Ponte e projeto de pesquisa Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Serra dos Tapes[24] (ALMA-PH), empreendidos por docentes e discentes do Curso de LePA.

Complementarmente, apresentam-se ações desenvolvidas nas comunidades locais, na forma de produção de vídeos no Youtube, páginas destinadas à divulgação da cultura pomerana, com ênfase na modalidade escrita, criação de letras de músicas por bandas locais e a inclusão do ensino da língua pomerana em escolas públicas da região.

Tem-se como intuito apresentar diferentes formas de inserção da sociedade para a manutenção e a promoção de variedades linguísticas e culturais presentes na formação étnica da região Sul do Rio Grande do Sul. Entende-se, assim, que a valorização e a preservação de línguas e culturas locais são tarefas a serem empreendidas pela Universidade, mas, também, que ações geradas a partir da participação ativa de membros dessas comunidades apresentam um caráter de proximidade indispensável. Universidade e sociedade civil organizada devem estar unidas em prol do objetivo comum de preservar e salvaguardar as línguas e culturas de imigriação presentes na região em que estão inseridas.

[24] Projetos de extensão e pesquisa cadastrados no sistema Cobalto da UFPel (Cobalto (ufpel.edu.br)), Projeto ALMA-PH contemplado com Edital Fapergs 08/2023.

Origem da imigração pomerana na região

Os imigrantes pomeranos chegaram ao Brasil por volta de 1858 (Thum, 2009; Salamoni, 2001, 2013; dentre outros) com o intuito de colonizar e ocupar as zonas rurais menos povoadas da nova nação. Trouxeram em suas bagagens a cultura, a gastronomia, a língua e os costumes, que, com o passar dos anos, se modificariam com o contato com outros povos já presentes na nova terra.

As principais comunidades pomeranas concentraram-se inicialmente nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Mais tarde, a partir destas colônias, houve migrações internas para os estados de Rondônia, Minas Gerais e Paraná (Morello e Silveira, 2022; Seibel, 2016). No RS destacou-se a colônia São Lourenço, atual município de São Lourenço do Sul. Esta colônia foi organizada pelo comerciante alemão Jacob Rheingantz (Thum, 2009; Pitano e Romig, 2018). Na chegada à região da Serra dos Tapes, os imigrantes pomeranos encontraram muitos desafios a serem ultrapassados, além da presença açoriana, encontraram povos originários indígenas (dentre eles os Tapes, que deram nome à região), afrodescendentes, provindos das antigas estâncias e do trabalho nas charqueadas, e ribeirinhos (Thum, 2009).

No Brasil há aproximadamente 300.000 descendentes de pomeranos, dos quais aproximadamente 150.000 no Rio Grande do Sul (Seibel, 2016, p.36). Tendo em vista que a região da antiga Pomerânia possuía uma geografia favorável à agricultura, com planícies extensas e um extenso litoral ao norte, a província se destacava na cultura pesqueira e agrícola (Seibel, 2024), o que resultou em uma influência dessas culturas nas colônias pomeranas no Brasil, as quais foram trazidas pelos imigrantes e ajudaram a moldar a cultura preservada até hoje em costumes e tradições perpetuadas pelos descendentes de imigrantes pomeranos.

Origem linguística

A língua pomerana foi trazida por povos que vieram da região nordeste da Alemanha e norte da Polônia, que correspondia à época à Pomerânia, antiga província prussiana. O termo "Pomerânia" tem origem nas línguas lequíticas[25] faladas antigamente no território da Pomerânia histórica (Ferreira, 2015, p.7). A palavra vem do termo

[25] Línguas lequíticas correspondem a um ramo linguístico-familiar eslavo ocidental. Nesse ramo há línguas faladas na Europa Central, sobretudo na Polônia e, factualmente, no nordeste da atual Alemanha.

"pomorje", "*po*-" em, ao redor, e "*morje*" mar (Kuhn, 2020, p.6), significando "ao redor do mar", fazendo alusão à geografia do território.

Sobre a língua falada na região, Blank (2023) apresenta em sua pesquisa a diversidade linguística e étnica contemplada pelo grupo de imigrantes que aportou na colônia de São Lourenço. Segundo a autora, os três maiores grupos etno-linguísticos identificados na colônia de São Lourenço contemplam falantes do baixo-alemão-oriental, do baixo-alemão-ocidental e do médio/alto-alemão, conforme o mapa produzido pela autora.



Figura 1: Mapa indicando a origem dos três principais grupos colonizadores de SLS. (Fonte: Blank, 2023, p.35)

O subgrupo linguístico baixo-alemão, no qual a língua pomerana está inclusa, é dividido entre oriental e ocidental. O mapa a seguir apresenta a localização geográfica dos dois grupos referidos pela autora. Na parte em destaque em vermelho, os grupos do baixo-alemão-oriental, o grupo do pomerano-oriental (em destaque em azul) indica a localização da variedade baixo-alemã, região assinalada como de maior concentração de procedência dos imigrantes chegados ao Brasil a partir de 1858 (Blank, 2023), conforme se pode visualizar no mapa apresentado na Figura 1.

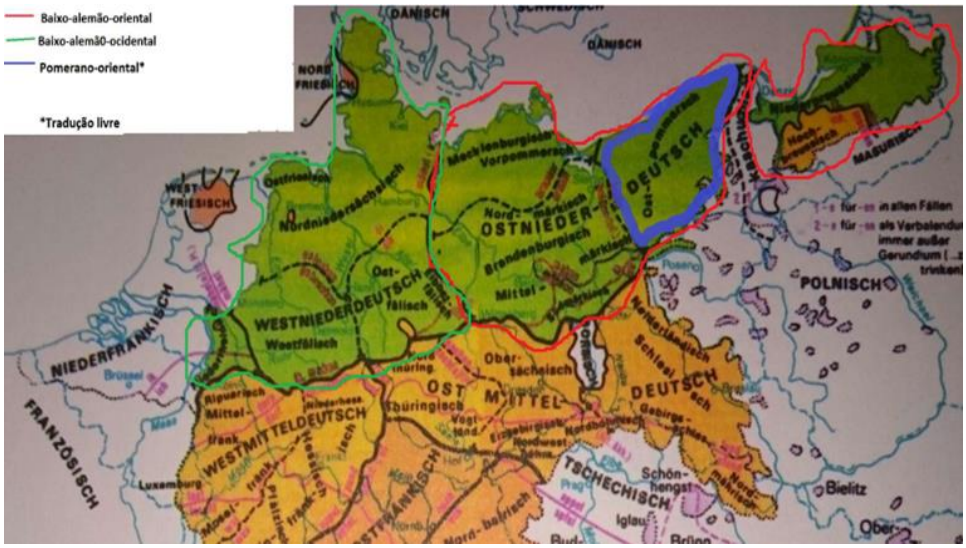


Figura 2: Mapa indicando o baixo-alemão-oriental e destaque para o pomerano oriental. (Fonte: Blank, 2023, p.34)

O pomerano, variedade brasileira, é considerado uma língua não mais existente na Alemanha, cuja origem remonta ao antigo baixo-alemão, como apresentado no trabalho de Blank (2023), ou antigo baixo-saxão, de acordo com outros autores (Tressmann, 2006, por exemplo), o que explica a existência de estruturas frasais e gramaticais semelhantes à língua alemã, como os quatro casos, e também a semelhança entre palavras da língua inglesa e línguas germânicas do norte.

Curso de Licenciatura em Letras Português e Alemão da UFPel

O Curso de LePA foi criado no ano de 2009 a partir da demanda de falantes de línguas de origem germânica na região de Pelotas e arredores, principalmente, municípios localizados na Serra dos Tapes, dentre eles: Arroio do Padre, Morro Redondo, Canguçu, Turuçu, Pelotas e São Lourenço do Sul. Tendo em vista a presença de número representativo de falantes de pomerano (Morello e Silveira, 2022) e hunsrückisch (Altenhofen e Morello, 2018) na região Sul do Brasil, ambas línguas brasileiras de imigração de origem germânica. A UFPel, a partir do projeto REUNI do Governo Federal, propôs a inserção da Licenciatura em Português e Alemão, buscando acolher estudantes da região para uma formação de professores de língua alemã para futura atuação na rede de ensino pública.

Projetos do Curso LePA na UFPel

Como parte da formação em Letras Alemão da UFPel, têm sido desenvolvidos projetos com ênfase no mapeamento, valorização e preservação da língua pomerana

falada na região. Com estes objetivos, o projeto de extensão Pomerano: Língua Viva desenvolve ações em escolas públicas, buscando a conscientização linguística de jovens descendentes de famílias pomeranas das comunidades da região. Dentre as ações do projeto, são desenvolvidas oficinas sobre o multilinguismo no Brasil e em outros países, que buscam chamar a atenção dos estudantes da região sobre o conhecimento linguístico de que dispõem e o quanto este conhecimento pode auxiliar em suas formações, possibilitando novas oportunidades de desenvolvimento pessoal, mas igualmente oportunizando o desenvolvimento cultural da comunidade na qual estão inseridos.

Foram realizadas oficinas vinculadas ao projeto em escolas de Pelotas, Arroio do Padre, Turuçu, São Lourenço do Sul e Chuvisca. Nessas oficinas, foram apresentadas tarefas a serem realizadas pelos alunos, como a produção de palavras em língua pomerana. Essa produção espontânea de palavras permitiu aos discentes, voluntários do projeto de pesquisa Pomerano Língua Ponte (PoLiPo), realizarem observações sobre a língua pomerana, tanto na modalidade ativa, quanto na modalidade passiva, por parte dos jovens das comunidades locais. Verificou-se que a ortografia utilizada para a reprodução de sua modalidade falada utiliza-se, predominantemente, da ortografia da língua portuguesa, mas também identificou-se o uso de regramentos gramaticais advindos das línguas inglesa e alemã. Esta reprodução da sua modalidade falada com a utilização de gramáticas pré-existentes na mente-cérebro dos estudantes mostrou-se divergente, em vários registros, da ortografia proposta por Ismael Tressmann (2006) e, posteriormente, compilada no trabalho conciso de Aloi Schneider (2019), ambos organizados em forma de dicionários e utilizados em muitas escolas no Espírito Santo, e mesmo no Rio Grande do Sul, como gramática da língua pomerana. Em sua pesquisa, Blank (2023) propõe uma ortografia alternativa, baseada na produção literária de autores do baixo-alemão. A proposta de Blank (2023) parece apresentar maior proximidade à produção de palavras realizada pelos estudantes das escolas da região da Serra dos Tapes durante a realização das oficinas de conscientização linguística.

A percepção da existência de lacunas entre as variedades linguísticas da região da Serra dos Tapes e os materiais lexicográficos existentes em língua pomerana levou à proposta do Projeto Pomerano Língua-Ponte (PoLiPo), e suas ações encaminharam à necessidade de um levantamento linguístico e cultural profundo na região da Serra dos Tapes que pudesse realmente apresentar as variedades locais. Assim surgiu o projeto Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Serra dos Tapes: Pomerano e Hunsrückisch (ALMA-PH), que busca catalogar e comparar as variedades de línguas de

imigração alemã faladas na região sul do RS, a partir de metodologias utilizadas em projetos anteriores, como o *Atlas Linguístico-Contatual das Minorias Alemãs na Bacia do Prata* (ALMA) e o *Atlas Linguístico Etnográfico do Rio Grande do Sul* (ALERS) (Altenhofen e Pavan, 2017; Altenhofen, 1996; Habel, 2017; Prediger, 2019; dentre outros). Utilizam-se para este levantamento questionários aplicados na forma de entrevistas gravadas, visitas às propriedades rurais, a igrejas, cemitérios, escolas e comércios, conversas informais com membros das comunidades, registros fotográficos da região, de utensílios e ferramentas de trabalho e de documentos, cartas, fotos, etc. que contenham dados complementares à pesquisa linguística. O banco de dados gerado pela pesquisa permitirá registrar as variações linguísticas locais e poderá auxiliar na produção de materiais lexicográficos atualizados sobre as línguas pomerana e hunsriqueana da região sul do RS, contemplando diversidades étnico-linguísticas regionais.

Complementarmente, o projeto Normas Linguísticas de Imigração (NoLi) analisa e discute o tema da paisagem linguística na cidade de Pelotas. A cidade abriga uma variedade multicultural com relação à área paisagística urbana e étnica (Loner, Gill, Magalhães, 2017) e o projeto enfatiza ações relacionadas à língua pomerana e ao íidisch, línguas ainda presentes e utilizadas em algumas comunidades na cidade de Pelotas. Dentre as ações do Projeto, estão o levantamento e a catalogação de dados de entrevistas curtas em estabelecimentos comerciais que adotam sobrenomes de origem germânica como marca comercial. Trata-se de um estudo memorial-histórico da composição cultural de Pelotas, que pretende avaliar o impacto causado pela paisagem linguística no entorno urbano.

Proposta de organização de glossário da língua pomerana em uso

A proposta de organizar um glossário da língua pomerana surge da observação da produção escrita de palavras em língua pomerana, obtida em atividades de conscientização linguística ofertadas pelo projeto Pomerano: Língua Viva em escolas da região da Serra dos Tapes (Nörnberg e Limberger, 2023; Altenhofen e Broch, 2011). Os participantes das oficinas, alunos do quinto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio de diferentes escolas da região, foram estimulados a produzir palavras de ortografia livre, visto em geral desconhecerem a existência de registros escritos da língua pomerana e dos materiais lexicográficos propostos por Ismael Tressmann (2006) e Aloi Schneider (2019).

A partir dessa produção de palavras pelos estudantes de escolas da região, organizaram-se listas de palavras que foram traduzidas para o português. Posteriormente, buscou-se apoio por parte de falantes da língua pomerana para a identificação de modos de identificação de fonemas, ditongos e classes gramaticais das palavras produzidas em escrita livre. A partir dos registros escritos foi possível identificar regramentos de outras línguas que fazem parte do conhecimento implícito desses estudantes (Limberger, 2022; Völz e Limberger, 2022; Pupp Spinasse e Käfer, 2017; Pickbrenner, 2019; Machado, 2016). Por exemplo, percebe-se a presença de estruturas que remetem à aprendizagem da língua inglesa, parte da grade curricular das escolas das redes municipais e estaduais de ensino no Brasil (Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil, 2001). Também é possível perceber a presença da língua alemã, pois, apesar dos estudantes não terem contato com esta língua nas escolas da região, é comum, em suas comunidades, terem conhecimento sobre documentos antigos dos familiares, cartilhas escolares e materiais utilizados nas igrejas, como hinários e bíblias, além da percepção dos sobrenomes de suas famílias e amigos, presentes nas comunidades locais.

A listagem de palavras foi compartilhada com docentes e discentes do Curso de Alemão, além de ter sido submetida à consulta por parte de familiares e amigos, falantes de língua pomerana, para identificação das palavras em pomerano e de seus equivalentes em língua portuguesa. A partir desta listagem de palavras pretende-se subsidiar a organização de um glossário multilíngue, como proposta de material didático a ser utilizado em ações de educação para o plurilinguismo (Pupp Spinassé, 2024; Limberger, 2022; Broch, 2014). Entretanto, em fase inicial, o projeto carece ainda de relativização sobre diferenças mínimas lexicais, que não puderam ser devidamente identificadas na produção escrita livre. Citam-se, como exemplos, os pares mínimos entre vogais longas e vogais curtas: [ʃtɪɬ], *quieto* ou *silêncio*, e [ʃtiːɬ], *esteio*. Também em nível lexical, é preciso chamar a atenção para, por exemplo: [ˈɾɛːɻɐ], *conversa*, e [ˈɾɛːjə], *chuva*. Tais itens lexicais foram registrados na proposta de glossário com dupla ou, até mesmo, múltipla tradução, e aguardam novos levantamentos linguísticos que possam comprovar ou refutar hipóteses levantadas nesta primeira etapa do trabalho.

Posteriormente, levantaram-se os equivalentes para as palavras produzidas em língua pomerana em outras oito (08) línguas, além do português: inglês, neerlandês, sueco, antigo baixo-saxão, frísio nortenho, hunsriqueano, vestfaliano e alemão standard. A escolha dessas línguas para comparação linguística se baseia nas similaridades entre elas e a classificação familiar linguística a que pertencem, com exceção do português,

língua que influenciou e segue influenciando a língua pomerana, pois é a língua institucionalizada como oficial no Brasil. Propôs-se, ainda, uma hipótese de pronúncia das palavras listadas, a partir do conhecimento do alfabeto fonético internacional (IPA), adotando-se para a escrita, classificações gramaticais e a definição do gênero das palavras de acordo com o trabalho de Schneider (2019). O material organizado até o momento contempla um total de 7.963 palavras, dentre produção em língua pomerana e os respectivos equivalentes nas nove (09) línguas selecionadas.

Apresenta-se aqui um fragmento da proposta de glossário para elucidação da apresentação dos dados linguísticos.

chal, shal	[ʃaʊl]	schaul, dai (s/f)	school, the	school, de	skola, -n	~~~~~~	schölj, dåt	Schul, die	Skoule	Schule, die	escola
comaa	[ˈkɔ.mə]	kåme (v)	to come	komen	komma	kuman	kaame	komme	kwoumen	kommen	vir
cop, coop	[koːp]	kop, dai (s/m)	head, the	kop, de	huvud, -et	hôvid	hood, dåt	Kopp, där	Kopp	Kopf, der	cabeça
cow, cau, kau, kuh	[kaʊ]~ [kuː]	kau, dai (s/f)	cow, the	koe, de	ko, -n	kō	kü, jü	Kuh, die	Kou	Kuh, die	vaca
coda	[ˈkɔ.dɐ]	kåter, dai (s/m)	male cat, the	kater, de	hankatt, -~~	kataro	kååder, di	Kaarer ~Kaader, där	Kater	Kater, der	gato macho

Figura 3: Fragmento de proposta de glossário multilíngue de palavras em pomerano e seus equivalentes.

Levantamento de variação linguística em língua pomerana: ferramentas agrícolas

Visto que muitos estudantes do Curso de LePa da UFPel são provenientes de cidades localizadas na Serra dos Tapes e suas imediações, compartilham conhecimento linguístico adquirido em suas comunidades de origem, assim como o vocabulário de uso no dia-a-dia no trabalho no campo, na agricultura familiar e, mais especificamente, no plantio do tabaco (*fum*, como referido pelos falantes da região). Desse conhecimento prático surgiu a curiosidade de buscar correspondentes para as palavras usadas no âmbito da agricultura familiar em comunidades da região.

A partir das entrevistas propostas pelo projeto ALMA-PH, em saídas de campo empreendidas nos meses de julho e agosto de 2024, pode-se realizar conversas informais nas comunidades visitadas. Nestas conversas, buscou-se identificar ferramentas agrícolas manuais usadas no âmbito rural. Este levantamento buscou identificar variações fonéticas, lexicais e morfológicas da nomenclatura atribuída a esses utensílios presentes no trabalho na agricultura familiar. Os dados levantados permitiram algumas impressões iniciais, apontando para variações lexicais na língua pomerana local, a partir de contatos linguísticos distintos, diferenças geracionais e/ou níveis de escolaridade distintos apresentados pelos informantes.

A título de exemplificação, apresenta-se a seguir um quadro com as variações apresentadas na denominação das ferramentas rurais apresentadas aos informantes:

	spaaerk spaarem schüp		sichel sigel seijel seichel amsseichel		keedel graape ijserpot pot grood ijserpot

Figura 4: Fragmento de resultados de pesquisa sobre a variação de nomenclaturas para ferramentas em pomerano.

A partir deste levantamento, percebe-se, de modo geral, que a geração mais velha (GII, acima de 50 anos) preserva um leque lexical mais amplo que a geração mais nova (GI, entre 18 e 36 anos). Exemplos para elucidação, citamos a palavra *graape*, que foi mais citada pela geração GII para se referir a caldeirão, enquanto a geração GII citou, em maioria, *keedel* a correspondência dessa palavra na língua pomerana. Após alguns questionamentos feitos à geração GII acerca dessas duas palavras, notou-se uma subdivisão destes dois objetos: *graape* corresponde ao caldeirão de ferro e *keedel* a um panelão de alumínio. Essa subdivisão, que pode ser entendida como uma especificação lexical, feita pela geração GII, que a geração GI entende como sinonímia, aparece também nas palavras *spaarem* e *schüp*, sendo, segundo a GII, *spaarem*, ou *spaaerk*, a correspondência para a pá de cavar e *schüp* a pá de concha utilizada no trabalho com areia.

Os exemplos apresentados constituem uma amostra de dados recolhidos, cuja ampliação terá como objetivo a composição de um banco de dados amplo, cujo intuito será de registrar e revitalizar as palavras que estão caindo em desuso pelas novas gerações. Esse material poderá subsidiar trabalhos de pesquisa e materiais didáticos a serem utilizados em projetos de conscientização, revitalização e manutenção das variedades em uso na região.

A promoção da língua por iniciativa das comunidades pomeranas

A busca pela preservação da língua pomerana não deve se limitar ao âmbito acadêmico. O trabalho desenvolvido pela Universidade contribui para a divulgação e a análise sistemática e categórica da língua, mas é na comunidade que se vive a cultura e a língua. Ações realizadas dentro das comunidades têm-se destacado com o intuito de viabilizar e apresentar a língua e cultura vivenciadas na região da Serra dos Tapes. Músicas, vídeos e anúncios são produzidos pelas comunidades com a finalidade de descrever a realidade vivida no local. No contexto comercial e profissional percebe-se o incremento na busca por profissionais que falem a língua pomerana, sendo essa

característica, em muitos casos, um fator decisivo para a contratação de trabalhadores no setor de serviços na região. Trata-se da língua da comunidade, de relações de pertencimento/acolhimento, de práticas diárias vividas em comunidade.

Citamos aqui como exemplo o trabalho interativo e divertido de jovens do interior de São Lourenço do Sul, que produzem vídeos com situações comuns no dia a dia na região, interpretadas com descontração pelos participantes, além de músicas para o canal Youtube, em língua pomerana. O canal *Pomeranos TV*[26] possui vídeos com até 24 mil visualizações, o que demonstra o alcance das mídias sociais também nas comunidades da Serra dos Tapes. Com ênfase na modalidade escrita da língua pomerana, citam-se páginas criadas para a sua divulgação: a *Platspråk*[27] tem foco na pesquisa e na divulgação da origem de sobrenomes presentes na região da Serra dos Tapes; a *Düütsche Spraak*[28] dá ênfase à produção de mensagens de otimismo em língua pomerana. Ambas as páginas em geral utilizam a ortografia proposta por Tressmann (2006), fazendo algumas adaptações quando necessário, tendo em vista priorizarem a compreensão do público ao qual se destinam. Da página *Platspråk* apresentam-se algumas adaptações ortográficas, que estão de acordo com a nova ortografia (Schneider, 2019), mas ainda influenciadas pela versão ortográfica anterior (Tressmann, 2006), a amostra apresentam-se: o ditongo [o͡ʊ] grafado *ou* na antiga versão e *oo* na nova versão (wou > woo), bem como o ditongo [ø͡ɪ] grafado *öi* na antiga versão e *öö* na nova versão (schöin > schöön). No caso da página *Düütsche Spraak*, tem-se a adaptação da vogal *å* proposta por Tressmann (2006), correspondente ao fone [ɔ], grafada com *aa* nas postagens (gåe > gaae), bem como o ditongo *ë* [e͡ɪ] grafado com *ei* (ëg > eig).

Músicas são produzidas também em pomerano por bandas da região, as quais são tocadas em festas das comunidades. Assim, por exemplo, a Banda *Boa Esperança* gravou músicas como *Fota Krüger* (Seu Krüger), *In uza tit* (No nosso tempo) e *Alas folóra* (Tudo perdido), publicadas no Youtube pelos canais *Simone Bilhalva*[29] e *Pomeranos TV*. Tratam-se de músicas muito apreciadas nas comunidades locais.

A inclusão do ensino formal da língua pomerana por meio de ações individuais dos regentes na Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Lutero localizada na

[26] www.youtube.com/@PomeranosTv
[27] https://www.instagram.com/platsprak?igsh=MXVnam1ncTF0bjYxdg==
[28] https://www.instagram.com/duutsche_spraak/profilecard/?igsh=amh4aXJxcmo5cGUz
[29] Clipe da Música Fota Krüger

localidade de Santa Augusta, segundo distrito de São Lourenço do Sul, foi um grande avanço na área da educação plurilíngue, possibilitando aos estudantes o contato com a escrita e a aprendizagem da língua pomerana, através da proposta ortográfica produzida por Ismael Tressmann (2006), com o exemplar adaptado para o âmbito escolar de Schneider (2019). Os estudantes da referida escola têm contato semanal com a língua, o que contribui para sua formação, ao mesmo tempo em que os incentiva à manutenção da língua de seus antepassados e auxilia na aprendizagem de demais línguas estrangeiras. Nessas aulas, os estudantes também são incentivados à produção literária em língua pomerana. Com as aulas, os alunos podem fazer uso da bagagem linguística que possuem, apresentando-a e compartilhando-a em ambiente de formação, dando espaço e voz às suas tradições culturais no âmbito escolar.

No município de Canguçu, a língua pomerana foi co-oficializada pela Lei 3.473 no ano de 2010. A partir do resultado desta conquista, várias escolas municipais, estaduais e mesmo escolas privadas têm-se engajado em atividades com a língua e a cultura pomerana. O município organiza anualmente na semana de aniversário da cidade no mês de junho o Festival Estudantil da Cultura Alemã e Pomerana (FestCAP), que no ano de 2024 chegou a sua 19ª edição. Em dois dias de atividades no Ginásio Municipal de Esportes são realizados concursos de danças com grupos organizados pelas escolas, há contação de histórias e declamação de poesias em língua pomerana, elege-se o casal de Fritz e Frida que vai representar o evento a cada edição, além da corte das princesas. Também há oficinas de artesanato da cultura pomerana. E a praça da alimentação do evento oferece pratos típicos da culinária alemã e pomerana da região - como o *rijwelsbak*, bolinho de batata ralada frito em óleo, além da venda de produtos da agricultura familiar. Trata-se de momento ímpar em que toda a comunidade da região participa de uma maneira ou outra em prol da cultura local.

Considerações e perspectivas

A apresentação de ações desenvolvidas no âmbito da Universidade, na forma de projetos de extensão e pesquisa, demonstra o interesse e o esforço constante de docentes e discentes do Curso de LePa da UFPel em se inserir e colaborar com as comunidades locais para a manutenção desta herança linguístico-cultural trazida pela imigração no século XIX. Nesta direção, as ações empreendidas geram dados para a produção de materiais de apoio à manutenção da língua e cultura pomeranas, por exemplo, na forma de propostas de glossários, que visam aproximar os falantes locais à

língua de seus antepassados. A produção de materiais didáticos que possam apoiar o ensino plurilíngue na região insere-se em propostas atuais de educação plurilingue (Brasil, 2001; Pupp Spinassé, 2024; Limberger, 2022), no sentido de tomar o conhecimento trazido de casa para acionar a compreensão de outras línguas e outras disciplinas presentes nas grades curriculares, tornando a aprendizagem prazerosa e mais efetiva, ao mostrar função na aquisição de conhecimento.

Além disto, as contribuições que nascem no seio das comunidades, na forma de letras de músicas a serem executadas por bandas locais em eventos comunitários, de postagens nas redes sociais com o intuito de chamar a atenção por aspectos peculiares da língua falada por seus membros, em propostas de incentivo à língua e cultura por meio da contração de falantes para o comércio e os serviços locais para que membros das comunidades se sintam acolhidos, além da organização de eventos que promovam a cultura e a língua da região, fazem perceber que o trabalho de levantamento e preservação de línguas e culturas precisa ser feito a muitas mãos de forma a se consolidar como algo realmente efetivo.

Neste sentido, os relatos aqui apresentados pretendem chamar a atenção para a necessidade permanente de ações conjuntas do âmbito acadêmico com a sociedade civil, visto que somente com esta parceria serão elencadas as reais necessidades locais e serão buscadas formas mais efetivas de atuação em prol da preservação das línguas e culturas que compõem o cenário multicultural do povo brasileiro e, mais especificamente, em âmbito local, das variedades de imigração na região da Serra dos Tapes, sul do RS.

Referências

ALTENHOFEN, C. V.; BROCH, I. K. Fundamentos para uma "pedagogia do plurilinguismo" baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: BEHARES, Luis (Org.). **V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas**.
Montevideo: Universidad de la República e Associación de Universidades Grupo Montevideo
/ Núcleo Educación para la Integración, 2011. p. 15-22.

ALTENHOFEN, C. V. **Hunsrückisch in Rio Grande do Sul**. Ein Beitrag zur Beschreibung einer deutschbrasilianischen Dialektvarietät im Kontakt mit dem Portugiesischen. Stuttgart, Steiner, 1996.

ALTENHOFEN, C. V.; KLASSMANN, M. S.; KOCH, W. (Orgs.). **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil**. v. 1: Introdução. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Curitiba: Editora da Universidade

Federal do Paraná (UFPR); Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002. 116 p.

ALTENHOFEN, C. V. KLASSMANN, M. S.; KOCH, W. (Orgs.). **Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil**. 2: Cartas fonéticas e morfossintáticas. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2002. 430 p.

ALTENHOFEN, C. V.; MORELLO, R. (Orgs.). **Hunsrückisch**: Inventário de uma Língua do Brasil. Florianópolis: Editora Guarapuvu, 2018. Disponível em Inventário Hunsruckisch versão ebook.indd (ufrgs.br) Acesso em 06.10.24.

ALTENHOFEN, C.V.; PAVAN, C. (Orgs.) Percursos teóricos e metodológicos da Dialetologia. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre, n.40, jan/jun 2017. Disponível em https://seer.ufrgs.br/cadernosdetraducao/%20article/view/87243/50011 Acesso em 23.06.24

BLANK, G. Leitura em Língua Minoritária: um estudo sobre duas ortografias do pomerano. **Dissertação** (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, UFPel, Pelotas, 2023. 159 p.

BRASIL. MEC. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** - terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: língua estrangeira. Reimpressão. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BROCH, I. K. Ações de promoção da pluralidade linguística em contextos escolares. **Tese** (Doutorado), Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, A. G. A minoria cassúbia na Polônia – sua história, língua e situação sociolinguística. **Cadernos Semana de Letras UFPR**, Curitiba, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/39189476/A_minoria_cass%C3%BAbia_na_Pol%C3%B4nia_sua_hist%C3%B3ria_l%C3%ADngua_e_situa%C3%A7%C3%A3o_sociolingu%C3%ADstica

HABEL, J. M. *"Das böhmische Deutsch": perda e coineização de variantes do alemão de imigrantes boêmios no Rio Grande do Sul.* **Dissertação** (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2017. 156 p. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/172378**.**

KUHN, D. Da Acádia à Colônia São Lourenço: a versão pomerana de uma

canção cajun. **Interfaces Brasil/Canadá**. Florianópolis/Pelotas/São Paulo, v. 20, 2020, p. 1-28. Disponível em: https://www.academia.edu/download/63278425/Da_Acadia_a_Colonia_Sao_Lourenco_a_versao_pomerana_de_uma_cancao_cajun20200511-70292-444ji4.pdf

LIMBERGER, B. „Um cérebro, várias línguas“: hunsrückisch, português e outras línguas. In: ALTENHOFEN, C. V.; MACHADO, L. L.; PAVAN, C. W.; RADÜNZ, W. (Orgs.). Die **„Mottersproch" in der Vielfalt des Deutschen** – A língua materna na diversidade do alemão. Porto Alegre: Editora Fundação Fenix, 2022. Disponível em: https://fundarfenix.com.br/ebook/154diemottersproch/. Acesso em 20.10.24

LONER, A. B.; GILL, L.A.; MAGALHÃES, M. O. (Orgs.). **Dicionário de História de Pelotas**. 3.ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. Disponível em https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/3735/Dicion%E1rio%20de%20Hist%F3ria%20de%20Pelotas.pdf;jsessionid=D5A4941759C1D2B7A094192E297CE146?sequence=1

Acesso em 05.10.24.

MACHADO, L. L. *Standard* e *substandard* do alemão em contato com o português: variação na competência de fala em *Hochdeutsch* de falantes de Hunsrückisch. **Dissertação** (Mestrado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016. 166 p. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/139447**.**

MORELLO, R.; SILVEIRA, M. (Orgs.) **Inventário da Língua Pomerana**. Língua Brasileira de Imigração. Florianópolis: Guarapuvu, 2022.

NÖRNBERG, J. V. ; LIMBERGER, B. Oficinas sobre a língua pomerana para a conscientização linguística nas comunidades na Serra dos Tapes. In: X CEC - Congresso de Extensão e Cultura, 2023, Pelotas. **Anais do X CEC - Congresso de Extensão e Cultura**. Pelotas: Editora da UFPel, 2023. p. 641-644. Disponível em https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u5054

PICKBRENNER, M. Interação interlinguística inglês/alemão no reconhecimento de palavras tipologicamente similares por multilíngues brasileiros. In: UPHOFF, D.; LEIPNITZ, L. (Org.); ARANTES, P. (Org.); PEREIRA, R. C. (Org.). (Org.). **Alemão em contexto universitário: ensino, pesquisa e extensão**. 1ed.São Paulo: FFLCH/USP, 2019, v. 1, p. 123-149.

PREDIGER, A. Topodinâmica do alemão falado em comunidades de imigração do norte da Boêmia no Brasil. **Tese** (Doutorado). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Programa de Pós-Graduação em Letras, 2019. 221 p.

PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO-CONTATUAL DAS MINORIAS ALEMÃS NA BACIA DO PRATA (ALMA). Macroprojeto ALMA-H – Projeto Alma (ufrgs.br)

PUPP SPINASSÉ, K.; KÄFER, M. L. A conscientização linguística e a didática do multilinguismo em contextos de contato português-Hunsrückisch. **Gragoatá** (UFF), v. 22, p. 393-415, 2017.

PUPP SPINASSÉ, K. **Plurilinguismo em foco: estudos sobre diversidade linguística e educação bilíngue.** 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2024. v. 1. 302p .

ROMIG, K. L. K.; PITANO, S. C. A região cultural pomerana no sul do Rio Grande do Sul. **Trabalho de conclusão de curso** (Licenciatura em Geografia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. 94p.

SALAMONI, G. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. **História em Revista**, Pelotas, v. 7, 25-42, dezembro/2001.

SALAMONI, G; WASKIEVICZ, C. A. Serra dos Tapes: espaço, sociedade e natureza. **Tessituras**, Pelotas, v. 1, n. 1, p. 73-100, jul./dez. 2013.

SCHNEIDER, A. **Dicionário Escolar Conciso Português-Pomerano /**Pomerisch-Portugijsisch: koncis schaulwöörbauk. 1.ed. Porto Alegre: Editora Evangraf Ltda, 2019. 200 p.

SEIBEL, I. **A História do Povo Pomerano**. 1.ed. Venâncio Aires: Traço Produções Gráficas Ltda, 2024. 544 p.

SEIBEL, I. (Org.); FOERSTE, E.; ULRICH, H.F.; JACOB, J. K.; HEINEMANN, J. C.. **O povo pomerano no Brasil**. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2016.

THUM, C. Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes: Educação, história e memória. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/ handle/UNISINOS/2087/CarmoThumEducacao.pdf Acesso em 12.10.24.

TRESSMANN, I. **Dicionário Enciclopédico Pomerano-Português: pomerisch-portugijsisch wöirbauk**. 1. Ed. Santa Maria de Jetibá: Gráfica e Encadernação Sodré Ltda, 2006. 560 p.

VÖLZ, L.; LIMBERGER, B. K. Acesso lexical em língua minoritária: a seleção de palavras escritas em hunsriqueano e pomerano. **Linguagem em foco**, v.13, p.117-133, 2022.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

STEINHAUS: CASA, COMÉRCIO E CENTRO CULTURAL

Alice Jungblut Braun
Eduarda Farias da Silva

.

A casa e o restauro

Em 1860, Tristão Jozé Monteiro (1816 - 1892) promoveu a construção de um prédio de alvenaria em estilo português para servir de entreposto da colonização da Fazenda Mundo Novo[30], região do atual Vale do Paranhana, devido a sua facilidade de contato com a serra e com a cidade. Concluída em 1862 a construção passou a ser chamada de "Steinhaus" por ser a primeira edificação de pedras com reboco da região, de onde deriva o nome "Casa de Pedra".

A Steinhaus é conhecida por ter recebido os imigrantes alemães e, principalmente, seus descendentes, a segunda geração de colonos, que vinham de São Leopoldo buscando novas terras para se estabelecerem. Sua trajetória com a comunidade, no entanto, se estende até os dias atuais, nestes 162 anos a Steinhaus exerceu funções variadas.

Após o falecimento de Tristão Monteiro a casa contou com diversos proprietários e locatários. Serviu como moradia, barbearia, comércio, açougue, consultório dentário, fábrica de salames e cervejaria, por exemplo. Foi usada como escola de maneira provisória por dois anos e sediou diversos bailes da comunidade. Em 12 de junho de 1974 a Steinhaus tornou-se Patrimônio Histórico do Município de Igrejinha, desde 1980 tem sido sede do CTG Sentinela da Tradição e foi tombada a nível municipal em 8 de outubro de 2009.

Reconhecendo a trajetória da edificação junto à história da cidade e região, o projeto de restauro tem como objetivo valorizar e evidenciar o patrimônio material mais antigo de Igrejinha, a Steinhaus. O projeto, portanto, envolve uma equipe completa, a museóloga gestora, as arquitetas, os engenheiros e o biólogo, todos especialistas em restauro, unem-se à nós, a equipe de história. Assim, nosso papel nessa iniciativa consiste

[30]O espaço originalmente chamado de Mundo Novo surgiu em função do interesse da Coroa Portuguesa em ocupar o sul do Brasil para assegurar o domínio dessas terras. A Fazenda do Mundo Novo pertencia a Antônio Borges de Almeida Liaens (Leães ou Leam), que solicitou a sesmaria às margens do Rio dos Sinos em 1814. Essa fazenda funcionava como um estabelecimento agropecuário e, em 1845, foi vendida pela viúva de Almeida Liaens, Dona Libania Inocência Corrêa Liaens, a Tristão José Monteiro e Jorge Eggers. No ano seguinte, em 1846, Tristão iniciou o loteamento que daria origem à Colônia do Mundo Novo (Fernandes, 2011).

na realização da pesquisa histórica, que não só auxilia as escolhas e sustenta as ações de restauro como também produz consciência sobre o bem e a comunidade.

Conforme Manoel Guimarães (2008), é necessário refletir sobre os usos contemporâneos do passado, uma vez que o estudo do patrimônio só pode ser plenamente compreendido quando associado às questões atuais que moldam interesses específicos relacionados ao passado. Portanto, pensar sobre o patrimônio deve ser uma das preocupações do campo historiográfico, envolvendo uma investigação que destaque a dimensão histórica de sua criação.

Dessa forma, o patrimônio também pode ser entendido como uma escrita do passado, organizada por uma gramática e uma sintaxe particulares. Isso faz do tema do patrimônio um espaço privilegiado para o diálogo entre historiadores, arquitetos, antropólogos e historiadores da arte, entre outros campos que têm contribuído para enriquecer e diversificar as discussões e abordagens sobre patrimônio, sua conservação e sua relação com as sociedades contemporâneas (Guimarães, 2008).

A construção de significados para o passar do tempo é fundamental para que as sociedades humanas definam suas noções de passado, presente e futuro, utilizando formas históricas e sociais para dar sentido à continuidade temporal. Defendemos a ideia de que a reflexão sobre o patrimônio, inserida nas agendas políticas contemporâneas, deve se aproximar da investigação sobre a escrita da História. Isso porque o investimento em patrimônio pode ser visto como uma forma específica de narrar o tempo passado, com procedimentos particulares.

A simples sobrevivência de um objeto ou de um vestígio material ao tempo não garante automaticamente sua transformação em patrimônio histórico. Adjetivar elementos do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes atribuir uma qualidade: é criar uma nova identidade, diferente da original, pela qual esses elementos foram produzidos (Guimarães, 2008). Assim como um conjunto de documentos se torna uma fonte histórica pelo trabalho do historiador, os objetos que reconhecemos como patrimônio histórico adquirem essa condição por meio de uma operação que envolve diferentes esferas de produção de saberes e poderes.

A transformação da Steinhaus em patrimônio, por exemplo, ocorre quando a sociedade reconhece o valor histórico da edificação, e a pesquisa histórica visa os aspectos que a cercam, buscando conhecer elementos antes esquecidos. A pesquisa aliada à revisão bibliográfica, à realização de entrevistas e busca por possíveis fontes pretende responder questões existentes no que se sabe sobre a edificação, suas funções e usos. A

partir disso, junto a edificação restaurada, pretende-se inaugurar uma exposição, o Museu Steinhaus, um espaço que poderá comunicar os caminhos da pesquisa e o conhecimento sobre a Casa. Com isso, a Steinhaus fortalecerá o sentimento e o envolvimento comunitário, enriquecendo o tecido social e promovendo um desenvolvimento cultural mais equitativo.

Conforme Barros (2005) defender a relevância social de um tema significa conectá-lo à sua importância para a sociedade ao redor, evitando que a pesquisa científica se limite aos muros da Academia ou se reduza a um exercício de erudição. No caso do projeto aqui apresentado, o futuro Museu Steinhaus e o movimento de restauração já tem estimulado o diálogo com a comunidade, aproximando as escolas do município à edificação histórica por meio de visitas guiadas e palestras educativas. Essas ações contribuem para fortalecer a identidade sociocultural local.

Os registros, os documentos e as possíveis fontes

O primeiro passo da pesquisa é a revisão bibliográfica. Buscamos e ainda estamos buscando livros, textos, publicações que tenham sido escritos sobre a edificação. São publicações majoritariamente locais, vinculadas a estudos desenvolvidos por graduandos em história ou por pessoas interessadas na cultura regional e também livros incentivados pelo Município de Igrejinha.

A partir das leituras sobre a Casa de Pedra, apresentamos o seguinte quadro (Quadro 1) que expõe o que encontramos sobre a edificação. Indicando o tipo de produção, referenciando e apresentando uma síntese, o quadro expõe as leituras organizadas de acordo com a data de publicação - da mais antiga até a mais recente - por motivos organizacionais.

Quadro 1: relação de publicações da revisão bibliográfica

Produção	**Referência**	**Síntese**
Livro	AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara/Porto Alegre: Pratika/Palloti, 1986.	Coloca-se como “punhado de dados” e indica que não é estudo ou trabalho histórico. Escreve sobre a vida de Tristão: afirma que ele morava na Casa de Pedra, quando esta foi cenário do casamento de seu filho.
Livro	BRUSIUS, Marina; FLECK, Sigrid Izar. **Igrejinha**: história que o tempo registra. Igrejinha, 1991.	Escreve sobre os núcleos de colonização organizados por Monteiro, aprofundando-se sobre o núcleo Casa de Pedra. Escreve sobre

		agricultura, transporte e sociedade.
Livro	SANDER, Berenice Fülber; MOHR, Flávia Corso (org.). **Igrejinha**: uma história em construção. Igrejinha, 2004.	Sobre a colonização da região a partir da Casa de Pedra. Afirma que nela Tristão residiu, que serviu de armazém e que em seu porão eram comercializadas pessoas escravizadas. Discorre sobre os usos da Casa até a atualidade.
Livro	**ENGELMANN, Erni Guilherme (Org.). A Saga dos Alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Helmut Burger (coord. da trad. e revisão); Marisabel Lehn (coord. da rev. em português); Tradução de Gessy Deppe, Lily Clara Koetz, Ilson Kayser. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005, Volume I.**	Escrevendo sobre a vida de Tristão Monteiro, Engelmann indica que a Casa de Pedra é a primeira casa de alvenaria da região, que era ponto comercial e que sediou o casamento do filho de Tristão.
Livro	ENGELMANN, Erni Guilherme (Org.). **A Saga dos Alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Helmut Burger (coord. da trad. e revisão); Marisabel Lehn (coord. da rev. em português); Tradução de Gessy Deppe, Lily Clara Koetz, Ilson Kayser. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005, Volume II.	Sobre a região de Santa Maria do Mundo Novo, Engelmann descreve a iniciativa da construção, para servir de alojamento aos imigrantes e armazém de abastecimento. Aponta a Steinhaus como cenário de assassinato durante a Revolução Federalista. Depois, discorre sobre os vários proprietários da Casa entre o falecimento de Tristão e a compra pela Sociedade.
Capítulo de livro	**MACHADO, Jaqueline Aparecida. Casa de Pedra. *In*: REINHEIMER, Dalva Neraci; SMANIOTTO, Elaine. 160 Anos Cultura Alemã em Igrejinha. Igrejinha: Amifest e SME, 2007, p.16-25.**	Texto especificamente sobre a Casa de Pedra. Escreve sobre a vida de Tristão Monteiro, sobre a aquisição da Colônia e sobre a edificação e inserção na comunidade desde sua construção até a contemporaneidade.
Capítulo de livro	FERNANDES, Dóris Rejane. Povoamento pioneiro das Terras do Mundo Novo. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 26-32.	Escreve brevemente sobre a Casa de Pedra, afirma ter servido para abrigar imigrantes e abastecer a região. Aponta que a área em que se encontra a Steinhaus foi escolhida pela facilidade de contato com a serra e a cidade.
Capítulo de livro	FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 33-42.	Escreve brevemente sobre a Casa de Pedra, afirma ter servido para abrigar imigrantes e abastecer a região. Aponta que a área em que se encontra a Steinhaus foi escolhida pela facilidade de contato com a serra e a cidade.
Capítulo de livro	GEIS, Gelusa Lana; HENRIQUES, Paulina A. Tristão Monteiro e a Casa de Pedra. *In*:	Texto sobre os usos da Casa. Desde a construção até a atualidade.

	BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 48-54.	

Fonte: as autoras (2024).

A partir do fichamento destas fontes secundárias, conhecemos o que tem se produzido sobre a edificação, o envolvimento dela com a sociedade e o que se conhece sobre ela até o momento. Com isso, pudemos também mapear e localizar fontes primárias de diferentes tipologias. Mapas, inventários, anotações pessoais, jornais e fotografias são possíveis fontes para a pesquisa. A seguir (Quadro 2) estão elencados os registros escritos que encontramos e que de alguma forma se relacionam à Steinhaus ou podem, de alguma maneira, auxiliar a compreender o seu contexto histórico.

Quadro 2: registros escritos.

Registro	**Procedência**	**Data**
Cópia da transcrição do "Caderno de Lembranças" de Tristão Jozé Monteiro	Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL), São Leopoldo.	1889 - 1891
SCHULTZ, Woldemar. **Planta das colônias allemães e terrenos medidos na província de S. Pedro do rio Grande do Sul**. Lipsia [Leipzig, Alemanha]: Inst. Lithogr. de H. Kunsch, 1861. 1 mapa, 64 x 98 cm.	Biblioteca Digital Luso Brasileira	1861
Registro de óbito de Jakob Kichler	Paróquia IECLB Igrejinha	1894
Túmulo de Jakob Kichler	Cemitério Municipal de Igrejinha, Centro, Igrejinha	1894
DA ZONA colonial. **A Federação**: órgão do Partido Republicano. Porto Alegre, RS: [s.n.], 1 jan. 1895.	Biblioteca Nacional Digital (BND)	1895
ESTRADA DE FERRO DE PORTO ALEGRE A URUGUAIANA. **Planta e perfil longitudinal do subleito da linha em trafego entre a margem do Taquary e Cacequy :**: com os estudos do prolongamento a Porto Alegre. [Rio de Janeiro?]: Imp. Nac., [189?]. 1 mapa, col., 58 x 125 cm. Escala 1:400.000. ((W55°-W50° / S29°-S30°30')).	Biblioteca Nacional Digital (BND)	1954
TODOS QUEREM salvar a casa de pedra. Só falta dinheiro. **Zero Hora.** Porto Alegre, RS: [s.n.], 20 mai. 1974.	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	1974

STEINHAUS: museu regional ou novo salão de bailes?. **Panorama.** Taquara, RS: [s.n.], 24 jan. 1976.	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	1976
CASA DE PEDRA continua sem solução. **Panorama.** Taquara, RS: [s.n.], 7 fev. 1976.	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	1976

Fonte: as autoras (2024).

Dentre estes documentos (Quadro 2) destacamos a transcrição do "Caderno de Lembranças" de Tristão em contraste ao registro de óbito de Jakob Kichler para evidenciar as diferentes tipologias. Enquanto o "Caderno de Lembranças" é um documento pessoal que se trata das anotações de Monteiro sobre a própria vida, o registro de óbito, por outro lado, consiste em um documento público, produzido pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB), que registra a data e a causa do falecimento.

Em suas anotações, Tristão Monteiro escreve sobre seus bens, suas conquistas, seus casamentos e separações, seus filhos, suas desavenças e suas mágoas; já, no registro de óbito o texto é sucinto e direto, resumido em cinco linhas. Ainda que de maneiras diferentes, ambos os documentos foram produzidos para uma finalidade, têm legitimidade e servirão como fonte para pesquisa histórica.

Diante disso, junto aos registros escritos, os registros fotográficos também podem cumprir papel de fonte para a história. Para além de mera ilustração, as fotografias são fontes completas, elas carregam uma intencionalidade, um conteúdo e um discurso. Através de registros fotográficos podemos não só identificar as transformações da edificação ao longo do tempo - seja do telhado, da pintura ou dos arredores - como também perceber os usos da edificação.

Tanto em uma fotografia como protagonista, quanto como cenário para uma foto oficial ou descontraída, a presença da Steinhaus no registro tem significado. Expostas no quadro 3, abaixo, estão as fotografias às quais tivemos acesso. São fotografias que registram a situação da Casa ou capturam momentos de convivência em seus espaços.

Quadro 3: registros fotográficos.

Fotografia	**Procedência**	**Data**

	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	década de 1920
	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	entre 1920 e 1930
	ENGELMANN, Erni Guilherme (Org.). **A Saga dos Alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005, Volume II. Reprodução da fotografia na página 80	Década de 1950
	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	entre 1969 e 1974

	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	entre 1969 e 1974
	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	Entre 1980 e 1990
	Biblioteca Professor Gustavo Adolfo Koetz de Igrejinha (2024), Igrejinha	Entre 1980 e 1990
	Biblioteca Professor Gustavo Adolfo Koetz de Igrejinha (2024), Igrejinha	Entre 1980 e 1990
	Biblioteca Professor Gustavo Adolfo Koetz de Igrejinha (2024), Igrejinha	Entre 1980 e 1990

	Biblioteca Professor Gustavo Adolfo Koetz de Igrejinha (2024), Igrejinha	Entre 1980 e 1990
	Arquivo Histórico Erni Guilherme Engelmann (2024), Igrejinha	década de 2000

Fonte: as autoras (2024)

Em meio à pesquisa, no dia 25 de julho de 2023, iniciou-se o desmonte do telhado da Steinhaus. As telhas francesas foram retiradas, e a estrutura de madeira foi desmontada para prevenir a queda do telhado, que apresentava risco à estabilidade das paredes da Casa. Paralelamente a essa intervenção, demos início às entrevistas de história oral para a pesquisa histórica.

Até o momento, realizamos entrevistas com ex-moradores da Steinhaus e com membros do CTG. Estes diálogos foram registrados em áudio e estão sendo transcritos para facilitar o acesso aos conteúdos. Pois, no âmbito da história oral, a escolha de transcrever ou manter o documento em formato oral depende dos objetivos e das limitações da pesquisa, uma vez que ambos os formatos possuem vantagens e desvantagens (Alberti, 2013). Cada entrevistado assinou um termo de consentimento, autorizando o uso de suas declarações para fins de pesquisa, e foi necessário, desde o início, elaborar um roteiro geral de entrevistas, o que exigiu um estudo prévio aprofundado do tema por meio de pesquisa documental. Estas entrevistas serão analisadas em conjunto com os registros documentais e fotográficos.

O caminho e as escolhas

A busca por fontes tem mostrado que muitos registros foram feitos ao longo destes 162 anos da Steinhaus e para conseguir organizar as próximas buscas e futuramente analisar as fontes, estabelecemos o que temos chamado de “fases” na história da Casa. Isto é, com o que pudemos conhecer a partir da revisão bibliográfica e dos registros encontrados, distinguimos três diferentes “fases”, são elas: a primeira fase, que se estende

de 1862 até 1892, a segunda fase, de 1893 até 1968, e a terceira fase, que iniciada em 1969 continua até 2024.

Indicamos que essas separações não se dão em tempos regulares, de maneira que uma fase pode ser mais extensa que outra, e esclarecemos que esses períodos estão guiados por mudanças no uso da Casa: rupturas que trouxeram novos sujeitos, funções e circunstâncias para a trajetória da Steinhaus.

A primeira fase se inicia com a conclusão da construção, em 1862, e se desenvolve até o falecimento de Tristão Jozé Monteiro, em 1892. Nesta fase, a edificação, segundo a revisão bibliográfica, serviu à colonização da região, como abrigo e como armazém, e sediou o casamento do filho de Tristão, Tristão Jozé Monteiro Filho (1846 - 1879), com Elizabeth Carolina Heidrich (1848 - 1909).

Em seguida, alguns anos após o falecimento de Monteiro, a segunda fase abrange a venda da Casa por seus herdeiros. A partir deste momento a Steinhaus contou com diversos proprietários e locatários e exerceu funções variadas. Sobre este período, os residentes locais afirmam que a Casa de Pedra teria sido palco de assassinato durante a Revolução Federalista (1893-1895) e que a vítima teria sido Jakob Kichler. Aqueles que moraram na casa indicam também a existência de um porão no anexo em madeira, que ficava aos fundos da construção em alvenaria. O porão teria servido como senzala durante o século XIX, e utilizado como chiqueiro no século XX. Assim, mais longa que a primeira fase, a segunda fase compreende mais de 70 anos da história da edificação.

Em ambos os períodos, a Casa foi moradia e centro comercial, já na terceira fase, começando em 1969, a Steinhaus tornou-se centro cultural, quando foi comprada pela Sociedade de Canto 13 de Janeiro e a edificação passou a ser a sede de uma associação. No dia 8 de dezembro do mesmo ano, a integridade da edificação esteve ameaçada: a Sociedade de Canto determinou a demolição do prédio para a construção de uma nova sede. Neste momento, a Casa de Pedra torna-se Patrimônio, sendo vista como tal pela comunidade, quando sua preservação foi defendida e sua destruição impedida. Com isso, a terceira fase se estende até a contemporaneidade, abrangendo também a edificação como sede do C.T.G. Sentinela da tradição e o início do projeto de restauro.

A definição destas “fases” ou períodos foi pensada com o intuito de manter a organicidade da busca por fontes. Sentimos a necessidade de dividir estes 162 anos para que pudéssemos visualizar o panorama da investigação, mapear os registros que temos encontrado e identificar aqueles que ainda faltam. Aliado a isso, mantemos um “caderno de campo”, um documento no qual fazemos anotações sobre informações, documentos e

fotografias encontradas e registramos as decisões que guiam a pesquisa. Dessa forma, este caderno de campo contém também comentários, reflexões e interpretações.

A pesquisa em História

A pesquisa histórica requer uma abordagem metodológica e teórica para assegurar a validade e a profundidade das análises. A escolha da metodologia apropriada para cada tipo de fonte é fundamental, pois diferentes categorias de fontes históricas demandam técnicas específicas de coleta e análise. “Sem modelos interpretativos, corremos o risco de pensar que estamos, diretamente e sem mediação, ‘descobrindo’ o que aconteceu, o mundo como ele é [...]” (Funari, 2006, p.94). Assim, a seleção da metodologia deve ser orientada pelas fontes disponíveis e pelos objetivos da pesquisa.

Além disso, a teoria é essencial para articular as descobertas individuais dentro de um quadro interpretativo mais amplo (Barros, 2005). Ela fornece uma perspectiva pela qual podemos compreender as interconexões entre os dados coletados e as narrativas históricas. Dessa forma, um projeto de pesquisa deve não apenas delimitar o tema e o problema a serem investigados, mas também incorporar uma estrutura teórica que permita ao pesquisador interpretar os dados de maneira coerente e significativa.

Nesse sentido, "o historiador pode e deve explorar as diferenças e contradições entre as fontes, de modo a tentar melhor interpretar seu objeto de estudo" (Funari, 2006, p. 101). Para tal, o trabalho de pesquisa que vem sendo realizado tem buscado abordagens teóricas e metodológicas que possam fundamentar a investigação, orientar a interpretação dos dados obtidos e possibilitar uma análise consistente sobre a história da edificação.

O projeto de pesquisa é um instrumento flexível que deve ser revisitado ao longo do processo. Durante a nossa investigação sobre a Casa de Pedra, enfrentamos a necessidade de reformular hipóteses e ajustar o foco do projeto em razão da escassez de fontes sobre determinados momentos da história da Casa ou da complexidade dos dados encontrados. Diante destas situações, ressaltamos que “[...] o trabalho de pesquisa faz com que o historiador tenha que se voltar até mesmo para aquilo que está ausente, silenciado na documentação” (Petersen; Lovato, 2013, p. 298). A flexibilidade é, portanto, vital, pois o amadurecimento do processo de pesquisa frequentemente revela novas direções que não eram inicialmente evidentes. Escrevemos, naturalmente, a partir das perspectivas do nosso tempo e sobre o que consideramos relevante tanto para nós quanto para nossos contemporâneos.

Sobre a delimitação do tema de pesquisa, José d'Assunção Barros (2005), aponta a necessidade de estabelecer três dimensões fundamentais: o recorte espacial, o recorte temporal e o problema específico. Essa definição clara não apenas orienta a viabilidade da pesquisa, mas também garante que o estudo contribua para um entendimento mais profundo das dinâmicas históricas em questão.

No contexto desta investigação, devido à escassez de fontes pontuais, a história oral será o recurso utilizado para preencher lacunas identificadas durante a busca por fontes. Não se inicia uma pesquisa de história oral apenas porque há "pessoas" interessadas em falar sobre o passado. Conforme Alberti (2013), a história oral, enquanto método de pesquisa, não é um fim em si mesma, mas sim um meio para adquirir conhecimento. Ao tratar-se de uma forma de recuperação do passado conforme concebido por aqueles que viveram, é fundamental que essa abordagem seja efetivamente relevante para a investigação proposta.

A escolha dos entrevistados é guiada pelos objetivos da pesquisa. Assim, é conveniente selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram ou presenciaram eventos ou situações relacionadas ao tema – neste caso, a Steinhaus – e que possam fornecer depoimentos significativos. Neste projeto, priorizamos entrevistas temáticas, que são aquelas que abordam prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido.

Posto isso, este artigo dedicou-se a apresentar o que temos desenvolvido na investigação acerca da Steinhaus, reconhecer as dificuldades encontradas neste processo e apontar para os próximos passos. Dessa forma, concluímos que a pesquisa histórica exige uma articulação entre metodologia e teoria, permitindo ao historiador construir conhecimentos coerentes e fundamentados. A flexibilidade metodológica e a consciência crítica em relação às fontes e aos recortes estabelecidos são fundamentais para que a pesquisa contribua para um entendimento mais aprofundado e contextualizado das dinâmicas que envolvem a Casa de Pedra, incorporando tanto os registros documentados quanto os relatos preservados pela memória coletiva.

Referências

AGUIAR, Lacy Maria; CASADO, Irene Luciana. **Taquara de Tristão José Monteiro**. Taquara/Porto Alegre: Pratika/Palloti, 1986.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 3. ed., 2013.

BARROS, José d'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRUSIUS, Marina; FLECK, Sigrid Izar. **Igrejinha**: história que o tempo registra. Igrejinha, 1991.

ENGELMANN, Erni Guilherme (Org.). **A Saga dos Alemães:** do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Helmut Burger (coord. da trad. e revisão); Marisabel Lehn (coord. da rev. em português); Tradução de Gessy Deppe, Lily Clara Koetz, Ilson Kayser. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005, Volume I.

ENGELMANN, Erni Guilherme (Org.). **A Saga dos Alemães**: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo. Helmut Burger (coord. da trad. e revisão); Marisabel Lehn (coord. da rev. em português); Tradução de Gessy Deppe, Lily Clara Koetz, Ilson Kayser. Igrejinha: E. G. Engelmann, 2005, Volume II.

FERNANDES, Doris Rejane. Dos caminhos de tropeiros às moradas de favor, às fazendas, à cidade de Taquara: História do século XVIII ao XX. *In*: REINHEIMER, Dalva *et al*. **Caminhando pela cidade.** Porto Alegre, RS: Evangraf, 2011, p. 15 – 34.

FERNANDES, Dóris Rejane. Povoamento pioneiro das Terras do Mundo Novo. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 26-32.

FERNANDES, Dóris Rejane. Tristão Monteiro e o projeto colonizador do Mundo Novo. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 33-42.

FUNARI, Pedro Paulo A. Fontes arqueológicas. Os historiadores e a cultura material. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 2ª ed., São Paulo, Contexto. 2006. p. 81-110.

GEIS, Gelusa Lana; HENRIQUES, Paulina A. Tristão Monteiro e a Casa de Pedra. *In*: BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto Mossmann (orgs.). **Raízes de Taquara**. Porto Alegre: EST, 2008. Vol. I, p. 48-54.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, Memória e Patrimônio. *In:* OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (Org.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura. 2008. p. 17-51.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

MACHADO, Jaqueline Aparecida. Casa de Pedra. *In*: REINHEIMER, Dalva Neraci; SMANIOTTO, Elaine. **160 Anos Cultura Alemã em Igrejinha.** Igrejinha: Amifest e SME, 2007, p.16-25.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. Fontes para a história: a opacidade do transparente. *In*: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. **Introdução ao estudo da História: temas e textos.** Porto Alegre: Edição do autor, 2013, p. 293-312.

SANDER, Berenice Fülber; MOHR, Flávia Corso (org.). **Igrejinha**: uma história em construção. Igrejinha, 2004.

DESAFIOS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO

André Huyer

Contexto

Nossa arquitetura tem muitas contribuições resultantes da imigração. Reconhecidas com prédios tombados, considerados patrimônio cultural. Desde a arquitetura dita popular, edificada com a técnica de enxaimel, como também exemplares considerados de arquitetura erudita, ecléticos e outros. Não só os imigrantes de fala alemã deram essas contribuições, mas também os italianos e outros.

Aparentemente a valorização desses exemplares poderia ser considerada algo consolidado, mas não é bem assim. Além dos prédios que receberam proteção legal (tombados, inventariados etc.) ainda há tantos outros descobertos, sujeitos ao desaparecimento. Na realidade, a preservação deste patrimônio enfrenta gigantescas dificuldades. Não só dos que estão cobertos por lei, mas principalmente dos demais. Uma série de obstáculos compõem o quadro atual do campo da preservação do patrimônio cultural edificado.

Temos desde questionamentos conceituais do que deve ser preservado e de como deve ser preservado, até movimentações da sociedade contrárias à preservação.

Mentalidade da população que não valoriza a preservação

Provavelmente a maior dificuldade enfrentada para a proteção do patrimônio cultural seja o desinteresse generalizado por parte da população em geral. Fato que se reflete nos escalões de decisão, ou seja, os poderes executivo e legislativo. Como valorizar, proteger, o que não se conhece, o que não se tem noção da importância?

Em consequência direta, uma vez que no regime democrático os governantes são o espelho da população, não há interesse em implantar legislações de proteção. Na realidade temos alguns regulamentos legais, desde 1937 em nível federal (Decreto nº 25/1937). Mas a legislação "de cima para baixo" não chega na base. No Rio Grande do Sul há uma lei estadual de 1994 (Lei nº 10.116/1994, Lei do Desenvolvimento Urbano, art. 40), que impunha aos municípios "realizarem" seus inventários de bens culturais, bem como de enquadrarem o entorno desses bens nas suas legislações urbanísticas. Pois passados 30 anos da promulgação dessa lei, a absoluta maioria dos municípios gaúchos

ainda não tomou qualquer providência nesse sentido. Alguns municípios, mesmo sendo condenados judicialmente a cumprirem essa obrigação, não o fazem, encontrando subterfúgios para tanto.

Outro aspecto da teima dos poderes executivos em não atenderem suas obrigações legais é que pressionam os legislativos, que por sua vez então agem flexibilizando as leis. Exemplo disso é a própria citada lei estadual, na qual muitos artigos relativos a planejamento urbano foram severamente desregulamentados (Lei nº 15.788/2021). Ou a legislação da capital gaúcha, cuja lei do inventário de 2008 (Lei Complementar nº 601/2008) foi revogada em 2018 (Lei Complementar nº 829/2018), recebendo novo instrumento em 2019 (Lei nº 12.585/2019), que limitou de maneira bastante restritiva as possibilidades de inclusão de bens na proteção legal. O próprio instrumento jurídico deixou de ser "Lei Complementar" para ser simplesmente "Lei". Ainda neste quesito a capital gaúcha chegou a ter um instrumento específico para proteção de determinadas áreas de interesse cultural, mas mesmo essa legislação foi sendo paulatinamente desmontada, sendo hoje em dia totalmente inócua (POSSAMAI, R. e HUYER, A).

No tocante a compreensão da legislação, verifica-se em diversas situações que ocorre um desconhecimento por parte dos políticos do real significado de tombamento e inventariação. Observa-se um entendimento equivocado de que tombamento estaria vinculado a desapropriação do imóvel por parte do poder público. Ou seja, que o proprietário privado perderia sua titularidade, ainda que recebendo uma indenização. Este entendimento equivocado, que muitas vezes se constata em disputas de proteção do patrimônio cultural Rio Grande do Sul adentro, é contrário a dois conceitos caros a população: do direito à propriedade privada por parte dos proprietários, e a contenção de despesas dos executivos. Para quem é do ramo cultural, é óbvio que tombamento não implica em desapropriação, mas esse é um conceito profundamente arraigado em quem não é do ramo, apesar de completamente errôneo.

Falta incorporação no planejamento urbano

O item anterior leva a outra problemática das legislações em geral: para ser efetiva, a proteção deve estar contemplada no planejamento urbano. Não apenas com a demarcação dos bens protegidos no plano diretor, mas com instrumentos que possibilitem de fato a preservação desses bens. Afinal, não há isonomia em um imóvel poder ser demolido para em seu lugar ser edificado um prédio de vários pavimentos, enquanto o imóvel lindeiro, com um prédio protegido legalmente, não poder obter nenhuma

compensação. Esse tipo de situação praticamente condena à morte o prédio supostamente protegido. Um imóvel protegido deve receber, no mínimo, os mesmos benefícios econômicos de um imóvel não protegido. Ou seja, a remuneração de seu potencial construtivo. O que é facilmente obtido com o instrumento da transferência de potencial construtivo, conforme previsto no Estatuto da Cidade, desde 2001 (Lei nº 10.257/2001, artigo 35).

Em planos diretores que contemplam o instrumento do solo criado (outorga onerosa do direito de construir), que é o que possibilita também a transferência do potencial construtivo, tem se observado uma falha básica: todo o conceito de solo criado é baseado em um índice básico de mesmo valor para toda a cidade, que geralmente deve ser de 1,0. Porém, em muitos dos municípios nos quais o solo criado é aplicado verificam-se índices díspares para várias zonas, o que dificulta sobremaneira a eficácia do instrumento, especialmente para uso na proteção de imóveis protegidos por serem bens portadores de valores culturais. Lembrando que o instrumento também pode ser empregado para proteger bens naturais (árvore, áreas de proteção permanente etc.).

Omissão das autoridades

Uma tática muito empregada por quem pretende desconstituir uma edificação protegida é promover sua degradação. Para não chamar a atenção, isso é feito de maneira lenta. Não é realizada manutenção, janelas são deixadas abertas, telhas são retiradas, e assim por diante. Chega um momento no qual a edificação fica inabitável. E então o (ir)responsável reivindica junto as autoridades licença para demolir o prédio, pois "não é mais viável" sua recuperação. Ou seja, o prédio chegou a tal ponto de degradação que o custo de reforma é desproporcional ao valor de fazer uma construção nova. Mas, quando se chega nesse ponto, a edificação geralmente está vazia a muito tempo, geralmente anos. Apesar de muito manjado, esse artifício é empregado com muita frequência.

Ora, se a edificação está abandonada, o poder público dispõe de instrumentos para forçar o responsável a dar uso correto a ela. Novamente o Estatuto da Cidade regulamenta o "parcelamento, edificação ou utilização compulsórios" (artigo 5º). Há todo um cabedal de justificativas técnicas para aplicação desse expediente, independentemente de o prédio ser patrimônio cultural ou não. Sendo servido pela infraestrutura urbana – vias de circulação, eletricidade, água, esgotos, transporte público, postos de saúde, recolhimento de lixo, policiamento etc. – não há por que um imóvel não ser utilizado. Estará encarecendo a vida da cidade, empurrando demandas de uso para sua periferia, etc. Em

termos de planejamento urbano não há o que discutir. Então, estando sem uso, o poder executivo teria a obrigação de induzir o responsável a reverter a situação, e dispõe de instrumentos legais para isso.

Porém, não é o que se observa. Passados mais de vinte anos da promulgação do Estatuto da Cidade, não temos conhecimento de nenhum caso no Brasil de que alguma prefeitura tenha empregado o "parcelamento, edificação ou utilização compulsórios". Essa omissão deveria ser mais bem estudada, e igualmente responsabilizada.

Em Porto Alegre ocorreu uma situação interessante. Um casarão inventariado estava abandonado por seus proprietários, e passou a oferecer risco de incolumidade. O que obrigou a prefeitura a escorar a edificação, chegando até a interditar a rua. Sem perspectiva de que os proprietários tivessem qualquer iniciativa, a prefeitura encontrou outro instrumento jurídico para reverter a situação. Adotou o instituto do abandono, previsto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002, artigos 1.275 e 1276). Diz essa lei:

> Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições.
> § 2o Presumir-se-á de modo absoluto a intenção a que se refere este artigo, quando, cessados os atos de posse, deixar o proprietário de satisfazer os ônus fiscais.

Ficou-se com a aparência de que, para não empregar o "parcelamento, edificação ou utilização compulsórios" a prefeitura foi buscar outro instrumento… Após efetivada a iniciativa, que na realidade visava a prefeitura se restituir do investimento realizado em preservar a incolumidade da população que circula na frente do prédio, percebeu o potencial do instrumento. E foi anunciado que a Procuradoria Geral do Município estaria formando uma força tarefa para apurar quais outros prédios poderiam ser arrecadados.



Jornal do Comércio 85
O Jornal de economia e negócios do RS

JORNAL DA LEI

DIREITO IMOBILIÁRIO Notícia da edição impressa de 19/06/2018. Alterada em 18/06 às 21h49min

Uma história em ruínas que ninguém quer restaurar

Edifício do início do Século XX tem rachaduras e corre risco de desabar
MARIANA CARLESSO/JC

Igor Natusch

O bloqueio parcial das ruas Riachuelo e Marechal Floriano, no Centro de Porto Alegre, que persiste desde o dia 25 de maio, é a ponta visível de uma indefinição que se arrasta há pelo menos duas décadas. A interdição é motivada pelo estado precário do edifício localizado no número 1.468 da

Figura 1 – Matéria jornalística sobre o prédio que foi arrecadado pelo Município de Porto Alegre, devido ao seu abandono por parte dos proprietários.
Fonte: Jornal do Comércio, 18/06/2019.

Esse instrumento também foi regulamentado pela lei de regularização fundiária (Lei nº 13.465/2017, artigo 64), praticamente nos mesmos termos do Código Civil. Portanto há dupla amparo para sua aplicação. Tanto a arrecadação por abandono, como o uso compulsório podem ser aplicados tanto em situações de patrimônio cultural edificado, como na proteção de paisagens urbanas e rurais.

Se a prefeitura aplicasse o uso compulsório e não fosse atendida pelo responsável, teria ainda outros dois instrumentos disponibilizados pelo Estatuto da Cidade: O IPTU progressivo no tempo (artigo 7º) e a desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública (artigo 8º). Por que nunca os utilizam é um mistério…

Conselhos dominados

Outro fenômeno observado é da inefetividade dos conselhos responsáveis pelo patrimônio cultural. Muitos dos conselhos municipais nem são deliberativos, o que por si

só já lhes retira qualquer relevância, pois os prefeitos podem ignorá-los. E assim o fazem. Mas mesmo os conselhos que ainda têm algum poder deliberativo, de maneira geral, estão "dominados". Uma vez que o executivo indica no mínimo um terço de seus conselheiros, não é difícil dele obter maioria, pois sempre terá alguma entidade com interesses afins. Aliás, geralmente é o contrário, os representantes do executivo se aliam aos interesses de alguma entidade, que muitas vezes não são os interesses da preservação do patrimônio cultural. Na prática o terço dos representantes do executivo votam em bloco, pois não é permitido a esses conselheiros terem posição discordante. Nos casos em que isso ocorre, o conselheiro é imediatamente substituído por outro, "de confiança" do prefeito ou secretário de plantão.

Quanto ao "domínio" dos conselhos, já se estudou a manipulação de audiências públicas (HUYER, André. Manipulação das audiências públicas). Os instrumentos que foram criados para assegurar a participação popular (conselhos, audiências etc.) logo faram encampados pelos interesses imobiliários. São muitas as táticas empregadas para boicotar as intenções de proteger edificações sob a égide do patrimônio cultural. Como visto acima, afrouxamento da legislação é uma delas, também as legislações que dificultam que um bem possa ser considerado portador de valores culturais. Há casos de não levar para deliberação pedidos de proteção.

E assim se observa os conselhos de patrimônio perderem qualquer efetivo poder de deliberação, passando a serem instrumentos de mera homologação de decisões externas, muitas vezes contrárias aos conceitos universais de proteção do patrimônio cultural, como por exemplo a Carta de Veneza.

Questões conceituais

Além das dificuldades de ordem política e prática acima analisadas, a jornada pela preservação do patrimônio cultural edificado enfrenta outros questionamentos, de ordem conceitual.

Costuma-se dizer que "o ótimo é inimigo do bom", no sentido de que objetivar uma preservação excelente de um bem pode acarretar a sua ruína. Pois o esforço necessário para se obter essa preservação excelente é tão dispendioso em recursos humanos e financeiros, que fica inviável. Então muitas vezes seria mais razoável aceitar uma preservação, uma restauração mediana do que algo excelente, que não vai acontecer. Mas essa "tolerância" pode ser perigosa, se mal-empregada, pois pode de fato acarretar

uma perda de qualidade irreversível do bem. O ponto de equilíbrio deve ser sopesado com muito cuidado e critério. Mas, nunca esquecendo que "o ótimo é inimigo do bom"…

Infelizmente preservar patrimônio cultural não é tarefa fácil, exige estudo, conhecimento, experiência, trabalho em equipe, bom senso, grande domínio das tecnologias construtivas e muito mais. Observa-se muitos profissionais despreparados, outros que nem habilitação legal possuem para atuar no ramo.

Aldeias transplantadas

Seguindo na reflexão sobre o ideal e o pragmático, temos questões que merecem melhor debate. Talvez, configuração de regras. Um tema recorrente é o transplante de exemplares. Muito combatidas nos meios especializados são as "aldeias" construídas com exemplares avulsos retirados de seus sítios originais. Nos quais geralmente esses prédios estavam isolados.

A censura contra essas atitudes é óbvia, pois os conceitos de preservação indicam que o bem deve ficar no seu local original, e não ser removido para outra localidade. Na qual estará fora de contexto.

Mas, essas "aldeias do imigrante", apesar dos aspectos negativos, apresentam alguns pontos que não devem ser desconsiderados. O primeiro deles é que se os exemplares – geralmente de enxaimel – ficassem em seus sítios originais, provavelmente desapareceriam. Trata-se de prédios rurais, em zonas abandonadas, no "meio do mato". Transportar esses prédios para um novo sítio, no qual serão preservados, é pior que deixá-los desaparecerem?

Os prédios construídos empregando a técnica do enxaimel, de certa maneira, são edificações pré-fabricadas. Uma vez que suas estruturas de madeira são fabricadas para serem encaixadas no local de erguimento. Então, desmontar um prédio pré-fabricado e novamente montá-lo em outro local não seria algo assim tão artificial. Mas esse é apenas um aspecto a ser ponderado.

Grave deturpação ocorre no novo sítio, geralmente denominado de parque ou aldeia. Os prédios são remontados em uma configuração urbana totalmente artificial, que em nada relembra uma situação verossímil presente em nossa história. Afinal, não temos "aldeias de imigrantes". Ao menos não de casas em enxaimel. Assim é feita uma educação errônea aos visitantes, que entram em contato com algo fora da realidade histórica.

E pior: colocam placas indicando que o visitante está se aproximando de uma "autêntica aldeia alemã". Que não é nem autêntica, nem alemã, nem uma aldeia. Isso

quando não constroem pórticos em falso histórico, com rebocos imitando faixas de madeira. Ou seja, iludindo ainda mais o visitante.



Figura 2 – Placa na entrada de um parque com casas transplantadas, transmitindo informações errôneas do ponto de vista didático histórico.
Fonte: Foto do autor, 09/09/2011.

Então, como essas pseudo aldeias podem ter um lado positivo, ao preservarem edificações que estariam condenadas ao desaparecimento, ao invés de combatê-las, talvez seja mais produtivo estabelecer regras para seu estabelecimento. Que certamente deverão prever questões quanto à disposição dos prédios, exibição de placas esclarecedoras do que o visitante está observando, não construção de falsos históricos, e o que mais for conveniente.



Figura 3 – Pórtico de entrada de outra aldeia transplantada construído em falso histórico, que concorre contra os exemplares nela exibidos.
Fonte: Foto do autor, 01/04/2009.

Lugares de memória

Quando um inventário de edificações é elaborado, o é muitas vezes por uma equipe de profissionais contratados especialmente para essa finalidade, provindos de outra conjuntura (outra cidade, ou mesmo outro país). Essa equipe de especialistas vai avaliar as edificações de um bairro da cidade, por exemplo. Vai analisar as qualidades arquitetônicas, estéticas, históricas etc. Vai avaliar as instâncias de valores, conforme seus próprios critérios ou pelos critérios indicados em contratos.

Até aí tudo bem, e não há dúvidas de que inventários assim elaborados sejam da maior qualidade. Porém, essa metodologia predominante pode deixar "escapar" algumas intervenções. Temos acompanhado reclamações quanto a exemplares que ficam fora dos inventários, geralmente quando está sendo encaminhada a demolição deles. Há edificações que de fato não apresentam qualidades arquitetônicas para serem incluídas em inventários. Mas possuem outras qualidades para a comunidade. São os chamados lugares de memória. Talvez o melhor exemplo disso seja a caixa d'água na praça Mafalda Veríssimo, no bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Qual especialista incluiria aquela construção, quase rude, em um inventário cultural? Mas não é o que pensa a população local. Uma vez que ela representa uma referência urbanística para o bairro. Lhes dá um valor de permanência, de identificação: "- ah, aqui é meu bairro!"



Figura 4 – Material de divulgação de evento cultural emprega foto histórica da caixa d'água da Praça Mafalda Veríssimo com destaque para a caixa d'água, que é protegida como bem possuidor de valor cultural, lugar de memória.
Fonte: "Flyer" recolhido da internet em 09/11/2023.

Como esse, temos muitos outros exemplos, estado adentro. Como escapar da armadilha de um bem deixado fora da listagem de inventário? Afinal, uma equipe externa de especialistas não tem como saber dessa condição, de valor muito particular para uma comunidade. As vezes uma valorização que ocorre somente em um bairro da cidade, sendo de desconhecimento para os demais moradores.

Talvez uma maneira de verificar a ocorrência desses lugares de memória seja fazer pesquisas com os moradores do bairro. Questionários de inventários afetivos. Ou seja, que as pessoas indiquem o que elas gostam, o que elas acham que tem valor ou é importante para elas, sem preocupação com arquitetura ou outros condicionantes. Ou seja, junto com a contratação de equipes para elaborar listagens de inventário, também deve ser contratada equipe para fazer pesquisa junto à população. Custo? Certamente muito menor do que processos judiciais de embargo de demolições…

Rumos

Expostas as reflexões acima, questiona-se que rumos a tomar. Considerando o que parece ser a causa básica da problemática de preservação do patrimônio cultural edificado, o desconhecimento do tema pela população, talvez essa seja a principal frente onde se deva atuar.

A resposta pode ser: educação patrimonial. Ninguém valoriza ou protege o que não entende. A educação patrimonial deve iniciar já nos primeiros anos da educação básica. Assim como quando as crianças aprendem na escola a fazer a separação do lixo orgânico do lixo reciclável, depois levam esse conhecimento para casa e educam os pais, o mesmo pode ocorrer se as crianças aprenderem que um prédio antigo não é um prédio velho. Que um prédio construído na tecnologia de enxaimel tem suas peculiaridades, que representa um período da imigração europeia, enfim, que ele é valioso.

Dificilmente teremos avanços significativos na (falta de) cultura brasileira de valorização do patrimônio cultural sem atuar na base. Se até mesmo profissionais com formação na matéria, como arquitetos, atuam contrários a preservação, o que esperar do leigo, do político? A pioneira lei brasileira de preservação do patrimônio cultural, a Lei nº 25/37, já é quase nonagenária, mas solenemente ignorada pela nossa população. Falta base.

Referências

Brasil. Decreto nº 25/1937.

Brasil. Lei nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade.

Brasil. Lei nº 10.406/2002 – Código Civil.

Brasil. Lei nº 13.465/2017 – Lei de regularização fundiária.

HUYER, André. Manipulação das audiências públicas. In: Elaine Pagani (Org**.). Direito Urbanístico e Planejamento Urbano**: avanços, retrocessos e desafios. V.4. Porto Alegre: OAB/RS, 2018, p. 66-82:
https://www.oabrs.org.br/arquivos/file_5ce8506461e3e.pdf

HUYER, André. Os prédios em falso enxaimel e seus efeitos nefastos para a cultura. In: Isabel Cristina Arendt, Jorge Luiz da Cunha e Rodrigo Luis dos Santos (Org.). **Migrações: perspectivas e avanços teórico-metodológic**os. São Leopoldo: Editora Oikos, 2018, p. 306-321:
http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/954

HUYER, André. A destruição do patrimônio cultural. In: FERNANDES, Dóris R.; ARENDT, Isabel C. e WITT, Marcos (Org.). **Migrações**: fronteiras, territórios e culturas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022.

Porto Alegre. Lei Complementar nº 601/2008.

Porto Alegre. Lei Complementar nº 829/2018.

Porto Alegre. Lei nº 12.585/2019.

POSSAMAI, R. e HUYER, A. Áreas Especiais de Interesse Cultural em Porto Alegre (1979-2022): o que resta deste patrimônio. **Labor & Engenho**, Campinas, 2022.

Rio Grande do Sul. Lei nº 10.116/1994, Lei do Desenvolvimento Urbano.

Rio Grande do Sul. Lei nº 15.788/2021.

PARQUE DE EVENTOS ALMIRO GRINGS: MEMÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E CONEXÕES NA OKTOBERFEST DE IGREJINHA

Douglas Márcio Kaiser
Denise Blanco Sant Anna
Claudia Schemes

Introdução

O movimento migratório é presente no mundo há milênios, sempre caracterizado por fatores diversos. A chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1.500 apresentou, especialmente aos europeus, uma terra nova, porém, o Brasil somente facilitaria a entrada de estrangeiros a partir do século XIX, especialmente a partir de sua independência, em 1822.

Quando a Alemanha ainda não era uma nação unificada, mas sim uma série de Estados, ducados, principados e outras formas de estrutura administrativa, em 1824, o Brasil, nação recém independente de Portugal, incentivou a vinda de imigrantes alemães. O que identificava esses imigrantes era uma cultura comum, especialmente por conta do uso da língua alemã, mesmo que por meio de dialetos e variantes. Esses primeiros imigrantes escolheram o Brasil por uma série de motivos, dentre os quais as dificuldades que existiam na Europa. De outro modo, interessava ao Brasil a vinda de imigrantes, para que integrassem a formação de um exército de estrangeiros, auxiliando ainda na colonização de regiões ainda pouco habitadas e para tentar substituir a mão-de-obra escrava.

Esses imigrantes trouxeram consigo muitas manifestações culturais oriundas de seu país de origem, que aqui auxiliou na formação da própria cultura brasileira ou continuou a ser praticada, mesmo que por meio de tradições inventadas. Depois de décadas, movimentos em diferentes municípios, a partir da década de 1980, passaram a rememorar a cultura alemã por meio de festas e eventos com temática ligada à cultura alemã. É o caso de Igrejinha[31], onde a cidade passou a contar com sua *Oktoberfest* a partir de 1988, sendo que em 2024 ocorreu a 35ª edição.

A *Oktoberfest* de Igrejinha ocorre desde seu início no Parque de Eventos Almiro Grings, espaço localizado na região central da cidade, e que está muito associado à festa.

[31] A região do Vale do Paranhana, onde fica Igrejinha, era chamada de Santa Maria do Mundo Novo, e recebeu imigrantes alemães a partir de 1846.

É um espaço constituído por diversos espaços, alguns temáticos, outros destinados ao convívio e realização de shows, com várias referências à cultura alemã.

Assim, considerando o simbolismo dos 200 anos de Imigração Alemão no Brasil; ponderando a existência da realização da *Oktoberfest* de Igrejinha, festa com influência da cultura alemã, desde 1988; considerando ainda que a *Oktoberfest* de Igrejinha ocorre desde seu início no mesmo espaço, o Parque de Eventos Almiro Grings; optou-se pela realização deste estudo, com o objetivo de analisar o papel do Parque de Eventos Almiro Grings em relação à realização da *Oktoberfest* de Igrejinha; e demonstrar a relação do Parque e da *Oktoberfest* com conceitos de memória, identidade, significação e desenvolvimento da comunidade.

Justifica-se a realização do estudo pelo simbolismo do ano de 2024 (200 anos da Imigração Alemã para o Brasil); pela influência da colonização alemã no Vale do Paranhana; pela existência da *Oktoberfest* de Igrejinha, desde 1988; e também pela existência do parque Almiro Grings como elemento significante da festa e espaço de rememoração. Como metodologia de pesquisa, até o momento foram utilizadas pesquisas bibliográficas e documentais; também considerou-se a participação ativa do autor do estudo na festa, como voluntário; e realizou-se a análise com os dados levantados.

Visando contextualizar as questões que envolvem as festas com temática alemã, especialmente no Sul do Brasil, apresenta-se a primeira abordagem.

Imigração alemã e festividades

Os imigrantes alemães e seus descendentes ocuparam-se, nos primeiros tempos, em organizarem sua vida pessoal, especialmente em termos de moradia e condições de trabalho, inicialmente para subsistência, e posteriormente contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Além disto, a imigração alemã no Brasil também se caracterizou por uma organização social muito baseada no associativismo, inclusive cultural. Flores (1997) destaca que esse caráter associativista dos imigrantes permitiu que núcleos coloniais se desenvolvessem.

Roche (1969), em um amplo estudo sobre a colonização alemã no RS, demonstra elementos relacionados ao tema “comemorações”, tratando das tradições familiares que envolviam, por exemplo, nascimento, bodas e enterro. Também haviam as tradições religiosas, especialmente envolvendo as datas do Natal e Páscoa. Com origem nas

tradições religiosas está o *Kerb*, festa popular que, com adaptações, chegou aos momentos atuais e inspirou a criação de uma série de eventos. Nos *Kerbs* são tradicionais os cultos ou missas solenes, a gastronomia farta, bailes e festividades, especialmente envolvendo música e dança. Roche (1969) comenta sobre o aparecimento de sociedades, algumas com temática mais esportiva, outras, de canto e divertimento. Também as sociedades auxiliaram na manutenção de costumes ligados às origens germânicas.

Numa definição teórica sobre festas, afirmam Oliveira e Calvente (2012, p.84): "as festas podem relacionar-se ao lazer, às manifestações da cultura, aos momentos de socialização, às contribuições financeiras para quem as realiza, ao sentimento de pertencimento ao lugar e também como atrativo turístico.". Também afirmam que as festas enfatizam a ação coletiva, as emoções e afetos, que giram em torno de um objeto de comemoração central.

A realização de festas com temática étnica, no caso a cultura alemã, e relacionada aos imigrantes, demonstra uma função importante: a perpetuação do patrimônio cultural dos imigrantes, caracterizada por uma vivência social acentuada, como comprova-se em estudos elaborados por Willems (1980).

E foi na década de 1980, especialmente, que surgiu a iniciativa de diferentes cidades, principalmente na região Sul do Brasil (Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), de promover festas com temáticas ligadas à cultura germânica. Fatores que explicam essa tendência são, por exemplo, as iniciativas de grupos de empresários, líderes de entidades setoriais – ligadas ao turismo, ao comércio e ao desenvolvimento.

Oliveira e Calvente (2012) demonstram que festas, com o passar do tempo, apresentam dinamicidade, não sendo estanques, intercalando tradição e inovação. Muitas destas festas e eventos valem-se do uso das "tradições inventadas", que caracterizam-se por práticas e elementos que acabam criando uma relação com o passado, mesmo que para isso ocorram adaptações. A prática costuma manter uma essência, mas para a própria perpetuação "aceita" modificações, integrando-se ao novo contexto, conforme conceituam Hobsbawm e Ranger (2011).

Uma festa que influenciou movimentos semelhantes, foi a *Oktoberfest* de Munique, que ocorreu em 1810. É considerada a primeira festa no formato, e na época Munique pertencia à Baviera (atualmente Alemanha). Foi a celebração do casamento entre o príncipe Ludwig I e a princesa Therese de Sachsen – Hildburghausen. Desde então, é celebrada na cidade, e inspirou a criação de eventos similares em diferentes países do mundo, incluindo o Brasil, onde os primeiros eventos neste formato ocorreram no

início do século XX, e ganharam intensidade em meados da década de 1980. Além do sul do Brasil ter sido destino dos primeiros imigrantes da etnia, outros fatores que incentivaram a realização de festas similares à *Oktoberfest* de Munique foram a rememoração da cultura alemã em terras brasileiras; a intenção de fomentar o turismo - e para tanto a temática da cultura alemã serviu como diferencial; a união de pessoas (associativismo); a identidade coletiva em torno de um imaginário comum (imigração alemã) e as trocas culturais. A *Oktoberfest* de Igrejinha é inspirada no evento original de Munique, e o evento igrejinhense será a próxima abordagem.

A Oktoberfest de Igrejinha e o Parque Almiro Grings

Em Igrejinha, no Vale do Paranhana, a *Oktoberfest s*urgiu em 1988, com o princípio de rememoração da cultura alemã. Posteriormente, agregaram-se os princípios da solidariedade, da transparência, da responsabilidade social, da diversão e do voluntariado, como balizadores da *Oktoberfest* de Igrejinha. A relação da cidade de Igrejinha com a imigração alemã remonta ao ano de 1846, quando a região era conhecida como Santa Maria do Mundo Novo, posteriormente Taquara. Numa iniciativa de Tristão Monteiro, personagem marcante na história do Vale do Paranhana, iniciou-se a colonização da área, com a chegada dos imigrantes alemães. Como fato importante da *Oktoberfest* de Igrejinha, destaca-se a criação, em 1994, da Associação de Amigos da *Oktoberfest* de Igrejinha – AMIFEST. Até 2024 foram realizadas 35 edições do evento em Igrejinha, destacando-se que nesta festa reforça-se a participação voluntária (cerca de 3.000 pessoas em 2024) e também o grande montante de recursos que já retornou, entre 1988 e 2023, para a comunidade regional (cerca de R$ 28.000.000,00).

A *Oktoberfest* de Igrejinha é realizada desde a sua concepção no Parque de Eventos Almiro Grings, que tem área de 11 hectares. Neste espaço há 15.000 m² de área coberta e localiza-se na Rua Arlindo Geis, nº. 255, em Igrejinha. A denominação do Parque foi concedida em 2001, conforme Lei 3.210, de 21/12/2001, pela Câmara de Vereadores da cidade.

A existência do espaço do Parque de Eventos Almiro Grings é anterior a criação da *Oktoberfest* em 1988, mas desde a primeira edição o espaço se tornou a "casa" oficial da *Oktoberfest* de Igrejinha. Vários elementos construtivos remetem à cultura germânica: começando pela entrada principal do parque, na rua Arlindo Geis, está o pórtico em estilo enxaimel. Esse mesmo estilo está presente em várias construções da Vila Germânica,

onde estão espaço que simulam uma ferraria, uma igreja, e outros e servem como espaço para imprensa, casa de comercialização de artesanato e armazém.

Uma inovação na Vila Germânica foi a instalação de uma sala multisensorial, preparada para atendimento de pessoas com Transtorno de Espectro Autista (TEA). Consta no portal Oktoberfest 2024:

> O objetivo da implementação da sala é proporcionar um espaço multissensorial para a construção de possibilidades de regulação emocional e integração das pessoas com TEA em situação de crises do processamento sensorial. “Esse novo espaço não é só um incremento de construções do parque. Ele tem uma simbologia muito grande do nosso povo. Nosso cuidado, nosso carinho com essas pessoas que precisam também da nossa atenção”, disse Egon Wallauer, presidente da 35ª Oktoberfest de Igrejinha. (Oktoberfest, 2014, p. 1)

Também existem no Parque de Eventos Almiro Grings vários espaços destinados para apresentações e shows, tanto musicais, de danças ou eventos oficiais. Cita-se o Coreto próximo da entrada do parque, onde normalmente apresentam-se as bandas típicas; o Ginásio, que antigamente era o espaço principal das bandas e atualmente é local onde ocorre a *E-Oktober* (música eletrônica); o Pavilhão de shows; o tradicional Pavilhão do *Kerb* (que remete justaente à esta antiga prática cultural); e o *Bierplatz*, espaço para consumo de bebidas e gastronomia típicas.

Figura 1 – Vila Germânica da *Oktoberfest* de Igrejinha.



Fonte: Arquivos da AMIFEST.

Na área destinada a comercialização de alimentos, espaço que entidades regionais ocupam e oferecem seus pratos de gastronomia, estão dispostas várias construções lado a lado. A gastronomia também é ofertada em outros espaços, em áreas cobertas.

Figura 2 – Pavilhão do Kerb, Oktoberfest de Igrejinha.



Fonte: Arquivos da AMIFEST.

Figura 3 – Sala Multisensorial – Vila Germânica – Parque de Eventos Almiro Grings



Fonte: Arquivos da AMIFEST.

Dois espaços foram inaugurados em 2019: o *Biergarden* e o *OktoberPub*, sendo o primeiro construído com foco na conscientização ambiental e utilizando-se de materiais reaproveitáveis; já o *OktoberPub* está localizado junto à Vila Germânica e próximo à margem do Rio Paranhana, com quem o parque faz divisas.

E justamente essa proximidade com o Rio Paranhana fez com que o parque fosse tomado pelas águas, na grande enchente que assolou o RS em maio de 2024. O prejuízo estimado foi de R$ 1,5 milhão e obrigou a AMIFEST a organizar o local da 35ª *Oktoberfest* de Igrejinha em apenas 3 meses. Logo após a enchente, o Parque Almiro Grings virou um ponto de ajuda humanitária, concentrando o recebimento e destinação de doações, além do atendimento básico à população local. A superação foi destacada em reportagem do Portal *Oktoberfest:*

> Também fomos duramente atingidos, inclusive o nosso parque, mas primeiro tínhamos que resolver as questões humanitárias, e assim o fizemos. Depois, vimos que tínhamos ainda três meses para organizar a festa e nós, com a persistência dos nossos antepassados, resolvemos que precisávamos reconstruir, enfrentar essas adversidades e fazer uma grande festa", relata Egon Wallauer, presidente da Associação de Amigos da Oktoberfest de Igrejinha (Amifest), promotora da festa. (Oktoberfest, 2024, p. 1)

Após a enchente, reformulou-se a distribuição de banheiros, aumentando o número de banheiros femininos e também aqueles destinados às Pessoas com Deficiência (PcDs). Para um melhor atendimento e planejamento de ações ligados às PcDs, o ano de 2024 marca a criação da comissão de trabalho de Acessibilidade, dentro da estrutura organizacional da AMIFEST.

No Parque de Eventos, especialmente na época da *Oktoberfest,* a decoração é feita com guirlandas, tecidos e outros elementos visuais, que remetem à cultura alemã, seja pelo emprego de cores, de flores características, de palavras em idioma alemão e outros elementos.

O Parque é utilizado não apenas durante o mês de outubro, quando ocorre a festa principal, mas também em outros momentos, como na Festa da Colheita (geralmente no início de dezembro, momento em que são apresentados e distribuídos os resultadosos resultados da festa); no mês de abril, quando é realizado o *Kerb* das Soberanas; e em outros momentos, não necessariamente vinculados a *Oktoberfest,* pois o município também realiza eventos no parque.

O uso de espaços como o Parque Almiro Grings também ocorre em Nova Petrópolis, no Parque do Imigrante, como menciona Weber (2024). Neste caso, Weber (2024) diz que a criação do espaço considera o potencial turístico das festas e da preservação do patrimônio como um possível produto de consumo; complementa afirmando que "[...] muitas ações são também um meio de expressão de vínculos coletivos ligados ao patrimônio da imigração alemã, permitindo-se, através deste referencial, uma

“retomada” do passado” (WEBER, 2024, p. 147). A expressividade de vínculos coletivos pode ser também considerada no caso de Igrejinha, pois o Parque é um espaço de convívio, de ação coletiva (visto a identificação com o voluntariado da *Oktoberfest* de Igrejinha).

Os elementos e simbologias presentes no Parque de Eventos Almiro Grings remetem a etnia alemã, em muitos aspectos, e sobre isto Weber (2024) afirma que o chamado turismo étnico incentiva um foco particular, “[...] uma identidade cultural específica em que há um grupo étnico que se engaja na produção de uma identidade” (WEBER, 2024, p. 150). A *Oktoberfest* de Igrejinha tem, dentre seus princípios, a rememoração da cultura alemã e o voluntariado; logo, há uma tentativa constante de manutenção e adaptação de elementos que façam ligação com a cultura; em termos de coletividade, o voluntariado auxilia na criação de um diferencial para a festa igrejinhense ao mesmo tempo que auxilia na crição de um imaginário, uma identidade coletiva.

O tema é abrangente, por isso, é importante trazer a seguinte citação:

> [...] um dos significados da festa está em seu poder de mobilizar as identidades, já que seu significado, suas manifestações, seu desenvolvimento, os discursos e os mitos mantém relacionando de perto ou de longe e unidade e a identidade. (Oliveira; Calvente, 2012, p. 83)

Também afirmam Oliveira e Calvente (2012) que as festas são ações coletivas, em que normalmente se concentram emoções e afetos e, como consequência, a simbolização da unidade dos participantes, reunidos em torno de uma identidade coletiva. A *Oktoberfest* de Igrejinha tem forte apelo de mobilização da coletividade, especialmente por conta da simbologia que se criou na cidade, por conta do voluntariado.

Ao mencionar a identidade coletiva e o voluntariado, fica evidente a participação da comunidade na *Oktoberfest* de Igrejinha, que em diferentes materiais, muitas vezes, identifica-se como “a maior festa comunitária do país”. Isso sugere união, harmonia, força de atração, e sobre isto é interessante mencionar Schneider (2024, p. 174): “Ao estimular processos de coesão, o patrimônio cultural reforça o tecido social por meio da participação da comunidade no destino dos bens culturais de relevância coletiva”.

O Parque Almiro Grings tornou-se um espaço de uso constante, não restrito à festa principal que ocorre em outubro, e não necessariamente ligado em ações relacionadas com a cultura alemã. Há uma preocupação no uso do espaço, na diversificação, e relacionado a isto cita-se:

> É a atividade que qualifica o espaço, segundo Certeau (1994), e os modos de apropriação dos lugares é que vão garantir a continuidade da transmissão do conhecimento e ser suporte de memória, respeitando e valorizando os elementos que o caracterizam. (Schneider, 2024, p. 178)

Em pesquisas realizadas para mestrado, e tendo a *Oktoberfest* de Igrejinha como base de estudo, Kaiser (2022) identificou que existe uma relação afetiva e emocional de pessoas com a *Oktoberfest* de Igrejinha. O evento e também o Parques são vistos como espaços de convívio, de criação e rememoração de lembranças, espaços fomentadores de memórias.

O Parque tem muitos elementos que tem a tarefa de ativar memórias, tais como a Vila Germânica, a decoração com temas relacionados à cultura alemã e o ambiente festivo; mas também temos que considerar que a memória é também um fator pessoal e coletivo, então, não necessariamente precisa haver um elemento direto, característico da cultura alemã, para ativar ou gerar memórias: pode ser um encontro, uma lembrança de momentos com a família no parque, um momento marcante.

É fato que a memória, em se tratando de Oktoberfest de Igrejinha, acontece também de forma coletiva, e sobre isso transcreve-se o seguinte trecho do Portal Goethe (2024, p. 1): "Memória segundo o cientista cultural Jan Assmann (1999: 35), se desenvolve no ser humano somente ao longo do processo de sua socialização". Kaiser (2022) identificou em seus estudos sobre a festa igrejinhense que os entrevistados mantém forte relação afetiva com o parque, e cada geração vive a festa à sua maneira. Quanto a isso, menciona-se trecho mencionado no Portal Goethe (2024, p. 2): "Cada geração recria para si as memórias de que precisa, para a formação de sua identidade (François/Schulze 2005:7)".

Maurice Halbwachs (2006) enfatiza a importância de pontos de referência, que são presentes em nossa memória e que interligam elementos com a coletividade na qual estamos inseridos. Já Pollak (1989, p. 7) salienta que "a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis."

Memória e identidade são termos relacionados, e Pollak (1992) entende que a memória é fenômeno coletivo e social, sujeito a transformações e mudanças; afirma também que existem os lugares de memória, ligados à lembrança e sem obedecer necessariamente um tempo cronológico.

O Portal Aqua (2023) traz importantes considerações sobre vários aspectos

representados neste artigo. Segundo o portal, os lugares de memória "[...] fornecem um senso de continuidade, ligando gerações presentes a seus antepassados e às histórias que moldaram seu mundo" (AQUA, 2023, p. 1). Também referencia a relação entre lugares de memória, memória coletiva e espaço geográfico. O portal Aqua (2023) diz que espaço geográfico refere-se às manifestações físicas, tanto naturais quanto realizadas pelo homem; os lugares de memória estão dentro destes espaço geográficos e são pontos carregados de significados, espaços de lembranças; e por fim a memória coletiva, assim descrita: "Enquanto a memória individual se refere às experiências pessoais de um indivíduo, a memória coletiva é a soma de muitos, formando a narrativa e identidade de um grupo" (AQUA, 2023, p. 3).

Os lugares de memória são como pontos de apoio para as lembranças, e pode-se pensar o Parque da *Oktoberfest* como um destes locais, que instigam memórias ao mesmo tempo que possibilitam a formação de novas. Nos estudos conduzidos por Kaiser (2022), identificou-se que o Parque de Eventos Almiro Grings proporciona uma ligação afetiva, com uma simbologia fortemente associada à realização da *Oktoberfest* de Igrejinha. O Parque de Eventos Almiro Grings, em seu amplo espaço físico, possui muitos elementos que ativam as memórias, as lembranças, não apenas por meio de coisas físicas, mas pela própria atmosfera festiva e coletiva; assim, movimentam a memória individual que junta-se com outras memórias, formando a memória coletiva e criando uma identidade igualmente coletiva.

Ainda sobre lugares de memória, afirma o Portal Aqua (2023, p. 2) que "em momentos de adversidade, é a memória coletiva que reforça a resiliência, recordando às comunidades suas raízes e as adversidades superadas anteriormente". A menção a enchente de maio de 2024, em páginas anteriores, que atingiu o Parque, e superação identificada com a realização da 35ª Oktoberfest, em outubro de 2024, 5 meses após a grande cheia, reforçam a afirmação citada.

Considerações finais

O Parque de Eventos Almiro Grings pode ser considerado um elemento caracterizante da *Oktoberfest* de Igrejinha. É um espaço reconhecido pela realização da grande festa de outubro, mas também de outros momentos igualmente importantes para a *Oktoberfest* de Igrejinha, como a Festa da Colheita e o Kerb das Soberanas.

O espaço onde ocorre a *Oktoberfest* de Igrejinha é preparado para rememorar

elementos da cultura alemã, ao mesmo tempo que instiga a rememoração afetiva e pessoal dos participantes, servindo ainda de um fomento à criação de novas memórias. Também contribui como espaço para o fortalecimento da identidade coletiva que envolve a *Oktoberfest* de Igrejinha, fortemente alicerçada na participação comunitária e no voluntariado.

Pode-se dizer que o aproveitamento do Parque e a preocupação em aproximar elementos mais antigos, como a Vila Germânica, com inovações, caso da implantação da sala multisensorial destinada para pessoas com diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista), demonstra a possibilidade de interlocução entre passado e presente.

Importante salientar que o tema acessibilidade expõe vários desafios e necessidades em termos de adequação no Parque, não limitando-se, entretanto, simplesmente em ações de ordem física, mas também no fortalecimento de ações de conscientização e incorporação da acessibilidade como um valor e princípio a ser respeitado e considerado.

O estudo pode ser aprofundado, buscando entender qual é o papel do Parque de Eventos Almiro Grings na relação entre passado, presente e futuro; também pode-se aprofundar o entendimento de qual é o papel do Parque perante a coletividade; e como o espaço influencia na percepção da identidade individual e coletiva.

O Parque de Eventos Almiro Grings, somado a outros fatores, contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento e coletividade, característico da Oktoberfest de Igrejinha; igualmente, funciona como um impulsionador de memórias e rememorações. Fazendo uma analogia com a proximidade física com o Rio Paranhana, o Parque de Eventos Almiro Grings funciona como uma "ponte" permitindo que o passado seja conhecido e rememorado (mesmo que por "tradições inventadas") ao mesmo tempo que conecta novas gerações com a própria história; além disto, também é um ponto de apoio, um elo, para que a memória e a identidade individual possam ser fortalecidas e com isso criarem uma identidade coletiva, carregada de significado e caracterizante de uma comunidade, como é o caso da *Oktoberfest* de Igrejinha.

Referências

AQUA, Portal. Disponível em: https://www.aqua.com.br/blog/lugares-de-memoria. Acesso em 22 nov. 2024.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Oktoberfest:** Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp. Florianópolis, Livraria e Editora Obra Jurídica Ltda, 1997.

GOETHE, Institut. Locais de memória. Disponível em: https://www.goethe.de/ins/br/pt/spr/mag/21325739.html. Acesso em: 10 nov. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

IGREJINHA. Lei nº. 3.210, de 21 de dezembro de 2001. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rs/i/igrejinha/lei-ordinaria/2001/321/3210/lei-ordinaria-n-3210-2001-denomina-parque-de-eventos-e-da-outras-providencias?q=Lei+3210. Acesso em 19 jun. 2022.

KAISER, Douglas Márcio Kaiser. A Oktoberfest de Igrejinha e a percepção sobre qualidade de vida na comunidade local. Universidade FEEVALE. Mestrado em Processos e Manifestações Culturais. Novo Hamburgo, RS: 2022.
POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

OKTOBERFEST, de Igrejinha. Disponível em: https://oktoberfest.org.br/. Acesso em 10 nov. 2024.

OKTOBERFEST, de Igrejinha. Após prejuízo de mais de 1,5 milhão pela enchente, Oktoberfest mantém festa para ajudar a comunidade. Igrejinha, 04 out. 2024. Disponível em: https://www.oktoberfest.org.br/noticias/apos-prejuizo-de-mais-de-r-15-milhao-pela-enchente-oktoberfest-de-igrejinha-mantem-festa-para-ajudar-a-comunidade. Acesso em: 22 nov. 2024.

OKTOBERFEST, de Igrejinha. Inclusão e diversão marcam o Besonderertag da 35ª Oktoberfest de Igrejinha. Igrejinha, 15 out. 2024. Disponível em: **https://www.oktoberfest.org.br/noticias/inclusao-e-diversao-marcam-o-besonderertag-da-35-oktoberfest-de-igrejinha.** Acesso em: 22 nov. 2024.

OLIVEIRA, Alini Nunes de; CALVENTE, Maria Del Carmen Huertas. As múltiplas funções das festas no espaço geográfico. Interações, Campo Grande, v.13, n. 1, p. 81-92, jan. / jun., 2012.

ROCHE, Jean. A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul. Vol II. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SCHMIDT, Kelly Raquel; **VIVAN**, Priscila. A preservação da identidade germânica através das vivências turísticas e do patrimônio cultural imaterial. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – Saberes e fazeres no turismo: Interfaces. Caxias do Sul: UCS, 2010.

SCHNEIDER, Cristina Seibert. **O patrimônio cultural teuto-brasileiro no sul do Brasil:** políticas de preservação e governança. **In:** História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil. Organização de: SPINASSÉ, Karen Pupp; WITT, Marcos Antônio; WACHHOLZ, Wilhelm – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

WEBER, Roswithia. **Turismo como construção cultural:** reflexões a partir de uma região no sul do Brasil. **In:** História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil. Organização de: SPINASSÉ, Karen Pupp; WITT, Marcos Antônio; WACHHOLZ, Wilhelm – São Leopoldo, RS: Oikos, 2024.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil:** estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

COMUNIDADE EM COLABORAÇÃO COM O PODER PÚBLICO: A NECESSIDADE DE INVENTARIAR O PATRIMÔNIO CULTURAL MUNICIPAL[32]

Jean Jeison Führ

Introdução

Em termos constitucionais e legais, os entes públicos não apenas de esfera federal ou estadual, mas igualmente os poderes públicos municipais, possuem o compromisso de promoverem em colaboração com suas comunidade locais, a realização de inventários, registros, tombamentos e demais meios de vigilância e acautelamento de preservação do patrimônio cultural da (i)migração germânica, e de outros recortes historiográficos e sociológicos existentes em seus territórios. Desde a redemocratização brasileira, cujo marco emblemático é a Constituição Federal de 1988, se estabeleceu uma dimensão legal, até então inédita, no que se refere ao campo da preservação do patrimônio histórico:

> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
>
> I - as formas de expressão;
> II - os modos de criar, fazer e viver;
> III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
> IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
> V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
>
> § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
>
> § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (Vide Lei nº 12.527, de 2011).
>
> § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
>
> § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

[32] Artigo apresentado no Seminário Internacional História das Migrações no contexto dos 200 anos de Migrações Alemãs para o Brasil e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização - São Leopoldo/RS

> § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (BRASIL, 2024).

Ressaltamos acima de forma sublinhada, os dois primeiros parágrafos do art. 216 da Constituição Federal, em razão de que os mesmos evidenciam nítidos procedimentos que os poderes públicos (municipais) devem fomentar, no sentido de propiciar a preservação do patrimônio cultural brasileiro. O intuito do presente manuscrito é apresentar três iniciativas municipais que subvencionaram procedimentos inventariantes / registrais da produção histórica e documental dos brasileiros municípios gaúchos de Ivoti, Picada Café e Nova Hartz, tal como preceitua a Constituição Federal e legislações correlatas de preservação cultural.

As três experiências relatadas no presente manuscrito, provém de cidades cuja colonização por parte de imigrantes germânicos foi predominante. Não que outros grupos étnicos não tenham contribuído para a formação histórica de tais cidades, mas a hegemonia cultural que se manifesta advém das tradições teutas ressignificadas a partir de eventos e ações.

> Dessa forma, percebemos que a atual região do Vale do Rio dos Sinos e Encosta da Serra não começou sua história em 1824 com a chegada dos imigrantes germânicos. Desde pelo menos o ano de 1732 temos a presença de personagens lusos, açorianos e africanos por tais paragens. Isso sem referir na presença indígena que remonta a períodos imemoriais deste "continente gaúcho" (Führ; Gasparetto; 2023, p. 132).

As cidades de Nova Hartz e Ivoti, fazem parte inclusive, do que se propugna atualmente denominar de "Vale Germânico", nova denominação aventada para agremiar os municípios do Vale do Rio dos Sinos - RS. A cidade de Picada Café, também citada neste relato, apesar de não fazer parte da referida agremiação nova de municípios, compunha igualmente o território da antiga "Feitoria do Linho Cânhamo, que compreendia em grande medida os limites superficiais do então município originário de São Leopoldo, e das cidades que se emanciparam do mesmo (região designada como sendo o Vale do Rio dos Sinos e Encosta [Costa] da Serra Gaúcha / RS) (Führ; Gasparetto; 2023, p. 127)".

Inventário de Artefatos Materiais do Núcleo de Casas Enxaimel de Ivoti - RS

Com o objetivo de ressignificar um espaço existente junto ao Núcleo de Casas Enxaimel, a administração municipal do município de Ivoti (2021), contratou a consultoria de pesquisadores em História e Ciências Sociais para realizarem levantamento

histórico e catalogado de *maquinários agroindustriais* de beneficiamento de cereais, raízes e carnes que foram doados pela comunidade, e estavam localizados em galpão da referida localidade do *Teufelsloch* (Buraco do Diabo = denominação popular da localidade, advinda de episódio folclórico que narra o avistamento de um tamanduá por colono que pensou ser um demônio).

Figura 1 – Engenho de cana-de-açúcar inventariado



Fonte: Arquivo pessoal do próprio autor deste artigo.

Figura 2 – Engenho de amendoim inventariado.



Fonte: Arquivo pessoal do próprio autor deste artigo.

Cereais (como trigo, milho, aveia, amendoim e outros), raízes (como mandioca, batata e outros) e as carnes (de origem bovina, suína e avícola) constituíam a base das práticas alimentares dos primeiros colonos germânicos que vieram a ocupar a localidade de *Berghahnerschneiss* (Picada dos Berghahn), depois denominada de Bom Jardim, atual município de Ivoti - RS. Sendo portadores de conhecimentos técnicos intrumentais, os imigrantes germânicos constituíram uma série de mecanismos e procedimentos para manufaturar a produção agrícola na qual laboravam.

O contexto de recolhimento desses objetos se deu, em uma época de diversos estímulos externos, que fomentaram a constituição de políticas de preservação junto ao município de Ivoti. Na década de 1980, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN - nome pelo qual o IPHAN atendia) realizou diversas incursões à cidade de Ivoti, onde técnicos promoviam levantamentos e visitas técnico patrimoniais. Tais ações fomentaram na época, a constituição de um espaço museológico denominado "pró-Memória Municipal".

Figura 3 – "Pró-Memória Municipal" em localização original (1988). **Figura 4** – Jornal O Diário de 29/09/1995.



– 20 –

O Diário — GERAL — 29.09.95

Pró-Memória de Ivoti recadastra suas peças

As peças do Museu Pró-Memória de Ivoti estão sendo recadastradas e recebendo nova pintura, além de restaurações e cuidados em geral. O Pró-Memória está instalado no complexo ginasial 20 de setembro e abriga antigüidades de maior porte, como carroças e moinhos, entre outras.

Para a responsável pelo Museu, Raquel Dilly, o mais difícil está sendo o recadastro, devido a dificuldade em se encontrar os doadores das peças, aos quais ela solicita para que entrem em contato pelo fone 563-1811, ou no Museu do Centro da cidade, à tarde. "Caso não seja possível vir até nós, é só deixar seu endereço que nós procuraremos a pessoa", enfatiza Raquel.

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Municipal Ivoti. **Fonte:** Acervo da Biblioteca Pública Municipal Ivoti

Com o tempo, este espaço foi incorporando artefatos doados pela comunidade ivotiense, que serviram para diferentes usos domésticos, agrícolas e até "industriais" (grande parte do acervo, em verdade, se remete a mecanizações primitivas, de design espontâneo e materiais vernaculares; não-científicos, embora empíricos) que serviam para práticas alimentares de beneficiamento da alimentação cotidiana dos imigrantes (colonos) germânicos ("alemães"). Inclusive, o denominado espaço museológico é anterior a própria constituição formal do Museu Municipal Claudio Oscar Becker, museu público da cidade de Ivoti.

> A partir da natureza dos bens inventariados no caso apresentado neste artigo, é possível considerar uma *engenhosidade* humana que se materializa nos objetos produzidos por um saber vernacular e tradicional e que pode ser tratado como um saber-fazer que transforma a natureza. Ou seja, uma forma de domínio da técnica, produzindo tecnologia que responde aos problemas humanos. Assim, considerando essa tecnologia, ainda que rudimentar, podemos enquadrar esses bens culturais inventariados no que é advogado pelas diretrizes da "Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia" (Führ; Gasparetto; Brum; 2022, p. 55).

Desde a doação dos referidos maquinários por parte da comunidade, até meados do ano de 2021, os artefatos expostos no galpão ao lado Museu Municipal Claudio Oscar Becker não estavam devidamente catalogados historicamente e nem possuíam um levantamento socialmente inventariado de como tais equipamentos eram empregados pelos colonos alemães (e eventualmente de outras origens étnicas, já que existe um

artefato designado como sendo de origem italiana entre os itens). Através do trabalho de consultoria histórica e sociológica que executou o *inventário* dos artefatos materiais existentes em espaço anexo ao Museu Municipal Claudio Oscar Becker, o município de Ivoti pode estruturar a (re)constituição do espaço museológico Pró-Memória junto ao Núcleo de Casas Enxaimel conforme registros abaixo evidenciam. Como já pontuamos, o parágrafo primeiro do art. 216 da Constituição Federal elevou o *inventário* como instrumento jurídico de preservação do patrimônio cultural:

> A expressão inventário deriva de *inventorium*, do latim clássico, que corresponde a encontrar ou descobrir. Há pelo menos dois séculos, a palavra é utilizada na linguagem jurídica e contábil com uma significação muito precisa: relação dos bens deixados por alguém que já morreu para sua posterior partilha entre os herdeiros e sucessores do falecido. No campo da cultura e nas práticas de preservação do patrimônio, desde o século XVIII, a palavra ganhou outro sentido: o de levantamento sistemático das características e particularidades dos bens culturais visando à sua identificação, conhecimento, documentação, promoção e proteção (ENAP, 2021, p.4).

O inventário deve ser incorporado ao cotidiano dos municípios, seja como instrumento de gestão urbanística, listado no Estatuto das Cidades (no caso do patrimônio edificado), ou no interior das instituições museológicas com inventários dos acervos museais, previsto no Estatuto de Museus. O Estatuto de Museus, instituído através da Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, ao tratar "Dos Acervos dos Museus" reforça a importância do inventário em museus, se tornando instrumento obrigatório da gestão museológica. Assim, o artigo 39 estipula: "É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registro e inventários" (BRASIL, 2009).

O "Inventário de Artefatos Materiais do Núcleo de Casas Enxaimel do Município de Ivoti" elaborado pelos pesquisadores consultados (sendo um deles o autor do presente artigo), visou se enquadrar enquanto um *inventário de identificação*, ou seja, a sistematização de um conjunto de dados que pudesse auxiliar tecnicamente "à tomada de decisões sobre a proteção dos bens" por parte da municipalidade ivotiense em relação aos itens que se encontravam em espaço anexo ao Museu Municipal Claudio Oscar Becker. Na medida temporal e espacial que foi oportunizada aos pesquisadores consultados, os mesmos buscaram catalogar todos os itens que se encontravam no galpão anexo ao museu municipal ivotiense, objetivando constituir um *inventário de identificação* (disponível em https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35155.45602).

Em um inventário de identificação a participação dos membros da comunidade é fundamental. A comunidade ivotiense foi fundamental para a constituição do acervo

material do Pró-Memória na década de 90. A comunidade ivotiense esteve igualmente mobilizada na realização de várias atividades (recadastramento, reforma, curadoria do acervo e inventário) que favoreceram ao longo dos últimos anos, a preservação dos artefatos inventariados.

Inventário arquivístico para o Arquivo Público "Histórico" de Picada Café - RS

No município de Picada Café – RS tem-se buscado a preservação da memória histórica e cultural da localidade por meio da instituição de um novo espaço arquivístico que não somente abarque as necessidades de acesso à informação por parte de sua população, mas que também possibilite a garantia de preservação do patrimônio documental da cidade. Os arquivos públicos especificamente se constituiriam como um "instrumento de custódia e preservação de determinada documentação considerada importante para aqueles que o instituem – uma instância de governo, por exemplo – ou que o organizam – seus arquivistas" (ANJOS, 2012, p. 174-175) e demais funcionários:

> Historicamente, os arquivos públicos do Brasil foram vistos pelo Estado e pela sociedade apenas como locais de custódia. No entanto, esse cenário vem se modificando, principalmente com a Lei de Arquivos n.º 8.159 de 1991, que outorgou um estatuto jurídico, antes inexistente, às instituições arquivísticas e as dotou de autoridade arquivística para gerenciar todo o ciclo documental (Carvalho; Jardim; Lousada, 2017, p. 2).

Desde a redemocratização brasileira se estabelece uma dimensão legal até então inédita no que se refere ao campo arquivístico, especialmente a partir da Lei de Arquivos n.º 8.159/1991 (BRASIL, 1991) que reforçou o que constitucionalmente já havia sido promulgado: "A legislação estadual, do Distrito Federal e municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e acesso aos documentos". A partir do momento em que se estabeleceram esses referenciais, os entes públicos de diferentes níveis passaram a ter o compromisso legal de implantar a gestão documental em suas instâncias. A existência de arquivos nacionais e estaduais já era uma realidade corrente antes da redemocratização. Algo mais recente, e menos comum, são os arquivos municipais:

> [...] institucionalizar e implementar os arquivos públicos municipais origina- se a partir da visão dos diversos espaços que o "município" ocupou ao longo da historiografia brasileira. O universo simbólico, e a participação atribuída ao poder local na esfera pública, que ganhou corpo e força no período colonial, foram amplamente reduzidas [*sic*] no Império, sendo reativados pela República, reveladora e propiciadora da autonomia da administração municipal (Matos; Pereira, 2006, p. 4).

O município geralmente "é o primeiro lugar de contato do indivíduo para com o poder público, e a materialização desse contato se dá por meio de registros documentais" (SALES, 2022, p. 55). Além disso, segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ, 2014, p. 20), geralmente o "governo municipal necessita acessar os documentos e informações que produz e acumula para poder comprovar direitos, orientar e agilizar a tomada de decisões". Nesse sentido, a constituição de um arquivo público municipal revela-se uma importante estratégia de organização da administração pública, já que sua estruturação possibilita promover não somente princípios da administração pública, tais como a publicidade e a eficiência no acesso à informação, mas também eficácia a outras garantias constitucionais que permeiam a estruturação arquivística, como a cidadania, a educação, a cultura, a memória e o lazer (CONARQ, 2014, p. 3).

Existe instrumento legal de criação do Arquivo Histórico do Município de Picada Café promulgado oficialmente pela Lei Municipal n.º 162/1994 (PICADA CAFÉ, 1994). Ocorre que desde aquela data, até meados do ano de 2016, o referido acervo arquivístico não se efetivou materialmente enquanto um espaço social de acesso à informação por parte dos cidadãos cafeenses. Profissionais e pesquisadores ligados ao campo da historiografia do município, como Ângela Tereza Sperb e Anelise Ruppenthal Trierweiler, defendiam publicamente em escritos e discursos que fosse instituído efetivamente um lugar social para preservação do acervo arquivístico municipal, para além de qualquer constituição de um espaço museológico:

> Segundo a Consultora do Patrimônio Histórico do Município de Picada Café, Senhora Ângela Tereza Sperb, um arquivo pode seguir a mesma ideia do museu: o acervo não precisa estar todo sob a guarda da instituição – Museu ou Arquivo. A comunidade pode continuar com a guarda, responsabilidade e conservação, desde que tenham condições e interesse para tal. Para isso, as pessoas podem receber orientações de como fazê-lo, como guardar, conservar e catalogar os documentos (Trierweiler, 2011, p. 18).

As administrações públicas da cidade de Picada Café, ao longo de sua trajetória municipal, continuaram aperfeiçoando os mecanismos legais para resguardo de seu patrimônio cultural – vide leis municipais n.º 206/1995 (PICADA CAFÉ, 1995), 949/2006 (PICADA CAFÉ, 2006a), 953/2006 (PICADA CAFÉ, 2006b) e 1624/2014 (PICADA CAFÉ, 2014), que instituíram a proteção ao patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do município e o conselho municipal com foco nessa proteção. Apesar de ser um município de pequeno porte, contando com pouco menos de 6 mil habitantes (IBGE, 2023), o fato de ele estar inserido em um roteiro turístico propiciou-lhe que sempre detivesse um olhar pertinente aos benefícios da preservação de seu patrimônio

cultural, já que a efetivação de tal preocupação administrativa favorecia a atração de turistas – e invariavelmente de desenvolvimento econômico e social.

A criação legal do Arquivo Histórico do Município de Picada Café em 1994 foi possivelmente motivada pela Lei de Arquivos n.º 8.159 de 1991 (BRASIL, 1991), que inscreveu o termo "histórico" em sua previsão. Os documentos produzidos pela municipalidade de Picada Café eram, desde a emancipação do município entre 1992/1993, armazenados em um simples galpão. Tais documentos não sofriam nenhum tratamento que representasse uma gestão documental ou arquivística adequada. Apesar de ser um município com trajetória histórica recente, sabemos que qualquer instituição produz e "acumula documentos durante o exercício de suas atividades para comprovar os atos de seus administradores e demonstrar o cumprimento de sua missão" (Oliveira; Borges, 2007, p. 101).

Em meados de 2016, não havendo de fato um arquivo público (nem histórico) na cidade, embora já existisse lei desde 1994 (PICADA CAFÉ, 1994), a administração pública municipal, guiada pelo desafio de organizar o crescimento desordenado do volume documental em sua posse, decidiu instituir novamente um "arquivo público municipal", por intermédio da Lei n.º 1.726/2016 (PICADA CAFÉ, 2016). A referida lei resgatou a proposta de criação de um arquivo público municipal, e também instituiu uma Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD), que ficaria responsável pela gestão documental dos arquivos do ente. Por outro lado, o novo marco legal deixou de referir o termo "histórico" em sua previsão. Cabe pontuar, entretanto, que em alguns documentos oficiais (contratos, licitações e notas) a municipalidade por vezes se refere ao espaço em constituição como "Arquivo Público **e Histórico** Municipal de Picada Café", "agregando" a denominação ainda vigente da lei de 1994.

Figura 5 – Notícia "Arquivo Público Municipal passa a ter um espaço apropriado"



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO... (2018)

Em meados de 2019, depois de destinarem espaço provisório (figura 5) para o Arquivo Público Municipal, tendo a possibilidade de favorecer a preservação de seu patrimônio cultural arquivístico e igualmente do seu patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico existente em distrito municipal, Picada Café habilitou-se em recursos da União / Ministério da Justiça com o objetivo de revitalizar o Sítio Histórico Holz-Trocourt (localizado no distrito cafeense de Joaneta), além de constituir espaço específico e propício para adequação do Arquivo Público da cidade.

Com recursos repassados pelo Ministério da Justiça no Contrato de Repasse 895528/2019, o município justificou, por meio do fomento turístico da região e da preservação e conservação do acervo documental disperso na cidade, o aporte financeiro recebido no referido contrato. Com os recursos do referido contrato de repasse, além da contratação de profissionais para a realização das obras físicas de construção do novo espaço do arquivo público cafeense, foram também contratados especialistas da área de História, Sociologia e Arquivologia para que eles procedessem a um diagnóstico do acervo já existente (acervo do "Arquivo Público **e Histórico** Municipal de Picada Café" – expressão usada nas licitações municipais, contratos e notas expedidas – que se encontrava disperso nas dependências do ente municipal cafeense).

> O acervo arquivístico do município de Picada Café conta com uma gama de documentos privados que foram cedidos/doados espontaneamente por membros da comunidade cafeense para diversas instâncias do poder público (casa de cultura, biblioteca pública, arquivo público ou para o centro administrativo diretamente) em

> diferentes períodos da história municipal (existindo até documentos advindos dos municípios que deram origem a Picada Café: Nova Petrópolis, Santa Maria do Herval e Ivoti). (Führ; Gasparetto; Ferreira; Trierweiler; 2023, p.79).

O acervo existente e já custodiado que foi diagnosticado pelos especialistas contratados, estava localizado prioritariamente em espaço anexo à Biblioteca Pública Municipal José Antônio Lutzenberger (situada no centro do município, às margens da BR-116), mas também em outras dependências do poder público cafeense, como o Parque Municipal Jorge Kuhn, o centro administrativo municipal e secretarias municipais anexas. Após a devida análise diagnóstica, Apesar do acervo arquivístico existente junto ao Poder Executivo de Picada Café já possuir mecanismos legais, tabela de temporalidade e comissão de funcionários públicos dedicados a seu manejo, conservação e eventual eliminação dos arquivos produzidos e/ou recebidos, o diagnóstico arquivístico de especialistas propiciou uma análise de todos os arquivos que estavam em várias outras dependências administrativas centrais do poder público.

> Segundo Lopes (2009, p. 175), o diagnóstico arquivístico destina- se a "construir a imagem de uma ou mais organizações" utilizando a metodologia de trabalho da sociologia, história e filosofia e o conhecimento tecnológico considerando o arquivista como cientista social (Lemos; Kramer; Bastos, 2017-2018, p. 179).

O diagnóstico arquivístico produzido (disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17798.24648) pelos especialistas em História, Sociologia e Arquivologia; contratados pelo município de Picada Café, possibilita que o ente municipal possua uma avaliação técnica de todo o acervo arquivístico existente em sua posse e consiga assim definir melhor quais itens serão remanejados efetivamente para o espaço público arquivístico a ser construído junto ao Sítio Histórico Holz-Trocourt em revitalização.

Figura 6 – Membros da CPAD de Picada Café - RS

Figura 7 – Especialistas contratados em Picada Café - RS



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO... (2018) **Fonte:** Arquivo pessoal do próprio autor deste artigo.

Inventário da produção documental da municipalidade de Nova Hartz – RS

A Lei Paulo Gustavo (BRASIL, Lei Complementar nº 195/2022) representa um marco histórico para o setor cultural brasileiro. Ela destina um montante significativo de recursos financeiros, provenientes do superávit do Fundo Nacional de Cultura, para estados, municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de fomentar e fortalecer as diversas manifestações artísticas e culturais em todo o território nacional. A lei recebeu esse nome em homenagem ao ator, humorista e dramaturgo Paulo Gustavo, que faleceu em decorrência da COVID-19. Sua figura se tornou um símbolo da luta pela cultura e pela arte no Brasil, e a lei busca perpetuar seu legado, além de reconhecer a importância do setor cultural para a sociedade.

Algo que talvez tenha passado despercebido para pesquisadores e estudiosos na área de patrimônio cultural e histórico, é que os projetos apresentados por agentes e proponentes culturais pode contemplar via Lei Paulo Gustavo, eventuais subvenções financeiras para promoção de formas de registro e acautelamento das manifestações artísticas, culturais e patrimoniais, que possuam relevante valor histórico para as comunidades envolvidas. Foi o que ocorreu durante a efetivação da Lei Paulo Gustavo junto ao Município de Nova Hartz – RS.

Percebendo-se que Nova Hartz – RS igualmente não conta com Arquivo Público e Histórico, nem mesmo formalizado em lei, existindo apenas uma estrutura arquivística

centralizada que recebe a produção documental produzida e/ou recebida pelo ente público, uma proponente cultural da comunidade novahartese apresentou proposta de realização do inventário da produção documental da municipalidade, sob o prisma da área de patrimônio cultural. Os editais da Lei Paulo Gustavo, abertos junto ao Município de Nova Hartz, vieram então a contemplar a proposta apresentada do inventário de produção documental da municipalidade (disponível em https://doi.org/10.13140/RG.2.2.31927.74409).

O inventário da produção documental da municipalidade de Nova Hartz, subvencionado pela Lei Paulo Gustavo, não somente promoveu o levantamento dos arquivos existentes na principal estrutura arquivística da cidade, como também emitiu: 1) Proposta de marco legal (proposta de projeto de lei para instituir Arquivo Público Municipal na referida cidade); 2) Proposta regulamentar (proposta de decreto instituindo tabela de temporalidade documental); e 3) Promoveu contrapartida social acordada com o ente público. Na contrapartida realizadda pela proponente subvencionda, e agente contratado (autor deste artigo), foi promovida oficina de educação patrimonial arquivística para mais de duas centenas de estudantes das redes públicas municipal e estadual conforme registro abaixo.

Figura 8 – Contrapartida social da proposta "Inventário da produção documental da municipalidade de Nova Hartz" pela Lei Paulo Gustavo



Fonte: Arquivo pessoal do próprio autor deste artigo.

Entende-se que a Lei Paulo Gustavo pode ser mais um mecanismo com o qual o Poder Público (comunidade política), em colaboração com a comunidade civil, pode efetivamente promover a proteção do patrimônio cultural brasileiro através dos devidos registros de acautelamento e proteção do mesmo, desde que existam condições efetivas

tanto de subvenção financeira por parte do ente, como a devida qualificação por parte dos proponentes culturais.

Conclusão

Na presente lauda se evidenciaram relatos de experiências onde foram descritas três iniciativas promovidas em brasileiros municípios gaúchos de Ivoti, Picada Café e Nova Hartz, onde membros da comunidade civil (com as devidas qualificações técnicas de historiadores, sociólogos, arquivologistas e agentes culturais) promoveram em colaboração subvencionada pelo Poder Público, a emissão de inventários registrais de artefatos histórico documentais e/ou de artefatos histórico materiais. Conforme pontuado no início da presente lauda, esta perspectiva de colaboração entre Poder Público e comunidades, está previsto na Constituição Federal e deve ser promovido pelas diferentes esferas de governança, ou seja, os municípios devem sim promover os devidos registros e inventários com vistas a preservar e acautelar as formas de manifestação cultural de ordem material e imaterial, para além das unidades federativas (estados) e União (Governo Federal).

Entende-se que iniciativas com as relatadas na presente lauda precisam ser intensificadas com maiores dotações financeiras e incentivos de fomento, já que existe um "importante *corpus* de análise histórica do *ethos* presente em localidades que perpassaram a imigração germânica" (Gasparetto; Führ; 2023, p. 223), de modo que tais manifestações culturais não se perca no esquecimento e na ausência dos devidos registros arquivísticos, inventariantes e documentais que promovam os corretos procedimentos de preservação da História do "Vale Germânico" e de outras regiões culturais de nosso país.

Referências

ANJOS, J. J. T. dos. *O arquivo como um "lugar para a história"*: reflexões a partir da prática de pesquisa em história da educação no Oitocentos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 46, p. 173-189, jun. 2012.

ARQUIVO PÚBLICO Municipal passa a ter um espaço apropriado. **Prefeitura Municipal de Picada Café**, 19 nov. 2018. Disponível em: https://www.picadacafe.rs.gov.br/noticias_int.php?id=2494. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.159/1991 de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm

BRASIL. **Lei n° 11.904, de 14 de janeiro de 2009.** Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar n.º 195 de 08 de julho de 2022.** Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

CARVALHO, J. L. A.; JARDIM, J. M.; LOUSADA, M. *O arquivo público de Macaé:* cenário
institucional e arquivístico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO – ENANCIB, 18., 2017a, Marília (SP). **Anais** [...].

CONARQ – CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Guia resumido de como criar um arquivo público municipal**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Guia_resumido.pdf. Acesso em: 12 out. 2024.

ENAP. **Inventários Participativos** / Módulos 1, 2 e 3. Brasília, 2021.

FÜHR, Jean Jeison; GASPARETTO, Quésia Katúscia. *Racismos institucionais e invisibilidades da História e Patrimônio Cultural Afrodescendente em cidades de Colonização Predominantemente Germânica.* **CAPTURA CRÍPTICA (ONLINE)**, v. 12, p. 126-155, 2023.

FÜHR, Jean Jeison; GASPARETTO, Quésia Katúscia. *A história de vida de Ernesto Frederico Scheffel: as figurações de um artista em um ethos social voltado ao labor.* **REVISTA CRÍTICA HISTÓRICA**, v. 14, p. 199-235, 2023.

FÜHR, Jean Jeison; GASPARETTO, Quésia Katúscia; BRUM, Cristiano Enrique de. *A engenhosidade da colonização teuto-brasileira através dos bens culturais do Museu Pró-Memória de Ivoti / RS*. **Revista Memória em Rede**, v. 15, p. 40-67, 2023.

FÜHR, Jean Jeison; GASPARETTO, Quésia Katúscia; FERREIRA, Glauber West; TRIERWEILER, Anelise Ruppenthal. *A constituição do arquivo público no município de Picada Café: preservação da memória histórica e cultural da cidade*. **Revista Confluências Culturais**, v. 12, p. 68-84, 2023.

GASPARETTO, Quésia Katúscia; FÜHR, Jean Jeison. Inventario de Artefatos Materiais do Núcleo de Casas Enxaimel de Ivoti (2021). Município de Ivoti – RS. 56f. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17798.24648. Acesso em: 12 out. 2024.

GASPARETTO, Quésia Katúscia; FÜHR, Jean Jeison. **Consultoria histórica para a constituição do Arquivo Público e Histórico Municipal de Picada Café (2022).** Município de Picada Café – RS. 150 f. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35155.45602. Acesso em: 12 out. 2024.

LEMOS, B. F.; KRAMER, G. P.; BASTOS, J. M. *Diagnóstico arquivístico parcial do Arquivo*
Público e Histórico Municipal da cidade do Rio Grande. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA E
PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS E PERSPECTIVAS, 3., 2017-2018. **Anais** [...].

MATOS, M. T. N. de B.; PEREIRA, M. Â. D. *Institucionalização e implementação de arquivos públicos municipais*: a experiência da Fundação Pedro Calmon – Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia. **Biblos**, ano 7, n. 24, abr./jun. 2006.

OLIVEIRA, L. A. F. de; BORGES, J. *A avaliação de documentos como requisito para a difusão do conhecimento em arquivos permanentes*: estudos de caso nos arquivos histórico
municipal de Salvador e público da Bahia. **Revista Ponto de Acesso**, v. 1, n. 2, p. 100-125, jul./dez. 2007.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 162/1994 de 26 de outubro de 1994. Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Arquivo Histórico do Município de Picada Café. Picada Café,
1994. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1164&host
=picadacafe&search=. Acesso em: 12 out. 2024.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 206/1995 de 8 de junho de 1995. Institui a proteção ao patrimônio histórico, artístico e cultural do município e dá outras providências. Picada Café, 1995. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=26&
host=picadacafe&search=. Acesso em: 12 out. 2024.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 949/2006 de 22 de fevereiro de 2006. Institui a proteção
ao patrimônio histórico, artístico, natural e cultural do município e dá outras providências. Picada Café, 2006a. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1493&host=picadacafe&search=. Acesso em: 12 out. 2024.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 953/2006 de 1.º de março de 2006. Cria o Conselho

Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Município de Picada Café, o fundo a ele vinculado e dá outras providências. Picada Café, 2006b. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=1535&host=picadacafe&search=.
Acesso em: 12 out. 2024.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 1.624/2014 de 3 de dezembro de 2014. Institui a proteção
do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Município, autoriza a concessão de incentivo aos proprietários de imóveis tombados e dá outras providências. Picada Café, 2014. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=2023&hos
t=picadacafe&search=. Acesso em: 12 out. 2024.

PICADA CAFÉ. Lei Ordinária n.º 1.726/2016 de 20 de abril de 2016. Cria o Arquivo Público
Municipal, a Comissão Permanente de Avaliação Documental e dá outras providências.
Picada Café, 2016. **Leis na Web**. Disponível em: https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?at
o=2145&host=picadacafe&search=. Acesso em: 12 out. 2024.

REUTER, Luana Cristina Massaia; FÜHR, Jean Jeison. **Inventário da produção documental da municipalidade de Nova Hartz (2024) Município de Nova Hartz – RS (2024)**. 230 f. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.31927.74409. Acesso em: 12 out. 2024.

SALES, E. P. de. *Os benefícios da criação e implantação de um arquivo público municipal
em Fortaleza (CE)*. **Revista Confiuências Culturais**, v. 11, n. 1, 2022.

CASA E MOINHO ELLWANGER: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA IMIGRAÇÃO DOS POVOS DE LÍNGUA ALEMÃ EM SAPIRANGA/RS

Julia Wartchow[33]
Fernando Henrique Platt

Introdução

O patrimônio cultural da imigração dos povos de língua alemã no Brasil abrange ampla gama de aspectos como arquitetura, tradições, culinária, língua, costumes e outros elementos. Esse conjunto de elementos materiais e imateriais preservados ao longo de dois séculos por seus descendentes constitui herança enraizada que influenciou e moldou a diversidade cultural brasileira. Nesse processo, destaca-se o Vale do Rio dos Sinos, onde está localizado o município de Sapiranga, que pertencia à antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, onde em 1824, chegaram os primeiros imigrantes.

Na arquitetura, suas influências são visíveis, por exemplo, nas tradicionais edificações em enxaimel (*Fachwerk*), que constitui técnica construtiva popular, na qual a estrutura de madeira é composta por peças verticais, horizontais e diagonais encaixadas entre si formando, no seu conjunto, sistema rígido que transmite as cargas às fundações. O preenchimento dos vãos pode ser constituído de materiais leves ou simples como taipa de mão, pedras, tijolos, madeira, entre outros. Essas edificações são testemunhos físicos da imigração e contam histórias de adaptabilidade e resiliência dessas comunidades diante do novo ambiente.

A Casa e Moinho Ellwanger é formada por conjunto singular de edificações em enxaimel, composto por: casa, cozinha, galpão e moinho de azeite de amendoim, da década de 1870. É Patrimônio Histórico Cultural de Sapiranga. O tombamento, em 2023, ocorreu a pedido da família Ellwanger que está há cinco gerações na propriedade. É o primeiro imóvel particular tombado e o segundo do município, sob a inscrição nº 01 do Livro do Tombo Histórico de Registro de Bens Imóveis.

O tombamento decorre da apropriação do bem pela família, no qual, houve pesquisas históricas e acadêmicas, consultas a acervos de arquivos documentais e

[33] Filha da atual proprietária. Pertencente à 7ª geração da família Ellwanger no Brasil. Coordenadora do Projeto de Preservação e Restauro da Casa e Moinho Ellwanger.

contatos com moradores idosos da região. A Casa e Moinho Ellwanger possui projeto de restauro em desenvolvimento, que visa sua transformação em espaço cultural e ambiental aberto à comunidade, contribuindo na preservação da cultura da imigração dos povos de língua alemã no Brasil. Este artigo objetiva descrever o bem, suas características e importância.

A propriedade

A Casa e Moinho Ellwanger localiza-se no Krämer-Eck, na Zona Rural de Sapiranga, e está inserida na Zona de Amortecimento da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabraz. A propriedade é um típico lote da imigração e uma das poucas em configuração próxima ao prazo colonial: possui 24 dos 33 ha originais e se estende em forma de "tira" que vai da planície, desde o antigo Travessão de Sapiranga (atual Rua Cansi), ao sul, até o alto do morro, ao norte, onde anteriormente entestava com o Travessão da Picada Verão[34].

As edificações estão na parte plana do lote. O acesso original foi construído afastado do alinhamento viário, devido à existência de áreas alagadiças na frente do lote. A distância a percorrer era cerca de 300 m e atravessava-se o campo e um arroio que se espraiava sobre ele. Colocavam tábuas e pedaços de madeira para ajudar na travessia que era feita com carroça, a cavalo ou caminhando.

No entorno da casa, havia o jardim bastante diversificado e bem cuidado, costume das mulheres da família e tradição da imigração alemã, além da horta e do pomar. Os gravatás (*Bromelia antiacantha*) estavam dispersos pelos limites da propriedade, sendo utilizados como cercas-vivas e araucárias forneciam pinhão. Parte dessa vegetação ainda está presente. São roseiras, grinaldas de noiva e muitas outras plantas ornamentais, a maior parte das frutíferas, a parreira histórica, os gravatás e as araucárias. A propriedade está entre as mais bem preservadas da região, com áreas significativas de Mata Atlântica e possui diversidade de ambientes.

Nas lavouras, além do amendoim, plantava-se capim elefante, cana-de-açúcar, milho, feijão, arroz sequeiro, aipim, *Wicke* (ervilhaca), cebola, pepino, mandioca, batata doce e batata inglesa.

[34] Nomenclatura dos travessões de divisa da propriedade conforme o Livro de Transcrição das Transmissões número 3-B, número de ordem 3.949. Registro de Imóveis de São Leopoldo.

Havia ainda o estábulo para abrigar os animais, além do galinheiro e chiqueiro[35]. Vacas leiteiras, cavalos, porcos, galinhas, patos e gansos estavam presentes. Os quatro cavalos ganhavam a maior atenção, além de serem muito estimados pela família, moviam as engrenagens do moinho. Havia o Schimmel (com pelo branco), Rosílie (rosilho) e Gapioga (capiongo)[36], nomes em alemão ou *hunsrükisch* que referenciavam suas características, e o Petiço, de menor estatura.

Próximo à casa, existem dois afluentes do Arroio Sapiranga, um dos quais era muito utilizado pelos moradores. Ida Klein Ellwanger, avó da proprietária, ainda nas décadas de 1940 - 1950, lavava as roupas da família diretamente no arroio[37].

A formação do Krämer-Eck está diretamente ligada à colonização no Vale do Rio dos Sinos. Era bastante povoado nas primeiras décadas do século XX com economia pujante e diversificada. Havia farta produção agrícola e o artesanato e os estabelecimentos comerciais e industriais estavam em plena atividade. Havia venda, serraria, marcenaria de móveis, matadouro, alambique de cachaça e álcool, produção de pelegos, de vinho de bergamota e mais de 20 atafonas (FLECK, 1994).

A vida social também era marcante em uma diversidade de eventos sociais e culturais, como casamentos, bailes, corais, teatros e atividades esportivas e recreativas que efervesciam a comunidade e que, por vezes, eram disputados e reuniam muitas famílias (FLECK, 1994). É, nesse cenário, em uma localidade viva e vibrante que a Casa e Moinho Ellwanger surge e se desenvolve.

Os primeiros moradores

As terras no Krämer-Eck começaram a ser comercializadas em 1870 pelo Barão do Jacuhy[38]. Neste ano, **Johann Nickolaus Auler**, pai de Maria Margaretha Auler, comprou terras na região (APERS, 1870). Acreditamos que tenha doado ou vendido à sua filha e/ou esposo o lote a que viria constituir a Casa e Moinho Ellwanger.

João Ellwanger (1848-1919) e **Maria Margaretha Auler** (1855-1928) são os mais antigos moradores. Ambos, inicialmente residentes da localidade de Picada Verão, onde se casaram em 1873 na Igreja Luterana, e pertencentes à primeira geração de suas famílias nascida no Brasil. Tiveram dez filhos, entre eles **Albino Ellwanger** (1893-1956)

[35] Leda Weber, comunicação pessoal, 20 de maio de 2023.

[36] Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.

[37] Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.

[38] Pesquisa histórica realizada pela historiadora professora Vania Inês Ávila Priamo em 2023.

que, posteriormente, assumiria a propriedade juntamente com sua esposa **Ida Klein** (1891-1957).

O registro da propriedade mais antigo encontrado é de 1919. Trata-se da Transcrição nº 3.949 Lv. 3-B, fls. 171 do Registro de Imóveis de São Leopoldo, elaborada por ocasião do falecimento de **João Ellwanger**, quando seu filho **Albino Ellwanger** compra a propriedade dos demais herdeiros (da mãe e das partes correspondentes aos seus oito irmãos) por cinco contos e trezentos mil réis (5:300$000rs). Na época, a propriedade com 33,7842 ha possuía "*uma casa de moradia em mau estado, um galpão e moinho de azeite*". **Walter Ellwanger** (1917-2009) contava que seu pai Albino vendeu parte da propriedade, em um momento que precisava de dinheiro, quando esta então passou a ter os atuais 24 ha[39].

A **Família Ellwanger** é originária de Beutelsbach, no Reino de Württemberg (atual Alemanha). Vieram a bordo do Brigue Brodtrae, **Johann Friedrich Ellwanger** (1790-1852), **Margaretha Becker** (1802-1891) e seus dois filhos: **Philipp Jacob Ellwanger** (1823-?) com 3 anos e **Johann Peter Ellwanger** (1826-1889) provavelmente nascido durante a viagem. Chegaram à São Leopoldo em 1827 e estabeleceram-se em Dois Irmãos. Philipp Jacob Ellwanger é pai de João Ellwanger (HUNSCHE, 2004, p.671; DAPPER, 2016).

A **Família Auler** é originária de Argenthal, na região do Hunsrück (atual Alemanha). **Christoph Auler** (1801-1872) e **Anna Eva Lang** (1793-1876) vieram a bordo do Brigue Antonia junto com diversos familiares, entre eles o filho **Johann Nickolaus Auler** (1823-1902) e sua esposa **Anna Katharina Ries** (1829-1916). Chegaram à São Leopoldo em 1847 e igualmente se estabeleceram em Dois Irmãos. Johann Nickolaus Auler e Anna Katharina Ries são os pais de Maria Margaretha (DAPPER, 2016).

As edificações

Casa

Construída em duas etapas em configuração típica das casas dos imigrantes (IPHAN, 2011). A etapa inicial, com 9,26 x 6 m (área 55 m²), composta por uma sala e dois dormitórios, a posterior, acrescentando dois dormitórios pelo prolongamento de uma

[39] Rosa Maria Ellwanger, comunicação pessoal, 5 de março, 2023.

das águas com expansão lateral de 3,5 m (área nova 32 m²), resultando nos atuais 87 m² (Figura 1). Foi erguida sobre fundações de pedra grês, a qual é abundante na maioria das regiões de colonização no Rio Grande do Sul (WEIMER, 2005). As pedras do módulo inicial são regulares com acabamento talhado e as da ampliação, irregulares.

Como usual nas casas dos imigrantes, foi edificada sobre pequena elevação no terreno e sobre as fundações de pedra que a elevam do solo, de modo a protegê-la da umidade ascendente e permitir a criação do porão (*Keller*). Esse tem pé-direito baixo e permitia armazenamento de alimentos, como batatas, cebolas, banha e bebidas, entre elas o *Spritzbier*[40]. Há gateiras de ventilação no porão distribuídas por todo o perímetro.

A cobertura é com duas águas, com baixa inclinação. O ângulo entre as águas opostas é 127°, com telhas coloniais cerâmicas capa-e-canal[41]. A estrutura é composta de três caibros principais, sendo dois nas empenas do oitão e duas terças com contraventamento (Figura 1). O sótão (*Dachboden*) tem pé-direito baixo e não era usado como espaço de permanência. Servia para armazenamento de itens como feno e palha de milho. Os oitões em madeira possuem portinhola para acesso a partir do exterior, sendo visíveis vestígios de pingadeira em madeira fazendo acabamento abaixo dos oitões. O forro de madeira é pregado na parte inferior dos barrotes.

As paredes possuem estrutura simplificada, sem a presença de traves intermediárias, sendo constituídas de esteios, escoras diagonais e frechais contínuos. Os esteios são contínuos e apoiados diretamente nas fundações. Os peitoris e vergas são descontínuos e encaixam-se nos esteios. As janelas e portas correspondem aos vãos entre os esteios. Não há baldrame (Figura 1). Numeração das peças de madeira visível em alguns locais.

Na casa (e na cozinha) não há baldrames nem vestígios de sua substituição. Quando da construção dessas edificações, os imigrantes estavam há cerca de 50 anos no Vale dos Rio dos Sinos, tempo suficiente para perceberem que devido à elevada umidade da região, os baldrames rapidamente apodreciam e necessitavam ser substituídos. Por este motivo, acreditamos que estão ausentes desde o início da construção.

A vedação em alvenaria de tijolos maciços é revestida com reboco e pintura. Na parte interna, na porção frontal da casa, ocorre inclusive sobre a estrutura da madeira,

[40] Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.

[41] Com vistas a salvaguardar o bem, a cobertura original foi substituída provisoriamente por telhas de fibrocimento. As telhas coloniais estão armazenadas em local adequado para posterior utilização no restauro da casa.

enquanto, nos fundos, as peças de madeira são aparentes e pintadas. Na separação entre os dormitórios há divisórias de madeira. O assoalho é de madeira. As portas e as janelas são do tipo tampão, apresentam ferragens originais e suas molduras são em madeira. A porta da frente é composta por duas folhas com almofadas, pilastras, capitéis e mandalas e possui bandeira fixa na parte superior (Figura 1).

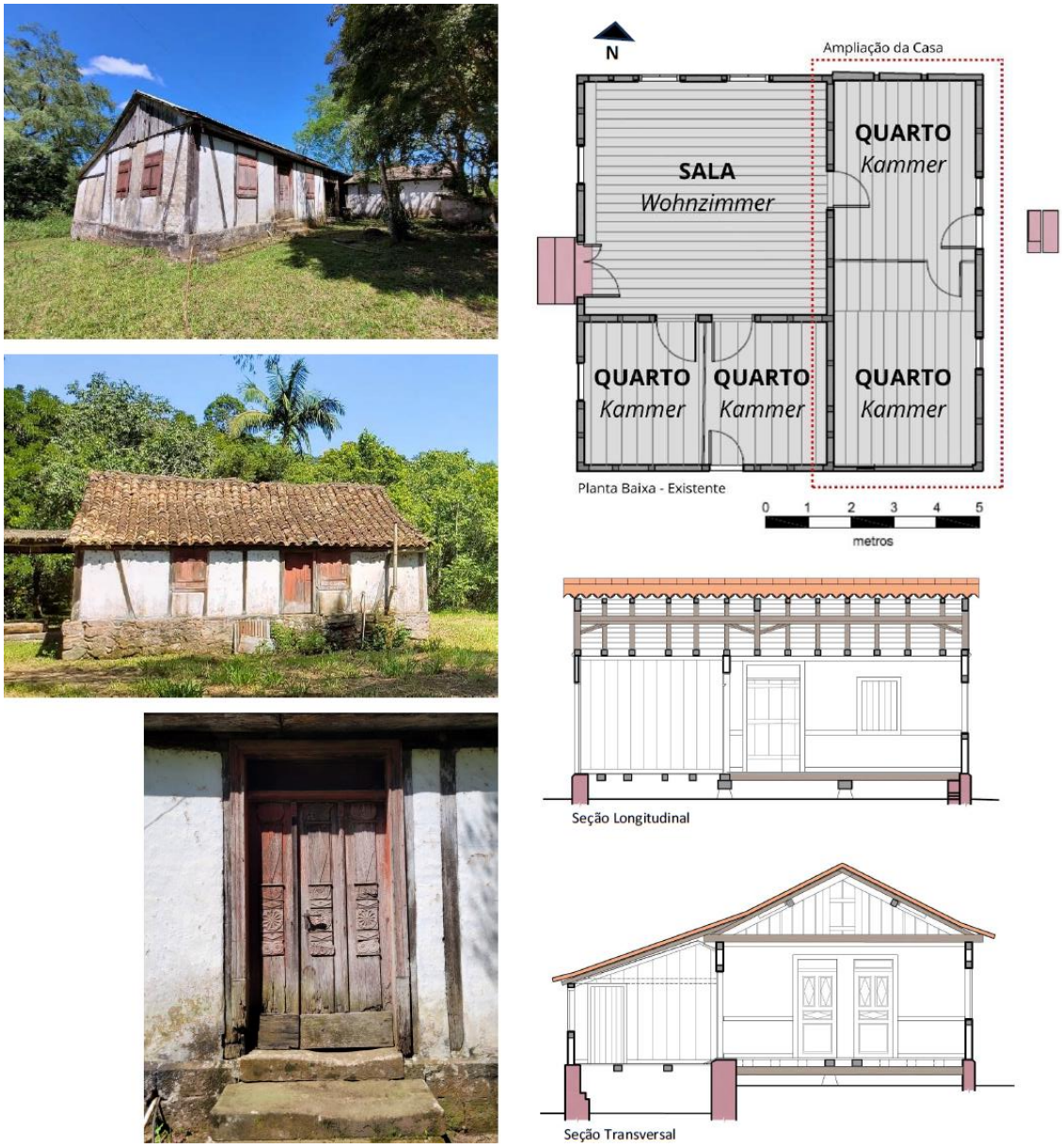
A sala de estar recebeu tratamento decorativo diferenciado: as portas dos dormitórios principais apresentam ornamentação geométrica e bandeira com motivos florais, e em todo o perímetro, há rodapés, rodameios e rodaforros.

Do mobiliário original ainda existem a mesa da sala de estar, cristaleira, cadeira sanitária, cama, cabideiro-armário, relógio e outros objetos. Na grande mesa da sala eram servidas as refeições em datas comemorativas e ocorriam os disputados jogos de carteado que reuniam familiares, amigos e vizinhos.

Na casa, ocorreram nascimentos, casamentos, falecimentos, *Kerbs* da família e eram cultivadas tradições de Natal e Páscoa. Também ocorriam os "bailinhos" que reuniam algumas famílias e, ainda hoje, são lembrados pelos moradores idosos da região[42].

Figura 1 - Casa: fotos externas, porta principal, planta baixa e seções

[42] Leda Weber, comunicação pessoal, 20 de maio de 2023; Amário Lodário Ellwanger e Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023; Orlando Cansi, comunicação pessoal, 19 de novembro de 2023; Paulo Kautzmann, comunicação pessoal, 20 de novembro de 2023.



Fonte: Julia Wartchow

Cozinha

Edificação separada 5 m da casa como forma de prevenir incêndios na edificação principal. Essa foi uma inovação desenvolvida pelos imigrantes (WEIMER, 2005), uma vez que o fogão era mantido constantemente aquecido, enquanto a família trabalhava na lavoura e em outras atividades.

De 7 x 4,75 m (área 34 m²), conecta-se à casa por caminho de pedra grês e possui estrutura enxaimel mais simples. São utilizados apenas os contraventamentos superiores (*Kopfbänder*) do tipo mão francesa nos vértices da edificação, ao invés de escoras diagonais (Figura 2). Construída sobre base de pedra grês. O telhamento era em cerâmica capa-e-canal. Apresenta vedações em tijolos maciços.

No local de preparo dos alimentos, cuja parede é a única em pedra grês (*Feuerwand*), ficava o fogão junto à pia esculpida em pedra grês. Havia separação da área de refeições por uma divisória de madeira. Na área de refeições, havia forro e piso em madeira (que a mantinha no mesmo nível da área de preparo, que tinha piso de tijolo)[43].

Figura 2 - Cozinha: vistas fachada frontal, forno e interior, planta baixa



Fonte: Julia Wartchow

Ao lado da cozinha, encontra-se o grande forno, cuja base em pedra grês encontra-se preservada. Muito presente nas memórias afetivas da família, era usado no preparo de pães, bolos, cucas, roscas, assados e iguarias diversas.

Semelhante ao costume de hoje, a cozinha era o local onde a família recebia as pessoas mais próximas.

Galpão

Construído em duas etapas. A inicial, 8,6 x 12 m (área 103 m²), onde está localizado o moinho. Possui vão livre superior a 8 m. A etapa posterior, é composta pelo prolongamento de uma das águas, com expansão lateral de 4,4 m (área nova 53 m²),

[43] Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.

resultando nos atuais 156 m² (Figura 3). A área ampliada abrigava a carroça e os dois tachos para fazer *Schmier*.

Utiliza telhado de caibros (sem tesouras romanas), como era comum na Alemanha (WEIMER, 2005, p.96). Possui tirantes metálicos nos pendurais. Os pilares estão apoiados sobre pedra grês e a numeração dos contraventamentos superiores do tipo mão-francesa é visível em alguns locais. Algumas peças são em madeira falquejada. Piso em chão batido.

Em frente ao galpão, havia moenda de cana-de-açúcar. E, na parte dos fundos, anexo em madeira para a criação de porcos com cobertura de telhas cerâmicas francesas produzidas na olaria de Pedro Blos em Campo Bom (Figura 3).

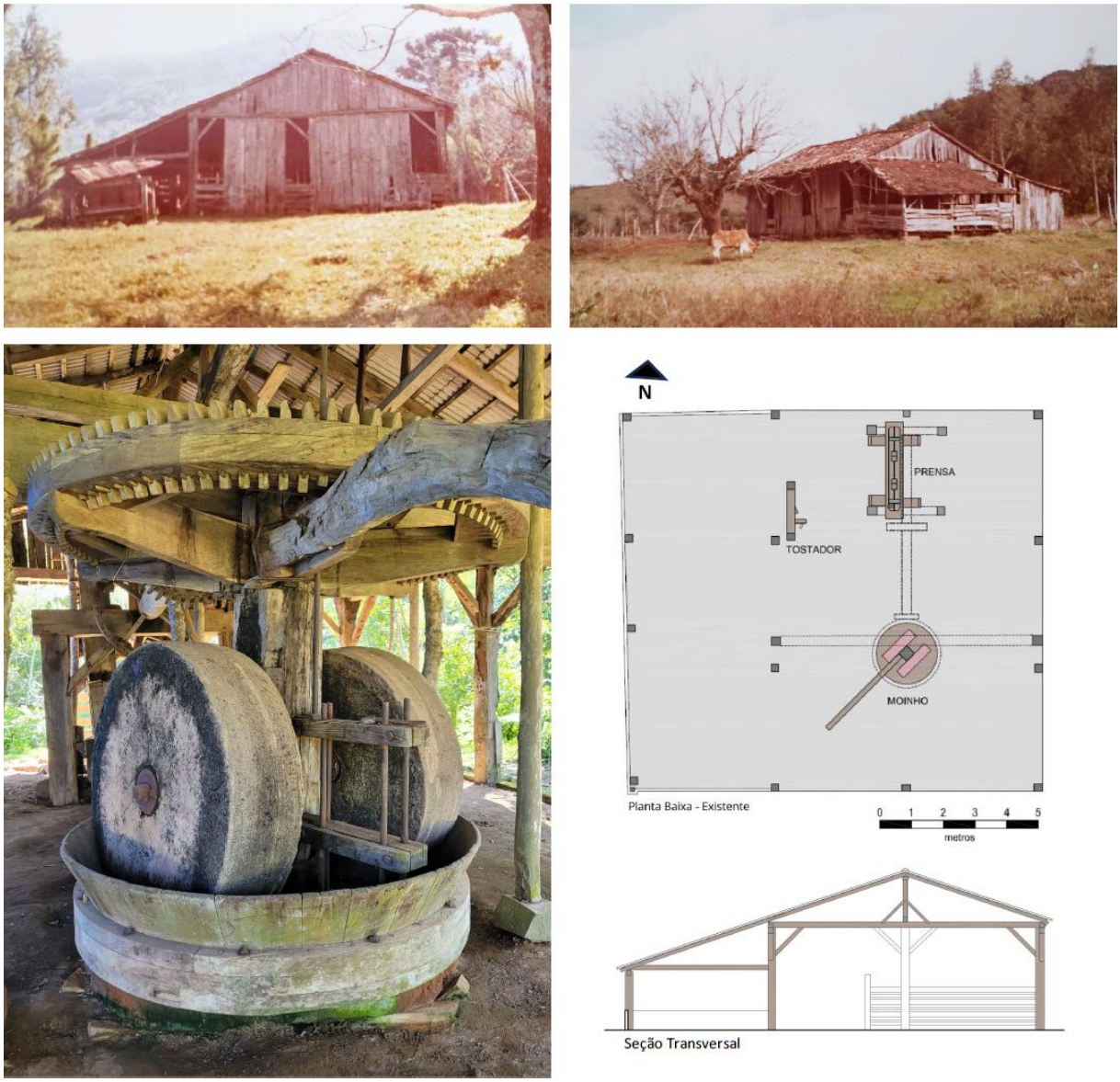
Moinho

O moinho Ellwanger é particularmente singular. Destinado à produção de azeite de amendoim para iluminação doméstica por meio de lamparinas. Era movido à tração animal e possui máquinas e engrenagens grandes e robustas. Encontra-se no local original com a estrutura íntegra, bastante completa e preservada. Manteve-se em operação até a década de 1960. Não foi encontrado outro moinho similar ainda existente, tanto nas pesquisas histórica, documental e acadêmica, quanto nos relatos dos moradores idosos e famílias que foram ou são proprietárias de moinhos em Sapiranga e municípios vizinhos (PRIAMO, 2023)[44].

É composto por três máquinas: moinho, tostador e prensa, construídas em madeira maciça na técnica enxaimel. Há poucos elementos metálicos em ferro fundido, como o eixo que une as pedras de moer, barras redondas e alguns parafusos e arruelas. As pedras de moer são em grês com diâmetro de 1,2 m. Estrutura auxiliar em madeira, também em enxaimel, possibilitava o funcionamento simultâneo das três máquinas, unindo-as por meio de engrenagens, correias e eixo com pás. A tração animal utilizando-se de cavalo era algo pouco comum na região, uma vez que os moinhos eram predominantemente movidos a água.

Figura 3 - Galpão e Moinho: vistas externas do galpão, moinho, planta baixa e seção transversal

[44] Pesquisa histórica registra o levantamento dos moinhos de azeite. Resta apenas parte do maquinário de moinho que integra o acervo do Museu Pró-Memória, no Núcleo de Casas Enxaimel de Ivoti/RS. Existe também um relato sobre moinho em Nova Hartz que estaria fora do seu local original, Ivoti. Entretanto, não foi possível a visitação. Os demais moinhos foram demolidos, ou estão sem o maquinário para a produção de azeite.



Fonte: Julia Wartchow

Os moradores do Krämer-Eck chamavam o moinho de "fábrica"[45] e, além da sua importância econômica, era atração na vida social. Os vizinhos ouviam de longe o funcionamento das máquinas. Os colonos levavam sua própria produção de amendoim para o moinho[46]. *Todo mundo plantava amendoim pra fazer luz*[47]. Parte dessa produção era destinada como pagamento pela moagem. Praticamente não havia circulação de dinheiro. E sim, sistema de trocas[48]. Muitas vezes quem levava a produção eram as crianças, as quais permaneciam no moinho, enquanto aguardavam o processamento do

[45] Irton Brunner, comunicação pessoal, 7 de outubro de 2020.
[46] Paulo Kautzmann, comunicação pessoal, 20 de novembro de 2023.
[47] Amário Lodário Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.
[48] Rosa Maria Ellwanger, comunicação pessoal, 5 de março, 2023, citando seu pai Walter Ellwanger.

amendoim[49]. As crianças do entorno também iam à "fábrica" para acompanhar os acontecimentos e para *comer amendoim*[50].

O funcionamento do moinho

O maquinário equivale ao utilizado na Alemanha no começo do século XIX, na fase pré-capitalista dos moinhos de azeite alemães, quando esses eram pequenas fabriquetas artesanais, antes do desenvolvimento da indústria fabril (KLAUE, 1913).

O processo de extração do azeite consistia nas seguintes operações em sequência: **i. Limpeza do amendoim** (*das Reinigen*); **ii. Esmagamento do amendoim** (*das Zerkleinern*); **iii. Aquecimento da massa moída** (*das Erwärmen*); **iv. Prensagem (extração do azeite)** (*das Auspressen des Öles*) e **v. Purificação do azeite** (*die Reinigung des Öles*) (KLAUE, 1913; BÄRNTHOL, 2020, p.60).

A **limpeza** limitava-se a uma ou mais peneiradas utilizando-se peneiras simples de mão e destinava-se à remoção grosseira das impurezas como partículas de terra, poeira, palha, outros restos vegetais, e corpos estranhos contidos no amendoim fornecido pelo agricultor ao moleiro. A tecnologia de processamento dos moinhos coloniais era rudimentar e o maquinário não sofria desgaste significativo com a presença desses resíduos. Ademais, os clientes eram os próprios agricultores e a qualidade do azeite também dependia da qualidade do amendoim fornecido (KLAUE, 1913).

O **esmagamento** causa a desestruturação da parede e membrana celulares e permite que os glóbulos de óleo contidos no interior celular sejam liberados e possam ser extraídos. Era realizado no recipiente coletor (*Ölgang* ou *Kollergang*), onde duas pedras de mós verticais rolavam sobre uma superfície de pedra horizontal (*Bodenstein*) esmagando e moendo o amendoim e as vagens. A massa resultante deveria ser porosa e permeável de modo a permitir que o óleo escorra ao ser prensada. O excesso de esmagamento forma partículas muito finas, dificultando a extração do azeite (KLAUE, 1913).

O **aquecimento** ocorria em formas ou panelas rasas colocadas sobre o fogo no tostador (*Röste*) e servia para diminuir a viscosidade do óleo, tornando-o mais fluido e facilitando seu deslocamento na prensagem. No entanto, o aquecimento altera a coloração do azeite e adiciona substâncias que causam sabor desagradável, inutilizando-o para a

[49] Amário Lodário Ellwanger e Erani Etel Müller Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.
[50] Orlando Cansi, comunicação pessoal, 19 de novembro de 2023

culinária. Segundo Klaue (1913), na Alemanha, deixou-se de realizar a primeira prensagem a frio (*Vorschlag*) e obter o azeite "*Jungfernöl*" utilizado na culinária. Com o aquecimento, o azeite "*Nachschlagöl*" servia de combustível para queima (*Brennöl*) e outros usos comerciais (KLAUE, 1913). No moinho Ellwanger, não há registro de prensagem a frio ou de uso culinário do azeite de amendoim, sendo provável que se adotava somente a prensagem a quente, como era usual na Alemanha.

Na **prensagem**, era utilizada a prensa de cunha (*Keilpresse*). A massa colocada em sacos de pano ou panos abertos era inserida em cavidades (*Pressgruben*) e disposta entre duas tábuas verticais de madeira (*Pressmappe*). A cunha recebia as batidas pesadas dos pilões e pressionava lateralmente essas tábuas, comprimindo os sacos e extraindo o azeite.

O material dos sacos age como filtro e tem influência sobre o rendimento e a qualidade do azeite. As fibras devem ser suficientemente fechadas para não permitir a passagem de farelos e resíduos sólidos, mas permitir que o azeite o atravesse facilmente. E deve ter resistência para não rasgar diante da pressão sofrida. Na Alemanha, eram utilizados sacos de lã ou crina de cavalo formando um pacote fechado por um cinto de couro ou crina de cavalo (KLAUE, 1913).

A **limpeza e refinamento** ocorria pela decantação do azeite em recipientes, e servia para a remoção de componentes não desejáveis como materiais coloridos, viscosos e proteicos que o tornavam turvo e leitoso, reduzindo a sua qualidade e tornando-o mais facilmente rançoso. Essas impurezas eram perceptíveis na fumaça preta que geravam na queima (KLAUE, 1913). Ao final de 14 dias, o azeite tornava-se "bem claro e gerava uma fumaça branca[51]".

Como subproduto do processamento do amendoim, após a prensagem, formava-se massa rígida com aparência de torresmo[52] de cerca de 30 cm de diâmetro, muito gordurosa e energética, denominada "*torta*" (*Kuchen*), cuja função principal, na Alemanha, era a sua comercialização como ração animal. No moinho Ellwanger era utilizado, sobretudo, na alimentação de porcos, mas também dos cavalos, que possuíam a pelagem bastante vistosa, não sendo comercializada[53].

[51] Amário Lodário Ellwanger, comunicação pessoal, 15 de julho de 2023.
[52] Guido Ellwanger, comunicação pessoal, 2 de abril de 2022.
[53] Paulo Kautzmann, comunicação pessoal, 20 de novembro de 2023.

Para maximizar a produção, a torta (*Kuchen*) (que ainda continha óleo) era quebrada, passava novamente pelo *Ölgang* e pelo aquecimento e ocorria uma segunda prensagem. Por vezes, um terceiro ciclo também ocorria (KLAUE, 1913).

O moinho encerra suas atividades

Desde os primórdios da colonização, os moinhos eram parte das atividades econômicas das colônias, sobretudo, em razão dos hábitos alimentares que utilizavam farinhas na produção de pães e outros alimentos e da necessidade de iluminação. Inicialmente destinados à moagem de cereais e, logo em seguida, à produção de azeite de amendoim (MÜGGE e DREHER, 2023; ROCHE, 2022). Os moinhos, portanto, faziam parte da paisagem das colônias e estavam inseridos nas dinâmicas sociais e culturais das comunidades.

Nesses anos iniciais, os colonos dedicavam-se à agricultura e, de modo complementar, ao artesanato que, aos poucos, converteu-se em pequenas manufaturas, ainda com mão de obra básica familiar, atingindo seu auge entre 1880 e 1890 (ROCHE, 2022, p. 449). Em 1867, nas colônias mais antigas, as propriedades haviam incorporado ramos da indústria a suas atividades. Assim, atafonas, moinhos, olarias, curtumes, fábricas de arreios, de óleo, de cola, de açúcar, de chapéus, ditas de cerveja e de vinho, destilações de aguardente, ferrarias, armeiros, serralheiros, entre outros, encontravam-se nas povoações e em todas as picadas (BIEHL e MÜGGE, 2022, p. 148; ROCHE, 2022).

Com a industrialização, as colônias deixaram de produzir diversos produtos de forma artesanal. Assim, produtos como azeite, sabão, farinhas, gorduras, conservas de carne e muitos outros já não eram mais produzidos pelos artesãos da colônia (ROCHE, 2022). As mais próximas à capital tiveram o artesanato também transformado pela subordinação ao comércio e à indústria (ROCHE, 2022, p. 452). Significativo avanço nesse processo ocorreu, por exemplo, a partir da construção da Ferrovia Novo Hamburgo - Taquara, inaugurada em 1903 que facilitou o escoamento de mercadorias e as trocas comerciais. Antes disso, o transporte se dava por cavalos, mulas, carretas e lanchões.

Nas primeiras décadas do século XX, a industrialização e a urbanização se intensificaram com profundas implicações na sociedade que impactaram os modos de vida. Eram novos tempos! Em Sapiranga, por exemplo, na década de 30, a partir do surgimento de novas fábricas e do início da eletrificação, houve ampliação do mercado de trabalho e diversificação da economia e forte crescimento da população (MAGALHÃES, 2005, p.140; IBGE, s. d). Na década seguinte, a indústria se amplia,

com destaque para madeira e calçados (IBGE, s. d). O moinho estava inserido neste contexto de mudanças históricas. Essas transformações, juntamente com a ampliação da iluminação pública e do uso do querosene na iluminação doméstica por lamparinas, acarretaram o declínio das atividades do moinho. Alguns integrantes da terceira geração da família foram morar na cidade e trabalhar na indústria.

O moinho inicialmente adaptou-se às novas realidades. O azeite de amendoim passou a ser utilizado em aplicações industriais como lubrificante de máquinas. As metalúrgicas Biehl e Schier eram algumas compradoras da produção[54]. Houve produção de extrato de piretro utilizado na produção de inseticidas botânicos muito provavelmente fornecido à Pirisa Piretro Industrial e mucilagem de tuna para fins industriais[55]. No entanto, esse processo não perdura. Os lubrificantes, inseticidas e adjudicantes naturais foram logo substituídos pelos sintéticos com o significativo desenvolvimento e expansão da indústria química que se consolidou, sobretudo, na Segunda Grande Guerra Mundial. O moinho não resistiu e encerrou suas atividades na década de 1960.

Considerações finais

As edificações históricas da imigração dos povos de língua alemã não têm sido adequadamente preservadas. Isso é particularmente marcante no caso dos moinhos de azeite de amendoim. Com o fim da produção artesanal, a grande maioria das edificações e do maquinário se perdeu, deixando a comunidade sem parte material da sua história. Essa lacuna acentua a perda dos componentes imateriais da comunidade como suas práticas e saberes.

A história da Casa e Moinho Ellwanger deve ser compreendida no contexto das mudanças que ocorriam na sociedade e na região. Foram erguidos em período de pujança comunitária e, após estagnação e adaptação, não resistiram às transformações sociais e econômicas que se sucediam. O encerramento das atividades do moinho impactou significativamente também a casa que pouco a pouco teve a família se deslocando para a cidade.

Nesse contexto, os relatos dos idosos se mostraram a principal fonte sobre o cotidiano, o trabalho, as relações familiares, a organização do espaço e o funcionamento da Casa e Moinho Ellwanger, tanto no contexto específico do bem tombado, quanto na

[54] Rosa Maria Ellwanger, comunicação pessoal, 5 de março, 2023.
[55] Irton Brunner, comunicação pessoal, 7 de outubro de 2020.

sua inserção na comunidade. Diante da escassez de documentos sobre este e outros moinhos coloniais de azeite, mais uma vez os relatos dos idosos lançaram luz sobre muitos aspectos até então desconhecidos, reforçando a importância do resgate da memória da comunidade para apropriação e preservação dos bens culturais.

O Moinho Ellwanger concorreu de forma significativa para a economia do azeite de amendoim, sendo o único a resistir até a atualidade. Torna-se, agora, testemunho vivo, lugar de memória singular. Esse é um processo em andamento. Edificações e manifestações imateriais que estão diretamente ligadas ao processo de colonização ainda estão vivas na região e carecem de atenção, de preservação e de reconhecimento por parte da sociedade e entes públicos.

A Casa e Moinho Ellwanger permanece. Contribui hoje, através de elementos materiais e imateriais, para a preservação da memória coletiva e da história da colonização de Sapiranga e região. Em breve, será aberto à visitação pública, para que a comunidade possa novamente se conectar com parte da sua história.

Referências

APERS (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul). Livros de Notas. Anos 1855 a 1915. Porto Alegre. [APERS, Livro 18, páginas 60 e 61.]

BÄRNTHOL, R. Leinanbau und -verarbeitung in Franken. Von der Pflanze zur spinnfähigen Faser und zum Öl**. Informationsblätter der Fränkischen Freilandmuseums in Bad Windsheim**, Deiningen, Heft 6, 2020.

BIEHL, J.; MÜGGE, M. **Escritos Perdidos:** Vida e Obra de um Insurgente -Johann Georg Klein (1822-1915). São Leopoldo: Oikos, 2022.

DAPPER, D. I. **Ellwanger (Ellbanger) da Colônia Alemã de São Leopoldo**. Sapiranga, 2016.

FLECK, L. **História de Sapiranga**. Santa Maria: Palotti, 1994.

HUNSCHE, C. H. **O ano 1826 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro).** Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, C. H; ASTOFOLI, M. **O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro).** Porto Alegre: G&W Artes Gráficas, 2004.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sapiranga/historico. Acesso em 27/3/2023

IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina.** Organização: Maria Regina Weissheimer; Texto: Dalmo Vieira Filho. Brasília, DF: IPHAN, 2011. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/o_patrimonio_cultural_da_imigracao_santa_catarina.pdf. Acesso em 19/10/2024.

KLAUE, H. **Die deutsche Ölmüllerei. Eine Darstellung der volkswirtschaftlichen Bedeutung ihrer technischen Entwicklung.** Leipzig: Verlag von Dr. Werner Klinkhardt, 1913. Disponível em: https://archive.org/details/diedeutschelmll00klaugoog. Acesso em 25/8/2023.

MAGALHÃES, D. R. F. **Sapiranga, 50 anos de Município**. Mais de 200 de História. Porto Alegre:Alcance, 2005.

MÜGGE, E.; DREHER, M. N. (Org.) **Os primórdios da Colônia Alemã de São Leopoldo**. Reprodução *fac-simile* da Revista do *Archivo Publico do Rio Grande do Sul – 1924* com relatos de João Daniel Hillebrand e outras personalidades. São Leopoldo:Oikos, 2023.

PRIAMO, V. I. A. Pesquisa Histórica. Família e Propriedade Ellwanger, localizada no Kraemer-Eck, município de Sapiranga/ RS. Sapiranga, Novembro de 2023.

ROCHE, J. Tradução SPINASSÉ, Karen Pupp. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Organização**. 2. Ed. São Leopoldo: Oikos, 1969 [2022].

WEIMER, G. **Arquitetura popular da imigração alemã.** 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO EM FORMA DE LIVRO: UMA EXPERIÊNCIA DE ESCRITA PARA O PÚBLICO INFANTOJUVENIL

Vania Inês Avila Priamo

No ano de 2024 rememorou-se o bicentenário da imigração dos falantes das línguas alemãs ao Rio Grande do Sul. Muitas atividades acadêmicas, folclóricas, comemorativas foram realizadas em toda a região que foi colonizada por estes imigrantes e seus descendentes. O que trazemos neste artigo é, a partir destas comemorações, uma reflexão acerca de como as datas comemorativas são trabalhadas nos espaços escolares, bem como apresentar uma iniciativa que visa contribuir para que o tema da imigração alemã seja trabalhado nas escolas a partir das pesquisas acadêmicas, mas com uma linguagem adequada para a idade em foco, qual seja, os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, desenvolvendo, também, a educação para o patrimônio. A iniciativa a que nos referimos é o livro "A galerinha da escola em: colonização alemã", escrito por esta autora.

As pesquisas acadêmicas e a transposição didática para alunos dos anos iniciais

No ano em que se comemora o bicentenário da imigração dos falantes das línguas alemãs ao Rio Grande do Sul, alguns temas são revisitados, outros pesquisados e amplamente discutidos. O meio acadêmico debate-os à exaustão. Porém, é perceptível que essas discussões não chegam até as escolas. Há uma distância considerável entre o que se produz nas universidades e o que de fato chega até os alunos, notadamente os dos anos inicias. E porque isso acontece? Poderíamos elencar uma grande lista de motivos para justificar este distanciamento, mas vamos aqui destacar apenas dois deles.

O primeiro, diz respeito à sobrecarga dos professores dos anos iniciais. Além da excessiva burocracia, com uma profusão de documentos a serem elaborados e preenchidos, o que normalmente é feito fora do seu "horário de trabalho", ainda há a sobrecarga do trabalho em sala de aula: com um número grande de alunos, a "disputa" com os aparelhos celulares, a falta de acompanhamento para alunos com necessidades especiais e uma extensa lista de habilidades a serem desenvolvidas durante o ano letivo.

Não bastasse tudo isso, ainda há uma multiplicidade de datas comemorativas a serem trabalhadas.

Candau ao escrever sobre as datas comemorativas afirma que se trata "(...)de inscrever o acontecimento comemorado no quadro dos jogos identitários aos quais devem fazer frente o grupo" (2012, p 147-148). Mas qual é a identidade que está sendo reforçada com uma prática de trabalho onde em períodos pontuais para-se tudo o que está sendo feito para dar destaque a determinadas datas, voltando-se posteriormente para o ponto de onde o/a professor/a havia parado?

Ao se referir sobre o trabalho destas datas em sala de aula, Luciana Esmeralda Ostetto (2000) fala que "A articulação é aparente, justamente porque não amplia o campo de conhecimento para as crianças, uma vez que as datas fecham-se em si mesmas." Ou seja, trabalha-se a data pela data, sem que isso implique em um aumento do conhecimento ou um aprofundamento das reflexões sobre tais datas e os grupos sociais incluídos nelas, sem que isso se articule com o que vinha sendo trabalhado ou vai ser trabalhado posteriormente.

Assim, as datas são comemoradas sem que haja um questionamento sobre a relevância de trabalhá-las ou, de outra forma, sobre a relevância de parar projetos importantes em andamento em sala de aula para inserir as datas, sendo que estas ou as temáticas que elas abordam poderiam ser bem melhor trabalhadas em outros momentos, quando são do interesse dos alunos e diluídas durante o ano letivo, não de forma pontual. Desta forma trabalha-se, por exemplo, sobre a temática dos povos indígenas somente no dia do índio, quando ela deveria ser abordada em vários momentos durante o ano letivo, dando a este tema a importância e a contemporaneidade que ele tem. A complexidade do tema exige muito mais do que um dia, saindo da chamada pedagogia das datas comemorativas e tornando os povos indígenas presentes nos debates da atualidade. Não separar em uma gavetinha especifica e abri-la somente uma vez por ano para pintar os rostos das crianças e colocar "cocares" de papel em suas cabeças, entendendo desta forma como tema trabalhado.

E há ainda outras questões a serem pensadas, como: quem escolhe/seleciona as datas que serão trabalhadas na escola? Quais datas são eleitas como importantes para serem trabalhadas? Quem fica de fora desta vasta lista de datas comemorativas? Ostetto (2000, p. 182) corrobora com esta reflexão ao dizer que

> os trabalhos com as datas comemorativas baseiam-se numa história tomada como única e verdadeira: a história dos heróis, dos vencedores. História que na verdade privilegia uma visão ou concepção dominante em detrimento de tantas possíveis,

> ignorando ou omitindo, na maioria das vezes, as diferentes facetas da realidade. Por isso, a escolha é sempre ideológica, pois algumas datas são comemoradas e outras não.

Retomando as comemorações do bicentenário da imigração de falantes das línguas alemãs ao sul do Brasil, é possível constatar que de forma geral o tema está sendo trabalhado em menor ou maior grau em todos os municípios colonizados por imigrantes de fala alemã e seus descendentes. As questões que se colocam são: como isto está sendo posto? De forma apologética? Dando evidência somente ao folclore ou também provocando reflexões e contextualizações? Presos ao passado, ou relacionando passado e presente? E as novas/atuais migrações, como são abordadas dentro deste contexto? Os povos negros escravizados e os povos indígenas fazem parte deste debate? E isso nos leva ao segundo motivo que justifica o distanciamento entre as pesquisas acadêmicas e o que chega até as salas de aulas: a falta de material paradidático acessível a professores e alunos.

Silva e Stumpf (2021, p 192) escrevem que os cursos de pós-graduação no Rio Grande do Sul são relativamente recentes, datando da década de 1970 e que lentamente as disciplinas de história regional foram sendo inseridas nos cursos de história. A inserção nos cursos de magistério e na graduação em pedagogia é ainda mais atual. E perguntam elas:

> Por que se torna relevante entender esse processo? Para compreendermos o quão pouco é refletida a prática dos estudos de História nos anos iniciais. Livros didáticos adaptados não são suficientes para que um professor possa atuar de forma autônoma e com um protagonismo coerente frente aos desafios que surgem e com a correta transposição didática para a idade de seu público: crianças de 6 a 10 anos.

A falta da transposição didática para o público dos anos iniciais do Ensino Fundamental é que é o grande hiato, a grande questão quando se fala das pesquisas acadêmicas. Aquilo que já está dado, que é compreendido como assunto já esgotado nas universidades não chega até as comunidades, até os professores e professoras e menos ainda até os alunos.

A escrita acadêmica se utiliza de uma linguagem e de uma estrutura de texto que dificulta a leitura de leigos e aqui não estamos querendo afirmar que estas escritas são desnecessárias, muito pelo contrário. Quanto mais pesquisa sendo realizada e publicada melhor, mais conhecimento circulando e ajudando a compreender o mundo em que se vive. Nossa questão, o ponto que desejamos trazer à reflexão é justamente a falta de

transposição do que é pesquisado, para que chegue de uma forma compreensível e com a seleção do que é importante chegar até os alunos nos anos em que eles se encontram. E essa transposição não precisa necessariamente ser feita pelo próprio pesquisador. Em outras palavras, a produção de material paradidático sobre temáticas diversas, trazendo as discussões e pesquisas acadêmicas atuais sobre o assunto são extremamente importantes e necessárias e estão fazendo muita falta nas salas de aulas. Os professores sentem esta falta.

Voltando ao tema da sobrecarga de trabalho do professor, sobra pouco tempo para que ele faça pesquisas atualizando os debates acerca do tema que está sendo estudado em sala de aula. Alguns farão isso por identificarem-se com as habilidades que estão sendo desenvolvidas, mas isso não vai acontecer com a maioria dos profissionais.

A Base Nacional Comum Curricular- BNCC e a Educação para o Patrimônio

De acordo com o Ministério da Educação, a BNCC é

> (...) um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).[56](Brasil, p 7)

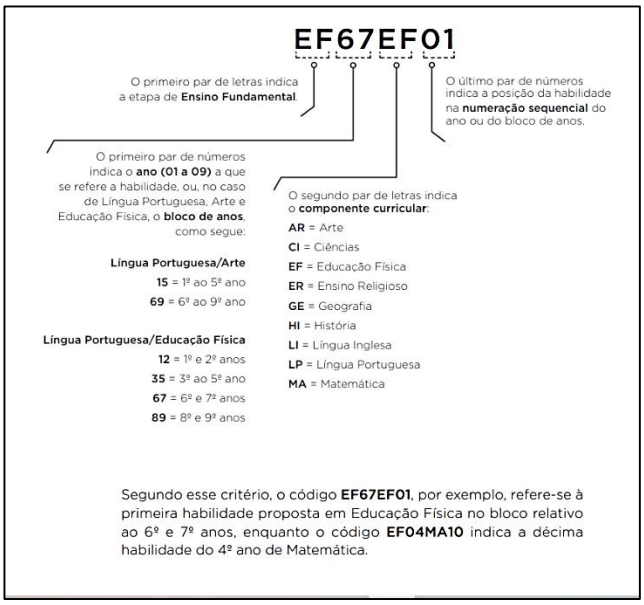
Ou seja, é o documento que norteia o ensino da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio no Brasil, prevendo uma parte em comum em todo o território nacional, mas possibilitando e incentivando que cada comunidade tenha sua história, suas memórias e seus saberes sendo trabalhados e valorizados.

As habilidades previstas na BNCC compreendem o conhecimento que os alunos devem ter para desenvolver as competências mencionadas na mesma. Desta forma, não se trata de uma lista de conteúdos a serem trabalhados, mas de habilidades como por exemplo de identificar, associar, compreender - e não somente ter um contato superficial com o conteúdo- de forma a ter o domínio sobre um determinado contexto. É abrangente, exige reflexão.

São as habilidades presentes especialmente nas áreas de história e geografia que tomamos como base para o presente trabalho. Nos anos iniciais, uma grande parte destas

[56] A BNCC está disponível no site do MEC no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

habilidades está voltada para a história local, para as identidades, o patrimônio cultural material e imaterial, os movimentos migratórios. Não mais trabalhados apenas em um dos anos escolares, mas em todos os anos. Antes de citar alguns, cabe ressaltar que as habilidades se apresentam acompanhadas de um código alfanumérico, como segue no exemplo abaixo extraído das páginas introdutórias da BNCC (Brasil, p 30)



Fonte: Brasil-MEC-BNCC

Dito isto, observe-se o quadro abaixo. Nele selecionamos uma habilidade de História e uma de Geografia de cada ano, que dialogam entre si. Percebe-se que todas essas habilidades tem relação com a temática da memória e das migrações e a história local está sempre presente.

Ano	**Habilidades de História**	**Habilidades de Geografia**
1º ano	(EF01HI05) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras atuais e de outras épocas e lugares.	(EF01GE02) Identificar semelhanças e diferenças entre jogos e brincadeiras de diferentes épocas e lugares.
2º ano	(EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória.	(EF02GE01) Descrever a história das migrações no bairro ou comunidade em que vive.

3º ano	(EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.	(EF03GE02) Identificar, em seus lugares de vivência, marcas de contribuição cultural e econômica de grupos de diferentes origens
4º ano	(EF04HI09) Identificar as motivações dos processos migratórios em diferentes tempos e espaços e avaliar o papel desempenhado pela migração nas regiões de destino.	(EF04GE01) Selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira.
5º ano	(EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou a ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória	(EF05GE11) Identificar e descrever problemas ambientais que ocorrem no entorno da escola e da residência (lixões, indústrias poluentes, destruição do patrimônio histórico etc.), propondo soluções (inclusive tecnológicas) para esses problemas.

Fonte: elaborado pela autora

Analisando o quadro e pensando nas datas comemorativas, a pergunta a ser feita é: quando se trabalha o Dia da Criança, o Dia do Índio, a Semana Farroupilha, o Dia da Consciência Negra, a Páscoa, o Natal, só para citar algumas, é estabelecida alguma relação, no planejamento do professor, com as habilidades a serem trabalhadas ou estas datas são usadas apenas para colorir, recortar, pintar-se, cantar? Aos alunos é possibilitado

pensar, analisar, refletir, identificar, em fim, ampliar conhecimentos ou a data esgota-se em si mesma sem proporcionar um conhecimento de contextos mais amplos? Mesmo dando uma rápida olhada no quadro acima, é possível perceber a multiplicidade de possibilidades que se tem de agregar as datas comemorativas com as habilidades a serem desenvolvidas, dando mais sentido às atividades realizadas em sala de aula e possibilitando a construção de conhecimentos, sem trabalhar a data por ela mesma.

E o que a educação para o patrimônio tem a ver com a BNCC, com competências e habilidades? Pois bem, quando falamos de histórias e de memórias, estamos também falando de heranças culturais que recebemos do passado e mantemos no presente. Essas heranças culturais, essas tradições culturais constituem os patrimônios culturais de natureza material e imaterial dos lugares de vivência dos alunos. É a história materializada na forma edificações, monumentos, fotografias e de saberes.

Na página do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN temos que:

> A Educação Patrimonial constitui-se de múltiplas e diversas práticas, narrativas, conceitos, ferramentas e recursos com foco educativo no campo do patrimônio cultural. É, portanto, todo o conjunto de processos educativos que mobilizam ações de sensibilização e de mediação sobre o campo do Patrimônio Cultural nas políticas públicas (Brasil, s.d)

Embora a educação para o patrimônio não se restrinja ao ambiente escolar, ele éum espaço privilegiado para seu desenvolvimento, especialmente por seu caráter multiplicador, ou seja, aquilo que as crianças aprendem na escola, levam para casa, para os familiares.

Quando o professor ou alguma pessoa externa à sala de aula trabalha de forma a levar os alunos a conhecer e valorizar sua história e a história do lugar onde vivem e a partir deste conhecimento eles conseguem se identificar com esta história, as marcas do passado que vivem no presente também passarão a ser valorizadas, respeitadas e amadas. E com isso, o cuidado com todo este legado acontece. Ou seja, a BNCC não só permite como exige trabalhos que motivem a conhecer e reconhecer a história local através do seu patrimônio cultural de natureza material e imaterial, aproximando os alunos da história do lugar em que vivem, despertando sentimentos de pertença, possibilitando a eles identificar-se com esta história e com estas memórias (ou não, a depender da forma como isto é trabalhado).

A questão que se evidencia é: qual o nível de conhecimento dos professores para conseguir desenvolver, trabalhar questões de identidade, pertencimento, memórias, história com seus alunos? Como já discorrido acima, nem sempre é fácil para os professores e professoras encontrar um material de fácil leitura e compreensão, que facilite seu trabalho em sala de aula, aumentando o nível de conhecimento dos alunos, aproveitando as datas comemorativas que de uma maneira ou outra se veem obrigados a trabalhar, para ampliar conhecimentos e acessar aquelas discussões que anteriormente falamos que no meio acadêmico já estão dadas.

E em fim, a experiência de escrita de um livro paradidático infantojuvenil

Ciente e todas estas dificuldades, empreendemos a tarefa de escrever para um outro público: o infantojuvenil. Pensamos em um material paradidático que permitisse construir esta ponte entre a universidade e as escolas, que fizesse a transposição didática de forma a tornar acessível para alunos e professores, neste caso a história da imigração de falantes das línguas alemãs ao RS. Assim, surgiu o livro "A galerinha da escola em: colonização alemã", ilustrado pela arquiteta Andressa Mueler e publicada pela editora Oikos.

As regiões que foram colonizadas por estes imigrantes e por seus descendentes celebram amplamente esta data e estas celebrações também adentram o ambiente escolar. O risco que se corre é de uma celebração e de um trabalho nas escolas apenas de forma apologética, unicamente folclórica sem que a oportunidade seja aproveitada para aumentar o conhecimento e a reflexão acerca do contexto dos movimentos migratórios do passado e do presente. E o livro se propõem a isso. Aliás, o livro busca sempre estabelecer relações entre o passado e o presente e permite ao professor abordar uma variedade de temas após a leitura do mesmo.

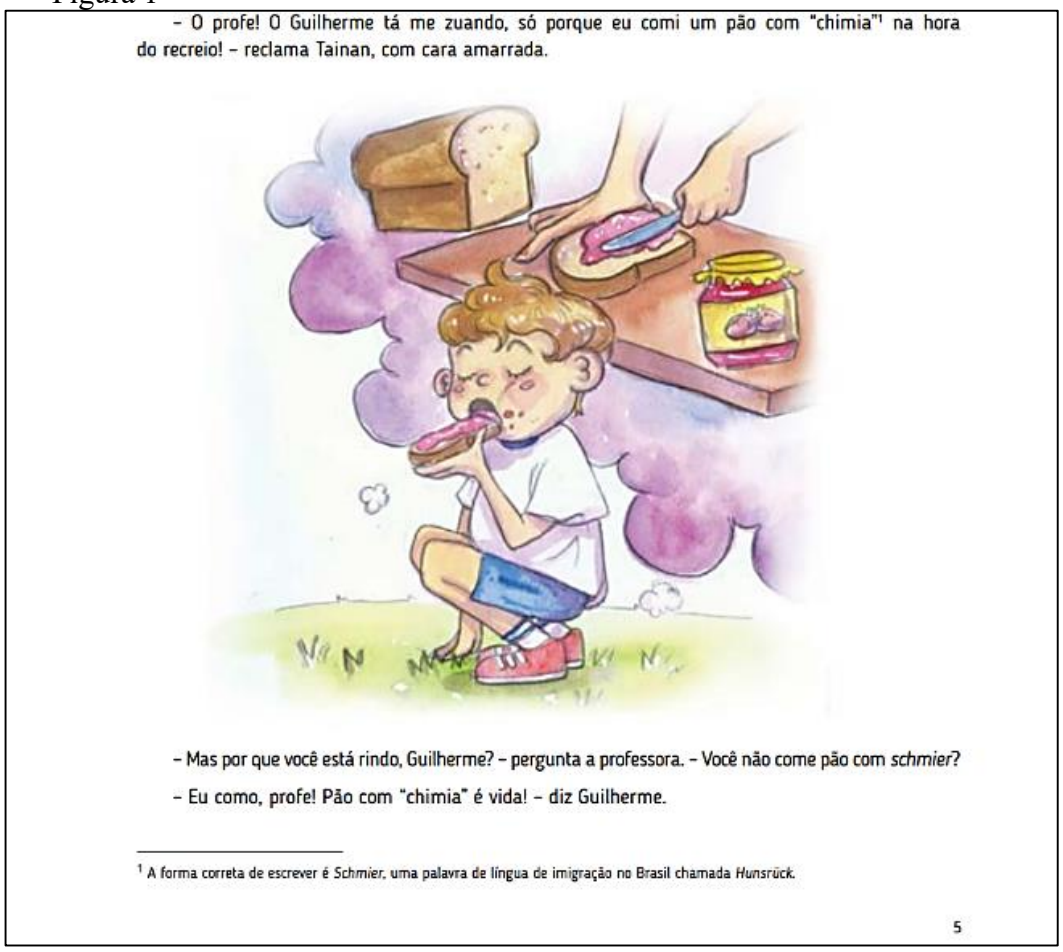
O livro começa com o personagem Tainan reclamando com a professora que o colega Guilherme estava rindo dele porque ele estava comendo pão com *schmier* na hora do recreio. A partir do pão com *schmier,* a professora começa a conversar com os alunos sobre a imigração alemã ao RS (Figura 1).

Mas antes de dar início à explicação, a professora conversa com os alunos sobre suas famílias: o que fez sua família migrar. O objetivo disso é trazer a discussão para o presente, para a realidade dos alunos, proporcionando o debate sobre o porquê as pessoas migram. Estabelecer *links* entre passado e presente facilita a compreensão dos alunos e

dá a oportunidade para que em sala de aula a temática dos movimentos migratórios seja amplamente discutida e este tema é retomado na página 35 do livro, quando os imigrantes contemporâneos são trazidos à conversa.

Falar sobre o que motivou os imigrantes de falas alemãs a migrarem para o Brasil é colocar uma realidade ignorada ou deixada de lado por muitas comunidades. É uma forma de colocar em pé de igualdade as migrações do passado e as do presente, no que se refere à busca de condições melhores de vida.

Figura 1

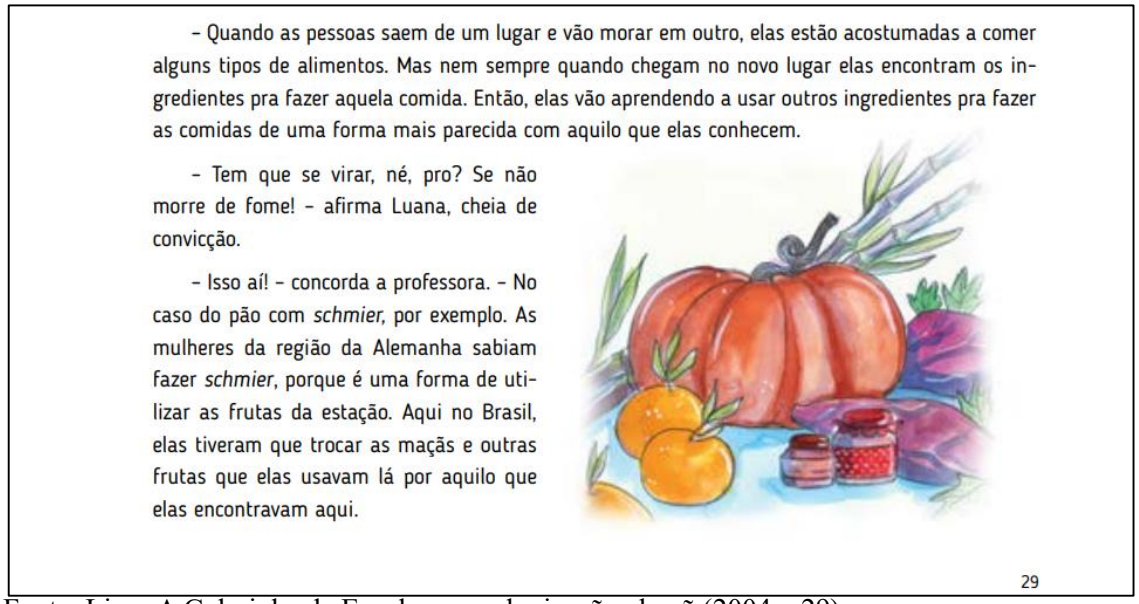


Fonte: Livro A Galerinha da Escola em: colonização alemã (2004, p5)

Outro ponto pouco abordado nas salas de aula diz respeito ao contato dos imigrantes com os outros povos que já viviam na região, quando da sua chegada. É o caso dos povos indígenas, dos escravizados, dos portugueses e até mesmo dos espanhóis. Com isso, além da questão histórica da presença destes povos, se perde a oportunidade de falar sobre a imensa interação cultural que aconteceu entre estes. Se algumas comidas que fazem parte da gastronomia de imigrantes alemães no sul do Brasil chegaram até nós, como a cuca, o pão com *schmier* e tantos outros pratos, eles tiveram que ser aprendidos e

apreendidos pelos imigrantes. Se eles traziam na sua bagagem também seus saberes, aqui tiveram que adaptá-los aos produtos locais. Quem os ajudou a entender estes produtos, saber a época de plantar e de colher, saber o que podia e o que não podia ser consumido, ou como poderiam ser consumidos foram os indígenas, assim como os negros escravizados ou libertos e também os portugueses, que por sua vez também aprenderam com indígenas.

Então o tão famoso pão com *schmier* faz parte deste contexto. As mulheres sabiam fazer o pão com os cereais que dispunham na Alemanha[57], como o centeio, por exemplo. Chegando ao sul do Brasil este cereal não estava disponível. Como fazer o pão, tão essencial na alimentação de trabalhadores rurais? Aprendendo com quem já vivia na região: os indígenas. Assim, aprenderam a fazer pão com farinha de milho, também usando aipim, usando abóbora, que eram os produtos disponíveis no lugar. A *schmier*, por certo as mulheres faziam com frutas da estação no seu local de origem, mas chegando ao RS não encontravam, por exemplo, a maçã. Os negros vão lhes ensinar a colocar frutas da estação, o melado da cana-de-açúcar, a abóbora, a batata-doce para cozinhar e fazer a *schmier* hoje conhecida como *schmier* colonial.



– Quando as pessoas saem de um lugar e vão morar em outro, elas estão acostumadas a comer alguns tipos de alimentos. Mas nem sempre quando chegam no novo lugar elas encontram os ingredientes pra fazer aquela comida. Então, elas vão aprendendo a usar outros ingredientes pra fazer as comidas de uma forma mais parecida com aquilo que elas conhecem.

– Tem que se virar, né, pro? Se não morre de fome! – afirma Luana, cheia de convicção.

– Isso aí! – concorda a professora. – No caso do pão com *schmier*, por exemplo. As mulheres da região da Alemanha sabiam fazer *schmier*, porque é uma forma de utilizar as frutas da estação. Aqui no Brasil, elas tiveram que trocar as maçãs e outras frutas que elas usavam lá por aquilo que elas encontravam aqui.

29

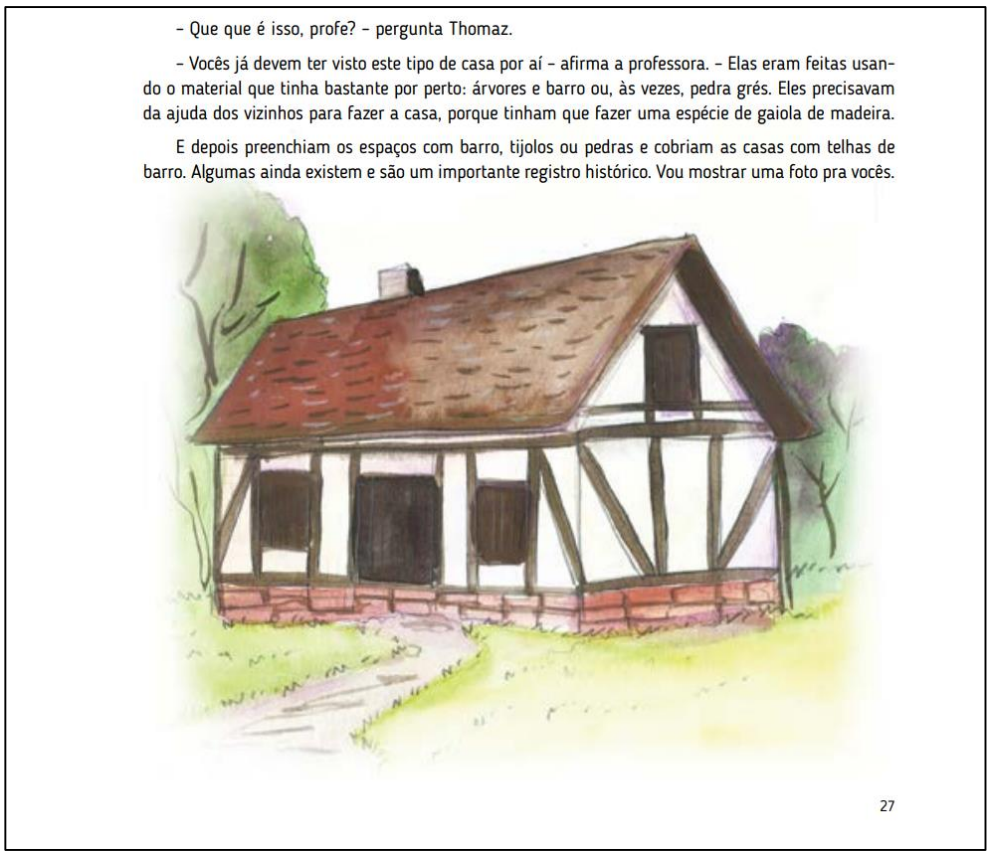
Fonte: Livro A Galerinha da Escola em: colonização alemã (2004, p29)

[57] É sabido que no período inicial da chegada dos alemães não existia um país chamado Alemanha. Que a unificação dos reinos, ducados, grã-ducados aconteceu somente em 1871. Desta forma, usamos Alemanha para designar a região que posteriormente assim se constituiu.

Os exemplos nos permitem compreender a importante e essencial interação que houve entre as culturas. Não ignoramos os inúmeros conflitos, de forma especial entre colonos alemães e grupos indígenas, assim como não o fazemos em relação aos imigrantes alemães terem se utilizado da mão-de-obra escrava e o livro em questão também não, mas para esta escrita as trocas culturais que moldaram os povos e que hoje nos chegam através de um legado gastronômico, por exemplo, são o ponto central, porque através deste estudo, do entendimento da história, da compreensão do passado e da multiplicidade cultural, pode surgir o sentimento de identidade e pertencimento desde a infância. Identificar o patrimônio cultural imaterial presente no dia-a-dia é educação para o patrimônio.

Mas o livro também aborda o patrimônio cultural material ao falar sobre as várias etapas pelas quais a moradia deste grupo de imigrantes passou, desde aquelas cabanas improvisadas dos primeiros dias na sua nova terra, até a construção das sólidas casas utilizando a técnica construtiva denominada de enxaimel (Figura 2). É importantíssimo que os alunos compreendam a importância destas casas que ainda podem ser vistas em toda a região de colonização alemã como importantes registros de histórias e de memórias e não tão somente como "casas velhas". Importante que entendam tudo o que uma edificação guarda de registros materiais e imateriais e que é por isso que se tornam insubstituíveis e devem ser preservadas.

Figura 2


- Que que é isso, profe? - pergunta Thomaz.

- Vocês já devem ter visto este tipo de casa por aí - afirma a professora. - Elas eram feitas usando o material que tinha bastante por perto: árvores e barro ou, às vezes, pedra grés. Eles precisavam da ajuda dos vizinhos para fazer a casa, porque tinham que fazer uma espécie de gaiola de madeira.

E depois preenchiam os espaços com barro, tijolos ou pedras e cobriam as casas com telhas de barro. Algumas ainda existem e são um importante registro histórico. Vou mostrar uma foto pra vocês.

27

Fonte: Livro A Galerinha da Escola em: colonização alemã (2004, p27)

Considerações finais

O que objetivamos trazer para o debate foi uma iniciativa de através de um livro infantojuvenil, paradidático, realizar a transposição didática de um tema que está em alta no ano do bicentenário da imigração de falantes de línguas alemãs ao sul do Brasil, mas que é trabalhado todos os anos. Servir de apoio pedagógico para trabalhar o processo migratório com tudo o que envolve ele: motivações, contato com povos que já habitavam o local, a interação cultural entre estes povos e o rico patrimônio cultural material e imaterial advindo disso e que chega até os nossos dias. Entendemos este livro como uma ferramenta de educação para o patrimônio na medida em que traz o conhecimento que é essencial para o desenvolvimento do sentimento de identidade e pertencimento ao local em que os alunos vivem. E para isso, utilizando uma linguagem muito próxima do cotidiano dos alunos. O trabalho do professor fica facilitado podendo contar com materiais paradidáticos, uma vez que nem todas as demandas de sala de aula são trabalhadas em seus processos de formação.

Encerro esta escrita, reafirmado que o livro "A galerinha da escola em: colonização alemã", se trata de uma primeira experiência pessoal de escrita para o público infantojuvenil com vistas a contribuir com um processo que é delicado e necessário: construção de conhecimento em sala de aula. Esperamos que muitos outros autores saiam de sua zona de conforto e lancem um olhar na direção da produção de material paradidático. E para ilustrar como a educação para o patrimônio traz resultados inclusive à curto prazo, me permito fazer um breve relato de experiência. Fui convidada para um "bate-papo com a autora" na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Luiz Trezzi, do Município de Nova Hartz, com alunos do jardim ao 4º ano. Alguns dos alunos já tinham lido o livro e outros ainda não. Foi uma oportunidade muito interessante de conversa e troca com eles sobre o livro e o tema. No dia seguinte à minha visita à escola, uma das professoras entrou em contato para relatar que vários alunos haviam levado pão com *schmier* para o lanche. Não há necessidade de maiores explicações. O fato fala por si só.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf Acesso em 05 Nov. 2024

BRASIL. **Educação Patrimonial**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343. Acesso em 05 Nov. 2024

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

IPHAN – Disponível em https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/educacao-patrimonial. Acesso em 05 nov.2024

OSTETTO, Luciana Esmeralda**. Planejamento na educação infantil.... Mais que a atividade. A criança em foco**. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/153859122/planejamento-crianca-em-foco-ostetto-1 Acesso em 05 nov. 2024

PRIAMO, Vania Inês Avila. **A galerinha da escola em**: colonização alemã. São Leopoldo, RS: Oikos, 2024

SILVA, Denise Regina Quaresma da. STUMPF, Glauce. Pedagogia das datas comemorativas nos anos iniciais: Dia do gaúcho. **Sociology of Law**. Crise Sanitária e Regulações Democráticas. Canoas: 2021

NOTAS SOBRE A PATRIMONIALIZAÇÃO DE REFERÊNCIAS CULTURAIS TEUTO-BRASILEIRAS: CAMINHOS E CONTRADIÇÕES

Yves Marcel Seraphim

Comparadas às referências culturais luso-brasileiras, afro-brasileiras, indígenas e ítalo-brasileiras, as referências culturais teuto-brasileiras se encontram pouco inseridas em processos de patrimonialização, sejam eles de tipologia material ou imaterial, sejam eles de instância municipal, estadual ou federal. Este trabalho ensaia motivos simbólicos e sociológicos capazes de descrever e explicar os limites da participação teuto-brasileira nas políticas de patrimônio cultural.

O texto se organiza não tanto a partir de aprofundamentos temáticos em certas referências culturais, pois privilegia uma exploração comparativa entre diferentes dimensões da interface entre grupos sociais e políticas culturais. Há de se observar que a baixa intensidade de patrimonializações não corresponde necessariamente a um baixo investimento social ou político de institucionalização no campo da cultura. Festas temáticas, culinária típica, memoriais e museus parecem compor os exemplos mais frequentes das iniciativas culturais desses grupos. Se essas dimensões de política cultural são as que encontram adesão, o que a análise ganha ao as cotejarmos com a aparente ausência da dinâmica patrimonial? Uns e outros são incompatíveis?

Diferente das abordagens que delineiam uma espécie de universalidade variável da noção de "patrimônio" (GONÇALVES, 2003), este texto se alinha a uma compreensão crítica do patrimônio como articulação entre grupos sociais e formas de Estado (CAMPOS, 2020). Nessa esteira, os patrimônios são mais bem descritos por sua face de administração contínua: *patrimonialização*. Não é demais antecipar que esse posicionamento político-estatal não significa aceitar que as expressões culturais dependam da interface entre sociedade civil e Estado. Bem pelo contrário, trata-se de ressaltar que nem toda manifestação ou referência precisa ser classificada (oficial ou extra-oficialmente) como patrimônio para que seja considerada "cultural". A cultura está dada, ela, sim, é imanente. O que varia é a demanda que os sujeitos que a vivem e que lhe dão vida tem - ou não - em termos de reconhecimento público e os possíveis desdobramentos de salvaguarda daí decorrentes.

Este texto é um primeiro exercício exploratório feito para cotejar diferentes políticas culturais e sua baixa ou alta adesão por parte de comunidades teuto-brasileiras.

Passaremos pelos tombamentos (a partir do caso de templos protestantes), pela musealização na região de forte presença imigrante, pelas festas municipais e, por fim, pelo processo de Registro de patrimônio imaterial (com destaque para referências culturais de dimensão culinária). Como o sobrevoo por todos esses tópicos é minimamente largo, priorizamos aqui a mirada comparativa de modo que as propriedades de uma política cultural, quando contrastada com outra, apareçam de forma mais nítida. Por meio das comparações, esperamos construir hipóteses que iluminem algumas razões *culturais* - correndo o risco da redundância nessa discussão sobre patrimônio *cultural* - capazes de explicar a pouca intensidade de patrimonialização de referências teuto-brasileiras.

Templos protestantes e seus tombamentos

Comecemos com a seguinte constatação. Na instância do estado do Rio Grande do Sul, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (Iphae/Sedac), há apenas uma igreja luterana tombada. Trata-se da antiga igreja evangélica do hospital colônia de Itapuã. O templo foi o último projeto de Theodor Wiederspahn, responsável por edificações renomadas - em estilo eclético - das primeiras décadas do século XX em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Algumas de suas edificações na capital hoje são tombadas, a exemplo Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) e do Hotel Majestic (atual Casa de Cultura Mario Quintana). Não é difícil perceber - e a leitura do processo administrativo do tombamento não deixa ainda menos espaço para dúvidas - que a motivação do tombamento jaz menos na significação histórica da igreja, e mais no reconhecimento da obra de um arquiteto célebre no estado.

Ambas as ênfases são possíveis e não é nosso objetivo aqui contestar a justificativa do tombamento. A discussão sobre esse caso serve, antes de mais nada, para reforçar a baixa adesão de templos religiosos luteranos ao rol de bens tombados. Cabe recordar que as denominações luteranas no Brasil se instalam historicamente com as levas de imigrantes iniciados no século XIX. Embora a formação social dos luteranos brasileiros tenha se alterado, permanece uma sólida identificação étnico-religiosa entre ser luterano e ser de ascendência alemã. Complementarmente, a nível federal, isto é, sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), alguns tombamentos de templos religiosos luteranos ou mesmo protestantes em geral

integram projetos temáticos mais amplos, voltados ao patrimônio das imigrações. Na falta de um conhecimento mais completo, que não nos compete aqui, pode-se presumir que tais projetos nasceram de processos administrativos iniciados pelos próprios institutos.

Sabendo que as comunidades que compõem as congregações luteranas correspondem, em medidas variáveis, a comunidades teuto-brasileiras, podemos constatar que tais comunidades não acessam frequentemente políticas de tombamento, ao menos para edificações religiosas. Por que as coisas se passam dessa forma?

Uma resposta plausível está no modo como a antropóloga Clara Mafra apresentou, para diferentes contextos protestantes no Brasil, o baixo uso do que ela chamou de a "arma da cultura" (MAFRA, 2011). Na base de sua hipótese, está a discussão sobre os modos como diferentes grupos sociais se apropriam diferentemente de categoria "cultura" e das políticas públicas construídas para essa suposta seara da vida em sociedade. Em particular, Mafra faz notar as mediações simbólicas que constrangem - mas certamente não impedem - o acesso de certas comunidades religiosas protestantes (presbiterianos, assembleianos e iurdianos) a políticas culturais como o tombamento de templos, a musealização de itens de missionários renomados e a construção de edificações que replicam a arquitetura descrita na Bíblia. Entre as compromissos simbólicos estão a iconoclastia protestante e a formação de uma monumentalização religiosa desprovida de características europeias (que remeteriam, portanto, a um cristianismo unicamente católico).

Ressoando indiretamente o antigo argumento de Louis Dumont (2008) de como, na Índia os valores que regem o sistema religioso engloba outros sistemas sociais, como o da política, Mafra indica uma relativa dificuldade entre grupos protestantes para manejarem aquilo que as religiões católicas e afro-brasileiras se habituaram: o englobamento da noção de "religião" por uma, ainda mais ampla e supostamente compartilhada com outros segmentos sociais, de "cultura". Assim, embora reivindiquem igualdade de direitos, inclusive no financiamento público de festas religiosas, os protestantes titubeiam em levar a cabo a utilização da tal "arma da cultura".

O que se desdobra dessa apreciação é a seguinte pergunta: a baixa intensidade de patrimonialização de templos protestantes, particularmente aqueles ligados à comunidades teuto-brasileiras, pode ser explicada por essa espécie de descompasso entre o lugar dos valores religiosos e a interferência necessária à política pública? Trata-se de uma questão em aberto para pesquisas futuras.

Musealização

Na interface entre patrimônio material (com destaque para os bens móveis) e imaterial, encontramos os museus do Rio Grande do Sul. Para as regiões de imigração alemã, o que salta aos olhos é o descompasso entre a alta quantidade de instituições museais e a baixa presença de processos de patrimonialização. Comparemos as seguintes figuras:

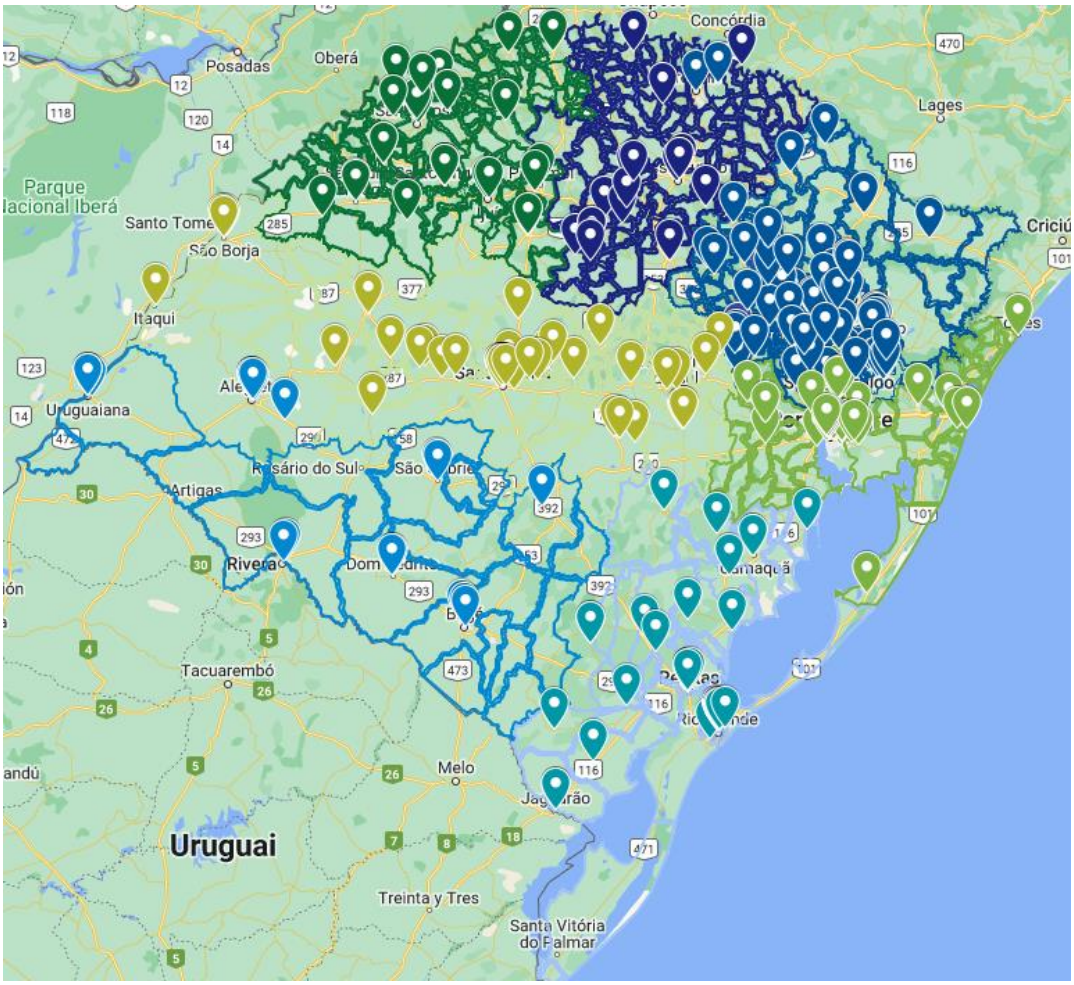


Figura 01: Mapa dos museus do Rio Grande do Sul conforme as regiões museológicas do SEM.
Fonte: https://cultura.rs.gov.br/sistema-estadual-de-museus[58]

[58] Acesso em 29 out. 2024.

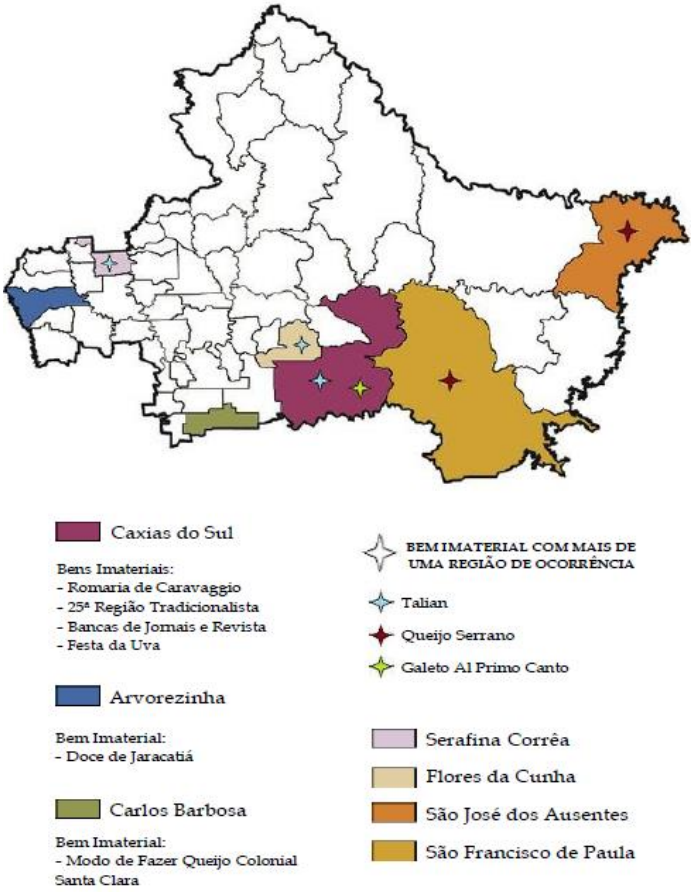


Figura 02: Mapa de bens imateriais reconhecidos a nível municipal na mesorregião Nordeste rio-grandense. Fonte: IPHAE, 2021, p. 43.

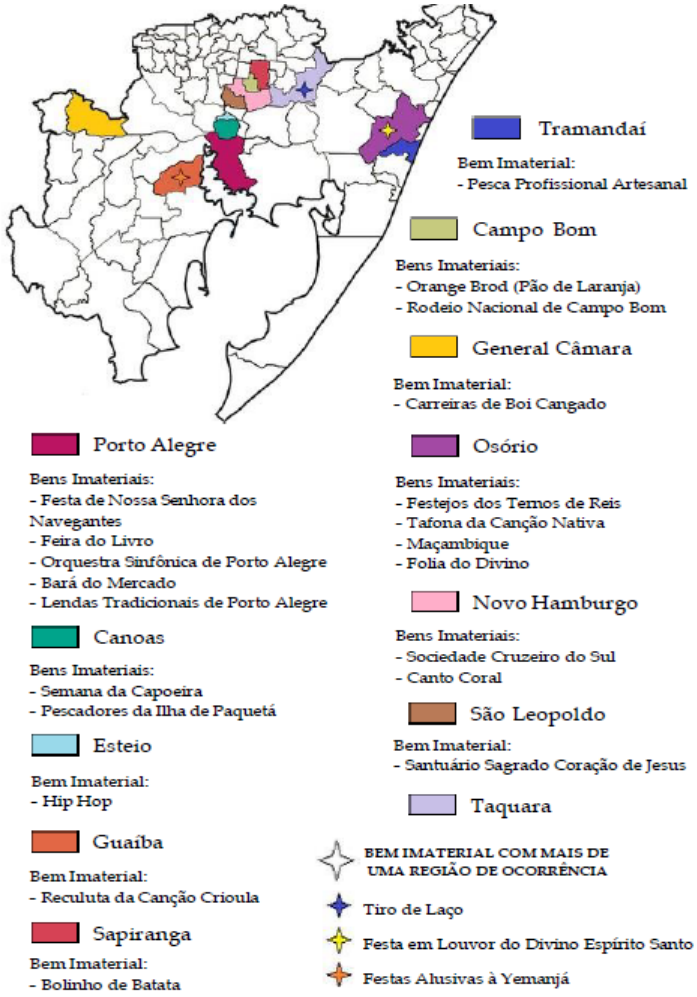


Figura 03: Mapa de bens imateriais reconhecidos a nível municipal na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. Fonte: IPHAE, 2021, p. 18.

A sucessão das três figuras de mapas evidencia o contraste entre a presença da patrimonialização e a dos museus. Pelo recorte das figuras de bens imateriais reconhecidos (incluindo processos administrativos regulamentados e leis declaratórias), percebe-se o recorte territorial de regiões conhecidas pela imigração europeia. No mapa do Sistema Estadual de Museus, convém salientar a 2ª Região Museológica, representada em um tom médio de azul, uma vez que ela consiste na:

> "[...] localidade com o maior número de municípios do Estado, 125 ao total. Em igual forma, a região se sobressai por possuir o maior número de municípios com museus, sendo estes na ordem de 63. Com isto, consideramos que metade dos municípios da 2ª Região Museológica contam com, ao menos, uma instituição" (SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS, 2023, p. 06).

Por óbvio, essas informações não se ocupam das possíveis referências a temáticas teuto-brasileiras. Tal enquadre demandaria um esforço suplementar àquele iniciado aqui:

tornar visível o fato de que a musealização é a política cultural privilegiada pelos municípios com histórico de imigração europeia, o que inclui a imigração alemã. A pergunta é se tal preferência pela musealização está vinculada, em contrapartida, a um baixo envolvimento com políticas de patrimonialização. Qual seria a diferença, então, entre a aposta no museu e a aposta no patrimônio?

Poder-se-ia levantar a hipótese de que o campo do patrimônio, sobretudo o do patrimônio imaterial, lida com conceitos demasiado abstratos, o que dificultaria sua incorporação por parte da sociedade civil. É possível que haja alguma verdade nisso. Minha experiência no Iphae atesta a necessidade de se repetir constantemente, para vários tipos de público, o próprio conceito de patrimônio e suas tipologias e vertentes. No entanto, a hipótese permanece insuficiente.

Embora não haja bem imaterial teuto-brasileiro registrado a nível de Iphan, houve comunidades de detentores ligados à identidade teuto-brasileira que acessaram com sucesso os recursos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, edital regularmente organizado pelo Iphan. Existe, portanto, um mínimo de adesão à política de patrimônio, ao menos quando ela diretamente vinculada a um meio de fomento financeiro. Essa adesão não se manifesta, porém, na maior parte dos processos regulamentados de patrimonialização: inventário, registro e salvaguarda planejada.

Além disso, a respeito da alegada dificuldade conceitual do patrimônio imaterial, vale recordar que a ideia de musealização e das atividades museais não são, em si mesmas, menos abstratas ou complexas. Se hoje elas nos parecem descomplicadas é porque a prática de convivência com os museus, garantida por algum grau de consistência em sua estruturação enquanto política cultural, tornaram esse campo de atuação mais costumeiro. Em que pesem as críticas dos museólogos em torno de noções anacrônicas de museus, certas ideias antigas sobre musealização, sobretudo em instituições dos municípios, ainda animam o expediente desses espaços de trabalho. De forma simplificada, podemos citar, entre essas tendências tão criticadas quanto presentes, a autonomia da musealização, ou seja, o museu enquanto espaço de atividades contido em uma edificação institucional e a objetividade material do acervo por meio da qual identidade e história são comunicadas por um conjunto específico de artefatos, que formam uma *memorabilia*.

Enquanto isso, a patrimonialização exige objetivar aquilo que a antropologia e a sociologia, desde clássicos como Durkheim e Marx, sabem ser pouco afeitos a tal processo: as próprias relações sociais. Discute-se bastante a ênfase antropológica do conceito de patrimônio imaterial, sobretudo, quando se descreve a expansão da noção de

cultura para toda forma de expressão humana, na contramão de uma ideia canônica de cultura. Menos se comenta, contudo, que um dos principais desenvolvimentos do conceito de cultura contemporâneo ao alargamento tipológico do patrimônio (ou seja, nos anos 70) destacavam que a cultura se inventa por meio de obviações, daquilo que se vive como algo dado (ao contrário do coletivamente convencionado), e que, portanto, é difícil de se discutir abertamente. A cultura, afinal, é cotidiana, corriqueira, banal. A patrimonialização, ao contrário, nasce de um gesto de "desbanalização" de certas referências culturais de determinado grupo de detentores. Em certo sentido, estamos face a algo como a patrimonialização *contra* a cultura.

Ao fim desta seção, a hipótese é que a musealização adere, ao contrário do patrimônio, porque sua competência de manutenção e exposição de acervos artefatuais conversa facilmente com práticas cotidianas de memória das comunidades em que a preservação de certos artefatos antigos é um procedimento presente. Lembra-se por meio das coisas. Em contrapartida, o patrimônio imaterial, embora não se desligue do mundo sensível, estrutura-se pela evidenciação de algo não necessariamente visível: o conjunto dinâmico de relações sociais que dão vida a uma comunidade.

Festas municipais

Um dos principais vetores de patrimonialização a nível municipal são projetos de leis para a declaração de festas locais como patrimônio imaterial. Sem entrar na problemática da concorrência entre poderes executivo e legislativo centrada na legitimidade ou não das leis declaratórias de patrimônio, fiquemos apenas com o destaque às festas, que, quer queira, quer não, consistem em uma política cultural dos municípios.

Há uma literatura de Ciências Humanas dedicada à compreensão de tais eventos como moduladores de *regimes de memória* sobre a história local. Um exemplo está em um dos capítulos da tese de André Procópio Gomes, sobre consolidação de Blumenau, SC, como um polo turístico por meio de festividades identitárias que, nos anos 80, culminaram na maior *Oktoberfest* do Brasil (GOMES, 2021). Essas celebrações teuto-brasileiras misturam a hipervalorização de um povo *trabalhador* com a efervescência do chope. Além da bebida alcoólica, é comum que tais festas sejam intituladas em referência a um ou mais produtos alimentares. Festas de banquete do presente e do trabalho no passado. Além disso, Gomes argumenta que o crescimento das festas municipais em

Blumenau a partir dos anos 70 supriu, em termos de configuração da identidade teuta da cidade, o vão aos poucos deixados pela diminuição dos usos, orais e escritos, da língua alemã, cuja transformação se deu menos pela proibição nacionalista durante a Segunda Guerra Mundial (haja vista o comprovado uso do alemão durante os anos 50 e 60 em Blumenau) e mais pela influências da urbanização, ligadando cada vez mais a cidade a outros polos do estado e do país. Diminuído o peso da língua, restou a atratividade das festas.

Mas ao concordarmos que tais eventos são também organizadores da memória e das referências locais, que razões, além das vantagens econômicas, podemos elencar para a intensidade da elaboração de festas como política cultural municipal, em especial se comparado com as possibilidades de patrimonialização? Em primeiro lugar, celebrações são momentos considerados, em si mesmos, extraordinários. Embora um inventário de patrimônio cultural imaterial possa observar o quão ampla é a movimentação prévia e posterior que condicionam a existência do evento final, para as pessoas que a vivenciam, inclusive seus organizadores, a festa permanece um momento peculiar na sucessão do tempo cotidiano, ela persiste na qualidade de culminação efetiva do seu preparo. A celebração é visível à medida que é um ato socialmente destacado, chamativo. Estamos na antípoda, portanto, daquilo que escrevemos acima sobre o caráter tímido da objetivação das relações sociais. Nesse sentido, permanecem minimamente razoáveis as considerações de Durkheim de que as festas, como os ritos que são, formam instantes em que a sociedade se hipostasia e se enxerga desde fora como um todo integrado. Em outras palavras, as festas servem para gerar não apenas a *imagem particular de uma dada sociedade*, mas também para ilustrar a própria *noção de sociedade*.

Dessa perspectiva, uma hipótese plausível é que as festas formam uma política cultural de alta adesão porque permitem a formação de uma identidade municipal centrada nas prerrogativas imaginadas para uma ou mais etnias. A tese de Benedict Anderson acerca das comunidades imaginadas a nível de Estado-Nação (ANDERSON, 2008) não deixa de ressoar no escopo municipal, onde um dos principais liames que unifica a autoapresentação local se dá nos termos de uma festa. Façamos um exercício comparativo. Ao passo que os rodeios de CTG, os quais acontecem nos diferentes municípios se reportam menos a uma identidade local e mais a um *gauchismo* que ultrapassa inclusive as fronteiras do Rio Grande do Sul, as festas municipais de temática étnica costumam enfatizar não uma unidade entre as várias celebrações pelo estado em torno da mesma etnia, mas sim a identificação entre determinado município e

determinada(s) etnia(s). Tal identificação, aliás, não se restringe à comunidade local, uma vez que as festas frequentemente formam uma ponte entre política cultural e política de turismo, ou seja, um evento voltado para grupos advindos de outras partes do estado ou do país. Assim, a festa age como uma vitrine turística que seleciona cuidadosamente quais elementos próprios serão exibidos e de que maneira. Estamos bem distantes, como se vê, do caráter cotidiano e positivamente banal do patrimônio imaterial.

A culinária e sua eficácia

Até aqui, este *paper* se dedicou a dimensões que aparentemente freiam ou concorrem com os processos de patrimonialização. No entanto, há um campo da vida social que tem se prestado ao enquadre do patrimônio cultural mais eficazmente, a saber, a culinária. No Iphan, está em andamento o processo de "Registro do *Kochkäse* como Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do Itajaí" e no Iphae corre o processo aberto do "Registro dos Saberes e Modos de Fazer Cuca do Município de Rolante como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul". Em ambos os casos, o trabalho de inventariação já foi realizado, contando com entrevistas, levantamento de receitas e técnicas de elaboração.

Tendo em vista a vinculação deste autor como antropólogo do Iphae, será o caso da cuca de Rolante que enfatizaremos a fim de apresentar alguns dos desafios colocados à patrimonialização. Como se sabe, a cuca é um alimento de distribuição ampla ao longo do Sul do Brasil, presente em diferentes comunidades historicamente ligadas às imigrações europeias. Acompanha tal distribuição a variedade de tipos de cuca: mais altas, mais baixas, com recheio, sem recheio, com cobertura, sem cobertura etc. Com a recepção do inventário realizado pela Associação de Amigos do Museu de Rolante com recursos do Edital Sedac no 07/2021 - FAC Patrimônio, o Iphae se deparou com a dificuldade de equacionar a diversidade de receitas e cucas com o reconhecimento do trabalho de inventário efetivamente realizado em Rolante, ou seja, em uma porção específica de uma constelação culinária um tanto mais vasta. Ainda que o objetivo seja evitar uma equivalência direta entre cuca e comunidades teuto-brasileiras, uma vez que o doce se tornou referência também para outros grupos, seria bastante produtivo que o processo iniciado em Rolante suscitasse trabalhos parecidos em outros municípios com alguma ligação com a cuca.

Em particular, o inventário de Rolante foi capaz de apresentar de modo bastante original uma referência cultural associada ao modo de fazer culinário: o modo de fazer forno de tijolo. Durante a pesquisa os inventariantes puderam notar a constância com que os entrevistados apontavam a especificidade do forno local como algo de importância técnica para a elaboração tradicional de sua receita. Nessa esteira, um das ações de salvaguarda já realizadas foi a filmagem de um pedreiro de habilidade reconhecida na construção do forno, para que o passo a passo da obra esteja disponível para as próximas gerações de construtores. Além disso, a atenção ao forno pode abrir os olhos dos inventariantes a uma necessidade previamente desconhecida, o mapeamento dos fornos antigos ainda mantidos em pé, sobretudo, nos salões comunitários no interior do município. De uma forma inusitada, volta-se ao patrimônio edificado, agora menos preocupado com a monumentalidade e mais ligado a critérios de relevância compartilhados com os intuitos locais de salvaguardar os detalhes gustativos de uma receita, circunstância que depende não só das mãos que preparam massas, recheios e coberturas, mas também das mãos que levantam tijolos.

Em uma tentativa breve de entender porque é na culinária que a patrimonialização de referências culturais teuto-brasileiras encontram maior adesão podemos construir uma hipótese que se organiza a partir das hipóteses anteriormente aventadas neste texto. Podemos constatar que a culinária se situa a meio-caminho entre a artefatualização característica dos museus e a identificação municipal própria às festas municipais. Dito de outra maneira, a culinária combina o fato de produzir artefatos concretos (mesmo que consumíveis e, portanto, efêmeros) com o vínculo comum que se estabelece entre um local, notadamente um município ou região, e uma receita - algo que já apontamos quando indicamos que diversas festas municipais se intitulam conforme um alimento temático. Por compartilhar essas qualidades com os elementos que compõem políticas culturais mais acessadas, a culinária se torna aparentemente mais visível aos olhos das comunidades e, a partir daí, seu enquadramento como um patrimônio cultural parece mais factível.

Considerações finais

Este texto partiu de um problema vivenciado em primeira mão por aqueles que trabalham em órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural: a dificuldade com que a

sociedade civil, ou de forma mais palpável, com que comunidades de detentores preferem acessar outras políticas culturais se em comparação com a patrimonialização. Se, por óbvio, a diferença não está em uma divisão nítida de temas de acordo com instituições, então a questão se encontra talvez nas premissas sociais dessa forma de política pública. Nossa aposta é que há descompassos entre, por um lado, as forças que animam os esforços locais em prol de valorização, difusão, proteção e preservação de suas referências culturais e, por outro, a competência efetivamente prevista pelos órgãos de patrimônio.

No entanto, uma confissão é necessária. Seria difícil afirmar que os problemas aqui debatidos são exclusivos de comunidades teuto-brasileiras. Embora elas, de fato, possam estar distanciadas da patrimonialização quando comparadas a outros grupos sociais, a exemplo de povos e comunidades tradicionais que procuram no reconhecimento de patrimônios culturais o fortalecimento de direitos sociais, tais grupos teuto-brasileiros, precisamente por conta dessas distâncias, ilustram de forma peculiar os limites que a patrimonialização encontra enquanto uma política cultural em meio a um conjunto maior de políticas culturais.

Convém evitar um posicionamento que condena ou naturaliza a baixa adesão de representantes teuto-brasileiros no campo do patrimônio cultural, sobretudo nas esferas que excedem o patrimônio edificado. Este texto é um primeiro esforço de reunir ideias, perguntas e comparações entre distintos processos institucionais (Tombamento, musealização, festas municipais e Registro) a fim de experimentar contrastes e sombreamentos e evidenciar que o campo esse campo de atuação se organiza por meio da tensão entre, por um lado, a divisão de competências e instituições e, por outro, a persistência de expectativas indistintas por parte das comunidades que acessam as políticas culturais.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. **Proposições para o patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo: Edusp, 2008.

GOMES, André Procópio. **A construção da memória**: identidade e narrativa na Blumenau pós-campanha de nacionalização (1946-1980). Tese de Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo. O patrimônio como categoria de pensamento, ensaios contemporâneos IN: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio, ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: D.P&A, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO (Org.). **Mapeamento de bens imateriais do RS**: patrimônio cultural municipal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL; Iphae, 2021.

MAFRA, Clara. A "arma da cultura" e os "universalismos parciais". **Mana**, v. 17, n. 3, p. 607-624, 2011.

SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS (Org.). **A presença dos museus nos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEM/RS, 2023.

DESIGN TEUTO-BRASILEIRO

Günter Weimer

As condições pelas quais foram engajados os "alemães[59]" para virem ao Brasil são bem conhecidas. Em primeiro lugar, a corte portuguesa pretendia construir na região serrana do Rio de Janeiro uma "cidade residência", à maneira dos países mais importantes da Europa, como Versalhes, na França, Sanssouci, na Prússia, Schönbrunn, na Áustria ou São Petersburgo, na Rússia. E nada foi considerado mais conveniente, segundo os preconceitos da época, que trazer colonos centro-europeus para lhe dar a devida "dignidade". Por isto foram trazidos, em 1818, colonos suíços que foram assentados em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo.

Depois da declaração da independência e da retirada das tropas portuguesas para Lisboa, o governo imperial não contava com uma força militar que lhe garantisse a sustentação. A forma tradicional de resolver este problema seria a contratação de mercenários, mas isso estava se tornando difícil pelo fato de que, depois da derrota de Napoleão Bonaparte, a Restauração promovida pelas principais casas reinantes europeias proibiu a contratação de militares profissionais para evitar a formação de legiões estrangeiras como o havia feito o imperador francês, depois da exaustão das tropas nacionais.

A forma de superar este problema foi a contratação de mercenários sob a alegação de que tratavam de agricultores. Estes foram encontrados sob condições favoráveis especialmente depois da guerra da Prússia contra a Dinamarca que deixou muitos militares profissionais sem perspectivas de novas contratações. Para contornar estes impedimentos, resolveu-se embarca-los como sendo agricultores em busca de novos domicílios. Para dar credito a esta versão, tiveram de ser contratados agricultores verdadeiros. Estes também estavam à disposição naquele país em razão das fortes tensões sociais engendradas pelo violento processo de industrialização que estava se instalando. Como a conflagração social foi generalizada, acabaram por se engajar no movimento de emigração pessoas das mais diversas classes sociais.

[59] À época ainda não se tinha constituído o país Alemanha em razão do que o termo "alemão" deve ser entendido como designativo de pessoa portadora de cultura ou de fala alemãs e não de nacionalidade alemã. A Alemanha na forma como a conhecemos hoje somente se formou depois da guerra franco-prussiana, a partir de 1871.

Com a chegada destes contingentes ao Rio de Janeiro, eram selecionados os que que estavam aptos a integrar o exército e os demais foram mandados para o sul do Império sob a alegação de que o clima era mais parecido com o de suas terras de origem e, portanto, teriam melhores condições de adaptação. Todavia, foram motivos de estratégia militar que levaram a esta resolução. Quando as tropas portuguesas se retiraram de Salvador, as tropas estacionadas em Montevideo também resolveram voltar a Lisboa. Quando esta notícia chegou a Buenos Aires, tropas castelhanas atravessaram o Rio Uruguai e tomaram conta da Província Cisplatina sem que o governo brasileiro pudesse reprimi-las por falta de efetivo. O estabelecimento de imigrantes no extremo sul da país tinha por objetivo consolidar a fronteira na região e garantir o abastecimento de tropos para o caso de conflitos militares eminentes.

O movimento imigratório teve continuidade até ser interrompido devido e perturbações políticas que se estabeleceram na capital imperial com a abdicação de nosso primeiro imperador e só foi retomado depois da declaração de maioridade de seu herdeiro e de seu coroamento. Durante o resto do século e no início do seguinte, a quantidade de imigrantes flutuou muito mais consequência das instabilidades internas da Europa central do que da política brasileira. A esperada imigração em massa esperada para depois do fim da I Guerra Mundial não se confirmou e a partir da década de 1920 a vinda de alemães se tornou irrelevante em números.

O que é menos conhecido entre nós são as condições pelas quais passaram tanto militares como colonos quando se estabeleceram num país para eles desconhecido. Os agenciadores faziam promessas fantasiosas e descreviam o país como assemelhado a um paraíso terrestre.

A literatura sobre a matéria, em geral, atribui esta emigração a dois fatores básicos: uma sucessão de más colheitas que teriam espalhado a fome e a miséria e o início da industrialização. Certamente estes fatores não deixaram de ser relevantes, mas colheitas frustradas não se constituíam em novidade e nem por isto haviam causado emigrações no passado. Por outro lado, o desencadeamento da revolução industrial, por si só, dificilmente poderia ser invocado como fator decisivo para a expulsão de tantos cidadãos, pois cumpre assinalar que somente uma quantia mínima se dirigiu a nosso país (cerca de 2% durante o século XIX).

É certo que dentre os Estados que formavam a União Alemã, a Prússia sofreu o maior impacto das mudanças emanantes tanto da Revolução Francesa como da industrialização por ter conseguido estender suas fronteiras até a divisas da França onde

o processo revolucionário levara a profundas transformações sociais. Estava, portanto, mais sujeita a estas influências "perniciosas" na perspectiva das forças conservadoras. Pela mesma razão a Prússia também recebeu o primeiro impacto deste processo revolucionário e não é por mero acaso que os três principais focos da emigração para o Brasil (por ordem, a Renânia, a Pomerânia e a Vestfália) estavam situados em seu território. Quando o processo emigratório foi deflagrado, a industrialização dava seus primeiros passos. A Prússia produzia apenas 62.000 toneladas de ferro gusa ao ano (em 1826). Este era vendido a um preço de cerca de 30% acima do importado da Inglaterra que ainda era de melhor qualidade. Por isto, a siderurgia só pôde ser implantada à custa de severas sanções contra a importação do ferro inglês. A primeira estrada de ferro foi instalada apenas em 1835 com 8 km de extensão, quando a Inglaterra já estava amplamente atendida por este tipo de comunicação. A primeira máquina a vapor foi instalada apenas em 1799 em seu território e quarenta anos mais tarde sido instaladas apenas cerca de 400 unidades[60].

Estes dados se constituem numa amostra de como foi realizada esta industrialização: a ferro e a fogo, como dizia o adágio popular. A ferro porque era este o material básico para a construção da nova era e a fogo que servia para sua fundição. Para tanto, inicialmente foram expropriadas reservas florestais que serviam de combustível para os altos fornos. As matas haviam sido utilizadas há séculos como fornecedoras de lenha para aquecer as casas dos agricultores durante o longo inverno. Com a desapropriação, muitos colonos viam-se privados de um material imprescindível para sua sobrevivência. Em termos de *desing*, isto significou que os agricultores perderam também um precioso material com que construíam objetos de uso e suas casas. Construções com estruturas de madeira aparente (enxaimel) eram usadas desde tempos imemoriais e se constituíam na imagem representativa da germanidade. A contragosto, a população foi forçada a optar pela construção em pedra.

Porém, os problemas não se resumiam apenas a estes aspectos. Possivelmente mais graves tinham sido os distúrbios políticos e suas nefastas consequências. No início do século as devastadoras guerras napoleônicas haviam arrasado a infraestrutura econômica da Prússia e o coroamento de Jerônimo Bonaparte como rei da Vestfália quebrara o orgulho alemão. O bloqueio continental imposto por Napoleão associado a seu domínio militar revanchista deixou as estradas em ruína e o comércio, na falência. A

[60] FUCHS, Heinz: Produto, forma, história. In: *150 anos de design alemão*, catálogo de exposição, Stuttgart, Fink, 1988, p. 10 e seg.

campanha pela derrubada o do imperador francês ainda exigia um sacrifício complementar no que se referia à constituição de tropas. Quando sobreveio a quebra da safra de 1817, os preços dos cereais simplesmente decuplicaram. O nível de vida baixou consideravelmente e em meados da década de vinte muitas das empresas consideradas sólidas, entraram em falência. A crise foi de tal ordem que os salários dos funcionários públicos foram drasticamente reduzidos e um imposto escorchante passou a ser cobrado sobre os objetos de uso de prata de propriedade dos cidadãos. Esta situação levou a que as revoltas se tornassem latentes e a resposta do Estado foi uma repressão policial e a mais completa censura dos meios de comunicação. Até mesmo as aulas nas universidades eram assistidas por censores. O controle da vida privada ia aos extremos de se proibir o ato de fumar cachimbos ou charutos e o habito de beber café era reprimido sob a alegação "de acelerar as batidas do coração".

Com a Restauração, a nobreza que havia sido seriamente abalada em seus privilégios, voltou a gozá-los com plena vigência. Ao contrário da nobreza ibérica cujos privilégios sempre dependiam do humor ou dos interesses circunstanciais dos monarcas, na Europa central os mesmos eram tidos como sendo delegados por ordem divina em razão do que os nobres se julgavam acima do bem e do mal. Por isto asseguravam para si todos os direitos de ostentação de sua condição o que teve por consequência que mesmo os negociantes ricos, ditos "burgueses", eram forçados a levar uma vida modesta e comedida o que os levou aplicar seus capitais para gerar ainda mais capitais. Isto os tornava cada vez mais ricos e acabaria por levar a um fim previsível: a tomado do poder a médio prazo. Enquanto os agricultores e o proletariado nascente se atinham a suas formas tradicionais de objetos de uso, os burgueses ousavam usufruir de objetos de melhor qualidade material, mas que apresentavam formas muito simples para não despertar a cobiça da nobreza que não tinha qualquer pudor em simplesmente lançar mão de bens das classes "inferiores" quando isto lhes era conveniente. Por esta razão, o *design* burguês se assemelhava muito ao do popular. Noutros termos isto significa que se podem distinguir três categorias de *design* vigentes à época: o das classes populares, o da burguesia e o da nobreza.

Vejamos por partes. O das classes populares era identificado como aldeão. Evoluídas da organização social medieval, as aldeias alemãs do século XIX eram compostas por cerca de trinta famílias de agricultores que ocupavam uma área de cerca de cem hectares de terras agricultadas de propriedade comunal às quais eram anexadas certo número de hectares de matas que eram imprescindíveis para o fornecimento de lenha

com as quais eram aquecidas as moradias durante o inverno. Como o ciclo do clima impunha uma pausa nas atividades agrícolas durante o inverno, a população se dedicava ao exercício paralelo de atividades artesanais durante a pausa hibernal. No sentido de aproveitamento máximo das oportunidades, cada família era especializada numa determinada atividade artesanal/intelectual que era passada de pai para filho. Isso conferia um caráter muito conservador ao *design* que era objeto de paulatinos aperfeiçoamentos ao longo das gerações. A origem desta organização derivou das medievais guildas profissionais que velavam pela qualidade de sua produção. Isso se impunha para que não houvesse transgressões de qualidade ou preço sujeito ao monopólio familiar. Cada aldeia tinha uma vida independente onde as desavenças eram julgadas por um conselho da aldeia que promovia a redistribuição das terras em conformidade com as necessidades e/ou evolução do número de membros das famílias. O ponto nevrálgico desta organização era a questão da segurança que era repassada para uma elite guerreira que era sustentada pelos aldeões na forma de pagamento de impostos. Acertos internos promoveram a formação de uma hierarquia militar definida por relações de lealdade e de auxilio mútuo em casos de agressões externas. Com o tempo, esta elite foi conquistando cada vez mais poderes que chegou a exageros de ser considerada como uma instituição divina. Ao mesmo tempo, houve uma centralização do poder que levou a cisões internas com a diferenciação entre alta e baixa nobreza.

Esta dualidade entre suseranos (nobres) e vassalos (aldeões) foi sendo minado pelo surgimento de uma nova classe oriunda de aldeias mais evoluídas, denominadas de burgos, onde artesão mais habilidosos conseguiam se transformar em comerciantes em suas respectivas especialidades e, deste modo, acender a um nível intermediário entre a nobreza e os aldeões. Na medida em que as atividades comerciais foram se aperfeiçoando e fomentando a classe beneficiária foi adquirindo características específicas, denominada de *burguesa*. Desde cedo a nobreza passou a impor sérias restrições ao exercício do poder por parte dos comerciantes. Por esta via, os burgueses[61] estavam impedidos de ostentar a sua riqueza. Isto os levou a aplicar seus capitais em empreendimentos que geravam novos capitais. A médio prazo, estas restrições acabaram por reverter a situação levando os

[61] Esta conjuntura fez com que o qualificativo "burguês" fosse muito valorizado na cultura alemã ao contrário do Brasil onde este termo vem acompanhado com certo sentido de desprezo. Na mesma medida, em nosso país, valorizamos a qualidade das cidades - tanto é que qualquer pessoa nascida no país é qualificada de "cidadão" mesmo que tenha nascido no campo – ao passo que na Alemanha qualquer nativo é qualificado como "burguês" mesmo que tenha origem aldeã ou urbana: ninguém queria ser "cidadão" para não ser confundido com a nobreza decadente. Entre nós, o qualificativo de vilão ou aldeão é depreciativo enquanto na Alemanha, o termo é entendido como uma pessoa correta e honradas.

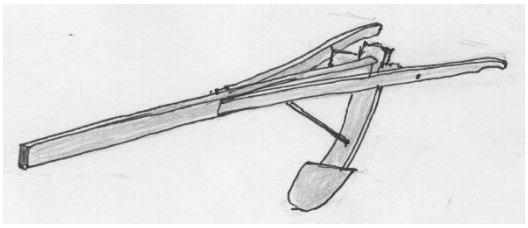
burgueses a disputar o poder sob condições específicas e diferentes dos países europeus que precederam na revolução industrial.

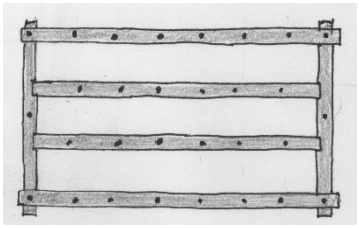
Quando os países do oeste europeu embarcaram de vez no processo industrial, a Europa Central ainda estava dividida de diversas unidades administrativas independentes com evidentes entraves comerciais e de desenvolvimento industrial. Foi com a surpreendente vitória na guerra entre a Prússia e a França em 1871 que se criaram as condições que levaram à unificação da Alemanha. Isso significou um encolhimento da alta nobreza cujo poder foi capitalizado pela baixa nobreza. Esta havia adquirido grande experiência nos tratos políticos, mas estava empobrecida. Isso a levou a fazer associações com os burgueses detentores de capitais para formar as indústrias pioneiras à qual foram incluídos artesãos urbanos mais inventivos que formaram o tripé sobre o qual se afirmou a indústria alemã no período denominado de "época dos fundadores" sustentado por relações "frias", ou seja, de interesses exclusivamente financeiros, e sustentados por um trabalho de equipe de profissionais de formações diversas.

Qualquer reestruturação social é processada sob fortes tensões. As formas tradicionais da produção agrícola já não mais atendiam às demandas dos novos tempos e terras cada vez mais escassas para uma população cada vez mais numerosa que tradicionalmente era reduzida por força de guerras constantes entre os diversos feudos. Com a unificação política da região, as guerras perderam sua razão de ser fazendo com que a população se tornasse mais numerosa. Isso significou que aumentou da demanda de alimentos que a agricultura tradicional não podia oferecer. Desse modo, a existência ia se tornando cada vez mais difícil e conduzia a agitações sociais crescentes. A transformação do campesinato em proletariado urbano atenuava as tensões, mas não impedia sua existência. Por esta razão, a emigração acabou por se tornar uma alternativa viável apesar de perigosa. A viabilidade era tão grande que levou a que as emigrações se tornassem massivas e eram direcionadas para as mais diferentes regiões do mundo, preferencialmente, para os Estados Unidos e uma pequena parte tomou o rumo do Brasil.

Como foi visto. em termos do *design*, estes imigrantes provinham de três classes diferentes: dos aldeões, da burguesia e da nobreza. Entre os agricultores, é claro que preponderavam os instrumentos de trabalho da terra e do processamento da produção agrícola. Para remover a terra, era empregado o arado (figura 1) onde uma chapa de ferro era presa a uma armação de madeira que era fixada a uma canga apoiada nos cangotes de uma junta de boi e servia para remover e arejar o solo. Como este processo produzia muitos torrões de terra, era necessário rompe-los com a grade que era um retângulo (figura

2) ou um triângulo (figura3) de madeira provido “dentes” de madeira e era arrastado por sobre a terra arada para homogeneizar sua superfície e para afofá-lo para receber a semeadura. Nas hortas este trabalho era feito manualmente com um ancinho e a aeração da terra, com uma pá de corte. Para trabalhar a terra ainda havia uma variedade de enxadas, picaretas e pás de ferro. A colheita era feita com o corte com foices específicas para cada tipo de cereal. A limpeza dos cereais era feita sobre um lençol grosso sobre o qual era derramada a colheita que era batida com o malho para tirar o grão da casca. Depois de devidamente malhado, o conjunto era passado numa peneira para separa os grãos das cascas.





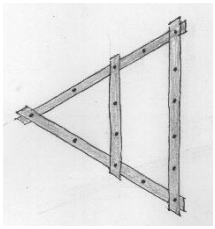
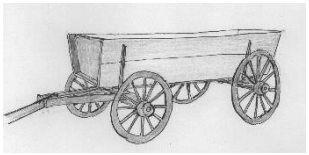
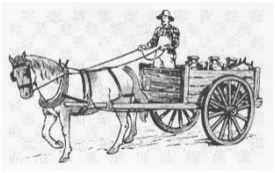


Figura 1: Arado germânico.
Figura 2: Grade retangular.
Figura3: Grade triangular.

Para o transporte havia duas alternativas: a carreta e a carroça. A primeira consistia num eixo com uma roda em cada extremidade que era fixada a dois paus compridos que era, por sua vez ligado à canga para se puxado por um boi. (No Brasil passou-se a preferir um cavalo - figura 5). Sobre o eixo e o cabeçalho estava apoiada um caixão de madeira que segurada a carga a ser transportada. Todavia, os colonos tinham uma preferência por carroças (figura 4). Estas tinham dois eixos, um fixo e o outro móvel. A móvel era semelhante ao da carreta e o fixo tinha um pau articulado com o centro do eixo móvel. Sobre este pau e o eixo fixo era construída a caixa de madeira. Para o transporte de pequenos volumes era empregado o carrinho de mão.







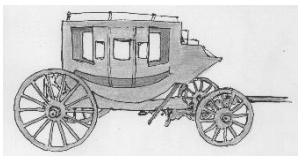


Figura 4: A carroça comum eixo móvel (o dianteiro) e um fixo.
Figura 5: A carreta (na versão rio-grandense que era puxada por cavalo).
Figura 6: A sege ou charrete utilizada pela burguesia.
Figura 7: A diligência que era um privilégio da nobreza.

Para a condução de pessoas eram utilizadas as seges (figura 6) que era provido de um banco transversal para o acento dos passageiros que geralmente era forrado com pelegos de ovelha. A nobreza utilizava a carruagem que era um carro fechado, de dois eixos e puxado por cavalos. O requinte com que era feito o acabamento desses veículos identificava o grau de nobreza do passageiro. Cada um destes veículos requeria a feitura por um especialista em sua construção. Ao que nos consta, na Alemanha somente a nobreza dispunha de cavalos em razão do que a disposições destes animais no Brasil passou a ser tomado como um aumento de status.

Com a industrialização, grande parte destes instrumentos de trabalho foram sendo substituídos por apetrechos industrializados e hoje é difícil reconstituir universo original. Por razões diversas, as moradias dos agricultores foram mais bem conservadas e, com isso, também foi preservado seu mobiliário. Como a tornearia e a marcenaria faziam parte das guildas da carpintaria, estes ofícios foram profundamente influenciados pelas técnicas deste setor. Possivelmente, o móvel mais antigo tenha sido o banco (figura 8) que apresenta muitas variáveis. Segundo os mais antigos cantos épicos, ela servia para sentar durante o dia e de cama, nas noites. Era um móvel muito simples, composto de uma tábua sustentada dois ou três pés. Banco com espaldar foi uma evolução mais recente da mesma forma como o escabelo (ou banco-baú – figura9). Sua forma mais simples foi a do mocho (ou tamborete) formado por um acento, geralmente redondo, com três ou quatro pernas.

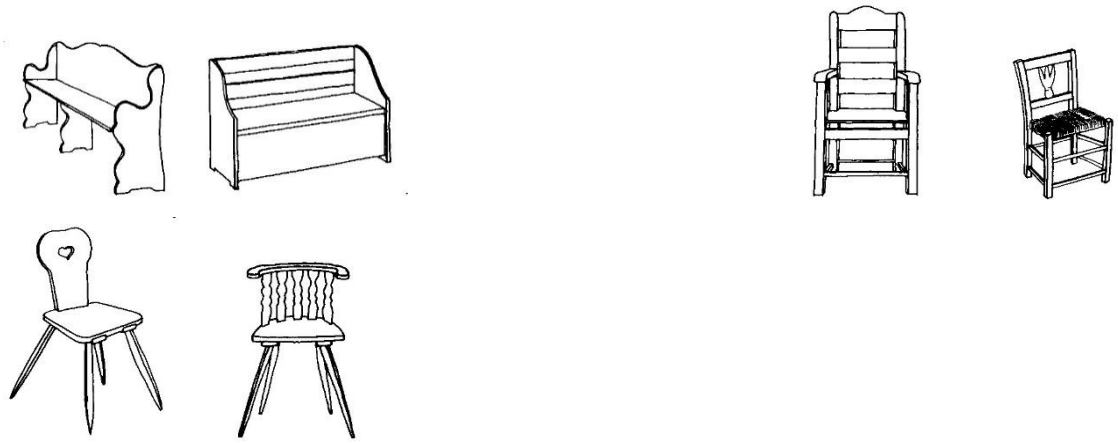


Figura 8: banco; figura 9: escabelo ou banco baú; figura 10: cadeira de montantes; figura 11: cadeira de montantes e acento de palha torcida; figura 12: cadeira de tábua; figura 13: cadeira de tabua com espaldar torneado

A cadeira também era conhecida desde remota antiguidade. Por isso ela passou por diversificações regionais. No norte, apresentava uma semelhança com as estruturas de enxaimel por ser formada por peças lineares de madeira (*Pfostenstuhl*) (figura10). Os acentos não tinham função estrutural eram formados diferentes materiais como couro, cordas de algodão ou linho, por palha torcida (figura11) ou tecidos forrados e ricamente bordados. Era comum apresentarem apoios para os braços. No centro e sul da região preferia-se a "cadeira de tábua" (*Brettstuhl*) (figura 12) caracterizado por um acento de mateira estrutural no qual eram encaixados os pés e o espaldar. Estas peças podiam ser retas ou torneadas (figura 13). O espaldar podia ser de tábua ou formado por peças torneadas que se estendiam pelos lados para formar apoios para os braços. Uma cadeira de balanço era um aperfeiçoamento superior dessas cadeiras e era reservada para o descanso dos idosos.

A cama de casal era o móvel mais requintado e apresentava diversas variantes (baldaquim, dossel (figura14) com ou sem cortinas, cama-armário (figura15), cama-caixa e o divã). Em geral recebia um fino acabamento com trabalhos de marceneiros, torneiros, entalhadores ou pintores. Os colchões eram de palha desfiada e os cobertores, de penas de ganso. Sempre apresentavam um encosto na cabeceira e outro, nos pés. Camas de solteiros tiveram origem mais recente e seu acabamento restringia-se ao absolutamente necessário. Em geral, não passavam de simples bancos que se convertiam em camas quando se tirava um colchão de um baú onde era guardado durante o dia. O berço ficava do lado da cama e apresentava três variantes principais: de balanço transversal (em Hesse

e Vestfália) (figura 16), de balanço longitudinal (figura 17) e o fixo (no resto da Alemanha).

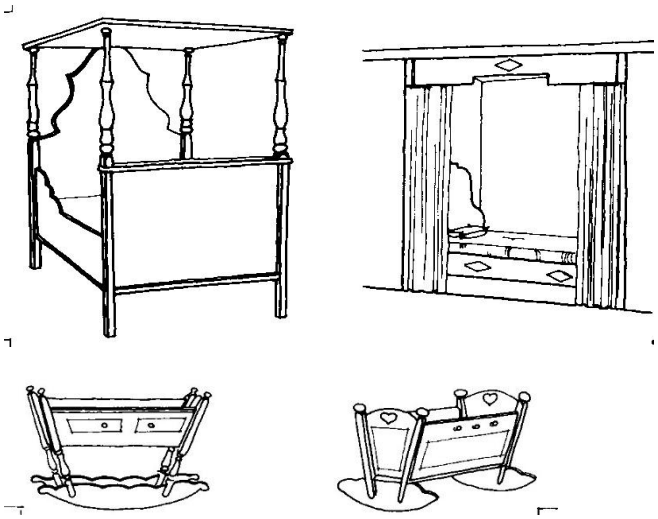


Figura 14: cama de dossel; Figura 15: cama-armário; figura 16: berço transversal; figura 17: berço longitudinal.

Os tipos básicos das mesas eram as de cavalete Figura 20 e 21) quando apresentavam duas pernas em forma de X ligadas entre si por uma guia horizontal e de montantes (figura 18 e 19) quando tinham quatro pernas ligadas entre si por sarrafos fixados nas cabeceiras. Indistintamente, podiam ter o acréscimo de gavetas. Uma variante específica da Vestfália era uma mesa redonda com um tampo giratório ao centro sobre o qual eram colocados os recipientes com as comidas. Sobre a mesa fixa eram colocados os pratos com os talheres de tal modo que cada comensal podia se servir de qualquer iguaria girando o tampo móvel. Na mesa-caixa havia um tampo bipartido móvel que permitia acessar a um "baú" onde eram guardadas toalhas e louça (figura19). No extremo sul da região havia mesas fixadas por dobradiças à parede de tal modo que quando não estava em uso, o tampo era levantado e sua superfície inferior se apresentava como um retábulo pintado.

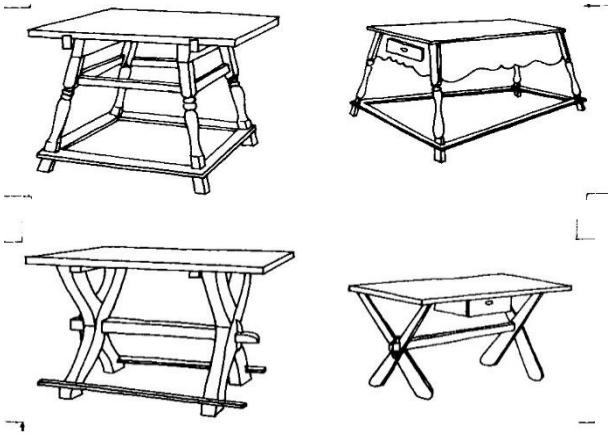


Figura 18: mesa de montantes; figura 19: mesas de montantes com gaveta; figura 20: mesa de cavaletes; figura 21: mesa de cavalete com gaveta.

Um dos móveis mais comuns e mais antigo era o baú que apresentava três tipos básicos: o baú galeria (figura 22), o baú caixa e o baú mala (figuar23). O primeiro tipo foi o mais antigo e, originalmente, provinha de um tronco de árvore escavado. Posteriormente evoluiu para uma conjugação de seis tábuas. O Baú caixa se caracteriza por ser mais curto e mais largo e provido de pés. O baú mala é semelhante ao anterior, porém, provido de duas alças retráteis em lados opostos. Tinha um tampo arqueado e era feito de madeira leve para uso em viagens.

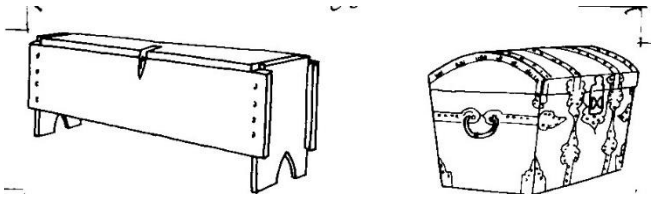


Figura 22: baú de galeria; figura 23: baú-mala

O armário foi uma criação bastante recente. Foi introduzida na Alemanha somente no século XVII a partir da Holanda, e recebeu, rapidamente, diversas variantes que acompanharam as sucessivas estilísticas da arquitetura. Sua forma mais comum era a de duas (figura 24) ou quatro portas. Por vezes, podia apresentar duas gavetas intermediárias. Na Vestfália era corrente a variante "cristaleira" que recebia o curioso nome de *Prahlhans*, (figura 25) ou seja, algo como "Joãozinho exibido". No século XVIII surgiu o armário de cozinha cuja versão mais comum era de apresentar dois corpos fechado intermediados por uma parte intermediária aberta onde eram colocados bules e terrinas. Por influência francesa, apareceram as cômodas que eram armários baixos com três ou quatro gavetões que se destinavam à guarda de roupas e tecidos.

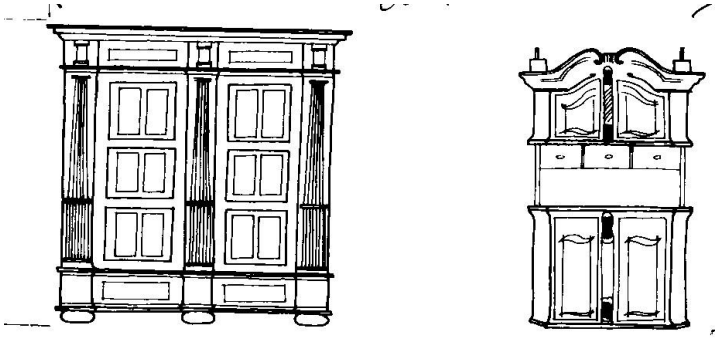


Figura 24: armário de duas portas; figura 25: *Prahlhans*

Prateleira abertas ou fechadas serviam para expor pratos ou tigelas coloridas que eram deixadas para efeitos decorativos. Com a mesma finalidade, era corrente a pintura do mobiliário. Este costume, no entanto, não foi trazido para o Brasil. Porém, como substitutivo, a arte fotográfica passou a ser exercita por profissionais viajantes. Estes produziam fotografias de grupos familiares ou dos casais que eram afixados nas paredes das salas das casas.

Cada aldeia era ou tendia a ser autossuficiente o que quer dizer que todos eram agricultores que se dedicavam a outras atividades paralelas. Havia artesãos que trabalhavam os mais variados materiais e ofícios diversificados como juiz, advogados, mestre-escola, padre ou pastor. Entre os artesãos contavam-se carpinteiros, torneiros, marceneiros, tanoeiros, ferreiros e serralheiros, ceramistas e oleiros, pedreiros e cavouqueiros, curtidores e artesãos do ramo coureiro como sapateiros, seleiros, etc., tecelões e alfaiates. Cada um tinha uma diversidade de ferramentas que não podem ser analisados por questões de limitação físicas da apresentação.

Pelo que foi mostrado, pode-se deduzir que o design destes apetrechos se caracterizava por sua alta funcionalidade que se constituía, em primeira linha, sua razão se ser. É claro que isso não excluía qualidades solidez e de estética.

Ao longo da idade média a homogeneidade das aldeias acabou por ser quebrada pelo aparecimento de aldeias mais poderosas por estarem situadas em posições estratégicas, por desfrutavam de alguma posição geográfica privilegiada, por disporem de uma produção específica como a do sal, ou ainda, por crescer em tamanho por via de uma conexão com alguma aldeia próxima (quando cresciam uma em direção a outra ou se construía uma ponte entre duas aldeias que ocupavam lados opostos de um rio). Estas aldeias empoderadas recebiam o nome de burgos. Entre seus habitantes se distinguiam os comerciantes que, comumente, passaram a ser qualificados de “burgueses”. Sob a

alegação de que estes não tinham uma linhagem de nobreza instituída por determinação divina, mesmo que se tornassem ricos, era-lhes vetada fazer qualquer ostentação de seu poder que só podia ser exercida pela nobreza de sangue. Como sua origem era aldeã, suas moradias e seus objetos de uso eram muito parecidos com os dos aldeões. Quando passaram a estabelecer relações comerciais entre cidades distantes – a exemplo da Liga Hanseática – podiam consumir produtos importados de maior qualidade, de acabamento mais requintado ou de materiais mais duráveis. Suas características básicas eram a praticidade de uso o que significava que o objeto era considerado belo se sua forma deixasse apenas transparecer o seu uso, a finalidade a que se destinava. Sua beleza consistiria em fazer saltar à vista, sem subterfúgios, o modo de responder a sua utilização. Schinkel, o mais renomado arquiteto das elites berlinenses, ao fim de sua vida, aderiu a este conceito e definiria a arte como "aquilo que se constrói que corresponde, em suas partes e no seu todo, tanto física como espiritualmente, ao uso que se lhe quer dar". Os qualificativos mais empregados para caracterizar este *design* era "*Schlicht*" que significava, ao mesmo tempo, simples e despretensioso e "*gut*" (bom), uma definição ética sob a qual se entendia a durabilidade e praticidade[62]. Esta forma de arte recebeu o nome de *Biedermeier* e encontraria sua maior expansão entre o início do século XVIII até a unificação alemã. Como havia severas restrições políticas à atuação dos comerciantes, este espírito também se traduzia num design conservador caracterizado por sua funcionalidade e simplicidade, porém se distinguia do aldeão por apresentar formas mais delicada e elegantes. Isso se refletia num uso mais comum de metais, vidros e tecelagens mais qualificadas. Mais tarde, se tornaria fonte referencial para a grande virada do *design* alemão da Werkbund e da Bauhaus, no entorno da I Guerra Mundial.

Finalmente, a nobreza aspirava à ostentação e à futilidade. Quanto mais requintadas e floreadas eram as formas de seus objetos de uso, quanto mais "arabescos" e maior diversidade de materiais tidos como nobres, contivesses, maior era tido seu status e mais dignos de seus possuidores. Posteriormente, com a divulgação do modernismo, estes objetos se tornariam motivo de zombaria, de exemplo de *anti-design* e do mau gosto, dito *kitsch,* como foi tratado na conhecida obra de Nikolaus Pevsner, traduzido ao português com o nome de "Pioneiros do Desenho Moderno[63]".

[62] Não se pode aqui falar em funcionalidade que viria a ser um conceito que seria desenvolvido mais tarde, na década de 1920, e que estava mais ligado a conceitos de produção, ergonomia e uso.
[63] Esta obra recebeu várias edições tanto no Brasil como em Portugal. Na edição portuguesa que dispomos (sem data) a matéria é tratada nas páginas 22 e seguintes.

Este panorama viria a se modificar profundamente quando as agitações socialistas tomaram conta da Europa central por volta de 1848. Nesta época os movimentos operários urbanos haviam se fortalecido muito e o objeto de suas contestações passaram a ser a burguesia que se havia integrado largamente com a baixa nobreza e os artesãos mais empreendedores para formar o que viria a ser chamado de empresariado. Embora a formação desta nova classe não tivesse ainda assumido características sociais muito nítidas, o entendimento das insurreições emergentes concebia a sociedade de uma forma bastante maniqueísta: por um lado estavam dos "burgueses" opressores e, pelo lado oposto, o "proletariado" espoliado. Nesta época, a alta nobreza alemã havia perdido muito de seus poderes e foi sendo substituída pela baixa nobreza que se associava cada vez mais intimamente (por via de casamentos ou por vias associativas) com a "burguesia" cada vez mais atuante e fortalecida. Com a radicalização dos movimentos operários, o *Biedermeier* foi aposentado, dando lugar a uma maior divulgação do neoclássico que pode ser entendido como uma solução de compromisso entre as aspirações burguesas de ostentação e exibicionismo em troca de uma relativa simplificação dos rebuscados da decoração dos objetos próprios da nobreza. Se na época do *Biedermeier* a burguesia se orgulhava de sua condição "burguesa" e dava valor à virtude e à solidez, decorando sua casa modestamente, enfatizando o conforto de uma vida voltada para o cotidiano, na segunda metade do século, o que importava era o luxo, a representação. A sala de jantar deu lugar ao salão de desfiles. Em vez de receber convidados, passou-se a receber a sociedade. A modéstia da decoração passou a dar lugar a um amontoado de objetos "artísticos" que cobriam as paredes e povoavam os pisos por onde ocorriam as exibições presunçosas.

O *design* para as classes populares cada vez mais proletarizadas também sofreram modificações. Se, por um lado, ainda se mantinha fiel à tradição do pragmatismo do uso, ele perdeu muito de seu rigor artesanal posto que tinha de enfrentar uma implacável concorrência com produtos industrializados. As pesadas camas de madeira foram dando lugar a leves e nem por isto menos resistentes camas de ferro que ainda tinham o conforto dos lastros de molas de aço. Os tradicionais talheres dos ferreiros foram substituídos por produtos de aço onde a marca Solinger se tornou mundialmente conhecida como sinônimo de qualidade a baixo preço. Os sofisticados cristais da Boêmia com sua requintada lapidação que deixou de se destinar aos palácios principescos para conquistar as passarelas dos palacetes receberam a concorrência de vidrarias robustas e simplificadas na forma e na produção destinadas aos menos afortunados.

Se, por um lado, algumas formas de produção sofreram poucas influências da industrialização cada vez mais acelerada, como a cerâmica, por exemplo, a massificação de alguns produtos industriais fez com que outras formas artesanais tivessem um desenvolvimento notável. Este é o caso típico da funilaria. A produção de bobinas de chapas de ferro das mais variadas espessuras que recebiam um recobrimento de zinco que lhes garantia a durabilidade (proteção contra a ferrugem) levou ao esplendor o ofício dos funileiros. O aparecimento de latas industrializadas (de conservas) propiciou sua fácil transformação em canecas mediante o acréscimo de uma alça ou em lamparina mediante a adição de uma tampa adequada. E isto a preços muito convenientes, para o operariado. A ampla disponibilidade do material também permitiu a sofisticação de seu emprego que – sob a égide da arte nova – viria a ser transformado em objetos de adorno como ramalhetes de flores ou porta-joias. A industrialização da vidraria também propiciou novos impulsos à pintura sob o vidro de origem de tempos muito remotos[64]. Esta técnica consiste em realizar pintura "às avessas" sobre o suporte, ou seja, por trás da chapa de vidro, o que requeria que a pintura começasse com o acabamento para continuar com o motivo e finalizar com o fundo. Esta técnica requeria muita experiência e perícia. Na Idade Média, esta arte era muito cara devido ao alto preço do vidro. Seu apogeu acorreu quando se descobriram técnicas mais aperfeiçoadas de produção do vidro ocorridas na passagem do barroco para o rococó. Sua versão popular, no entanto, foi conservada pelos artesãos de aldeia e tomou novo incremento com a produção industrial do vidro.

Um artesanato menos influenciado pela industrialização foi a da cerâmica que desde longa data vinha suprindo as necessidades das classes populares do vasilhame para conter líquidos. Em verdade, originalmente, até a louça de uso diário era de cerâmica posto que a porcelana fosse muito cara. Em razão disto, ela recebia cuidadosos e bem elaborados desenhos (mono ou policromados) que eram queimados e serviam de decoração de comedores ou salas de estar posto que eram expostos em suportes afixados nas paredes. Seu uso era eventual e em ocasiões festivas. Porém, com a fabricação industrializada da porcelana e seu consequente barateamento, a louça de cerâmica passou a ser substituída. Porém, os vasos para as mais diversas finalidades continuaram em uso. Quando se destinavam à contensão de mantimento como leiteiras, bules e, especialmente, para a preparação do repolho (chucrut), recebiam uma vitrificação queimada a altas

[64] Segundo RITZ, Gislind: *Hinterglasmalerei*, Munique, Callwey, 1975, p. 8, sua origem seria bizantina e de Constantinopla teria sido levada para a Itália de onde teria se espalhado por toda a Europa.

temperaturas para garantir a obstrução dos poros. A forma destes potes de cerâmica foram se aperfeiçoando e, com o passar do tempo, foram adquirindo linhas de notável elegância.

Um assunto que não pode deixar de ser referido neste contexto é o da arquitetura, muito embora possa ser entendida como uma matéria à parte. A questão é o desenho destas construções devido à técnica do enxaimel se tornou tão expressivo que acabou, por assim dizer, se tornar o cartão de visita da arte popular alemã. A extrema racionalidade de suas estruturas de madeira adquirida por um milenar desenvolvimento experimental que não passava pelo crivo do cálculo matemático como é feito hoje, adquiria grande expressividade ao forte contraste entre as peças estruturais que recebiam uma pintura de tons carregados quando não o preto para fins de impermeabilização que se opunha ao fechamento dos vãos que podiam ser dos mais variados materiais terrosos ou líticos (desde o barro aplicado em numerosas técnicas, o adobe também de diversas feituras, até a pedra natural de diversas consistências até o mais recente emprego do tijolo) que deixado ao natural ou rebocado, recebiam uma pintura de cores suaves e, preferencialmente, de branco. Estas estruturas se apoiavam sobre sólidas fundações que alguns autores atribuem a influência da arquitetura clássica, o que se constitui num equívoco posto que a origem destas formas construtivas remonta a uma longínqua antiguidade, de antes de Cristo. Esta antiguidade propiciou uma grande diversidade de técnicas construtivas peculiares às diversidades culturais dos povos.

O HISTORIADOR LOCAL E A ESCRITA DA HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE ARMINDO LAUFFER

Sandra Cristina Donner

A história da imigração no Rio Grande do Sul tem sido escrita por muitas mãos. Nos bancos universitários, sobretudo nos Trabalhos de Conclusão de Curso, em obras monográficas, nas dissertações de mestrado e teses de doutorado, nos trabalhos dos professores e professoras em suas Linhas de Pesquisa nos PPGs (cada vez mais escassos), mas, também, massivamente, pelas mãos dos historiadores amadores, memorialistas, cronistas. O artigo apresentado aqui, e comunicado no Seminário Internacional "História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil" e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização, é parte de uma dissertação de mestrado, com o título: "Um museu local e seu historiador: memória e história no Museu Armindo Lauffer de Três Coroas, RS", defendida no PPG-Muspa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2022 sob orientação da professora doutora Letícia Julião. Nesta pesquisa, foi analisada e empreitada de construção de um museu de história municipal por Armindo Lauffer, um historiador amador da cidade de Três Coroas. Lauffer, como outros tantos historiadores locais. O museu, que consagrou o trabalho "escrita" da História, é uma parte de sua pesquisa. Ao lado desta instituição foram encontrados centenas de páginas manuscritas e datilografadas, pacientemente copiadas e encadernadas por outro historiador local, Erni Guilherme Engelmann. É sobre este trabalho laborioso, o de coletor de histórias orais, pesquisador de arquivos, que queremos tratar neste pequeno artigo.

Armindo Lauffer nasceu em um distrito de Taquara, que agora pertence ao município de Três Coroas no ano de 1915. Morador da pequena localidade de Sander, não teve acesso aos altos estudos. Em sua autobiografia ele explica que frequentou a escola local, junto à paróquia luterana, nos cinco primeiros anos, tendo concluído com adiantamento, fez um curso para ser "guarda livros", em um curso de contabilidade e posteriormente seguiu aulas de desenho e pintura, também não concluídas por questões alheias a ele e, por fim, indicou ter cursado alemão no Instituto Cultural Brasileiro Alemão (LAUFFER, 2003, v.6, p. 6). Quando jovem, trabalhou no comércio e, posteriormente, mudou-se para Porto Alegre onde atuou como desenhista em uma empresa, entre outros

empreendimentos pessoais. Suas atividades profissionais variaram, o que parecia perene era seu interesse pelo passado, demonstrado no seu ímpeto e o foco de colecionamento.

Flanando pelos sebos da Rua da Praia ele iniciou sua biblioteca, adquirindo livros, periódicos e revistas e sempre procurando exemplares raros. Em sua autobiografia, Lauffer indica que desde a escola dava preferência aos assuntos de História e Geografia. O seu primeiro livro adquirido, no que viraria sua coleção, teria sido "um belo álbum do Brasil no ano de 1913, e que pertenceu ao historiador Gastão Haslocher Mazeron, e que custou 100$000 (cem mil réis), quase um terço de meu ordenado mensal" (Lauffer, 2006, v.6, p.6). Quando escreveu esse texto, ele indicava possuir cerca de 2500 volumes de livros, além de periódicos, jornais e revistas.

As duas autoras, que o biografaram em um artigo no livro "Nossas Raízes II- Três Coroas", Duarte e Deecken, explicam sua veia colecionista:

> Autodidata, Armindo Lauffer se dedicou durante anos, a recolher o acervo para o seu sonhado museu e a pesquisar sobre a história do vale do Rio Santa Maria na região taquarente, zona onde Tristão Monteiro fundou em 1846, a Colônia Mundo Novo. (Deeken e Duarte, 2008, p. 344).

A partir dessa chave, a memória e história de sua região de nascimento, Lauffer percorria o interior da antiga colônia buscando acervo para o seu museu. Além dos objetos, recolhia memórias e, segundo o artigo, escreveu a história da região pulverizada em anotações que estão no museu e na colaboração com outros historiadores da região. Era reconhecido como historiador local. E, por isso, foi convidado pela prefeitura para fazer o projeto da bandeira e do brasão municipal de Três Coroas. Segundo as biógrafas o trabalho no campo da história estava relacionado às seguintes temáticas:

> Como se não bastasse, o historiador realizou ainda o estudo genealógico de várias famílias da região. Escreveu a história da paróquia Evangélica de Três Coroas, em homenagem ao seu cinquentenário, sendo essa sua única obra publicada. Realizou um estudo biográfico dos vultos históricos do Vale, o que permitiu a substituição da nomenclatura das ruas de Três Coroas por nomes ligados à sua história. Escreveu também o histórico da "Casa de Pedra", que ajudou a evitar a demolição daquele patrimônio histórico. (Deeken e Duarte, 2008, p, 345)

O papel destes historiadores autodidatas, ou amadores, ou locais, como preferimos utilizar neste estudo, reside no reconhecimento da sociedade em que estão inseridos e também dos demais intelectuais de seu círculo. Estes autores tornam-se importantes figuras na região, eles situam-se em um espaço vago e não ocupado pelos acadêmicos, encarregando-se da coleta de memórias e histórias locais. Lauffer indica, em diversas

passagens de seus escritos, que se dedica ao estudo da história de sua terra pela falta de outros historiadores "mais competentes" a terem tomado como objeto.

Para compreendermos o papel de Lauffer dentro do município de Três Coroas, utilizaremos o conceito de "intelectual mediador" desenvolvido por Gomes (1993) em seus estudos sobre elite intelectual. Nele a autora apresenta esses personagens, não como meros reprodutores da alta cultura ou tradutores para o grande público, mas como criadores e ativos. O conceito em si, intelectual mediador, indica um sujeito agente, que atua em conexão com outros atores sociais, e promove ações culturais e políticas.

Gomes e Hansen (2016), na coletânea de artigos em que apresentam o trabalho de intelectuais mediadores nos mais diversos campos, apontam dois processos culturais nos quais essas pessoas se encontram envolvidas. Uma das esferas diz respeito à atuação com a criação e a produção de bens culturais, que se dá na "alta cultura", mas também pode estar integrada aos movimentos de vanguarda. A segunda esfera envolve os processos de recepção e acesso dos bens culturais, quando os intelectuais atuam como tradutores, divulgadores e mediadores. Em ambos os casos, os intelectuais mediadores mobilizam um público, mas também podem criar o público através de sua atuação (Gomes, 2016).

Sendo assim, a atuação destes mediadores se dá em rede, tecendo conexões, cavando espaços e estabelecendo parcerias através das sociabilidades. Gomes detalha esse processo da seguinte forma:

> Trabalhar com o meio intelectual é procurar mapear um espaço que a noção de sociabilidade reveste de um duplo sentido. O primeiro, contido na idéia de rede, remete às estruturas organizacionais da sociabilidade através de múltiplas e diferentes formas que se alteram com o tempo, mas que têm como ponto nodal o fato de se constituírem nos loci de aprendizagem e trocas intelectuais. Salões, cafés, casas editoras, academias, escolas, revistas, manifestos e mesmo a correspondência de intelectuais são lugares preciosos para a análise do movimento de fermentação e circulação de idéias. Como se formam e sobre que elementos se estruturam são questões que, quando respondidas, muito podem esclarecer a respeito da vitalidade de um conjunto de idéias e de sua transformação em idéias hegemônicas no meio intelectual mais amplo e até na sociedade. A postulação de Agulhon de que a sociabilidade moderna é política em seu senso amplo, fica potencializada para o exame do meio intelectual e das relações entre idéias e ideologias políticas. (Gomes, 1996, p.65)

A ação cultural é sempre uma ação política, no sentido amplo dado acima, por isso, na segunda acepção da noção, Gomes também apresenta esses contatos entre intelectuais como presentes em "microclimas", com aproximações e afinidades, mas também com disputas. O historiador local, o colecionista, o personagem Armindo Lauffer

agiu como um intelectual mediador na medida que mobilizou a cena cultural de sua cidade, Três Coroas, conectando pessoas e se engajando em um discurso de memória e história local. Sua atuação, ainda que focada no passado de Santa Maria do Mundo Novo - Três Coroas, se dava também em rede com outros pensadores. Em diversos documentos há menção de contato entre Lauffer e os intelectuais da região. Em um texto sobre "Personalidades de Santa do Mundo Novo", no jornal RS 115, de 19 de maio de 2000, há a indicação de que ele era próximo do Padre Rambo, de São Leopoldo, com quem trocava informações sobre a flora e a geografia da região, mas também Adelmo Trott, fundador do Museu Histórico de Taquara, com quem Lauffer compartilhava informações sobre documentos. A rede de contatos fica exposta no final do artigo, quando, mencionando as cerimônias de sepultamento, há a seguinte descrição: "O féretro saiu de Porto Alegre na manhã seguinte, passando por São Leopoldo, onde se incorporaram ao cortejo, amigos do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e daí seguiram para Três Coroas, onde grande multidão os aguardava." (RS115, 19 de maio de 2020, p.9). Ao final da solenidade, outro historiador, Leandro Teles realizou o discurso final, com um apanhado sobre a atuação de Lauffer.

Por fim, uma das vertentes de mediação cultural explorada por Gomes e Hansen, diz respeito à mobilização do passado. Neste caso, pessoas que se colocam como "guardiões da memória" da família ou da comunidade produzem relatos e documentos, sistematizam essa memória familiar ou regional:

> Isso pode ocorrer igualmente em grupos sociais de várias naturezas, nos quais indivíduos se dedicam a "colecionar" objetos e a produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação entre o grupo, além de certa permanência no tempo. Outros mediadores culturais podem ser identificados nos leitores, contadores de histórias, guias de instituições, pais e outros agentes educadores encarregados da socialização de crianças e jovens em diversas situações. Tais mediadores, de enorme relevância na construção de identidades culturais de indivíduos e comunidades, geralmente não são identificados e não se identificam pela categoria de intelectual. (Gomes e Hansen, 2016, p. 9)

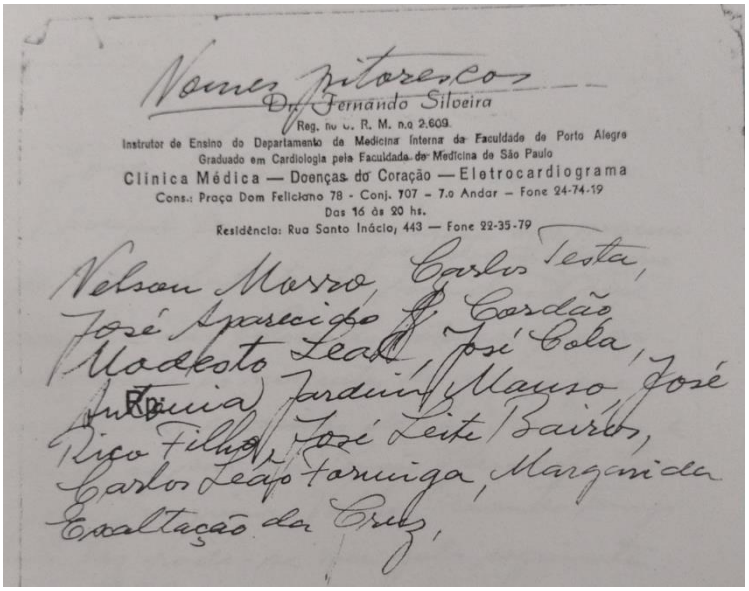
Se por um lado as publicações de Lauffer são pouquíssimas, por outro encontramos uma profusão de documentos e escritos avulsos. Textos que não vieram a público mas que era sabido, entre a comunidade e os intelectuais da região, que existiam. Acreditamos que ele percebia a importância de publicizar suas pesquisas. Na autobiografia, de punho, há o seguinte trecho, referindo-se ao seu trabalho de escrita da História:

> Até o momento não tenho nenhum trabalho publicado a não sendo (sic) um livreto sobre a história da Paróquia Evangélica de Três Coroas no seu Cinquentenário.
> Estão para sair no 6º volume da coleção "Subsídios genealógicos das Famílias de Origem Germânica" alguns trabalhos genealógicos, assunto ao qual me dedico há vários anos.
> Tenho alguns pequenos e modestos trabalhos, escritos mas não publicados como biografias de vultos históricos do vale, um estudo histórico e biográfico que institui a nomenclatura das ruas da cidade de Três Coroas; um estudo completo do plano diretor em execução em Três Coroas; um relatório sobre a preservação das Florestas Naturais e da natureza em geral, sínteses históricas dos municípios de Três Coroas, Igrejinha; Histórico da Casa de Pedra! e que ajudou evitar a sua demolição no ano passado, como deve estar do conhecimento de muitos, e o modesto trabalho sobre a contribuição dos nobres germânicos no progresso brasileiro apresentado no simpósio histórico no ano passado; estudo, projeto e desenho do Brasão de Armas de Três Coroas; projeto e desenho da Bandeira Municipal de Três Coroas, e que foram ambas instituídas oficialmente como símbolos do município; o projeto da Bandeira da Escola dos Excepcionais de Três Coroas, adotada por esta escola. (Lauffer, 2006, v. 6, p. 10-11)

Na listagem acima, fica bastante claro o quanto esse historiador local se dedicava a recolher e escrever sobre o passado da região. Na coleção, *Memórias de Armindo Lauffer*, que apensou os manuscritos dele, apenas com o tema genealogia há quatro volumes com cerca de 150 páginas cada um, que listam nomes de famílias de imigrantes, seus filhos, netos e bisnetos, bem como situam estas pessoas no espaço original da cidade (distrito ou linha). É um meticuloso trabalho de rastreio e identificação, sem indicação de fontes, ou de referências de pesquisa.

Ao lado das listas genealógicas há espaço também para curiosidades sobre as famílias, e o ímpeto de registro o compelia a utilizar o material que estivesse à disposição, como na imagem abaixo, em que utiliza um receituário médico para fazer suas anotações:

Imagem 1: Documento com registro de nomes pitorescos



Fonte: LAUFFER, 2006, v. 6, p. 18.

Se podemos dizer que seus trabalhos se ocupavam do genealógico, do pitoresco e dos causos, que poderiam estar no campo da crônica cotidiana, também ele, como indicado acima, foi encarregado pela prefeitura de estabelecer os símbolos municipais. Sabemos que, em um município nascente e, talvez, em povoados menores, ser encarregado desta empreitada é fruto de agência e prestígio político, denota autoridade e leva o nome do idealizador à frente. Lauffer foi encarregado desta tarefa. Todos os entrevistados mencionaram este feito, o ex-prefeito (Alexandre Behs), as ex-diretoras do Museu (Maria Mercedes de Quadros Foscarini e Elaine Aparecida Duarte), a colega historiadora local (Clarise Moeller), e também a neta (Luana Lauffer). Ao elaborar o Brasão e a Bandeira, ele estava marcando e justificando as escolhas através de uma escrita "simbólica" da história de forma perene, já que uma vez instituídos, os símbolos municipais dificilmente seriam modificados.

Na imagem abaixo, retirada do site da prefeitura, vemos o brasão em cores. A documentação que estamos investigando encontramos apenas a cópia em preto e branco, fotocópia de um original que estava junto aos textos de Lauffer.

Imagem 2: Brasão de Três Coroas



Fonte: https://www.trescoroas.rs.gov.br/ (acesso 21/11/2022)

A escolha das imagens não foi aleatória. Na descrição do historiador local pode-se perceber o seu conhecimento de heráldica e também dos símbolos populares (Araucária de três copas) e sociais da região:

Imagem 3: Brazão [sic] de Armas e sua descrição por Lauffer

TRÊS COROAS

Brazão de Armas

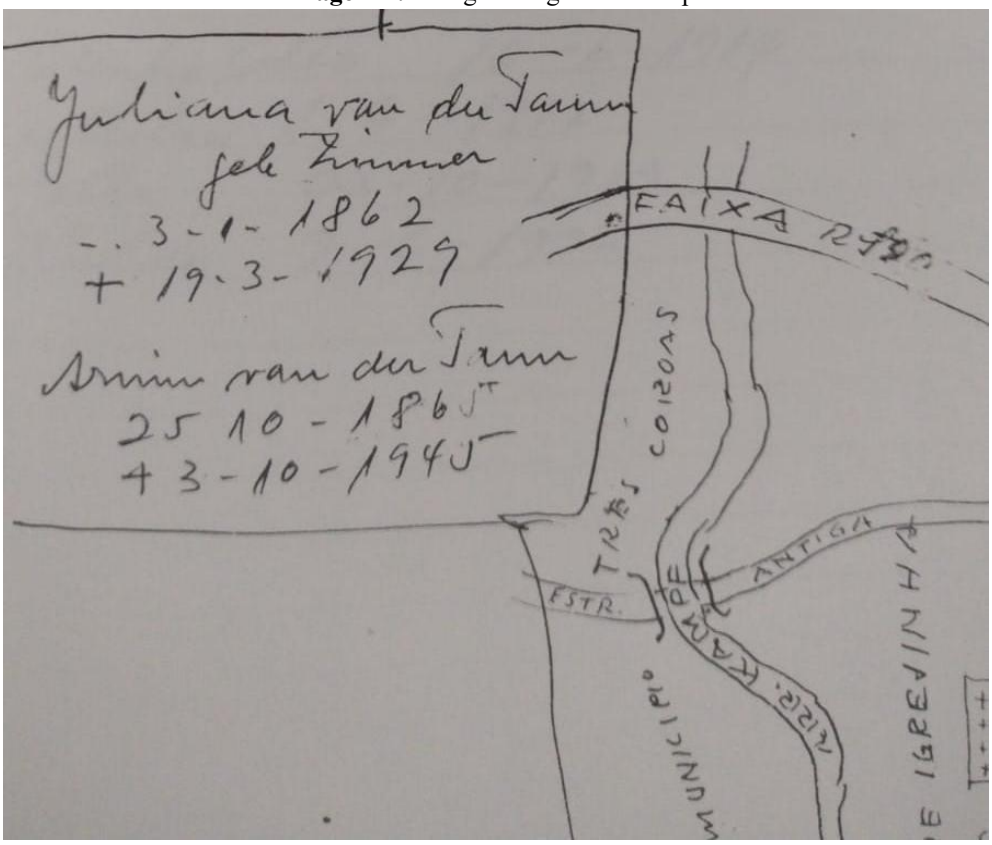
Escudo terçado, tendo em chefe, à destra(direita), um campo de goles(vermelho), que simboliza coragem e intrepidez, qualidades dos velhos colonizadores. Acantonada em chefe sôbre prata, uma roda de engrenagens e, sobreposta uma fábrica, que simboliza a indústria. Os dois campos são terçados em contrabanda com as côres nacionais. O campo à sinistra(esquerda), em blau(azul), simboliza realeza, lealdade, o céu e as águas dos rios. Sôbre prata um chapéu alado, que simboliza o comércio. Em ponta um campo de sinople(verde), que simboliza fé, esperança e a natureza, com os contornos das montanhas que circundam a região. Sobreposto um pinheiro com dois troncos laterais em forma de três coroas - origem do nome do lugar. Encimando o escudo, um listel em jalne(ouro), tendo em sable(preto) a palavra - MUNDO NOVO - antigo nome - e sob o escudo outro com os dizeres - 10 - 11 - 1904 - TRÊS COROAS - 12 - 5 - 1959 - nome atual e datas de criação do distrito e do município.

Fonte: Lauffer, 2006, v. 2, p.51.

O trabalho de escrita da história da região por Lauffer passa também pela publicação da história da Paróquia de Três Coroas, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), sua primeira impressão de circulação. Neste texto, no formato de livreto, com apenas 35 páginas, ele detalha tanto a criação da paróquia como a evolução e as ações dos diversos departamentos, como o de ensino, o de senhoras (OASE), os esforços para a construção da igreja e a lista dos pastores que ocuparam o

cargo. O pequeno livro foi editado em 1975, período em que Lauffer já estava com o seu museu situado na Casa de Pedra. O autor conclui o relato desta maneira: “Encerramos aqui esta crônica, modesta e incompleta, na qual tencionamos relatar com sinceridade a história do cinquentenário da paróquia evangélica de Três Coroas.” (Lauffer, 2006, v. 1, p.46). Não temos nenhum relato ou indicação sobre onde Lauffer teria colhido as informações para escrever o livreto, mas podemos inferir que boa parte se deu pelo depoimento, em visita às casas dos moradores, mas também nos arquivos visitados por ele, seja na paróquia, seja junto a outros historiadores locais.

Imagem 4: lista genealógica com mapa



Fonte: LAUFFER, 2006, v. 9, p. 86.

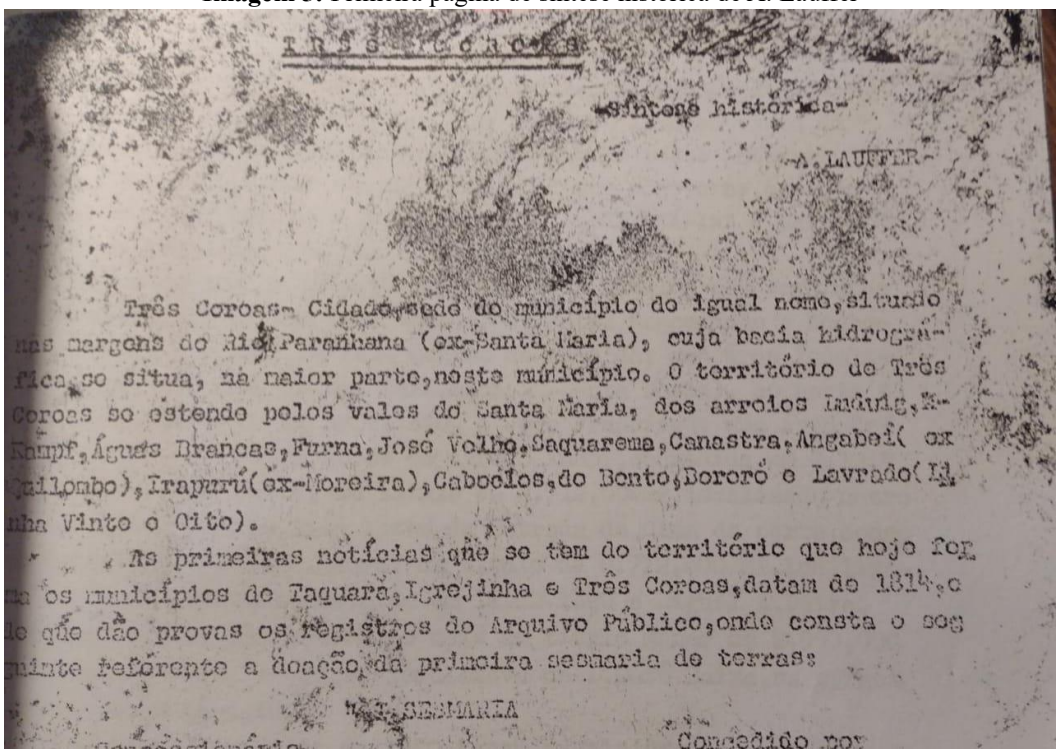
A escrita da história, nas ações deste intelectual, seguia lado a lado com sua verve colecionista. Colecionar e escrever eram “trabalhos”, relatados por Luana Lauffer (2022), que disse ouvir da avó que ele, o avô, estaria trabalhando, e ela, ao descer para o seu gabinete/biblioteca, sempre o encontrava lendo, escrevendo, organizando livros. Quando percebemos o volume de manuscritos que foram compilados e organizados por Engelmann, 13 tomos, há em vários textos reescritas e rasuras, com sobreposição, o que demonstrava que o autor ia apensando informações novas à medida que as descobria, mas também trocava palavras ou melhorava a redação.

Um dos temas com maior número de versões é o da história de Santa Maria do Mundo Novo, atual Três Coroas. Há pedaços dele espalhados, ora com um ou dois tópicos juntos, ora o texto todo. Encontramos uma versão completa, que se encontrava dividida entre os assuntos: aspectos gerais, sinais do passado, prédios e lugares históricos e pitorescos, síntese histórica, turismo, brasão de armas, vida política (Lauffer, 2006, v.2). Esse material está datilografado e assinado por Lauffer, contudo, entre os manuscritos há textos complementares sobre a vida social, as ruas, os esportes, a vida escolar e figuras ilustres. Encontramos cerca de duas a três versões sobre cada texto na compilação.

Nesta narrativa datilografada, chamada de "síntese histórica", o autor inicia por uma delimitação territorial, descrevendo não apenas os limites físicos, mas também o documento de posse da sesmaria, indicando o ano, o número do livro e a folha, e o local em que pode ser encontrado: Arquivo Público do Estado. Em seguida, Lauffer vai apresentando as divisões e adesões territoriais que foram ocorrendo ao longo do século XIX e XX, bem como a listagem dos primeiros moradores, em um trabalho minucioso que ele descreveu da seguinte forma:

> São estes os nomes dos antigos moradores, nossos antepassados, os fundadores de Três Coroas ou da Histórica Santa Maria do Mundo Novo. São os nomes conseguidos até hoje, e certamente mais nomes surgirão no futuro. Devemos reverenciar com respeito e admiração estes heróicos pioneiros. (Lauffer, 2006, v. 2, p. 36).

Imagem 5: Primeira página de síntese histórica de A. Lauffer



Três Coroas

-síntese histórica-

-A. LAUFFER-

Três Coroas- Cidade, sede do município do igual nome, situado nas margens do Rio Paranhana (ex-Santa Maria), cuja bacia hidrográfica se situa, na maior parte, neste município. O território de Três Coroas se estende pelos vales do Santa Maria, dos arroios Ludwig, Kampf, Águas Brancas, Furna, José Velho, Saquarema, Canastra, Angabeí (ex Quilombo), Irapuru (ex-Moreira), Caboclos, do Bento, Bororó e Lavrado (Linha Vinte e Oito).

As primeiras notícias que se tem do território que hoje for os municípios de Taquara, Igrejinha e Três Coroas, datam de 1814, e de que dão provas os registros do Arquivo Público, onde consta o seguinte referente a doação da primeira sesmaria de terras:

SESMARIA

Concedido por

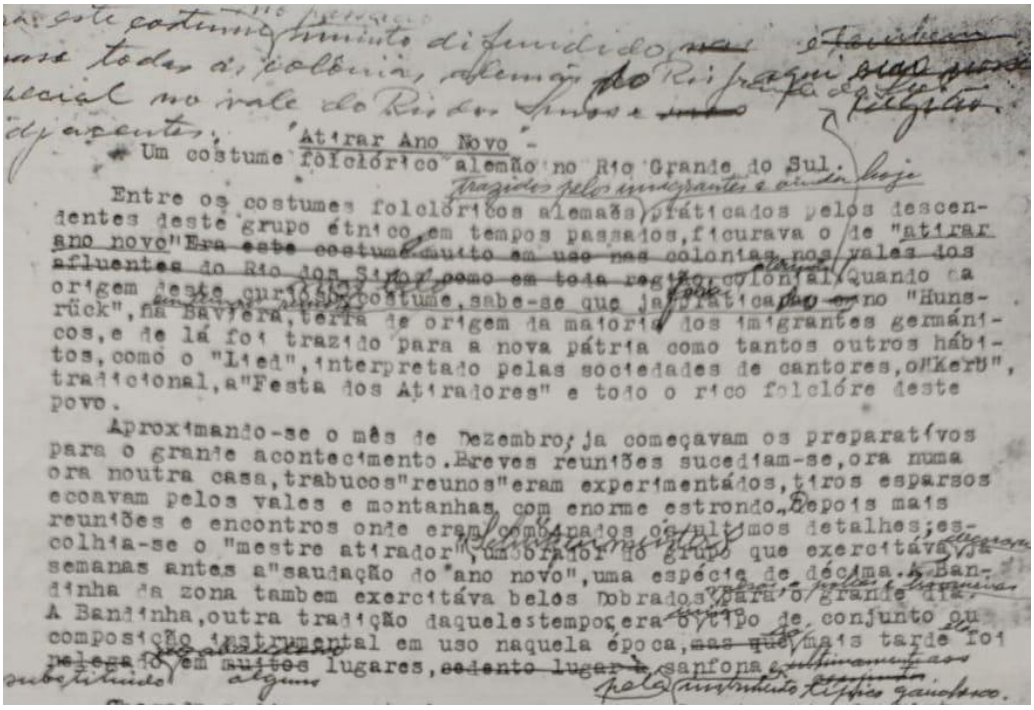
Fonte: LAUFFER, 2006, v.2, p.33.

Neste mesmo texto temos uma das pouquíssimas menções aos indígenas, primeiros habitantes da região. Lauffer indica que seriam Caingangues, “da raça dos Gês e que estes teriam uma convivência pacífica com o povoado, a [sic] exceção de um incidente em que ocorreu o sequestro de uma família de colonos em 1852” (2006, v.2, p.37).

Junto da descrição da ocupação, o historiador local também relata os meios econômicos utilizados pelos moradores. Exaltado a natureza exuberante e a agricultura com fartas colheitas, em especial o feijão preto, chamado por ele de “ouro negro”. Em seguida, lembra o progresso trazido pela chegada do trem. A industrialização estaria situada nos anos 1870, com a fundação de um curtume por Guilherme Bauer, fundador de uma “era do couro”, “sua verdadeira base econômica”, pois “Eram os imigrantes do vale do Rio dos Sinos e adjacências, além de agricultores em geral, pequenos artesões [sic] e profissionais em diversos ofícios, pois eram oriundos das nascentes indústrias da época feudal da Alemanha" (Lauffer, 2006, v.2, p. 38).

O tópico seguinte, desenvolvido pelo autor, diz respeito à vida social. O intelectual então aponta as diversas organizações sociais e culturais que surgiram na região, indicando suas datas e localização, sempre destacando o papel de manutenção da memória, como no caso do clube de atiradores, dos clubes de cantos: “Uma atividade cultural e folclórica tão própria dos alemães e de seus descendentes” (Lauffer, 2006, v.2, p. 39). Em outro texto, manuscrito, o assunto “vida social” está mais detalhado. Nele o autor fala dos Kerbs e há uma listagem bastante extensa de cervejarias da região. Também apresenta o costume de “Atirar ano novo”, descrito por ele como típico da região e de origem bávara em que grupos organizados de homens, no dia de ano novo, iam de casa em casa recitando votos de um bom ano, seguidos de uma bandinha e concluíam dando tiros ao alto. No final, todos eram convidados a entrarem para comer e beber com a família visitada (Lauffer, 2006, v.6).

Imagem 6: Texto sobre folclore.



Atirar Ano Novo -

Um costume folclórico alemão no Rio Grande do Sul.

Entre os costumes folclóricos alemães praticados pelos descendentes deste grupo étnico em tempos passados, ficurava o de "atirar ano novo" Era este costume muito em uso nas colonias nos vales dos afluentes do Rio dos Sinos como em toda região colonial. Quando da origem deste curioso costume, sabe-se que ja praticado era no "Hunsrück", na Baviera, terra de origem da maioria dos imigrantes germânicos, e de lá foi trazido para a nova pátria como tantos outros hábitos, como o "Lied", interpretado pelas sociedades de cantores, o "Kerb", tradicional, a "Festa dos Atiradores" e todo o rico folclóre deste povo.

Aproximando-se o mês de Dezembro; ja começavam os preparativos para o grande acontecimento. Breves reuniões sucediam-se, ora numa ora noutra casa, trabucos "reunos" eram experimentados, tiros esparsos ecoavam pelos vales e montanhas, com enorme estrondo. Depois mais reuniões e encontros onde eram combinados os ultimos detalhes; escolhia-se o "mestre atirador", umbrador do grupo que exercitava, semanas antes a "saudação do ano novo", uma espécie de décima. A Bandinha da zona tambem exercitáva belos Dobrados para o grande dia. A Bandinha, outra tradição daquele tempo, era o tipo de conjunto ou composição instrumental em uso naquela época, mas que mais tarde foi substituido em muitos lugares, cedendo lugar à sanfona e finalmente pela conhecido típico gaúcho.

Fonte: LAUFFER, 2006,v. 6, p. 94.

No tema sobre a vida política, há um longo relato acerca das disputas entre federalistas e maragatos, que inclusive envolveram o Casarão de Águas Brancas, onde se situa o Museu Armindo Lauffer. Ele detalha os planos e trâmites de emancipação, sem entrar em méritos políticos ou partidários, apenas com uma listagem corrida de prefeitos que se sucederam no governo municipal.

Ensino, Religião e Turismo são os últimos tópicos tratados no texto, buscando um panorama geral, bastante mais resumido do que a publicação sobre a Igreja Evangélica Luterana, já citado aqui, mas apresentando informações básicas e especialmente conectando-as com o passado de imigração. É possível vermos neste excerto sobre turismo:

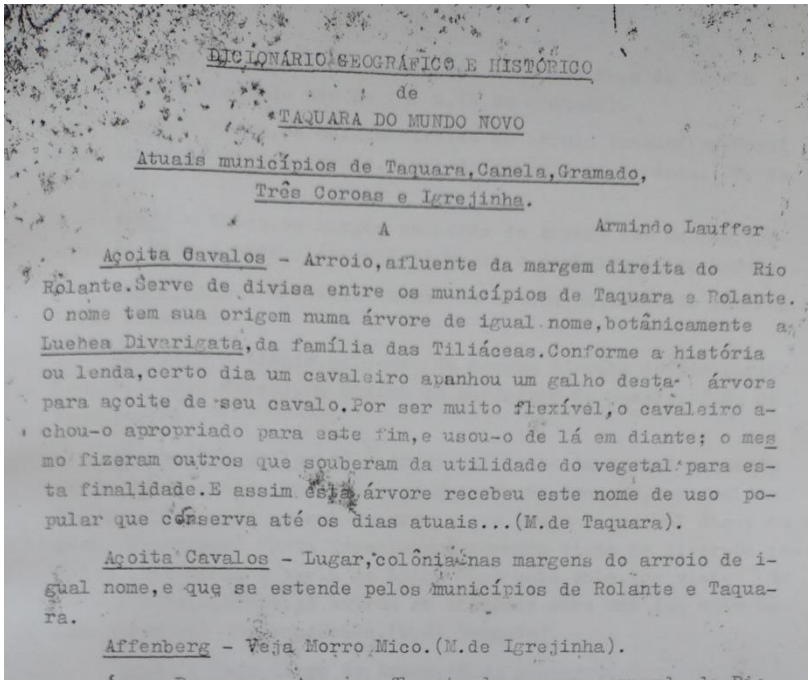
> Ainda como atração turística, no que diz respeito a arquitetura [sic] colonial antiga, há dezenas de velhos prédios, todos verdadeiros marcos vivos de nossa história. São estas construções os mostruários da velha arquitetura colonial de estilo germânico , trazidos pelos imigrantes das diversas regiões da Alemanha, especialmente das zonas do Hunsrück, Sarre e da Floresta Negra. (Lauffer, 2006, v.2, p.45)

Por fim, o último aspecto do trabalho de historiador local desenvolvido por Lauffer, ao lado de seu colecionismo, foi mapear a região. Em um folheto de divulgação do Museu, publicado pela prefeitura por ocasião da reabertura do espaço após ter sido encampado pela municipalidade, há a menção de que o intelectual em suas caminhadas pela zona rural palmilhou os municípios de Taquara, Igrejinha, Rolante, Parobé e até

mesmo São Francisco de Paula, além de sua cidade, claro. Eles indicam assim a sua atuação: “Esse trabalho artesanal é de grande precisão. A aerofotogrametria realizada na área confirmou a excelência de seu trabalho. Dessa maneira, coleta de peças para o museu e cartografia andam juntas.” (Prefeitura Municipal de Três Coroas, arquivo do Museu Armindo Lauffer).

Contíguo ao trabalho de desenho dos mapas era feito um detalhamento histórico e geográfico. Ao longo de 61 páginas datilografadas, o intelectual local indica as localidades situando-as geograficamente (ao lado do rio, na margem esquerda da rodovia, na zona norte, por exemplo) e também dá breves detalhes históricos e patrimoniais sobre o sítio. Nos mapas encontrados na compilação de Engelmann não há a imagem referida pelo texto da prefeitura, as imagens produzidas por Lauffer estão apensadas no volume 11 e são rascunhos com maior ou menor precisão e detalhamento em que busca indicar os caminhos, acidentes geográficos, e sobretudo anotações sobre casario antigo e famílias moradoras atuais e anteriores dos locais visitados.

Imagem 7: Dicionário Geográfico e Histórico de Taquara do Mundo Novo



DICIONÁRIO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
de
TAQUARA DO MUNDO NOVO
Atuais municípios de Taquara, Canela, Gramado,
Três Coroas e Igrejinha.
A Armindo Lauffer

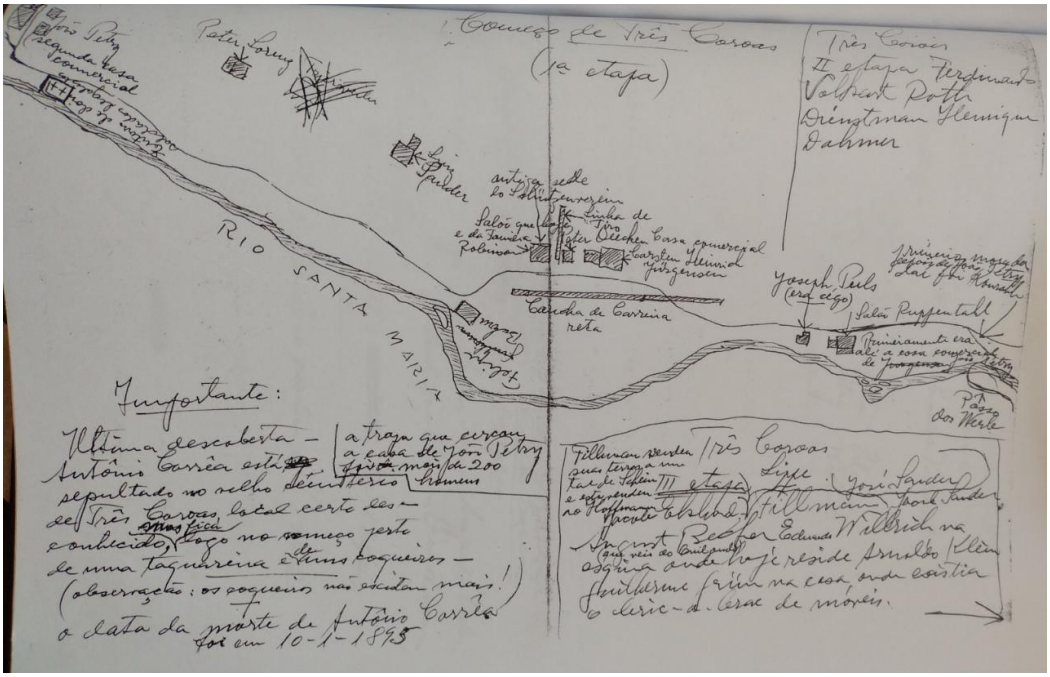
Açoita Cavalos - Arroio, afluente da margem direita do Rio Rolante. Serve de divisa entre os municípios de Taquara e Rolante. O nome tem sua origem numa árvore de igual nome, botânicamente a Luehea Divaricata, da família das Tiliáceas. Conforme a história ou lenda, certo dia um cavaleiro apanhou um galho desta árvore para açoite de seu cavalo. Por ser muito flexível, o cavaleiro achou-o apropriado para este fim, e usou-o de lá em diante; o mesmo fizeram outros que souberam da utilidade do vegetal para esta finalidade. E assim esta árvore recebeu este nome de uso popular que conserva até os dias atuais...(M.de Taquara).

Açoita Cavalos - Lugar, colônia nas margens do arroio de igual nome, e que se estende pelos municípios de Rolante e Taquara.

Affenberg - Veja Morro Mico. (M.de Igrejinha).

Fonte: Lauffer, 2006, v. 11, p.3.

Imagem 8: Mapa da ocupação inicial de Três Coroas



Fonte: Lauffer, 2006, v.8, p.167

O intelectual local e historiador amador Armindo Lauffer deixou uma massa documental que chegou à posteridade através de outro intelectual local e historiador amador, Engelmann, este, ciente da importância de seu colega e antecessor, para a escrita sobre o passado da região, coletou e organizou os escritos deste historiador/colecionador/geógrafo. Em nossas buscas junto ao museu Armindo Lauffer encontramos também alguns documentos, mas talvez pela falta da "mão" de um colega de área e vocação, não estavam organizados e, portanto, inacessíveis, exceção de apenas alguns golpes de sorte ao achar uma escritura ou uma fotografia por parte desta pesquisadora.

O empreendimento da escrita da história e da memória da região, já que Lauffer extrapolava a fronteira da cidade e alcançava uma fronteira afetiva, estendida à vida rural e aos descendentes germânicos, ficou, em grande parte, desconhecido. Como já foi mencionado, foram pouquíssimas publicações de circulação; os escritos ficaram guardados em casa ou no seu museu. Todavia, na cidade ele "é" o historiador da região. Possivelmente, sem seu colecionamento e seu empreendimento de criar um museu talvez ele já estivesse sido esquecido. E sua documentação perdida. O museu, na escolha e organização dos objetos, mostrou-se uma escrita da história mais perene.

Com isso, à guisa de conclusão, fica o chamado para um olhar atento da academia ao trabalho dos historiadores locais, que, como Lauffer, colecionam histórias e documentos. Sem eles, uma parte importante da história da imigração ficaria perdida,

contudo, cabe aos acadêmicos avançar a partir destes trabalhos com as ferramentas de criticidade que são caras ao ofício do historiador.

Referências

ALMEIDA, Cícero A. F. O "colecionismo ilustrado" na gênese dos museus contemporâneos. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/IPHAN, n. 33, 2001. p. 123-140.

ALMEIDA, Cícero Antônio F. Objetos que se oferecem ao olhar. Colecionadores e o "desejo de museu". In: **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, 2012. p. 183-200.

ARTIERÈS. Philippe. Arquivar a própria vida. In: v. 11 n. 21 (1998): Arquivos Pessoais. **Revista Estudos Históricos FGV**. Rj.

BLOM, Philipp. **Ter e manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Formas de humanidade: concepção e desafios da musealização. In: **CADERNOS DE SOCIOMUSEOLOGIA** Nº 9 – 1996

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, Vol. 11, No 2 (2018)

BRULON, Bruno. Os objetos de museus, entre a classificação e o devir. Informação & Sociedade: Estudos, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 037, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025. Acesso em: 30 jul. 2021.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: Nora, Pierre e Le Goff, Jaques **História**: novos problemas. RJ, Francisco Alves, 1988.

COSTA, Karina Martins. Alfredo Ferreira Lage: O colecionador mineiro e a nostalgia do passado. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. Musealização. In: DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. p.56-57.

DEEKEN, Lorena Pedrinha, DUARTE, Elaine Aparecida. Um sonhador e seu sonho-Armindo Lauffer e o Museu. In: Moeller, Clarise E., Deecken, Lorena P. (org.). **Nossas Raízes II**: Três Coroas. Três Coroas: Editora Prefeitura Municipal de Três Coroas, 2008.

GOMES, Ângela de Castro. Essa Gente do Rio - os intelectuais cariocas e o modernismo. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. vol. 6, n. lI, 1993;

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

HEYMANN, Luciana. Se arquivar: arquivos pessoais como escrita de si?. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro, BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). **Coleções e colecionadores a polissemia das práticas**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

LAUFFER, Armindo. **Compilado de documentos por Erni Engelmann**. Igrejinha, 2006, Arquivo Histórico e Laboratório de Ensino de História, FACCAT.

LAUFFER, Luana. Entrevista realizada em: 05 de dezembro de 2022. Três Coroas, Rio Grande do Sul.

LIMA, Solange Ferraz, CARVALHO, Vânia Carneiro. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transcendência do privado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

POMIAN, K. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994. V.1: Memória-História. pp. 51-86

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. In: v. 11 n. 21 (1998): Arquivos Pessoais. **Revista Estudos Históricos FGV**. Rj.

SOTO, Hussein E. L. **Coleccionismo, museos y museologia**. 2018.

RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES

O ISLÃ NAS MÍDIAS SOCIAIS: HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E TEMPO PRESENTE

Cristine Fortes Lia
Jéssica Pereira da Costa

Considerações iniciais

Durante a pandemia o número de lives, transmissões e conteúdos produzidos e disponibilizados nas redes sociais cresceu. Muitos cursos, eventos acadêmicos e grupos de pesquisa também encontraram um veículo, nas redes sociais, para manterem suas atividades e dialogarem com suas comunidades acadêmicas, tendo a possibilidade de expandi-las. Reclusos em casa, os espaços virtuais de relacionamento ganharam ainda mais força.

As redes sociais, neste contexto, tornaram-se potentes veículos de produção e disseminação de conhecimentos históricos. Foi assim que alimentados pela curiosidade despertada pelo modo de vida e por relatos do cotidiano mostrados por influenciadores muçulmanos ou por eventos históricos como as duas décadas do atentado de 11 de setembro ou a retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, páginas, perfis e criadores de conteúdo relacionados ao mundo muçulmano ganharam espaço nas redes sociais. Eles, inclusive, chegaram a ultrapassá-las, ao se tornarem referências em entrevistas, prestarem consultorias e fazerem participações na TV aberta. Esse fato impactou a construção de representações e de conhecimentos históricos sobre o Islã e os muçulmanos e acabou causando ecos nas salas de aula.

Segundo dados da Kantar Ibope, uma empresa de tecnologias que realizou pesquisas durante a pandemia para entender o comportamento dos usuários (consumidores) com as tecnologias, o uso das redes sociais teve um crescimento de cerca de 40% durante a pandemia. A empresa ainda afirma que este número de usuários permaneceu relativamente fixo após o fim do isolamento social. Segundo pesquisas da plataforma Cupom Válido (que usou dados divulgados pelas plataformas Hootsuite e WeAreSocial) em 2021, o Brasil foi o terceiro país que mais usou as redes sociais, sendo

que o YouTube, o WhatsApp, o Facebook e o Instagram representam as redes mais usadas no país[65].

Assim, esta pesquisa investiga, na perspectiva da História do Tempo Presente, as possibilidades de utilização das plataformas digitais, que abordam a História e as práticas cotidianas do Islã como recurso para o conhecimento sobre a temática. . Diante de um período de crescente islamofobia no Ocidente, essa comunicação também aborda a importância das redes sociais como instrumento de transmissão de conhecimento (muitas vezes, o único) sobre a cultura islâmica. Acredita-se na prerrogativa de que estas mídias são frequentemente acessadas como entretenimento, mas desperdiçadas como instrumento didático, não sendo reconhecidas como História Digital.

Para esta comunicação os conteúdos produzidos nas redes sociais são considerados como fontes históricas, de maneira a identificar a construção de representações acerca do Islã e dos muçulmanos, bem como avaliar as narrativas construídas pelos próprios indivíduos e/ou comunidades muçulmanas no Brasil, nas diferentes plataformas. Desta forma, as fontes analisadas nesta pesquisa são as páginas do Instagram Des.orientese (@des.orientese) e o perfil da influenciadora digital Fátima Cheaitou (@falafatuma) junto de seu canal no Youtube.

O perfil "Des.orientese" é um perfil não pessoal que visa à produção e à divulgação de conteúdos sobre temas ligados à História, cultura, literatura e política do Oriente Médio, tentando romper com uma visão Orientalista sobre o assunto. Já os perfis @falafatuma permitem ao seguidor acompanhar o dia a dia das influenciadoras, sendo que cada uma delas aborda e produz conteúdos nos quais a vivência cotidiana é perpassada pelas práticas religiosas e mesclam conteúdos cotidianos não necessariamente religiosos (criação de filhos, moda, maquiagem, viagens, estudos, família, etc.) com explicações e demonstrações de suas práticas religiosas, além de ofereceram alguns exemplos de vivências em comunidades muçulmanas de origens diversas.

Neste trabalho, a História Digital é uma das âncoras de abordagem, assim como a História Pública. A História Pública atravessa o campo da História Digital. Segundo Rovai (2020) e Almeida (2018), a produção de conhecimento histórico não é exclusividade dos historiadores, por isso, é essencial que as pesquisas na área do ensino de História se debrucem sobre o campo, a fim de entender e avaliar as representações que

[65] Maiores informações podem ser acessadas em: https://ninho.digital/uso-das-redes-sociais/ e https://www.jornalcontabil.com.br/redes-sociais-crescem-40-durante-a-pandemia/. Acesso em: 22 abr. 2023.

permeiam o universo digital dos estudantes e fomentam seus conhecimentos sobre História.

Assim, ganha destaque o diálogo com a História do Tempo Presente, que acolhe os estudos em História Digital e História Pública, bem como o campo da História das Religiões e Religiosidades, pois, como afirma Arnaldo Huff Júnior (2009), o campo religioso brasileiro constitui-se a partir dos atravessamentos provocados pelos contextos socioculturais particulares da experiência nacional de homogeneização, hibridização e negociação de identidades religiosas que são características das práticas simbólico-religiosas que se desenvolvem, convivem e crescem no Brasil, experiências entendias sob a égide da História do Tempo Presente.

É importante salientar o que Huff Júnior (2009) destaca no campo dos estudos da História das Religiões no Tempo Presente: há carências e lacunas de estudos historiográficos que precisam ser debatidas e discutidas, visto que são áreas, entendias nesta pesquisa como indissociáveis, já que a construção simbólico-religiosa dos tempos vividos não se restringe mais ao *ethos* familiar ou comunitário de congregações de fé, ele foi extrapolado para o meio digital, criando novas identidades e práticas religiosas. Essas identidades e práticas religiosas só podem ser analisadas à luz da conjuntura contemporânea.

> O campo religioso é, nesse sentido, aquele em que os bens religiosos estão em jogo, havendo nele lutas pelas maneiras de desempenhar os papéis determinados no próprio jogo. Nele manipulam-se visões de mundo na elaboração de estruturas de percepção do mundo, palavras, princípios de construção da realidade. A religião tem, nessa perspectiva, um caráter de linguagem. É um sistema simbólico de comunicação e de pensamento (Huff Júnior, 2009, p. 6-7).

Desta forma, a fundamentação teórica e metodológica de nossa pesquisa está consolidada na História do Tempo Presente, na medida em que, segundo Fico (2012), "a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, 'não terminou'" (Fico, 2012, p. 45). Uma temporalidade na qual os testemunhos daqueles que viveram ou, no caso desta pesquisa, produziram as fontes analisadas são importantes registros a serem considerados no trabalho, através da metodologia da História Oral, como já debatido.

Para as análises propostas, também foi feito o uso do Orientalismo (Said, 2007). O autor explica que o Oriente é mais uma elaboração, uma "invenção" do Ocidente, "uma

ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente" (SAID, 2007, p. 31).

> O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o "Oriente" e (na maior parte do tempo) o "Ocidente". Assim, um grande número de escritores, entre os quais poetas, romancistas, filósofos, teóricos políticos, economistas e administradores imperiais, tem aceitado a distinção básica entre Leste e Oeste como ponto de partida para teorias elaboradas, epopeias, romances, descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, "mentalidades", destino e assim por diante (Said, 2007, p. 29).

Como esta pesquisa se insere no campo do ensino de História, ela também se debruçou sobre a realidade institucional das políticas públicas para a educação básica, mais especificamente no que tange à análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso foi feito com a intenção de entender qual o espaço dessa temática enquanto componente curricular na sala de aula de História. A ausência de reflexões historiográficas na BNCC acerca da religião de mais de 1,6 bilhões de pessoas e que constituiu experiências histórico-culturais em diversas regiões do mundo, inclusive no Brasil, carece de reflexões por parte da Academia e dos profissionais da área. Conforme os estudos de Koselleck (1992), os conceitos estão ligados àquilo que é preciso compreender, ou seja, a relação estabelecida entre eles, a forma como se constituíram historicamente, seus usos através do tempo e em diferentes espaços determinará a sua compreensão.

As diferentes interpretações do Islã e das práticas religiosas são elementos característicos desta religião, devido à forma como o Islã foi disseminado, após a morte do Profeta Muhammad, seu fundador (Demant, 2014). Isto quer dizer que a religião não é homogênea, pois ao longo de sua história, ela passou por várias divisões e diversas vertentes e interpretações foram criadas, gerando diferentes formas de professar e praticar o Islã. Como mencionado, a pesquisa aqui realizada é uma sequência de estudos já realizados no âmbito do mestrado (COSTA, 2016), onde foram recuperados, atualizados e aprofundados estudos e análises.

O Islã nas mídias digitais

A expansão e a popularização da internet durante as últimas décadas do século XX e as primeiras décadas do século XXI facilitaram o acesso dos historiadores e das

historiadoras aos mais diversos tipos de fontes históricas, de diferentes locais no mundo. Consultar um manuscrito do século XVI em algum arquivo europeu não exige mais que o pesquisador brasileiro se desloque no espaço, manuseando-o pessoalmente. Desde que uma foto ou uma digitalização dele estiver disponível em alguma plataforma digital de consulta (site, *blog*, rede social, entre outros), o pesquisador pode ter acesso a sua fonte primária por meio das telas.

A velocidade com que novos mecanismos de armazenamento, consulta e divulgação de fontes históricas e bens patrimoniais são criadas e utilizadas tem a agilidade característica do momento vivido. Assim como essas tecnologias, a vida cotidiana é permeada por informações e relações instantâneas. O que acontece no mundo chega como informação à sociedade em uma fração de segundos. De guerras a fofocas, sabe-se de tudo, de forma instantânea, sem nem mesmo precisar ligar o aparelho de TV. Toda a informação pode ser carregada na sua mão e o aparelho *smartphone* se encarregará de notificar e apresentar aquilo que o algoritmo das redes constatou que são as preferências de interação do portador.

Ainda que o uso da internet para historiadores ampliarem seu acesso às fontes históricas primárias seja muito grande, o uso de fontes digitais, no caso, que utilizam a internet como fonte primária e não apenas como a plataforma de consulta, ainda é muito pequeno e, até mesmo, visto com certa desconfiança. No mundo digital, como mencionado anteriormente, tudo é instantâneo e, ao mesmo tempo, efêmero. Posto que seja passível de constante e imediata reedição, readequação e exclusão de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos algoritmos utilizados e pelo próprio público que acessa, a internet acaba sendo vista como uma fonte histórica pouco tangível.

As reflexões sobre o Islã, dada a projeção midiática do tema, aparecem frequentemente nas mídias digitais. Um número expressivo de plataformas abriga opiniões e comentários sobre esta religião pouco conhecida no Brasil. No entanto, lamentavelmente, o maior número de acessos se encontra em páginas pouco confiáveis e que, muitas vezes, constroem uma visão estereotipada e preconceituosa sobre as comunidades muçulmanas. A islamofobia cresce no Brasil e acaba sendo incentivada por meio de postagens irresponsáveis e sem legitimidade acadêmica e/ou religiosa. Islamofobia é um medo, preconceito e ódio aos muçulmanos que leva à provocação, hostilidade e intolerância por meio de ameaças, assédio, abuso, incitação e intimidação tanto de muçulmanos quanto de não muçulmanos, tanto no mundo online quanto offline.

Um exemplo disso são os comentários postados sobre o projeto de lei que objetivava tornar obrigatório o ensino de cultura árabe e islâmica, proposto pelo deputado Miguel Corrêa em 2011.

> A Câmara analisa o Projeto de Lei 1780/11, do deputado Miguel Corrêa (PT-MG), que inclui no currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio o ensino de cultura árabe e tradição islâmica. Segundo a proposta, os alunos deverão estudar a história dos povos árabes, a cultura e religiosidade islâmica e o papel do árabe na formação da sociedade contemporânea. Fonte: Agência Câmara de Notícias

Entre as reações ao projeto temos postagens que relacionam o Islã ao terrorismo, ao comunismo e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

> O Islã é a ÚNICA religião que manda os crentes (muçulmanos) a matar os não-crentes (não-muçulmanos) O Islã é a ÚNICA religião que manda matar os apóstatas O Islã é a ÚNICA religião que manda decapitar pessoas O Islã é a ÚNICA religião que manda apedrejar mulheres adúlteras até a morte O Islã é a ÚNICA religião que é contra a liberdade de expressão e críticas ao próprio islã O Islã é a ÚNICA religião que tem seu próprio Tribunal: o "Tribunal da Sharia" O Islã é a ÚNICA religião que incentiva a casar e fazer sexo com crianças a partir dos 6 ANOS de idade O Islã é a ÚNICA religião que exige punição das mulheres vítimas de estupro, se elas são incapazes de trazer 4 testemunhas do sexo masculino para testemunhar o estupro O Islã é a ÚNICA religião que é contra a democracia e os direitos humanos O Islã é a ÚNICA religião que permite a escravidão nos dias de hoje O Islã é a ÚNICA religião que possui um profeta tão violento, perigoso e bárbaro: Maomé!
>
> Só podia ser do PT fazer um projeto ridículo desse. Vá fazer o contrário lá, ensinar cristianismo no Islã. Nao tem um projeto bom fique quieto ou vá morar lá no meio deles.[66]

Nas postagens é possível perceber graves erros sobre a história do Islã, dos Pilares da Fé da religião e a permanente confusão de que os muçulmanos não são brasileiros, entre outros equívocos identificados. Foi mantido o anonimato dos que expressaram sua opinião, bem como, os erros de grafia. Percebe-se nas afirmações: “vá ensinar o cristianismo no Islã” e “vá morar no meio deles” a ideia de que o Islã é um lugar bem longe dos brasileiros. Esses depoimentos que evidenciam a total falta de compreensão sobre os muçulmanos evidenciam a necessidade de discutir a questão na educação básica, o que foi motivação do Projeto de Lei.

> Na justificativa do PL, é lembrada a tragédia ocorrida na escola de Realengo, no Rio de Janeiro, quando um ex-estudante matou 11 alunos e suicidou-se, no início de abril.

[66] Disponível em https://www.camara.leg.br/noticias/218392-PROJETO-TORNA-OBRIGATORIO-ENSINO-E-CULTURA-ARABE-E-ISLAMICA-NAS-ESCOLAS# Acessado em 11/11/2024

> Logo após o crime, algumas notícias vincularam o assassino ao fundamentalismo islâmico, o que depois foi desmentido. Segundo a proposta, o caso demonstrou a necessidade de "promover a cultura da paz" e combater preconceitos.[67]

Em 2017, o deputado Jean Wyllys retomou a discussão sobre a necessidade do ensino sobre o Islã nas escolas brasileiras como forma de combate ao preconceito e a intolerância religiosa. Para o deputado, existe a urgência de regulamentação do ensino religioso como forma de assegurar o respeito à diversidade de crenças no Brasil.

> O deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ) apresentou nesta quarta-feira (29) um projeto de lei (PL 9208/2017) que visa combater a "doutrinação religiosa" nas disciplinas optativas de religião em escolas públicas. De acordo com a justificativa da proposta, "uma interpretação pouco rigorosa da lei tem permitido a proliferação de formas de ensino religioso nas escolas públicas que, em diversas cidades e estados, não respeitam a diversidade enunciada na lei nem impedem, na prática, o proselitismo". O projeto foi apresentado após o Supremo Tribunal Federal decidir, em setembro, que o ensino religioso confessional (ou seja, vinculado a uma crença específica) não é inconstitucional.
> O deputado psolista utiliza a mesma lógica do "Escola Sem Partido" (considerado "fascista" por Jean Wyllys por tentar combater a doutrinação ideológica nas escolas com mais estado) para defender o "Escola Sem Religião": "regulamentar o ensino religioso de modo a assegurar o respeito à diversidade de crenças dos alunos e impedir que eles sejam vítimas de qualquer tipo de imposição autoritária das doutrinas do/a professor/a, o que sem dúvidas é um abuso contra os direitos das crianças e dos/as adolescentes. (…) É como se, em vez de ensinar sobre o sistema político e sobre o papel da democracia na nossa sociedade, a escola ministrasse aulas de 'petismo', 'tucanismo', 'psolismo' ou 'pemedebismo', dependendo da filiação do professor. Na prática, na maioria dos casos em que as escolas praticam o ensino religioso confessional, este não é outra coisa senão catecismo cristão, seja da vertente católica ou evangélica", afirma o deputado em seu projeto.
> Indo contra o caráter de seu próprio projeto, o deputado é declaradamente apoiador do PL 1780/2011, apresentado por Miguel Corrêa (PT/MG), o qual visa obrigar "estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais *e particulares*" a ensinar "cultura árabe e tradição islâmica", incluindo a "cultura e religiosidade islâmica".[68]

Esses Projetos de Lei corroboram com a importância de analisar conteúdos divulgados em mídias sociais e promover uma curadoria no sentido de identificar os espaços nos quais conhecimentos sobre os muçulmanos são divulgados e como promover sua inserção nas comunidades escolares.

---

[67] Disponível em https://expressodiario.com/projeto-de-lei-torna-obrigatorio-o-ensino-islamismo-nas-escolas-brasil/ Acessado em 11/11/2024.

[68] Disponível em https://www.ilisp.org/noticias/apoiador-do-ensino-obrigatorio-de-islamismo-jean-wyllys-apresenta-projeto-escola-sem-religiao/ Acesso em 11/11/2024

O Des.orientese (@des.orientese) e o perfil de Fátima Cheaitou (@falafatuma)

A página @des.orientese foi criada por Aycha S.[69] em 2019 e, atualmente, é gerenciada e tem seus conteúdos criados por ela e por Karime C.[70] No momento da escrita deste trabalho, a página conta com 49,6 mil seguidores no Instagram e 536 publicações.[71] Seu *post* mais curtido foi sobre o Talibã, publicado em agosto de 2021, no contexto da retirada das tropas estadunidenses do Afeganistão, em 2021. O *post* em questão teve mais de 60 mil curtidas e mais de 500 comentários. Seu *design*, linguagem didática, informações resumidas e encadeadas podem ser levadas para a sala tanto como uma ferramenta de ensino, no qual o professor usará o conteúdo em si, quanto como uma fonte histórica do Tempo Presente a ser analisada pelos estudantes. Eles podem refletir não apenas sobre o seu conteúdo, mas também sobre a forma de sua produção, o contexto de sua produção e as razões históricas e sociais que levaram ao engajamento do público naquele evento histórico que o *post* pretendia retratar.

A página possui um conteúdo potencialmente didático, não só pelo *layout* de apresentação dos *posts*, mas pela pesquisa realizada para sua elaboração, a linguagem didática e relativamente comum que utiliza para tratar de temas complexos através de uma síntese de conteúdo, além de se preocupar em referenciar as fontes utilizadas para a elaboração da publicação. Sendo que as fontes utilizadas são, na maioria das vezes, fontes reconhecidas pela Academia, como artigos científicos, teses, dissertações, livros e obras acadêmicas[72].

[69] Optou-se por usar o nome disponível na descrição da página e não o nome completo das criadoras, a fim de preservar seus perfis privados, tendo em vista que elas divulgam seus nomes na página desta forma. Ao longo desta pesquisa, optar-se-á por nomear os perfis e as pessoas envolvidas nas análises propostas da forma como elas se apresentam, publicamente, nas páginas e perfis públicos analisados.
[70] Vide nota anterior.
[71] Dados coletados em dezembro de 2024 no perfil @des.orientese.
[72] Para este trabalho, não serão analisados outros *posts* da página, o objetivo, neste momento, é demonstrar as possibilidades através de um exemplo.



Figura 1 – Coleção/compilado de *posts* publicados pelo perfil @des.orientese na rede social *Instagram* em 16 de agosto de 2021. Publicação completa disponível em: https://www.instagram.com/p/CSpiHIzH5jQ/



Figura 2: Print do pefil @des.orientese no Instagram. Disponível em https://www.instagram.com/des.orientese?igsh=MTh3YmpvN3k1a254Mg== Acesso em 07 de dezembro de 2024.

A página @des.orientese não é um perfil pessoal, nos moldes de perfis que compartilham o dia a dia e vivências pessoais como os chamados influenciadores. Segundo Karime, que forneceu uma entrevista para esta pesquisa[73], a idealização da página foi feita pela Aycha. Ambas advêm de famílias muçulmanas, árabes de origem libanesa.

> Existem dois tipos de perfis desses, dos influencers, existem os influencers que realmente, eles visam reproduzir a própria vida, então as pessoas elas acompanham esses perfis para saber da vida e das vivências dessa pessoa e existem os criadores de conteúdo que é um conteúdo mais... Não pessoal né, então o @des.orientese ele tem esse outro tipo de perfil, é uma página que na verdade foi ideia idealizada pela Aycha então hoje nós duas coordenamos, mas é uma página que foi criada por ela com esse objetivo. Ela recebia muitas mensagens no privado de "ai você devia fala mais sobre isso", porque assim é interessante que eu me descobri, eu me entendi melhor também a partir do

[73] Entrevista realizada pelas autoras em dezembro de 2021 via Google Meet.

> @des.orientese porque, ah, eu nunca tive esse essa grande divulgação de falar sobre os árabes, falar sobre o Islã, é algo que sempre ficou na minha vida, na minha esfera particular assim e eu não conversava muito sobre isso com ninguém inclusive eu odiava Instagram (risos) então eu fiquei muitos anos sem, assim, eu nunca gostei muito de redes sociais e, enfim por várias questões, não militava nessa causa e a Aycha não né. A Aycha sempre compartilhou sobre, inclusive, por ela viver na comunidade muçulmana mais do que eu, como eu disse eu moro no interior de São Paulo, então aqui não existe uma comunidade muçulmana, e no caso da Aycha, ela tem a própria família dela que está no Brasil, então ela vivencia e compartilha dentro dessas vivências. Ela falava sobre isso e o @des.orientese surgiu a partir dessa idealização dela de trazer conteúdos sobre os árabes, sobre o Oriente Médio, sobre o Islã e um pouco de sudeste asiático, [...] Quando a gente fala dos mundos islâmicos não abarca apenas os árabes ou Oriente Médio, a gente tem que considerar grande parte da Ásia que é onde está a concentração, a maior concentração de muçulmanos. Então o @des.orientese ele surge com esse objetivo e eu conheço a Aycha fazendo aula de árabe online, foi ai que eu conheci ela, e ai eu conheci o @des.orientese e comecei a, assim eu fiquei apaixonada pelo conteúdo da página porque eu me identifiquei e eu acho que isso é muito, muito do público [que segue] o @des.orientese [...], é isso também né, de identificação principalmente os descendentes que vivem no Brasil, então de entender a própria cultura e entender a própria cultura que às vezes, se expressa dentro do lar e a gente não consegue racionalizar e entender do porquê isso acontece. [74]

Segundo a entrevistada, os principais objetivos da página são produzir conteúdo que combatam o Orientalismo[75] e as visões deturpadas, equivocadas e mesmo preconceituosas sobre o mundo muçulmano, os árabes, o Oriente Médio e o Islã, embora ressalte que nem sempre, o conteúdo que produzem, embora julguem ser de grande relevância, atinge grandes visualizações, contudo explica que o principal foco da página não está no número de seguidores.

> Eu acredito que é isso, é uma coisa que eu e a Aycha conversamos bastante que é, antes a gente ficava muito afetada emocionalmente pelos posts que *flopavam*, exatamente pelo trabalho que dá e porque as vezes é um conteúdo importante e as pessoas elas acabam não consumindo esse conteúdo, mas é algo que a gente pensou bastante e exatamente isso de qual que é o nosso objetivo com o @des.orientese, nosso objetivo com o @des.orientese é exatamente difundir sobre os árabes, a cultura árabe, sobre o Islã, de uma forma não orientalista, rompendo com o senso comum que que existe sobre. Acho que esse é o nosso principal objetivo, romper o senso comum que existe no Ocidente sobre o Oriente, então a partir do momento que a gente conversou sobre isso, "ah esse é nosso objetivo" então quando os posts *flopam* a gente sofre menos (risos). Hoje em dia, em relação a isso porque nosso objetivo é esse, sabe a gente também não vai mudar o que a gente acredita e nossa perspectiva pra atingir, visando seguidores, igual muitas páginas fazem, então, muitas vezes muda até o posicionamento ideológico e político que a pessoa tem visando esse aumento de seguidores e enfim eu acho que não é esse o objetivo nosso. É logico que quando a gente consegue um número de

[74] Entrevista realizada pelas autoras em dezembro de 2021 via Google Meet.
[75] O conceito histórico foi desenvolvido por Edward Said, estudioso do século XX, e será desenvolvido e analisado no decorrer deste artigo.

> seguidores alto, o que a gente pensa não é “ah estou conseguindo aumentar meus seguidores” mas é mais, “estou conseguindo mais visualizações do conteúdo que eu estou trazendo”, então está alcançando mais pessoas e eu acho que isso é o objetivo tanto pessoal como da própria página, porque pesquisar sobre o Oriente é algo que eu e a Aycha fazemos na nossa vida profissional mesmo de fato (...)[76]

Importante destacar que a entrevistada vislumbrava um sentido social no trabalho realizado no perfil da rede social, uma forma de levar as discussões teóricas da academia para a sociedade no geral, com uma linguagem mais acessível, de modo a cumprir uma função social, potencializando conhecimentos e saberes, um indicativo importante dos possíveis usos didáticos que a página pode ter para professores e para as aulas da educação básica.

O perfil de Fátima Cheaitou (@falafatuma), conta com 69,4 mil seguidores e 401 publicações e seu canal no Youtube que leva o mesmo nome, somava 124 mil inscritos e 153 vídeos.[77] O canal no Youtube e seu perfil no Instagram dedicam-se a divulgar informações e explicações sobre a religião muçulmana, bem como sobre as práticas muçulmanas, trazendo explicações, tirando dúvidas e mostrando também aspectos das cultura árabe e muçulmana, a fim de combater estereótipos e preconceitos que a criadora identificava na sociedade.

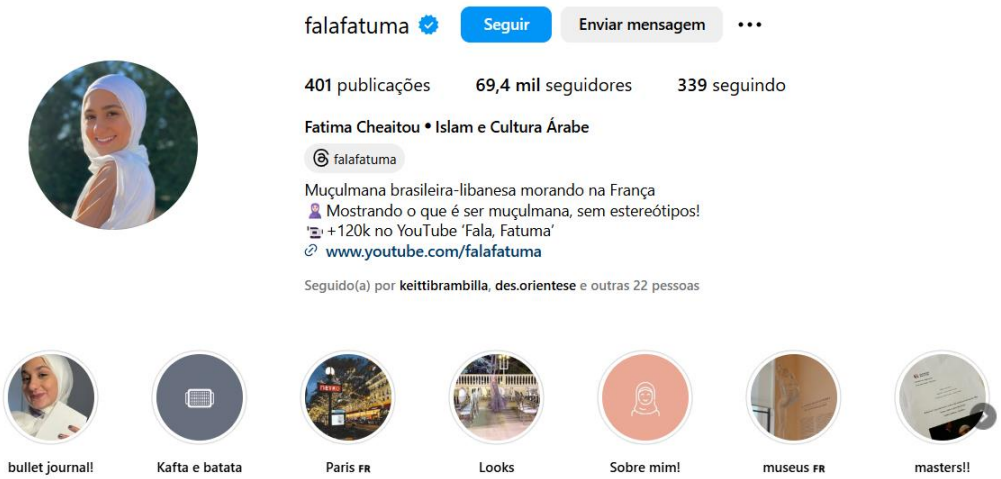


Figura 3: Print do perfil @falafatuma no Instagram. Disponível em https://www.instagram.com/falafatuma/ acesso em 07 de dezembro de 2024.

[76] Entrevista realizada pelas autoras em dezembro de 2021 via Google Meet.
[77] Dados consultados em dezembro de 2024 em https://www.youtube.com/@FalaFatuma e https://www.instagram.com/falafatuma/

Segundo Fátima, que concedeu entrevista para esta pesquisa em 2021, ela criou o canal no Youtube em 2016 e ele foi o primeiro canal que abordava essas temáticas. Ela o criou por sugestão de uma professora do primeiro ano do curso de Jornalismo que ela cursava em São Paulo/SP. Ela destaca a importância de uma muçulmana falar sobre suas vivências, sobre ser muçulmana, a questão da representatividade que possui, ao ter sua História e religião divulgada por alguém que faz parte da comunidade, além de identificar-se com uma espécie de "missão" ao trazer informações boas e corretas sobre a sua religião.

Entende que seu foco principal é falar sobre a religião, mas entende também, que as pessoas querem saber mais sobre ela em si e, por isso, também tem feito outros tipos de conteúdo. Chega a mencionar que é muçulmana, mas não é só isso, é muitas outras coisas e acredita ser importante que as pessoas percebam essa complexidade que forma a todos nós enquanto seres humanos.

> [...] Eu estou tentando sabe, conciliando a religião que é o meu foco principal, só que tem outras coisas que também são muito interessantes, como cultura e eu. Porque querendo ou não é... eu pensava assim: eu sou muçulmana, mas eu não sou apenas muçulmana! Então se você pegar e focar só na religião, o pessoal vai continuar com essa ideia de tipo "a Fátima é muçulmana, ela é aquela muçulmana" e pronto. E não, eu sou muito mais! Ok, a religião.. é tudo pra mim, é meu dia a dia (...) é como que eu vou conviver, fazer as coisas no meu dia a dia, só que a Fátima tem muito mais. Então, eu pegar e abordar outros assuntos, eu acho muito necessário, então o pessoal agora sabe que eu amo açaí, então eu não sou mais só a Fátima que usa o hijab, "Ah! A Fátima aquela menina obcecada por açaí!" (riso) A Fátima que ama séries, a Fátima que ama livros, a Fatima que... então realmente mostrar que por mais que tenha muitas diferenças, também tem muitas semelhanças. O tanto de gente que vai (...), se conectar com você, talvez você não concorde com muita coisa da minha religião, mas você vai... sei lá, pensar "eu gosto também desse tipo de série, desse tipo de livro", e pegar e falar comigo então... Eu acho que é uma coisa muito necessária, também me abrir nesse ponto.[78]

[78] Entrevista realizada pelas autoras em janeiro de 2022 via Google Meet.

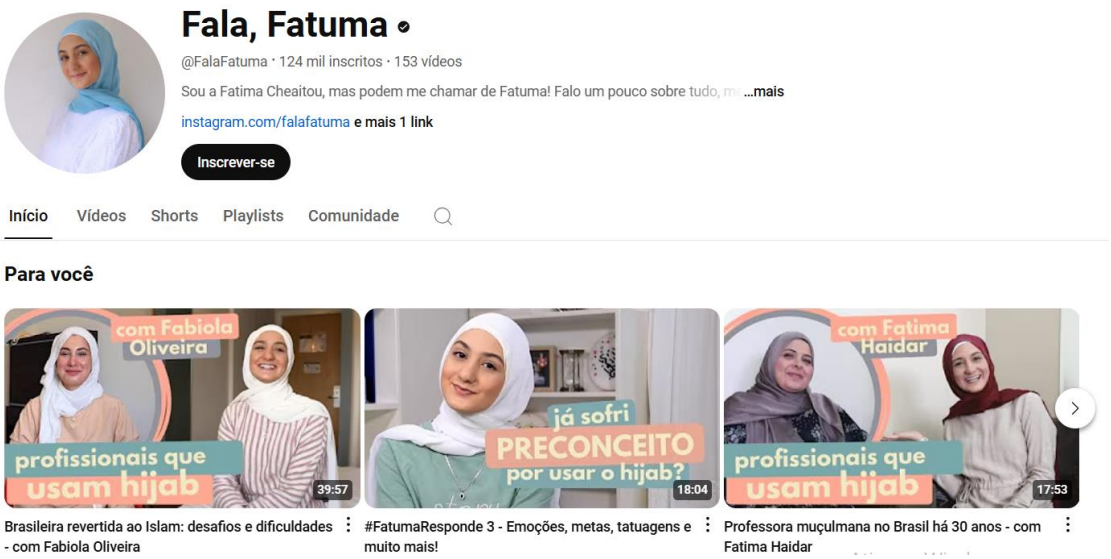


Figura 4: Print da página inicial do canal no Youtube "Fala, Fatuma!". Disponível em https://www.youtube.com/@FalaFatuma , acesso em dezembro de 2024.

Considerações finais

Quando se olha para o mundo digital e para a forte presença das redes sociais na vida dos estudantes da educação e básica, e como, muitas vezes, uma aula de História pode ser atravessada por algo que se viu, divulgou ou os alunos encontraram em conteúdos nas redes, a sensação que fica é que os (as) professores (as) de História estão tendo que aprender a lidar com este novo mundo de informações e de potenciais conhecimentos. Enquanto isso, os (as) historiadores (as) e a academia resistem em considerá-lo como um campo de estudos sobre o qual é preciso ter propriedade, domínio e, acima de tudo, autoridade.

As redes sociais possuem muitos problemas e desafios, mas também estão repletas de conteúdos que podem ser introduzidos em sala de aula, como ferramentas de ensino. Não se trata de, nas aulas de História, colocar os alunos para acessarem as redes sociais, sem supervisão ou sem critérios. Como para qualquer material de ensino, as redes sociais e seus conteúdos, ao serem usados como ferramentas de ensino, não encontrão fim em si mesmas. Elas carecem da mediação do (a) professor (a), que deve ser capaz de avaliar os conteúdos e transformar seus potenciais didáticos em, efetivamente, ferramentas de ensino.

É claro que as questões metodológicas são complexas e os desafios que as fontes históricas nato digitais impõem aos (às) historiadores (as), são grandiosos e não se pretende esgotar os debates ou criar obrigações neste trabalho. Ainda assim, não seria

adequado ignorar a discussão. O ensino de História precisa estar atento às novas demandas e potenciais que a variedade e grande quantidade de conteúdo nas redes sociais oferece aos estudantes.

Faz-se necessário preparar os docentes para tal avaliação e a compreensão da forma como esses conteúdos são elaborados, pode contribuir para o trabalho didático. O estudo de caso citado neste trabalho, não tem o intuito de caracterizar os conteúdos das redes sociais como bons ou ruins. Porém, tem a pretensão de mostrar que, com uma seleção adequada, feita pelo (a) professor (a) de História, esses materiais têm um grande potencial de constituírem ferramentas didáticas de ensino, além de provocar a reflexão sobre os novos desafios que o campo historiográfico enfrenta a partir do mundo digital e a forma como as fontes históricas nato digitais, sejam elas fontes orais ou não, precisam ser problematizadas, mas acima de tudo, utilizadas à luz da História.

Referências

ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Existir em bits: gênese e processamento do arquivo nato digital de Rodrigo de Souza Leão e seus desafios à teoria arquivística. Rio de Janeiro, 2017. (**Dissertação**)

ALBERTI, Verena. **Manual de História Ora**l. Belo Horizonte: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas**. Revista *Aedos***. Num.8, vol. 3, Janeiro - Junho 2011. p. 9 a 30

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, 2018. Versão on-line. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base. Acesso em 13 de agosto de 2022.

COSTA, Jéssica Pereira da. O estudo da História do Islã e dos muçulmanos na educação básica: conceitos e representações, 2016 (**dissertação**)

COSTA, Jéssica Pereira da. **O islã, os mulçumanos e seus conceitos**: vocabulário de conceitos para o estudo do Islã e dos muçulmanos. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. Disponível em: https://www.ucs.br/educs/livro/o-isla-os-muculmanos-e-seus-conceitos-vocabulario-de-conceitos-para-o-estudo-do-isla-e-dos-muculmanos/ Acesso em: 28 jul. 2021.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano.** São Paulo: Contexto, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, v. 3, n. 5, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Qual a relação entre a história pública e o ensino de História? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. (Org.) **Que história pública queremos?** What public history do we want? 1ª ed. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p.43-59, jan./jun. 2012.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. Campo religioso brasileiro e História do Tempo Presente. ANAIS DO II ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES. **Revista Brasileira de História das Religiões** – ANPUH Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html. Acesso em: 13 ago. 2022.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.134-146.

KÜNG, Hans. **Islão:** Passado, Presente e Futuro. Tradução Lino Marques. Lisboa: Edições 70, 2010.

LORENZO, Eder Maia. **A Utilização das Redes Sociais na Educação**: A Importância das Redes Sociais na Educação. 3 ed. São Paulo: Clube de Autores, 2013.126p

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. Ensinar História na Era Google: o uso de websites como fontes históricas no ensino de História. In: OLIVEIRA, João Paulo Gama (Org.) **Acervos e fontes**: diferentes caminhos para o ensino de História. Universidade de Pernambuco – UPE. Recife, 2021. (ebook)

RUFINO, Luiz; MIRANDA, Marina dos Santos de. RACISMO RELIGIOSO: POLÍTICA, TERRORISMO E TRAUMA COLONIAL. OUTRAS LEITURAS SOBRE O PROBLEMA. **Problemata: R. Intern. Fil**. V. 10. n. 2 (2019), p. 229-242

SAID, Edward W. **Orientalismo**: **o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO RELIGIOSA: ESTUDO DE CASO DO PADRE FRANCISCO APOLINARIS MASCARENHAS NO RIO GRANDE DO SUL

Jean Carlo Rosa Durigon
Marta Rosa Borin

Introdução

Os Anos de 1960 a 1970 representam mudanças no contexto político religioso da Igreja católica no mundo e no Brasil. A convocação do Concílio Vaticano II no ano de 1961, pelo Papa (São) João XXIII, abre um novo paradigma a respeito da fé e da cultura católica. Há uma mudança de pensamento, novas metas são apresentadas e a chamada "questão pastoral", até então desempenhada quase que exclusivamente por clérigos e religiosos passa a abranger novos agentes, os leigos, ganhando grande repercussão no orbe católico e nas sociedades.

Os documentos eclesiais podem ter impulsionado os fatores migratórios que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 para o Brasil, a partir das diretrizes do Concílio Vaticano II, especificamente para o Estado do Rio Grande do Sul e a Arquidiocese de Santa Maria, que recebeu quatro sacerdotes naturais da Índia, dentre eles o Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, para um convênio de atuação de quatro anos, o qual vigorou além do estipulado, durando mais de três décadas.

A partir do acervo documental, busca-se analisar os impactos sócio-religiosos da atuação do padre Mascarenhas frente aos leigos católicos na Arquidiocese de Santa Maria, e em outras localidades do Rio Grande do Sul, por onde transitou e promoveu a associação de leigos "Legião de Maria".

A hipótese que levantamos para este trabalho é de que a imigração de um sacerdote católico indiano para o Brasil, na década de 1960, é resultado da efetiva evangelização católica na Índia, visto que sacerdotes de origem indiana passaram a fazer o processo reverso, vindo atuar no Brasil, impactando um grande número de pessoas na cidade e Arquidiocese de Santa Maria, bem como no Estado do Rio Grande do Sul a partir da criação da Associação Legião de Maria.

Outra hipótese está relacionada à situação missionária da Igreja católica daquele período, ou seja, a partir do Concílio Vaticano II, e dos documentos resultantes deste, especialmente o Decreto *Ad Gentes* de 1965 que trata sobre a "Atividade Missionária da Igreja", promulgado pelo Papa (São) Paulo VI, onde a evangelização dos povos deveria

ser não somente a partir dos sacerdotes, mas deveria contar com a participação dos leigos, alterando os paradigmas sociais e hierárquicos existentes.

Este estudo justifica-se, primeiramente, por dar continuidade à temática abordada pelo autor desde a graduação no Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria (2013 – 2016), onde desde o ano de 2015, a partir do projeto de estágio curricular obrigatório, foi desenvolvido um trabalho de identificação e organização dos documentos eclesiais da Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria e do fundo Padre Francisco Mascarenhas.

Desta abordagem inicial durante o estágio curricular, teve como resultado o artigo intitulado "A aplicabilidade da gestão arquivística no acervo documental do *Senatus* do *Rio* Grande do Sul", sendo condecorado como melhor artigo de sua categoria no XX Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia – ENEARQ 2016.

A temática foi desenvolvida também no Mestrado em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (2017 – 2019), do qual resultou a dissertação intitulada "A contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da Legião de Maria - S*enatus* Nossa Senhora da Conceição através da história oral". Concomitante à dissertação elaborou-se como produto do mestrado profissional, um catálogo seletivo abrangendo os anos de 1970 – 1990, elaborado a partir do confronto entre documentos textuais e documentos iconográficos produzidos pela instituição, juntamente com o relato oral destes documentos e imagens por parte de seus associados de longa data, testemunhas dos registros institucionais.

Pretende-se agora uma nova abordagem na temática dos acervos eclesiais, com o auxílio da historiografia e seu arcabouço teórico, analisar uma das figuras centrais na produção documental da "Legião de Maria", da qual resultou os trabalhos supracitados, por analisar o movimento migratório de sacerdotes indianos católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, especificamente no Estado do Rio Grande do Sul com ênfase na região central do Estado, compreendida como a Arquidiocese de Santa Maria e províncias eclesiais adjacentes (tais como as Dioceses de cachoeira do Sul, Bagé e as Arquidioceses de porto Alegre e Pelotas) na pessoa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas.

Quanto a sua relevância do ponto de vista do tema proposto, acredita-se que, enriquecerá a historiografia local e nacional, sobretudo sobre a história da igreja católica e seus agentes sociais, com enfoque na participação de leigos com maior envolvimento a partir da atuação da "Legião de Maria", coordenada pelo Padre Francisco Mascarenhas no Rio Grande do Sul.

No que se refere às pesquisas em acervos eclesiais bem como ao patrimônio documental e imaterial, que resultam do fenômeno migratório religioso, poderemos contribuir para o reconhecimento da importância e relevâncias dos arquivos das associações laicais, uma abordagem além dos tradicionais arquivos paroquiais e das circuncisões eclesiásticas (Cúrias metropolitanas e Mitras diocesanas) ou ordens e congregações religiosas.

A cidade de Santa Maria apresenta uma diversidade de instituições religiosas em seu território administrativo, sendo elas eclesiais por excelência (Arquidiocese e paróquias), quanto associações laicais, no entanto dar-se-á foco ao acervo da "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, que faz parte desta rede de produtores de documentos eclesiásticos, *detentores de um capital cultural no campo religioso*, segundo Bordieu (2009).

A presente instituição eclesial possui dois fundos documentais e um sub-fundo, sendo o Fundo Documental "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", o Sub-fundo documental "Jornal *Vexillum*", ligado ao fundo anterior, e o fundo documental Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas (custodiado junto ao Memorial de mesmo nome), objeto desta pesquisa.

Esta instituição apresenta pouca exploração acadêmica no que se refere a sua documentação, compreensão historiográfica e difusão. Tem-se conhecimento de alguns trabalhos de cunho científicos, como os supracitados, o artigo "O Arquivista frente à documentação eclesial" (2016) a Dissertação intitulada "A contextualização do patrimônio documental do arquivo eclesiástico da Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição através da história oral" (2019) e o vídeo de difusão intitulado "Memorial Padre Francisco Mascarenhas" veiculado junto ao XX Encontro Nacional de Estudantes de Arquivologia, Rio de Janeiro, 2016.

A região de Santa Maria, como proeminente produtora de bens capital religioso, registra abordagens de pesquisas acadêmicas tais como: "Por um Brasil católico: Tensão e conflito no campo religioso da República" (Borin 2010); "Da festa ao cerimonial midiático: as estratégias de midiatização da teleromaria da Medianeira pela Rede Vida" (Borelli 2007), dentre outros.

A partir dos registros da "Legião de Maria", entende-se sua estrutura, compreendendo, por conseguinte sua história, que se entrelaça com a história do Padre Francisco Mascarenhas.

Para elucidar e complementar a história desta figura religiosa, existem fontes documentais presente**s** no acervo e a possibilidade da coleta de informações por meio do uso da história oral, que através de entrevistas com leigos vinculados a Legião de Maria, podem fomentar a historiografia biográfica do Padre Mascarenhas e sua atuação sócio-religiosa.

Revisão bibliográfica

Para desenvolver esta pesquisa, faz-se necessária a revisão de literatura referente a historiografia, a" economia simbólica" proposta por Pierre Bordieu, especialmente o campo religioso, a arquivística, o conceito de patrimônio, seja ele material e imaterial, bem como demais elementos que subsidiem o arcabouço teórico-metodológico, tais como o registro e a memória a partir de Le Goff.

.

O Campo Religioso segundo Bordieu

Segundo Bordieu (2009 p. 31), "existem sistemas simbólicos, tais como a religião, a arte e a língua, e estes sistemas são veículos de poder e política".

Esses sistemas, ou campos simbólicos, dentre eles o campo religioso, são:

> Um instrumento de conhecimento, ou melhor, um veículo simbólico a um tempo estruturado [...] que encara como condição de possibilidade primordial o sentido dos signos (símbolos) quanto ao sentido do mundo, que os primeiros permitem construir (Bourdieu, 2009 p 28).

O Campo religioso, assim como o campo econômico possui seus bens de capital, isto é, bens que podem simbolicamente, formar um montante pertencente a um grupo social, unido por elemento comunal**, a** fé.

O acumulo de bens de capital religioso, constitui dois grupos geradores, ou produtores: os sacerdotes e os leigos, e ambos formam o corpo eclesial.

Durkheim apud Bordieu, diz que "Igreja não é somente uma confraria sacerdotal, é a comunidade moral formada por todos os crentes da mesma fé, tanto fiéis como sacerdotes" (Bourdieu, 2009, p. 42).

O mesmo autor afirma que "a religião, e em geral todo sistema simbólico, está predisposta a cumprir uma função de associação" (Bourdieu, 2009. 43).

Borin afirma que como capital simbólico no campo religioso, podem-se elencar aspectos como "devoção, crença e tradição, que orienta as estratégias dos agentes que estão comprometidos no campo" (Borin, 2010, p. 23).

Nesta lógica, um acervo religioso, resultante de suas atividades, e de seu patrimônio imaterial, a fé, a crença; produzem como patrimônio material a documentação e os registros destes bens de economia simbólica.

Patrimônio, documento e memória

Para Ferreira (2014) patrimônio é um "bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, país, ou para a humanidade, e que, ao se tornarem protegidos, devem ser preservados para o usufruto de todos os cidadãos".

Entende-se que a noção de patrimônio não é algo isolado, mas sim aliada ao ambiente (natureza) e à cultura de determinada instituição ou sociedade. Pode-se ter, assim, a concepção de patrimônio também como patrimônio cultural. (DURIGON, 2019)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no ano de 1972, define patrimônio cultural como:

> **São considerados "patrimônio cultural":**
> - os **monumentos:** obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, **inscrições,** grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
> - os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas, que incluem os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)[79]

Estes monumentos e inscrições (escrita epigráfica) são informações fixadas em um suporte, portanto, documentos epigráficos, também bens de capital de cultural, conforme Bordieu sintetiza no livro "a economia das trocas simbólicas".

Sobre registros epigráficos, Le Goff diz que:

> "O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva. [...] A escrita permite à memória coletiva um duplo

[79] Grifo nosso.

> progresso, o desenvolvimento de duas formas de memória. A primeira é a comemoração, a celebração através de um monumento comemorativo de um acontecimento memorável. A memória assume, então, a forma de inscrição e suscitou na época moderna uma ciência auxiliar da história, a **epigrafia**" (Le Goff, 2013, p. 394).

Além do patrimônio material, tais como prédios, monumentos e demais obras da humanidade, elencados pela UNESCO, a Constituição Federal, considera também o patrimônio imaterial do povo, aquilo que não é palpável nem medido, mas que é transmitido, por meio dos fazeres e saberes, o imaterial, a **oralidade, a tradição, lendas, folclore**, etc., conforme assegura a Constituição Federal no seu Artigo número 216:

> Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL 1988)

No que se refere a definição do patrimônio imaterial brasileiro, o IPHAN assim define:

> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; **celebrações;** formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). (IPHAN)[80]

Tendo em vista as celebrações estarem vinculadas às liturgias, aos saberes e o conhecimento religioso apresentado a um grupo, estes se constituem patrimônios imateriais, formulados por seus agentes, geradores do "capital religioso".

O acervo eclesial é resultado direto da ação de um patrimônio imaterial. Tanto o acervo de uma instituição custodiadora e mantenedora, quanto o acervo pessoal dos agentes religiosos, compõem as tipologias oriundas da imaterialidade cultural de um povo.

As instituições costodiadoras e mantenedoras apresentam uma função básica, que de acordo com Schellenberg (2006, p. 41) é "tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda".

Os registros documentais eclesiásticos registram as formas de celebrações, liturgias, ensinamentos e tradições religiosas, bem como transmitem um modelo de

[80] Grifo nosso. Sitio do IPHAN. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234. Acesso em 20 out. 2018.

atuação social. Nisto pode-se agregar o registro dos agentes religiosos, bem como das associações religiosas.

Acervos Eclesiásticos

A Arquivologia, ciência afim da historiografia, nos apresenta conceitos fundamentais para compreender seus métodos e técnicas, dentre estes, o conceito de documento que, segundo Bellotto é:

> Um suporte com uma informação, que poderá ensinar algo a alguém. De forma simples, podemos dizer que o 'documento é uma informação, de qualquer tipo, sobre um suporte de qualquer tipo', ou, se colocarmos a definição ao contrário, 'documento é um suporte modificado por uma informação' (Bellotto, 2002, p.22).

Para Paes (2004) documento é: "o registro de uma informação independente da natureza do suporte a que contém". Assim podemos afirmar que documento é toda a informação fixada em um suporte, independente do mesmo.

A reunião de documentos oriundos de um mesmo produtor, ordenados dentro de uma lógica orgânica e acessível, forma um fundo documental.

Por fundo documental, Rousseau e Couture (1994) nos dão a seguinte definição:

> Os documentos de arquivo são formados a partir das atividades desempenhadas por seus produtores, os conjuntos documentais são reunidos por origem produtora, a qual chamamos de fundos, estes são conjuntos de documentos independentes de sua forma ou suporte, produzidos ao longo de uma atividade (Rousseau e Couture, 1994, p.284).

Para Bellotto (2006), ao conceituar fundo documental, acrescenta-se que além de produzir documentos, instituições, pessoas ou famílias acumulam documentos no decorrer de suas atividades, e para sua melhor compreensão, podem compor mais de um fundo, ou subdividir-se em sub-fundos documentais:

> Fundo, é o conjunto de documentos produzidos e/ou acumulados por determinada entidade pública ou privada, pessoa ou família, no exercício de suas funções e atividades, guardando entre si relações orgânicas, e que são preservados como prova ou testemunho legal e/ou cultural, não devendo ser mesclados a documentos de outro conjunto, gerado por outra instituição, mesmo que este, por quaisquer razões, lhe seja afim'. (Bellotto, 2006, p.128)

Ao especificar o que são acervos eclesiásticos, necessita-se dos conceitos de acervo que, segundo CUNHA (2007, p.8) é " o conjunto de bens que integram um patrimônio".

E da etimologia conceitual de eclesiástico, que segundo o mesmo autor, é "derivado do Latim *ecclesiasticus*, pertence ou relativo à igreja[81] (CUNHA, 2007, p. 283). A junção destes dois temos podem ser vistos da seguinte forma: acervos eclesiásticos são o conjunto de bens pertencentes à igreja.

Como os fundos documentais da "Legião de Maria - *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", seu sub-fundo "Jornal *Vexillum"* e Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas estão inseridos no contexto da propagação da doutrina Católica, caracterizam-se como de cunho eclesiástico.

Destaca-se que o cunho eclesial abrange não somente os arquivos das Cúrias Metropolitanas, Mitras diocesanas ou Paróquias, mas englobam também os registros documentais das ordens e congregações religiosas, sejam elas contemplativas ou seculares[82], dos Movimentos leigos e das Associações religiosas, também como os acervos e registros pessoais dos agentes religiosos.

Estes acervos formam bens de economia simbólica, e são complementados com os relatos e memórias de seus agentes. A oralidade e a tradição dos grupos sociais refletem ou complementam seus legados físicos, tais como monumentos, e documentos.

Objetivos

Objetivo geral

O estudo apresenta como objetivo geral identificar a ação sócio-religiosa do Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas no Estado do Rio Grande do Sul e na Arquidiocese de Santa Maria, a partir de sua imigração para o Brasil, com ênfase na criação da associação eclesiástica "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria" [83].

Objetivos específicos

Afim de alcançar o objetivo geral, este estudo tem por objetivos específicos:

---

[81] Neste trabalho a palavra "Igreja" refere-se à Igreja Católica Apostólica Romana, devido à finalidade do estudo.

[82] Congregações religiosas contemplativas: religiosos que vivem em clausura com o mundo exterior. E Congregações religiosas Seculares: religiosos que vivem em meio ao povo, não estão em clausurados.

[83] Legião de Maria, Associação internacional de católicos leigos, está presente em mais de 150 países, sua estrutura utiliza termos latinos, *Senatus* é um deles, significa "Senado". O *senatus* tem jurisdição sob um país, porém como o Brasil apresenta grandes dimensões, existem 10 *Senatus* e uma *Regia* filiados ao *Concilium Legionis Mariae*, órgão máximo da Legião de Maria com sede em Dublim, Irlanda. O Senatus Nossa Senhora da Conceição tem jurisdição sob o Estado do Rio Grande do Sul.

- estudar os tipos documentais existentes no acervo da instituição "Legião de Maria – *Senatus* Nossa Senhora da Conceição de Santa Maria", Fundo Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas;

- estudar o fenômeno migratório de sacerdotes católicos para o Brasil nas décadas de 1960 e 1970, a partir dos documentos eclesiais advindos do Concílio Vaticano II, com ênfase nos sacerdotes advindos da Índia, especialmente o Padre Francisco Mascarenhas;

- **r**ealizar entrevistas baseadas no método da história oral com pessoas ligadas ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas, identificando os reflexos de sua atuação social e no campo religioso.

Metodologia

Para que os objetivos sejam alcançados em uma pesquisa, é necessário estipular seus métodos, que segundo Gil (2008, p.8) é o "conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos". Para esta pesquisa se analisará a bibliografia e a biográfica referente ao Padre Francisco Apolinaris Mascarenhas.

Francis Apolinaris Mascarenhas, Antônio Francisco Apolinário Mascarenhas ou mesmo Francisco Mascarenhas[84], são as várias formas para identificar um só homem. Utilizaremos seu nome "aportuguesado" Padre Francisco Mascarenhas.

De nacionalidade indiana, nasceu em Chinchinim, província de Goa, então colônia portuguesa em 23/07/1916. Viveu a juventude junto aos familiares. Seu pai Antônio era médico, sua mãe Maria, era dona de casa.

Em 1933 ingressou no Seminário da Companhia de Jesus (Jesuítas, de nacionalidade inglesa) na cidade de Shembaganur, sul da Índia. Após um ano ingressou no Seminário Diocesano de Trichinopoly, sul da Índia dirigido pelos jesuítas franceses, onde foi ordenado ao grau de Diácono para a Diocese de Trichinopoly.

Durante o período de formação seminarístico um colega comenta com Francisco sobre um movimento, associação de leigos chamada "Legião de Maria", o qual está a serviço da autoridade eclesial e sacerdotal católica, e a partir das diretivas do Concílio Vaticano II, propaga-se para todos os continentes e grande parte das dioceses católicas do mundo.

Foi ordenado sacerdote em 21/03/1942, com vinte e cinco anos de idade na cidade de Bombaim. Como Sacerdote, atuou primeiramente na Igreja Nossa Senhora do Rosário,

[84] Declaração emitida pela Mitra Diocesana de Santa Maria. Acervo da instituição.

e em 02/02/1943 teve o primeiro contato pessoal com a Legião de Maria e formou então um Praesidium[85] (grupo de leigos filiados a Legião de Maria). Com o passar do tempo atuou em diversas paróquias de Bombaim e fundou outros grupos (ou *Praesidia*, coletivo de *praesidium).*

Estes grupos da Legião de Maria, a posteriori vieram a formar o *Senatus*[86] de Bombaim, cuja jurisdição abrangia Bombaim e o norte da Índia. Em 1959 foi nomeado pároco da Paróquia São João Evangelista, e durante sua permanência nesta Paróquia, atuou como Diretor Espiritual do *Senatus* de Bombaim.

Viaja à Roma, em 1965 após o contato com um bispo brasileiro, obtém deste a informação de que em sua diocese de origem há um pequeno número de sacerdotes atuantes. Com base nesta conversa, Padre Francisco manifesta a seus superiores, na pessoa do Arcebispo de Bombaim, o desejo de trabalhar no Brasil, e por intermédio de outro Sacerdote, Padre Felipe dos Santos, de origem indiana já residente na Diocese de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, tem seu *Curriculum Vitae* apresentado à Dom Luiz Victor Sartori[87], o qual o "recebe de braços abertos e com muito reconhecimento" (DLVT)[88].

Em 26/06/1967, após comemorar vinte e cinco anos de sacerdócio, Padre Francisco parte para o Brasil, chegando a Santa Maria em 31/08/1967, sendo recebido pelo Bispo Diocesano de Santa Maria, Dom Luiz Victor Sartori.

Dom Luiz, em diálogo com Padre Francisco, menciona o envolvimento de Padre Francisco com a Legião de Maria na Índia e o trabalho que este realizou junto a esta associação de leigos.

O bispo relata que recebeu convites enviados pelo *Senatus* de São Paulo[89] para a diocese de Santa Maria afim de criar a Legião neste território eclesial. Até então, todos estes pedidos de criação foram recusados pela Diocese. Porém com a chegada de Padre Mascarenhas, Dom Luiz decide criar a Legião de Maria na cidade, como resposta às Diretrizes do Concílio Vaticano II (1961 – 1965).

---

[85] *Praesidium* (Lê-se "Presídium"), termo latino que significa "pequeno grupo, destacamento, base, também "proteção" (DURIGON, 2016).

[86] *Senatus*, termo latino que significa "senado". Adaptado da antiga organização de Roma, é o Conselho que administra os núcleos da Legião de Maria num território de grande amplitude, ou um país (DURIGON, 2016).

[87] Quarto Bispo Diocesano de Santa Maria, seu Episcopado foi de 1960 a 1970, participou do Concilio Vaticano II.

[88] Trecho extraído da carta de D.L.V. Sartori a Pe. Francisco Mascarenhas, datada de 08/03/1967. Acervo da instituição.

[89] *Senatus* Nossa Senhora Aparecida de São Paulo foi o primeiro "grande Conselho" da Legião de Maria no Brasil, e seu território abrangia nesta época toda a região oeste e sul do Brasil.

Padre Francisco é nomeado coadjutor da Paróquia Santa Catarina de Alexandria, no Bairro Itararé e responsável pela promoção da Legião de Maria na cidade e diocese.

Obtém licença do então pároco (Padre responsável pela administração da paróquia), Padre João Ferigolo e fundou em 07/09/1967 o primeiro grupo de Legionários de Santa Maria, recebendo a denominação de *Praesidium Nossa Senhora das Graças.*[90]

Desde sua chegada ao Rio Grande do Sul, Padre Francisco trabalhou constantemente para a promoção da Legião de Maria na cidade de Santa Maria e arredores, visitando diversas paróquias para divulgar a associação de leigos.

Em 1968 já havia 11 grupos (*Praesidia)* da legião de Maria dentro e fora da cidade de Santa Maria. (Durigon, 2016)

Padre Francisco atuou promovendo a inclusão e capacitação de pessoas por meio da associação "Legião de Maria", no campo religioso. Atuou também em diversas cidades do Rio Grande do Sul, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Segundo Bordieu "o campo religioso é como todos os campos, um universo de crença, mas no qual o assunto é a crença" (Bourdieu, 1990, p. 109).

Com base em uma crença (a doutrina católica e inserção dos leigos na evangelização, conforme os Documentos do Concílio Vaticano II), Padre Francisco fundou mais de oitocentos núcleos da Legião de Maria, chamados de "*Praesidium"*, no Rio Grande do Sul, com cerca de quinze pessoas em cada grupo, abordando atividades sociais como a promoção de alfabetização de jovens e adultos, especialmente junto às periferias e a classe operária.

Atuou junto a migrantes e pessoas em situação de vulnerabilidade social, destacando a promoção e valorização de empregadas domésticas e associação (clubes) de mães, abordando a religiosidade e a valoração humana concomitantemente.

Promoveu por cerca de 20 anos vários "cursos" de formação cristã, chamados de "retiros", dos quais o mais proeminente foi o "Cenáculo Retiro", tendo até três edições por ano, atingindo cerca de 60 pessoas por edição. Na década de 1990 lança o "Cenáculo para adolescentes", com edições até o ano de 2004, dirigidos por leigos associados a Legião de Maria.

Tendo em vista o legado deixado pelo Padre Francisco Mascarenhas no campo religioso e no âmbito social, serão utilizados roteiros para entrevistas com pessoas que pertenceram e estão ligadas à "Legião de Maria", que conviveram e atuaram junto ao

[90] Todo *Praesidium* da Legião de Maria recebe como nome um "título de Nossa Senhora", por exemplo: "Nossa Senhora Aparecida", "Nossa Senhora Medianeira", "Nossa Senhora do Rosário", etc.

Padre Mascarenhas, contribuindo para a disseminação da Legião de Maria em Santa Maria, no Rio Grande do Sul e em outros estados da federação.

Para as entrevistas, se elencarão pequenos grupos de pessoas, entre cinco e doze pessoas na faixa dos cinquenta anos aos noventa anos de idade (tendo em vista o falecimento do padre no ano de 2001, aqueles que conviveram com ele estão com idades entre as faixas etárias estipuladas).

Pesquisa, de acordo com Demo (1996, p. 34) é um "questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático".

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Exploratória porque envolve levantamento bibliográfico, pois se terá como fontes de pesquisa livros, teses, dissertações, periódicos e artigos, a fim de haver uma definição de referencial teórico relacionado ao tema, e objetiva proporcionar visão geral de determinado fato (Gil, 2008), especificamente a memória, o capital simbólico no campo religiosos e o patrimônio imaterial, a oralidade da tradição dos grupos.

É uma abordagem descritiva, já que se destina a descrever um determinado fato (a atuação do Padre Mascarenhas e dos leigos católicos após o Concílio Vaticano II no âmbito religioso e social), as características do público envolvido, associados da "Legião de Maria" que conviveram com o Padre Mascarenhas, envolvendo o uso de questionário como técnica de coleta de dados para sua metodologia (Gil, 2008).

História oral

Os hábitos e costumes transmitidos pelas sociedades muitas vezes não estão registrados apenas em documentos, mas também, pela oralidade e pela tradição que perpassa as gerações e remonta a história dos indivíduos e do grupo social ao qual estão inseridos.

Segundo Meihy (2015, p. 14) "a história oral é uma parte do conjunto de linguagem verbal expressa". Consiste em elaborar entrevistas e roteiros para obtenção de narrativas sobre determinado fato. O mesmo autor, afirma que:

> Os produtos de entrevistas em história oral devem sempre resultar em documentos de base material escrita, ainda que, em tantos casos, derivados de diálogos verbais.
> [...] A produção de entrevistas seja usada como alternativa para preencher vazios de documentos convencionais ou de lacunas de informações e até para complementar outros documentos. (Meihy, 2015, p. 24)

Além de contribuir para a historiografia, complementando o documento existente no acervo, e consequentemente na compreensão dos conjuntos documentais, a história oral pode ser classificada em tipos: história oral de vida, história oral temática e tradição oral (Meihy, 2015, p. 33).

A história oral temática "é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações" Meihy (2015, p. 38).

O mesmo autor afirma que o uso da história oral como "algo a mais" para a pesquisa e a coleta de dados, equipara-se a uma fonte de suporte escrito" (Meihy, 2015, p. 67).

Quando se expõem documentos textuais (cartas, atas, convites, diários, etc.) e documentos iconográficos junto dos relatos de memórias, obtidos através de entrevistas coletadas, estes primeiros documentos ganharam novo significado e uma nova percepção por parte do pesquisador, podendo identificar uma grande parcela dos agentes sociais retratados nas formas documentais.

Os documentos por si só não revelam "o todo" referente a informações dos eventos registrados, mas apenas uma pequena parte que fora registrada em um suporte físico.

Segundo Le Goff, quando se refere a oralidade e a memória registrada: "todo documento tem em si um caráter de monumento" (2013, p. 396), e o reflexo da memória oral é a fixação do relato em um suporte, seja ele epigráfico (como nos monumentos), seja ele em documento textual, como comumente o temos hoje. O mesmo autor afirma que "a passagem da oralidade à escrita, a memória é transformada" (2013, p. 398).

Com o auxílio da oralidade, pode-se obter mais detalhes do fato registrado, das personalidades dos agentes sociais, suas atuações e seu legado frente ao grupo pertencente.

Referências

BARROS, F. Arquivos históricos nos dias de hoje: aliciantes desafios, múltiplos papéis. In: **CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS**, 9, Ponta Delgada (Açores), 2007 – Biblioteca e Arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação [Multimédia]. Lisboa: b.A.D., 2007. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/573/398>. Acesso em: 31 ago. 2022.

BORDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 6º ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2009 – (Coleção estudos; 20).

BORDIEU, P. **Coisas ditas.** 1ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

BORDIEU, P. **A produção da Crença. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** 1ª ed. São Paulo: Editora Zouk, 2002.

BORELLI, V. **Da festa ao cerimonial midiático: as estratégias de midiatização da teleromaria da Medianeira pela Rede Vida**. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2505>. Acesso em: 13 nov. 2022.

BORIN, M. R. **Por um Brasil católico: Tensão e conflito no campo religioso da república**. São Leopoldo: UNISINOS. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4550> Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. **Lei 6.546, de 04 de julho de 1978**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=92&sid=52>. Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 22 ago. 2022.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portal IPHAN**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12138&retorno=paginaIphan/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

LE GOFF, J. **História e memória.** 7ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MACHADO, M. B. P. **Educação Patrimonial:** orientações para professores do ensino fundamental e médio. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2004.

MEIHY, José C. S. B. **História oral: como fazer, como pensar**. José Carlos Sebe Bom, Fabíola Holanda. – 2. ed., 4° reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2015

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. UNESCO, 1972. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

PAES, M. L. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

VATICANO. **Documentos do Concilio Vaticano II: Decreto *Ad Gentes***. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651207_ad-gentes_po.html>

“O INFERNO DE DANTE, SE SE FIZER UMA COMPARAÇÃO, NÃO PASSA DE UMA PÁLIDA IMAGEM”: AS CAMPANHAS DE AJUDA À ALEMANHA DA DEUTSCHLANDHILFE NO RECIFE (1947)

João V. Sand

Considerações iniciais

“Com uma gripe de todos os tamanhos, que nos reteve na cama até o meio-dia e impediu-nos de ir à repartição pública, de que somos funcionário, chegamos, ontem, à redação, com a cabeça capengando”[91], escreveu o jornalista Júlio Barbosa no Diário de Pernambuco, em 22/11/1947. Na ocasião, o jornalista recebeu a ordem do diretor do jornal de dirigir-se ao Convento de São Francisco para entrevistar um pastor protestante, pois este era “delegado do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha, e que vem angariar donativos para os seus patrícios, vítimas da insânia de Hitler”.

Dirigiu-se, a contragosto, argumentando a saúde debilitada, ao Convento de São Francisco, bateu-lhe a porta e foi recebido pelo padre Eurico Rath, e por um “homem alto, em trajes civis e de aparência bondosa”, tratava-se do pastor evangélico Harald Niedner. O aperto de mãos não aconteceu, alegou o jornalista que não queria contagiar o pastor com a gripe. O assunto logo se iniciou, Júlio Barbosa questionou ao pastor Niedner o que fazia no Brasil, foi prontamente respondido pelo religioso que estava no Brasil

> há pouco tempo e aqui me encontro como delegado da Obra de Auxílio da Alemanha para a América do Sul e América Central como representante do ‘Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha’, devidamente autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira, a fim de angariar donativos e fundar comitês pelo Brasil inteiro. Pertenço a Igreja Confessional na Alemanha, que combateu o nazismo, como se opõe, agora, a todas as formas de subversão dos princípios cristãos, que possam levar ao caos o mundo inteiro.

Já de início, o pastor Niedner apresentou a obra da qual representava e enfatizou o distanciamento que possuía em relação ao nazismo, afirmando que o serviço que estava realizando não era em prol dos nazistas, tampouco dos alemães famintos, mas sim de socorrer “seres humanos, filhos do mesmo Deus, que fez nasceu o Sol sobre todos os recantos da terra, cobrindo justos e injustos”. A entrevista foi marcada, especialmente, por descrições do cenário da Alemanha, enfatizando o cenário angustiante, onde o país era dominado pela “fome e pela miséria. O que ali se passa, depois da guerra, é indescritível. O inferno, de Dante, se se fizer uma comparação, não passa de uma pálida

[91] A MISÉRIA, a fome e a morte campeia na Alemanha ocupada. Diário de Pernambuco, Recife, ano 123, nº 274, p. 2-3, 22 de nove. 1947.

imagem, sem cor o quase sem significação"[92]. Alguns exemplos foram citados pelo pastor Niedner para ilustrar a situação da Alemanha, um deles referia-se a Dahlem, bairro de Berlim considerado "a fina flor" da aristocracia, onde estavam os palácios de "ministros de Estado, generais, banqueiros e industriais", mas que se tornou um espaço de miséria, onde se via gente "maltrapilha, esquálida, faminta, com o chapéu na mão, implorando um pouco de alimento a quem passa". Mas, o que mais doía a alma do pastor e confrangia o "coração de todos os cristãos é a situação das criancinhas famintas, magras, doentes, morrendo a cada instante". Estes cenários apresentados pelo pastor Harald Niedner era uma maneira de sensibilizar o leitor do jornal a fazer uma doação ao Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha. Da mesma forma, também buscava desvincular a organização e a campanha de ajuda dos alemães e do nazismo, apelando a elementos da fé cristã.

Ao final do encontro do jornalista Júlio Barbosa com o pastor Harald Niedner e com o padre Eurico Rath, ainda que não tenha contagiado os religiosos com sua gripe, voltou a redação do jornal contagiado "pelos entusiasmo cristão daqueles dois homens simples, de crenças diametralmente opostas, tão opostas quanto as que professamos os três juntos.". Apelou, então, ao final da matéria, ao "leitor amigo".

> Se você vir a alma desses dois homens estampada em suas fisionomias bondosas, deixando transparecer a missão piedosa de que estão incumbidos; se você pensar no dramalhão sem nome que vivem as vítimas do famigerado Adolf Hitler, de tão triste memória, tiritando de frio, com as vísceras de entredevorando, comendo restos de monturo, você, pernambucano de alma boa, não trepidará em ir ao seu guarda-roupa, escolher os fatos que não lhe servem mais, empacota-los e manda-los para o Convento de São Francisco, a fim de seguir para a Alemanha, não mais de Hitler, mas de homens como nós outros, filhos do mesmo Deus e que, em breve, poderão perder a fé no Criador de Todas as Coisas.

A partir da leitura e análise da entrevista, algumas perguntas ficam em aberto: quem é o pastor Harald Niedner? O que é o Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha? Por que este Comitê e seus representantes estavam no Recife? Estas são algumas das perguntas que buscaremos responder ao longo deste texto. Fato é que o trabalho do pastor Harald Niedner e do Comitê o qual era representante, insere-se dentro de um contexto global de envio de mantimentos e doações para a Europa, no pós-Segunda Guerra Mundial. Neste cenário, diversas organizações humanitárias foram fundadas e atuaram para a reconstrução da Europa e para auxiliar às vítimas do conflito. Conforme

[92] A MISÉRIA, a fome e a morte campeia na Alemanha ocupada. Diário de Pernambuco, Recife, ano 123, nº 274, p. 2-3, 22 de nove. 1947.

Wollasch (1980), no caso da Alemanha, atuaram cerca de 200 organizações de ajuda de, aproximadamente, 30 países ao redor do mundo.

Desta forma, através da metodologia da Micro-história, buscamos analisar a inserção desta organização e deste pastor em um cenário global de ajuda de mantimentos e doações por organizações humanitárias à Europa. A partir da perspectiva de Giovanni Levi (2020) entendendo a Micro-história, e a própria História como a ciência das perguntas gerais e respostas locais, buscamos identificar "relevâncias invisíveis para um observador distante e para uma leitura de ampla dimensão" (Levi, 2020, p. 21). Assim, observaremos as campanhas, as estratégias, os resultados e os fracassos do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha obteve na cidade de Recife e arredores, no ano de 1947, ano em que o pastor Niedner se dirigiu para o Estado do Pernambuco e fundou lá uma filial deste Comitê.

Estas informações estão descritas no relatório produzido e encaminhado pelo pastor Niedner à Igreja Evangélica da Alemanha em 1948, o documento está localizado no Arquivo Central Evangélico, em Berlim. Além disso, em 1954, ao retornar a Alemanha o pastor fundou e publicou o *Mitteilungsblatt Die Hilfe*, periódico com objetivo de encaminhar informações às filiais dos comitês de ajuda na América Latina, o documento está localizado no Acervo da Cruz Vermelha Alemã, em Berlim. Por fim, em alguns jornais publicados no Recife são mencionadas as palestras e campanhas do Pastor Niedner na região, estes jornais estão disponíveis na Hemeroteca Digital.

Antes de compreender como foi a atuação no Recife do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha, é necessária uma breve apresentação dos Comitês étnicos durante a após o fim da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a primeira parte abordará o funcionamento destes Comitês. Após, o foco recairá sobre o a reconstituição do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha no pós-Segunda Guerra Mundial e sua expansão pelo Brasil, em especial ao trabalho no Recife e arredores.

A Cruz Vermelha Brasileira, os Comitês Étnicos e o Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha

Durante a Segunda Guerra Mundial foram fundados, no Brasil, Comitês étnicos com o objetivo de encaminhar donativos e mantimentos às vítimas dos conflitos armados. Estes Comitês precisavam estar, necessariamente, vinculados à Cruz Vermelha Brasileira, o que era uma vantagem pois poderiam fazer uso da estrutura física da organização, mas

também das redes com outras organizações ou com órgãos governamentais que ela possuía.

O jornal Gazeta de Notícias, em 29 de agosto de 1940, trouxe uma reportagem a respeito da ação da Cruz Vermelha Brasileira no socorro às vítimas de guerra, onde informa que a organização estaria apoiando indistintamente os vários Comitês das "colônias estrangeiras"[93] (A acção [...], 1940, p. 7). O objetivo era procurar fornecer "o maior apoio moral e material a todos que procuraram abrigar-se sob a sua bandeira para socorrer os prisioneiros e feridos nos campos de batalha, bem como para saber a sorte de centenas de milhares de desaparecidos e refugiados". Estes Comitês seriam formados a partir da mobilização de grupos étnicos, como o Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, que possuía, na sede da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro, em uma sala cedida para as senhoras alemãs. Em entrevista ao jornal, uma das senhoras informou que a fundação do Comitê ocorreu

> poucos dias depois de romper o conflito europeu e iniciamos o nosso serviço de socorro sob o amparo da Cruz Vermelha Brasileira. Durante esse tempo já fizemos 8 grandes remessas de roupas de uso, gazes, ataduras, medicamentos e muitas outras coisas uteis aos prisioneiros alemães. Graças à Cruz Vermelha, não tivemos o mínimo embaraço em fazer chegar esses donativos aos pobres soldados, antes pelo contrário temos recebido todo o apoio moral e material da direção da de vosso país, o que nos permitiu organizar ainda um serviço de informações sobre pessoas desaparecidas (A acção [...], 1940, p. 7).

O jornal ainda destaca a imparcialidade da Cruz Vermelha Brasileira, que tratava "a todos os 'comitês' e países beligerantes de maneira idêntica, dentro da mais rigorosa imparcialidade". Na mesma matéria, o então presidente da organização, General Álvaro Tourinho, defendeu a neutralidade e a não distinção de credos políticos e raciais na formação dos Comitês, que deveriam "socorrer os seres humanos atingidos pelo maior flagelo do Mundo", esta, ao seu ver, era a razão da existência da Cruz Vermelha, atender indistintamente a todos (A acção [...], 1940, p. 7).

Os 21 Comitês étnicos[94] existentes no Brasil, estavam vinculados e dependiam da autorização da Cruz Vermelha Brasileira para seu funcionamento, eram submetidos e

[93] Acreditamos que, ao utilizar a palavra "colônia", não esteja fazendo referência a um empreendimento agrícola, mas sim de uma comunidade étnica organizada.

[94] São os seguintes os 21 Comitês: 1) Comitê Polonês de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. Fernando de Melo Viana; 2) Comitê Britânico de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente: Sr. Lindsay Anderson, Secretário – Sr. A. Hurt; 3) Comitê de Socorro aos Soldados Tchecoslovacos Vítimas da Guerra: Presidente – Sra. Margaret Nosek, Secretário – Sr. Vladimir Nosek; 4) Comitê Francês de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente: Jacques Rousseau; 5) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Noruega: Presidente – Reider Solum; 6) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Holanda: Presidente – W.A.A.M. Daniels, Secretário – G.S. Clerque Junior; 7) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Suíça: Presidente – Eduardo V. Ruette; 8) Comitê da Obra da Fraternidade da Mulher Brasileira: Presidente – D.

orientados pela Comissão Central de Socorros às Vítimas da Guerra, podendo fazer uso de sua estrutura para fundar Subcomitês estaduais. Acima desse Órgão Central, encontravam-se os Comitês Centrais Internacionais, como o *Comitê Central Polonês d'Aide aux Victimes de Guerre*. O dever destes Comitês era arrecadar e encaminhar aos Comitês Centrais Internacionais fundos e donativos para os mais diversos fins.

No ano de 1942, o trabalho do Comitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra e dos Subcomitês estaduais começou a passar por dificuldades, isso se deu com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, no dia 28 de janeiro de 1942. Sete dias antes, em 21 de janeiro de 1942, a Presidente do Comitê Central de Socorro às Vítimas de Guerra, Erika Schloemann, escreveu uma carta para o Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra de Porto Alegre agradecendo o trabalho desempenhado que atendiam "plenamente às solicitações da Cruz Vermelha Alemã". Com a dificuldade do transporte das doações aos prisioneiros e internados alemães, o "nosso almoxarifado na Cruz Vermelha Brasileira está tão cheio com os itens aqui armazenados que, infelizmente, temos que pedir a Porto Alegre que deixe as doações coletadas aí até nova ordem nossa"[95]. Havia, portanto, uma forte campanha de arrecadação de donativos e roupas para os alemães.

Havia incertezas sobre a continuidade dos trabalhos do Comitê Alemão, em 27 de fevereiro de 1942, um dia antes do rompimento das relações diplomáticas, o Subcomitê recebeu outra carta do Comitê Central, onde a Presidente, Erika Schloemann, e o Vice-presidente Tony Michahelles, informavam que as atividades poderiam continuar nas mesmas condições, isto é, que "donativos em objetos de uso, roupas e dinheiro dados à

Ester de Viveiros; 9) Comitê Belga de Socorro às Vítimas da Guerra (sem informações de presidente); 10) Comitê Helênico de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. Jorge Magoulas; 11) Centro Hebreu Brasileiro de Socorro aos Israelitas Vítimas da Guerra: Presidente – Eduardo Horowitz, Secretário – Manoel Golovsky, Tesoureiro – Jacob Palatnik; 12) Comissão Organizadora pelo Exército da Salvação para Auxílio às Crianças Vítimas da Guerra: Secretária – Maria J.O. Junqueira; 13) Comissão Scandinava de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Oscar Steestedr; 14) Comitê Iugoslavo de Socorro às Vítimas da Guerra: Presidente – Mem Joaquim Eulalio; 15) Comitê de Socorros às Vítimas da Guerra na Lituânia: Presidente – Fricas Meilles; 16) Comitê U.S.A. de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – John F. Simons (Conselheiro da Embaixada); 17) Comitê Sírio Libanês de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Dr. André Murad, Secretário – Dr. Nagib Murab; 18) Comitê Russo de Socorros às Vítimas da Guerra: Presidente – Serge Otrochkevitch, Secretária – Zeferina Miniato; 19) Delegado da Cruz Vermelha Polonesa no Brasil: Principe Olgierd Czarroyski, Secretária – D. Sara; 20) Comitê Escudo Vermelho de David para de Socorro às Vítimas da Guerra na Palestina: Presidente – Sara Donces; 21) Comitê Brasileiro de Auxílio à União Internacional de Socorros às Crianças: Presidente – Maria A. Fialho de Castro e Silva (Comissão [...], 1943, vol.1, p. 40).

[95] SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vìtimas de Guerra. Rio de Janeiro, 21/01/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

Cruz Vermelha, só poderão ser empregados para aliviar a sorte dos internados e prisioneiros de guerra"[96].

Em 28 de dezembro de 1942, o Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra de Porto Alegre enviou um ofício ao Chefe da Seção de Ordem Política e Social da Repartição Central de Polícia, Dr. Plínio Brasil Milano, comunicando que "encerrou toda a sua atividade em prol das Vítimas de Guerra, a qual vinha até então sendo exercida dentro das normas da Lei existente e sob o controle da Cruz Vermelha Brasileira". Outra carta com teor semelhante, porém sem data, foi enviada à Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul, Dona Odila Gay da Fonseca[97], onde informa que o ordenamento do encerramento das atividades partiu do Ministério da Justiça. Ao final dos dois ofícios, espera que futuramente o Comitê possa novamente trabalhar em favor dos prisioneiros e enfermos alemães[98].

De 1941 a 1945 apenas se reuniram e trabalharam os "Comitês das nações dos países aliados, por isso que extintos automaticamente os constituídos dos elementos originários dos países com os quais o Brasil passava a emprenhar-se em lua aberta e vital" (Condecorações [...], 1950, p. 37). O trabalho destes Comitês étnicos de auxílio às populações dos países do Eixo era criticado pela imprensa. Em 1946, a edição de 27 de janeiro de 1946 do Diário Carioca, noticiou a "devolução" de espiões nazistas que estavam presos no Brasil. Ainda em 1946, o Comitê Alemão era visto como uma organização "subordinada" ao Partido Nazista. A reportagem possivelmente referia-se à atuação do Comitê durante a guerra.

> GEORGE HERMANN STOLTZ: - brasileiro, encontra-se detido desde 17 de novembro de o ano findo (1942), por força de suas atividades antibrasileiras, como membro de várias associações nazistas e contribuinte do Socorro de Inverno e do **Comitê Alemão de Socorro às Vítimas da Guerra, organização essa subordinada ao núcleo central do Partido Nazista** (Paulistano, 1946, p. 9, grifo nosso).

Com a deposição do governo fascista na Itália, reconstituiu-se um novo Comitê Italiano que "muito trabalhou e produziu", já os alemães desde 1946 "ensaiavam passos

[96] SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 27/02/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

[97] SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Plínio Brasil Milano. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS

[98] Com o rompimento das relações diplomáticas entre ambos os países, a Alemanha precisou reorganizar-se e procurou "uma representação diplomática que atuasse no Brasil para interceder junto ao governo em favor dos seus cidadãos. Nesse caso, a diplomacia espanhola que atuava no Rio de Janeiro passou a representar os interesses do governo alemão" (Rahmeier, 2022, p. 181).

no mesmo sentido, que só tornaram efetivos em 1947, quando esta Presidência, de acordo com o pensamento dos governantes, julgou oportuno lhe autorizar o funcionamento". Em 1950, ano em que o relatório foi escrito existiam

> alguns Comitês que ainda se obstinam em remeter auxílio a vítimas remanescentes da guerra em seus países, visto que os demais, inclusive o italiano, já se extinguiram por desnecessário, o que está em plena função, dedicando o máximo de seus esforços e recursos, é o Comitê de Socorro à Alemanha, por ser país vencido, ocupado e, até poucos dias atrás, sem governo próprio, dependente, pois, exclusivamente, dos vencedores quanto à sorte de seu povo flagelado pela miséria, pela devastação, pelo caos e, sobretudo, dividido pelas disputas ideológicas (Condecorações [...], 1950, p. 37)

As atividades dos Comitês e Subcomitês possuíam prazo para acabar, pois estavam relacionadas à necessidade da população europeia. Conforme a recuperação da Europa fosse ocorrendo, não haveria mais a necessidade de manter escritórios com Comitês de Socorro, pois, "a situação econômica da Europa, dia a dia, se consolida e se caracteriza pela abundância de alimentos e um melhor padrão de vida"[99]. Portanto, os critérios da permanência das atividades dos Subcomitês, no pós-Segunda Guerra Mundial, estavam relacionados as necessidades das populações dos países europeus, sendo necessária obrigatoriamente a autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha, no Rio de Janeiro.

A fundação do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha e sua expansão pelo Brasil

"Quando a Alemanha perdeu a guerra e viveu o terrível colapso (...), recebi autorização dos Aliados para realizar uma campanha de ajuda na América do Sul e Central para os necessitados na Alemanha", escreveu o pastor Harald Niedner no *Mitteilungsblatt Die Hilfe*, em 1954. As campanhas organizadas eram em nome da Deutschlandhilfe, uma organização vinculada a Igreja Evangélica da Alemanha, e sua primeira parada foi no Brasil.[100] Ao chegar ao território brasileiro, no dia 03 de março de 1947, o pastor Harald Niedner não demoraria a escrever uma carta ao pastor Martin Niemöller, presidente da Igreja Evangélica Alemã. No dia 12 de março de 1947, escreveu-

[99] SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

[100] O pastor Niedner já havia atuado como pastor em Juiz de Fora, em São Paulo, entre os anos de 1921 e 1927, sendo transferido posteriormente para Rio Grande, no Rio Grande do Sul, onde permaneceu um ano e, então, retornou à Alemanha.

lhe informando-o sobre as condições da igreja no Rio de Janeiro.[101] Nesta carta, nada é dito a respeito do trabalho de arrecadação de donativos e mantimentos para à Alemanha, o tema só seria abordado em outra carta, datada de 20 de abril de 1947, contendo um relatório de trabalho do pastor Niedner no Brasil. Nela, o pastor informou que, as atividades de assistência estavam exclusivamente sob a responsabilidade da Cruz Vermelha Brasileira, sendo confiada a condução ao abade "brasileiro de ascendência alemã", Thomas Keller. O pastor Harald Niedner foi então nomeado como "substituto e designou-me, na posição de seu secretário para o trabalho de assistência, para executar as ações de ajuda"[102]. Tal nomeação parece ter agradado ao pastor Niedner, que complementou dizendo que ocupava "uma posição de considerável influência no sucesso do trabalho".[103]

Uma de suas primeiras ações enquanto secretário foi entrar em contato com autoridades estaduais brasileiras[104] onde, até então, "nada foi feito pela nossa causa", isto é, em prol da assistência da Alemanha. O fator principal para que nada tivesse sido feito, ao que indica a carta do pastor Niedner, é que, "infelizmente, as comunidades alemãs nesses locais desmoronaram". Percebe-se que, logo no início de suas atividades no Brasil, o pastor Harald Niedner buscou mobilizar-se junto as comunidades alemãs em diferentes estados – ainda que não cite que estados e tampouco que comunidades – para contribuírem para sua obra. "Contudo", escreveu o pastor, "o líder religioso da Igreja Presbiteriana do Norte do Brasil, Jerônimo Gueiros, quer, junto comigo, dar início a uma ação de assistência". Se, por um lado, as comunidades alemãs estavam "desmoronadas" e por isso não havia assistência a causa da Alemanha, uma solução encontrada foi o vínculo com outras igrejas, no caso mencionado na carta, com a Igreja Presbiteriana do Norte, coordenada por Jerônimo Gueiros. Portanto, já em março de 1947, nos primeiros dias do pastor Niedner no Brasil, uma rede em prol da ação de assistência à Alemanha estava se desenhando na região Norte do Brasil.

---

[101] A relação entre os dois pastores ainda merece um estudo aprofundado. As trocas de cartas se estendem por diversos anos. O Pastor Martin Niemöller, inclusive, teve forte influência, ao que transparece nos documentos, na vinda do Pastor Harald Niedner ao Brasil, fazendo a mediação com as autoridades americanas para a liberação de seu passaporte.

[102] NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 20/04/1947. Pasta EZA 6/2185 (62), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

[103] Como já descrito, todas as atividades de comitês de ajuda deveriam estar obrigatoriamente vinculadas à Cruz Vermelha Brasileira, portanto, a Deutschlandhilfe necessitou ficar sob o guarda-chuva do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha. Isso, porém, trata-se de uma hipótese que merece mais tempo para ser corroborada ou refutada.

[104] Não é mencionado quem seriam estas autoridades.

Nove dias após a carta ao pastor Martin Niemöller, em 29 de abril de 1947, é realizada uma reunião no Rio de Janeiro, na residência do Sr. Rosenbauer, onde reuniram-se cerca de quatorze pessoas para fundar, oficialmente o Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha[105]. Na ocasião, o abade Thomas Keller informou sobre o trabalho planejado e as preparações que haviam sido feitas até o momento, bem como a organização proposta. O Abade Keller havia sido autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira a organizar a ajuda e, como seu representante, nomeou o Pastor Harald Niedner. No outro dia, em 30 de abril de 1947, outra reunião é realizada, sem especificar o local de encontro. O pastor Niedner relatou a visita realizada a Cruz Vermelha Brasileira, no mesmo dia, o Comitê recebeu, oficialmente, "aprovação fundamentada pelo representante do presidente da Cruz Vermelha Brasileira, Dr. Vidal"[106]. O Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha estava então fundado e habilitado a atuar no Brasil.

Após a fundação do Comitê, diversos círculos ficaram interessados em cooperar com a ação de ajuda à Alemanha, na visão do pastor Niedner, o mérito de tal interesse se deu após "o Abade Keller me designar em nome da Cruz Vermelha Brasileira", escreveu a Dr. Gerstenmaier, Conselheiro Consistorial, em Stuttgart, em junho de 1947. Estes diversos círculos seriam compostos por "personalidades brasileiras de destaque líderes da Igreja Católica, da Igreja Evangélica Brasileira, representantes da Igreja Evangélica Alemã e das comunidades católicas alemãs, bem como pastores da Igreja Anglicana, junto a representantes de diferentes setores econômicos e políticos, até mesmo não-cristãos, estão representados neste comitê"[107]. Havia grande expectativa por parte do pastor Niedner para que as campanhas de ajuda à Alemanha fossem um sucesso, especialmente pelas redes que contava pois, no Brasil, "grande parte das coisas acontece por meio de relacionamentos".

---

[105] Reuniram-se na residência do Sr. Rosenbauer o Abade Thomas Keller, o professor Bruno Valenin, Dr. Wolfgang Krauel, Dr. Walther Buehler, Sr. Zach. Dr. Guimarães-Dahlheim, Sr. Kurt Wetzel, Sr. Emil Schupp, Dr. Bayer, Dr. Grünbaum, Frei Pedro Sinzig, Frei Linus, Sr. Rosenbauer e o Pastor Harald Niedner. Para compor a diretoria, foram eleitos: Presidente: Abade Thomas Keller; Vice-presidente: Pastor Niedner; Terceiro presidente: Sr. E. Rosenbauer; Foram eleitos como secretários: Sr. Beno Kersten e Sr. Wertheim; Foi eleito como tesoureiro: Sr. Wetzel; Como tesoureiro foi eleito: Sr. Wetzel, caso o Sr. Wetzel esteja sobrecarregado com questões financeiras, o Senhor Schupp se disponibilizou para ajudar; Como assessores foram eleitos: Sr. Zach, Dr. Guimarães-Dahlheim, Sr. Bayer e Dr. Valentin. Fonte: NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Sitzungsbericht. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 30/04/1947. Pasta EZA 6/2185 (46), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

[106] NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Sitzungsbericht. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 30/04/1947. Pasta EZA 6/2185 (46), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

[107] NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Konsistorialrat Dr. Gerstenmaier. Rio de Janeiro/RJ, 19/07/1947. Pasta EZA 6/2185 (51), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

O trabalho no Rio de Janeiro parecia estar colhendo frutos, em carta ao pastor Martin Niemöller datada de 14 de novembro de 1947, o pastor Niedner informou que, mensalmente, "centenas de caixas estão sendo enviadas para a Alemanha por meio de nossa organização"[108]. A expansão das ações do Comitê estava nos planos do pastor Niedner, no dia anterior ele havia recebido autorização da Cruz Vermelha Brasileira para "fundar organizações de ajuda à Alemanha nos estados do norte do Brasil". No outro dia, 15 de novembro de 1947, viajou junto ao Padre Eurico Rath "para a Bahia e Recife para dar seguimento a esse trabalho". A primeira parada foi no Recife, onde chegaram às 17 horas da tarde. Hospedou-se no Palace Hotel, que descreveu como "uma modesta pensão onde a pensão completa custa 50$00 por dia". Sua hospedagem durou apenas dois dias, pois em 17 de novembro de 1947, hospedou-se na casa de um professor de ensino primário, Osio Negromonte, onde pagou Cr.$600.00 por mês, permanecendo até sua saída e retorno ao Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1947.

O trabalho no Recife não foi tão frutífero no início como ansiava o pastor Niedner. Ao chegar na cidade, deparou-se com uma comunidade muito pequena de alemães que, por sua vez, não possuíam influência local. Em 1954, ao escrever no *Mitteilungsblatt Die Hilfe* sobre as ações da Deutschlandhilfe – e, por sua vez, do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha –, o pastor Niedner detalhou que havia sido

> muito difícil montar uma diretoria funcional em Recife. Primeiro foi preciso vencer o medo de defender os interesses alemães, pois o Brasil ainda não tinha feito a paz com a Alemanha e ainda havia uma forte animosidade contra os alemães em alguns círculos influentes, especialmente porque um grande navio brasileiro tinha acabado de ser torpedeado por submarinos alemães na costa do Recife, no qual muitas mulheres e crianças tinham perdido a vida.[109]

Diante dessa dificuldade, o pastor Niedner teve que buscar outro público-alvo para realizar as campanhas em prol da ajuda à Alemanha, acionando as redes que já havia formado no Rio de Janeiro, voltou-se a realizar palestras em igrejas cristãs de diferentes agremiações. Já no dia 16 de novembro de 1947, um dia após a sua chegada, realizou, após o culto, uma palestra na Igreja Batista de Morenos, na ocasião coletou Cr.$400.00, um valor não tão expressivo se comparado a outros que trouxe mais adiante no relatório. Mas, esta não seria a primeira e nem a última, pois "uma outra coleta maior será feita para nós na congregação", e, também, alguns membros da igreja "assumiram as listas de coleta para o nosso trabalho de assistência". Portanto, para além das palestras, o pastor Niedner

[108] NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 14/11/1947. Pasta EZA 6/2185 (62), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.
[109] Mitteilungsblatt Die Hilfe, Edição 1. 1954, p.15. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

buscava mobilizar a comunidade local através de coletas e listas de recolha, o que resultaria em uma ação que não se limitaria ao final de um culto, mas se estenderia por mais tempo.

Conforme mencionado anteriormente, para poder realizar tais campanhas em prol da Alemanha, era necessário estar autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira. Em 17 de novembro de 1947, o pastor Harald Niedner juntamente com o padre Eurico Rath, reuniram-se com o presidente local da Cruz Vermelha Brasileira, Dr. Arthur Coutinho, "professor da Faculdade de Medicina e deputado recém-eleito", que lhes prometeu total apoio a campanha, autorizando e facilitando o trabalho da organização. As redes de Arthur Coutinho também despertavam interesses no pastor Niedner, especialmente a Terceira Ordem Franciscana, da qual era membro e "mantém boas relações com eles". Alguns dias depois, em 21 de novembro de 1947, ambos os religiosos visitaram o presidente da Cruz Vermelha, que disponibilizou uma sala e uma garagem no prédio da organização para servir de depósito para os itens coletados.

Em primeiro de dezembro de 1947, às 8 horas da noite, um pequeno grupo de pessoas se reuniu, na "Sala do Comércio", para fundar o Subcomitê no Recife. Na ocasião estavam presentes: K. W. Lüdemann; H. Hirschle & Mrs; Hermann e Ernestine Tibustius; Erich e Norma Küchenmeister; Bernhard Eiffler; Philipp Schäfer; Edwald Klaus; Anton Eberle e Maria Wessely; ainda que não constem nesta lista, possivelmente o pastor Harald Niedner o padre Eurico Rath estiveram presentes. Para a diretoria, foi eleito o Sr. Lüdemann[110] como presidente provisório; para a segunda presidência assumiu o Sr. Hirschle, que também ficou responsável pela tesouraria; Sra. Norma Küchenmeister assumiu a gestão dos ajudantes voluntários. Em 1954, ao descrever no *Mitteilungsblatt Die Hilfe* a fundação da organização no Recife, o pastor Harald Niedner fez menção a diretoria, onde Padre Ulrich Goevert estava como presidente, K.W. Lüdemann como segundo presidente; Josef Hirschle como tesoureiro, Norma Küchenmeister como Secretária, Anton Eberle como primeiro assistente e Herrmann Tiburtius como segundo assistente.

Ainda no *Mitteilungsblatt Die Hilfe*, o pastor Niedner enfatizou que o trabalho no Recife foi "fortemente apoiado pelas igrejas cristãs de todos os credos. Os frades das

[110] K. W. Lüdemann havia sido indicado pelo Padre Dom Ignacius, um "respeitado franciscano idoso", visitado pelo pastor Harald Niedner. Havia rumores sobre Lüdemann, de que era membro do Partido Nacional Socialista, porém, conforme o pastor Niedner, era um sujeito de "carácter decente e a forma como defendeu os alemães que sofriam e os refugiados após a guerra foram apreciados. 'Já por várias vezes tinha enviado com ele encomendas para os alemães que lá se encontravam".

várias congregações católicas estavam particularmente envolvidos na recolha. As igrejas protestantes de todas as denominações apoiaram a campanha de uma forma verdadeiramente sacrificial. É também de salientar as recolhas efetuadas nas escolas dirigidas por freiras católicas". O pastor Niedner, no seu curto período na região do Recife, realizou palestras e cultos em 20 igrejas, sejam elas presbiterianas, batistas, metodistas, católicas ou evangélicas. Mas não foram todas as comunidades que o receberam de braços abertos ou que puderam colaborar com as campanhas. Em viagem para Palmares, no dia 10 de dezembro, enfrentou dificuldades na Igreja Presbiteriana por uma série de fatores: o pastor da igreja, Ver. Aureliano Alves, estava a pouco tempo na igreja; o pastor anterior, cujo nome não é mencionado, é descrito como "moralmente suspeito" e, por conta disso, "teve de abandonar o local, mas a congregação continua a pagar-lhe o salário, pelo que o seu adjunto recebe uma indenização tão baixa da congregação que vive com a sua mulher em extrema dificuldade e também não pôde acolher-me"; por fim, a igreja estava sendo construída e, como estava financeiramente instável, não poderia ser concluída. Tal situação fez com que o pastor Niedner entregasse algumas listas de coleta, mas desacreditado dos resultados pois, "dada a emergência da congregação, não se pode esperar muito".[111] Assim seguiu o pastor Harald Niedner, de igreja em igreja pela cidade do Recife e arredores, realizando cultos e palestras a convite das lideranças religiosas, desfrutando da rede e influência destes nas comunidades para obter bons resultados na campanha em prol da Alemanha, mas nem sempre alcançando tais resultados.

Por fim, as visitas do pastor Harald Niedner não se limitaram a igrejas, em Caruarú, por exemplo, visitou com o Rev. Oliveira, em 3 de dezembro de 1947, o prefeito da cidade, Joaquim de Sousa, que também era dono de uma fábrica de curtume. Na mesma cidade também visitou algumas fábricas. Já no dia 08 de dezembro de 1947, viajou para Catende, onde foi recebido pelo Rev. Antonio Carvalho, da Igreja Presbiteriana. Da mesma maneira, aproximou-se do prefeito da cidade que, no dia seguinte, o levou "a visitar uma fábrica de açúcar longe da cidade. O dono, Mendo Sampaio (Usina Roçadinho), doou 40 sacos de açúcar e 3 sacos de café. Os diretores da maior usina de açúcar de Pernambuco 'Usina Catende' não estavam presentes, o prefeito quer pedir a

[111] Na mesma cidade, foi recebido duas vezes pelo padre católico Abílio Galvão, que prometeu organizar uma ação de socorro na cidade. Outra visita foi realizada na residência do prefeito, que "também prometeu que participaria de uma operação de socorro junto com o Padre Abílio Galvão e o Rev. Aureliano Alves. Tanto ele como o Padre Abílio Galvão tomaram conta das listas de coleta". O pastor Niedner não especificou os valores ou quantidades arrecadadas das comunidades de Palmares.

eles que ajudem pessoalmente assim que voltarem". Em Recife, visitou a Cooperativa dos Usineiros, em 19 de dezembro de 1947, sendo recebido pela secretária, Maria Angeline. Na Cooperativa, o diretor, Dr. José Pessoa de Quadros, doou "Cr.$83.000,00 para o Padre Rath e o Padre Lauffenberg da Cooperativa", o valor talvez tenha sido considerado pouco para o pastor Harald Niedner, que escreveu que "inicialmente, não queria ir além disso", mas graças a mediação da secretária, foi convencido a doar mais 56 sacos de açúcar. Em outras empresas, como a Vasconcellos, na qual visitou com o Rev. Jerônimo Queiros, em 20 de dezembro de 1947, encontrou uma dura rejeição, onde "fomos chamados três vezes de graça, apenas para sermos informados pelo diretor que não estava interessado nos alemães e chineses moribundos".

O relatório se encerra no dia 31 de dezembro de 1947, sem mencionar se permaneceu em Recife ou viajou para outra cidade ou Estado. Ao longo do relatório, diariamente refere-se a pessoas de origem alemã que encontrou no Recife ou em outros lugares pelo qual passou. Não é possível precisar quanto tempo mais o Subcomitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha continuou funcionando no Recife. Fato é que as doações arrecadadas foram contabilizadas no *Mitteilungsblatt Die Hilfe*, em 1954, onde foram arrecadados 260 caixas com pacotes de mantimentos, bem como 449 caixas de pacotes privados que totalizaram cerca de 107.240kg. Em valores, esse número chega a, aproximadamente, Cr.$18.009.600, ou seja, "mais de 150.000 dólares"[112]. Estas doações recolhidas foram destinadas à "Hilfswerk, à Caritas e à Cruz Vermelha, mas também diretamente a lares de idosos, instituições infantis, hospitais e campos de refugiados russos, bem como a famílias individuais que necessitavam de ajuda".

Considerações finais

A partir da análise da atuação do Comitê de Socorro às Vítimas de Guerra na Alemanha no Recife, observou-se uma dinâmica multifacetada em prol da assistência humanitária no período do pós-Segunda Guerra Mundial. As articulações realizadas pelo pastor Harald Niedner com lideranças religiosas locais em prol do Comitê, bem como o uso da fé cristã para sensibilizar os membros das comunidades, permitiu com que as campanhas obtivessem bons resultados. O trabalho do pastor Niedner evidencia a linha entre a ajuda humanitária e as tensões políticas e sociais remanescentes da Segunda Guerra Mundial. O receio inicial das comunidades locais em associar-se ao Comitê

[112] Mitteilungsblatt Die Hilfe, Edição 1. 1954, p.18. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

mostra como o estigma do nazismo influenciou negativamente as iniciativas de auxílio em alguns locais.

Contudo, os desafios encontrados, como a rejeição de algumas comunidades e empresas, destacam as limitações alheias a vontade dos membros do Comitê. Tais fracassos compõem a narrativa histórica e reforça a importância de abordar não apenas os sucessos. Essa *histórias de fracassos*, conforme Elmir e Witt (2014, p. 11), "se oferecem para o leitor (ou contra-leitor, se assim for), como um microcosmo a ser iluminado, sem perder de vista, ainda que apenas como horizonte, a totalidade que entrega. Trata-se, sim, de um recorte. É uma parcialidade. Ainda assim, eles merecem o empenho do nosso ofício". Por fim, cabe destacar que as palestras e campanhas realizadas pelo pastor Harald Niedner no Recife deu-se de maneira singular, apontando para a necessidade de estudos comparativos com outras regiões do Brasil onde ele e a organização a qual representava atuaram, possibilitando uma compreensão mais abrangente das variações e especificidades do trabalho da organização.

Referências e Fontes

A ACÇÃO da Cruz Vermelha Brasileira no Socorro às Víctimas de Guerra. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 66, nº 201, p. 7, 29 de ago. 1940.

A MISÉRIA, a fome e a morte campeia na Alemanha ocupada. Diário de Pernambuco, Recife, ano 123, nº 274, p. 2-3, 22 de nove. 1947.

COMISSÃO Central de Socorros às Vítimas da Guerra. Revista da Cruz Vermelha Brasileira, p. 40, jul. 1943, vol.1.

CONDECORAÇÕES da Cruz Vermelha Brasileira. Revista da Cruz Vermelha Brasileira, p. 34-36, jan./mar. 1950.

ELMIR, Cládio Pereira; WITT, Marcos Antônio. **Imigração na América Latina: história de fracassos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. **Micro-História: um método em transformação**. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

Mitteilungsblatt Die Hilfe, Edição 1. 1954. Arquivo Deutschen Rotes Kreuzes. Berlim. Alemanha.

NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Konsistorialrat Dr. Gerstenmaier. Rio de Janeiro/RJ, 19/07/1947. Pasta EZA 6/2185 (51), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 14/11/1947. Pasta EZA 6/2185 (62), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 20/04/1947. Pasta EZA 6/2185 (27), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

NIEDNER, Harald. [Correspondência]. Sitzungsbericht. Destinatário: Pastor Martin Niemöller. Rio de Janeiro/RJ, 30/04/1947. Pasta EZA 6/2185 (46), Evangelisches Zentralarchiv in Berlin, Berlim, Alemanha.

PAULISTANO, Luiz. Um decreto que oculta uma terrível verdade sob números inocentes: a devolução dos bens de brasileiros nas firmas liquidadas pelo Eixo; a história de Herm Stolt e Theodor Wille, antes, durante e depois da guerra; "brasileiros" que serviam a Hitler no Brasil; como se faziam as contribuições para o Partido Nazista e se colhiam os dados para a espionagem. Diário Carioca, ano 19, nº5.399, p. 9, 27 de jan. 1946.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. **Diplomacia, Jogos Políticos, Intrigas e Guerra**. Rio de Janeiro: BIBLIEx – Biblioteca do Exército, 2022.

SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vìtimas de Guerra. Rio de Janeiro, 21/01/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SCHLOEMANN, Erika. [Correspondência]. Destinatário: Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra. Rio de Janeiro, 27/02/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS.

SOARES, Oscar. [Correspondência]. Destinatário: Cruz Vermelha Brasileira, Filial do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro/RJ, 16/09/1949. Pasta 1. ACVBRS. Porto Alegre/RS.

SUBCOMITÊ ALEMÃO DE SOCORRO ÀS VÍTIMAS DE GUERRA. [Correspondência]. Destinatário: Plínio Brasil Milano. Porto Alegre, 28/12/1942. Pasta Subcomitê Alemão de Socorro às Vítimas de Guerra, Acervo Benno Mentz, PUCRS, Porto Alegre/RS

WOLLASCH, Hans-Josef. 1945: Die "Stunde Null" als Stunde der Caritas. In: SCHWARZMAIER, Hansmartin. Landesgeschidite und Zeitgeschichte: Kriegsende 1945 und demokratischer Neubeginn am Oberrhein. Karlsruhe: Braun [in Komm.], 1980.

DIÁSPORAS AFRICANAS E PRESENÇA NEGRA NA AMÉRICA LATINA

"JÁ TEM DIVERSOS NEGROS QUE O AJUDAM": A ESCRAVIDÃO NA COLÔNIA DO PINHAL (1864-1880)[113]

Adriano Sequeira Avello

Introdução

A imigração e Colonização alemã no sul do Brasil, durante a segunda metade do século XIX, esteve presente também na região central no Rio Grande do Sul por meio da colonização particular de pequenas propriedades privadas. Por volta de 1857, começou a se organizar a Colônia de Santa Maria da Boca do Monte, que se tornou posteriormente a Colônia do Pinhal, onde atualmente é o município de Itaara, no Rio Grande do Sul.

Através de migrações espontâneas, 25 famílias (casais formados por homens e mulheres casados) e um homem solteiro, se destinaram para as terras, as quais receberam novos fluxos de migrantes. Essa pequena colônia alemã, próxima a Santa Maria, é tida como uma "colônia fracassada" por não "ter prestígio socioeconômico" expressivo como outras colônias que conseguiram se tornar posteriormente cidades com destaque na produção industrial ou, até mesmo, manter seus traços culturais identitários da colonização bem-marcados. No decorrer dos anos que correspondem à colonização da região, a Colônia do Pinhal foi se desagregando internamente e esvaziando-se, embora essa colônia teuto-brasileira contenha aspectos de padrões como as demais colônias alemãs no sul do Brasil, como por exemplo o uso da mão de obra escrava pelas famílias imigrante. Nesse sentido o artigo busca entender dentro da historiografia da imigração alemã a utilização da mão de obra escrava pelo grupo étnico teuto-brasileiro. E como o trabalho da mão de obra escrava foi um incremento ativo e contribuidor do acúmulo patrimonial da Colônia do Pinhal.

As famílias colonas que permaneceram no Pinhal, entre 1858 e 1895, conseguiram, no decorrer dos anos e no trabalho com as lavouras, muito mais que apenas *fazerem face as suas despesas*. O patrimônio arrecadado era um esforço conjunto com "o trabalho familiar para o mesmo pote", isto é, a mão de obra familiar em que todos prezam pelo mesmo objetivo esperando o momento em o que foi acumulado ser distribuído (Seyferth, 1985, p. 22). Por isso, considera-se que compreender a presença da escravidão nestas unidades de trabalho camponês é fundamental para o entendimento da sociedade rural no século XIX e, também se compreende que é "no comportamento de um grupo

[113] As reflexões deste texto são oriundas das pesquisas realizadas no *Subcapítulo 4.2 – Isso é tudo que tenho: avaliação dos patrimônios* de minha dissertação de mestrado (Avello, 2018).

social há muitos outros determinantes, além do interesse econômico. Entretanto, o estudo da base econômica é o ponto de partida indispensável" (Cardoso; Brignoli, 1983, p. 355).

O momento (in)oportuno para receber a recompensa pelos anos dedicados ao trabalhado e a construção patrimonial era quando ocorria o falecimento de algum dos indivíduos da família, os pais, filhos ou cônjuge e, concomitava ao início da abertura do inventário *post mortem* para a avaliação e partilha dos bens familiares. Uma situação de desamparo que a morte irrompe a vida trazendo a desordem ao cotidiano. Organizar o funeral, enterrar o ente querido e sustar a dor. E, em seguida, preparar os trâmites da avaliação dos bens, de *quem se foi*, para ver o que restou e (re)começar. Porque muitas vezes isso é tudo que se tem.

O inventário é uma fonte que apresenta, em geral, as três partes para a divisão do patrimônio: 1) abertura do inventário, 2) composição dos bens e a 3) partilha entre o viúvo(a) e herdeiros. É um tipo documental com muitas possibilidades de trabalho e que permite conhecer internamente a vida dos sujeitos históricos, ainda que em um momento muito específico – a morte, além de proporcionar mapear o desenvolvimento socioeconômico dos grupos envolvidos ao longo de períodos específicos de análise, neste caso as décadas. Investigar quem enriqueceu (como e com o quê) ou empobreceu e outros detalhes importantes para compreender a dinâmica socioeconômica da sociedade. Possível ainda pensar sobre quais eram as preferências de negócios e com quem se fazia os negócios, sejam os sucessos e as dívidas adquiridas.

Compreendido o contexto documental, se entende que não há contradição em avaliar o patrimônio dos colonos do Pinhal através de inventários, até porque o conjunto documental investigado precisou ser analisado minuciosamente, dado o fato de não se ter uma vasta produção de fontes para o tema e o período (A Imigração alemã na segunda metade do oitocentos). Temos assim, as famílias do Pinhal na condição de camponesas, como próximas economicamente aos lavradores nacionais, e como imigrantes alemães e teuto-brasileiros com poucos recursos econômicos que não conseguiram prosperar tanto como os seus pares imigrantes "exponenciais"[114], isto é, mais próximos da pobreza do que riqueza. Ainda mais é corrente pela historiografia que os inventários *post mortem* tratam de abarcar a parcela da população mais abastada. Sobre isso, Jonas Vargas explica a seguinte concepção entre inventários *post mortem* para acessar outros estratos sociais:

[114] Exponencial é um conceito desenvolvido nas pesquisas de Witt (2015) para definir a ascensão e inserção socioeconômica e política de imigrantes e colonos alemães, os quais não faziam parte da elite da sociedade vigente.

> Contudo, penso que é possível contornar essa dificuldade e estudar classes subalternas a partir de tais fontes. A primeira consideração a ver a ser feita diz respeito ao que deve ser encarado como 'pobreza' nos séculos XVIII e XIX. Como ensinou Hebe Mattos os homens livres pobres não devem ser vistos como indivíduos completamente despossuídos de bens. Muitas vezes 'viver pobremente' significava possuir campo ou roça, animais, ser assalariado, agregado e até possuir escravos. Algumas ocupações econômicas eram típicas de homens pobres, como sapateiros, carpinteiros, pedreiros, pintores, jornaleiros, marinheiros, peões, agências, entre outros (Vargas, 2013, p. 170).

Ao entendermos que a pobreza não necessariamente está ligada aos indivíduos estarem despossuídos de bens para partilharem o que tem. Direciona-se para essa fonte como algo relevante para ser considerado para as famílias do Pinhal.

Escravizados como patrimônio na Colônia do Pinhal

Era expressamente proibida a posse de escravos por colonos em áreas de colonização alemã, conforme a Lei nº 514 de outubro de 1848, esta prática foi elemento comum da vida nas colônias alemãs, como foi possível visualizar anteriormente. A lei tinha o objetivo desviar o colono alemão de se tornar um possível latifundiário, mantendo o trabalho cativo longe dos lotes coloniais. Embora houvesse a lei, Martin Dreher (2014, p. 173) aponta que "imigrantes e suas famílias que possuíam escravos antes de 1848 continuaram a possuí-los, ainda na década de 1870". Reitera-se que a lei dizia, no Art. 16 que: "A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos" (Iotti, 2001, p. 108).

Ao analisar os 11 inventários do montante-mor, que constituem 138:626$283 réis, verifica-se nos dados que os dois maiores patrimônios da amostra são os 33% de Isabel Scherer e 36% Jacob Albrecht. Contudo, se direcionarmos o foco para família Albrecht e Kroeff, levando em conta a ligação destes pelos casamentos dos seus filhos, acumulam 39% do total dos bens.

Tabela 1 – Patrimônio dos alemães e teuto-brasileiros no Pinhal

Ano	Nome	Bens de Raiz	Bens Semoventes	Bens Móveis	Escravos	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Outros	Montante-Mor (réis)	Montante -Mor (%)
1858	Elisabeth Schmitt	2.000.000	145.000	227.800	-	-	-	-	2.372.800	2%
1859	Henrique Rese	225.000	58.000	25.220	-	-	-	-	308.220	0%
1864	Catharina Niederauer	650.000	268.000	145.700	-	532.000	1.707.344	-	1.595.700	1%
1873	Maria Eva Albrecht	6.946.000	1.060.000	4.237.500	200.000	1.725.596	7.000.000	-	7.139.096	5%
1883	Margarida Schreiner	3.350.000	594.000	100.000	-	-	-	-	4.044.000	3%
1885	Jacob Albrecht	31.640.000	888.000	430.000	-	17.003.049	-	-	49.961.049	36%
1886	Isabel Bernd Albrecht	6.568.700	178.000	387.000	-	910.000	-	200.000	8.243.700	6%
1887	Izabel [Elisabetha] Scherer	24.236.000	168.000	394.130	-	20.473.870	-	600.000	45.872.000	33%
1888	Miguel Kroeff	5.000.000	22.000	2.245.356	-	2.361.460	5.346.880	45.000	4.326.936	3%
1894	Adolpho Kemmerich	3.600.000	-	-	-	-	-	-	3.600.000	3%
1895	Maria Albrecht Ilges	8.848.782	504.000	1.810.000	-	-	-	-	11.162.782	8%
	Total	93.064.482	3.885.000	10.002.706	200.000	43.005.975	14.054.224	845.000	138.626.283	-

Fonte: Inventários *post mortem* 1858-1899, APERS (AVELLO, 2018, p. 207).

Na tabela 1, a faixa referente ao inventário de Maria Eva Albrecht, em 1873, consta uma coluna "Escravos" com 200$000 réis, na coluna "Outros"[115], para Isabel Bernd Albrecht os 200$000 réis são referentes a um escravo liberto, alforriado, com condição de prestação de serviços por 5 anos. No inventário de Izabel Scherer, os 600$000 réis são o valor dos serviços de três escravos libertos sob a condição de trabalho contratado. Itens como "escravos e outros" são categorias que criamos para ordenação de nossos dados porque os escravos constavam entre os bens semoventes dentro dos inventários. Sobre este contexto, Maria Angélica Zubaran (1994, p. 70) explica que:

> As cartas concedidas pelos teuto-rio-grandenses, **a prática da manumissão *post-mortem***, modo comum na sociedade escravista luso-brasileira, quando os senhores incluíam seus escravos como 'bens semoventes' nos testamentos e inventários, partilhando-os entre seus herdeiros, como qualquer outra propriedade, ou ainda, deixando seus serviços para outrem (grifo do autor).

[115] Para Miguel Kroeff a coluna "Outros" contendo 45$000 diz respeito a uma quantia indiscriminada que há nas dívidas ativas dizendo indicada apenas como "Dinheiro 45$000". 1888. Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

Esse dado que o inventário não reproduz com tanta precisão oferece um indício a ser investigado (Ginzburg, 1989). A partir desse indício houve a busca de outras de fontes para a variação da escala de análise que resultaram no Quadro 1 (Revel, 1998). Durante a colonização alemã no Rio Grande do Sul, os primeiros estudos que verificaram a presença escrava como mão de obra de colonos alemães foram de Margaret Bakos (1982) e Helga Piccolo (1989). A partir das pesquisadoras se inicia a desmitificação da ideia de que as famílias alemãs se utilizaram somente da própria família para se alavancar economicamente e socialmente e é reforçada por Marcos Witt (2014) que organiza toda uma historiografia entre as relações entre a população de colonos alemães e de população negra escravizadas.

O trabalho compulsivo como posse nas colônias alemãs era uma atividade econômica comum para colonos, na qual vendiam e compravam escravos cotidianamente, assim explica

Witt sobre o estudo das famílias alemãs no mega espaço-LNRS. A exploração da mão de obra cativa tinha o intuito de otimizar o desempenho das propriedades como também imigrantes exponenciais desejarem um crescimento econômico vislumbrando uma inserção social semelhante à dos vizinhos nacionais (Witt, 2015, p. 152).

Em uma pesquisa sobre São Leopoldo, Paulo Roberto Staudt Moreira e Miquéias Henrique Mugge, encontraram nos 272 inventários *post mortem* daquela Colônia o total de 1.558 escravos, entre os anos de 1834 e 1888 (Moreira; Mugge, 2014, p. 21). Isso demonstra que a mão de obra familiar nas pequenas propriedades da Colônia de São Leopoldo não seria necessariamente um problema, se houvesse falta de filhos, porque era suprida paralelamente com o trabalho escravizado.

A posse de escravos não ficou limitada a São Leopoldo e Mega Espaço-LNRS. Se expandiu para outras colônias no Rio Grande do Sul e para demais colônias no Brasil, tal como a Colônia do Pinhal, dentro da província. Como explica Witt, o trabalho escravo estava tão arraigado na sociedade brasileira, que inclusive pastores foram proprietários de escravizados, a saber, Carlos Leopoldo Voges em Três Forquilhas (RS) e Sauerbronn, em Nova Friburgo (RJ), a qual segundo o pastor, "apesar das constantes lamentações" sobre o próprio "estado de pobreza e o da maioria dos colonos de Nova Friburgo", 15% das famílias desta comunidade possuíam escravizados em suas propriedades. Embora os pastores usufruíssem da posse de cativos contrariando a legislação vigente, havia dissenções entre os religiosos, como o pastor Hollerbach de Teófilo Otoni (MG) que não aprovava a prática da escravidão (Witt, 2015, p. 152-153).

A compra e venda da mão de obra escrava fora uma brecha econômica de inserção social "na lógica social do século XIX", na qual "nem mesmo os pastores deixaram de ser agentes históricos de seu tempo, isto é, valores como moral não se colocaram como empecilhos para posse de escravos" (Witt, 2015, p. 154). Além das citadas províncias, a posse de escravos também esteve presente na Colônia Leopoldina, no sul da Bahia, conforme aponta Alane Fraga do Carmo (2010). Todavia, devido a invisibilidade da presença da população negra escravizada nas áreas de imigração e colonização alemã equivocadamente se tem a impressão de como se não houvesse ocorrido (Alves, 2011, p. 189-201).

Na região central da Província, Santa Maria que recebeu um fluxo imigratório estrangeiro significativo, através da historiografia, embasada em Gláucia Külzer (2009), Fabrício Nicoloso (2013) e Ênio Grigio (2017), se destaca a presença de escravos em posse de alemães, utilizados essencialmente para o trabalho nas colônias. Seguindo em direção a Serra Geral, na Colônia do Pinhal, foram também encontrados escravos nas pequenas propriedades de alemães, como pode ser percebido na carta que Philipp Elicker escreveu do Brasil para seu irmão, Johann Georg Elicker, na Alemanha, em 26 de dezembro de 1845, descrevendo a vida do colono Jacob Albrecht morador do Pinhal que:

> Estava indo muito bem, pois aprendeu em 1832 a profissão de curtidor e se sustenta muito bem com ela. Pode dizer que é um dos alemães que está em melhor situação. **Já tem diversos negros que o ajudam no curtume, além de praticar a agricultura.** Em 1834 casou-se com a filha de Nikolaus Müller (...) como resultado de seu feliz matrimonio já tem 6 filhos. Sua mãe ainda está com saúde e bem disposta como quando saiu da Europa (PICCOLO, 2006 apud KÜLZER, 2009, p. 52, Grifo nosso).

A mão de obra familiar para pequena propriedade fora subvertida e entra em conflito com as tradições camponesas que sucumbem ao acesso do trabalho cativo. Pois, Albrecht tivera 12 filhos, muito embora meados de 1845 todos fossem muito pequenos, o que reforça o anseio que resultou na posse de uma escrava para trabalho doméstico ou escravo para trabalho na lavoura. Já as colonas do Pinhal Maria Eva Albrecht, sua nora Isabel Bernd Albrecht e Izabel Scherer, tinham os escravizados que constam em documentos em seus nomes, há algum tempo, e não eram as únicas alemãs a possuírem escravos nas suas colônias do Pinhal.

Na Colônia do Pinhal, conforme a documentação analisada, havia 11 indivíduos escravizados em posse dos colonos alemães que compunham a colônia. Eram 7 homens e 4 mulheres e que conforme as avaliações dos inventários *post mortem*, vinham somando

o valor total de 5:826$180 réis (Quadro 1). Sendo a maioria deles adquiridos por compra e apenas um que estava sendo vendido por Pedro Schreiner. Cada colono no Pinhal possuía, na média, 2 escravos para o trabalho nos lotes, o que era um número bem pequeno perto de outros senhores de escravos imigrantes de São Leopoldo ou de Santa Maria, como apresenta Nicoloso:

> [O] personagem de estudo de Witt, Adolpho Voges, proprietário de 5 escravos, avaliados em quase 3:000$000 contos de réis, podia ser considerado como equivalene à elite escravocrata. Considerando o fato de que se tratava da realidade social da Colônia São Leopoldo, mais próxima em relação à capital Porto Alegre do que Santa Maria, portanto, provavelmente, também, com uma economia mais ativa, se um sujeito de origem alemã possuidor de 5 escravos podia ser equiparado a elite escravocrata se igualava à elite escravocrata, como possivelmente, estava numa posição de grande proprietário acima de alguns exponenciais 'nacionais' (Nicoloso, 2013, p. 132).

No quadro 1, é possível identificar a distribuição dos indivíduos escravizados entre os inventários *post mortem*, seguidos de outras informações que podem ser interessantes para caracterizar o contexto da inserção de escravizados na colônia investigada. Como a diversidade de idades, apresentando tanto pessoas com mais 60 anos ou mais, jovens de 14 e 17 anos, aptos para serem submetidos ao trabalho na lavoura e, também, crianças, que acabariam por perpetuar a reprodução da presença escrava nas propriedades por longos anos.

Quadro 1– Escravizados na Colônia do Pinhal por nome, idade, situação, data da posse e valor (1864-1880)

Colonos do Pinhal	Qtd de escravos	Nome do escravo	Idade	Situação	Data da posse	Valor (réis)
João Conrado Scherer	1	Eva	9	compra	05/02/1864	900$000
João Conrado Scherer	1	Clemência	9	compra	22/03/1866	76$180
Miguel Kroeff	1	Maria	17	compra	27/11/1867	500$000
Miguel Kroeff	1	João	50	compra	24/12/1868	400$000
Pedro Schreiner	1	Plácido	38	venda	20/12/1869	1:100$000
João Conrado Scherer	1	Pedro	7	compra	06/02/1871	500$000
Pedro Schreiner	1	Fortunato	14	compra	03/06/1872	1:000$000
Maria Eva Albrecht	1	Maria	60	herança	-	100$000
Maria Eva Albrecht	1	Carolino	60	herança	-	100$000
Jacó Albrecht Filho	1	Antônio*	1	compra	04/05/1880	1:150$000
Jacó Albrecht Filho	1	Eva*	-	compra	04/05/1880	-
Total	11					5:826$180

Fonte: APERS. Documentos da escravidão: compra e venda de escravos. Vol. II, Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 315; 302; p. 292; p. 470; p. 297; p. 315; p. 299; p. 470. Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149 (Avello, 2018, p. 219).

Em 1880, Jacob Albrecht Filho compra o escravo Antônio, de 1 ano, e sua mãe Eva é levada junto na compra, mas sem valor pago adicional por esta. Após quatro anos, apenas o menino seria alforriado, mas com a condição de prestar 5 anos de serviços para Albrecht Filho.[116] Da mesma maneira se sucedeu com as cartas de alforria dos três escravos, Clemência, Eva e Pedro; as quais impunham o trabalho dos libertos em forma de herança como determinou o inventário da falecida Isabel Scherer: "com a condição de acompanhar-me e servir-me por 7 annos a contar da data d'esta ficando á minha vontade o modo como usufruir seus serviços. Estas condições são transmissiveis a meus legitimos herdeiros", assim assinou João Conrado Scherer.[117]

As alforrias por condição de trabalho encobrem a permanência de elementos estruturais da escravidão demonstrando que o interesse na mão de obra negra liberta se utilizava de outros mecanismos para estender o trabalho compulsório mesmo depois da liberdade como forma de suprir as necessidades laborais do cotidiano nas colônias. Outro meio de assegurar a mão de obra do recém liberto seria atrelando-o a família escravista de modo velado pelo batismo de filhos de escravos por senhores imigrantes alemães. Muitas vezes o padrinho alemão legava o sobrenome ao afilhado liberto, em uma clara

[116] Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A -, M -, E 114. (Ilegível).
[117] Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149.

demonstração na reciprocidade de relações e bem como uma prática clientelista e paternalista, sendo interessante destacar que nessas manifestações de micropoderes, ambos se valeriam à sua maneira, nos reflexos simbólicos que poderiam arrecadar por batizar e ser batizado (Moreira, Mugge, 2014). É neste sentido que Moreira e Mugge acreditam que "tal estratégia fosse adotada como uma comprovação ou afirmação de inserção comunitária, evidenciando um pertencimento que – mesmo que desigual – pudesse ser acionado em momento de confronto com *forasteiros"* uma "espécie de *proteção comunitária* (que certamente tinha o seu *preço* e os seus limites)" (2014, p. 92, grifo dos autores).

Apesar de não serem identificadas alforrias no período investigado neste estudo, propõe-se que as dinâmicas de escravizados para burlar o sistema escravista passassem por táticas como fugas e constituição de quilombos na região. Esta hipótese está amparada na proposição de Grigio (2017) sobre as memórias de João Daudt Filho, quando em 1914, em seu relato indica memórias sobre as imediações do Pinhal a inferência sobre a existência de um Quilombo: "Lembro-me agora que, ao fazer um passeio com meu avô ao Pinhal" (Grigio, 2017, p. 125). Na sequência, João apontou em direção a "umas grotas profundas à margem da Picada dizendo: - Ali era o quilombo dos *caiambolas,* nome dado aos escravos fugidos" (Grigio, 2017, p. 125, grifo do autor). Conforme a discussão aqui estabelecida, fica nítido que a região do Pinhal esteve longe de ser uma serra vazia demograficamente, haja vista a presença de diferentes grupos populacionais, como nacionais, alemãs e teuto-brasileiras e negras, que habitaram e transitaram regionalmente[118]. Sempre tendo em vista que a estrada do Pinhal afluía contingentes para as suas vias.

O espaço rural do Pinhal, por ter agregado diversos grupos étnicos, direcionou e tensionou relações sociais, colocando-os numa zona de contato que tornaria quase inevitável o atrito. Este aspecto foi perceptível em diferentes campos, destaca-se especialmente neste texto a questão escravista. Os resultados de uma vida na Colônia do Pinhal, que acompanhou os sujeitos históricos, privilegiados pelas fontes para que pudéssemos avaliar os patrimônios, não os torna afortunados economicamente, ainda que, em certa medida, fez de alguns dos colonos distintos dos demais vizinhos do Pinhal na mesma condição de trabalho, mas que pouco conseguiram acumular ao longo das suas

[118] Não está mencionada a presença indígena na região, pois este tema carece de muita atenção e de pesquisas mais detidas sobre o tema, a fim de caracterizar a presença de povos indígenas na área de estudo e, principalmente neste período investigado.

vidas. Para alguns colonos o resultado de décadas não fora unicamente comprar/vender terras e acumular bens. As experiências que tiveram como (parte do) resultado da vida no Pinhal esteve, por vezes, permeada por conflitos.

Relação entre patrimônios, escravizados e famílias no montante-mor

Na amostragem dos colonos e colonas analisados na pesquisa sobre a Colônia do Pinhal (Tabela 1), foram arrolados 11 inventários de indivíduos falecidos. Dentre estes, 8 (94%) detém maior parte do patrimônio total e 3 (6%) detém menor parte do patrimônio da amostra. A maior parte é composta pelos patrimônios de: Jacob Albrecht 36%, Maria Eva Albrecht, 5%, Maria Albrecht Ilges 8%, Isabel Bernd Albrecht 6%; Izabel Scherer 33%, Margarida Schreiner 3% e Miguel Kroeff 3%. A menor parte é composta pelos patrimônios de: Adolpho Kemmerich 3%, Elisabeth Schmitt 2%, Catharina Niederauer 1% e Henrique Rese 0%.

A Tabela 1 é um instrumento de análise interessante, pois proporcionou um foco específico para a discussão sobre a presença de escravizados na documentação, primeiramente como arrolados nos inventários nos bens semoventes e posteriormente em outras documentações complementares. O foco deste recorte é justamente discutir sobre aqueles indivíduos escravizados, os colonos alemães e correlacioná-los considerando a reprodução de riquezas, a participação dos imigrantes na lógica escravista e do descumprimento da proposição do que seria o.

Embora a Tabela 1 apresente numericamente uma baixa expressividade da mão de obra escrava, se comparado com outras pesquisas ou outros contextos no mesmo período, é importante destacar a relevância da alternância de fontes para investigar os dados referentes à posse de escravizados por colonos alemães e teuto-brasileiro na segunda metade do século XIX. Os inventários ofereceram o indício de que havia escravizados sendo utilizados como mão de obra nas propriedades dos colonos alemães e teuto-brasileiros da região analisada, porém foi através do contato com outras fontes que foi possível demonstrar com propriedade a presença escrava em unidades que, em tese, deveriam ser apenas compostas pela família imigrante e dar expressividade do item investigado.

No Quadro 1, os colonos João Conrado Scherer, Miguel Kroeff, Pedro Schreiner, Maria Eva Albrecht e Jacó Albrecht Filho detinham 11 escravos. Relacionado aos 11 inventariados, 7 dessas famílias continham escravizados avaliados na amostra. Os quais

pelos inventários não expressaram de forma direta os escravizados sendo necessário outras fontes. As famílias alemãs e o número de escravos são: Albrecht (4), Scherer (3), Kroeff (2) e Schreiner (2).

A família Albrecht representava um total de 55% do patrimônio na amostragem do montante-mor total dos colonos e, também, continha o maior número de escravizados na amostra analisada, demonstrando que a reprodução de recursos naquele núcleo familiar foi possivelmente ampliada em razão da disponibilidade de mão de obra para o trabalho alavancando o poder socioeconômico da família em questão. A família Scherer representava um total 33% do patrimônio e, também, continha o segundo maior número de escravizados na amostra analisada. Os patrimônios das famílias Kroeff (3%) e Schreiner (3%) também continham, respectivamente, o mesmo número de escravizados. Já as famílias Kemmerich, Schmitt, Niederauer e Rese que são representadas com menor parte do patrimônio não detinham escravos, pelas fontes investigadas.

Conclusão

Em suma, pode-se inferir pela relação entre o patrimônio dos colonos investigados na amostra e a posse de indivíduos escravizados identificados na documentação e de posse destes mesmos colonos, que o acúmulo de patrimônio da maior parte (94%) dessas famílias advinha também do uso da mão de obra escrava em suas propriedades rurais. O acúmulo de patrimônio da menor parte (6%) dessas famílias não advinha da mão de obra escrava ou não aparecem nas fontes, o que pode indicar que se tratava de propriedades em que apenas as pessoas da família trabalhavam na produção agrícola e que não puderam assim ampliar suas posses e bens da mesma maneira que os demais que possuíam escravos em sua posse.

A exploração do trabalho da mão de obra escrava negra pelos alemães e teuto-brasileiros na Colônia do Pinhal somou no incremento do patrimônio através de bens de raiz, bens semoventes, dívidas ativas e passivas, tanto por proporcionarem tempo de trabalho e exploração de sua mão de obra, como representavam também um valor de mercado no conjunto do patrimônio das famílias, considerando ainda um contexto em que o tráfico atlântico estava proibido, restando ao mercado interno o abastecimento de escravizados para trabalhar nas propriedades. Considerar também o fato de que se ter a posse de escravizados no século XIX no interior da província representava um fator importante tanto economicamente quando socialmente.

A reflexão a respeito da presença escrava na Colônia alemã do Pinhal, ainda que de uma amostragem que possa ser considerada pequena, desvela elementos importantes sobre as relações interétnicas em colônias do interior do Rio Grande do Sul no período e demonstra a extensão da escravidão em diferentes propriedades e grupos socioeconômicos no oitocentos, especialmente na segunda metade do século XIX.

Referências

ALVES, Eliege Moura. Presentes e invisíveis – escravos em terras de alemãs (São Leopoldo – 1850-1870). In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antônio. **Pelos Caminhos da Rua Grande:** História(s) da São Leopoldo Republicana. São Leopoldo: Oikos, 2011, p. 189-201.

AVELLO, Adriano Sequeira. **À sombra do sucesso:** dinâmica social numa colônia alemã no sul do Brasil (Colônia do Pinhal - Itaara/RS, 1857-1894). 303 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

BAKOS, Margaret. **RS:** escravismo e abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

CARMO, Alane Fraga. **Colonização e escravidão na Bahia:** a Colônia Leopoldina, 1850-1888. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história:** introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DREHER, Martin Norberto. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul:** esquecimentos e lembranças. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GINZBURG, Carlo. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. *In:* GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p.143-179.

GRIGIO, Ênio. **"No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse":** a comunidade negra e sua irmandade do Rosário (Santa Maria, 1873-1942). 2016. 320 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização:** legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre; Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Estado do RS; EDUCS, 2001.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. **De Sacramento a Boca do Monte:** a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. **Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia.** 2ª ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS**: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891. 2013. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Século XIX: alemães protestantes no Rio Grande do Sul e a escravidão. In: **Anais da VIII Reunião da sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica - SBPH.** São Paulo: SBPH, 1989, p. 103-107.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas:** a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

SEYFERTH, Giralda. Herança e estrutura familiar camponesa. Rio de Janeiro, **Boletim do Museu Nacional,** Antropologia, nº 52, p. 1-27, 1985.

VARGAS, Jonas. Uma fonte, muitas possibilidades: as relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: APERS. **XI Mostra de Pesquisa:** produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2013, p. 155-179.

WITT, Marcos Antônio. Sobre escravidão e imigração: relações interétnicas. **História: Debates e Tendências,** v. 14, n. 1, p. 21-35, 2014.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol:** estratégias políticas, imigração alemã, no Rio Grande do Sul – século XIX. 2ª ed. São Leopoldo: Oikos; Editora da Unisinos, 2015.

ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Claúdia; VASCONCELLOS, Naíra; SILVA JR., Adhemar L. da. **Os alemães no sul do Brasil:** cultura, etnicidade, história. 1ª ed. Porto Alegre: Ed. da Ulbra, 1994, p. 65-74.

Fontes

APERS. **Documentos da escravidão:** compra e venda de escravos. Vol. II, Porto Alegre: CORAG, 2010, p. 315; 302; p. 292; p. 470; p. 297; p. 315; p. 299; p. 470.

Inventário *post mortem* de Elisabeth Schmitt. Santa Maria, 1858. APERS, A 24, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Henrique Rese. Santa Maria, 1859. APERS, A 28, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Catharina Niederauer. Santa Maria, 1864. APERS, A 52, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Maria Eva Albrecht. Santa Maria, 1873. APERS, A 130, M 5, E 149.

Inventário *post mortem* de Margarida Schreiner. Santa Maria, 1883. APERS, A 43, M 1, E
149.

Inventário *post mortem* de Jacob Albrecht. Santa Maria, 1885. APERS, A 47, M 1, E 149.

Inventário *post mortem* de Isabel Bernd Albrecht. Santa Maria, 1886. APERS, A -, M -, E 114. (Ilegível).

Inventário *post mortem* de Izabel Scherer. Santa Maria, 1887. APERS, A 55, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Miguel Kroeff. Santa Maria, 1888. APERS, A 244, M 10, E 369.

Inventário *post mortem* de Adolpho Kemmerich. Santa Maria, 1894. APERS, A73, M 2, E 149.

Inventário *post mortem* de Maria Albrecht Ilges. Santa Maria, 1895. APERS, A 314, M 14, E 149.

REVOLUÇÃO E ABOLIÇÃO: A PRIMEIRA NAÇÃO NEGRA LIVRE DAS AMÉRICAS

Daniel Alexandre Nunes
Dieila dos Santos Nunes

Considerações iniciais

A derrubada do regime escravocrata da colônia francesa de Santo Domingos e a instauração da primeira nação negra independente na América, em 1804, marcou significativamente o período Contemporâneo, pois configurou-se na luta de distintas classes sociais, fator determinante para pessoas escravizadas e livres de origem africana expulsarem os colonizadores indesejáveis e conquistarem sua autonomia política. Em se tratando da maneira que sucedeu e pela sua desenvoltura, os acontecimentos no Haiti deram voz aos negros, que ecoaram por outras nações, e estas viam nessas informações um perigo iminente perante sua autonomia política. Dessa maneira, "[...] o que era 'coisa', o que era 'propriedade' transforma-se em agente, de modo que o que era mero objeto apareça agora como sujeito" (Buck-morss, 2017, p.11 - grifo da autora).

Conforme narra o historiador Cyril Lionel Robert James (2010), a Revolução Haitiana é um dos acontecimentos mais espetaculares da modernidade. Diante dessa perceptível averiguação, a insurgência haitiana integraria o rol de revoluções europeias, tendo a mesma relevância aos acontecimentos que levaram a fundação dos Estados Unidos da América, entre outros que marcaram o período de constantes revoluções. Entretanto, foi possível constatar com as pesquisas realizadas até o presente momento que existe uma lacuna referente ao movimento abolicionista haitiano e ao tema escravidão nos registros historiográficos. Até mesmo Hobsbawm (2016), em “A Era das Revoluções”, apresenta de maneira sucinta questões que envolvem escravidão e abolicionismo, o Haiti revolucionário, bem como os líderes insurgentes são mencionados pouquíssimas vezes na obra.

São raros estudos direcionados ao movimento abolicionista organizado por escravizados e libertos, assim como há escassez de bibliografia sobre o haitianismo – medo por parte da elite senhorial que a insurgência haitiana influenciasse outros movimentos abolicionistas pelo mundo a fora. Dessa forma, esta pesquisa pode contribuir

para ampliar discussões sobre essa temática, visto que os trabalhos acadêmicos e artigos produzidos sobre a Independência do Haiti são ínfimos.

A metodologia deste estudo é de caráter bibliográfico e qualitativo, fundamentando-se em uma análise interpretativa de obras relevantes que abordam o processo emancipacionista haitiano e suas repercussões. Entre os autores consultados, destacam-se Marco Morel (2017), Cyril L. R. James (2010) e Susan Buck-Morss (2017), cujas contribuições oferecem perspectivas históricas e teóricas sobre a Revolução Haitiana e seus impactos. Assim, investigamos o papel do negro como agente central no processo libertário do Haiti, bem como a disseminação das ideias abolicionistas nas Américas. A pesquisa, ao adotar esse método, busca compreender como o movimento haitiano influenciou a luta por autonomia político-social em outras regiões.

O texto está organizado em três seções: a primeira, introdutória, tem como objetivo iniciar a reflexão sobre o tema; a segunda busca desenvolver um arcabouço teórico, proporcionando uma análise aprofundada e reflexiva; e a terceira, final, destina-se a apresentar as considerações finais.

Reflexões teóricas

A história da ocupação e colonização do Haiti caracteriza-se por práticas e discursos políticos impostos, em um primeiro momento, pelos colonizadores espanhóis, e, posteriormente, pelos franceses, que instituem modelos eurocêntricos de controle e punição da população que ocupava os territórios da América Latina. Podemos perceber um choque étnico entre esses dois mundos, do Europeu "civilizado", que se utiliza da racionalidade eurocêntrica, com a finalidade de moldar o comportamento do colonizado, conceito esse definido por Aníbal Quijano (2005) como Colonialidade do Poder. Isso ocorreu por meio da exploração, do abuso físico e da expropriação cultural, tendo como argumento central a questão biológica, da raça, para justificar a superioridade que os colonizadores tinham perante essas populações e, assim, criar uma imagem de inferioridade dos nativos, para explorá-los moral e economicamente.

Dessarte, percebemos nos discursos ideológicos dos colonizadores mecanismos de manipulação que foram inseridos nos processos de dominação, desde a colonização até o expansionismo contemporâneo, e, com isso, criaram-se pretextos ideológicos "[...] com mitos do bom selvagem (os "índios" do "Novo Mundo")", (Buck-Morss, 2017, p. 50). Com a finalidade de criar estereótipos e de tirar proveito do nativo acolhedor e dócil

e, assim, expropriar suas riquezas, eles "[...] entravam nas vilas, burgos e aldeias não poupando nem crianças e homens velhos, nem mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam os ventres e faziam em pedaços" (Las Casas, 1996, p.29).

Diante dessa imposição violenta dos colonizadores em controlar a população, foi adotado a encomienda, medida que buscava controlar esses povos. Consolidou-se como um mecanismo extremamente autoritário, que foi institucionalizado também pelos espanhóis e justificava o trabalho compulsório nas colônias, desde que os nativos fossem bem tratados e evangelizados – uma sarcástica tentativa de legitimar a escravidão pela imposição da fé católica. Essa imposição ocorreu na ilha Ayiti,[119] renomeada por Colombo como Hispaniola, em homenagem aos espanhóis que custeavam essas expedições. Nela, não foi encontrado um povo miserável, mas foi levado a essa condição por meio da pilhagem, da expropriação de terras, da escravidão e da matança desenfreada, resultando em um dos maiores genocídios da história humana.

O *repartimento* substituiu a e*ncomenda*, ainda que ela tenha subsistido ao seu lado por muito tempo. Foi um mecanismo espanhol que oficializou a escravidão na América, pois era um método que consistia em se apoderar de uma maneira extremamente cruel dos nativos da região e os colocar para trabalhar na extração de ouro e minérios. Nesse sentido, segundo Macleod (1990, p. 153), "a encomenda foi para a elite um meio para controlar e distribuir o principal recurso, a mão de obra, então os repartimientos forçosos foram o modo de racionar a oferta de trabalho cada vez mais escassa". Dessa forma, os colonizadores perceberam que colonizar era mais lucrativo do que eliminar esses indígenas e, a partir disso, oficializaram a escravidão indígena nessas colônias, a fim de controlar os nativos e usufruir de sua mão de obra.

À medida que a população indígena foi sendo dizimada, os espanhóis passaram a deslocar para as suas colônias africanos escravizados, com o intuito de complementar essa ausência da mão de obra indígena nas suas possessões territoriais. Isso se deve ao fato de que o extermínio dos ameríndios foi descomedido, em razão dos longos períodos de compulsório trabalho forçado, os colonizadores viam nos africanos uma saída para os trabalhos nas colônias.

O desenvolvimento das plantações de café, algodão, índigo e, principalmente, do açúcar, foi fortalecido pela importação de escravizados provenientes das ilhas britânicas,

[119] "Primeiros registros de população indígena, do grupo Taino (arawak), que chama o local de Haiti (montanhoso)" (Morel, 2017, p. 43).

comercializados para as colônias francesas. Conforme James (2010), o estabelecimento britânico de pessoas escravizadas nas possessões francesas colocou o comércio europeu sobre o mando da França, que despontou como a maior produtora de açúcar do mercado internacional, conhecida como a Pérola das Antilhas[120].

Assim como os espanhóis, os franceses também desenvolveram métodos, a fim de assegurar a hegemonia da colônia, a mão de obra escrava era o coração das possessões francesas. Os programas de aculturação dos franceses, segundo a visão do europeu, buscavam civilizar os cativos, ensinando-os aptidões necessárias ao trabalho, agricultura e religião. Eram, de fato, instituições de controle que empreenderam uma desaculturação nos colonizados, estabelecendo padrões de vida, por meio de uma economia de violência e repressão, pela qual as pessoas escravizadas deveriam se adaptar. Segundo o sociólogo Paul Gilroy (2005), a biopolítica foi a técnica de controle utilizada para separar e centralizar dois mundos divergentes: de um lado, o branco civilizado e culto; de outro, o negro, selvagem e sem história.

Desse modo, ocorreram os contatos entre dois mundos totalmente diferentes. De maneira violenta, os nativos tornaram-se objetos dos colonizadores, que perceberam que eles poderiam ser dominados e utilizados para produzir riqueza à metrópole. O controle empreendido, desde a chegada dos primeiros colonizadores, por intermédio do trabalho forçado, até a erradicação de códigos de condutas que validaram a escravidão, assegurava aos colonizadores a legalidade sobre as pessoas escravizadas como propriedade privada dos seus senhores.

Ser negro e escravizado, nessas circunstâncias, era viver sob a égide do Code Noir,[121] código legislativo que legitimou na teoria a escravidão, o "[...] tratamento de seres humanos como propriedade móvel, mas também a marcação a ferro, a tortura, a mutilação física e o assassinato de escravos que procurassem questionar sua condição desumana" (Buck-morss, 2017, p. 51). Sendo assim, é possível perceber em um dos artigos deste código:

---

[120] "Os franceses converteram Saint-Domingue em uma das colônias mais ricas do mundo e a mais lucrativa do Caribe. Em 1789, 75% da produção de açúcar do mundo vinha de Saint-Domingue, assim como grande parte da riqueza e glória da França. A chamada "pérola das Antilhas" produzia também café, tabaco, cacau, algodão e índigo, chegou a liderar a produção de cada um desses cultivos em um momento ou outro durante o século 18". Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>. Acesso em 22 de maio. 2024.

[121] "1685 - Implantação do "Code Noir" (Código Negro) regulamentando as colônias francesas nas Américas: prevê castigos corporais aos escravos e estratifica a sociedade racialmente" (Morel, 2017, p. 44).

> Proibimos igualmente aos escravos pertencentes a diferentes donos que se reúnam de dia ou de noite sob o pretexto de núpcias ou de outro motivo, seja na propriedade de um de seus donos ou em outro lugar, e menos ainda nos caminhos principais ou lugares afastados, sob a pena de punição corporal que, no mínimo será o açoite e o ferro em brasa em forma de flor de lis aplicado no ombro; e, em caso de frequentes recidivas e outras circunstâncias agravantes, eles poderão ser condenados à morte, o que deixamos ao arbítrio dos juízes. Ordenamos a todos os nossos súditos, embora não sejam oficiais, que persigam os contraventores a fim de prendê-los e conduzi-los à prisão mesmo que ainda não haja contra eles nenhum mandado (Dorigny; Gainot, 2017, p. 97).

O código negro foi um documento que na teoria buscava mostrar uma ilegítima indignação dos franceses quanto à escravidão e, assim, assegurar as pessoas escravizadas algum tratamento humano. Porém, na prática, suas reais intenções eram legitimar a escravidão, por meio de um código com fins disciplinares, que validou o açoite dos escravizados e estabeleceu a religião católica como a única a ser proferida pelos cativos, com o intuito de assegurar o bem-estar econômico da metrópole.

A recusa dos escravizados do Haiti contra esse sistema opressor abriu caminho para a única revolta sociorracial bem-sucedida da história. Contudo, o caminho para abolir esse sistema preponderante por séculos foi lento e violento, e as pessoas escravizadas utilizaram-se de diferentes formas para rebelar-se contra a dominação dos europeus. Algumas experimentavam o "[...] suicídio individual e coletivo, sabotagem, táticas de incêndio, de envenenamento, uso do aborto" (Seguy, 2014, p. 234).

Na opinião do sociólogo Touraine (2006), o modelo eurocêntrico reproduzido pelos colonizadores nas Américas tinha por finalidade dominar esses territórios, a fim de extrair suas riquezas e instrumentalizar-se da mão de obra escrava para adquirir capital. O protótipo europeu institucionalizado nessas colônias começou a perder força quando os dominados se voltaram contra os seus opressores e organizaram movimentos de resistência. Por conseguinte, deixaram de ser vítimas de um sistema dominador, apoderaram-se de uma percepção de mundo que não poderia ser mais vista a partir da violência, da conquista, e imputaram para si uma subjetividade, na qual os oprimidos tinham total capacidade de contestar a humilhação, a injustiça e a opressão de um sistema soberano.

Dessa forma, podemos ver que essa produção de sujeito para Touraine é vista como uma forma de resistência, a partir de um ator social que se transforma em um sujeito de direitos contra um sistema de dominação, a fim de reconhecer sua dignidade. Tanto

Touraine (2006) como Foucault (1996) seguem a mesma linha de pensamento de que a produção do sujeito "[...] aparece como uma condição de resistência política que permite ao sujeito uma afirmação de si e de sua própria identidade" (Furlin, 2012, p. 299).

A religião foi uma maneira de subverter paradigmas prescritos pelos colonizadores, e o vodu, por sua vez, desempenhou esse papel de contestar a ordem vigente e estabelecer um escape psicológico, que "[...] ajudava na resistência à vida dura dos trabalhadores e escravos, interligando-os aos deuses (loas) e, de um modo mais remoto, ao "Bon Dieu" presente na oração guerreira de Bouckman" (Morel, 2017, p. 90). Portanto, constatamos no vodu uma forma de erradicar clandestinamente os mecanismos de opressão dos colonizadores, como um suporte afetivo que motivou as pessoas escravizadas a lutarem por sua condição humana.

É importante complementar que o vodu passa a ser visto como a religião revolucionária dos negros, que tencionava movimentos de resistência contra as elites coloniais. Dessa forma, demonizar os cultos africanos aos loas fazia parte de um plano senhorial de institucionalizar, sob imposição da fé católica, o domínio sobre a colônia. Conforme a teoria foucaultiana, "[...] o estado moderno não sufoca o indivíduo, mas coloca na sociedade micropoderes que impedem ao indivíduo escapar das tramas do poder" (Furlin, 2012, p. 280). Esses foram mecanismos prescritos pelos franceses, a fim de fortalecer seu poder na colônia e estabelecer o domínio sobre as pessoas escravizadas.

As pessoas escravizadas do Haiti entraram em desconformidade com a política adotada pelas elites coloniais e buscaram não reconhecer e nem utilizar esses dispositivos de controle institucionalizados pelos colonizadores, que restringiam o uso do dialeto creole e os ritos religiosos cultivados pelos escravizados. É importante ressaltar a existência de uma pluralidade de idiomas na região. Portanto, "[...] fala-se o inglês, francês, espanhol, holandês. Entre os idiomas falados no grande Caribe merece destaque o Kreyòl (créole)" (Martins, 2019, p. 29).

Dessarte, proferir o dialeto creole, criado pelos cativos durante a colonização, configurou-se num modelo de resistência capaz de estabelecer comunicação entre as pessoas escravizadas e, assim, difundir ideias abolicionistas. Sendo assim, "[...] essa condição impulsiona o indivíduo a sentir-se responsável e comprometido com a luta, tanto pela sua dignidade e humanidade como pela dignidade do outro" (Furlin, 2012, p. 308).

A construção de sujeito que a socióloga Nivea Furlin (2012) afirma está interligada ao envolvimento e engajamento social nos movimentos articulados pelos negros, numa tentativa de desconstruir o modelo estereotipado de selvagem estabelecido

pelos colonizadores, que buscavam justificar a conquista e apropriação do negro como propriedade privada, “[...] visto como “uma coisa”; “coisidade” é a essência da consciência escrava - como havia sido a essência de sua situação jurídica sob o Code Noir” (Buck-morss, 2017, p. 86). Essa busca do negro pelo reconhecimento como sujeito social transformou o sistema colonial no Haiti, em razão de que as pessoas escravizadas passaram a reivindicar sua autonomia política e, assim, construir um projeto de liberdade universal, que “[...] não se realizou por meio das ideias, nem mesmo pelas ações revolucionárias dos franceses, mas sim graças às ações dos próprios escravos” (Buck-morss, 2017, p. 57),

De fato, os negros assumiram algum protagonismo, ao passo que muitos pereciam e outros se erguiam a favor da sua liberdade. Mackandal foi um líder africano vindo da Guiné que suscitou medo nos colonialistas, buscando unir os negros e banir os brancos da colônia por meio do envenenamento. No entanto, Mackanddal, Toussaint Louverture, Dessalines e outros líderes insurgentes, que se levantaram contra a imposição dos colonizadores, revelaram-se para o mundo colonial como eficientes estrategistas militares e articuladores de massas, os quais mobilizaram as pessoas escravizadas com um discurso de convencimento "[...] dotados de forte carisma e energia, arrebanhavam multidões de seguidores e várias vezes, enganou interlocutores europeus" (Morel, 2017, p. 64).

As manifestações dos escravizados contra o sistema escravista alcançariam maiores proporções, ao passo que alguns revoltosos fugiram e estabeleceram-se nas montanhas do Haiti. Conhecidos como Marrons, organizaram pequenos quilombos em locais de difícil acesso, formando uma sociedade alternativa, que praticava a agricultura de subsistência e cultivava seus rituais religiosos. A marronnage desafiou as autoridades coloniais com esse modelo de resistência muito parecido com os quilombos do Brasil, pois conseguiu unir e estruturar os cativos nas montanhas. Nesse contexto, era a "[...] forma de rebelião mais poderosa que inventaram os trabalhadores escravizados para enfrentar o sistema colonial/moderno até superá-lo foi a marronnage" (Seguy, 2014, p. 234). Podemos perceber nesse movimento ações políticas importantes para futura conquista da independência do Haiti.

Conforme a história possibilita-nos observar, prosperidade econômica não é garantia de estabilidade social, e o historiador Cyril Lionel Robert James (2010) afirma que foi a prosperidade do Haiti que levaria esse país à revolução. De fato, nenhuma colônia "[...] do globo produziu, em proporção com as suas dimensões, tanta riqueza quanto a colônia de São Domingos" (James, 2010, p. 56). O comércio de negros e o

modelo cruel de produção estabelecido pelos franceses estavam fortemente ligados à ascensão econômica da metrópole no século XVIII.

Analisando a conjuntura socioeconômica que se estabeleceu no Haiti pré-revolucionário, temos um contexto favorável para uma eclosão social. Somaram-se, então, o aumento expressivo do tráfico negreiro para a colônia e o descontentamento dos escravizados com o sistema violento determinado por parte das elites. Para tal, é necessário esclarecer que a revolução do Haiti foi integralmente programada pelos escravizados. Logo, foram usadas diferentes táticas de resistência e a preparação não foi um ato impensado. Os colonizadores, por sua vez, pensavam ser impossível que os negros tivessem inteligência para tanto, já que "[...] esses brancos menosprezavam demais os escravos para acreditar que fossem capazes de organizar um movimento em larga escala" (James, 2010, p. 92).

Todavia, é importante salientar que "[...] foi em meio à proibição religiosa e ao silenciamento imposto que o grito da revolução ganhou fôlego durante as madrugadas no interior das montanhas de São Domingos" (Dalberto, 2015, p. 26). No dia 22 de agosto de 1791, em um ritual de vodu, no alto de uma montanha o juramento de liberdade tinha sido oficializado, e o plano libertário que inspirou a maior luta da história haitiana seria colocado em prática. Nesse excerto, vamos transcrever um trecho da oração registrada pelo historiador James (2010, p. 93) em que o líder haitiano Bouckman proferiu naquela noite: "o deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus que é bom para conosco, ordenamos que nos vinguemos das afrontas sofridas por nós".

Na expressão do historiador norte-americano Eugene Genovese, os conflitos no Haiti passaram de rebelião à revolução a partir do momento em que os negros tomaram as ações pela emancipação de forma organizada. Com isso, os embates alcançaram proporções de uma guerra civil entre "[...] opressores e a dos oprimidos: uns lutavam para manter a escravidão, outros para erradicá-la"(Morel, 2017, p. 92). De fato, os franceses não imaginaram que pudessem ter tamanho insucesso contra os rebelados no levante organizado por Bouckman, que provocou "[...] uma mudança na percepção dos europeus sobre as revoltas de escravos, não mais vistas como uma sucessão de rebeliões de cativos, mas como uma extensão da revolução europeia" (Buck-morss, 2017, p. 58).

O historiador Marco Morel (2017), em suas reflexões, permite-nos levantar alguns questionamentos para tal análise, como: teriam sido, de fato, as ideias abolicionistas ou os reflexos dos acontecimentos na metrópole que encorajaram ou, de certo modo

ensinaram as pessoas escravizadas a se rebelar? O historiador parte da análise irrefutável de que a manutenção do projeto escravista na colônia era extremamente lucrativa e, por isso, deveria ser mantida. Logo, fica evidente que a crise política instaurada na metrópole facilitou a destruição das estruturas coloniais no Haiti.

Entretanto, é de extrema importância analisar o trabalho do negro como ator social ao quebrar o sistema de dominação colonial, pois, "[...] por meio da união de massas, foi a coesão da sociedade haitiana, os negros e mulatos, que sustentou as duas revoluções" (Martins, 2019, p. 43).

Nesse sentido, é importante pontuar que a história é uma ciência em construção, que analisa avanços, permanências e, sobretudo, rupturas; portanto, necessita de uma metodologia científica, com o intuito de evidenciar as ações do homem ao longo tempo. Ao analisar a independência haitiana pela especificidade apenas dos heróis, os estudos históricos tornam-se ineptos. Sendo assim, é mais coerente ”[...] enxergar fatores recíprocos de contatos, repercussões e transformações do que atribuir apenas a um dos polos a predominância da dimensão revolucionária” (Morel, 2017, p. 86). Portanto, os reflexos dos ideais iluministas no Haiti precisam ser problematizados, pois existem algumas nuances que necessitam ser levadas em consideração, uma vez que a História é um termo polissêmico, “[...] o que significa que possui significados variados. Devido a isto, convém deixar sempre bem claro em qual sentido está sendo empregado em cada contexto do seu uso” (Cardoso, 1986, p. 25).

O legado haitiano de “primeira nação negra independente”, construída a partir de uma revolta organizada diretamente por pessoas escravizadas, ganhou legitimidade no mundo colonial e passou a assolar o imaginário dos senhores de escravizados. De fato, a Revolução Haitiana abriu caminho para outros movimentos abolicionistas por toda América Latina, seja de forma gradual, por meio de concessões e acordos entre colonos e escravizados, seja de forma inesperada e violenta, como foi o caso do Haiti. Além disso, “[...] mencionar ou ouvir o nome do Haiti no Atlântico durante a era revolucionária implicava em se referir a uma vasta gama de possibilidades: revolução, violência, extermínio, vingança, liberdade” (Ferrer 2012, p. 39).

Em relação à Revolução Haitiana e suas reproduções em outras sociedades coloniais, é importante analisar o texto redigido pelo padre Grégoire, em 1791, “[...] que um dia nas costas das Antilhas o sol só iluminará homens livres e que os raios do astro que espalha a luz não cairão mais sobre ferros e escravos” (Grégoire, 1791 *apud* Morel, 2017, p. 144). Percebemos nas narrativas do padre francês um prelúdio aos

acontecimentos do Haiti, que desencadeariam na independência da colônia e seriam difundidas pela América colonial. Contudo, cabe analisar que tais narrativas passam a ser vistas pelos senhores como "[...] "ideias perigosas" que chegavam da Europa e do Caribe por meio de Caiena, referentes sobretudo à Revolução Francesa, à Revolução de São Domingos" (Gomes; Soares, 2002, p. 133).

Conforme o sociólogo Paul Gilroy (2001), os episódios em São Domingos agitaram o mundo colonial e criaram possibilidades de implantar as ideologias sediciosas por toda a América. Segundo o autor, foi a partir da exportação de ideias e experiências transatlânticas e interculturais, analisado como Atlântico negro, que as pessoas escravizadas articularam visões de liberdade ligando a Europa, América e África, entre os séculos XVI e XIX. Era um período no qual "[...] periódicos ainda eram poucos, mas as fofocas muitas, o Haiti frequentou as manchetes e as boticas — local dileto para difusão das últimas novas. Comentavam-se à solta as rebeliões escravas que assolavam a ilha" (Schwarcz; Starling, 2015, p. 189).

Dessa forma, podemos perceber que os escravizados não estavam desconexos dos acontecimentos do mundo colonial, e o Atlântico foi um propagador dessas ideias, constituindo num espaço social "[...] comunicações, de gestão de culturas étnicas, de criação de linguagem e percepções políticas originais. A partir dos navios e portos seriam criados outros espaços para o surgimento de mais personagens" (Gomes; Soares, p. 140). De fato, as trocas de experiências nessas embarcações para tal época, em que os periódicos eram de difícil acesso, configurou-se em um veículo informativo, que suscitou medo das elites coloniais, pelo fato de exportar a revolução e poder reproduzir outros Haitis pela América.

Entretanto, a existência de um Haiti independente no contexto que vigorava na América Latina escravocrata traria implicações à ordem dominante das nações imperialistas. Como ocorreu nos Estados Unidos, que recusaram aceitar o Haiti como nação independente, além de coibirem o comércio marítimo do país, por meio da Lei do Embargo. Em se tratando dos norte-americanos, alguns pesquisadores têm defendido que o "[...] medo causado pela revolução do Haiti ajudou a acabar com o comércio de escravos para aquele país, enquanto que para Cuba, insiste-se que, apesar do medo, a revolução levou a um aumento do tráfico negreiro" (Dubois, 1954 *apud* Ferrer, 2012, p. 39).

A sublevação no Haiti provocou profundas mudanças na economia da região e da América Latina. Dentro desse contexto, Cuba forneceu bases fecundas para tal análise, devido à sua proximidade geográfica, "[...] ali tinha-se pleno conhecimento da revolução.

De fato, o ponto mais a leste da ilha ficava a apenas oitenta quilômetros do Haiti" (Ferrer, 2012, p. 39). Portanto, em Cuba, a Revolução Haitiana foi vista como um perigo imediato, não só pela iminência geográfica, ou pelo fato de estar na rota de migração, mas, sobretudo, pelo projeto econômico desenvolvido no Haiti ser muito semelhante ao reproduzido em Cuba, o que poderia refletir no projeto escravista da colônia.

No entanto, os impactos da Revolução Haitiana nas possessões inglesas tiveram reflexos distintos, como foi visto anteriormente em Cuba, as produções de açúcar e café aumentaram, em virtude de uma maior demanda do mercado mundial. Era desse modo que as elites inglesas ambicionavam reproduzir em Cuba uma colônia aos moldes de São Domingos. Todavia, na Jamaica – uma das colônias inglesas mais prósperas no Caribe – os rendimentos diminuíram consideravelmente, tendo em vista que, após a insurgência haitiana, os impactos no comércio açucareiro foram múltiplos, pois "[...] influiu sobre os preços do açúcar e gerou um grande medo de que uma insurreição daquela escala acontecesse em outros lugares da América escravista" (Nascimento, 2008, p. 126).

Com base nos acontecimentos do Haiti, os movimentos contra a escravidão multiplicaram-se por toda a América. O historiador Eugene Genovese (1983) analisa que, a partir do século XVIII, o conteúdo histórico das revoltas de pessoas escravizadas alterou a configuração, deixando de lado as tentativas de assegurar a liberdade, para exterminar por completo a escravidão no mundo colonial. O autor analisa a revolta dos Estados Unidos, que ficou conhecida como Gabriel's Rebellion, evento este liderado por "[...] Gabriel Prosser e Denmark Versey, respectivamente em 1800 e 1822, quando voltaram do Haiti, se inspiravam nos acontecimentos de lá para as suas próprias ações" (Logis, 2015, p. 29). Entretanto, a revolta foi descoberta mesmo antes que ocorresse, e os líderes insurgentes foram punidos para que outros movimentos não fossem influenciados, externando o medo que as elites coloniais tinham do Haiti revolucionário.

Considerações finais

Portanto, é premissa desta discussão teórica preservar na memória as raízes culturais das pessoas escravizadas, que, por intermédio de uma revolta sociorracial bem-sucedida, estabeleceram-se no cenário internacional como a primeira nação negra independente das Américas. Sendo assim, cabe elucidar que o levante revolucionário da antiga colônia francesa foi de caráter inaugural no sistema escravista mundial, pois não houve outra insurreição semelhante, uma vez que as classes oprimidas assumiram o

protagonismo, alcançaram o poder político da ilha, e, principalmente, o sistema escravista foi suprimido. Contudo, o legado de nação independente é marcado por períodos de recessos diplomáticos e frequente investidas dos franceses, ingleses e dos americanos, tal como a inserção de outros mecanismos de controle que visavam reinventar valores coloniais e deslegitimar a hegemonia de civilidade do Haiti pós-independente.

A negativa em admitir o Haiti como uma nação independente expôs a inabilidade dos franceses em aceitar a derrota. Consequentemente, a aceitação da ex-colônia francesa como um estado independente viria no ano de 1825, mediante altas taxas de juros. A política de entrincheirar o Haiti também foi colocada em prática pelos Estados Unidos, que o viam como um mau exemplo a ser seguido, em razão de que em muitos dos Estados norte-americanos, a escravidão ainda era empregada. Em se tratando dos norte-americanos, alguns pesquisadores têm defendido que o "[...] medo causado pela revolução do Haiti ajudou a acabar com o comércio de escravos para aquele país, enquanto para Cuba, insiste-se que, apesar do medo, a revolução levou um aumento do tráfico negreiro" (Dubois, 1954 *apud* Ferrer, 2012, p. 39).

Sendo assim, é importante pontuar que as reações da Revolução Haitiana em outros territórios em que a escravidão ainda era vigente foram distintas, como foi visto em Cuba, as produções de açúcar e café aumentaram, em virtude de uma maior demanda do mercado mundial. Todavia, na Jamaica uma das colônias inglesas mais prósperas no Caribe, os rendimentos diminuíram consideravelmente, tendo em vista que, após a insurgência haitiana, os impactos no comércio açucareiro foram múltiplos, visto que o preço do açúcar desvalorizou e o medo de que uma insurreição aos moldes da haitiana acontecesse em outros lugares da América. Entretanto, independentemente das questões econômicas enfrentadas pelo Haiti pós-revolucionário, inúmeras transformações no âmbito social da América Latina foram conduzidas a partir desse movimento sociorracial.

Referências

BUCK-MORSS, Susan. **Hegel e o Haiti**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 edições, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à História**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

DALBERTO, Germana. **Para além da colonialidade***:* os desafios e as possibilidades da transição demográfica no Haiti (2015). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150622105955/artigo_final.pdf. Acesso em: 14 jun. 2024.

DORIGNY, Marcel, GAINOT, Bernard. **Atlas das Escravidões***:* Da antiguidade até nossos dias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira; Cartografia de Fabrice Le Goff. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017 (Coleção África e os Africanos).

FERRER, Ada. A sociedade escravista cubana e a Revolução Haitiana. In**: Almanack**. Guarulhos, n.03, p.37-53, 1o semestre de 2012 Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/alm/n3/2236-4633-alm-03-00037.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola.1996.

FURLIN, Neiva. *É possível uma Sociologia do Sujeito?* uma abordagem sobre as Teorias de Foucault e Touraine. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta (org.). **Sociedade Educação**: dilemas contemporâneos. Porto Alegre: Ufrgs, 2012. p. 274 - 311.

GENOVESE, Eugene D. **Da rebelião a revolução**. São Paulo, SP: Global, 1983.

GILROY, Paul. **O atlântico negro***: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GOMES, Flávio; SOARES, Carlos Eugênio. **Sedições, haitianismo e conexões no Brasil***:* outras margens do atlântico negro. **Novos Estudos**, CEBRAP, v. 63, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. 36a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**. Trad. Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.

LAS CASAS, Bartolomé de. **O paraíso destruído***:* a sangrenta história da conquista da América Espanhola. Porto Alegre: LP&M, 1996.

LOGIS, Berno. **A Revolução do Haiti de 1791-1804***:* Influências e impactos sobre as outras colônias nas Américas, o caso do Brasil. 2015. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual de Campinas - SP, 2015. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=001063965&opt=1. Acesso em set. 2024.

MARTINS, Dayqueline Cortez Gomes. **Haiti no contexto regional e geopolítico***:* uma abordagem sobre os desafios para a (re)construção do Estado Nacional e a Minustah (2017) - Foz do Iguaçu, PR, 2019.

MACLEOD, Mudo J. **Aspectos de la economia interna de la América Española colonial***:* fuerza de trabalho, sistema tributario, distribución e intercambios. In: BETHELL, Leslie. História de América Latina. 3. América Latina Colônia: Economia. Barcelona: Cambridge University Press/Editorial Crítica, 1990.

MOREL, Marco. **A revolução do Haiti e o Brasil escravista***:* o que não deve ser dito. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

NASCIMENTO, Washington Santos. *"São Domingos, o grande São Domingos":* repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791–1840). **Dimensões**. Vol. 21 – 2008. p. 125 –142. Disponível em: http://www.pordentrodaafrica.com/wp-content/uploads/2015/08/Batalha-Haiti.pdf. Acesso em: 6 jul. 2024.

PÉROLA DAS ANTILHAS. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129. Acesso em: 22 jun. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2005. p. 107-126.

SCHWARCZ, Lilia M; STARLING, Heloisa M. **Brasil uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGUY, Franck. **A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti**. 2014. 399 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

SOARES, Carlos Eugênio; GOMES, Flávio. Sedições, Haitianismo e conexões no Brasil escravista outras margens do Atlântico negro. In: **Novos Estudos CEBRAPN**.° 63, jul. 2002, p. 131-144. Disponível em: https://docplayer.com.br/6541115-Sedicoes-haitianismo-e-conexoes-no-brasil-escravista-outras-margens-do-atlantico-negro.html. Acesso em: 22 jun. 2024.

TOURAINE, Alain. **Um novo Paradigma para compreender o mundo hoje**. 3a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

A REAL FEITORIA DO LINHO CÂNHAMO DO FAXINAL DO COURITA

Günter Weimer

O estabelecimento de uma Real Feitoria de Linho Cânhamo no Rio Grande do Sul correu por conta de iniciativa da corte lisboeta. Pelo que foi possível apurar na documentação existente no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, a ordem de sua fundação foi dada ao capitão e engenheiro militar Francisco João Roscio em fevereiro de 1781 quando o mesmo se apresentou no comando militar de Lisboa solicitando transferência imediata para o Brasil por estar jurado de morte por seu sogro e seu cunhado.

Efetivamente, Roscio viera para ao Brasil em 1767 como integrante da companhia do coronel dinamarquês Jacob Funck, depois de uma separação inamistosa de sua mulher. Durante sete anos serviu em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul onde foi reconhecido por seus feitos na reconquista de Rio Grande e a expulsão dos castelhanos de Cevallos. Em 1779 solicitou licença para retornar a Portugal com a intenção de se reconciliar com sua mulher. Este desejo não pôde ser alcançado pela indisposição com os familiares da mulher que resultou em seu intempestivo retorno ao Brasil.

Quando de sua apresentação no comando militar em Lisboa em fevereiro de 1781 recebeu o encargo reservado para criar no Rio Grande do Sul, uma feitoria para o cultivo do linho cânhamo. Nesta ocasião lhe foram repassadas as sementes da planta acompanhado de ordens de que este cultivo deveria ser restrito à real fazenda e não poderia ser repassado a particulares. Mais do que isso, a produção deveria ser enviada integralmente à corte de Lisboa incluindo "a rama". Oficialmente, a produção do cânhamo se destinava à produção de velas para os navios e de cordoaria correspondente.

Chegando ao Rio de Janeiro, o vice-rei Luiz de Vasconcelos e Sousa incumbiu Roscio de outras tarefas e repassou a fundação do empreendimento ao capitão Antônio José Machado de Moraes Sarmento, em julho de 1783, com a recomendação de que o mesmo fundado "longe das estradas, povoações, campamentos, quartéis e de qualquer outra vizinhança, para que não sirvam estas de couto[122] e asilo para os escravos"[123]. Em outubro do mesmo ano foi criada a Feitoria e Estabelecimento do Cânhamo no Rincão de

[122] É deveras surpreendente este argumento visto que o termo "couto" tem o significado de abrigo ou esconderijo. Ora, o faxinal era operado por mão de obra escrava, logo se torna difícil entender como um escravo fugitivo pudesse se abrigar num local em que pessoas de sua condição eram obrigados a trabalhar sem remuneração.
[123] SANTO, Miguel Frederico espírito: *Parecer18/1993* do Conselho Estadual de Cultura, p.57

Canguçu, nas circunvizinhanças de Pelotas. A localização deste sítio é controversa. Segundo as estimativas mais confiáveis estaria estabelecido entre dois e quatro quilômetros de distância da confluência dos arroios de Correntes com o do Tigre, nas imediações da atual Vila de São José do atual município de Turuçu.

Desde logo, este empreendimento apresentou problemas. Em 20 de setembro de 1784 Francisco Xavier da Cunha Pegado assumiu o cargo de inspetor da feitoria quando deixou registrado que havia surgido contínuas desordens que impossibilitavam a prosperidade do empreendimento. Certamente, havia outras razões que corroboraram neste insucesso. O fato de estar localizado afastado dos poucos estabelecimentos até então existentes, as dificuldades de acesso ao empreendimento, a umidade do terreno pouco apropriada para o cultivo do linho cânhamo, a necessidade de criar um porto na Ilha da Feitoria, hoje de Canguçu, a determinação de que a produção deveria ser enviada a Porto Alegre de onde a produção deveria ser enviada a Lisboa[124] uma vez que seria muito mais lógico que ela fosse enviada diretamente a Lisboa por via de Rio Grande que era um porto marítimo e ficava muito mais perto, são razões que não podem deixar de ser levadas em consideração. Devido a doença, Cunha Pegado foi substituído por Antônio Machado de Moraes Sarmento que se incumbiu de providencias da transferência da feitoria para o Faxinal do Courita entre setembro de 1783 e janeiro do ano seguinte.

Por "faxinal" entendia-se um "campo de pastagem entremeado de arvoredo esguio". "Courita" era o adjetivo pátrio de uma pessoa originária da região de Coura, em Portugal. Efetivamente esta era a terra de nascimento de José Leite de Oliveira, por isso cognominado de "o courita", o proprietário daquele faxinal e que estava disponível em decorrência do seu falecimento.

Este sítio apresentava melhores condições de ocupação ainda que estava estabelecido a mais de trinta quilômetros de Porto Alegre que somente há uma década havia se tornado a sede governamental da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. Estabelecido na margem oriental do Rio dos Sinos, permitia o acesso direto de embarcações o que favorecia o transporte da produção além de apresentar terras mais férteis e secas que as arenosas margens da Laguna dos Patos. Este estabelecimento esteve em atividade de 1784 até sua desativação na véspera da chegada da primeira leva de imigrantes alemães, em meados de 1824. Ou seja, durante quarenta anos.

[124] SANTO, Miguel F, E.: Idem ibidem, p. 59

Tratava-se, portanto, de um empreendimento com características especiais: a atividade econômica da capitania era o pastoreio do gado. Com a imigração açoriana instituiu-se um modelo alternativo de exploração agrícola baseado, fundamentalmente, na cultura do trigo em glebas de propriedade privada cujo tamanho variava entre um quarto e três quartos de légua em quadra. Segundo aceitação generalizada, este modelo não vingou devido ao ataque de uma praga denominada de "ferrugem" que devastou as plantações. Devido a isso, os açorianos teriam passado a se dedicar prioritariamente ao pastoreio o que não exclui o fato de terem continuado a trabalhar na agricultura, especialmente, na cultura de hortifrutigranjeiros. Nestas condições, a cultura do linho cânhamo se constituiu num modelo alternativo de um empreendimento agrícola estatal, com base na mão de obra escravizada e de rígida proibição de seu cultivo por particulares. Tratava-se, portanto, de uma atividade totalmente diferenciada dos empreendimentos agrícolas praticados no resto da colônia, notadamente, na agricultura do arroz em São Paulo e da cana de açúcar, no nordeste. Todas elas dependiam da mão de obra escravizada. Daí ser surpreendente a determinação de que somente o cultivo do cânhamo que era totalmente restritivo à iniciativa estatal.

Daí surge uma questão intrigante: se havia total liberdade no exercício de qualquer atividade econômica da qual a coroa lucrava através da cobrança de impostos, quais teriam sido as razões de agir de forma diametralmente oposta em relação ao linho cânhamo? Mais do que isso: por que foi dada ênfase ao fato de que toda a produção fosse enviada a Lisboa, incluindo até as folhas do vegetal?

Estas sutilezas começaram a ser esclarecidas quando foi constatado que o nome científico do linho cânhamo era *Cannabis sativa* e que era mais comumente conhecido por maconha. Tratava-se de uma espécie vegetal mundialmente conhecida pela qualidade de suas fibras que encontravam consumo na confecção de tecidos e, mais do que isso, suas folhas encontravam emprego medicinal como narcótico e das sementes é extraído o óleo de linhaça. Tudo isso, no entanto, não justifica os extremos cuidados em evitar a socialização de sua produção. Estes pudores surgiram no fato de que seu emprego ultrapassou o âmbito da medicina e passou a ser como estupeficante. Seu consumo continuado causava dependência que, por sua vez, conduzia a uma progressiva debilitação das forças físicas do consumidor. Esta parece ser uma das razões mais convincentes do surgimento de desavenças entre a mão de obra escravizada nas dependências da feitoria. Em verdade, esta erva já era conhecida na África e utilizada em cerimônias religiosas por ser considerada planta votiva de Exu. Certamente também tinha

consumo fora do âmbito devocional posto que era conhecido por larga sinonímia como bengue, diamba, fumo de Angola, ganja, gonlo, hemp, kaya, liamba, macanha, marica, marijuana, maruamba, muta, nadiamba, pango, tabanagira e outros[125]. Parece óbvio que o termo "maconha" constitui uma corruptela do vocábulo africano "macanha". Diante destes fatos, as dificuldades surgidas na condução da implantação da feitoria em Canguçu devem estar relacionadas com a consumo abusivo da erva pela mão de obra que encontrava alívio em suas tarefas de trabalho não compensatórias. Em que medida esta questão se refletiu ou foi contornada na feitoria do Faxinal do Courita é um tema a ser investigado.

Por outro lado, também fica explícito as razões pelas quais era exigido o envio das folhas da planta posto que era de seu consumo na forma de cigarro do qual advinham os efeitos estupeficante. É sobejamente conhecido o fato de que a exploração das riquezas das colônias, especialmente do Brasil, teve um efeito devastador sobre a nobreza portuguesa que chegava a decretar quinze dias de feriados por mês embalado nos ganhos advindos da espoliação das terras conquistadas. Certamente, com tanto tempo disponível para atividades perdulárias, o consumo de estupeficante se constituía numa alternativa apreciada.

A Real Feitoria do Faxinal do Courita

Em julho de 1824 desembarcou em São Leopoldo a primeira leva de imigrantes alemães. Como se tratava de um empreendimento oficial do governo, esperava-se que já tivessem sido tomadas as providências necessárias para o alojamento do chegados. Isso, no entanto, não aconteceu. Somente em janeiro do ano seguinte terminou de ser feito um minucioso levantamento dos bens constituintes da feitoria o que indica que, até então, as instalações que deveriam servir de abrigo para ao imigrantes ainda não estavam liberadas. Por meio de um ofício datado de 14 de maio de 1825, sabe-se que somente naquela data as medições dos terrenos destinados aos imigrantes estavam ultimadas e que, até então, os colonos estavam arranchados em choupanas que haviam sido construídas com o auxílio estatal. Isso significa que somente dez meses depois da chegada, os primeiros colonos passaram a ser assentados nos lotes prometidos. Até então já haviam chegado um contingente de 81 imigrantes em novembro de 1824, outro de 62 componentes em

[125] Esta terminologia foi levantada por LOPES, Nei: *Diáspora Africana*, São Paulo, Selo Negro, 2004, p. 404.

fevereiro de 1825, um terceiro, de 77 integrantes em março de 1825 e um quarto, composto por 123 pessoas chegaram em 21 de maio do mesmo ano. Isso significa que, somados aos 45 componentes da primeira leva, era 389 pessoas que estavam à espera de realocamento para seus lotes quando as medições foram (parcialmente) concluídas[126].

A documentação sobre os quarenta anos de funcionamento da feitoria existe uma documentação do Arquivo Histórico do Estado que, todavia, se refere prioritariamente a estatísticas das transferências da produção para Lisboa. No entanto, pelos levantamentos dos bens constituintes da feitoria é possível avaliar com bastante precisão as atividades desenvolvidas na instituição até as vésperas de sua desativação em inícios de 1824. Por ofício datado de 14 de maio de 1825, sabemos que a área ocupada pela feitoria era de 17.646.940 braças quadradas o que corresponde a quase 413,4 km² contem terras agricultada e matas além de duas lagoas. Em seus campos havia 269 reses além de 151 bois mansos, 588 équas chucras e 217 cavalos mansos[127].

A existência da animais domados e bravios indica que eles eram criados tanto para os serviços de campo como para abastecimento de carne. Que estes animais eram criados em área específica fica evidenciado no fato de existirem "três senzalas cobertas de capim muito danificadas que servem na estância". A existência de uma "estância" atesta a existência de uma área específica para a criação destes animais o que fica bem evidenciado diante de seu apreciável número[128]. A existência de três senzalas específicas corresponde ao costume de implantar postos de observação e controle na periferia dos campos com pessoas encarregadas de conter os animais já que não era costume ou por dificuldade de cercar estas áreas, para evitar a evasão dos mesmos. Ao que nos consta, estes postos eram geralmente ocupados por homens livres (peões) já que lhes competia também supervisionar o movimento de pessoas que podiam ser escravos fugitivos. Neste caso, tratava-se de escravos com esta função posto que as construções eram denominadas de "senzalas". Era, portanto, cativos de confiança.

Nesta gleba havia diversas construções além das três senzalas apontadas. A mais importante era uma "casa com paredes de pedra, coberta de telhas, de dois lances, que serve de moradia e armazéns". Ela estava bem servida de mobiliário que constava de cinco mesas, três bancos, nove mochos, duas cadeiras, três catres (camas de couro

[126] ROSA, Gilson Justino da: *Imigrantes Alemães 1824-1853*, Porto Alegre, EST, 2005, p. 13 a 24
[127] Imaginamos que os animais que foram doados aos imigrantes eram provenientes destes planteis.
[128] Seria este local o que deu origem à sede do município de Estância Velha?

sustentadas por pilares fincados no chão), várias caixas de variadas dimensões, duas panelas, duas armas de fogo e um trabuco.

Uma segunda casa velha, também de tijolos, servia a atafona. As demais construções tinham consistência precária o que se deduz de seu preço aviltado. Uma capela de tijolos ainda "incompleta" (com construção por concluir?) era provida de numerosos complementos dentre os quais os mais valiosos um cálice com colher de prata, um altar coberto com tecido em relevo (damasco), um missal, paramentos de duas cores e alfaias, 59 senzalas velhas além das três citadas eram cobertas de capim. Normalmente, uma senzala era uma construção em fila composta de vários cubículos cada qual habitado por um determinado número de escravos de mesmo sexo. Neste caso, parece que se atribuía esta denominação a casas isoladas, cada qual destinada a uma família o que corresponde ao número de famílias apontadas – como se verá adiante – em número de 68, das quais dez eram formadas por pessoas solteiras (sic). Isso deve significar que cada família habitava uma casa isolada. Uma olaria muito danificada era coberta com capim à exceção do forno que era protegido por telhas. Nela foram encontradas duas fôrmas de ferro e seis de madeira para moldar telhas, dez, de madeira para moldar tijolos. Havia uma casa que servia de quartel (possivelmente, dos feitores responsáveis pelo controle da escravaria) que também apresentava defeitos devido ao uso prolongado. Uma ferraria muito danificada com 31 tipos de ferramentas entre as quais se destacam uma bigorna, um forno grande, quatro tenazes e tarraxas para a fabricação de parafusos. Embora não houvesse a citação da existência de uma construção específica para uma carpintaria, o certo é que ela existia e estava muito bem aparelhada contando com duas bancas de carpinteiro, vários tipos de serras, martelos, verrumas, guilhermes, plainas, limas, enxós, cinteis, formões e outros que não puderam ser identificados, num total de 54 tipos de ferramentas diferenciadas. Certo é que ela estava tão servida como a ferraria que contava com 55 tipos de ferramentas e móveis. Isso se justifica pelo fato de que as embalagens de produtos como o linho cânhamo, eram de madeira. As ferramentas de pedreiro eram, surpreendentemente, escassas, limitando-se a três martelos, três colheres, três prumos e um marrão (martelo pesado para quebrar pedras).

Uma situação especial ocupava a botica (farmácia) cujos apetrechos eram compostos de diversos tipos de vidros, funis, uma balança de precisão e medidas de latão. Talvez fosse junto a ela que ficava o "engenho de fabricar velas".

A cavalariça também estava muito danificada e coberta de capim. A construção que se encontrava em piores condições servia de açougue e também era coberto de capim.

A existência de em depósito de 87 couros dá uma dimensão do tamanho do abate de animais. Todavia, não havia indicações sobre o tratamento destes couros, se eram apenas salgados e secos ou se haviam sido curtidos.

Curioso é o fato de que, havendo uma olaria em funcionamento, a maior parte das construções ara coberta de capim que, mesmo sendo um material de altas qualidades isolantes, por ser composto orgânico, exigia sua total substituição devido ao apodrecimento a cada seis a oito anos de uso. Normalmente, as construções recebiam uma cobertura inicial de palha que era substituída por uma cobertura de telhas depois de sua deterioração. Este não foi o caso da feitoria posto que depois de uma existência de quatro décadas, deve ter havido várias substituições de palha por palha.

Em se tratando de uma fazenda de produção de linho cânhamo, era da mais alta relevância o ferramental utilizado no trato da terra. Para tal fim foram encontradas 60 enxadas em uso às quais devem ser acrescentada outras treze velhas, 52 machados, 40 foices roceiras, quatro foices para colher trigo ao lado de 40 foices quebradas, cinco arados, 40 facões, duas picaretas e outros tantos apetrechos menos expressivos.

Associado com isso estava a atafona com pedra para moer milho e trigo movida a força animal visto terem sido indexados dois pares de antolhos (peças que cobriam os olhos dos animais para evitar que fiquem mareados). Nela também se encontrava uma aparelhagem completa para a fabricação da farinha de mandioca (dita farinha da terra). Peça mais importante era o ralador de mandioca, complementado por um taxo de cobre, uma caldeira de três arrobas de peso (45 kg) onde a farinha era aquecida para a evaporação do ácido cianídrico, outro taxo de cobre de uma arroba e meio de peso, e um terceiro um 25 libras e outro, de 16 libras, seis caixas de madeira (provavelmente para o armazenamento da farinha), uma gamela comprida (certamente, para a lavagem da farinha) complementada com uma prensa (para comprimir a farinha molhada e assim extrair o polvilho).

Para a fabricação do linho cânhamo havia um engenho de sucupira e jacarandá que devia ser a alma do empreendimento posto que seu valor correspondia à metade do valor da construção do prédio principal. Além disso, este engenho era complementado com prensas, amassadeiras, espadelas, cavilhas de ferros que suportavam as gramas (ferros apontados para separar as fibras de seu tomento), ganchos, bancos, mesa, etc. Do mesmo modo, havia apetrechos para fiar e descer algodão entre os quais se contavam vinte rodas de fiar, quatro descaroçadores, sete tesouras, cinco teares, treze pentes, além de números apetrechos de utilidade não identificados. Por ocasião da realização do

inventário, havia 80 arrobas de linho cânhamo beneficiado em estoque, o que equivale a 1.200 kg. Tamanha quantidade mostra que a produção – embora artesanal – adquiria dimensões que poderíamos qualificar de "industrial". Para movimentar tamanhos volumes havia balanças com respectivos pesos de duas arrobas, meia arroba e de oito, quatro, duas, uma e meia libra.

A abundância de rodas de fiar, de teares e aparelhos de tecelagem indicam que esta produção não se limitava apenas ao atendimento do consumo interno. Outrossim, não fica evidente onde a aparelhagem de produção do linho cânhamo e da tecelagem de algodão estavam instalados. A existência de quatro descaroçadores de sementes de algodão acompanhado de uma "botija para guardar óleo" indica possivelmente que havia uma produção de óleo comestível.

Por isso, não é de todo infundada a hipótese de que havia um número de construções que transcendias às citadas no levantamento. A complexidade e o volume de fibras de linho cânhamo produzidos e de considerável quantidade de algodão estocado corroboram nesta suposição.

Da existência desta aparelhagem deduz-se que além das plantações de culturas além do linho cânhamo. A existência de uma atafona para moagem do milho e do trigo demonstra que havia cultura destes grãos. A parafernália destinada a produção de farinha de mandioca e de polvilho atesta que o cultivo desta raiz deve ter sido bastante extenso. A existência de uma complexa aparelhagem para a produção de tecidos de algodão igualmente atesta o cultivo de algodoeiros. A existência de um pomar com 269 laranjeiras e 26 limeiras certamente não se limitou apenas a estas duas variações de frutas – por sinal de origem alienígena – sem haver citação de uma única variedade das múltiplas frutas nativas. Ao lado deste pomar, havia uma horta onde havia 16 videiras. Por se tratar de uma fruta, sua citação deveria constar na do pomar. Se havia uma horta, fica demonstrado – em nosso entender – que aí devessem ser cultivadas variedades de verduras e de leguminosas.

Num capítulo de móveis avulsos que consta do inventário antes citado, extraímos mais dados sobre as atividades exercidas na feitoria. A existência de três canoas e um escaler (embarcação movida a vela) indica um uso intensivo na navegação no Rio dos Sinos. Para o uso da cavalaria havia 16 selas de couro, seis laços, 16 rédeas de tomar animais, seis bocais, 26 surrões, ferros de aparar cascos de cavalos e quatro "carros" (possivelmente carroças também para o emprego de bois).

A mão de obra

Pouco sabemos sobre os encarregados da administração da Feitoria de São Leopoldo. Como sua produção se destinava às cortes de Lisboa, a declaração da independência do Brasil levou ao fim desta exportação e, consequentemente, ao término das atividades. Diante dos problemas de reconhecimento do novo governo e das profundas transformações exigidas pelo estabelecimento de uma administração nacional, é fácil entender que o governo imperial dedicasse pouca atenção para o encaminhamento das atividades da Real Feitoria estabelecida em região afastada do centro administrativo de uma problemática província no extremo sul do país. Certo é que se optou pelo encerramento de suas atividades e o repasse de sua exploração à iniciativa privada de imigrantes centro-europeus já que experiências anteriores com a colonização de imigrantes desta origem apresentaram resultados positivos em assentamentos na região serrana do Rio de Janeiro e no sul da Bahia. O encargo de estabelecer a nova colônia coube ao presidente provincial José Feliciano Fernandes Pinheiro que nomeou José Thomaz de Lima administrador local do empreendimento. Estes receberam por encargo de encerrar as atividades, dar um encaminhamento dos bens deixados pelo empreendimento e dar novo encaminhamento à copiosa mão de obra servil existente no empreendimento. O repasse de instrumentos de trabalho aos novos ocupantes deve ter sido o menor dos problemas a serem enfrentado. Apelo contrário, dar encaminhamento à mão de obra escravizada deve ter sido um problema de alta complexidade já que ela deveria ser conduzida a outros destinos posto que o programa de colonização visava ser um substitutivo da ordem escravocrata.

Se a administração da feitoria nos últimos tempos havia sido desleixada como pode ser deduzido do péssimo estado de conservação dos bens imóveis como foi visto anteriormente, mesmo dispondo todos os recursos materiais para a conservação e/ou restauração destes bens, percebe-se que a situação da mão de obra escravizada não apresentava melhores condições. Senão vejamos:

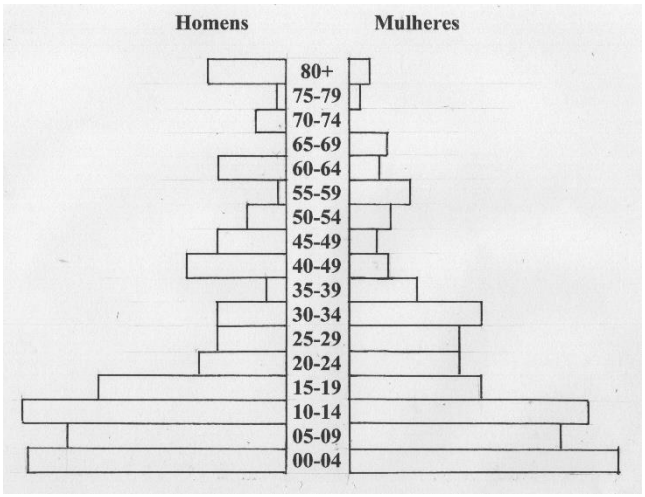
O plantel era composto por 316 pessoas dos quais 157 eram homens, 154 mulheres e 5 inocentes (crianças por batizar). O valor total desse plantel foi estimado em 39.904$200 reis, o que equivale a uma média de 123$900 reis por indivíduo. Um, por ter fugido e quatro por serem “imprestáveis”, eram tidos como sem valor. Inocêncio, de 24 anos, teve a maior cotação, de 204$400 reis. O preço variava em função da idade, mas não do sexo. Crianças de até três anos de idade valiam entre 12$000 e 38$000 reis; entre

oito e 12 anos o preço variava entre76$000 e 128$000 reis; quando as crianças chegavam à puberdade o preço pouco variava em torno 180$000 reis; este preço também valia para pessoas entre 30 e 55 anos; os sexagenários eram avaliados em cerca de 40$000 reis; pessoas acima de 75 anos tinha uma avaliação muito variada; acima de 85 anos, não tinham mais cotação de valor.

Estas avaliações valiam para o fim do período colonial quando ainda não haviam pressões para a restrições do comércio transatlântico de cativos. É sabido que neste período era mais econômico comprar um escravo adulto do que arcar com as despesas de sua criação até que se tornasse apto ao trabalho. Isso se refletia no desleixo com que as crianças eram tratadas em sua infância. Em vista disso, a mortalidade infantil era elevada e há suspeitas da prática de infanticídios. No entanto, não foi esta a forma observada no tratamento do plantel da Feitoria de São Leopoldo.

A pirâmide etária (tabela 1) dos escravos mostrou ser muito irregular o que, em parte, é devido ao pequeno número de integrantes do universo. Porém, a causa principal parece ser a falta objetividade na atribuição das idades de seus integrantes. Como será visto mais adiante, há fortes razões para supor que a maioria dos componentes fossem escravos de nacionalidades da África e, portanto, não se tinham como avaliar com segurança as idades efetivas.

Tabela 1 – Pirâmide etária dos escravos da Real Feitoria do Linho Cânhamo



Fonte: Termo de avaliação dos bens da Real Feitoria do Linho Cânhamo de S. Leopoldo

O mais chama a atenção nesta tabela é a hipertrofia numérica de crianças e adolescentes. Ao contrário do que seria de esperar, além de ser proporcionalmente muito

alto, atingida a idade adulta, observa-se uma subida retração dos integrantes. Isso não estava relacionado com problemas de mortalidade infantil pois esta deveria ser sentida na primeira infância, o que não é o caso. Tampouco tem a ver com infanticídio que também deveria ter se manifestado da em tenra infância. A explicação para a subida retração percentual dos jovens quando de sua chegada à maturidade possivelmente tenha a ver com a venda – talvez clandestina – de mão de obra a terceiros. Como esta redução é mais sentida em relação a mulheres, suspeita-se que as jovens fossem especialmente adquiridas para integrar o número de concubinas de patriarcas entre os quais a prática da poligamia era generalizada.

Chama a atenção o fato de que, no levantamento dos escravos, os mesmos estivessem ordenados segundo grupos familiares. 76 do total (ver tabela 2). Isso é surpreendente uma vez que a constituição de famílias de escravos passava por diversas adversidades. Em primeiro lugar a formação dos planteis passava pela imposição dos escravocratas que procuravam forma-los com base na heterogeneidade dos componentes como forma de dificultar a comunicação entre os cativos como forma de cercear eventuais levantes. Este procedimento obviamente viria a dificultar a formação de uma família devido à diversidade de preceitos religiosos entre os africanos no que diz respeito à conveniência ou objeção. O segundo entrave era o fato de que o reconhecimento da constituição de uma família dependia da vontade do dono que procurava evitar o consórcio já que os casamentos deveriam ser celebrados ao modo cristão e na religião oficial o casamento era indissolúvel. Isso impedia a eventual venda em separado do casal depois do consórcio. Por isso, a permissão para a efetivação de um casamento cristão era encarada como uma gentileza que o dono dos escravos só fazia em casos de excepcionalidade. Ademais, a existência de um casamento implicava que o casal deveria habitar numa moradia isolada o que se constituía num entrave para o controle comportamental da escravaria. Por fim, ainda implicava em questões afetivas posto que as escravas eram requisitadas como concubinas dos donos e/ou dos feitores como fica demonstrado nos altíssimos índices de miscigenação da população no período colonial.

Tabela 2: Número de integrantes das famílias

Nº de integrantes	Nº de famílias		Nº de integrantes	Nº de famílias
1 (solteiros)	10		6	10

2	12		7	9
3	15		8	4
4	6		9	1
5	7		10	2

Fonte: Termo de avaliação dos bens da Real Feitoria do Linho Cânhamo de S. Leopoldo

Levando em consideração que a sociedade se caracterizava por um acentuado machismo, é relevante o fato de que dez por cento das famílias eram encabeçadas por mulheres. Isto deve ser atribuído à persistência de costumes africanos onde as mulheres desempenhavam papeis de alta relevância na organização social

Diante destas evidências é por demais surpreendente que os escravos da Real Feitoria tivessem uma organização familiar explícita. E, por outro lado, isso também explicaria a profusão de crianças em seus quadros.

Por outro lado, também se constitui motivo de surpresa o fato de que apenas dez escravos terem sido classificados de "mulatos". Pela lógica, isso implicaria que todos os demais fossem negros e, dado às condições de facilidade com que eram adquiridos novos escravos, é de se supor, que, em bom número, fossem africanos nativos. Se assim fosse, certamente haveria uma explicação para as incoerências da pirâmide populacional apresentada.

A avalição dos preços dos indivíduos dependia do seu estado de saúde. As anotações sobre seu estado físico demonstram sua efetiva precariedade. Cinco indivíduos ou eram totalmente cegos ou tinham perdido uma das vistas; quatro eram "rendidos da virilha"; comum eram os indivíduos que apresentavam faltas de dedos dos pés ou das mãos; outros eram classificados como estuporados o que na linguagem da época queria dizer que eram alienados de suas faculdades mentais; outros eram aleijados, corcundas, coxos, surdos-mudos. Estes dados demonstram de forma inequívoca que as condições de vida desta população eram deveras precárias. Por falta de dados não foi possível averiguar a média de vida da população, mas a idade média na época da avaliação – tanto de homens como de mulheres – era de apenas vinte e três anos de idade!

Uma das formas mais efetivas de dominação era a determinação de aplacar a cultura dos cativos. Isso começava com o batismo em massa dos escravos ainda no porto de embarque na África uma vez que era proibida a entrada de pessoas não católicas na Colônia. Claro está que estas "conversões" eram apenas formais, mas a proibição da

prática de cultos africanos era proibida e a obrigação de participar de missas ou atos religiosos era obrigatória. Talvez a forma opressiva mais eficiente era a mudança dos nomes africanos dos cativos para nomes "cristãos". Esta prática também foi observada na Real Feitoria: na nominação de todos os componentes, salvo dos cinco "inocentes", não foi encontrado um único nome que pudesse ser identificado como africano. Os nomes mais comuns entre os homens eram Manoel (15 vezes), José (14 vezes), Antônio (13 vezes), João (11 vezes) e Francisco (10 vezes). Aqui transparece a nítida intenção de alienar seus nomes ao substituí-los por denominações extraídos do âmbito religioso: uma forma de matar dois coelhos com uma só cacetada. Os nomes das mulheres eram bem mais diversificados. O mais comum era o de Maria (26 vezes, quase sempre composto), Ana (6 vezes), Francisca, Joana e Angélica (5 vezes). Em se tratando de mulheres negras e escravizadas, nomes como Clara, Liberata, Felizarda, Felizberta, Felicidade pertencem ao âmbito do absurdo, para não usar termos mais incisivos.

Conclusões

Diversos fatores apontados mostram que a organização social imperante na Real Feitoria do Linha Cânhamo do Faxinal do Courita apresentava características sociais específicas e que a diferenciava das formas mais comuns das organizações produtivas da Colônia, apesar da manutenção da ordem escravocrata. A razão mais imediata, obviamente, decorria do fato de se tratar de uma organização estatal ao contrário das de iniciativa privada que se constituíam nas formas típicas de exploração de trabalho. Ainda que não tenhamos informações sobre a presença de clérigos na administração da Feitoria, admitimos esta possibilidade. Ainda que as práticas religiosas eram levadas com marcantes leviandades, certo é que a indissolubilidade do matrimônio era uma ordenação muito acatada.

Pela descrição das benfeitorias fica evidenciada o desleixo com que era conduzida a administração do empreendimento o que não significa que ele dispunha de plenas condições para a realização funcional de sua existência. Pelas descrições de seus equipamentos, fica evidenciado que sua produção tinha alta relevância e que funcionava a pleno vapor. Por esta razão, a resolução de terminar com a sua produção decorreu principalmente ou exclusivamente do fato de que as relações de exportação foram rompidas em decorrência da proclamação da independência do país. A alternativa de passar a sua administração para a iniciativa privada e, especialmente, de pequenas

propriedades familiares que se constituía numa forma completamente nova dentro da tradição governamental colonial/imperial, foi implementada como uma forma experimental condicionada por imposições do governo inglês que, depois de ter feito significativos acúmulos de capitais através do comércio de escravos, havia mudado sua orientação para uma política de livre mercado diante dos sucesso da industrialização do país. Como uma política de conquistar novos mercados, condicionados o reconhecimento da independência do Brasil e da concessão de empréstimos financeiro à substituição da escravatura pela livre iniciativa, como é de amplo conhecimento.

Também ficou evidente que as doações dadas aos imigrantes além das terras e constituídas por animais e ferramentas agrícolas eram existentes no patrimônio da feitoria. É de todo provável que a liquidação dos bens do estabelecimento consistiu no repasse deste material aos recém chegados.

Problema mais complexo deve ter o encaminhamento dado aos escravos depois da liquidação das atividades da feitoria. Como o objetivo da colonização era substituir o sistema escravocrata pela iniciativa privada familiar, seria absurdo repassar os escravos para a propriedade dos imigrantes. Dar uma ocupação a um contingente de mais de trezentas pessoas não deve ter sido uma tarefa fácil. Some-se a isso os interesses financeiros estimados em quase 40 contos de reis. Algum indicativo sobre a sorte (ou falta de) podem ser encontrados nas estatísticas sobre a população da Colônia de São Leopoldo assinada pelo Dr. Hillebrand em 1859. Aí consta que viviam na colônia 215 escravos (um contingente de 2/3 dos existentes na Feitoria aos tempos de sua liquidação) dos quais 86 estavam estabelecidos na vila e 34 em seu lado ocidental, 24 viviam na Feitoria Velha, 19 em Dois Irmãos, 15 na Picada Bom Jardim, 11 na Picada Hortêncio, dez em Mundo Novo e o restante, distribuído pelas demais colônias em menores quantidades. É possível que a maioria tivesse sido adquirida por proprietário de origem lusa, mas certamente os imigrados não ficaram isentos da tentação a se apropriar de tal força de trabalho que, na época, era tratada como uma mera mercadoria.

Sobre o cultivo do linho cânhamo há dados mais esclarecedores. Para os imigrantes, o cultivo do linho não era novidade, mas de variedades diferentes. De Flandres teriam importado sementes de uma variedade de fibras mais finas. Seu consumo de fibras, no entanto, ficou reduzido ao dos próprios plantadores. Uma exportação limitada (certamente, de folhas) era feita a droguistas e farmacêuticos do Rio de Janeiro e as sementes encontravam utilização na fabricação de óleo de linhaça que era vendida em Porto Alegre. Segundo o juízo do Dr. Hillebrand, por ser um produto de primeira

necessidade, o governo imperial deveria incentivar o seu cultivo. Em caso contrário, a tendência seria a de substituir a plantação do cânhamo por algodão.

Referências

Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Verband Deutsche Vereine, 1924.

LOPES, Nei. **Diáspora Africana**, São Paulo, Selo Negro, 2004

Os primórdios da Colônia Alemã de São Leopoldo. Reprodução facsimilar da Revista do Arquivo público do Rio Grande do Sul de 1924, São Leopoldo, Oikos, 2023.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**, São Leopoldo, Oikos, 2022.

ROSA, Gilson Justino da. **Imigrantes Alemães, 1824-1853**, Porto Alegre, EST, 2005.

SANTO, Miguel Frederico Espírito. **Parecer 18/1993**, Conselho Estadual de Cultura, Porto Alegre, 1993.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS

VIVÊNCIAS DOS DESCENDENTES DE ALEMÃES NO VALE DO RIO DOS SINOS DURANTE O ESTADO NOVO (1937-1945)

Fernanda Gälzer
Magna Lima Magalhães

Em 1824, os primeiros imigrantes alemães desembarcaram e estabeleceram-se na Colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, fato que marcou os primórdios da presença alemã no Brasil. Essa imigração deixou um legado na região, onde diversas cidades se desenvolveram e atualmente compreendem o Vale do Rio dos Sinos[129]. Os imigrantes trouxeram consigo não apenas suas habilidades agrícolas, mas também uma rica herança cultural, incluindo idioma, religiosidade, tradições e costumes, que foram preservados e mantidos ao longo das gerações. Atualmente, essa história é valorizada e celebrada, especialmente em meio às comemorações do bicentenário da imigração alemã, que são marcadas por diversos eventos e manifestações culturais.

Entretanto, durante o período do Estado Novo, que vigorou no Brasil de 1937 a 1945, uma sombra pairou sobre essa comunidade e suas tradições. O governo, sob o comando de Getúlio Vargas, empenhou-se em um projeto de nacionalização que visava assimilar as populações de descendência estrangeira à identidade brasileira predominante, conhecido como Campanha de Nacionalização. Diversas estratégias foram adotadas para promover essa assimilação, valorizando uma identidade considerada "brasileira" em detrimento da pluralidade étnica existente no País. O Estado Novo caracterizou-se por um regime autoritário, centralizador e intervencionista, e utilizou meios coercitivos para impor suas políticas de nacionalização e integração.

Diante desse contexto, torna-se relevante analisar o impacto dessas políticas sobre a população de descendentes de alemães no Vale do Rio dos Sinos. Para isso, este estudo objetiva analisar as estratégias de adaptação e resistência adotadas no cotidiano da população descendente de alemães no Vale do Rio dos Sinos, considerando o contexto da Segunda Guerra Mundial (1937-1945, diante das políticas estadonovistas[130].

[129] A região do Vale do Rio dos Sinos compreende parte da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. De acordo com o Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), a localidade fica na região metropolitana de Porto Alegre/RS e compreende as atuais cidades de Araricá, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Esteio, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul.

[130] O texto é pautado na dissertação de mestrado da primeira autora, defendida em dezembro de 2019, no Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais, da Universidade Feevale: "O

Para alcançar esse objetivo, adotou-se a abordagem da História Oral, por meio de entrevistas com sete moradores descendentes de alemães da região, cujas idades variam de 75 a 100 anos, que viveram durante o período ou que possuem conhecimento histórico relevante acerca desse contexto[131]. Foram investigadas as mudanças nas relações sociais, na fala e na religiosidade da população descendente de alemães no Vale do Rio dos Sinos durante do Estado Novo.

As narrativas desses entrevistados revelaram as experiências vividas pela comunidade, bem como suas estratégias de adaptação e resistência. A análise desses diferentes aspectos permite uma maior compreensão das estratégias de adaptação e resistência adotadas por essa comunidade frente às políticas do período estadonovista.

O Estado Novo e a Nacionalização

O Estado Novo foi marcado por um governo ditatorial liderado por Getúlio Vargas. Esse período está inserido na chamada Era Vargas (1930-1945), a qual marcou uma significativa alteração política no Brasil, iniciada com a Revolução de 1930. Naquele contexto, Vargas ascendeu à presidência, assumindo o papel de chefe da Nação, após um golpe que depôs o então presidente, Washington Luís. Em 1937, com o objetivo de se manter no poder, Vargas articulou um golpe, associado à proposta de um projeto político revolucionário para restaurar uma nação grandiosa, inaugurando, assim, o Estado Novo. Foi um período caracterizado pelo controle político, social e cultural (Capelato, 2003), no qual os direitos civis e políticos foram frequentemente desrespeitados, enquanto os direitos sociais, especialmente os ligados ao trabalho, foram promovidos (Gomes, 2021), como a regulamentação e ampliação da legislação trabalhista (Vianna, 2023).

Durante esse governo de Vargas, buscou-se disseminar uma identidade considerada brasileira para toda a população. Nesse contexto, os descendentes de imigrantes eram vistos como um problema, pois não se encaixavam na caracterização considerada ideal de brasileiros. Por isso, o Governo direcionou seus esforços para nacionalizá-los, adaptando-os ao meio nacional.

---

cotidiano de imigrantes alemães e de seus descendentes durante a campanha de nacionalização, no Vale do Rio dos Sinos/RS".

[131] Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concedendo a entrevista em 2018. Todos os termos assinados estão em posse da pesquisadora, disponíveis para eventuais consultas. Em respeito às narrativas dos entrevistados, optou-se por fazer pequenos ajustes para evitar vícios de linguagem.

Durante as décadas de 1930 e 1940, a valorização da identidade e da cultura brasileira em detrimento das manifestações culturais das populações de imigrantes foi discutida na Campanha de Nacionalização. Ela "foi planejada e executada durante o Estado Novo, em nome da unidade nacional, como um processo de assimilação forçada de alienígenas" (Seyferth, 1999, p. 200). As ações da Campanha de Nacionalização ocorriam através da educação, da imprensa e do controle cotidiano e de vigilância da população (Gertz, 2005a; 2005b). Diversas leis[132] foram criadas com esse objetivo, como o Decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, que instituiu diversas diretrizes, incluindo a proibição do uso de idioma estrangeiro em território brasileiro, impactando diretamente no cotidiano de parcela da sociedade.

A integração dos imigrantes e descendentes seria alcançada através do uso e do ensino da língua nacional, da história do Brasil e da participação em instituições patrióticas. Órgãos, como o Conselho de Segurança Nacional, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e o Conselho de Imigração e Colonização, teriam o papel de fiscalizar e promover essas medidas.

Foram, para tanto, implantadas diversas ações, como a criação de instituições patrióticas, bibliotecas e escolas dirigidas por brasileiros. Outras medidas incluíam a promoção de comemorações cívicas, viagens para diferentes regiões do País, distribuição de folhetos com informações sobre o Brasil e a organização de solenidades cívicas e manifestações patrióticas.

Após 1942, com o fim da neutralidade brasileira na Segunda Guerra Mundial, a Campanha de Nacionalização intensificou-se (Dreher, 1994; Ruggiero, 2021; Seyferth, 1999). Isso resultou em um aumento do rigor na proibição do idioma estrangeiro, incluindo o confisco de livros e documentos em residências de teuto-brasileiros, além de armas das sociedades de atiradores (Dreher, 1994). No entanto, conforme Giralda Seyferth (1994), essas medidas não tiveram o efeito desejado de acelerar a assimilação dos imigrantes e seus descendentes. Pelo contrário, provocaram uma retração desses grupos étnicos, que se voltaram para suas comunidades a fim de evitar a hostilidade da sociedade brasileira. A longo prazo, essas políticas resultaram, por exemplo, no declínio

[132] Diversos decretos-lei foram criados, reformulados ou modificados além dos citados no texto, como, por exemplo: Decreto-lei nº 2.265 (25/01/38); Decreto-lei nº 383/1938 (18/04/38); Decreto-lei nº 406/1938 (04/05/38); Decreto-lei nº 3.010 (20/08/38); Decreto-lei nº 639 (20/08/38); Decreto-lei nº 3.016 (24/08/38); Decreto-lei nº 809 (26/10/38); Decreto-lei nº 868 (18/11/38); Decreto-lei nº 948 (13/12/38).

de associações culturais e de escolas de língua alemã, mas não conseguiram erradicar completamente o uso da língua pela população.

As medidas governamentais foram, pois, implementadas na vida cotidiana da população, resultando em diversas restrições. O convívio social tornou-se frequentemente tenso, com desafios surgindo no ensino, nas missas e cultos, especialmente para aqueles que não dominavam o português. O controle sobre o uso de idiomas estrangeiros teve um impacto direto em parte da população. Essas experiências serão exploradas a seguir.

O cotidiano no Vale do Rio dos Sinos

O cotidiano, de forma simplificada, representa as atividades e interações que fazem parte da rotina diária das pessoas. Com as políticas de nacionalização e as ações dela decorrentes, o dia a dia de parcela da população foi impactado principalmente em relação ao uso da língua alemã, pois houve um controle sobre o seu uso.

No contexto da nacionalização, o idioma desempenhou um papel crucial na construção da identidade nacional. Conforme salienta Seyferth (1999), o vernáculo serviu como um símbolo unificador e foi fundamental na imposição do "abrasileiramento" das populações. O uso do idioma nacional era considerado ferramenta essencial para fortalecer a coesão cultural e impulsionar o sentimento de pertencimento à nação brasileira.

Durante o Estado Novo, observa-se um processo de transição linguística na região do Vale do Rio dos Sinos, como relatado por uma das interlocutoras, Sra. Lia Paz (2018). Ela descreveu que, inicialmente, o alemão era amplamente utilizado nas áreas mais afastadas, entre elas o bairro de Hamburgo Velho[133], em Novo Hamburgo, enquanto o português predominava nas áreas urbanizadas, como São Leopoldo, onde a presença de colégios públicos foi um fator determinante para essa mudança. A presença de imigrantes de outras regiões do estado também foi considerada elemento impulsionador do uso do português, especialmente entre os operários em busca de emprego. A presença de instituições de ensino, como os colégios São José e o Sinodal, para ela, contribuiu para a disseminação do idioma nacional entre a população local.

A questão linguística desempenhou um papel significativo na política de nacionalização promovida pelo governo de Getúlio Vargas. Nas entrevistas realizadas,

[133] O bairro Hamburgo Velho foi o núcleo inicial da colonização alemã na atual cidade de Novo Hamburgo.

ficou destacado que a língua alemã ainda era prevalente nos espaços privados e nas áreas menos industrializadas, conforme relatado pela Sra. Siria Guchs, residente de Ivoti[134], enquanto o português predominava nas ruas e nos espaços públicos. Em cidades, como Novo Hamburgo, onde a presença de imigrantes alemães e seus descendentes era marcante, a intervenção na fala foi mais desafiadora, como evidenciado pelo relato do Sr. Alceu Feijó. O entrevistado descreve como o uso do alemão era quase universal na cidade e como a proibição do idioma resultou em uma mudança drástica na dinâmica social, com uma diminuição na frequência aos tradicionais locais de sociabilidade. Esses relatos ilustram os esforços do Estado Novo para promover o uso do português como um instrumento de unificação nacional, apesar da resistência encontrada em algumas comunidades de imigrantes.

A imposição do uso do português como língua nacional durante a ditadura varguista não afetou, pois, apenas a esfera pública mas também penetrou nos espaços cotidianos de sociabilidade das comunidades. Na percepção de Maria Zanini (2006), locais, como bodegas, comércios locais e até mesmo igrejas, tornaram-se espaços de tensão; a suspeita de espionagem e delação pairava sobre a comunidade. O relato do Sr. Alceu corrobora essa mudança, indicando uma alteração na dinâmica dos encontros sociais devido à proibição do idioma estrangeiro, que resultou em um controle mais rígido sobre a comunicação.

Nas entrevistas realizadas foi constante a referência sobre o controle da fala, como evidenciado no relato da Sra. Gertha Bühler, que viveu na região do atual bairro Nova Vila, em Ivoti, durante o Estado Novo. A Sra. Gertha, que tinha quinze anos na época, destacou como a imposição do uso exclusivo do português afetou diretamente a liberdade de expressão das pessoas em sua comunidade: “A maioria falava em alemão, que nem hoje ainda, eles falam muito em alemão. A gente se cuidava, onde tinha polícia e tudo, para não falar nada [...] O pessoal apanhava deles [...]” (Bühler, 2018).

A Sra. Gertha complementou que, na presença de autoridades, como policiais, havia uma autovigilância constante para evitar falar qualquer coisa em alemão, uma vez que o simples uso do idioma estrangeiro poderia resultar em represálias, até mesmo agressões físicas. Esse clima de medo e cautela ilustra a intensidade do controle exercido sobre a linguagem durante o período do estadonovista. A imposição do uso exclusivo do português não apenas restringiu a liberdade de expressão mas também gerou um ambiente

[134] O atual município de Ivoti, no período analisado, pertencia a São Leopoldo e correspondia ao distrito de Bom Jardim, o qual teve seu nome alterado para Ivoti em 1938.

de intimidação e violência, em que as pessoas se sentiam constantemente vigiadas e ameaçadas. Esses relatos evidenciam as graves consequências sociais e psicológicas das políticas de nacionalização adotadas pelo governo de Vargas.

Durante o Estado Novo, o controle sobre a fala desdobrava-se em várias camadas, conforme observado na narrativa da Sra. Lia:

> Quando o pessoal ia nos armazéns comprar alguma coisa, tinha que cuidar para não falar o alemão, ou se pedisse alguma coisa, aqui em São Leopoldo Tinha que cuidar. E o dono do armazém também tinha que cuidar para ver se não tinha um espião junto. Se não, iam direto para a polícia delatar (Paz, 2018).

Além da autocensura praticada pela população para evitar ser flagrada falando o idioma estrangeiro, a polícia desempenhava um papel ativo na identificação e punição dos que desrespeitavam a norma linguística estabelecida. No entanto, um elemento adicional ressaltado pela Sra. Lia está no controle social exercido pela própria comunidade, que, muitas vezes, se preocupava com a possível indisciplina daqueles que não aderiam estritamente ao uso do português. Esse sistema abrangente de monitoramento da linguagem evidencia que a imposição do português como único idioma oficial era amplamente disseminada e mantida em diversos níveis da sociedade, gerando um clima de vigilância constante e pressão social sobre os indivíduos.

Os interlocutores destacaram o papel do espião como um mecanismo presente no cotidiano para monitorar o comportamento da população, especialmente no que diz respeito à comunicação. A Sra. Hildegard Dietzold, que tinha cerca de 16 anos no início da década de 1940, destaca que os espiões eram frequentemente oficiais do Exército ou da Polícia, que circulavam "naturalmente, à paisana", pelas ruas, observando discretamente a população. Ela relatou que a presença notória desses agentes modificou o comportamento de parte da população, criando um ambiente permeado por um clima tenso e de desconfiança: “Não foi fácil, não. Então era assim uma situação, era um clima que ninguém gostava. Porque diziam, nós nunca notamos nada aqui, mas diziam que havia sim espiões que passavam nas casas e ficavam escutando, se a família estava com o rádio ligado na Alemanha” (Dietzold, 2018).

A Campanha de Nacionalização estabeleceu um cenário de vigilância sobre a sociedade civil, visando identificar possíveis inimigos da Pátria, segundo destaca Zanini (2006). Isso incentivou um clima de delação mútua, em que os indivíduos buscavam se destacar como patriotas, denunciando uns aos outros. Diante desse contexto, as pessoas

passaram a adotar estratégias para evitar serem delatadas e, ao mesmo tempo, resistir à proibição do uso de outros idiomas. O silenciamento, consoante Fáveri (2002), pode ser entendido como uma dessas estratégias, pois permanecer em silêncio era uma forma de se proteger contra denúncias e problemas com a polícia local. O relato da Sra. Gertha corrobora nesse sentido, quando menciona que evitava falar em locais onde havia policiais para evitar repreensões pelo uso do idioma alemão. Da mesma forma, o Sr. Alceu relatou que as pessoas se abstiveram de falar em locais públicos, como sociedades e restaurantes, para se precaverem contra possíveis represálias. Essas estratégias de silenciamento demonstram como parcela da população enfrentava as pressões do regime, buscando formas de resistência e autopreservação em meio ao clima de vigilância e delação.

A repressão contra aqueles que falavam alemão durante o Estado Novo era severa e variava desde advertências até punições físicas e prisão, conforme evidenciado nos relatos obtidos e na literatura especializada. O Sr. Alceu, por exemplo, mencionou casos de agressão física, relatando que indivíduos que eram descobertos falando alemão eram prontamente apreendidos ou agredidos pela polícia. Nesse contexto, qualquer manifestação relacionada ao idioma alemão era repreendida, tornando-se um crime, devido ao contexto nacional de nacionalização dos imigrantes e ao cenário internacional de conflito e ascensão do nazismo. Como observado por Arthur Rambo (1994), o simples fato de alguém demonstrar preferência pelo uso da língua alemã e frequentar clubes e sociedades alemãs podia torná-lo alvo automático da ação policial. A atuação policial era diversificada, incluindo a interceptação de correspondência privada, censura dos jornais, revistas e programas de rádio, além de perseguições e assédios às pessoas que mantinham o hábito de usar o idioma alemão (Bomeny, 1999; Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000). Esse ambiente de vigilância e repressão demonstra a intensidade das políticas de nacionalização linguística e a perseguição sofrida por aqueles que desafiavam as normas estabelecidas pelo regime.

Uma prisão resultante desse tipo de infração ocorreu no distrito de Lomba Grande, em Novo Hamburgo, onde um brasileiro, descendente de imigrantes alemães, foi detido ao cumprimentar com "*Guten Morgen*" (bom dia em alemão) um conhecido na rua. Esse episódio foi lembrado pelo Sr. Dinarte Müller, que ouviu seu pai compartilhar o incidente que enfrentou com várias pessoas. O relato indica como a repressão linguística afetava a

vida e como as prisões, ou seja, a penalidade imposta por desobedecer à imposição da fala está, ainda hoje, arraigada na memória coletiva das comunidades afetadas.

O relato desse episódio ilustra as consequências drásticas enfrentadas por indivíduos que infringiam as normas linguísticas estabelecidas durante o Estado Novo. Esse incidente é um exemplo contundente do rigor com que as leis foram aplicadas na época, em determinadas situações e localidades. A narrativa revela como um gesto tão simples - dizer "*Guten Morgen*" - resultou em um dia de detenção e deixou uma marca duradoura na vida daquele que foi preso. Apesar da brevidade da detenção e das circunstâncias aparentemente brandas, conforme complementou a Sra. Silvana Müller Fischborn, irmã mais velha do Sr. Dinarte, que na época tinha em torno de dois anos de idade e visitou seu pai na prisão, o episódio demonstra uma repressão significativa e um exemplo da intensa vigilância exercida sobre a população durante aquele período. Esses relatos destacam como a imposição do vernáculo era levado a sério e como as autoridades estavam dispostas a punir até mesmo o uso ocasional de outros idiomas.

A influência do controle sobre a fala durante o Estado Novo foi sentida por parcela da população, embora seja difícil quantificar o impacto exato das leis sobre os indivíduos. No entanto, o exemplo da prisão do pai do Sr. Dinarte e da Sra. Silvana evidencia as consequências que poderiam resultar da transgressão dessas normas. Segundo a Sra. Silvana, a prisão de seu pai foi para adverti-lo após um descuido. Embora a detenção tenha sido breve, seu efeito foi duradouro, pois gerou um constante sentimento de temor, de receio, limitando a liberdade do indivíduo. A Sra. Silvana destaca que a prisão serviu como um aviso severo para que ele evitasse falar em alemão no futuro: “ele ficou só de manhã até de tarde. Só deram nele, como se diz, um cagaço, para ele não falar mais. Mas barbaridade... aquilo foi medo, medo de falar em alemão” (Fischborn, 2018).

Com o rigor da legislação vigente em muitos casos, o receio era constante. De acordo com outros relatos, as pessoas se autovigiavam com receio de serem presas ou de enfrentarem alguma hostilidade. Conforme o Sr. Alceu, o comportamento das pessoas tornou-se extremamente cauteloso, com medo de serem surpreendidas pelas autoridades. O entrevistado observou que as pessoas começaram a evitar falar em alemão em locais públicos, como ruas, bailes, cafés e restaurantes, demonstrando a crescente pressão e o clima de temor que se instaurara na sociedade.

O autocontrole exercido por parcela da população devido às proibições relacionadas às manifestações culturais étnicas e ao agravamento da situação dos imigrantes alemães e seus descendentes após o fim da neutralidade brasileira em 1942

parece ter sido impulsionado pelo medo instaurado no cotidiano por diversos fatores. A interlocutora Sra. Lia descreveu a presença desse medo, especialmente entre aqueles que não dominavam o vernáculo, resultando em dificuldades de comunicação. A entrevistada testemunhou uma adversidade durante uma viagem de ônibus a Porto Alegre, onde as pessoas que falavam em alemão demonstravam grande apreensão, temendo serem denunciadas. Sr. Lia destacou que, mesmo no interior do ônibus, de Novo Hamburgo em direção à Porto Alegre, os passageiros, provenientes da colônia e com pouco domínio do português, cochichavam entre si, porém eram repreendidos pelos companheiros de viagem para que se mantivessem em silêncio, evidenciando o clima de temor generalizado. Apesar da censura e do medo, muitos continuaram a falar em alemão, principalmente em ambientes familiares e entre conhecidos.

Diante daquele contexto, a prática da denúncia era comum e frequentemente utilizada como uma forma de punir desafetos políticos e sociais. Marlene de Fáveri (2002), em sua análise dos processos criminais do Tribunal de Segurança Nacional, identificou diversos casos relacionados ao uso do idioma alemão, apesar de muitos desses casos terem sido arquivados pela jurisdição. A pesquisadora aponta que um dos motivos para a existência desses processos para casos considerados triviais era o desejo de vingança e intriga entre vizinhos. Nesse período, conforme observado por Zanini (2006), instaurou-se uma verdadeira "caça às bruxas", no qual ser descendente de alemães ou italianos era visto como indício de deslealdade para com o Brasil. Alguns indivíduos aproveitaram esse contexto para acertar contas pessoais, enquanto outros, ao delatar, procuravam demonstrar lealdade ao Estado e ao sentimento nacionalista, evitando suspeitas sobre sua própria fidelidade (Zanini, 2006).

A proibição do idioma estrangeiro também teve um impacto significativo no campo da religiosidade. Os entrevistados, que eram membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, destacaram que uma das principais restrições impostas durante o período era a proibição de falar em alemão dentro das igrejas. Essa restrição afetou não apenas os líderes religiosos como também os fiéis, que, em geral, não dominavam o português. Com a mudança da liturgia para o idioma nacional, muitos fiéis encontraram dificuldades para compreender os rituais e as mensagens religiosas, especialmente aqueles que não tinham fluência no português. A Sra. Siria Guchs compartilhou sua experiência, destacando como a mudança para o português afetou a compreensão e o significado das práticas religiosas para aqueles que não dominavam o idioma, pois, inicialmente, o uso do alemão era cotidiano na igreja, mas, depois, foi

proibido e não se permitiu utilizar nada na língua estrangeira, nem livros, documentos ou a prédica do pastor.

Além disso, era comum ocorrer o confisco de documentos religiosos, tais como livros de batismos, casamentos e óbitos. René Gertz (2005a) destaca, nesse sentido, que há "registros de desapropriação de escolas e outros bens de comunidades luteranas, da apropriação de objetos, incluindo motocicletas de pastores são abundantes".

Além dos ambientes públicos, o espaço privado também foi atingido pela nacionalização. Os relatos, como o do Sr. Alceu, que informou que seu sogro, nascido na viagem de vinda ao Brasil, teve sua casa invadida por policiais que procuravam um rádio, revelam que a Campanha de Nacionalização não se limitou ao controle da esfera pública. A coerção adentrou nos espaços privados, os quais autoridades invadiam para confiscar bens, como o rádio mencionado. Essas intervenções representavam uma violação dos direitos individuais e causavam constrangimento àqueles cujas casas eram alvo das autoridades em busca de materiais considerados subversivos. A partir desses relatos, percebe-se que o cotidiano de parcela dos imigrantes ou descendentes de alemães foi alterado não apenas pelo controle da linguagem mas também pelas ações intrusivas e violentas do Estado Novo, especialmente após 1942. A retórica que os caracterizava como inimigos do País justificava essas medidas repressivas, que incluíam violações de direitos, restrições à liberdade de expressão e invasões domiciliares, gerando um clima de hostilidade e opressão para essa parcela da população.

A partir do ano de 1942, quando o Brasil rompeu suas relações diplomáticas com os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e, posteriormente, após ataques às embarcações brasileiras, declarou guerra à Alemanha, a política de nacionalização tornou-se ainda mais rígida. Nesse contexto, a imagem dos imigrantes e descendentes de alemães foi profundamente prejudicada, sendo amplamente associada à figura do inimigo, do potencial espião ou colaborador das nações inimigas presentes em solo brasileiro. A atmosfera de desconfiança e hostilidade em relação a essa parcela da população intensificou as medidas de controle e repressão, culminando em estigmas generalizados que afetaram a vida cotidiana desses indivíduos.

Durante o período em questão, o termo "quinta-coluna" adquiriu relevância significativa no contexto da Guerra, sendo empregado para denotar aqueles que supostamente traíam sua pátria ao fornecer informações e apoio aos países inimigos. Tal termo, conforme observado pelo Sr. Alceu, assumiu uma conotação extremamente negativa, configurando um insulto amplamente difundido na época. Embora a Sra. Lia,

aos 92 anos de idade, tenha compartilhado que pessoalmente nunca tenha sido alvo dessa denominação, ela reconhece a existência de indivíduos que a utilizavam como forma de provocação durante o período de Guerra. Além disso, a Sra. Lia ressalta que as autoridades policiais também adotavam o termo pejorativamente, associando-o à população de origem alemã, o que justificava os maus-tratos direcionados a essa comunidade. De maneira similar, a Sra. Hildegard relata que os jovens da época frequentemente empregavam o termo para ofender aqueles que consideravam de ascendência alemã, evidenciando seu uso difundido e carregado de conotações negativas na época da Guerra.

No contexto abordado no presente estudo, qualquer elemento ou indivíduo com alguma associação aos países inimigos era rapidamente rotulado como parte dessa suposta "quinta-coluna", suspeito de agir em detrimento dos interesses nacionais. A disseminação desse conceito refletiu a preocupação e o receio da população e das autoridades brasileiras diante da possibilidade de infiltração e espionagem por parte dos inimigos, contribuindo para a intensificação de um sentimento antialemão no País. Diante do clima de desconfiança e hostilidade gerado pela percepção da "quinta-coluna", parcela da população viu-se imersa em um contexto de tensão e vigilância, que deixou marcas na comunidade de imigrantes e descendentes de alemães no Brasil durante o período do Estado Novo.

Considerações finais

As políticas de nacionalização adotadas durante o Estado Novo exerceram um impacto significativo na comunidade de imigrantes e descendentes de alemães no Brasil. Ao impor restrições à língua, à cultura e às práticas religiosas desses grupos, o governo Vargas procurou promover uma identidade nacional unificada. No entanto, essas medidas resultaram em sentimentos de temor e insegurança entre os membros dessas comunidades, que se viram obrigados a renunciar a aspectos importantes de sua identidade cultural para evitar perseguições. O legado dessas políticas, cabe considerar, estende-se além do período do Estado Novo, moldando a maneira como essas comunidades foram percebidas e integradas na sociedade brasileira ao longo do tempo.

Através de prisões arbitrárias, confiscos de bens e invasões domiciliares, o Governo buscava impor sua autoridade e suprimir qualquer manifestação de identidade cultural considerada contrária aos interesses do Estado. Essas ações não apenas causaram

sofrimento e injustiça para muitos indivíduos e famílias como também fomentaram o medo e a desconfiança dentro dessas comunidades.

O estigma e a discriminação enfrentados pelas comunidades de imigrantes e descendentes de alemães foram acentuados durante o período em que o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. O surgimento do conceito de "quinta-coluna", associando-os a possíveis traidores da Pátria, ampliou ainda mais o preconceito e a desconfiança em relação a essas comunidades. Isso teve um impacto significativo em suas interações sociais e na sua integração na sociedade brasileira, criando barreiras adicionais para sua aceitação e participação plena na vida nacional.

O período de nacionalização e repressão deixou, pois, um legado marcante e trouxe desafios significativos para as comunidades de imigrantes e descendentes de alemães no Brasil, que, por sua vez, evidenciaram sua capacidade de resistência e adaptação ao contexto autoritário. Tais experiências, tanto individuais quanto coletivas, foram forjadas a partir de tal realidade e influenciaram a forma como essas comunidades foram percebidas e integradas na sociedade brasileira.

Referências

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-143. v. 2.

DREHER, Martin. O Estado Novo e a Igreja Evangélica Luterana. *In*: MÜLLER, Telmo Lauro (org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1994. p. 87-110.

FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) guerra**: cotidiano e medo durante a segunda guerra em Santa Catarina. 2002. 392 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

GERTZ, René E., **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005a. 198 p.

GERTZ, René E. Guerra contra cidadãos. **Fronteiras**, Florianópolis, SC, n. 13, p. 43-63, 2005b.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo: a transição do autoritarismo nos anos 1940. In: ABREU, LUCIANO ARONNE DE; VANNUCCHI, MARCO AURÉLIO. **A Era**

Vargas: (1930-1945). Porto Alegre, RS: EdiPUC-RS, 2021. v. 1, cap. 10, ISBN 978-65-5623-188-4. E-book (387p.).

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas, RS: ULBRA, p. 43-53, 1994.

RUGGIERO, Antonio de. Projetos e políticas de imigração na Era Vargas. *In*: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **A era Vargas**: (1930-1945). Porto Alegre, RS: EdiPUC-RS, 2021. v. 1, cap. 5, ISBN 978-65-5623-188-4. *E-book* (387p.).

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo, SP: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. 405 p.

SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. *In*: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas, RS: ULBRA, p. 11-27, 1994b.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. *In*: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Nos 85 anos do Estado Novo: a consolidação do autoritarismo. **Revista Estudos da Condição Humana**, Sorocaba, SP, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2023. Disponível em: https://www.echu.ufscar.br/index.php/rechu/article/view/11. Acesso em: 22 jan. 2024.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS. Santa Maria, RS: UFSM, 2006. 278 p.

Fontes orais/Entrevistas

BÜHLER, Gertha. **Entrevista Gertha Bühler**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (26min).

DIETZOLD, Hildegard. **Hildegard Dietzold.** [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 20min 57s).

FEIJÓ, Alceu Mário. **Entrevista Alceu Mário Feijó**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (1h 15min 40s).

FISCHBORN, Silvana. **Entrevista Silvana Müller Fischborn**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (23min 42s).

GUCHS, Siria. **Entrevista Siria Guchs**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (25min).

MÜLLER, Dinarte. **Entrevista Dinarte Müller**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (19min 01s).

PAZ, Lia. **Entrevista Lia Paz**. [ago. 2018]. Entrevistadora: Fernanda Gälzer. Novo Hamburgo, 2018. 1 arquivo .mp3 (22min 50s).

CRIANÇAS MIGRANTES NA ESCOLA:
A PRESENÇA DOS ALUNOS MIGRANTES NA ESCOLA EM CAXIAS DO SUL

Juliana Camelo

As migrações internacionais contemporâneas têm crescido exponencialmente e revelado cada vez mais diversidade quanto ao motivo de migrar, país de origem e destino, bem como grupo populacionais que migram, cada vez mais é visível o número de crescentes de mulheres e crianças e adolescentes em mobilidade humana. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021) informa que houve 281 milhões de migrantes internacionais, e desses 36 milhões eram crianças, dados referentes ao ano de 2020.

O Brasil, país historicamente constituído pela migração, se torna país-destino dos fluxos migratórios contemporâneos a partir de 2010, conforme apresenta o relatório anual da OBMigra de 2020. Ao fazer um levantamento dos registros de entradas de migrantes, o observatório identifica um número total de 1.085.673 entrega de migrantes registrados no período entre 2010 e 2019. O mesmo relatório, identifica um crescimento de 135% no número de matrículas de alunos migrantes nas escolas de ensino fundamental do Brasil no mesmo período (Cavalcanti; Oliveira; Macedo, 2020).

Nesse relatório, o observatório apresenta dados sobre a matrícula de migrantes no ano de 2019, no qual foram apresentados dados das matrículas divididas por nacionalidade, idade, esfera administrativa e Unidade da Federação. O panorama dos alunos migrantes em 2019, segundo o relatório anual de 2020 do OBMigra[135], é de um total de 60.177 matrículas, e que as nacionalidades dos alunos eram: em primeiro lugar, com 13.824 matrículas, alunos venezuelanos; 6.359 eram alunos bolivianos; 5.170 eram estudantes oriundos dos Estados Unidos; 4.914, de alunos haitianos; 4.742, de alunos portugueses; 2.819 eram de alunos paraguaios; e os demais eram de alunos de outras nacionalidades. Quanto a esfera administrativa, o relatório apresenta que das 60.177 matrículas de alunos migrantes no Ensino Fundamental em 2019, a maioria era da Rede Municipal de educação, com um total de 25.249 matrículas; e de 20.391 matrículas na Rede Estadual; 14.500 de matrículas na Rede Privada; e apenas 37 matrículas eram da Rede Federal de Educação.

[135] Dados extraídos do Relatório Anual 2020 do OBMigra e de Cavalcanti; Oliveira; Macedo (2020, p. 219 – 224)

O principal Estado da Federação que recebeu alunos migrantes foi o estado de São Paulo com mais de 10 mil matrículas; seguido de Roraima, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais com o número de matrículas entre 4.000 e 10.000; seguidos do Amazonas (AM), Rondônia (RO), Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Distrito Federal (DF), Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ) e Rio Grande do Sul (RS) com matrículas entre 1.000 a 4.000 matrículas; E os demais estados registraram um número de matrículas de alunos migrantes inferior a 1.000. Dessa forma, percebe-se a importância de estudar o processo de inserção das crianças imigrantes na escola diante dos fluxos de mobilidade humana contemporânea.

O presente estudo sobre as Crianças Migrantes na Escola em Caxias do Sul é fruto da pesquisa da dissertação[136] **"Migrantes na Escola: Estudo acerca da Inserção das Crianças Migrantes no Sistema Escolar em Caxias Do Sul, em Tempos Presentes".** A dissertação foi apresentada em março de 2022 para a banca do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul – UCS para obtenção do título do Mestrado em História. A pesquisa foi orientada pela Prof.ª Dr.ªVânia Beatriz Merlotti Heredia.

Para a realização da pesquisa, foi firmada parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul, para poder realizar entrevistas com professores da rede municipal dos anos iniciais do ensino fundamental. Foram realizadas 10 entrevistas com professores que deram aula para alunos migrantes no período entre 2017 e 2020. O objetivo da pesquisa foi compreender como ocorreu a inserção das crianças migrantes na escola nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas municipais de Caxias do Sul no período entre 2017 e 2020.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a História Oral, que parte da experiência vivida de determinado fato histórico, baseada na memória, narrativa e subjetividade do sujeito histórico (Portelli, 2016). Seguindo na mesma lógica, Delgado (2010) sustenta que a história oral "não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida" (Delgado, 2010, p. 15-16). Delgado (2010) afirma também, que a história oral é um caminho para a produção do conhecimento histórico e que, através da narrativa das entrevistas, é possível conectar o tempo passado ao tempo presente, entende-se que a metodologia da história oral é essencial para a

[136] CAMELO, Juliana. "Migrantes Na Escola: Estudo Acerca Da Inserção Das Crianças Migrantes No Sistema Escolar Em Caxias Do Sul, Em Tempos Presentes". Caxias do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/10918. Acesso em novembro de 2024.

pesquisa.

Diante da complexidade dos fluxos migratórios do tempo presente, entende-se a necessidade da utilização de um método de análise crítico sobre as migrações por esse motivo busca-se aporte teórico sobre o fenômeno na perspectiva histórico-estrutural de Becker (2010), Sayad (1998), Singer (1979) entre outros. Becker (2010) apresenta uma análise crítica das migrações que tem como categoria de análise os grupos sociais, em detrimento das escolhas dos indivíduos e considera as condições históricas que os mesmos enfrentaram para se deslocar para compreender o fenômeno migratório. Dessa forma, a decisão de migrar não tem apenas um caráter individual e de livre escolha, ao contrário, existe um fator externo que impulsiona a migração, seja pela situação socioeconômica, religiosa, política do país de origem.

Migração Contemporânea: dinâmicas e paradoxos

O aporte teórico utilizado na análise da pesquisa é fundamental para compreender a complexidade intrínseca dos processos migratórios contemporâneos. Sayad (1998) afirma que a migração tem uma dupla contradição implícita, e que oscila entre "o estado provisório que se define pelo direito e a situação duradoura que se caracteriza pelo fato" (1998, p. 45). Circunstância paradoxal que implica ao migrante uma situação temporária que se mantem permanente, e ao mesmo tempo, que revela uma condição de permanente estado provisório.

De acordo com Sayad (1998), essa dinâmica de constante provisoriedade, que a sociedade de imigração lhe impõe, "nega-lhe todo direito a uma presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade de provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada" (Sayad, 1998, p. 46). Essa condição do imigrante na sociedade de recepção, aponta Sayad (1998), acaba por cristalizar sentimentos de medo, angústia e insegurança diante da constante ameaça de expulsão em massa. Para Sayad (1998), tal dinâmica parece funcionar como um mecanismo de barganha e controle social da migração, que visa aumentar as vantagens em detrimento dos custos da presença de imigrantes em razão das necessidades da sociedade de recepção.

A partir da análise crítica, de acordo com Singer (1973) as migrações são historicamente condicionadas, seja por fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais. Assim como, podem ser condicionadas por fatores locais e nacionais, também

podem ser sofre muita influência dos aspectos globais. As migrações na era da globalização tomaram uma nova dimensão, tanto pelos tipos de fluxos migratórios, quanto pela escolha do destino ou motivos que levam à mobilidade humana.

A migração é um fenômeno que, de acordo com Becker (2010), não revela apenas características sobre as trajetórias e percursos, mas revela aspectos sociais, econômicos, políticos e globais, além de falar do contexto histórico dos países de emigração e dos países de imigração. Becker (2010) afirma que a mobilidade humana é forçada pelas pressões e demandas do capital, e é imprescindível considerar os imperativos da globalização e do neoliberalismo econômico, que fazem, surgir novas configurações de organização do trabalho.

De acordo com Becker (2010), a mobilidade humana não pode ser analisada apenas como um fato isolado ou uma escolha individual do migrante, mas, como o produto das transformações globais características do tempo que ocorre, e assim, deve ser identificado os limites da sua configuração histórica.

Patarra (2006) destaca as transformações globais a partir da década de 10 com o início da globalização, e afirma que as novas modalidades de migração, no contexto da globalização, demandam a reconsideração dos paradigmas dos estudos migratórios. Da mesma forma, Sasaki e Assis (2000) afirmam que "a transformação da estrutura do mercado de trabalho está intimamente relacionada com as mudanças que também ocorreram na organização industrial. É o que Sassen chama de ruptura da estrutura tradicional do trabalho." (Sasaki; Assis, 2000, p. 9).

De acordo com Boaventura dos Santos (2005), a globalização, na verdade, é um processo heterogêneo que afeta de formas diferentes os Estados Centrais e os Estados Periféricos. Para Santos (2005), há vários processos de globalização, não apenas um, entretanto há uma globalização que se sobrepõe às demais, a globalização hegemônica. Santos (2005) chama a atenção quanto à maneira assimétrica que os impactos da globalização hegemônica atingem os países periféricos. A inclusão dos países periféricos nos processos de globalização hegemônica está subordinado às regras ditadas pelos países centrais. Desse modo, o impacto nos países periféricos ocorre como o resultado da operação dos países hegemônicos, e que muitas vezes, gera aumento da desigualdade econômica nos países em desenvolvimento, e consequentemente o aumento de conflitos e problemas sociais, políticos e ambientais.

A análise de Patarra e Baeninger (2004) colabora, no mesmo sentido de Santos, para a compreensão de que as migrações internacionais derivam de processos

macroestruturais de reestruturação produtiva no contexto da globalização. Patarra e Baeninger (2004) afirmam que diante do fenômeno da globalização, além de reavaliar os paradigmas e definições das migrações internacionais, é necessário considerar o contexto dos movimentos internacionais de Direitos Humanos dos migrantes, assim como, o papel dos Estados nacionais e na garantia da efetivação das políticas sociais em consonância com os movimentos internacionais.

Histórico da legislação migratória no Brasil

A questão migratória brasileira remonta ao século XVI no período colonial, com a chegada dos portugueses ao território que seria conhecido posteriormente como Brasil, juntamente com políticas de ocupação do território em capitanias hereditárias, ao tráfico internacional de pessoas escravizadas da África para o Brasil, à chegada da Corte portuguesa ao Brasil. Oliveira e Rodrigues (2020) dividem em 7 períodos a história da imigração no Brasil, cada um com diferentes fluxos e características da política migratória de cada período, os quais são: a) período colonial ao período regencial; b) período do segundo reinado e os grandes fluxos migratórios; c) período republicano; d) período entre Primeira e Segunda Guerras Mundiais e pós-guerra; e) período da ditadura militar e segurança nacional; f) período da redemocratização a nova república; g) migração contemporânea.

Para fins de análise desta pesquisa, será considerada a política de migração no Brasil do século XX, a partir do Estatuto do Estrangeiro (1980), anterior ao período da democratização e à promulgação da Constituição Federal de 1988. Até a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei n°. 6.815/1980), a legislação tinha um caráter excludente, diferenciando os não nacionais perante a lei. A legislação foi publicada no período da Ditadura Militar no Brasil e considera o migrante como um perigo à segurança nacional. O artigo 48[137] é um dos exemplos mais polêmicos do Estatuto do Estrangeiro, que restringia o acesso ao ensino público e privado de imigrantes não registrados.

Durante a vigência do Estatuto do Estrangeiro (Lei n°. 6.815/1980), muitas

[137] Art. 48. Salvo o disposto no § 1° do artigo 21, a admissão de estrangeiro a serviço de entidade pública ou privada, ou a matrícula em estabelecimento de ensino de qualquer grau, só se efetivará se o mesmo estiver devidamente registrado (art. 30). Parágrafo único. As entidades, a que se refere este artigo remeterão ao Ministério da Justiça, que dará conhecimento ao Ministério do Trabalho, quando for o caso, os dados de identificação do estrangeiro admitido ou matriculado e comunicarão, à medida que ocorrer, o término do contrato de trabalho, sua rescisão ou prorrogação, bem como a suspensão ou cancelamento da matrícula e a conclusão do curso. (LEI 6.815/1980).

crianças e adolescentes tiveram matrículas canceladas e/ou não puderam ingressar no ensino regular. Devido à proibição do acesso ao direito à educação, apenas imigrantes regulares no país podiam estudar em escolas brasileiras. O Estatuto do Estrangeiro (1980) foi alvo de críticas no País, desde a sua promulgação, e conflitava diretamente com a Constituição Federal de 1988, promulgada no período de redemocratização, assim como com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e com o Estatuto dos Refugiados (1997). Nesse período, havia a pressão diante dos tratados internacionais de proteção a migrantes e refugiados[138] que o Brasil é signatário e os compromissos assumidos.

Patarra (2005) já apontava a deficiência da legislação migratória no contexto da migração do início do século XXI, tanto na questão da regulamentação migratória quanto na garantia de direitos fundamentais a imigrantes e refugiados. Situação que se agravou a partir de 2010 e o surgimento das novas migrações contemporâneas. Durante esse período da vigência do estatuto do estrangeiro, a decisão de inclusão dos migrantes nas políticas públicas ficava a cargo dos estados, o exemplo mais emblemático foi da negação do acesso à escola a crianças migrantes indocumentadas.

Em São Paulo um grupo de pais, juntamente com organizações da sociedade civil reivindicaram o acesso dos alunos migrantes através do Ofício da Associação Brasileira de Educação Coreana direcionado à Secretaria de Educação Municipal de São Paulo informando sobre "problemas enfrentados por alunos estrangeiros em situação irregular de permanência no país". Em resposta, o Conselho Estadual de Educação (CEE) do Estado de São Paulo publica o Parecer CEE n°. 633/2008 sobre o Registro e Publicação de Diplomas e Certificados de Estrangeiros[139].

Em Caxias do Sul, o Conselho Municipal de Educação, diante do novo cenário das migrações internacionais, publicou o Parecer n°. 023/2014 que dá orientações sobre a matrícula de alunos imigrantes nas escolas municipais. Esse é um importante instrumento utilizado até o momento pela rede municipal.

Em maio de 2017, foi promulgada a Lei de Migração (Lei n°. 13.445/2017), que

[138] Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a convecção sobre o Estatuto dos Refugiados (1951); Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente (1959); Protocolo de 1967; Declaração de Cartagena (1984); Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989); Plano de Ação da Conferência de Cairo (1994); Declaração de San José da Costa Rica (1994); Declaração e Plano de Ação do Brasil (2014).

[139] No estado de São Paulo, houve a publicação de pareceres anteriores sobre o tema, tais como: Resolução n°. 10/1995 do Conselho Estadual de Educação, que delibera sobre matrícula de aluno estrangeiro na rede estadual de ensino fundamental e médio; e o Parecer CEE n°. 445/1997 – CEF/CEM do Conselho Estadual de Educação (CEE) de São Paulo.

incluiu os pressupostos constitucionais de garantia da igualdade entre brasileiros e migrantes, assim como postulou os direitos do acesso aos direitos fundamentais. O art. 3° da nova Lei de Migração garante o acesso igualitário e livre do migrante aos serviços públicos, em especial, destaca-se aqui, o acesso à educação, da mesma maneira, garante a proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante.

A efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes imigrantes precede à aprovação da nova Lei de Migração, entretanto a postulação desse direito é fundamental para a garantia de acesso e inserção dos alunos imigrantes na escola em todo o território nacional independente da situação migratória. E novembro de 2020, o Conselho Nacional de Educação publicou a Resolução n°. 1 de 13 de novembro de 2020, que dispõem sobre a matrícula dos alunos migrantes.

Observa-se que a garantia do superior interesse da criança em detrimento à condição migratório, revela que a proteção das crianças e adolescentes tem peso maior do que a regulamentação migratória. A legislação garante a matrícula da criança migrante independentemente da regularização migratória como forma de proteção do melhor interesse da criança.

Migração internacional em Caxias do Sul

O contexto da migração em Caxias do Sul remete à história da fundação da cidade, no contexto da imigração italiana da segunda metade do século XIX e à política nacional de colonização e ocupação do território brasileiro. Após a chegada a família real ao Brasil em 1808, havia a preocupação com a ocupação do território e com mão de obra semiespecializada, após a independência do Brasil, o projeto de colonização, em 1824, estabeleceu núcleos coloniais no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Após a criação de oito colônias alemãs entre 1824 e 1829, o projeto é suspenso por falta de verba, confirme Seyferth (2015). O sucesso da Colônia São Leopoldo inspira o retorno do projeto de colonização, mais o projeto não é retomado de imediato em função da falta de verba por parte do império. Situação que se agrava, de acordo com Cunha (2015) com a Revolução Farroupilha que eclodiu no RS entre 1835 a 1845 limitou as verbas para a colonização.

Em 1950, com a promulgação da Lei de Terras, foram modificados os pressupostos de acesso à terra. Heredia afirma que a Lei de Terras estabeleceu “os critérios para a estruturação das colônias agrícolas como também a legitimação das

sesmarias" (HERÉDIA, 1997, p.33). Assim, o governo imperial definiu as províncias do Programa de Colonização. As colônias italianas foram estabelecidas ao nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A Colônia Caxias,que dá origem ao Município de Caxias do Sul, é resultado desse projeto de colonização e ocupação do território.

Mocellin e Herédia (2018), ao estudarem as dinâmicas migratórias em Caxias do Sul, concluíram que o município historicamente se caracteriza como um lugar de atração e recepção de migrantes. As pesquisadoras concluíram que os diferentes fluxos migratórios, apesar de suas origens distintas, têm a busca por trabalho como fator principal para a escolha da cidade. A história da migração em Caxias do Sul, de acordo com Mocellin e Herédia (2018), se divide em cinco diferentes fluxos migratórios. O primeiro fluxo refere-se à imigração histórica de italianos, incentivada pela política de colonização imperial, a partir de 1875, período em que os colonos ocuparam pequenas propriedades rurais.

O segundo fluxo migratório, refere-se à migração dos filhos de colonos que migraram para a área urbana de Caxias, por volta dos anos 30, período que houve o desenvolvimento do comércio. Esse período foi marcado pelo surgimento da indústria tradicional. Outro fator para o desenvolvimento industrial do período se deu devido à política de substituição das importações do Governo de Getúlio Vargas. Já o terceiro fluxo migratório, remonta ao período de 1950 a 1970, também marcado pela expansão da indústria, que foi fortalecida pela política desenvolvimentista nacional, período marcado pela chegada da população migrante das regiões próximas como Campos de Cima da Serra, Vacaria, Lagoa Vermelha. O quarto fluxo migratório, refere-se ao período dos anos 70 aos anos 2000, na qual a cidade de Caxias do Sul, passou por transformações na sua economia, tornando-se não apenas um polo industrial, mas também um polo de serviços. Migrantes de outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, e de outros estados do Brasil vieram para a cidade em busca de trabalho.

O quinto fluxo migratório, de acordo com Mocellin e Herédia (2018), refere-se aos imigrantes internacionais que começaram a chegar na cidade a partir de 2010, e teve o seu ápice nos anos de 2014, 2015 e 2016, migração constituída por haitianos, senegaleses, marfinenses, ganeses, colombianos e por outros grupos em menor número. Posteriormente, a cidade observa o crescente fluxo de migrantes venezuelanos a partir de 2019.

A resposta em relação ao grande fluxo de venezuelanos na fronteira norte do Brasil, incluiu uma política de interiorização de venezuelanos através da "Operação

Acolhida", formada pelo governo federal, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, estados e municipios parceiros. Em Caxias do Sul, observa-se a presença de venezuelanos que participaram da operação acolhida, mas também teve interiorizações espontâneas, com cooperação de instituições e de Igrejas, numa rede de apoio e ajuda de familiares e amigos. É importante frisar que a migração de venezuelanos apresenta diferentes graus de vulnerabilidade e risco social, em especial, com crianças e adolescentes.

Inserção do aluno migrante na escola em Caxias do Sul

Nota-se que a presença de crianças e adolescentes imigrantes nos fluxos migratórios para a cidade de Caxias do Sul tem aumentado gradativamente desde 2010, e pode ser observada nas escolas do Município. Dessa maneira, optou-se por escolher as escolas municipais de Caxias do Sul como campo de pesquisa na história, pelo motivo de que é na escola que podemos perceber a presença da criança e adolescente imigrante, e assim colaborar com os estudos migratórios da cidade. Foram realizadas 10 entrevistas temáticas com professores dos anos iniciais do ensino fundamental da rede municipal de educação, que tiveram alunos migrantes na sala de aula no período entre 2017 e 2020. As entrevistas foram transcritas e analisadas pela metodologia da História Oral nos termos de Portelli (2016) e Delgado (2010).

A partir da análise das entrevistas, foi possível compreender como ocorreu o processo de inserção dos alunos migrantes na escola pela ótica dos professores, assim, foi possível identificar diferentes categorias de análise[140], este artigo destacará as seguintes categorias no processo de inserção escolar e nas alternativas criadas pelos professores para melhorar a inserção escolar.

A inserção do aluno imigrante inicia quando os responsáveis legais fazem a solicitação de matrícula na Central de Vagas, na Secretaria Municipal de Educação de Caxias do Sul. Após a Central de Vagas analisar a situação escolar e fazer a comparação com o histórico escolar do aluno migrante no país de origem, assim, é decidida a série que lhe possibilite uma melhor adaptação ao sistema escolar brasileiro. A comparação e

[140]São elas: processo de inserção, alternativas criadas pelos professores para facilitar a inserção, estratégias de acolhimento, dificuldades de aprendizagem e as diferenças culturais e relações sociais estabelecidas entre a escola, a criança e a família. Texto integral pode ser acessado na dissertação "Migrantes na Escola: Estudo acerca da Inserção das Crianças Migrantes no Sistema Escolar em Caxias Do Sul, em Tempos Presentes". Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/10918

análise do histórico escolar para alunos migrantes diferem-se da comparação feita entre a situação dos alunos brasileiros que trocam de escola, pois se trata de sistemas escolares diferentes. Em algumas entrevistas foi relatada a dificuldade de equiparar os sistemas de ensino de diferentes países. Os professores, devem observar no decorrer do ano se a avaliação inicial está correta, e se há a necessidade de avançar ou retomar algum ano, para o melhor aproveitamento do aluno.

Conforme a Resolução n°. 1, de 13 de novembro de 2020, no art. 1 § 5º é indicado que na ausência da documentação escolar do país de origem dos migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio terão direito a processo de avaliação ou reclassificação para permitir que o aluno seja matriculado no ensino regular da Educação Básica. A resolução também permite que a matrícula seja feita conforme o desenvolvimento e faixa etária do aluno. Resolução n° 1/2020 dispõe que não há obrigatoriedade de apresentar a documentação para realizar a matrícula de alunos migrantes, o que garante a inserção da criança migrante e refugiada sem discriminação em relação à condição migratória. Caso não haja documentos do histórico escolar, a escola precisa aplicar uma avaliação para o aluno para averiguar qual série melhor corresponde à necessidade do aluno.

Em Caxias do Sul, o processo de matrícula do aluno migrante em Caxias do Sul é orientado também pelo Parecer do Conselho Municipal de Educação n°. 023 de 15 de julho de 2014. Finalizado o processo na Central de Vagas, o aluno é encaminhado para a escola. A escola, por sua vez, recebe o parecer da Central de Vagas e dá início ao processo de integração do aluno no ambiente escolar.

O professor relata que a coordenação da escola faz a transição pedagógica da Central de Vagas para a escola. Após, o aluno é encaminhado para a professora do atendimento especializado, para poder aprofundar o conhecimento sobre a criança e avaliar em que condições ela se encontra no momento. Muitas vezes nesse processo a questão da comunicação é dificultada pelas barreiras linguísticas. Só depois é que o aluno vai para a sala de aula.

A inserção de crianças migrantes na escola implica uma responsabilidade do professor na sala de aula, segundo os professores entrevistados, inserir uma criança num ambiente cultural distinto daquele em vivia em outro contexto impõe uma série de cuidados para facilitar a inserção da criança na turma. Constatou-se que há uma preocupação por parte dos professores de evitar o isolamento de crianças migrantes e lhes proporcionar um bom desenvolvimento escolar.

Nos depoimentos, uma das entrevistadas comenta que, além de estar atenta às

demandas de todos os alunos, precisa acompanhar os alunos migrantes para verificar se estão aprendendo e localizar onde estão as dificuldades. De imediato, os relatos revelam que é necessário fazer um atendimento diferenciado para o aluno migrante para que ele possa acompanhar os demais, principalmente na questão da comunicação, e principalmente, para evitar a discriminação.

Os professores disseram que conseguem compreender a situação dos alunos migrantes no decorrer do processo de inserção, conforme acompanham o desenvolvimento do aluno e então podem identificar as necessidades específicas que devem ser trabalhadas. Por esse motivo, muitas vezes, não há um plano ou planejamento prévio e preparatório para quando os professores recebem as crianças migrantes em sala de aula.

Uma professora relata que, quando receberam os primeiros alunos migrantes na escola, pediram apoio, mas não receberam orientações claras ou materiais de apoio para auxiliar os professores no processo de inserção. Percebe-se a necessidade de um maior apoio pedagógico para os professores terem suporte para o trabalho, como: materiais informativos e formação continuada sobre o tema.

Os relatos evidenciam situações de conflitos, provocadas pela necessidade da mobilidade humana, quando a migração não é individual, é familiar, motivada pela urgência da situação que enfrentam, verifica-se que crianças e adolescentes não estavam preparados para assumir as consequências da mobilidade e, por isso, carregam muitos sofrimentos e situações traumáticas. Nem sempre o grupo viaja junto, alguns migram muito tempo depois e enfrentam ainda situações de reunificação familiar.

No processo de inserção dos alunos migrantes, a direção, a coordenação pedagógica e os professores têm um papel fundamental no acompanhamento dessas crianças no período inicial de adaptação escolar. É no contato cotidiano, nas observações dos professores em sala de aula e no diálogo com a família que é possível fazer uma avaliação mais precisa das especificidades dos alunos migrantes.

Identificar as características de cada aluno migrante colabora para a sua inserção. Os professores relaram a necessidade de estar atentos aos seguintes fatores: as dificuldades ou facilidades na comunicação com a língua portuguesa; o desempenho necessário para se adequar a série indicada; a escolha da série relacionada às condições e às situações de cada aluno; a identificação das dificuldades específicas e necessidade de atendimento especializado; o reconhecimento da defasagem escolar, ou se o aluno foi matriculado em uma série abaixo do seu nível escolar.

A professora explicou que mudou a sua prática pedagógica quando a aluna está em sala de aula, utilizou métodos mais didáticos para que a aluna pudesse acompanhar os conteúdos. Optou por colocar a matéria no quadro de forma escrita, assim ela poderia treinar a habilidade da escuta e escrita em português. E, por outro lado, evitou passar atividades como ditados e outros métodos que pudessem sem menos compreendidos pela aluna nesse período inicial.

Outro professor relata que foi necessário dedicar um período por semana para ensinar português para uma aluna haitiana que não conseguia acompanhar a classe devido à dificuldade com o aprendizado do português. Uma professora havia um período livre e assim dedicou esse tempo ao ensino do português. Após um tempo, a mesma aluna pode acompanhar normalmente a turma, pois já compreendia o idioma. Outros professores relataram que no início foi feita a tradução do material para a língua do aluno, material que gradativamente foi sendo modificado com a inclusão do português para melhorar a comunicação do aluno migrante na língua local.

Chama a atenção a percepção de um dos entrevistados quando trata da inserção dos alunos migrantes nas escolas em que trabalhou. Percebe que inicialmente os alunos migrantes ficam mais deslocados na turma, com comportamento tímido e às vezes até apresentando dificuldade de se enturmar com os colegas. A percepção que o professor teve é que tal comportamento pode ser pela migração da família ser uma migração forçada pelas condições no país de origem. Conforme o relato, após a adaptação essa situação é superada conforme o seguinte depoimento:

> A situação condiciona um pouco o comportamento deles na sala de aula. Vejo que eles demoram para se entrosar. Eles têm uma certa timidez. Enfim, mas depois eles acabam se enturmando, se entrosando, enfim, se adaptando. (Entrevista 6).

Nesse sentido, a ponderação feita é interessante e nos faz refletir sobre o processo de integração entre adultos migrantes e nacionais e entre as crianças migrantes e nacionais no ambiente escolar. A narrativa do professor evidencia que os alunos migrantes são crianças, independentemente da condição de migrante e acredita que isso facilita o estabelecimento de laços de amizade através da brincadeira. Relações que se estabelecem de maneira mais rápida e espontânea entre crianças do que entre adultos:

> A criança se adapta muito mais fácil [...] coloca 10 crianças de 10 de países diferentes na sala de aula, em alguns dias estão brincando juntos. Mesmo não falando a mesma língua, estão brincando junto. Agora, adulto já é diferente. (Entrevista 6).

Considerações finais

Diante da pesquisa realizada, foi possível observar que a responsabilidade pelo processo de inserção e adaptação do aluno migrante na escola fica com o professor. Muitas vezes recai ao professor a tarefa de desenvolver estratégias pedagógicas em sala de aula, de observar e buscar compreender questões culturais, religiosas, bem como é o contexto em que o aluno migrante vive. Na maior parte das narrativas dos professores, foi possível observar essa preocupação com as especificidades dos alunos migrantes e o seu desenvolvimento escolar. Muitos deles afirmam que conseguiram "dar conta" mesmo sem um projeto de apoio. Entretanto, é necessário pontuar que há limites no ato de atender às necessidades e prestar um atendimento especial.

Entende-se necessário o estabelecimento de um plano ou projeto que apoie a escola na maneira como proceder, possíveis estratégias de integração do aluno migrante, exemplos de boas práticas, e considerações sobre as especificidades culturais, linguísticas e religiosas dos alunos migrantes.

A pauta sobre a presença do aluno migrante precisa ser incluída nas discussões dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais como uma realidade da escola brasileira. Um dos objetivos específicos do presente trabalho é romper com a invisibilidade das crianças migrantes na migração através da reflexão e problematização da realidade e da inserção dela nas escolas do Município de Caxias do Sul. As entrevistas mostram que, de modo geral, não há um consenso sobre a maneira como é feita a inserção das crianças migrantes na escola.

Observou-se que as experiências migratórias na qual as crianças estão envolvidas direta ou indiretamente pode ter implicações diretas na vivência escolar, na adaptação ao novo ambiente cultural e linguístico que a escola proporciona, pode ter implicações no aprendizado e no desenvolvimento da criança.

Observou-se que a barreira linguística é um dos maiores desafios para a integração dos alunos migrantes em sala de aula, todos os professores entrevistados relataram essa dificuldade. Algumas escolas optaram por focar inicialmente no aprendizado do português e na comunicação com apoio do atendimento especializado. Outros professores afirmaram que, no momento inicial, fizeram modificações no material entregue, incluindo mais figuras, assim como, fizeram avaliações com mais questões de múltipla escolha.

Por fim, ressalta-se a relevância do papel da escola, do professor e dos atores escolares no processo de inserção das crianças migrantes na escola. Conclui-se que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento escolar, na socialização das

crianças migrantes, na integração da criança e da família migrante na comunidade local, além de ter um caráter protetivo na garantia dos direitos das crianças em situação de migração.

Referências

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p.119-143, 2017.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 319 - 367.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. Lei n°. 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração.

BRASIL. Lei n°. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

BRASIL. Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Lei n°. 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Resolução n° 1, de 13 de novembro de 2020. Brasília, 2020.

BRASIL. Portaria Interministerial n°. 12, de 14 de junho de 2018. Brasília. 2018.

CAMELO, Juliana. "**Migrantes na Escola**: Estudo acerca da Inserção das Crianças Migrantes no Sistema Escolar em Caxias Do Sul, em Tempos Presentes". Caxias do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/10918. Acesso em novembro de 2024.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de.; MACEDO, Marília F. R. de. Imigração e Refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2020**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CAXIAS DO SUL. Conselho Municipal de Educação. Parecer do Conselho Municipal de

Educação CME n°. 023, de 15 de julho de 2014. Caxias do Sul, 2014

CUNHA, Jorge Luiz da. Os efeitos práticos das políticas provinciais e imperiais sobre a colonização de territórios do Rio Grande do Sul com imigrantes europeus no século XIX.p.80-101. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Imigração e Sociedade**. Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Caxias do Sul: Educs, 2015.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História e memória: metodologia da história oral. (p 15 – 31). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral, narrativas, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral, narrativas, tempo, identidades: tempo e
história (p 33-44). IN: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral, narrativas, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Migrações em espaços contemporâneos: integração ou pluralismo cultural**. Colóquio** – Revista Desenvolvimento Regional – Faccat, Taquara, RS, v. 16, n. 3, jul./ dez. 2019.

MOCELLIN, Maria Clara; HERÉDIA Vania Beatriz Merlotti. Dinâmicas Migratórias, trabalho e diferenciação social: o caso de Caxias do Sul. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.8, n° 1, p. 144-165, jan./ jun., 2018.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Declaração de Cartagena**. Cartagena, 1984.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Americana de Direitos Humanos**. San Jose, 1969.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de; RODRIGUES, Gilberto M. A. Proteção internacional de migrantes forçados e a agenda brasileira: histórico, temas e atores. 2020, p. 144 – 171 In REDIN, Giuliana (org.). **Migrações internacionais**: experiências e desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Santa Maria, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York, EUA, 1989.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados 1951**. Genebra, Suíça, 1951.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, França, 1948.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações Internacionais de e para o Brasil Contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n. 3, p. 23-33, jul./set. 2005.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 57, maio/ago. 2006.

PATARRA, Neide Lopes; BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica: Brasil no Mercosul**. Apresentação I Congresso da Associação Latino-Americana de População, ALAP**. Caxambu – MG, 2004.

PORTELLI, Alessandro. História oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo, 2016. p. 9-25.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os processos da globalização. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 25 – 95.

SÃO PAULO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO. Parecer CEE n°. 445/1997. São Paulo, outubro de 1997

SÃO PAULO. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SÃO PAULO. Parecer CEE n°. 633/2008. São Paulo

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12., 2000; GT MIGRAÇÃO, SESSÃO 3 – A MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO FINAL DO SÉCULO, 2000, Caxambu, **Anais** [...] Caxambu, 2000

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEYFERTH, Giralda. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914), p. 14. In: RADUNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Imigração e Sociedade**. Fontes e Acervos da Imigração Italiana no Brasil. Caxias do Sul: Educs, 2015.

SINGER, Paul. **Migrações internas**: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER,
Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo: CEBRAP, 1973

UNICEF. United Nations International Children's Emergency Fund Child migration, April, 2021. In: **Data**: Monitoring the situation of children and women. 2021.Tradução livre. Disponível em: https://data.unicef.org/topic/child-migration-and-displacement/migration/ Acesso em: 11 jan. 2022.

A APLICAÇÃO DA PERSPECTIVA DE COLONIZAÇÃO PÚBLICA MISTA A PARTIR DOS CASOS DE ERECHIM (1908) E SANTA ROSA (1915): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Kalinka de Oliveira Schmitz

Introdução

Natural a todo processo de longa duração, também a colonização com imigrantes europeus na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, posteriormente Estado do Rio Grande do Sul, possuiu diversas modificações ao longo das mais de dez décadas de sua ocorrência.

Resultado de interesses políticos e estratégicos, o Brasil imperial se movimentou para organizar a vinda de famílias europeias - inicialmente oriundas dos Estados alemães pré-unificação, que ocorreu apenas na década de 1870. Essas pessoas que se dirigiriam para o Rio Grande do Sul, onde recebiam lotes de terras de cerca de 70 hectares e voltariam a sua energia para a prática da agricultura e produção de alimentos. Durante as primeiras décadas da imigração e colonização na então província, houve a predominância da chegada de imigrantes de língua alemã e a maior ocorrência de empreendimentos criados pelo governo - imperial ou provincial, embora observa-se igualmente a presença de empreendimentos particulares em menor número.

O espaço colonial que passou a se formar era dependente da existência de uma infraestrutura básica, de modo que ao se criar um núcleo colonial, houvesse o básico de transporte de pessoas e mercadorias, fundamental para o desenvolvimento desses empreendimentos. Dessa forma, a colonização se expande de maneira lenta e gradual pelo território rio-grandense, uma vez que a criação de Colônias buscava atender a demanda de imigrantes e posteriormente de colonos (filhos de imigrantes nascidos no Brasil), das Colônias já existentes. A expansão do espaço colonial ocorria então, sempre a partir do último ponto que estava sendo ocupado por essa massa populacional que entrava na província.

Logo, esse processo iniciado no ano de 1824 chega aos pés do Planalto apenas nas últimas décadas do século XIX, quando ocorre o que Jean Roche (2022) denomina de *Salto para o Planalto*. Chegando nesta nova região do Rio Grande do Sul, as Colônias

criadas passam a ser identificadas como *colônias novas*, em detrimento das *colônias velhas*, criadas no decorrer do século XIX, até as encostas da serra.

Para além dessa mudança espacial e de identificação, a colonização passa, principalmente a partir da década de 1870, a contar com a entrada de novos grupos étnicos. Ou seja, até aquele momento, a população imigrante que buscava nas terras brasileiras novas oportunidades de vida, era predominantemente identificada como sendo alemã[141]. A partir do referido período, passam a desembarcar na Província/Estado, imigrantes de diferentes origens étnicas, complexificando o quadro populacional que se observava até então.

Esta população imigrante, ao desembarcar nas paragens sulinas, chegam a um espaço que já era ocupado desde muitos séculos por diversos grupos indígenas, caboclos/nacionais e por negros[142]. Este fato contrasta com o presente na documentação oficial, que trata da região do Planalto com um espaço com diversos "vazios demográficos", ou espaços onde não haveriam indivíduos capazes de contribuir para a economia rio-grandense tal como os imigrantes e seus descendentes poderiam.

A população desconsiderada pelos governantes e em publicidades de empreendimentos de colonização, se inserem no espaço agrário a partir, principalmente, de apossamentos onde praticavam uma agricultura de subsistência – e venda de algum excedente no comércio local –, realizavam trabalhos sazonais nas grandes propriedades que havia próximas, ou ainda, tiravam sustento a partir da extração da erva-mate (Christillino, 2008).

Com a Proclamação da Independência, em 1822, o país entra em um hiato de legislação agrária. Até aquele momento, a principal lei em vigor era a Lei Sesmarial; com o corte de laços entre o Brasil e Portugal, o país sul-americano apenas voltará a ter um código de leis referentes à propriedade da terra no ano de 1850, quando é criada a Lei de Terras, e com a sua promulgação no ano de 1854. Entre os anos de 1822 e 1850, sem

[141] Atualmente, a historiografia sobre o tema opta por se referir a esses indivíduos como imigrantes de língua alemã/germânica ao invés de imigrantes alemães. A mudança ocorreu por conta da complexidade do contexto em que iniciaram a imigração ao Rio Grande do Sul, antes da unificação da Alemanha; considera-se então, a adoção desse novo termo, uma forma de melhor identificar as variações e diversidade existente no grupo migrante.

[142] Durante o período imperial, as matas do Planalto rio-grandense eram um refúgio para aqueles que fugiam das fazendas em busca de uma vida mais digna. No pós-abolição, a presença e circulação continua. Devemos fazer o adendo, contudo, de que na documentação utilizada para este artigo, não há menções sobre características fenotípicas que permitam identificar quando o sujeito é negro ou caboclo. Logo, é lícito supor que dentro do grupo de pessoas com sobrenomes de origem portuguesa e que consideramos como nacionais, exista uma parcela de pessoas negras compondo o cenário multiétnico das Colônias aqui estudadas.

diretrizes sobre a temática da propriedade da terra, ocorreu a predominância da prática de apossamentos, onde indivíduos se instalavam em áreas e iniciavam a utilização da terra.

Com a Proclamação da República, novas legislações são criadas, incluindo novas diretrizes para a questão de terras e colonização. E a opção pelo sistema federativo, cada Estado da União possuía relativa autonomia, contando com uma constituição própria. Dito isso, a legislação estadual que surge passa a criminalizar o apossamento; é o momento em que o posseiro se torna um intruso (Silva, 2008).

O cenário prévio à chegada do processo colonizatório na região do Planalto já contava, então, camadas de complexidade, com diferentes atores e interesses. Após o início da colonização, ocorre uma intensificação desse processo. Com a colonização avançando, avançava também o processo de marginalização dos indivíduos que não possuíam condições financeiras de se inserirem na colonização, visto este ser um processo que resulta em uma constante valorização do preço das terras.

As discussões e preocupações econômicas sobre a compra e venda de terras, os impostos que seriam arrecadados se somavam à preocupação com a formação da sociedade rio-grandense. A colonização promoveu a entrada de milhares de pessoas de diferentes etnias, se juntando a um espaço que já possuía uma ocupação e costumes estabelecidos.

A instalação em um lote colonial, em um novo país, com clima e cultivares distintos daqueles conhecidos, se colocava com desafios práticos, mas também psicológicos, decorrentes de tantas mudanças e dificuldades que ocorriam simultaneamente. Logo, instalar-se em lotes próximos a conhecidos e familiares, permitia a construção de uma rede de apoio tanto nas lidas inerentes ao espaço rural, mas a nível simbólico, através da busca pela manutenção de práticas culturais e tradicionais da pátria de origem (Vendrame, 2016). A busca dos imigrantes e descendentes em formarem comunidades próximas de ajuda mútua ia de encontro aos interesses do Estado, que buscavam formas de minimizar quistos étnicos que eram vistos como prejudiciais para a formação da sociedade e do sentimento de pertencimento ao país que escolheram para tentar uma nova oportunidade.

Enquanto a colonização particular permitia uma maior facilidade em se reunir junto aos seus nos empreendimentos, contribuindo para ajuda mútua e manutenção de costumes, as Colônias públicas iam em direção oposta. Mesmo que ao longo do período de aplicação da iniciativa pública tenha ocorrido a busca pela integração de colonos de diferentes etnias, consideramos que foi a partir das Colônias de Erechim (1908) e Santa

Rosa (1915) o ponto em que o caráter misto passa a ser buscado e implementado de maneira mais efetiva. Isto posto, é objetivo deste artigo a análise de como o caráter misto foi aplicado em ambas as Colônias considerando que ainda que possam ser colocadas sob um mesmo guarda-chuva, as diferenças regionais, de partícipes do processo e de momento de conhecimento do próprio governo sobre a temática.

Para tal, adotamos metodologicamente a História Comparada, onde, a partir da construção por analogias, seja possível "identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo" (Barros, 2014, p. 17). O modelo do qual Barros se refere, no caso deste artigo, são as Colônias Erechim e Santa Rosa, que são os dois principais núcleos de colonização público misto criadas ao longo da Primeira República no Rio Grande do Sul; ainda assim, para além da diferença geográfica, a variedade de atores envolvidos, e a própria experiência adquirida entre os anos de criação de cada uma, acaba influenciando a forma como cada uma se consolida no cenário regional. Outro ponto que nos levou à escolha da comparação para tal estudo se coloca no fato de que, a partir de uma perspectiva comparada, o exercício realizado ao analisar as fontes e objetos de estudo, possibilitam o encontro de aspectos e problemas que de outra maneira poderiam passar despercebidos ou mesmo negligenciados (Detienne, 2004; Kocka, 2014).

A atualização do Governo Estadual nas diversas esferas da colonização na Primeira República

Logo nos primeiros anos do novo regime político, o governo do Rio Grande do Sul criou dois núcleos coloniais públicos, buscando atender a constante demanda por novos lotes de terras, tanto por imigrantes quanto por colonos já nascidos em terras brasileiras. Assim, no ano de 1890 há a criação da Colônia Ijuí, e alguns anos depois, o Estado cria a Colônia Guarani 1891, próximo à fronteira com a Argentina, ambas no Planalto.

Junto aos empreendimentos particulares, esses núcleos públicos se inseriam no espaço colonizatório, sendo procurados por quem desejasse adquirir uma colônia a preços mais atraentes do que os praticados pela iniciativa privada. Mas diferente dos projetos particulares, Ijuí e Guarani tinham como proposta o recebimento de imigrantes e colonos de diferentes grupos étnicos, demonstrando já um caráter misto de colonização que será desenvolvido e aplicado de maneira sistemática posteriormente nas Colônias de Erechim e Santa Rosa, e que serão analisadas de maneira mais aprofundada neste artigo.

O pensamento dos governantes do período anterior à Primeira República, passa a ser questionado e posto de lado quando assume a Diretoria de Terras e Colonização o engenheiro Carlos Torres Gonçalves. Torres Gonçalves, um positivista religioso, que defendia abertamente a necessidade de integrar as populações até então marginalizadas do processo colonizatório. Havia o entendimento de que a prática de intrusagem não seria realizada, em grande medida, por pessoas de má índole, mas sim, por famílias que não regularizaram a situação de seu apossamento por ser este um processo demasiadamente oneroso para pessoas de poucos bens financeiros. Desta forma, Torres Gonçalves, via Diretoria de Terras e Colonização (DTC), entendia que oferecendo condições para que tal parcela da população pudesse realizar a regularização de suas terras, o problema da intrusagem poderia ser resolvido (Schmitz, 2024).

Quando a colonização chega na região do Planalto, já havia um conhecimento e experiência adquiridos ao longo das décadas passadas de colonização no espaço das *colônias velhas*. Fosse através da experiência através da criação e administração dos seus núcleos, o governo também observava e fiscalizava a iniciativa particular.

Outro ponto a se observar é a percepção governamental de que a região norte do Estado era a última região com áreas disponíveis para a utilização na ocupação considerada ideal por aqueles que ocupavam o poder estadual. Críticos da forma como os governos anteriores administraram a questão de terras e colonização, tinham nesse espaço, onde se visualizava a finitude das terras devolutas, o espaço para agirem da maneira que melhor entendiam.

Como já posto, criticava-se a forma como a iniciativa privada administrava seus empreendimentos de colonização de maneira recorrente na documentação (Schmitz, 2021). Ainda assim, o governo vendia áreas devolutas para que particulares realizasse a divisão em lotes e venda para imigrante e/ou colonos; ainda assim, através da DTC e das Comissões de Terras e Colonização (CTC), realizava-se uma fiscalização nos núcleos coloniais particulares, de modo a tentar proteger os colonos, visto a existência de casos onde a colonizadora (ou indivíduo colonizador) se preocupava unicamente com a venda dos lotes e, findo esse processo, se retirava do espaço referido, deixando os colonos desamparados.

A outra forma do governo participar do processo colonizatório, era, obviamente, a criação de núcleos públicos, onde poderiam aplicar de maneira direta as diretrizes que entendiam ser as mais corretas para o desenvolvimento estadual e da inserção do elemento colonial na sociedade rio-grandense.

As Colônias de Erechim e Santa Rosa

Na primeira década do século XX, os núcleos coloniais que haviam sido criados nos anos seguintes ao fim do Império, já apresentavam relativa ocupação, principalmente a Colônia Ijuí. Deste modo, o governo estadual se via diante da necessidade da criação de uma nova Colônia, observando espaços que poderiam ser utilizados, além da ocupação prévia por intrusos.

Impulsionada pela presença da ferrovia em seu território, a Colônia Erechim sente tal influência e passa a ser ponto de chegada de colonos de diferentes etnias, a ponto de tornar-se a principal Colônia do Rio Grande do Sul a partir de 1910. Seu caráter misto, portanto, é predominantemente de imigrantes europeus e descendentes de imigrantes. Isto não significa que não houvesse famílias de nacionais nesse novo espaço colonial; o município de Passo Fundo, onde Erechim se localizava, possuía uma densa ocupação de nacionais, considerados intrusos pelas mudanças legislativas. Logo, mesmo que uma parcela desse grupo saísse da região, compondo o processo de marginalização propagado pelo avanço da colonização, outra parte se inseriu na comunidade colonial que se formava.

Dado tais condicionantes observadas, em pouco tempo Erechim se torna a principal Colônia pública do Estado, possuindo uma alta demanda por lotes coloniais naquele espaço. A partir de um processo de desocupação-ocupação (Caron, 2009), a entrada de imigrantes, descendentes e em menor quantidade de nacionais, imprimiu na Colônia Erechim o caráter misto preponderantemente com origens na imigração europeia. Isso pois, para Caron (2009), a ideia do conceito é justamente refletir sobre a saída de grande parte dos que ali já viviam, para que outros grupos pudessem ser assentados.

A colonização pública, além de atender às demandas da população colonial por novas áreas de terras disponíveis para se assentar, permitia ao governo utilizar desse espaço para a resolução do problema de intrusagem que ocorria em áreas de particulares e mesmo em outras áreas de terras devolutas. Podendo ser considerada como uma ferramenta do governo para essa situação, é lícito considerar que "o lugar de atenção que Erechim acabou ocupando, possibilitava tanto o manuseio de sua área para também resolver problemas agrários, quanto pode ser influenciado, juntamente com a ferrovia, o crescimento que culminou na emancipação, uma década após sua criação" (Schmitz, 2024). A questão de uma colonização interétnica e com nacionais não é, portanto, algo

que surge junto à Colônia Santa Rosa, embora ali ganhe maior destaque e organização, podendo ser observada em outros espaços coloniais públicos.

Projetos públicos anteriores à Colônia de 1915 já apresentavam como característica a diversidade étnica de sua população, contrastando com a predominância de empreendimentos particulares, onde observava-se uma preponderância de determinada etnia – alemã, italiana, etc. –. Mesmo nesses projetos particulares quanto em Colônias públicas criadas ao longo do período imperial, Seyferth (2008) defende que nenhum núcleo colonial seria de fato homogêneo e isolado; antes, que ao se referir a alguma Colônia como sendo, por exemplo, "alemã" ou "italiana", melhor seria considerar estas como as etnias predominantes, porquanto existiriam famílias ou indivíduos de outras etnias em menor expressão.

Ao se pensar questões interétnicas, portanto, fica evidente, nas Colônias objeto deste artigo, o caráter dessas relações. No primeiro momento já há a ligação entre colonos e imigrantes de diferentes origens, que passam a sofrer um processo de fricção étnica, reforçando suas fronteiras e identidades (Poutignat; Streiff-Fenart, 2011). Contudo, diferenciações de costumes e tradições podem ser vistas entre gerações distintas, mas que possuem a mesma região europeia de origem. Em outras palavras, é possível observar que existiu também o contato entre colonos já nascidos no Brasil, com imigrantes da mesma origem geravam estranhamento (Neumann, 2014). Por essa linha de pensamento, as tabelas demográficas de Erechim e de Santa Rosa que serão discutidas nas próximas páginas, apresentam uma divisão com uma coluna dedicada aos imigrantes, enquanto os colonos (descendentes de imigrantes) são reunidos junto com os nacionais.

Partindo de uma perspectiva cultural e, consequentemente, de adaptação, há uma correlação entre os grupos agrupados. Para além da situação de adaptação ao espaço e a possibilidade de chegarem aos seus lotes coloniais e já conseguirem produzir retorno, por terem vivido já toda a sua vida deste lado do Atlântico, também as práticas culturais trazidas da pátria de origem teriam sofrido adaptações e sincretismos, que acabavam gerando uma prática distinta da original. Essas adaptações poderiam não ser bem-vistas por aqueles que chegam ao Rio Grande do Sul com as práticas tradicionais "frescas", apenas com a memória da prática no espaço de origem, o que geraria um preconceito contra aqueles que que teriam se adaptado à realidade colonial sul-brasileira, distanciando-se da cultura original.

A documentação pública, relatórios e ofícios das diferentes esferas governamentais responsáveis, davam mais atenção para os números de entradas de

imigrantes na Colônia. O caráter misto da população de Erechim é predominantemente de imigrantes e descendentes de diferentes etnias, com os nacionais ocupando um espaço não tão expressivo; mesmo assim, vemos que a categoria colonos, que se refere aos filhos de imigrantes nascidos no Brasil é colocada juntamente com os nacionais. Desse modo, os dados da tabela abaixo, possuem lacunas na coluna que trata dos colonos e nacionais.

Tabela 1 - Entrada/Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Erechim

ANO	**IMIGRANTES**	**COLONOS/NACIONAIS**	**TOTAL**
1908	4.117	-	-
1909	6.046	-	-
1910	3.583	-	-
1911	7.790	-	-
1912	5.687	9.000	14.500
1913	10.000	8.000	18.000
1914	14.600	12.400	27.000
1915	24.071	1.834	25.905
1916	13.700	13.600	27.300
1917	28.800	-	-

1918	-	-	35.000
1919	-	-	37.000
1920	-	-	32.000

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920. Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Carlos Barbosa Gonçalves. Na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1912. Organizado pela autora.

Acrescentar em uma mesma coluna os colonos e os nacionais pode ser explicado a partir da lógica de adaptação e/ou produtiva. Ambos os grupos não requerem período de adaptação para tornar os seus lotes produtivos, e assim, se encaixarem na dinâmica colonial e contribuírem financeiramente para o crescimento econômico de Erechim. Por outro lado, os imigrantes passavam por esse período de adaptação, levando algum tempo até que estivessem habituados às diversas condições para participar do ciclo econômico na agricultura.

Nos primeiros anos de Erechim, onde possuímos apenas o número de ingresso de imigrantes, observamos uma crescente dos números, com apenas o ano de 1910 contrastando e apresentando menos de quatro mil imigrantes entrando em Erechim. Após esse ano, contudo, aumenta exponencialmente as entradas, sempre acima de cinco mil indivíduos, em alguns anos, multiplicando esse número várias vezes. Ainda assim, entre anos de grandes entradas, ocorre quedas no número, embora ainda sigam expressivas. Uma possibilidade para tal, além da óbvia diminuição de interessados em se deslocar até a Colônia pública no município de Passo Fundo, seria o represamento de dados; ou seja, entradas que tenham ocorrido em um determinado ano, mas que apenas foram registrados posteriormente.

Apesar da carência de números em vários pontos ou grupos, ao observarmos a população total de Erechim, observa-se que no espaço de dez anos, o número de habitantes dobra, resultado do conjunto de fatores que incluem a presença da ferrovia e a consequente facilidade de deslocamento, e o crescimento econômico, também impactado pela estrada de ferro, que consequentemente, acabava se tornando um atrativo para aquelas famílias que poderiam estar em dúvida para qual Colônia se dirigiriam.

A atratividade de Erechim, observada desde o início, por conta da presença da ferrovia ou ainda da segurança de uma Colônia pública, onde haveria um suporte e infraestrutura mais ampla do que o observado na maior parte dos pequenos empreendimentos particulares, além de preços e condições de pagar diferentes do que era praticado pelas pessoas físicas envolvidas nesse mercado, acaba, podemos dizer, se retroalimentando. Isto é, enquanto a propaganda oficial e o boca a boca, e as condições iniciais atrativas, que atrairia as primeiras levas de colonos e imigrantes a se deslocarem para lá, posteriormente, essas condições de atração iniciais que impactam no crescimento econômico de seus habitantes, acabariam sendo um reforço na propaganda, levando a uma atratividade exponencial, resultando em um maior direcionamento de famílias para lá, aumentando a população total.

Dentro desse cenário onde as condições iniciais atraem inicialmente e permitem o crescimento econômico, que por sua vez se soma aos aspectos atrativos, num efeito de bola de neve, também os nacionais se deslocam para Erechim, considerando uma maior facilidade em quitar as terras adquiridas do que em relação aos empreendimentos particulares. Analisando o quadro populacional, observa-se a predominância de imigrantes, com os demais grupos compondo, mas não de maneira numericamente próxima. Reforçando assim, a ideia apresentada de que o caráter misto desta Colônia seria calcado em grupos de origem europeia. Diferentemente, porém, do que ocorreu na Colônia Santa Rosa, criada alguns anos mais tarde.

Após a criação da Colônia Erechim em 1908, o governo estadual seguia ponderando em seus relatórios e memorandos, sobre a demanda crescente por novos lotes coloniais, ao passo que as terras públicas disponíveis diminuíam. Esse fator, juntamente com o aumento da população colonial e a expansão do espaço ocupado por tal parcela de pessoas, impactava os nacionais em condição de intrusagem, que poderiam migrar internamente para longe das fronteiras onde a colonização estava ocorrendo, postergando um problema de complexa resolução.

Cientes do problema de intrusagem e da necessidade de resolvê-lo, havia estudos sobre a localização dessa população e hipóteses sobre a forma como tratar essas pessoas. E embora a legislação republicana acabasse por criminalizar aqueles que ocupassem a terra sem possuir o título de propriedade sobre a mesma, Torres Gonçalves possuía um entendimento distinto sobre as causas para tal e também sobre as possibilidades dessa população até então marginalizada, de contribuir para o desenvolvimento estadual. Sendo ele o diretor do órgão diretamente ligado às temáticas que envolvia essa situação, passou

a trabalhar de forma a integrar os nacionais no espaço colonial e produtivo, através de iniciativas que facilitariam o pagamento do lote colonial e assim, a regularização dessa população.

É então, dentro dessa perspectiva, que a Colônia Santa Rosa é criada em 1915. A escolha do local para a sua criação já é indicativo da colonização pública como ferramenta para a resolução do problema crônico da intrusagem, visto ser uma região que possuía grande presença de intrusos, tornando-se um potencial palco para algum problema social. Desde a sua idealização, a Colônia Santa Rosa teria como principal função, incorporar em seu território as propriedades de nacionais que seriam regularizadas, deixando de se enquadrar como intrusos. Tanto o é, que a atuação de funcionários do governo na região, de maneira prévia à criação oficial do núcleo colonial, fez com que, quando colonos e imigrantes se dirigissem para lá, não apenas toda a infraestrutura básica já existisse, como a resolução do problema da intrusagem já estava em andamento, dinamizando a reorganização agrária resultado da criação da Colônia.

Assim, é possível afirmar que o principal papel desempenhado por Santa Rosa seria o de absorver a regularização dos apossamentos, incorporando a população nacional dentro do projeto colonial do Rio Grande do Sul (Schmitz, 2024). Ocuparia um lugar então, dentro da perspectiva defendida por Torres Gonçalves, o qual entendia que essa população só estava em condição irregular por falta de condições financeiras, e após, teriam plena capacidade de contribuírem para a economia estadual, tal como os imigrantes – ou até mais que estes em um primeiro momento, visto não necessitar de período de adaptação – e seus descendentes.

A tabela a seguir, referente ao número e composição demográfica da Colônia de 1915, possui, ainda, um maior número de lacunas abertas do que a anterior, sobre Erechim. O que pode ser explicado por uma defasagem nos dados sobre a Colônia, ou mesmo que documentos onde constassem tais informações não foram encontradas nos arquivos visitados.

Tabela 2 – Crescimento populacional e diversidade étnica da Colônia Santa Rosa

ANO	IMIGRANTES	NACIONAIS/COLONOS	TOTAL

1915[143]	-	3.000	3.000
1916[144]	-	-	4.340
1917	-	-	4.000
1918	-	-	6.058
1919	-	-	8.000
1920	-	-	12.500

Fontes: Relatórios da Secretaria de Obras Públicas. 1915; 1916; 1917; 1917; 1918; 1919; 1920.
Organizado pela autora.

Com a referida falta de informações, podemos apenas acompanhar o crescimento total da população colonial. Embora seja conhecido que em sua conformação demográfica houvesse a presença de imigrantes e colonos, tal como em outros espaços coloniais, não há dados concretos. Sem tal informação, o que podemos fazer é inferir, a partir do conhecimento da forma como ocorreu em outras Colônias, ainda mais se tomarmos como ponto de comparação, a Colônia Erechim, criada poucos anos antes. Santa Rosa observa então, um crescimento constante em seus primeiros cinco anos de existência, contando para isso, com a regularização e incorporação dos intrusos da região em seu espaço, a chegada de colonos e nacionais de outras regiões, atraídos pelas facilidades de pagamento, e os imigrantes que optassem por tal Colônia.

O primeiro ano de existência de Santa Rosa, porém, é marcada pela presença unicamente de pessoas nascidas no Brasil, visto que a população total e a população categorizada como colona ou nacional, eram as únicas apontadas. Tal fato é reflexo da ação realizada previamente pelo poder público naquela região, antes mesmo da chegada

[143] Neste mesmo ano, o Relatório da Secretaria de Obras Públicas dá conta que 1.900 pessoas foram transferidas da Colônia Guarani para a recém-criada Colônia Santa Rosa. (Relatório, 1915, p. 15).
[144] No Relatório da Secretaria de Obras Públicas, consta a divisão étnica a partir do número de famílias. Dessa forma temos, em número total de população: 707 famílias nacionais de origem, 35 italianas, 16 alemãs e 15 de diversas nacionalidades. (Relatório, 1916).

de maiores números de colonos ou de imigrantes. Com a realização de trabalhos de regularização de apossamentos e a expedição de títulos definitivos da propriedade da terra, esses agora ex-intrusos passaram a compor o quadro populacional da Colônia, bem como suas propriedades entraram em outras estatísticas. Reforçando então, que o principal objetivo de Santa Rosa não seria o assentamento de imigrantes, mas sim, de atender a demanda daqueles já nascidos no Brasil, e principalmente, da população nacional intrusa.

Outro ponto que é primordial para a compreensão da atratividade de Santa Rosa para a população não imigrante, foi o fato de que, parte da ideia de utilizar essa Colônia como instrumento para a resolução da intrusagem, considerava a dificuldade financeira para pagar pela regularização. Para resolver tal problema, Torres Gonçalves, através da DTC, criou o Serviço de Proteção aos Nacionais (SPN); este serviço tinha como objetivo principal, permitir o pagamento do lote colonial através da prestação de dias de serviço em alguma obra pública. O indivíduo poderia trabalhar quantos dias pudesse, uma vez que não havia um mínimo de dias, havendo casos em que há registros de trinta e um dias de serviço, ou seja, o mês todo (Schmitz, 2024). Como pagamento ao serviço em trabalhos como medição de lotes coloniais, construção e reparos em estradas públicas, construção e reparo de prédios públicos, o trabalhador poderia escolher receber e dividir (ou não) seu vencimento em dinheiro ou no abatimento na dívida de seu lote.

Essa possibilidade, além de permitir àqueles que não possuíam condições, o meio para regularizar seu apossamento e sair da condição de intruso, permitia também a circulação de dinheiro no comércio local, daqueles que optavam por receber a totalidade ou uma parte do valor em dinheiro, fortalecendo a economia da Colônia.

Inicialmente pensado para atender às necessidades dos nacionais que tinham interesse, mas não possuíam os recursos necessários para a regularização, a análise das folhas de pagamento desses serviços apontam que dado o sucesso e o aumento na procura por tal prática, com o passar do tempo, também colonos buscavam participar desse projeto (Schmitz, 2024). Ocorria então, um fortalecimento do caráter misto, onde também descendentes de imigrantes usufruíram da facilitação no pagamento do lote, e com a entrada de imigrantes, ainda que em menor número.

Considerações finais

A colonização pública desenvolvida ao longo da Primeira República contou com um grande número de indivíduos de diferentes origens étnicas e teve como acréscimo a

inclusão sistemática do elemento nacional, numa mudança na perspectiva governamental para com esses grupos, muito embora não se deva entender tal mudança por simples preocupação social; antes, havia a preocupação em inserir os nacionais dentro da cadeia produtiva estadual, e consequentemente, deixassem de depreciar áreas que poderiam gerar ganhos com a venda através da colonização.

Ambas as Colônias, Erechim e Santa Rosa, podem ser localizadas dentro desse guarda-chuva de preocupações e interesses governamentais, embora com distinções entre si, decorrentes de períodos de criação e personagens envolvidos diferentes.

Desta forma, as duas Colônias formaram caldeirões étnicos, cada uma à sua maneira. Erechim, criada em Passo Fundo e com uma relação intrínseca com a ferrovia presente em seu território, usufruiu de tal característica ao apresentar um grande desenvolvimento e ser polo atrativo notadamente para colonos e imigrantes de diferentes origens. O momento histórico e regional da Colônia criada em 1908 contribui para uma predominância de elementos estrangeiros ou de origem estrangeira, por mais que houvesse a presença de nacionais nesse projeto, eles não eram, então, maioria.

Já Santa Rosa, criada em 1915, ou seja, um ano após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, possui um cenário regional e internacional diferente, que impactou nas migrações internacionais durante sua ocorrência. Partindo desde a idealização de seu projeto, este núcleo colonial tinha, como principal objetivo, atuar no processo de regularização fundiária da região noroeste do Rio Grande do Sul, que possuía uma intensa ocupação irregular. Como qualquer núcleo colonial, também receberia imigrantes e colonos, muito embora não fosse objetivo principal e nem tenham se tornado a principal parcela da população. Esta conjunção de fatores foram determinantes para que o caráter misto fosse formado predominantemente com o elemento nacional, alterando de maneira efetiva a dinâmica de exploração e marginalização desse grupo, ao propiciar condições para a sua integração no cenário colonial e econômico do Estado.

Isto posto, concluímos que as Colônias de Erechim e de Santa Rosa possuíram um importante papel dentro do projeto estadual de colonização, ao se tornarem importantes pontos regionais para uma colonização mista, que se queria contribuinte para a assimilação do elemento colonial à sociedade rio-grandense. No entanto, a forma como cada projeto contribuiu foi distinto; ainda que considerando-se que em uma colonização mista tenha atores de origem em comum em qualquer projeto, esse caráter possuiu particularidades em cada Colônia.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARON, Márcia dos Santos. **Colonização privada em área de colonização oficial**: considerações sobre a implantação das atividades da Empresa colonizadora Luce, Rosa & Cia Ltda no Alto Uruguai gaúcho (1915-1920). In: TEDESCO, João Carlos; HEINSFELD, Adelar. Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil. Erchim: Habilis, 2009. p. 179-202.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. O Mato Rebelde: a resistência do homem livre e pobre frente ao avanço da colonização no Rio Grande do Sul. **Revista Coletâneas do nosso tempo**, Rondonópolis, v. 8, ano VII, n. 8, p. 87-111, 2008.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 279-286. Agosto 2014.

NEUMANN, Rosane Marcia. Imigração e identidade étnica: a construção do "ser alemão" no Sul do Brasil. **História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2014. p. 94-107.

SEYFERTH, Giralda. A imigração no sul do Brasil: identidade e alteridade. In: Dreher, Martin. Noberto.; Kunz, J. A. e Mugge, M. H. (Org.). **Imigração e Relações Interétnicas**. São Leopoldo (RS). São Leopoldo (RS): Editora Oikos, 2008. p. 23-56.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SCHMITZ, Kalinka de Oliveira. **O projeto público de colonização mista no planalto rio-grandense:** as Colônias Erechim (1908) e Santa Rosa (1915). São Leopoldo: Unisinos, 2024. Tese de Doutorado em História, 2024.

SILVA, Marcio Both da. Construção do Intruso: o processo de apropriação da terra na região serrana do Rio Grande do Sul (1889-1925). **Revista Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, nº 2, p. 1-20. 2008.

VENDRAME, Maíra. **O poder na aldeia**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

Fontes

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente do Estado, Carlos Barbosa Gonçalves. Na 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de setembro de 1912. Oficinas Gráficas Da Livraria do Globo. 1912.

RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo secretário de Estado João José Pereira Parobé, em 31 de agosto de 1915. Oficina Gráfica d'A Federação. Porto Alegre.

RELATÓRIO da Secretaria do Estado dos Negócios das Obras Públicas apresentado ao Exm. Sr. General Salvador Ayres Pinheiro Machado, vice-presidente, em exercício, do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protásio Alves, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas, em 9 de setembro de 1916. Oficinas Gráficas d'A Federação. Porto Alegre, 1916.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros presidente do Estado do Rio Grande do Sul pelo Dr. Protásio Vargas, secretário de Estado, interino, dos Negócios das Obras Públicas em 14 de setembro de 1917. Porto Alegre. Tipográfica da Empresa Gráfica Rio-Grandense. Editora d'O Diário. 1917.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretario de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1918.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. Antonio A. Borges de Medeiros, presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, em 27 de agosto de 1919. Porto Alegre. Oficinas Gráficas d'A Federação. 1919.

RELATÓRIO apresentado ao Dr. A. A. Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul, pelo engenheiro Ildefonso Soares Pinto, secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas. Porto Alegre, Oficinas Gráficas d'A Federação, 1920.

IMIGRANTES DO IMPÉRIO AUSTRO-HUNGARO NO BRASIL (1824-1918): POSSIBILIDADES DE PESQUISAS

Marcelo Armellini Corrêa

O presente artigo tem como objetivo falar sobre as pesquisa realizadas a respeito dos imigrantes austríacos no Brasil e sobre novas possibilidades de futuras pesquisas relativas ao tema. A delimitação do período histórico inicia em 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes austríacos ao Brasil e termina em 1918 com a dissolução do Império Austro-Húngaro. Assim o presente trabalho aborda a imigração austríaca para o Brasil durante o período da monarquia na Áustria.

Para iniciar o artigo falarei das relações diplomáticas entre o Brasil e a Áustria. Poucas pesquisas foram realizadas sobre o assunto até agora, tanto que o único livro escrito sobre as relações entre os dois países foi a obra de Ezekiel Ramirez, "As relações históricas entre Áustria e Brasil", editada em 1968. Também foram escritos dois artigos acadêmicos mais recentemente na área das relações internacionais: "Relações diplomáticas entre Brasil e Áustria, no período de 1822-1889" (Clemente; Carrion; Dedecek, 2000) e "As relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro: o caso da imigração ucraniana para o Brasil (1890 – 1910)" (Maske, 2018).

As relações da Áustria com o Brasil começaram no final do período colonial no começo do século XIX com o casamento de Dom Pedro I com Dona Leopoldina, uma princesa austríaca filha do imperador Francisco da Áustria. Devido a esses laços familiares entre os Bragança e os Habsburgos, durante o primeiro reinado as relações diplomáticas entre os dois países eram bastante intensas, principalmente no campo da política, já que ambos os países eram monarquias. A influência austríaca foi grande no Brasil enquanto a imperatriz Leopoldina estava viva. No entanto após a morte da Imperatriz em 1826 as relações entre os dois países diminuíram (Clemente; Carrion; Dedecek, 2000).

Conforme os autores, a Áustria influenciou o Brasil mais no campo da política e da religião. Já o comércio entre os dois países era pequeno. Pois a Áustria nunca esteve entre os principais parceiros comerciais do Brasil. No entanto segundo Maske (2018), as relações diplomáticas entre ambos os países teve um aumento a partir da década de 1890 devido à chegada em grande número de imigrantes rutenos e poloneses no Brasil durante este período. Esses imigrantes eram naturais da região da Galícia, hoje dividida entre a

Polônia e a Ucrânia, mas que naquela época fazia parte do Império Austro-Húngaro. Desta maneira o Império Austro-Húngaro teria contribuído para a formação do Brasil com o que ele tinha em maior abundância, ou seja, os imigrantes (Maske, 2018).

Os primeiros imigrantes austríacos chegaram ao Brasil em 1824, misturados com imigrantes oriundos dos estados alemães e no Rio Grande do Sul se instalaram na colônia alemã São Leopoldo no Rio Grande do Sul, misturados com imigrantes oriundos dos antigos estados alemães. Segundo Prutsch: "Os primeiros grupos de imigrantes, que chegaram paulatinamente ao Brasil na década de vinte do século XIX, eram compostos de camponeses, trabalhadores rurais e pequenos comerciantes provindos da Boêmia, Morávia, Silésia, Alta Áustria, do Tirol e das províncias litorâneas" (PRUTSCH, 2011, p. 7). Muitos soldados alemães e austríacos veteranos das guerras napoleônicas foram contratados pelo governo brasileiro para lutaram em guerras como a guerra da Cisplatina em 1825-1826. Conforme um registro de um diplomata austríaco no Brasil durante as batalhas os soldados austríacos eram colocados nas linhas de frente com o objetivo de proteger os brasileiros do fogo inimigo: "(...)os militares austríacos, que chegaram ao Brasil, eram levados para o campo de batalha como linha de frente, ou seja, serviam de escudo para as tropas brasileiras e conseqüentemente eram os primeiros a morrer"(Clemente; Carrion; Dedecek, 2000, p. 104). Em 1851 chega ao Rio Grande do Sul integrando a legião Brummer, formada por mercenários alemães, o militar austríaco Joseph Hormeyer, o qual após lutar em batalhas pelo exército Brasileiro, se instalou como colono em Santa Cruz do Sul tornando-se e escreveu diversos sobre o Rio Grande do Sul com a intenção de atrair mais imigrantes alemães para o estado (Beling, 2024).

A imigração do Império Austro-Húngaro para o Brasil aumentou consideravelmente após o ano de 1859. Pois neste ano houve uma diminuição no fluxo de imigrantes alemães devido ao decreto *Von der Heydt* do Reino da Prússia, o qual proibia a imigração subsidiada para o Brasil e a atuação de agentes agenciadores de imigrantes nos antigos estados alemães devido as noticias sobre as péssimas condições de vida dos imigrantes alemães nos Brasil (Cunha, 2003). Assim, os agentes agenciadores passaram a concentrar suas ações no Império Austro-Húngaro instalando escritórios em cidades austríacas (Prutsch, 2011).

Devido ao fato de falarem a língua alemã, os austríacos foram classificados como alemães. No entanto a falta de pesquisas sobre os austríacos dificulta que tenhamos mais informações a respeito destes imigrantes. Devido a este fator: "Os austríacos eram freqüentemente subsumidos nas categorias de "alemães", "italianos" ou poloneses,

apagando-se assim as categorias culturais e nacionais. Apenas a partir do ano 1876 as autoridades da monarquia austro-húngara passam a fazer registros estatísticos sistemáticos" (Prutsch, 2011, p.1). Existem poucas informações entre 1824-1876 devido a escassez de pesquisas tanto por historiadores brasileiros quanto por austríacos limitando-se a apenas algumas citações esporádicas alguns autores[145].

Um dos poucos autores a se referir aos austríacos como um grupo separado é Arsênio Schmitz (1998) em um livro sobre Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, a cidade durante sua formação entre 1858 e 1880, recebeu imigrantes da Áustria e da Boêmia (região que na época pertencia ao Império Austríaco). No Rio Grande do Sul os austríacos foram incorporados aos imigrantes alemães, como se eles não tivessem uma identidade própria. Desta forma os austríacos de fala alemã foram classificados como teuto-brasileiros. Nas palavras de Franz Metzler, ideólogo do teuto-brasileirismo:

> Os alemães que aqui se fixaram evoluíram com muita rapidez para aquilo que nós somos, isto, é, teuto-brasileiros. Assimilaram-se conosco na unidade do teuto-brasileirismo, para o qual contribuíram para além deles e nós os suíços, os austríacos e muitos outros. Também os seus descendentes colaboraram na formação da unidade na qual nos sentimos seguros (Metzler apud Rambo, 1999, p. 188).

André Haiske, em uma pesquisa feita sobre uma comunidade de austríacos que chegaram a Ijuí entre os anos de 1892 e 1893, se refere aos austríacos como um grupo diferenciado dos demais imigrantes de língua alemã (Haiske, 2017a). Segundo o autor:

> Os "austríacos" são um exemplo. Embora o registro tenha preservado o grupo como uma grande etnia, hoje sabe-se a grande variedade de membros de outras etnias, como húngaros, poloneses, tchecos e romenos. Essa variedade étnica comum em grandes nações e império multiétnicos ficou esquecida pelo uso generalizado do alemão dentro das falas do grupo entre si e para com a comunidade de Ijuhy (Haiske, 2017a, p. 23).

Nas ultimas duas décadas diversos pesquisadores escreveram sobre o tema. Entre eles o autor do presente artigo que durante a pesquisa de mestrado escreveu sobre os trentinos ou tiroleses italianos no Rio Grande do Sul (Correa, 2018). Autores que publicaram sobre o tema: Renzo Grosselli, Marcelo Armellini Corrêa, UrsulaPrutsch, Everton Leopoldino Altmayer, João Fábio Bertonha, Regina Weber e Paulo Possamai.

O primeiro trabalho acadêmico sobre a imigração de Austríacos no Brasil foi a tese de doutorado da historiadora austríaca Ursula Prutsch no ano de 1996 (Prutsch, 1996).

[145]Schimitz 1998 fala da presença de imigrantes austríacos em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul.

No entanto este trabalho foi escrito em língua alemã e não foi traduzido para o português. As pesquisas de Ursula Prutsch têm sido muito importantes para a compreensão do tema, pois a autora escreveu diversos artigos sobre a imigração de austríacos para o Brasil.

Em 1999 o sociólogo italiano Renzo Grosselli lança o livro *Noi tirolesi sudditti felicidi Dom Pedro II* (nós tiroleses súditos felizes de Dom Pedro II), resultado de sua pesquisa de doutorado sobre os imigrantes tiroleses italianos no Brasil, que na época da imigração vieram do território austríaco e por isso eram considerados austríacos. O autor também publicou diversos livros sobre os trentinos em alguns estados brasileiros como São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, além de diversos artigos sobre o assinto. É importante destacar que Renzo Grosselli em um de seus artigos, contextualiza a imigração dos trentinos para o Brasil como parte de um projeto dos políticos liberais (Grosselli, 1995). Pois os liberais queriam trazer ao Brasil imigrantes europeus, brancos e trabalhadores. No entanto estes conceitos podem ser aplicados a todos os imigrantes do Império Austro-Húngaro em geral.

Em 2018 eu publiquei um livro sobre os imigrantes trentinos, emigrados do Tirol Italiano para o Rio Grande do Sul entre 1875-1918. O livro com o titulo “Dos Alpes do Tirol para a Serra Gaúcha” foi resultado de minhas pesquisas durante o mestrado em História nos anos entre 2012 e 2014 e defendida na Universidade do Vale dos Sinos em 2014. Pesquisei sobre a identidade dos trentinos nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, os quais entravam com o passaporte austríaco e se consideravam cidadãos da Áustria apesar de serem de língua e cultura italiana. Foram abordados principalmente os conflitos que os trentinos tiveram com os demais imigrantes italianos, os quais emigraram do Reino da Itália (Correa, 2018).

O historiador Brasileiro João Fabio Bertonha, professor da Universidade Estadual de Maringá PR, escreveu uma série de artigos sobre os imigrantes austro-húngaros no Brasil entre 2013 e 2018 os quais foram reunidos em um livro de artigos sobre o assunto (Bertonha, 2018).

Merece destaque a tese de doutorado do lingüista Brasileiro Everton Altmayer sobre o dialeto dos imigrantes tiroleses italianos em Piracicaba São Paulo (Altmayer, 2014). A tese defendida na USP no ano de 2014 aborda a questão lingüística, o dialeto tirolês como forma de identidade da comunidade de descendentes de imigrantes e também a questão histórica, mostrando como os descendentes dos imigrantes se consideram austríacos e não italianos. Este trabalho pode ser considerado um verdadeiro marco nas pesquisas sobre a imigração austríaca e italiana no Brasil.

O ultimo trabalho publicado sobre o tema é o livro "Colonizadores do Rio Grande do sul - austro-húngaros 1864-1918" no ano 2023 (Hammann; Schauren; Skoulaude, 2023). O livro contém uma lista de imigrantes que vieram do império austro-húngaro no período entre 1864 até 1918. Esta obra faz parte de uma série comemorativa aos 200 anos da imigração alemã no Rio Grande do Sul e é um livro de genealogia. No entanto é o primeiro trabalho a abordar os imigrantes austro-húngaros de uma maneira geral pelo fato de citar todos os imigrantes que emigraram da Áustria independente da língua e etnia, pois os autores utilizaram como critério os registros como austríacos nas listas de imigrantes pesquisadas nos arquivos. Este livro é uma excelente fonte de pesquisa para futuros trabalhos.

Ursula Prutsch chama a atenção sobre a falta de estudos no Brasil sobre os imigrantes oriundos do Império Austro-Húngaro[146]. Segundo a autora, entre 1876 e 1910 aproximadamente 64.540 austríacos imigraram para o Brasil (Prutsch, 2011). Assim, a Áustria ocupava o quarto lugar entre os países que mais forneceram imigrantes para o Brasil, atrás da Itália, Portugal e Espanha (Prutsch, 2011).

Segundo Bertonha (2018a), os imigrantes austro-húngaros foram esquecidos pela historiografia brasileira. Conforme o autor, isso acontece devidos ao fato de o Império Austro-Húngaro ter sido dissolvido após a Primeira Guerra Mundial em 1918 dando origem a pequenos países. Desta forma os imigrantes austro-húngaros foram incorporados aos imigrantes de suas nações:

> (...) aqueles que queriam estudar (...) os poloneses da Galícia austríaca simplesmente os incorporavam ao estudo dos poloneses como um todo. Do mesmo modo, os antigos croatas ou eslovenos entrariam nos estudos sobre "iugoslavos no Brasil" (ao menos até 1991), os trentinos e tiroleses naqueles a respeito dos italianos, etc. Sobre os austro-húngaros em si, o nada. Essa naturalidade ao "dissolver" as nacionalidades depois da chegada ao Brasil (ou a outros países de imigração) parte também do pressuposto de que o sentimento nacional era perfeitamente desenvolvido em todos os povos que compunham o Império e que, após a partida, eles imediatamente se reagrupavam segundo suas nacionalidades (Bertonha, 2018a, p. 97-98).

Em um artigo escrito recentemente sobre os imigrantes croatas vindos para o Brasil entre a segunda metade do século XIX e o começo do século XX, o autor embora

[146]Até 1918 são considerados austríacos não apenas os falantes de língua alemã, mas a totalidade imigrantes pertencentes a todos os povos e países que na época estavam sob o julgo da coroa austríaca integrando o Império Austro-Húngaro (Prutsch, 2011).

contextualize esta imigração com a realidade política do Império Austro-Húngaro, os croatas abordados como um grupo separado, ou seja, não austríacos (PUH, 2018).

Para Prutsch (2011), até 1918 ser austríaco não se limitava apenas ao fato de falar a língua alemã, mas abrangia todos os povos que habitavam as diversas partes do Império incluindo os que falavam outras línguas, embora o alemão fosse a língua oficial do Império Austro-Húngaro. Em relação à imigração de austríacos para o Brasil, segundo Altmayer:

> Os imigrantes chegados até 1918 eram de diversas regiões do Império Austríaco, unido ao Reino da Hungria, eram de diferentes etnias, falavam diversas línguas e professavam diferentes religiões. Mas eram de nacionalidade e identidade austríacas, porque "ser austríaco" não significava somente "ser de etnia alemã" ou "falar alemão". A Áustria era um mosaico rico de povos e culturas. E a nacionalidade austríaca dos imigrantes se comprova não apenas com dados presentes em seus passaportes, mas na cultura que eles manifestavam em fatos de seu cotidiano, registrados muitas vezes por jornais da época ou ainda presentes na memória dos descendentes. (Altmayer, 2017, s/p).

Bertonha (2018a) reforça a posição dos dois autores anteriores ao tratar do nacionalismo dos austro-húngaros após a cegada no Brasil. Assim: "o nacionalismo etno-linguístico dos emigrantes imperiais fora do Império Austro-Húngaro não pode ser visto como um fato automático nem isolado de outras circunstancias, incluindo a própria configuração da emigração" (Bertonha, 2018a, p. 99).

Em relação aos imigrantes vindos do Império Austro-Húngaro, segundo Bertonha (2013), havia identidades em conflito, "(uma nacional e étnica e outra supranacional, imperial) que se alterava conforme a nacionalidade envolvida" (Bertonha, 2013, p. 173). Assim para o autor:

> Os imigrantes, em alguns casos, se aproximavam mais da sua identidade étnica e, em outros, estavam mais próximos da supranacional (...) mas devem ter relação com a experiência de cada grupo dentro do Império e talvez com as suas experiências no Brasil. Assim, os imigrantes de origem alemã tendiam a ser fiéis ao Império, enquanto poloneses e ucranianos às suas nações, com os trentinos ou tiroleses num meio termo, mediado pelo catolicismo (...) para essas pessoas, a Primeira Guerra Mundial foi com certeza, um momento especial, já que foi quando as lealdades e identidades e identidades dos povos que compunham o Império foram colocados à prova. (...) Para o caso dos trentinos ou tiroleses (...) os dados disponíveis indicam como religião, opção política e identidades se misturavam, num quadro que levou a vários choques entre italianos e austríacos de língua italiana. Essa fidelidade ao Império desse grupo, ao menos em parte, se manteve mesmo durante a Primeira Guerra (Bertonha, 2013, p. 173-174).

Os trentinos eram em sua maioria alfabetizados, sabiam ler e escrever, pois tinham mais instrução do que os imigrantes provindos de outras partes da Itália que, em grande número, eram analfabetos. O império Austro-Húngaro determinava em sua legislação que os rapazes freqüentassem obrigatoriamente a escola até os 14 ou 15 anos. Por isso, os trentinos davam valor à educação, embora, às vezes, os filhos de imigrantes não tivessem acesso à escola devido às condições precárias das colônias, que necessitavam do trabalho braçal para a sobrevivência das famílias. Conforme Grosselli: "Os trentinos que vieram para o Brasil, eram em sua maioria, agricultores alfabetizados, reunidos em famílias numerosas, habituados nos Alpes a um exaustivo trabalho cotidiano" (GROSSELLI, 1995, p.158). Na Áustria, devido ao crescimento dos nacionalismos entre as populações não alemãs do império no século XIX:

> O governo austríaco esforçava-se em cultivar a consciência de que a Áustria significava o Estado como um todo, para além das fronteiras étnicas e regionais. (...) Eles criavam uma "instância de socialização", a fé na lealdade pelo monarca, ou seja, pela figura integradora do "bom Imperador", Francisco José I. Também faziam parte dos mecanismos de integração a uniformização das técnicas administrativas, o uso de uma moeda comum, o sistema escolar (...) (Prutsch, 2011, p.3).

O governo austríaco tinha, através do sistema escolar, uma forma de promover a integração e a lealdade dos seus súditos de diferentes nacionalidades ao Império, desta maneira promovendo uma identidade supranacional. Assim, conforme Prutsch, "Aqueles que tinham alguma formação escolar estavam socializados como austríacos, tinham aulas de história austríaca e lhes era transmitida uma sensação de identidade supranacional" (Prutsch, 2011, p. 3). Por isso, o alto grau de escolaridade dos imigrantes trentinos era um fator de ligação destes com o Império Austro-Húngaro, pois reforçava a identidade deles como austríacos.

Por se tratar de um império multinacional, o nacionalismo austríaco não era baseado no fator etno-linguístico, mas na figura do imperador Francisco José I e do catolicismo conservador. Em relação aos tiroleses, tanto de fala alemã como de fala italiana, esse conceito se aplica perfeitamente. Assim: "(...) o camponês do Tirol, fosse ele de língua alemã, ladina ou italiana não participava da realidade política da Itália (...) a população camponesa permanecia ligada às suas tradições, ao clero e ao imperador" (Altmayer, 2016, p. 40). Segundo Hobsbawm, em relação a região do Tirol:

> (...) a combinação pós-tridentina da terra-ícones-fé-imperador-estado favoreceu a Igreja Católica Romana e o Kaiser Habsburgo (...) contra o moderno conceito de uma nação alemã, austríaca ou qualquer outra (Hobsbawm, 2021, p. 74).

Os tiroleses apesar de falarem idiomas diferentes têm um passado histórico comum em relação à forte religiosidade de seus habitantes ao ponto do Tirol ser considerado como uma terra sagrada (Hobsbawm, 2021).

A figura do imperador Francisco José era um fator de identidade principalmente entre os austríacos de língua alemã e italiana imigrados para o Brasil. Os trentinos ou tiroleses italianos eram conhecidos por terem em suas casas um quadro com a imagem do imperador da Áustria. Os Trentinos ao emigrarem para o Brasil transferiram a simpatia que tinham a Francisco José para a figura de Dom Pedro II (Grosselli, 1999). Devido a este fato houve uma divisão nas colônias italianas no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1918. Pois de um lado estavam os imigrantes de língua italiana provenientes da Itália e do outro estavam os trentinos, os quais emigraram da Áustria. Esta rivalidade entre os imigrantes de fala italiana se acirrou durante a primeira Guerra Mundial 1914-1918. Quando o Imperador da Áustria morreu em novembro de 1916, um grupo de trentinos que viviam em Caxias do Sul encomendou uma missa em sua homenagem, no entanto, italianos provenientes do Reino da Itália roubaram o sino da igreja para impedir a realização da missa devido ao fato de Itália e Áustria estar em guerra. Este fato causou um atrito entre os italianos e os trentinos. Mas após localizarem os sinos e a realização da missa os ânimos se acalmaram (Giron, 2005).

É importante ressaltar que também houve uma divisão entre os imigrantes poloneses no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial. Como o território da Polônia estava dividido entre três países (Alemanha, Áustria e Rússia), houve um grupo que apoiava os impérios centrais e outro que apoiava os aliados (Trindade, 2018).

Em relação aos austríacos de língua alemã imigrados para Ijuí no final do século XIX, segundo Weber: “Na icônica imagem dos imigrantes austríacos que chegaram a Ijuí a partir da última década do século XIX, a homenagem ao Império faz parte da Identidade austríaca” (Weber, 2021, p.eber 4). No município de Ijuí, os austríacos se fixaram majoritariamente na linha 6, conhecida como Rincão dos austríacos (Binde, 2007). Em relação a estes imigrantes: “Os austríacos não perderam o contato com sua antiga pátria. Em 1909 receberam a visita do Cônsul encarregado da Áustria-Hungria em Porto Alegre, Josef Kostanjevic. Este evento que deve ter sido importante para a comunidade, pelo

reconhecimento recebido das autoridades austríacas" (Haiske, 2017b, p. 36). Seu apelo à monarquia era bastante destacado, tanto que quando o Imperador Francisco José faleceu em 1916, os imigrantes se manifestaram em solidariedade com sua pátria de origem, "(...) quando Franz Joseph, imperador da Áustria (...) faleceu durante a I Guerra Mundial, comunidades locais enviaram ao representante do consulado do Império Austro-Húngaro em Porto Alegre uma carta de apoio com várias assinaturas" (Weber, 2021, p. 4). Também foram para a colônia Ijuí um grupo de imigrantes trentinos, e sua convivência com os austríacos foi pacifica, pois eram compatriotas apesar de falarem línguas diferentes (Prutsch, 2011). Desta maneira foram estabelecidos laços de solidariedade entre eles conforme o relato do imigrante austríaco Ludwig Streicher: "Os italianos sul-tiroleses sentiam-se naquele momento tão austríacos e a solidariedade entre eles e os outros austríacos manifestou-se de muitas maneiras mais tarde na colônia" (Streicher apud Heiske, 2017b, p. 65). Manifestações de identidade austríaca como retratos do imperador ou de Viena nas casas destes imigrantes e a popularidade do nome Francisco José dado a crianças filhos de imigrantes eram comuns (Bertonha, 2018a e Prutsch, 2011). Outro fator que pode ter contribuído para reforçar a identidade como austríaco em relação aos alemães foi a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial em 1917, pois o Brasil só declarou guerra a Alemanha. O governo brasileiro praticou políticas anti-alemãs como a proibição de jornais em língua alemã reprimindo a cultura alemã e qualquer manifestação de germanidade. Desta maneira "esta proibição pode ter sido a razão de os imigrantes austríacos se distanciarem de qualquer nacionalismo alemão e referirem seu caráter austríaco" (Prutsch, 2022, p. 47). No entanto "A Primeira Guerra não foi ignorada pelos imigrantes e descendentes que acompanhavam as notícias pelos jornais. (...) Entre as notícias recebidas pelos austríacos foi a morte do Imperador Franz Joseph, e a coroação de Karl I em 1916" (Haiske, 2017b, p. 36-37).

Os descendentes de austríacos de Ijuí, mantém até os dias de hoje uma coesão e ligação com a pátria de seus antepassados. Em relação à memória dos descendentes dos imigrantes, segundo Weber: "O Império Austro-Húngaro foi deixado de ser um elemento de realce na elaboração identitária dos imigrantes austríacos, principalmente após o seu fim "A menção ao "Império" consta nos textos de recuperação histórica desenvolvidos por seus descendentes, mas arrefeceu papel de referencial diacrônico de identidade" (Weber, 2021, p.5).

Merecem atenção os estudos relativos aos consulados austríacos no Brasil no que se refere à imigração. Em relação à presença de representação consular austro-húngara,

segundo Renzo Grosselli os imigrantes trentinos foram abandonados pelos representantes diplomáticos austríacos pelo fato de renunciarem a cidadania austríaca ao emigrarem (Grosselli, 1987 e 1999). No entanto trabalhos mais recentes como o de Prutsch (2011, 2014 e 2022), Altmayer (2014), Bertonha (2013 e 2018), Trindade e Weber (2016) e Maske (2018) ressaltam que a rede consular do Império Austro-Húngaro no Brasil, apesar de pequena, se preocupava em auxiliar seus súditos imigrados[147]. O governo de Viena somente no inicio do século XX melhorou a representação consular no Brasil quando criou um consulado austríaco em Curitiba com um cônsul honorário (Leopold Hoeschl Warnow) nomeado para cuidar do interesse de seus súditos em Santa Catarina e no Paraná (Bertonha, 2018b).

Em relação ao cônsul Leopold Hoeschl, conforme os estudos de Angelina Wittman (2022), este residiu em Blumenau por muitos anos e foi nomeado cônsul do Império Austro-Húngaro em 1899. No entanto ele não foi reconhecido como cônsul pelas lideranças comunitárias locais em Santa Catarina, só obtendo este reconhecimento como cônsul em 1909 (Wittman, 2022). Segundo a autora, o fato de Leopold Hoeschel ter sido cônsul da Áustria não era citado nas publicações a seu respeito e também não era muito valorizado pela cidade de Blumenau (Wittman, 2022). Segundo Prutsch:

> Os diplomatas austríacos enviados ao Brasil sempre se esforçaram em manter ou em construir a consciência de uma identidade austríaca supra-regional, entre outros motivos porque o Império Austro-Húngaro, enquanto Estado pluricultural, sempre teve que lidar, dentro de seu território, com conflitos entre as diversas nacionalidades e, por isso, tentava neutralizar, na medida do possível qualquer influencia negativa que pudesse atingir seus súditos no exterior (Prutsch, 2011, p. 13).

Os cônsules austríacos viam com perigo o fato de o governo italiano enviar livros didáticos para as escolas nas colônias em que havia muitos imigrantes trentinos. Pois tais livros fariam propaganda nacionalista pró-Itália entre os tiroleses. O diplomata austríaco Leopold Von Andrian, o qual esteve no Brasil entre 1902 e 1905, fez o seguinte relato:

> Lembro de um cônsul italiano no Brasil, o qual [...] numa localidade onde não havia cônsul austríaco, mas com uma grande população trentina, a quem foi confiada a representação diplomática austríaca, e que explorava a sua posição de modo a, por um lado, contrabandear livros didáticos irredentistas para dentro de uma das escolas financiada por nosso colonos, e, por outro lado, se aproveitar da ingenuidade

[147]Segundo Otto (2005), o consulado austríaco em Santa Catarina fornecia livros didáticos para as escolas católicas freqüentadas por filhos de imigrantes trentinos na colônia Blumenau.

> desses pobres camponeses para convencê-los de que o fato de seus interesses estarem sendo representados por um italiano era apenas um prelúdio de pronta cessão da região do Trento [para a Itália] (Citado por Prutsch, 2011, p. 14-15).

Em 1901 o embaixador austro-húngaro no Brasil, Eugen Von Kuczynski, esteve em Porto Alegre para fazer uma visita a seus compatriotas residentes no Rio Grande do Sul. Durante sua estadia na capital gaúcha, o cônsul fez um relatório a respeito dos austro-húngaros que residiam no estado:

> Foi igualmente gratificante a forte impressão causada sobre os brasileiros pelo amor à pátria e pela fidelidade com o Império, expressas com grande entusiasmo pela nossa colônia. Pois estes, se bem tivessem conhecimento da existência em seu meio de muitos alemães, poloneses e italianos, pareciam não saber que uma boa parte deles era composta por cidadãos do grande Estado [da Áustria-Hungria]. Somente agora eles perceberam que o Império Austro-Húngaro tem trazido e ainda traz para o Rio Grande do Sul um contingente bastante considerável de pessoas capazes e trabalhadeiras, que fazem parte dos colonos alienígenas mais úteis e apreciados e aos quais se deve uma bela porção do trabalho de cultura no seu país. Quase todos os artigos publicados na imprensa local, os quais tomaram a minha visita como objeto de sua atividade jornalística, confirmaram este fato, com comentários lisonjeiros sobre a nossa colônia (...) (Citado por PRUTSCH, 2011, p. 6).

Conforme a autora, toda vez que um diplomata austríaco as colônias no Brasil, os colonos demonstravam a sua fidelidade a Áustria através de celebrações festivas típicas de sua pátria de origem, pois os cônsules forneciam materiais como partituras do Hino Nacional Austríaco, revistas com ilustrações de Viena e retratos do imperador Francisco José, cujo aniversario costumava ser celebrado na maioria das colônias (Prutsch, 2011).

Um importante trabalho sobre o tema é um artigo sobre os poloneses no Paraná o qual aborda a criação de um consulado austro-húngaro em Curitiba no ano de 1896 com o objetivo de auxiliar os imigrantes poloneses que vieram da antiga Galícia Austríaca (Trindade e Weber, 2016). Segundo os autores, o consulado era administrado por poloneses de nacionalidade austríaca. O estudo mostra que não houve abandono ou negligencia por parte das autoridades austríacas em relação aos seus súditos, desta forma contrariando o que outros autores afirmavam. Assim:

> Um dos fatores que marca a presença “austríaca” entre os poloneses nas primeiras décadas do século XX é o Consulado Austro-Húngaro

> instalado em Curitiba no final do século XIX. (...) Este consulado, que começou a funcionar em 1896, teve vários significados: 1) foi resultado de ações políticas de líderes poloneses no Brasil e na Europa (em Viena e na Galícia austríaca); 2) consolidou institucionalmente funcionários etnicamente poloneses; 3) serviu de referência para os imigrantes (Trindade e Weber, 2016, p. 282).

É importante destacar que o Paraná foi o estado brasileiro que mais recebeu imigrantes austro-húngaros no Brasil. No Paraná teriam imigrado em torno de 50 mil austríacos (Prutsch, 2022). A maioria era composta de poloneses e ucranianos (rutenos) de nacionalidade austríaca e emigraram para o Brasil em grande número a partir da década de 1890 (Maske, 2018). Quando o cônsul Julius Pisko chegou a Coritiba em 1903, teriam se juntado mais de seis mil pessoas em torno da estação de trem e expressado sentimentos pró-Habsburgos (Prutsch, 2022).

Um objeto de pesquisa a ser explorado são as associações de socorro mutuo austríacas. As principais associações são: Viribus Unitis em Porto Alegre, sociedade austro húngara de Jaguari no Rio Grande do Sul, Sociedade austro-húngara de São Bento do Sul em Santa Catarina, Associação Austríaca Donau em São Paulo, Sociedade Escolar austro-húngara em Ijuí.

Em Porto Alegre havia no começo do século XX uma chamada *Osterrich-Ungari-Scherverein*. Existem poucas informações sobre ela e por isso seriam necessárias mais pesquisas a respeito dela. Paulo Possamai foi o único autor a citar a sua existência ao citar os relatos de um viajante italiano de 1906: "Em Porto Alegre havia uma sociedade austro-húngara, a *Osterrich-Ungari-Scherverein,* que provavelmente, reunia os austríacos que se expressavam em língua alemã" (Bucelli, 1906 apud Possamai, 2005, p. 90-91). Sabe-se que esta sociedade editava um jornal chamado *Viribus Unitis*: *organ der osterreicher und ungarn in Brasilien,* o qual era editado em língua alemã e atualmente resta apenas uma edição que foi publicada em dezembro de 1902 e se encontra no arquivo histórico do Estado de São Paulo. Como este jornal não foi digitalizado, não se sabe em qual estado de conservação se encontra e nem quantas páginas tinha. Ele seria uma excelente fonte histórica para pesquisas futuras. No entanto, pode haver outras edições em acervos particulares. Os únicos jornais austro-húngaros do Brasil foram o *Viribus Unitis* e o *Il trentino*, ambos impressos em Porto Alegre. Em relação ao ultimo jornal, pesquisei sobre ele em minha dissertação de mestrado (Correa, 2018). Este jornal, impresso entre 1915 e 1917, se autodefinia como o órgão dos austro-húngaros no Brasil, era dirigido pelo médico trentino Giovanni Andreatti, o qual era presidente da sociedade Trento-Trieste,

que editava o jornal e também era membro da sociedade austro-húngara local a *Österreicher Flottenverein*[148] (Bertonha, 2018c). Em setembro de 1917 o jornal mudou de nome para Áustria Nova (Borges, 1993). Depois disso não foram encontradas mais informações sobre o jornal. Quanto à sociedade Trento-Trieste, as informações sobre ela são escassas. A *Österreicher Flottenverein* era presidida pelo cônsul austríaco no Rio Grande do Sul Josef Konstanjevic.

A comunidade austríaca em Porto Alegre não era coesa, pois no ano de 1916 o Dr Giovanni Andreatti e o cônsul Konstanjevic se desentenderam devido às diferentes opiniões em relação ao patriotismo austríaco. Segundo Andreatti, os trentinos eram primeiro católicos, depois austríacos e, por fim, italianos. Para o cônsul austríaco "a lealdade a monarquia vinha antes do catolicismo e que nenhum padre podia ter mais poder do que o imperador, como havia ficado subentendido" (Bertonha, 2018c, p. 145). Assim o cônsul expulsou o Dr. Andreatti da *Österreicher Flottenverein* e também pediu exoneração da sociedade Trento-Trieste, a qual Andreatti era presidente (Bertonha, 2018c). Esse fato pode ter gerado um racha dentro da comunidade austríaca já que ambos eram lideranças comunitárias.

Giovanni Andreatti atacou o cônsul em um artigo escrito em língua alemã no jornal *Il Trentino* na edição de janeiro de 1916 desta forma se defendendo:

> "afirmando que ambos estavam em rota de colisão já há algum tempo, tanto pelo pouco catolicismo do cônsul, como porque ele promovia iniciativas como a comemoração do aniversário do Imperador-, em ambientes da colônia alemã, o que seria negativo para a imagem da coletividade austro-húngara" (Bertonha, 2018c, p. 146).

Os estudos mostram que havia em Porto Alegre uma comunidade austríaca relevante. Um fato importante foi quando o arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono do Império Austro-Húngaro, foi assassinado em julho de 1914, os imigrantes austríacos residentes na cidade mandaram celebrar uma missa na paróquia São José para homenageá-lo (BONOW, 2011). Quando a Primeira Guerra mundial teve inicio em agosto de 1914, reservistas austríacos se apresentaram perante o consulado para lutar na guerra na Europa (Bonow, 2011).

Segundo os estudos de Stefan Bonow (2011), no período da Primeira Guerra mundial houve uma solidariedade entre as comunidades alemã e austríaca na capital gaúcha em relação aos esforços de guerra aos seus países de origem. Durante as reuniões na

[148]Provavelmente se trata da mesma sociedade austríaca anterior, mas com um nome diferente.

Sociedade Germânia (a qual congregava imigrantes alemães) para tratar do apoio ao esforço de guerra, o jornal *A federação* "afirmou que as reuniões congregavam harmoniosamente as comunidades alemã e austríaca" (*A federação* 12/08/1914, apud Bonow, 2011). O autor também cita um concerto de musica clássica em 1914 para arrecadar fundos para os exércitos alemão e austríaco e em 19 agosto de 1915 devido ao aniversario do Imperador Francisco José, foi realizada uma festa na Sociedade Germânia para arrecadar dinheiro o qual seria doado a Cruz Vermelha austríaca (Bonow, 2011). Esses fatos demonstram que os imigrantes austríacos freqüentavam os mesmos espaços sociais que os imigrantes alemães como clubes, sociedades recreativas e igrejas.

Em 1898, os austríacos de Ijuí fundaram uma sociedade escolar austríaca, com o objetivo de fornecer educação às crianças que viviam na colônia. Pois a educação e a cultura são valores muito importantes para este povo. A escola fazia parte do centro cultural austríaco, fundado um ano antes. Assim:

> A primeira providencia era a educação e o meio adequado era a criação de uma escola para a alfabetização. Assim é que, apenas cinco anos após a sua chegada, foi criada a 12 de outubro de 1898 a Sociedade Escolar Austro-Húngara, nome escolhido como um preito da saudade a sua terra natal (Binde, 2007, p. 32).

Com o passar do tempo a associação e a escola se separaram quando a escola foi estatizada pelo governo. Nos dias de hoje, a escola não tem mais ligação com o centro cultural austríaco, pois são duas instituições diferentes. Atualmente o centro cultural austríaco da cidade é uma replica de uma casa de madeira típica da região do Tirol, com grupos de dança folclórica, um restaurante com comidas típicas austríacas e mantém intercâmbios culturais com a Áustria.

Em 1895, imigrantes boêmios de fala alemã em Santa Catarina, fundaram na cidade de São Bento do Sul a Sociedade Auxiliadora Austro-Húngara. Esta associação foi criada para ser um local de socialização e reunião de veteranos de guerra austríacos, os quais não queriam se misturar com os alemães prussianos (Bertonha, 2018a). Esta sociedade tinha uma bandeira que misturava o verde-amarelo do Brasil e o amarelo-preto da Áustria. A principal festa da associação era o dia do aniversario do imperador no dia 18 de agosto (Bertonha, 2018a).

Em São Paulo foi fundada em 1913 a Associação Austríaca Donau *Österreichischer Verein Donau* a qual era dirigida pelo cônsul austríaco Theodor Putz (Bertonha, 2018a). Existem poucas informações sobre esta sociedade, no entanto a última informação obtida

sobre esta associação é que ela teria se fundido a outras associações alemãs, *Turnerschaft* e *O Deutscher Sport Club* na década de 1920.

Os imigrantes tchecos imigrados na colônia Jaguari no Rio Grande do sul fundaram uma sociedade fundaram uma sociedade para congregar os imigrantes desta etnia. A sociedade chamava-se *Premysl*, no entanto existem poucas informações sobre ela (Kovakova, 2017). No entanto no final do século XIX houve uma tentativa de cooperação ente os clubes que congregavam imigrantes de nações eslavas em todo o Brasil. Assim em 1898 é fundada a Associação das nações austro-húngaras, a qual "pretendia juntar os imigrantes dos povos do Império que enfrentaram as mesmas dificuldades no novo país. Contudo, esta união não sucedeu por causa das disputas nacionalistas e decaiu em 1903" (Kovakova, 2017, p.61).

Predominaram no Brasil imigrantes austríacos de língua alemã, italiana, polonesa e ucraniana. Os primeiros se concentraram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina e os últimos no Paraná. Estes imigrantes eram considerados fiéis a monarquia austríaca. Nos Estados Unidos, país para onde se dirigiu o maior fluxo de imigrantes austro-húngaros, predominaram os imigrantes eslavos da parte oriental do império como os húngaros, tchecos, croatas e romenos, ou seja, povos considerados contra a monarquia dos Habsburgos (Bertonha, 2018a). Não por acaso, durante a Primeira Guerra Mundial, esses imigrantes radicados nos Estados Unidos formaram comitês de libertação nacional. Em um estudo publicado em um artigo, foi estudado o caso de um imigrante austro-húngaro de língua e etnia croata chamado Mario Ruconich, o qual teria imigrado para os Estados unidos após o inicio do conflito, ou seja, após 1914. Após se instalar no estado norte americano de Michigan se alistou no exército norte-americano quando este país entrou na guerra contra as potencias centrais e por fim acabou morrendo em combate nos campos de batalha na França em 1918 (Goodrich, 2018). Seria interessante a realização de futuros estudos comparando estes imigrantes no Brasil e nos Estados Unidos ou em outros países como Argentina e Chile.

Para concluir, este artigo mostra uma pequena parte das pesquisas relativas ao assunto e espera-se que seja de utilidade para futuros pesquisadores que queiram se dedicar ao tema. Como foi demonstrado existem muitas lacunas a serem preenchidas a respeito da imigração austríaca. Espero que a imigração austríaca para o Brasil seja estudada de forma separada da imigração alemã, italiana ou polonesa, ou seja, que os imigrantes austríacos ganhem um capítulo a parte só para ela nos estudos relativos a imigração e colonização no Brasil.

Referências

ALTMAYER, Everton Leopoldino. **O dialeto trentino na Colônia Tirolesa de Piracicaba:** aspectos fonéticos e lexicais. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2014.

ALTMAYER, Everton Leopoldino. Os tiroleses italianos e sua presença no Brasil. In: BONATTI, Mário e ALTMAYER, Everton Leopoldino (orgs). **O dialeto trentino no Brasil.** Blumenau: Nova Letra, 2016.

ALTMAYER, Everton Leopoldino. Imigração austríaca no Brasil. In: **Tiroleses no brasil.** 2017. Disponível em: https://tiroleses.com.br/. Acesso em 2/9/2018.

BELING, Romar. **O olhar de Hörmeyer sobre o mundo colonial.** In: Gazeta do Sul, 18/2/2024. Disponível em https://www.gaz.com.br/ . Acesso em 20/05/2024.

BERTONHA, João Fábio. Imigrantes em tempos de guerra: estrangeiros no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). In: Pátaro, Cristina Satiê; Hahn, Fábio André; Mezzomo, Frank Antonio (orgs). **Instituições e sociabilidades:** religião, política e juventudes. Campo Mourão: Editora Fecilam, 2013.

BERTONHA, João Fábio. **Imigrantes do Império Austro-Húngaro no Brasil:** uma agenda de pesquisa. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil:** Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018a.

BERTONHA, João Fábio. **Nem todos os italianos vieram da Itália.** A imigração dos súditos imperiais austríacos de língua italiana para o Brasil, 1875-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil:** Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018b.

BERTONHA, João Fábio. **Uma "guerra de papel".** Jornais italianos e austro-húngaros de língua italiana no Brasil, durante a Primeira Guerra Mundial, 1914-1918. In: BERTONHA, João Fábio (org). **Italianos e Austro-Húngaros no Brasil:** Nacionalismos e Identidades. Caxias do Sul, EDUCS, 2018c.

BINDÉ, Ademar Campos. **As etnias de Ijuí.** Os austríacos. Ijuì: [s.n], 2007.

BONOW, Stefan Chamarro. **A desconfiança sobre os indivíduos de origem germânica em Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial:** cidadãos leais ou retovados?. Tese de doutorado em História- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

BORGES, Stella. **Italianos:** Porto Alegre e trabalho. Porto Alegre: EST, 1993.

CLEMENTE, Fabiana Brett; CARRION, Michelle Karine Muliterno; DEDECEK, Thiago Schenkel. **Relações diplomáticas entre Brasil e Áustria, no período de 1822 a 1889. Revista relações internacionais para o mundo atual**. Unicoritiba, V. 1, N. 1. Coritiba, 2000.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos Alpes do Tirol à serra gaúcha:** a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). Porto Alegre: EST, 2018.

CUNHA, Jorge Luiz. **A Alemanha e seus imigrantes.** p. 17-58In:CUNHA, Jorge Luiz; GARTNER, Angelika (orgs). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul:** História, Linguagem, Educação. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. **Do Trentino ao Trentino:** imigrantes tiroleses na antiga colônia Caxias. In: GROSSELLI, Renzo (Org.). ***Trentamila tirolesi in Brasile:*** *storia, cultura, cooperazione allo sviluppo.* Trento: [s.l.], 2005.

GOODRICH, Robert. ***Conflicted Loyalties:*** *Austro-Hungarian Immigrants in Michigan and the Great War*. **Procedings of armistice e aftermath: a Michigan tech symposium on WWI.** Detroit, Estados Unidos, 2018. Disponível em https://digitalcommons.mtu.edu/ww1cc-symposium/papers/. Acesso em 2/1/2024.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (Venêtos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

GROSSELLI, Renzo Maria.**A utopia concretizada:** os liberais e a colonização no Brasil no século XIX. O caso dos tiroleses italianos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. N 38, p. 149-163, São Paulo, 1995.

GROSSELLI, Renzo Maria. ***Noi tirolesi, sudditi felici di don Pedro II.*** Porto Alegre: EST, 1999. (Italia nel Mondo)

HAISKE, André. **Imigrantes Austríacos no Município de Ijuí: Relato da Imigração por Ludwig Streicher.** p.14-24. **Migrações históricas e recentes** / Tiago Weizenmann, Rodrigo Luis do Santos, Caroline von Mühlen (Orgs.) - Lajeado : Ed. da Univates, 2017a.

HAISKE, André. **Imigrantes Austríacos no Município de Ijuí: Relato Da Imigração Por Ludwig Streicher.** Trabalho de Conclusão de Graduação. Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017b.

HAMMANN, André Luís; SCHAUREN, Décio Aloísio; SKOULAUDE, Lotário Lourenço. **Colonizadores do Rio Grande do Sul:** Austro-húngaros 1864-1918. 2ª edição. Estância Velha: Z Multi Editora, 2023.

HOBSBOWN, Erick J. **Nações e nacionalismo desde 1780:** programa, mito e realidade. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

KOVÁCOVÁ, Natália. **História e presença da imigração tcheca e eslovaca para o Brasil.** Tese de doutorado em História, Universidade de Olomouc. Olomouc, República Tcheca, 2017.

MASKE, Wilson. **As relações entre o Brasil e o Império Austro-Húngaro:** o caso da imigração ucraniana para o Brasil (1890 – 1910). ***Revista relações internacionais para o mundo atual.*** Unicoritiba, V. 1, N. 21, Coritiba, 2018.

POSSAMAI, Paulo César. ***"Dall' Italia Siamo Partiti":*** a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

PRUTSCH, Ursula. ***Das Geschaftmit der Hoffnung. Österrichische Auswanderung nach Brasilien 1918-1938.*** Wien/Köln/Weimar, 1996.

PRUTSCH, Ursula. **A emigração de austríacos para o Brasil (1876-1938).** Brasília: Embaixada da Áustria, 2011.

PRUTSCH, Ursula. **Migrantes na periferia:** indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://scielo.br/hcsm. Acesso em 1/5/2023.

PRUTSCH, Ursula. ***Between nostalgia and nationalism:*** *emigrants from the habsburg empire in south America.* In**: Dve domovini two homelands nº**55. ZRC SAZU, Slovenian Migration Institute, Založba ZRC. Lubliana, Eslovenia, 2022. Disponível em https:doi.org/10.3986/dd2202.1.03.Acesso em 1/5/2023.

PUH, Milan. **Imigração como relato:** experiências de viajantes croatas. In: **Epígrafe,** São Paulo, v.5, n.5, pp.139-172, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/epigrafe. Acesso em 2/9/2018.

RAMBO, Arthur Blasio. **A identidade teuto-brasileira em debate**. ***Revista de Estudos Ibero-Americanos***. Porto Alegre, v.25, n.2, p. 185-196, dez. 1999.

RAMIREZ, Ezekiel S. **As relações entre a Áustria e o Brasil 1815-1889.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

SCHMITZ, Arsênio José. **Uma nova imagem para Nova Petrópolis:** estudo sobre a imigração e a aculturação. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 1998.

TRINDADE, Ruan Zaleskie ; WEBER, Regina. **Imigrantes poloneses no Brasil no contextoda dominação austríaca.** *Revista del CESLA*, núm. 19, pp. 269-289. Varsóvia, Polônia, 2016.

TRINDADE, Ruan Zaleski. **Imigração Polonesa no Rio Grande do Sul e a I Guerra Mundial:** as divisões na colônia polonesa através do relatório "A Missão Polaca". **Revista de História Regional** 23(2): 256-278, 2018 Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em 13/05/2024.

WEBER, Regina. **Do Império à cidade multiétnica:** austríacos no sul do Brasil. ***Revista Brasileira de Estudos de população,*** vol.38, São Paulo, 2021.

WITTMAN, Angelina. **Como Horschel, 1º cônsul honorário Austro-Húngaro, influenciou a sociedade blumenauense.** In: O município de Blumenau, 19/01/2022. Disponível em: https://omunicipioblumenau.com.br/registro-para-historia-como-

hoeschl-1-consul-honorario-austro-hungaro-influenciou-politica-blumenauense/. Acesso em 27/07/2024.

IMIGRAÇÃO ITALIANA: ESPÍRITO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO NA COMUNIDADE DE N. SRA. DE *CARAVAGGIO*, EM FARROUPILHA-RS

Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt
Vania Beatriz Merlotti Herédia

Introdução

A imigração italiana exerceu papel importante na formação social, econômica e religiosa do Rio Grande do Sul. Os primeiros imigrantes italianos chegaram no Estado em 1875, atraídos pela política de imigração promovida pelo governo imperial. Os imigrantes italianos que se estabeleceram nas imediações do atual Santuário N. Sra. de *Caravaggio*, no final de dezembro de 187 eram provenientes de Fonzazo, do norte da Itália (Bertuol, 1950). Foram registradas 22 famílias que constituíram essa comunidade de Caravaggio.

Esses imigrantes carregaram as experiências da terra de origem, possuíam fé profunda, costumes morais, sociais e familiares bastante sólidos e forte dedicação ao trabalho (Bertuol, 1950). Em meio às dificuldades encontradas ao se estabelecerem nos lotes rurais, que eram de mata fechada, apegaram-se à fé para superar as adversidades, que atribuíam aos poucos recursos que possuíam e a escassa ajuda que o governo lhes proporcionava.

A solidariedade entre as famílias e a oração despertaram a necessidade de construírem pequenas capelas/oratórios, por proximidade, que serviram de ponto de encontro aos domingos para rezarem e para recordarem fatos da vida que tiveram em seus locais de origem. Assim surgiu a primeira capela na comunidade que deu origem ao Santuário.

Por iniciativa de dois moradores, mas que em seguida receberam a adesão das demais famílias, construíram uma capela com capacidade para 100 pessoas, número aproximado dos habitantes daquele primeiro momento. Em 1879 inauguraram a capela que dedicaram a N. Sra. de *Caravaggio* como padroeira (Zorzi, 1986). Esta escolha nasce do consenso dos moradores que trouxeram uma imagem da Santa do local de origem. Bertuol (1950) relata que essa imagem, objeto de devoção na terra de origem, consistia

de uma gravura, em litografia, da aparição de Nossa Senhora a uma camponesa, ocorrida no ano de 1432, em *Caravaggio*, no Norte da Itália.

A fé, a devoção, o espírito solidário e as graças alcançadas atribuídas à Santa geraram uma atratividade crescente que se transformou em importante fenômeno de fluxo de visitantes que buscavam o local para orações, para pedidos de favores espirituais e agradecimentos por benefícios alcançados. Dois grandes eventos religiosos marcam a história do Santuário: a Romaria de *Caravaggio*, que ocorre em torno do dia 26 de maio, data da aparição da Santa, em *Caravaggio*, Norte da Itália, no ano de 1432; e a Romaria Votiva, que se realiza em 2 de fevereiro e está ligada ao "milagre da chuva", fato que relembra a data no ano de 1899, após longa estiagem. As práticas religiosas passaram de geração em geração, como demonstram, além dos registros nos Livros de Tombo do Santuário, as narrativas dos moradores atuais e autoridades da Igreja Católica que exerceram atendimento religioso no Santuário.

Para a realização deste estudo buscou-se a fundamentação teórica com base em autores que trataram as questões da imigração italiana, da religiosidade, da solidariedade e do pertencimento comunitário, principalmente Bertuol (1950), Decó (1994), Zorzi (1986), De Boni e Costa (1984), Herédia (2012, 2017), Azevedo (1975), Beckhäuser (2007) e Zanini (2006). A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas temáticas, com representantes eclesiásticos que atuaram no local e moradores com o objetivo de evidenciar principais características da imigração italiana, na região que constituiu o Santuário. Para tal, foi utilizado o método da História Oral (Portelli, 1997; 2016), com a intenção de reunir elementos que suscitassem fatos e acontecimentos que fizeram parte da memória em suas peculiaridades, o que permitiu construir um quadro social que trouxesse à tona as características daquelas localidades, por meio das lembranças do grupo. Para a análise das narrativas foi utilizado o método da análise textual discursiva (Moraes e Galiazzi, 2007).

Os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul

Os primeiros ensaios da colonização italiana no Brasil, ocorreram em 1818, época em que também se efetivou a imigração polonesa e suíça. Em 1824, é fundada a colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. D'Apremont e Gillonnay (1976), na análise da colonização polonesa e italiana no Rio Grande do Sul, abordaram que a chegada de levas

de colonos de diversas nacionalidades se processou gradativamente. Os colonos mais numerosos foram os de origem alemã e italiana, e, após, os poloneses e os orientais.

O processo de colonização no Sul do Brasil, foi decorrente da política migratória vigente, entre o período imperial e o republicano. Por meio dessa política, "o governo imperial pretendia povoar as terras devolutas do nordeste do Rio Grande do Sul, com a instalação de trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura subsidiária, a mão de obra branca, assegurando a hegemonia nas regiões de fronteiras" (Herédia, 2017, p. 36).

Com a proposta de colonização, o governo pretendia criar condições econômicas, políticas e sociais, desenvolvendo uma nova mentalidade, que permitisse ao País superar os obstáculos decorrentes de sua formação inicial, sustentada pelo sistema de latifúndio, monocultura e escravidão (Herédia, 2017).

Os primeiros grupos de italianos chegaram ao Rio Grande do Sul em 1875 e 1876, período em que se originou a fundação de Caxias, Garibaldi e Bento Gonçalves. Pouco depois, a onda emigratória penetrou para novos territórios alcançando a Alfredo Chaves (atual Veranópolis), Encantado, Monte Vêneto (atual Cotiporã), Antônio Prado, Capoeiras (atual Nova Prata), Nova Bassano, Nova Esperança (atual Vespasiano Correa). O conjunto deste grupo colonial formou o que foi denominado o núcleo colonial italiano. Paralelamente a este grupo, se formava outro grupo no centro do Estado, próximo ao município de Santa Maria, chamado de núcleo colonial Silveira Martins (D'Apremont e Gillonnay, 1976).

No plano da imigração, o Estado forneceu os utensílios necessários e alguns cereais para o primeiro ano, especialmente sementes. O terreno foi cedido ao imigrante mediante pagamento a longo prazo. Isolados nas florestas, esses imigrantes encontraram grandes desafios para levar avante a construção de uma cabana e iniciar o trabalho de roça e plantio. Aos poucos, os colonos aperfeiçoaram seus instrumentos de trabalho e reconstruíram suas moradias em melhores condições.

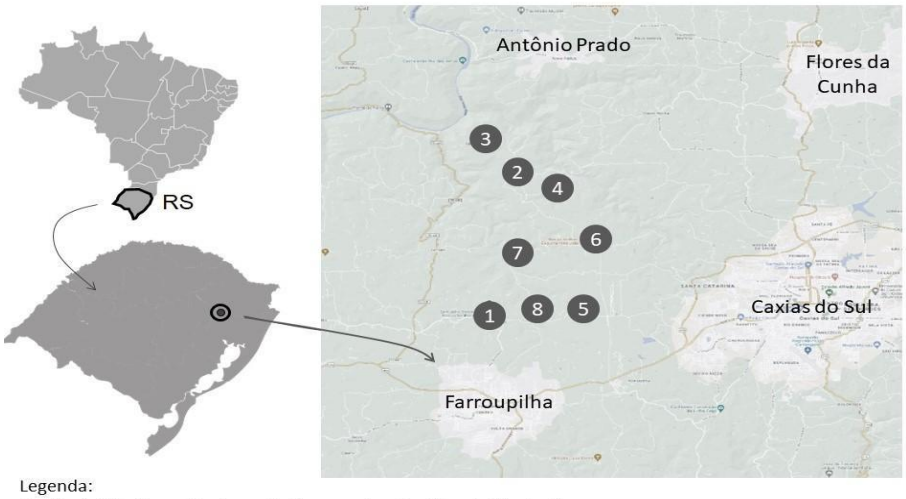
Os imigrantes que se estabeleceram nas imediações do atual Santuário chegaram ao local nos anos de 1875 a 1884 (Decó, 1994, p. 33). Os imigrantes adquiriram os lotes rurais nas localidades da Linha Palmeiro e Linha Jansen, respectivamente, 1º e 2º distritos de Farroupilha, e em Mato Perso, atual 4º distrito do município de Flores da Cunha. Os que foram assentados nos lotes rurais que constituíram o povoado que deu origem ao Santuário, chegaram no final do ano de 1876, tendo saído do porto de Havre em 30 de novembro de 1876.

A Linha Palmeiro, estava constituída por 200 lotes rurais e abrangia as zonas compreendidas desde a localidade de Barracão, próxima a Bento Gonçalves, até perto de Caxias do Sul, com as capelas São Pedro, São Marcos e Nossa Senhora de *Caravaggio* na mesma linha. Bertuol (1950) descreve que quando chegaram os colonizadores que se estabeleceram em *Caravaggio*, as terras da Linha Palmeiro já haviam sido ocupadas por imigrantes anteriores que haviam chegado 15 dias antes e ocuparam os lotes até o número 125, onde o Ângelo Lucáora, de Fonzazo, ergueu sua primeira casa. Os imigrantes que se estabeleceram nas terras que veio a constituir *Caravaggio*, pela ordem numérica, ocuparam "os lotes números 126 a 164" (Bertuol, 1950, p. 98).

De acordo com Decó (1994, p. 30), na Linha Palmeiro, "por volta de 1880, todos os lotes foram ocupados". Na época, esses pertenciam parte à Colônia Dona Isabel e parte à Colônia Caxias. Os demais lotes rurais, correspondentes às demais capelas (Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora de Monte Bérico, São Tiago, Santa Juliana e São Vitor e Santa Corona), foram ocupados até 1884 (Decó,1994, p. 33).

Com as emancipações administrativas, que ocorreram a partir de 1890, alguns territórios mudaram de administração. É o caso da Colônia Caxias que se emancipou em 1890 (Herédia, 2017, p. 50) e Colônia Dona Isabel, também na mesma data, enquanto Farroupilha-RS teve sua emancipação apenas em 1934 (Decó, 1994, p. 18), mantendo-se, até então, como distrito de Caxias do Sul. A Figura 1 apresenta a localização de Farroupilha e a disposição do Santuário e suas capelas vinculadas.

Figura 1 - Mapa de Localização do Santuário N. Sra. De Caravaggio e Capelas



Legenda:
1 – Santuário Nossa Senhora de Caravaggio
2 – Capela Santa Juliana
3 – Capela São Vitor e Santa Corona
4 – Capela São Tiago
5 – Capela São José
6 – Capela Nossa Senhora de Monte Bérico
7 – Capela Nossa Senhora das Dores
8 – Capela Todos os Santos

Fonte: Mapa adaptado pela autora (2024).

Para os imigrantes italianos, a construção de uma capela foi um dos primeiros objetivos ao chegarem em seus locais de assentamento. Uma velha imagem trazida da Itália servia-lhes de imagem sacra. Quando lhes faltava a imagem, do tronco de uma árvore esculpiam uma figura mais ou menos artística que a pintavam e vestiam a seu modo e com essa representavam o santo protetor de sua antiga terra natal (De Boni; Costa, 1984).

A região colonial italiana, no Rio Grande do Sul, em suas primeiras décadas de formação, foi um mundo fechado pela distância e pelos obstáculos criados pela escarpa da Serra, definida de um lado pelo Rio das Antas, e de outro, às comunicações com o restante da Província. A configuração acidentada do terreno desencorajava viagens fora da área. As relações com a sociedade e o governo nacional aconteceram basicamente com as Diretorias de Colônias e com a Comissão da Mediação de Terras. Em casos esporádicos, chegavam à Inspetoria Geral de Terras e Colonização, em Porto Alegre, e ao Governo da Província. Azevedo (1975) descreve que com a emancipação dos núcleos coloniais em distritos e depois em munícipios, a partir de 1882, esses ampliaram suas relações com o exterior, porém não perderam o caráter de unidades isoladas e, para muitos efeitos, sua autossuficiência.

Italianidade e pertencimento comunitário

Os imigrantes, nos agregados constituídos pelos núcleos coloniais, eram na sua imensa maioria, católicos e possuíam uma tradição de pequenos grupos étnicos, provenientes de regiões distintas da Itália, formados por diferentes dialetos. Os mesmos eram atendidos por sacerdotes católicos que os unificavam em um único grupo (Azevedo, 1975).

Zanini (2006) destaca que a italianidade se caracteriza por "mesclas de pragmatismo com valorações, sentimentos e elementos selecionados nos contextos de fronteiras. Nessa condição de italianidade, a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva"**.** A italianidade possibilita a interseção entre os indivíduos e a sociedade, entre o rural e urbano, entre a tradição e a modernidade, natureza e cultura.

Na expressão da italianidade, os indivíduos se percebam vinculados a uma trajetória de grupo portador de uma história passada compartilhada e visualizada positivamente. A memória familiar individual foi, em alguma instância, memória

coletiva, embora a memória coletiva tire sua força e sua duração do fato de ter um suporte grupal.

Nessa perspectiva, essa proximidade grupal ficou evidente nos assentamentos dos imigrantes. Nas colônias do Rio Grande do Sul, uma das características que a imigração apresentou em relação a esses imigrantes é que se estabeleceram nos lotes rurais pela proximidade física, na tentativa de estarem próximos a seus parentes e vizinhos, de seus locais de origem (Azevedo, 1975). Na região do Santuário de *Caravaggio* a procedência das famílias era principalmente de Feltre, Trento, Vicenza, Beluno (Decó, 1994). Desse modo, formavam minúsculas ilhas culturais que os faziam sentir-se psicologicamente mais seguros na companhia imediata de vizinhos que tem o mesmo falar, as mesmas lembranças, que reforçam suas imagens próprias e que repetem mesmos estereótipos (Azevedo, 1975).

Essa coletividade na qual os participantes possuem interesses comuns e estão afetivamente identificados uns com os outros formam a comunidade. Mela (1988, p. 50) define comunidade como "um sistema integrado de relações sociais estendidas a todos os campos basilares da experiência social". Putnam (1983) amplia o sentido de comunidade para comunidade cívica, a qual estaria na aquisição do direito de cidadania pela vida comunal e pelo interesse por questões referentes à vida pública.

Na vivência em comunidade, apesar de algumas diferenças culturais de grupos étnicos na região de colonização, os acontecimentos divergentes não afetaram a homogeneidade da sociedade colonial, antes a consolidaram no sentimento comum de italianidade, que se expressou de várias maneiras, sem que desaparecesse, por muitos anos, a consciência das duas identidades nacionais e políticas. Azevedo (1975, p. 218) argumenta que "em torno desse sentimento emerge difusa e gradativamente a consciência de grupo que une os indivíduos, ligando-os à pátria distante e cimentando a solidariedade, cujo foco é a italianidade".

Na zona colonial, os estatutos das sociedades de mútuo socorro, agremiações típicas dos imigrantes italianos, as confirmaram como órgãos catalizadores da solidariedade entre os colonos e de sustentação da *italianità,* como núcleo ideológico e expressão de patriotismo nativista. Colocadas sob titulares de ilustres personalidades da nobreza italiana, manifestaram um objetivo central "que tem por base a união fraterna dos sócios" e por meios o melhoramento intelectual e moral do mútuo auxílio, porém com o firme propósito de "manter vivo o sentimento de italianidade" (Azevedo, 1975, p. 223).

A escola italiana também foi um dos meios de relevante papel na socialização e na enculturação dos jovens na aprendizagem e assimilação dos valores e das instituições que buscavam prolongar na colônia a vida na Itália. Inicialmente isolada e de iniciativa de grupos de colonos que desejavam o aprendizado como vantagem competitiva econômica e de desempenho social, em seguida foi estabelecida pelas organizações religiosas e pelas associações beneficentes e profissionais, e com frequência, com a ajuda do governo italiano.

A longo prazo, a italianidade, como expressão de uma consciência coletiva, direcionada a consolidar um modo global de vida e afinco pela identidade étnica própria, diante da sociedade nacional, vem a ter uma função determinante na preservação do complexo colonial nessa região, estrutura que perdura por mais de um século.

Santos e Zanini (2009) observam a italianidade como sentimento de pertencimento baseado numa origem que dialogou historicamente com vários períodos da vida regional e nacional, cada uma a seu modo. Essas autoras destacam que o sentimento de italianidade marcou simbolicamente a constituição do povo rio-grandense. Após os festejos do Centenário da Imigração Italiana no Estado, em 1975, quando já havia uma elite intelectual e econômica capaz de produzir uma discursividade acerca de si mesma, foi colocada em evidência a contribuição desse grupo para o desenvolvimento e riqueza do Estado.

A imigração constituiu-se um processo de múltiplas dimensões. Foi um fato coletivo, mas também um itinerário individual, no qual as trajetórias singulares dos migrantes se tornaram relevantes, pois foram eles que, em determinado momento, tomaram a decisão de migrar. O sentimento de compartilhar foi constantemente referido nas novas formas de sociabilidade que surgiram em consequência da reivindicação étnica italiana. O encontro do passado e do presente se caracteriza como força simbólica no universo dos descendentes.

O passado converte-se em um bem simbólico, e a família e a noção de pertencimento, em valor. A identidade étnica construída a partir da reivindicação de uma origem comum, desempenha o papel de uma bússola, posicionando os seus membros em mapas cognitivos, que lhes garante certo grau de estabilidade e aceitabilidade social (Zanini, 2006).

A religião como fator de integração cultural

A religião foi um dos elementos mais importantes no processo de entrelaçamento dos imigrantes em terras brasileiras. A vivência religiosa permitiu a manutenção cultural e moral dos italianos bem como a sensação de que entre os emigrados e a terra natal havia ainda vínculos. Italianidade e catolicismo, nos primeiros tempos da colonização, andaram juntos. A religião permitiu aos imigrantes reorganizar sua vida de acordo com o universo simbólico originário da tradição que haviam aprendido de seus antepassados e, assim, a reproduzirem.

Manifestada com a característica de religiosidade popular, a religião exerceu papel fundamental na vida dos imigrantes. Poel (2013, p. 891) conceitua a religiosidade popular, como aquela em que "o povo age com grande espontaneidade e autonomia, utiliza linguagem simples e de grande sabedoria; possuiu visão cristocêntrica; e forte tradição oral com muitas coisas decoradas". Para Beckhäuser (2007), a religiosidade popular está ligada às necessidades básicas do ser humano relacionadas à vida, ao sustento, à saúde, à felicidade. Em síntese, é a religião da salvação no seu sentido terreno e eterno. No contexto das colônias italianas, e com a escassez de sacerdotes, alguns líderes das comunidades exerciam a função de conduzir as orações comunitárias na ausência desses.

A Igreja e a religião lhes proporcionaram um micromundo italiano fomentado pelas agências de socialização como a escola, as associações beneficentes e a imprensa. Por muito tempo, o clero que acompanhou os imigrantes exerceu o papel de sustentar as tradições e lembranças da Itália como uma de suas missões considerando-se civilizador e promotor do progresso religioso e espiritual, do desenvolvimento da arte, da instrução e da assistência, e ao mesmo tempo, um dos mais eficazes liames de união entre imigração e a mãe-pátria. Azevedo (1975, p. 219) sustenta que "a Igreja Católica, na zona italiana, exerceu uma ação aculturativa e assimilativa, sem perder suas vinculações com as tradições dos colonos, das quais é guardiã".

As capelas foram instrumentos importantes na socialização dos imigrantes que povoaram o sul do Brasil. Na colonização italiana, estas tiveram papel fundamental tanto na vida religiosa quanto na vida social e econômica nas áreas de povoação. Na região de *Caravaggio*, também foi assim. As capelas, tanto a que deu origem ao Santuário de *Caravaggio*, como as que a essa sede permaneceram vinculadas, surgiram nos primeiros anos em que foram assentados os imigrantes na região.

A vivência religiosa construiu um território simbólico de segurança e estabilidade, visível nos capitéis, capelas e igrejas e nas imagens dos padroeiros. Os símbolos religiosos sagrados igualmente exerceram a função de sintetizar o *ethos* da visão de mundo que

possuíam. Os sinos, em seu repicar, trouxeram familiaridade aos emigrados, trazia-lhes presente a memória de uma ordem de mundo que ainda existia, apesar da distância do universo de origem. O *ethos* possibilita a pensar, sentir e agir coletivamente, de forma legitimada e consensual e se tornando um guia para a vida (Zanini, 2006).

A influência da Igreja Católica foi um dos fatores que contribuiu na construção de uma cultura marcada por valores religiosos. Herédia (2005) sustenta que esses valores se apresentaram nas instituições preservadas e respeitadas pelos italianos. A família foi uma dessas instituições que cooperou com a estrutura da família patriarcal, na colônia italiana. Essa era forte e representava a manutenção dos valores trazidos da sociedade de origem. Através de práticas religiosas, a religião amenizou os conflitos e mostrou aspectos positivos da integração ao novo meio. A religião foi uma forma de minimizar o sofrimento e diluir a saudade que tinham dos familiares que haviam deixado em sua pátria de origem.

A hospitalidade desenvolvida entre os imigrantes e os espaços de socialização na região do Santuário, principalmente, mas também na região da colonização italiana, colaboraram para o desenvolvimento de virtudes e do espírito de respeito para com o outro. Correia (2014) compreende a hospitalidade como um conjunto de ações e gestos positivos em relação ao outro, que qualifica as atitudes de acolhimento.

Duas grandes características se destacaram nos traços dos imigrantes dessa região segundo Herédia (2005). A primeira, foi o espírito empreendedor vinculado ao culto ao trabalho. Nem todos os imigrantes comprovaram, em suas atividades, o espírito empreendedor, porém o trabalho foi uma de suas características marcantes. A segunda característica foi a integração. Os imigrantes a utilizaram em sua inserção social nas colônias agrícolas através da vida associativa, manifestada na vontade de reproduzir as formas de caráter econômico, político e caritativo existentes na Itália.

No caso da Igreja Católica, esta constitui-se de uma religião fundada, em particular, no princípio do *amor ao próximo*, de acolhida fraterna do outro. Em seus fundamentos, tem atividade social desde sua origem e vincula-se à noção da prática da hospitalidade (Godi, 2011; Correia 2014). Na perspectiva de Zanini (2006), a vivência religiosa permitiu aos imigrantes italianos a existência de uma comunidade de experiência que compartilhava, solidarizava-se e mantinha vínculos grupais, necessários à adaptação e à sobrevivência em terra estrangeira.

Discussão

As narrativas dos sujeitos da pesquisa a respeito da história do Santuário e suas capelas vinculadas demonstram características que marcaram a vida dos moradores que constituíram aquela região. A italianidade, o pertencimento comunitário, a religiosidade e a hospitalidade entendida aqui como solidariedade, que, integrados, formaram laços que marcaram a história do lugar, perpassando as gerações.

A *italianidade* constitui-se uma identidade dos imigrantes italianos que lhes proporciona orgulho de serem. A região de localização do Santuário e suas capelas é formada, quase que totalmente, por descendentes italianos exceto alguns casos de membros que ingressaram em famílias por casamento. Observa-se que a população se identifica com valores que os antepassados trouxeram de suas origens. Os indivíduos se percebem vinculados a uma trajetória de grupo portador de uma história compartilhada, com valores, crenças, e identidade, como refere Zanini (2006) ao definir italianidade. Assim mostram as narrativas dos entrevistados:

> Aqui são todos italianos e todos católicos. N. Sra. de *Caravaggio* é nossa mãe. Se fosse outro grupo étnico, acho que seria difícil que tivessem esse sentimento [devocional] tão forte. (MCTS1, 85 anos).

> Aqui na minha comunidade, são todos de origem italiana, totalmente italianos. (MCNSD2, 58 anos).

> A história do Santuário foi marcada pelos imigrantes italianos, por alguns padres que souberam ser sensíveis a esta devoção, que apoiaram, incentivaram o povo, seja nos projetos, na construção da capela, no primeiro Santuário (AE2, 73 anos).

> Se fosse outro grupo étnico, eu acho que não teria o mesmo sentimento devocional, porque foram os italianos que trouxeram essa devoção, com as imagens. E os nossos santos, aqui das capelas, também vieram da Itália, como a Nossa Senhora. É uma devoção nossa, do imigrante italiano, como já existia na Itália com os antigos. Eles trouxeram essa devoção e que foi mantida, e que originou a construção do Santuário. (MCSVC1, 49 anos).

O *pertencimento* comunitário é outra característica da imigração italiana evidente no local. As famílias se agruparam por proximidade e constituíram capelas. Escolheram santos de suas devoções para protegerem esses lugares e para serem referência em sua vida religiosa. A formação das capelas foi um processo de unificação de esforços em que se estruturou a vida social, religiosa, recreativa, moral e econômica dessas comunidades rurais, como destaca Azevedo (1975). Esse sistema integrado de relações formam a base da experiência social, como afirma Mela (1988).

> A fé é que fez a comunidade de *Caravaggio*. A comunidade acabou sendo formada nesse seio de ajudar, de acolher... que quando pedia era atendida. E fica esse vínculo com as pessoas que vêm e rezam. E quando você vê alguém que chega, até praticamente sem força pra chegar e vem e você ajuda, você também está participando, e aí então esse vínculo faz com que não se perca isso" (MS4, 61 anos).
> O motivo da organização social e religiosa, o primeiro motivo é a fé que os imigrantes trouxeram da Itália. Em segundo lugar, nós podemos colocar Nossa Senhora. Foi a fé dos primeiros imigrantes italianos, que era a mesma fé, os mesmos ensinamentos, as mesmas verdades que eles trouxeram junto. (AE6, 85 anos).

> Todas as capelas ajudaram a construir o Santuário. Eu sei porque eu estava sempre lá. Ali na entrada da Igreja tinha pedras de dois metros de altura. Rocha pura, pura e foi detonado. Eu trabalhava de dia no Santuário e de noite [com o equipamento] para furar (MS1, 94 anos).

A forte *religiosidade* é outra característica marcante que fica evidente nas narrativas dos entrevistados. A identidade católica está presente, pode-se dizer, totalmente, na região do Santuário e suas capelas. As narrativas dos entrevistados demonstram que a população local tem conhecimento mútuo de suas práticas religiosas e participam ativamente dessa religiosidade. A fé católica foi uma marca fortemente enraizada na população desde sua origem.

> A história do Santuário foi marcada pelos imigrantes italianos, por alguns padres que souberam ser sensíveis a esta devoção, que apoiaram, incentivaram o povo, seja nos projetos, na construção da capela, no primeiro Santuário. Isso fez com que a construção de uma capela, que se tornou o primeiro Santuário, que ainda hoje, reformado, reestruturado, bonito, está ainda lá e ainda hoje muita gente vai lá neste Santuário pequeno, porque é mais recolhido, tem menos movimento, e é mais concentrado na devoção à Nossa Senhora (AE2, 73 anos).

> O quadro que era a única imagem que os imigrantes italianos trouxeram de lá, N. Sra. de *Caravaggio*, serviu para fixar essa devoção. O ponto, esse marco, não foi nem com a aparição extraordinária, foi justamente o quadro oferecido, que depois foi devolvido quando a imagem de N. Sra. de *Caravaggio*, que atualmente está aqui dentro do Santuário de *Caravaggio*, foi esculpida em tronco de cedro. (MS1, 94 anos).

Outra característica que se destaca é a hospitalidade que ocorre nas comunidades das capelas, entre si, e com a sede do Santuário. Essa hospitalidade é entendida como solidariedade. Percebe-se uma genuína relação solidariedade mútua que acontece entre os membros das comunidades das capelas, bem como entre as capelas e com o Santuário. Essa hospitalidade ocorre em ações e gestos positivos em relação ao outro, como conceitua Correia (2014) ao discorrer sobre hospitalidade.

> Se a gente vai lá e contribui com alguma coisa, a gente está fazendo o que os nossos antepassados ensinaram para nós. As outras famílias aqui das capelas também contribuem. Aqui na região italiana, é assim: todos ajudam (MCSJu2, 69 anos).

> A vocação da solidariedade é tão importante como a vocação para o sacerdócio, para a vida religiosa. E quando a pessoa faz por espontaneidade as coisas aparecem, as coisas andam, se multiplicam. A pessoa que consegue descobrir a vocação da solidariedade, ela, por si só, é uma pessoa feliz, porque a ação que ela pratica, simplesmente, está emprestando os braços para Maria, para Jesus, para interagir na comunidade. (MS3, 73 anos).

Pode-se perceber, nas narrativas, que há um entrelaçamento de significados entre essas características destacadas. Italianidade, pertença comunitária, religiosidade e hospitalidade/solidariedade ficam muito próximas de sentido. Entretanto, um fato incontestável, que ficou evidente na pesquisa, foi o forte sentimento devocional à Santa, motivo catalizador que gera fervor e confiança de intercessão nos pedidos a ela dirigidos, pelos devotos.

Considerações finais

A pesquisa a respeito da comunidade N. Sra. de *Caravaggio*, Santuário e suas capelas, demonstrou que o espírito de pertencimento étnico, a pertença comunitária, a religiosidade e a hospitalidade constituíram o Santuário e o revitaliza ao longo do tempo. As características de italianidade, fé, espírito devocional, vida comunitária, solidariedade mútua entre os moradores, tanto da sede como das comunidades das capelas e com envolvidos em situações emergentes de outros lugares e com os peregrinos, sinalizam o forte espírito de pertencimento étnico na comunidade de *Caravaggio*.

As narrativas dos entrevistados da comunidade de *Caravaggio* demonstram que, ao longo do tempo, os moradores da comunidade da região do Santuário empenharam-se em preservar harmoniosas relações de convivialidade entre si e colaborarem com ações de ajuda em momentos de necessidades solicitados pela Igreja Católica. Esse espírito constituiu *Caravaggio* um lugar acolhedor, um lugar de expressiva espiritualidade religiosa, um lugar de hospitalidade, um lugar de sensibilidade com o "outro", com aquele que chega, um lugar que alimenta a cultura de princípios herdada de seus antepassados.

A secularização e as significativas mudanças culturais decorrentes da modernização e globalização tornaram-se desafios aos fiéis a escapar das diferenças e das contradições no exercício da fé. Essas implicações desafiam o espírito de comunidade de

crentes em suas diversas culturas e que buscam viver um propósito de vida fundados em sua crença.

Referências

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e Gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

BECKHÄUSER, Frei Alberto. **Religiosidade e piedade popular, santuários e romarias**: desafios litúrgicos e pastorais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BERTUOL, Padre. Olívio. **Milagrosa Rainha de *Caravaggio***. Caxias do Sul: Mitra Diocesana de Caxias do Sul, 1950.

CORREIA, João Alberto Sousa. **A hospitalidade na construção da identidade cristã**. Braga: Ed. da Universidade Católica, 2014.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul, RS: UCS/EST, 1976.

DE BONI, Luís Antônio; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul; Correio Riograndense, 1984. 3ª. Ed.

DECÓ, Ermínio Dall'Agnol. **Microrregião de Colonização italiana de Bento Gonçalves e Farroupilha**. Gráfica La Salle, 1994.

GODI, Patrícia. Igreja: A casa da misericórdia. *In*: MONTANDON, Alain. **O livro da hospitalidade:** acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: Ed. Do Senac, 2011. p. 605-617.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. In: **Métis**: História e cultura. Caxias do Sul. pp.233-244, jul/dez.2005.vol.4, n.8.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. Um município marcado por migrações. In L. A. Henrichs (Org.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria de Cultura, 122-130, 2012.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. ed. ampl. Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

MELA, Alfredo. **Immagini classiche dela sociologia urbana.** Torino: Progetto'82, 1988.

POEL, Francisco van der (Frei Chico). **Dicionário de Religiosidade Popular**: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nossa Cultura, 2013a.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? **Projeto História**. São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **A história oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Vozes, 2016.

PUTNAM, Robert. **La tradizione cívica nele regioneitaliane**. Milano, Itália: Mondadori, 1993.

SANTOS, Miriam de Oliveira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Especificidades da identidade de descendentes de italianos no sul do Brasil: breve análise das regiões de Caxias do Sul e Santa Maria. **Revista Antropolítica**. Niterói, n. 27, p. 21-41, 2. sem. 2009.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional***:* a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: EdUFSM, 2006.

ZORZI, Dom Benedito. **Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil**. Caravaggio, Farroupilha, RS: Mitra Diocesana de Caxias do Sul,1986.

MIGRAÇÕES DE PASSAGEM: O CASO DOS GANESES NO SUL DO BRASIL

Vania B. M. Herédia

Introdução

A cidade de Caxias do Sul, constituída historicamente pela política de imigração do governo imperial no século XIX, foi local de uma experiência migratória distinta em julho de 2014. Naquela data, a cidade recebeu mais de 300 ganeses[149], que após os jogos da Copa do Mundo, decidiram não retornar ao país de origem e buscar refúgio no Brasil. Esse acontecimento envolveu uma série de instituições sociais locais que se uniram para solucionar a situação criada. Esse grupo étnico havia entrado no país com visto de turistas para assistir o maior espetáculo de futebol mundial, a Copa do Mundo. Logo após o encerramento dos jogos que competiram nesse evento esportivo, a cidade de Caxias do Sul começou a receber diariamente, por via rodoviária um número considerável de ganeses.

A primeira instituição que procuraram foi o Centro de Atendimento ao Migrante[150], serviço coordenado pela Congregação Scalabriniana na região, que atende migrantes internacionais. Esse Centro buscou ajuda em outras instituições locais, entre elas a Diocese de Caxias, a Câmara Municipal de Vereadores, o Seminário Nossa Senhora Aparecida, o Sindicado das Indústrias Metal-Mecânicas e Elétricas de Caxias do Sul, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul e a Prefeitura de Caxias do Sul. O movimento de acolhimento desse grupo de estrangeiros, que em pouco tempo se declararam refugiados, movimentou a cidade e envolveu um número considerável de habitantes de Caxias do Sul.

Portanto, o presente estudo tem como objetivo analisar os dados que registram esse evento e trazer para a discussão a percepção daqueles que os receberam,

[149] O número de cadastros completos preenchidos foi de 295, apesar do número de ganeses ser maior. " O ingresso de 300 pessoas em um único mês no município de Caxias do Sul, atingindo a chegada de até 80 pessoas em um único dia, colocou em evidência a incapacidade de reação imediata e as maneiras como a administração pública e seus diferentes setores, eram provocados e reagiam diante de uma situação nova e relativa a novas migrações em uma cidade cujo passado também refere a uma área de imigração e colonização e imigração que tem em seu entorno a experiência com novos migrantes nas cidades vizinhas" (JARDIM, 2018, p. 69).

[150] O Centro de Atendimento ao Migrante está vinculado à Associação Educadora São Carlos, da congregação das Irmãs Scalabrinianas. Foi fundado em 1984 em Caxias do Sul e tem como missão atender migrantes que chegam na cidade em busca de apoio.

evidenciando uma posição de hospitalidade e acolhimento por parte das instituições que estiveram envolvidas. O estudo utiliza como suporte teórico autores conhecidos do campo migratório e na área de hospitalidade que ajudaram a partir de suas pesquisas entender o fenômeno ocorrido. Os autores são: Sayad (1998), Castles (1998), Ambrosini (2011), Baptista (2014), Brayner de Farias (2014) e Jardim (2018).

Para o uso de história oral, como suporte teórico-metodológico empregou-se as obras de Delgado (2010) e Portelli (2016). Esses autores tratam o método da história oral como "arte da escuta" e refletem sobre as vantagens que o mesmo oferece na produção de discursos feitos entre o narrador e o historiador, onde o objeto de estudo trata das diversas subjetividades. A importância das fontes orais, segundo Portelli está na construção de "narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre o narrador e o historiador [...] são geradas em uma troca dialógica, a entrevista" (2016, p. 9). O suporte teórico para entrevistas temáticas foi amparado na obra de Delgado (2010, p. 22) que define "entrevistas que se referem a experiências ou processos específicos vividos ou testemunhados pelos entrevistados". As entrevistas foram realizadas no Centro de Atendimento ao Migrante e referente as instituições hospitaleiras no local de trabalho dos entrevistados. Os entrevistados são representantes de instituições que receberam os ganeses e seus relatos tratam dessa experiência. Constata-se que as posições dos representantes da igreja e de congregações religiosas são distintas do setor público que atua na cidade, numa demonstração distinta de hospitalidade.

Migrantes são definidos como " força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária e m trânsito (Sayad, 1998, p. 54). Nesse contexto, migrar significa "atravessar as fronteiras de uma unidade política ou administrativa por um certo período (Boyle *et al.*, 1998 *apud* Castles, 2019, p. 44). O autor classifica as migrações nos seguintes tipos: "imigrantes temporários por motivos de trabalho, imigrantes altamente qualificados e imigrantes por negócios, imigrantes irregulares, refugiados, pessoas que buscam asilo político, migrações forçadas, membros familiares, imigrantes de retorno" (Boyle *et al.*, 1998 *apud* Castles, 2019, p. 45- 47). A experiência dos ganeses evidencia que nem sempre os tipos de migração e suas características se adequam as condições concretas daqueles que se deslocam.

Importante esclarecer alguns equívocos que são postos como elementos explicativos da migração como é o caso da pobreza. Castles (1998) postula que não existe uma simples relação entre **pobreza e emigração**, principalmente pelo fato dos muito pobres não conseguirem se deslocar. Nas zonas de pobre excessiva, "as pessoas não têm

capital econômico suficiente para viajar, o capital cultural necessário para entender a existência de diferentes oportunidades em outros lugares, e o capital social (ou em redes de contatos) de que há necessidade para encontrar trabalho com sucesso e enfrentar o novo cenário" (Castles, 1998, p. 48).

Em estudos de Herédia, Gonçalves e Pandolfi, (2011) essa premissa é posta, uma vez que migrantes buscam um conjunto de oportunidades que nem sempre são acessíveis a eles no lugar de partida, mas para migrar precisam de condições de mobilidade. Como argumentos, esses estudos utilizam o conceito de "ativo" postulado por Busso (2001, p. 9 *apud* Heredia *et al.*, 2011, p. 118-119) que "evidencia os recursos individuais e coletivos que indivíduos e grupos, em situação de pobreza utilizam de forma contínua para melhorar seu nível de bem-estar social e/ou enfrentar situações adversas". Por meio do conceito de 'ativo' é possível identificar as características do grupo migratório e o próprio potencial que o grupo possui. Essa identificação é importante para caracterizar o tipo de migração. No caso dos ganeses, essa identificação é feita pelas características que o grupo registra no pedido de refúgio.

Migrações e Hospitalidade

O tema migrações está atualmente na pauta internacional como um dos grandes problemas mundiais. As soluções dadas a pelos diversos países não necessariamente é de acolhimento. É um tema que pode auxiliar na discussão acerca do turismo, da hospitalidade desejada e das contradições que podem ocorrer quando os deslocamentos de grupos de populações não são esperados e geram conflitos nas sociedades locais onde se instalam. Não existe tanta semelhança no conceito de turista e no de migrante, mesmo que ambos estejam associados ao deslocamento. Entretanto, ambos pressupõem que esse deslocamento pode ser positivo se a recepção for hospitaleira.

Ainda nessa comparação, pode-se incluir o conceito de estrangeiro, ou seja, aquele que se desloca nem sempre é do lugar e como tal não possui os atributos definidos para o direito a hospitalidade. O conceito de hospitalidade é sempre um conceito questionado.

> Se a sociedade é toda organização de indivíduos baseada em critérios prévios de pertença, uma lei da hospitalidade já se encontra em andamento. Já estão definidos aqueles que pertencem e aqueles que não pertencem [...]. Admitir o estrangeiro já significa consultar as condições de sua entrada" (Farias, 2014, p. 121).

O estrangeiro traz para a discussão o direito a hospitalidade e os critérios para tal quando ultrapassa as questões de cidadania. Os deslocamentos de população implicam que a sociedade que recebe necessita de uma visão de hospitalidade ativa e receptiva para oferecer acolhimento de forma natural e espontâneo. Mas não é o que acontece normalmente. A hospitalidade ativa prevê uma série de atitudes que acolham o turista, o migrante, o peregrino, o estrangeiro, sem classificar e diferenciar socialmente. Entretanto, as dificuldades aparecem quando a sociedade estabelece os critérios para os deslocamentos, o que provoca que alguns podem se movimentar e outros não.

Em muitas situações o termo de hospitalidade é utilizado como sinônimo de acolhimento. As politicas de acolhimento parecem aplicáveis no discurso, mas na prática, quando o são, trazem uma série de reações sociais que permitem discutir alteridade, a aceitação do outro, e a sua possível integração num contexto de imigração. Segundo Trindade (2006, p. 84):

> [...] por muito que as politicas de acolhimento se revelam justas, e adequada a sua aplicação na prática, não está a priori garantido o sucesso da integração. A igualdade formal de direitos e a universalidade do objeto da aplicação das leis e regulamentos devem ainda ser completadas por uma efetiva igualdade de oportunidades no acesso ao emprego, ao alojamento, à saúde, à educação, à justiça- mas também ao desafogo econômico e à qualidade de vida.

Nesse sentido, em diversos contextos de migração, constata-se que a mão de obra migrante é necessária, entretanto quando são exigidos direitos sobre ela, são refutados. A aceitação parcial não promove a integração e as condições de igualdade não são oferecidas nem garantidas quando não são aplicadas. As condições de integração podem revelar as dificuldades que as comunidades de imigrantes enfrentam quando de suas inserções nas comunidades de recebimento. Simon (1991) gera uma discussão que os movimentos de população mostram os vários rostos das sociedades contemporâneas. Diz que é como um espelho que mostra aquilo quem nem sempre quer ser visto. Afirma que "como tudo que desempenha uma função de revelação, a migração internacional é uma questão que incomoda. Ela incomoda as sociedades onde ocorrem as saídas, pelo julgamento que traz" (Simon, 1991), e incomoda também países de imigração.

Nesse contexto, que os migrantes são inicialmente tratados como turistas, a discussão se amplia pelas razões que enquanto turistas, a sociedade recebe sem problemas, enquanto migrantes, muda a ótica da hospitalidade. Porque os migrantes em muitas situações não são considerados hóspedes? Quais as implicações que existem no acolhimento daqueles que não necessariamente são desejados? A diferença entre o

migrante e o turista não está apenas no deslocamento, mas na motivação do deslocamento, cuja distinção é clara, apesar da falta de compreensão por parte da sociedade que os recebe. Mesmo que alguns autores como Sayad (1998) afirmem que a condição do migrante também é transitória, o turista oferece mais garantias, num tempo limitado que interessa a sociedade que recebe. Mesmo que a condição de transitoriedade do turista seja evidente, ao contrário do migrante, o turista é recebido como hóspede e o migrante como estrangeiro, aquele que vem de fora, aquele que não é do lugar.

O caso dos ganeses em Caxias do Sul

Os ganeses que chegaram a Caxias do Sul, em julho de 2014 são da República de Gana, cuja capital é Acra. O país possuía naquela data 27,2 milhões de população[151], numa área de 238.537 Km². O governo de Gana é presidencialista e a constituição foi feita em 1992. Situa-se na África Ocidental e tem limites a norte pelo Burkina Faso, a Leste pelo Togo, a sul pelo Golfo da Guinée e a oeste pela Costa do Marfim[152].

A história dos ganeses é uma história que evidencia que a experiência democrática é recente, pois a nação de Gana é também recente. A independência de Gana acontece apenas em 1957. Tem-se ciência que o comércio com os europeus ocorreu por meio dos portugueses no século XV e XVII e com os ingleses no século XIX quando do estabelecimento da "Costa do Ouro" como colônia em 1874. Contam que o primeiro contato do Gana com os europeus foi feito por portugueses quando um grupo começou a negociar com o Rei de "Elmina". Em 1482, a Costa do Ouro, uma região que pertence atualmente à Gana, foi colonizada pelos portugueses quando foi construído o "Castelo de São Jorge da Mina", local do entreposto colonial[153] onde, mais tarde, muitos africanos se tornaram escravos e pelos holandeses em 1598, que permaneceram na região até 1871 quando seus assentamentos foram tomados pelos britânicos.

Figura 1 – Mapa República do Gana

[151] O território da República de Gana possui uma área de 238.537Km².
[152] A população de Gana é de 27,2 milhões, o que mostra a concentração de população em algumas cidades, como é o caso de Acra.
[153] O Castelo está representado na imagem abaixo e essa localidade foi um forte entreposto de tráfico de escravos holandês desde 1637.



Fonte: Wikipedia (2024).

Constata-se que, além dos portugueses, holandeses e britânicos também usufruíram dessa região os prussianos, os suecos e os dinamarqueses. Antes do contato com os Europeus, na fase ainda pré-colonial viviam em reinos, chamados Akan, que derivavam do "Império Ashanti, o Akiwanu, o Akvem, o Bonoman, o Denkvira e o Fanti entre outros. Os não Akan formaram um povo chamado de Ga, assim como os Bonoman" (2019). No século XIX, houve dominação por parte dos ingleses, uma vez que dominaram toda a Costa do Ouro, tornando Gana uma colônia.

A história dos que nasceram em Gana mostra a força do colonialismo em seu território e de como foi impossível se defender das nações que os dominaram.

Figura 2 - Feitoria da Mina no atual Gana, construída em 1482 para o comércio do ouro na região, e entreposto do tráfico de escravos holandês desde 1637



Fonte: Wikipedia (2018).

Dados dos Ganeses segundo Centro de Atendimento ao Migrante

A pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos Migratórios da UCS em 2014 aponta para os seguintes resultados. Dos 295 ganeses que foram registrados no Centro de Atendimento ao Migrante em Caxias do Sul, após a Copa do Mundo, a grande maioria era do sexo masculino, o que evidencia também que os grandes deslocamentos que são provenientes da África são do sexo masculino.

A constatação evidencia que os jovens do sexo masculino possuem mais condições de deslocamento e mobilidade do que as mulheres, o que mostra uma tradição referente às migrações quando um dos jovens da família é escolhido para o deslocamento com intuito de garantir a sobrevivência do seu grupo social.

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual do sexo dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

SEXO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Masculino	293	99,32
Feminino	2	0,67
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Constata-se que entre os registros de ganeses no Centro de Atendimento ao Migrante a maioria é do sexo masculino, o que é comum nas migrações recentes entre africanos. A condição de turista foi utilizada para chegar ao Brasil e a cidade de Caxias do Sul foi escolhida, pela possibilidade que tinha de providenciar os documentos de refúgio. Para tal a cidade deve possuir uma agência da Polícia Federal que encaminhe passaportes.

Tabela 2 – Distribuição absoluta e percentual por faixa etária dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

FAIXA ETÁRIA	Frequência	
	Absoluta	Percentual
21-25	38	12,9
26-30	87	29,5
31-35	89	30,16
36-40	43	14,6
41-45	27	9,2
46 +	4	1,4
Não informado	10	3,40

TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Os dados apresentados na Tabela 2 mostram que a maioria dos ganeses tinha na época que chegaram ao Brasil, 26 a 35 anos o que representa aproximadamente 60% do grupo. Acima dos 40 anos, o percentual também não era elevado, o que permite inferir em relação a outros estudos migratórios, que aquele que se desloca do grupo possui condições para enfrentar uma série de exigências que o *status* de migrante impõe como é o caso de ter boa saúde, ser jovem, disposto a qualquer tipo de trabalho, mesmo que tenha escolaridade avançada e possa galgar trabalho qualificado.

Tabela 3 – Distribuição absoluta e percentual do estado civil dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

ESTADO CIVIL	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Solteiro	178	60,33
Casado	109	36,9
Divorciado	4	1,35
Viúvo	3	1,01
Não informado	1	0,33
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Quanto ao estado civil, 60,33% eram solteiros e 36,9% eram casados, o que demostra que o deslocamento se dá principalmente com jovens solteiros, mesmo que o número de casados seja significativo. É importante considerar que na República de Gana, as crenças tradicionais correspondem a 22,1% da população, 19,8% são islâmicos e adeptos ao cristianismo 57,6%, sendo distribuídos entre católicos, cristãos africanos, protestantes, anglicanos e outras (Brazil – West Africa - Ecowas, 2024). A religião é um fator de identidade e demonstra que essas crenças são direcionadas por princípios que regem comportamentos.

Tabela 4 - Distribuição absoluta e percentual do grau de instrução dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

GRAU DE INSTRUÇÃO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Analfabeto	12	4,06
Fundamental incompleto	22	7,45
Fundamental completo	86	29,15

Médio incompleto	15	5,1
Médio completo	117	39,67
Politécnico	13	4,40
Superior incompleto	6	2,03
Superior completo	12	4,06
Não informado	12	4,06
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Quanto à escolaridade, 39,67% apresenta ensino médio completo, o que representa uma alta escolaridade para a migração. A comprovação de ensino médio abre a possibilidade de conseguir trabalho qualificado, mesmo que muitos tenham se colocado à disposição para trabalho precário, informal e temporário.

Dos 295 ganeses cadastrados, 29,15% possuíam fundamental completo; 4,40% politécnico, 2,03, superior incompleto e 4,06% superior completo. O perfil da escolaridade do grupo era qualificado, sendo que muitos falavam além do inglês, francês, árabe e línguas nativas. O idioma inglês é oficial mas há a presença de línguas regionais.

Constatou-se no preenchimento do protocolo de refúgio o domínio da língua inglesa e francesa por meio dos solicitantes. O domínio de línguas estrangeira e a escolaridade média completa são diferenciais na busca de trabalho, mesmo que temporário, o que confirma o que postula Sayad (1998) sobre o migrante como "força de trabalho provisória".

Tabela 5 – Distribuição absoluta e percentual das experiências anteriores dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Comerciante	87	24,49
Eletricista	8	2,71
Estudante	18	6,10
Jogador de Futebol	10	3,38
Mecânico	19	6,45
Motorista	27	9,15
Pintor	9	3,05
Técnico de Informática	8	2,71
Alfaiate/Costureiro/Designer de moda/ Estilista	26	8,81
Outros (Encanador/ Sapateiro/ Professor/Açougueiro/Carpinteiro)	85	28,81
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Quanto às experiências profissionais anteriores, que os ganeses trouxeram consigo, apresenta-se com destaque a função de comerciante, o que é bastante comum nos países africanos. Além dessa, a de motorista, professor, mecânico, encanador, carpinteiro, sapateiro, alfaiate, costureiro e estilista. A profissão de produzir roupas é muito comum pelo fato de ainda terem costumes de ter roupas fabricadas artesanalmente e não industrializadas. A profissão de ser professor também aparece e pode representar uma profissão não tão bem valorizada. O número de mecânicos é considerável e o de estudantes também. Evidencia uma imigração mais qualificada e é uma demonstração dessa caracterização de migração de passagem que abre espaço num país para na etapa seguinte se deslocar para outras esferas de trabalho. Entretanto chama a atenção de que atividades extrativistas são uma das principais atividades econômicas do país, principalmente na extração de minérios, de madeiras e de alguns produtos agrícolas.

Tabela 6 – Distribuição absoluta e percentual do motivo da migração dos ganeses cadastrados no CAM, 2015

MOTIVO	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Perseguição	112	37,97
Trabalho	149	50,50
Trabalho/familiares	87	29,50
Trabalho/melhor padrão de vida	18	6,10
Trabalho/perseguição/violência	14	4,74
Não informado	2	0,68
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Quando perguntados pelo motivo da migração, 50,50% responderam que vieram em busca de trabalho e 37,97% por serem perseguidos politicamente. Junto com a ideia de trabalho está associada à busca de melhores condições de vida para eles e para sua família, bem como fugir da perseguição e da violência.

Figura 3 - Mapa da República de Gana



Fonte: Guia Geográfico – África Turismo (2019).

Tabela 7 – Distribuição absoluta e percentual da naturalidade dos ganeses cadastrados no banco do CAM, 2015

NATURALIDADE	Frequência	
	Absoluta	Percentual
Acra	80	27,11
Achimota	1	0,33
Agona	1	0,33
Akim Oda	1	0,33
Akim – Tafo	1	0,33
Ashant Region – Kumasi	1	0,33
Ash Town	1	0,33
Bolgatanga	1	0,33
Bolgatanga Northern	1	0,33
E. Malabo	1	0,33
Elmina	1	0,33
Komasa	1	0,33
Kumasi	57	19,32
Nima	1	0,33
Nsawam	1	0,33
Tamale	1	0,33
Tema	1	0,33
Obuasi	1	0.33

Wawasea	1	0,33
Não informado	29	9,83
TOTAL	295	100,00

Fonte: Banco de dados do CAM. Caxias do Sul, RS (2015).

Os ganeses provêm de várias localidades sendo maior número de Acra e de Kumasi. Acra, capital de Gana, localiza-se no litoral, próximo ao Golfo da Guiné e Kumasi, fica na região central de Gana. A cidades com maior número de população são: Acra, Kumasi, Tamale, Takoradi, Ashaiman, Tema, Teshie, Cape Coast, Sekondi e Obuasi. Dessas cidades, há o registro de migrantes que provêm de cidades mais populosas, mas também de cidades pequenas como Agona, Elmira, Wawasea, Nima entre outras.

A justificativa dada pelas quais escolheram o Brasil foi expressa na fala de um ganês que solicitou refúgio em Caxias do Sul:

> Eu decidi pelo Brasil, porque eu vi que é um país muito bom. Vocês gostam de pessoas. Vocês gostam de homens negros. Vocês consideram que todos, somos uma família, um povo, você entende? E aqui tem dinheiro. Aqui você consegue um trabalho, você consegue dinheiro. Porque a economia lá está muito ruim. Está muito, muito dura. Estamos achando muito, muito difícil. Imaginem que você compra algo e vai revender. Todo o lucro que você usa é somente para a sua família. Você não pode economizar nada para o seu futuro filho e filha. (Ganês 1, 2014).

Alguns ganeses deixaram a família para buscar trabalho no Brasil, mas o destino final era os Estados Unidos. Esse sonho não é apenas dos ganeses, outras etnias também almejam morar nos Estados Unidos e por isso enfrentam uma série de riscos desde a saída do país de origem. De acordo com informações do Ministério das Relações Exteriores, foram emitidos 8.767 vistos a cidadãos ganeses para o período da Copa do Mundo.

> Nem todos os vistos, que autorizariam a entrada no país até o dia 13 de julho, com permanência máxima de 90 dias, foram efetivamente utilizados. Sobre o ingresso no país, o Departamento de Polícia Federal confirmou que 2.529 ganeses fizeram uso desses vistos e efetivamente entraram no país, sendo que destes, 1.397 deixaram o território brasileiro oficialmente até o momento (GLOBO, 2014).

A situação dos ganeses que entraram no Brasil para assistir a Copa do Mundo se transformou numa questão social quando os mesmos, ao invés de retornarem a sua pátria, decidiram solicitar refúgio ao Governo Brasileiro. Muitos se deslocaram para a cidade de Caxias do Sul, conhecida como local de migrações, para solicitar refúgio. A prefeitura da cidade ficou bastante surpresa com o número de migrantes que chegavam por dia.

Segundo a responsável na época pela Fundação de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Marlês Andreazza, o número era cada vez maior. “Primeiro eram 20 [ganeses], depois 40, 60, não tinha lugar para todo mundo”. Andreazza (2014) acredita que os imigrantes escolhem a cidade por causa da agilidade no pedido de refúgio. A maioria “entrou no Brasil com visto provisório de turista, provavelmente emitido para a Copa do Mundo, e decidiram ficar em busca de melhores condições de vida”. Acrescenta que “[...] a cidade está passando por problemas de desemprego. Eles têm o problema da língua”.

A história dos ganeses em Caxias foi uma verdadeira experiência de acolhimento e de hospitalidade. Os ganeses chegaram à cidade e não tinham onde parar. As duas instituições, vinculadas a Prefeitura Municipal, que abrigam moradores de rua e necessitados estavam lotadas. Nesse interim, o Bispo Diocesano D. Alessandro Ruffini, da Congregação Scalabriniana, conversou com o Reitor do Seminário Nossa Senhora Aparecida, um espaço de formação religiosa, para ver a possibilidade de abrigar alguns ganeses que já estavam na cidade. No final da história, os ganeses não ficaram apenas alguns dias, permaneceram na cidade por mais de um mês, e a experiência foi bastante positiva. A comunidade organizou um mutirão de voluntários para auxiliar o preenchimento dos documentos que foram encaminhados a Polícia Federal pela solicitação de refúgio. Muitos colaboraram para que essa experiência fosse positiva. Cada qual contribuindo com o que era possível. Cobertores, comida, material de higiene e voluntários para ajuda naquele momento. Muitas pessoas vieram de Porto Alegre para trazer a sua doação. A comunidade colaborou e muitas questões foram resolvidas.

Na fala de uma vereadora da Câmara Municipal, a cidade acolheu de forma exemplar os ganeses. Muitas iniciativas foram desencadeadas e a ajuda foi expressiva. Desde a chegada até o acolhimento muitas ações foram assumidas por instituições que prestaram ajuda e colaboraram para a solução dessa migração de passagem. A entrevistada relata o auxílio da comunidade inclusive para o preenchimento do protocolo de refúgio que seria uma das primeiras ações necessárias para a permanência do grupo.

> [...] a gente acompanhou bastante os ganeses. Quando a gente os recebeu aqui na Câmara de Vereadores, organizou aquele mutirão que os recebeu. Então, conseguimos organizar vários tradutores voluntários que vieram ajudar a preencher a documentação na Policia Federal (Vereadora da Câmara Municipal de Caxias do Sul, 2015).

No relato de uma trabalhadora social (2015) de uma instituição de atendimento a migrantes, a cidade já tinha tido experiências com os migrantes haitianos e senegaleses. O relato mostra que a cidade sempre absorveu mão de obra migrante e sempre teve preconceitos em relação a ela, pela forte presença de descendentes de europeus e pela não predominância de negros. Na sua visão,

> Caxias sempre foi uma cidade predominantemente branca. Assim como na região sul, mas tem várias pessoas, grupos que tem se esforçado para poder acolher e ajudar esses migrantes. Acho que agora está um pouco melhor, pelo menos, porque até pouco tempo atrás, dois anos, as pessoas não tinham vergonha nenhuma de dizer que queriam que os africanos fossem embora, que eles iam dar trabalho (Trabalhadora Social, 2015).

No discurso do reitor do Seminário que acolheu aproximadamente 300 ganeses, no mês de julho, mês mais frio da serra gaúcha, mostra a sensibilidade que a instituição teve para com os ganeses. O Reitor expressa:

> Eu me impressionei muito nesse mês que eu acompanhei diretamente, praticamente 24horas por dia. O respeito que eles tinham. O respeito que eles tinham por nós, pelo povo. O sentimento de gratidão, mesmo diante das dificuldades. [...] Nós não queremos outra coisa senão trabalhar. Nós não estamos aqui para viver, nós não queremos viver à custa de vocês (Reitor do Seminário Nossa Senhora Aparecida, 2014).

Os ganeses oportunizaram a cidade uma experiência de acolhimento onde as redes que se constituíram nessa experiência, de forma espontânea, gratuita puderam entender o valor das trocas e do significado de participação da rede de acolhimento. Muitos ganeses não permaneceram em Caxias do Sul. A cidade foi apenas um lugar de passagem que permitiu que os documentos fossem encaminhados e que pudessem permanecer no Brasil por um período. O sonho era maior. Viver num lugar estável, com acesso as melhores condições de vida. Trabalhar muito e poder construir uma história. Esse foi o relato de muitos. Na experiência da cidade, foi um turbilhão que passou. Mas houve inúmeras demonstrações da capacidade de acolher, de doar e de trabalhar para o outro, mesmo que a cidade seja também local de manifestações de preconceito contra aqueles que vêm de fora.

Referências

BRAZIL – WEST AFRICA - ECOWAS. **República do Gana**. Disponível: https://camarabrazilecowas.com/pais/republica-do-gana/. Acesso em: 17 out. 2024.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In:* CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BUSSO, G. **Vulnerabilidad social**: nociones e implicaciones de politicas para Latinoamerica a inicio del siglo XXI. *In*: Seminario de las diferentes expresiones de la vulnerabilidade social en America Latina y el Caribe. Santiago do Chile: CEPAL, 2001.

CASTLES, S. Le migrazioni internazionali agli inizi del ventunesimo secolo: tendenze e questiobni globali. *In*: AMBROSINI, M.; ABBATECOLA, E. **Migrazioni e società:** una rassegna di studi internazionali. Milano: Franco Angeli, 2009.

DELGADO, L de A. N. **História oral:** memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FARIAS, A. B. de. Filosofia da hospitalidade para uma futura ética do estrangeiro. *In*: SANTOS, M. M. C. dos S.; BAPTISTA, I. **Laços Sociais**: por uma epistemologia da hospitalidade. Caxias do Sul: Educs, 2014.

GLOBO. **Copa do Mundo 2014.** Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/esporte/eventos-e-coberturas/copa-do-brasil-2014/copa. Acesso em: 07 set. 2018.

GUIA GEOGRÁFICO – ÁFRICA TURISMO. **Mapa de Gana**. Disponível em: http://africa-turismo.com/mapas/gana.htm. Acesso em: 19 jul. 2019.

GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Hospitalidade**, São Paulo, ano 3, n. 2, p. 29-50, 2006.

HERÉDIA, V. B. M. **Migrações internacionais:** o caso dos senegaleses no Sul do Brasil. Caxias do Sul: Belas & Letras, 2015.

HEREDIA, V. B. M.; GONÇALVES, M. do C. S.; PANDOLFI, B. Vulnerabilidade em algumas dinâmicas migratórias. *In*: HEREDIA, V. B. M.; GONÇALVES, M. do C. S.; MOCELLIN, M. C. **Mobilidade Humana e Dinâmicas Migratórias**. Porto Alegre: Letras & Vida, 2011.

JARDIM, D. Os rapazes de Ghana: a divisão social do trabalho da ajuda humanitária para imigrantes e refugiados no contexto da Copa do Mundo no sul do Brasil. *In*: MEJÍA, M. R. G. (Org.). **Migrações e Direitos Humanos:** Problemática socioambiental. Lajeado: Univates, 2018.

MANCUSO, M. I. R. Memória, representação e identidade. *In:* LUCENA, C. T.; GUSMÃO, N. M. M. de (Orgs.). **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, p. 57-74.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SAYAD, A. **A Imigração ou os paradoxos da alteridad***e*. São Paulo: Edusp, 1998.

SIMON, G. Folha de São Paulo. Caderno Especial. 18/07/1991.

TRINDADE, M. B. R. Recriação de identidades em contextos de migração. *In:* LUCENA, C. T.; GUSMÃO, N. M. M. de (Orgs.) **Discutindo identidades.** São Paulo: Humanitas/CERU, 2006, p. 75-90.

WIKIPEDIA. **Feitoria da Mina no atual Gana, construída em 1482 para o comércio do ouro na região, e entreposto do tráfico de escravos holandês desde 1637**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Feitoria#/media/File:ElminaCastle1668.jpg. Acesso em: 26 dez. 2018.

WIKIPEDIA. **Mapa República do Gana**. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gh-map.png. Acesso em: 17 abr. 2024.

ZANFRINI, L. **Introduzione ala sociologia dele migrazioni**. Roma: Laterza, 2016.

BIOGRAFIAS E TRAJETÓRIAS

ENTRE A MEDICINA E A POLÍTICA: A TRAJETÓRIA DE FÉLIX ENGEL FILHO, 1º INTENDENTE DO PRATA (1924)

Cassiano Miglia Vacca
Eliana Gasparini Xerri

Introdução

Em 11 de agosto de 2024 o município de Nova Prata celebrou seu primeiro centenário. A história do território que hoje constitui a cidade está intimamente ligada a constituição da Colônia Alfredo Chaves, instalada em 1884 para receber a grande leva de imigrantes europeus que ocupavam as regiões da Serra Gaúcha. A geografia do território ajuda a explicar a criação posterior desta colônia. O vale do Rio das Antas se tornou espaço difícil de transpor e as terras loteadas pelo projeto de colonização em escarpas, morros e desfiladeiros causaram a recusa inicial por inúmeros imigrantes.

> O vale em garganta, mais do que um caminho, revelou-se barreira intransponível. O rio, com suas escarpas, torrentes e desfiladeiros, mais separavam do que unia os colonos. Ao rio somava-se a floresta úmida e cerrada, o lodo tornava intransitáveis as picadas abertas. O vale das Antas foi cenário de desilusão, de morte e de fuga de muitos colonos. (Giron, 1998, p. 48)

Mesmo assim, diante das dificuldades e do esgotamento de espaço iminente nas Colônias Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu, o vale do Rio das Antas foi transposto. Treze anos após a instalação, portanto em 1897, a Colônia Alfredo Chaves já havia vendido aos imigrantes 93.500 hectares de lotes e a população instalada já contava com quase 20 mil pessoas (Giron, 1998, p. 57). Para suprir as demandas tanto administrativas quanto econômicas e comerciais da população que transpôs o Rio das Antas, pequenos núcleos começam a se desenhar. Dois em especial merecem destaque: a Vila de Alfredo Chaves (atual Veranópolis), emancipada em 1898 de Lagoa Vermelha; e a Vila de Capoeiras (atual Nova Prata) que foi elevada a 2º distrito com a emancipação de Alfredo Chaves e alcançando a própria emancipação em 1924.

Apesar de grande parte do território que onde hoje se encontra Nova Prata ter pertencido ao casal Silvério e Placidina de Araújo (terras adquiridas do posseiro Sezefredo José Ferreira em 1854), foi com a dinamização da vinda dos imigrantes na ocupação dos lotes da Colônia Alfredo Chaves que a vila de Capoeiras se tornou espaço urbano relevante a ponto de Silvério ser convencido pelos comerciantes locais a doar parte de sua terra para a constituição de um pequeno *paese*. Algo que acontece em 1879, como consta no Livro-Tombo I da Paróquia de Nova Prata (Xerri, 2004).

Sobre os imigrantes que se estabeleceram na região da atual Nova Prata, muitos autores dão destaque para a grande maioria de imigrantes italianos. Geraldo Farina (1992) busca informações no Relatório da Intendência de Alfredo Chaves que, por sua vez, utilizou dados do Recenseamento Federal de 1911 para quantificar a nacionalidade da população que habitava o 2º distrito de Capoeiras: "[...] 3.598 brasileira, 819 italiana, 49 alemã, 87 polaca, 34 austríaca, 133 russa, 2 argentinos, 2 belgas e 6 prussiana." (Farina, 1992, p. 80). Somando, são 4.866 habitantes. Destes, segundo ainda o autor, 4.706 são agricultores, 19 são negociantes, 5 industrialistas e os demais se dividem entre inúmeras profissões voltadas à prestação de algum serviço comercial.

Galeazzi (1982, p. 43) assim define as etnias que compuseram Nova Prata: "Podemos dizer que a região do Grande Prata é formada pelas seguintes etnias: Cinquenta por cento são imigrantes italianos do Vêneto, incluindo, também os da Toscana. A outra metade subdivide-se em luso-brasileiros, poloneses e alemães." Xerri (2004, p. 45), por sua vez, assim define a imigração: "Primeiro, os italianos, depois os poloneses e alguns menos numerosos, como os alemães. A estes somaram-se os comerciantes de origem árabe e descendentes de outras etnias."

Pertinente observar que em grande parte dos pesquisadores e historiadores relatados, os descendentes italianos ocupam massiva participação no espaço que constitui Nova Prata. Outras etnias aparecem com participações mais tímidas, como é o caso dos alemães. Para Xerri (2004), a imigração alemã até se fez marcante na constituição inicial do território, mas à medida que novas famílias de italianos compravam terras na região, as famílias alemãs se retiravam em direção a outras localidades em novas áreas de colonização, muitas delas fora do Rio Grande do Sul.

Se por um lado, os percalços apresentados aos imigrantes alemães tornavam sua permanência na região pouco viável, por outro sua presença, mesmo em menor número, foi relevante na constituição de Nova Prata. Relevância que se fez valer por meio de estratégias de fortalecimento de relações dentro das redes sociais, imprimindo nessas

relações o capital simbólico que os indivíduos possuem. Capital constituindo nas relações estabelecidas via estratégias de obtenção de objetivos diversos: "[...] o capital simbólico não é outra coisa senão o capital, qualquer que seja sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição." (Bourdieu, 1989, p. 145).

Santos (2018, p. 41) sintetiza melhor esse conceito de Bourdieu: "Ou seja, os indivíduos ou grupos dispõem de mecanismos cujo prestígio, carisma e influência de um ou mais membros favorecem certas posições ou espaços dentro do jogo social." Cabe destacar que, mesmo em menor número ou em sua grande maioria migrar para outras regiões, mesmo por vezes sendo transeuntes no espaço ou fixando trajetórias perenes, muitos descendentes de imigrantes alemães ocuparam espaços relevantes no jogo social que constituiu a cidade.

Ponto relevante é o campo político: a liderança política e burocrática contou com personalidades expressivas advindas da etnia alemã. Ao longo dos 100 anos de emancipação administrativa de Nova Prata, o cargo de prefeito foi ocupado por quatro mandatários de descendência alemã que, somando a duração de seus mandatos, chegamos ao total de 45 anos. Isto posto sem levar em considerações outras ocupações relevantes, como a de Conselheiros Municipais, secretariados, tesoureiros, comerciantes, industriários: espaços que também contaram com a participação expressiva de descendentes alemães.

No que tange aos intendentes/prefeitos, não é somente o quantitativo que impacta, mas os contextos dentro do jogo social em que emergem enquanto lideranças locais. Félix Engel Filho: médico, integrou e atuou na Comissão Emancipadora e foi posteriormente escolhido pelo Presidente do Estado Borges de Medeiros a ocupar o cargo de 1º Intendente do recém-criado Prata. Adolfo Schneider: filho de comerciante local, também integrou a Comissão Emancipadora, foi Conselheiro Municipal, tesoureiro, vice-intendente até se tornar prefeito e, durante todo o período varguista, ocupar o cargo de forma ininterrupta de 1933 a 1946. João Carlos Schmitt: assumiu como prefeito em dois mandatos expressivos da redemocratização do país, sendo o primeiro de 1977 a 1983 e o segundo de 1989 a 1992. E, por fim, Vitor Antônio Pletsch: liderança estudantil e esportiva quando jovem, administrou a cidade em quatro oportunidades: de 1983 a 1988, 1993 a 1996, 2005 a 2008 e reeleito de 2009 a 2012.

Historiadores e memorialistas locais já laudaram as principais conquistas e feitos de tais administrações. Neste estudo, busca-se uma outra indagação até então pouco

explorada na História local: como esses sujeitos se constituíram enquanto lideranças políticas? Que capitais simbólicos constituíram e mobilizaram dentro jogo de relações sociais, sobretudo no campo político? O que os tornou figuras de referência nos campos políticos e partidários da cidade?

Na busca pelas respostas acima e para explorar o campo dessas possibilidades, a pesquisa é qualitativa e conta com o aporte da História Política e os procedimentos metodológicos terão como base a revisão bibliográfica e a apreciação crítica pelo intermédio da interligação entre Micro-história e o gênero biográfico. Para dar conta dessa condição metodológica, centraremos o estudo de trajetória bibliográfica no primeiro intendente do Prata: Félix Engel Filho. A escolha diz respeito a busca pela compreensão do contexto em que a cidade se constitui enquanto autônoma dentro de um momento histórico definido por Pesavento (2002) como sendo a *República Positivista* (1890 a 1930) ou *Coronelismo Castilhista-Borgista* delineado por Félix (1996).

Para tanto, uma História Política é pertinente. Afinal:

> Abraçando os grandes números, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens dos comportamentos, a história política descreveu uma revolução completa. (Remond, 2003, p. 36)

Em diálogo como o estudo sobre o gênero biográfico, cabe destacar que o mesmo não se baseia na obtenção dos grandes feitos do biografado, tampouco de sua existência cronológica numa sistematização mitológica ou exótica do sujeito. Para aquém disso, "[...] uma biografia não se justifica por si só, mas pelo que ela pode contribuir para o avanço das discussões próprias ao conhecimento histórico. (Schmidt, 2012, p. 195). Aproximando-se da Micro-história, pode-se afirmar que o recurso biográfico procura valer-se de diferentes fontes históricas para assim constituir séries documentais que podem sobrepor-se no tempo e no espaço e, com isso, permitindo "[...] encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O que liga os pontos, guiando o historiador, é o nome das pessoas." (Ginzburg; Castelnuovo; Poni, 1991, p. 174). Sendo assim:

> Cabe, então, ao biógrafo, acompanhar o "fazer-se" (parodiando Thompson) do indivíduo ao longo de sua vida, levando em conta os diferentes espaços sociais por onde ele se movimentou, mas

> também suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso. (SCHMIDT, 2003, p. 69)

Mesmo cônscio das limitações e armadilhas que a metodologia, sobretudo a biográfica, pode incorrer nas análises realizadas (sendo uma delas a própria escolha do biografado) o estudo buscará compreender a trajetória social e política de Félix Engel Filho. Com isso, objetiva-se compreender a constituição de um personagem histórico que, advindo da Quarta Colônia de Imigração (mais especificamente o distrito de São Pedro do Sul, pertencente a Santa Maria), estuda Medicina em Porto Alegre e, logo após sua formatura em 1922, encontra-se em Capoeiras (uma das primeiras denominações de Nova Prata) exercendo as funções de médico, líder político e primeiro intendente do Prata.

A trajetória do filho de imigrantes alemães, formado em Medicina (num momento histórico em que os médicos buscavam a afirmação profissional, fazendo frente à própria política positivista), chefe do Partido Republicano Riograndense do recém-criado município do Prata, o qual foi o primeiro mandatário político, é a tônica deste artigo.

O Migrante

Nos manuscritos no cartório de Registro Civil da cidade de São Pedro do Sul/RS, na folha de número 46 do livro de nascimentos do ano de 1896, encontra-se o Registro de Nascimento nº 58, assim transcrito:

> Aos vinte e quatro dias do mes de Dezembro do anno de mile oitocentos e noventa e seis, nesta freguesia de São Pedro Terceiro Districto de Santa maria da Bocca do Monto do Estado do rio Grando do sul, em meu Cartorio compareceu presente Felix Engel, natural da Alemanha, negociante, casado com Dona Edwing Engel, natural da Alemanha. Recibidos em Porto Alegre e residentes neste Districto, e em presença das testemunhas por fim designadas, dito que no dia doze de dezembro do corrente anno, pelas doze horas e um quarto da noite, sua mulher deu a luz uma criança em casa de sua residencia, sendo do sexo mascolino, que pretende baptizar com o nome de Felix Engel Filho. Sendo avós paternos Germano Engel e sua mulher Luiza Engel; e maternos Carlos Vockter e sua mulher Juliana Vockter. E para constar passo ester termo, que assigno com o declarante e testemunhas depois de lido perante todos. Eu Modesto Miguel dos Santos escrivão[154].

[154] Foi mantida a escrita original do documento.

O registro é concluído pelas assinaturas de Félix Engel, o escrivão Modesto Miguel dos Santos e mais duas testemunhas cujo nomes, devido à caligrafia pouco legível, somente dá para identificar como sendo Jacob e Pedro. Aliás, sobre as assinaturas é pertinente como se apresentam no documento: Jacob e Pedro lembram uma escrita pouca treinada, o escrivão traz letras espaçadas com voltas onduladas e um pouco displicentes com alguns borrões. Ambas destoam da assinatura do pai registrante: escrita firme feita com boa pressão sobre o papel, letras maiúsculas bem ornadas demonstrando domínio caligráfico e um traço contínuo e horizontal que ao final da assinatura segue da direita para a esquerda sublinhando o nome todo.

Traços consistentes e escrita bem delineada talvez estejam em acordo à profissão declarada pelo pai Félix Engel: negociante[155]. Poucos são os estudos que buscam analisar a profissão de negociante sobretudo em regiões de imigração alemã ao findar do século XIX. Mühlen (2017) em sua tese sobre a criminalidade, justiça e cotidiano em regiões de imigração alemã nos traz algumas pistas que definem esse contexto. Para ela, o negociante é um profissional que surge em consequência das transformações econômicas ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo após a Revolução Farroupilha findada em 1845. A vila urbana das colônias de imigração (sejam elas alemãs ou italianas) se tornam importantes espaços de escoamento da produção dos colonos, assim como local de abastecimento para os mesmos.

É também de Mühlen (2017) o argumento de que o negociante, por ocupar lugar estratégico nos negócios entre o urbano e o rural por meio de sua casa de comércio, apresentavam uma condição social que os inscreviam de forma destacada nas sociedades locais. Os *fazeres do ofício* também exigiam algum grau de alfabetização e domínio e cálculos matemáticos básicos. Para aquém disso:

> O vendeiro ou negociante, além de controlar a vida das pessoas da comunidade local, manter contato com a capital da província, com certeza, era a única pessoa que sabia de tudo o que ocorria na região, naquilo que tange à política, à economia e à religião. (Muhlen, 2017, p. 255)

Segundo os registros cartoriais da cidade de São Pedro do Sul/RS, Félix Engel Filho é o segundo dos quatro filhos de Félix e Edwing Engel. Poucos são os registros

[155] Não consta na declaração a profissão da mãe Edwing Engel. No Atestado de óbito do filho Félix Engel Filho em 1947, a mãe será declara com sendo doméstica. Fonte: Cartório de Registro Civil da cidade de São Leopoldo/RS, Livro de Óbito de 1947, p. 87, registro número 5.297.

possíveis de acesso sobre o casal. Algumas informações obtidas nos demais documentos de nascimento e óbito dos filhos deixam pistas pertinentes sobre suas trajetórias: nasceram na Alemanha e emigraram para o Brasil, casam-se em Porto Alegre antes de fixarem residência em definitivo em São Pedro do Sul, na região de Santa Maria – reconhecida pela bibliografia como sendo a quarta colônia de imigração tanto alemã quanto italiana no Rio Grande do Sul.

Para Borin, Padoin e Trevisan (2020), a quarta colônia se efetiva a partir de 1877 com a criação oficial do Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte ao qual São Pedro do Sul é distrito. Com a criação de um entreposto comercial em Santa Maria a partir de 1885 pela Viação Férrea que ligava diretamente a capital Porto Alegre à região de Santa Maria, os imigrantes que aportavam na capital do Estado ou advindos de outras áreas de imigração passaram a ter uma outra opção de colonização: a quarta colônia na região central do Rio Grande do Sul. Mão de obra para a ferrovia, comerciantes, construtores, arquitetos, agricultores, sociedades, agências consulares e congregações religiosas (tanto evangélicas luteranas quanto católicas) aportam na região, dando um novo contorno geográfico e social ao espaço.

> Já a formação de São Pedro do sul como é conhecida hoje, data de 1865/66, quando o português Crescêncio José Pereira e sua esposa Zelinda Maria de Souza, doaram 14 hectares de terra para a edificação de uma capela e distribuíram gratuitamente terrenos para quem quisesse residir e trabalhar no local. A partir de 1870, com a chegada dos imigrantes alemães e posteriormente os italianos, o território teve crescente desenvolvimento, principalmente na área da agricultura, comércio e mais tarde na pecuária. [...] O local pertenceu a Santa Maria até 22 de março de 1926 quando conseguiu sua emancipação político-administrativa. (Bayer, 2020, p. 35-36)

Não há indícios do real trajeto de Félix e Edwing ao chegarem ao Rio Grande do Sul. Devido ao seu registro de casamento ter ocorrido em Porto Alegre, presume-se que ambos podem ter migrado de outras regiões de imigração alemã – como por exemplo o Vale dos Sinos. Caminho feito por inúmeros outros descendentes de alemães que aportaram na Quarta Colônia. Exemplo mais conhecido é o de Francisco Carlos Maurer – terceiro filho de Jacobina Maurer e João Jorge Maurer, líderes do Movimento Mucker no Morro do Ferrabras (região de Sapiranga). Após a repressão do Movimento Mucker,

Francisco se estabelece em São Pedro do Sul em 1874[156]. Tal indicativo demonstra que a região já compunha certo constructo social e cultural advinda de descendentes alemães ali residentes.

Ainda na região de Santa Maria, próximo de sua casa, Félix Engel Filho realizou seus estudos no Ginásio Marista de Santa Maria (Franco; Ramos, 1943, p. 505). Instituição fundada em 1905 pelos Irmãos Maristas de cunho confessional Católico e que ainda existe na cidade[157]. Apesar de haver adeptos tanto da Igreja Católica quanto Evangélica Luterana e também Anglicana na Quarta Colônia, como bem nos lembra Borin, Padoin e Trevisan (2020), são os colégios católicos que se destacavam, sobretudo na cidade de Santa Maria, pelos seus imponentes prédios, estruturas e professores, além dos sistemas de internato ou externato. A escolha por um colégio confessional Católico para a educação de Félix Engel Filho teria partido da própria orientação religiosa familiar? Ou teria sido uma escolha visando ao status social que tais escolas impactavam nesses espaços sociais? Aqui impera uma lacuna[158].

O Acadêmico Republicano

A edição do dia 10 de julho de 1917 do Jornal *A Federação: Orgam do Partido Republicado* de Porto Alegre traz na sua página 3 um dos primeiros registros encontrados sobre Félix Engel Filho e sua relação com a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Na seção intitulada *Vida Social*, na qual são registrados os viajantes que chegam ou aportam de Porto Alegre, lê-se: "Veio de S. Pedro o estudante de medicina Félix Engel." Apesar de uma nota simples, denota certo prestígio e familiaridade do acadêmico Félix em Porto Alegre, sobretudo com o jornal supracitado que, como o próprio título do mesmo deixa em evidência: é alinhado ao Partido Republicado Riograndense.

[156] Sobre o assunto, pertinente é a monografia de Clarice Milani (2008): "Os Mucker em São Pedro do Sul: Identidade e Memória – (1874 – 1949). Disponível em: < https://repositorio.ufsm.br/handle/1/3023 >. Acesso em: 19 set 2024.

[157] Os dados sobre a escola foram pesquisados no site da própria instituição, disponível em: <https://colegios.redemarista.org.br/santa-maria/sobre/historia>. Acesso em 19 set 2024.

[158] No documento de Óbito do irmão Otto Paulo Engel, consta que o mesmo foi sepultado no Cemitério da Comunidade Evangélica de Porto Alegre (Cartório de Registro Civil da 1ª Zona de Porto Alegre/RS, Livro de Óbito de 1962, p. 131, registro número 5.731). O mesmo não acontece com a irmã Martha Engel, sepultada no Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre/RS (Cartório de Registro Civil de São Leopoldo/RS, Livro de Óbito de 1972, p. 141, registro número 18.738). Félix também faleceu em São Leopoldo em 1947 e foi sepultado no Cemitério de Porto Alegre/RS (Cartório de Registro Civil da cidade de São Leopoldo/RS, Livro de Óbito de 1947, p. 87, registro número 5.297).

Criado em 1884 na cidade de Porto Alegre, o Jornal *A Federação* foi o principal meio de comunicação para a circulação dos ideais positivistas e republicanos do período castilhista-borgista no estado. Na capital, a aproximação do acadêmico Félix com os ideais republicanos será registrada pelo respetivo jornal em inúmeras ocasiões[159]. Nos anos finais da Faculdade de Medicina[160], sua participação na vida política republicana se intensifica a ponto de assumir a liderança, junto com alguns colegas de curso, na criação do que intitularam *Comité de Academicos pró Nilo Seabra*[161]. A primeira coluna da página 2 do Jornal *A Federação* de 05 de setembro de 1921 assim descreve a criação do comitê:

> Dr. Borges de Medeiros – Dd. Presidente do Estado – Numerosos acadêmicos, solidários patriótica atitude de v.ex., deante successão presidencial da Republica, fundaram "comité" em propaganda as candidaturas eminentes drs. Nilo Peçanha e J. J. Seabra. Saude e fraternidade – pelo "comité" – Glauco Alves, Alceu Barbedo, J. Corrêa da Silva, Felix Engel, Enedino Pereira e Hiram Parera.

Nilo Peçanha e Joaquim José Seabra candidataram-se à presidência da República (presidente e vice respectivamente) nas eleições de 1921 pelo *Movimento Reação Republicana*. Dentro da dinâmica da política da velha república do *café com leite*, mesmo contando com o apoio dos estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, foram derrotados pelo mineiro Artur Bernardes que perpetuou a política das grandes oligarquias do eixo mineiro-paulista na Presidência da República (PESAVENTO, 2002).

Paradoxo a esta militância do acadêmico Félix era a tensão entre as ideias republicanas e positivistas do Presidente do Estado Borges de Medeiros e a própria

[159] Sobre o trabalho do historiador com as fontes jornalísticas, cabe destacar o que o mesmo não é feito sem uma análise crítica para aquém da simples busca por informações. Como destaca Barros (2023, p. 21), o historiador busca nos jornais: "[...] os discursos que devem ser decifrados, desvendados em seus lugares de produção, percebidos no que concerne às demandas sociais que os tornaram possíveis." Muitos são os textos e discursos que se escondem dentro dos textos jornalísticos. Tal aspecto renderia um estudo mais detalhado que não caberá aqui neste momento. Por ora, cabe destacar que o uso da fonte, mesmo na condição *informacional*, buscará tecer a construção do contexto e suas relações com o objeto de estudo do presente texto.

[160] Félix Engel Filho forma-se em Medicina pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre no ano de 1922, como consta no registro de egressos no site oficial da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), disponível em: < https://www.ufrgs.br/famed/medicina/egressos/ >. Acesso em: 20 set 2024.

[161] Jornal *A Federação* de 19 de setembro de 1921: na capa, em letras de destaque intitulado *Ao Povo*, o Comité de Academicos pró Nilo Seabra convoca para comício no dia 20 de setembro de 1921 em Porto Alegre – assinam o convite Félix Engel Filho junto com outros acadêmicos de medicina.

Faculdade de Medicina de Porto Alegre – o que gerou inúmeros atritos entre a posição da classe médica e o governo estadual, a ponto de a Faculdade ainda dar continuidade "[...] a suas atividades, ainda que sofrendo com a falta de apoio do governo estadual, que já não era muito." (WEBER, 2010, p. 427). A tensão era fruto de uma celeuma mal resolvido ainda na fundação da própria Faculdade de Medicina e o então Presidente do Estado Júlio de Castilhos. A instituição pressionava o governo estadual a cumprir o Decreto Nacional de 1890 que, instituindo o Código Penal, proibia a prática ilegal da medicina e da magia e a proibição do curandeirismo. Em síntese, a classe médica gaúcha buscava a afirmação de seu poder simbólico frente à sociedade por meio do reconhecimento lega da profissão e pelo monopólio nas artes de curar, por meio da validação da ciência médica. Aspecto que teve pouca afeição do positivismo republicano castilhista-borgista:

> A organização republicana ocorreu com a implantação de uma proposta positivista no Rio Grande do Sul, especialmente após a adoção da Constituição Estadual de 1892, em que Júlio de Castilhos garantiu esses princípios, inspirado em ideais do Apostolado (organização de indivíduos que professavam o positivismo, doutrina defendida por Augusto Comte. Apesar de boa parte desses princípios não ter sido mantida na prática, o de liberdade profissional e religiosa foi assegurado. A Constituição garantia que qualquer pessoa pudesse exercer uma profissão, sem privilégios de nenhuma formação específica. [...] Essa situação permitiu que práticos em geral exercessem a cura legalmente, até se nomeando médicos, só não podendo usar o título de doutor. (Weber, 2010, p. 426).

Como bem define Weber (2010), a liberdade profissional foi um dos grandes atritos e fruto de inúmeras hostilidades dos médicos formados pela Faculdade de Medicina ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). A hostilidade partia também dos próprios médicos adeptos ao PRR, incluindo os que exerciam cargos de destaque no partido: o médico Protásio Alves, na condição de Diretor Estadual da Higiene, foi favorável às políticas de vacinação, contrariando os preceitos positivistas (Hassen, 1998); o médico Carlos Barbosa Gonçalves, quando assumiu a presidência do Estado de 1908 a 1913, buscou resguardar os interesses médicos por meio de incentivos mais consistentes na estrutura da própria faculdade (Weber, 2010).

Os atritos começam a se desfazer a partir de 1928 quando Getúlio Vargas assume o governo do Estado. A fundação do Sindicato Médico Rio-Grandense em 1931 e a oficialização da profissão médica pelo Decreto 20.931 de 11 de janeiro de 1932 obrigaram os médicos "[...] ao registro do diploma na Seção de Fiscalização Profissional do Departamento Nacional de Saúde e no Departamento Estadual de Saúde e ao uso de

carteira de identidade profissional fornecida pela repartição competente (Weber, 2010, p. 432).

No contexto de polarização política do Rio Grande do Sul na transição entre os séculos XIX e XX (a ponto de culminar na Revolução Federalista de 1893 a 1895 e na Revolução de1923), as disputas políticas em torno de regulamentação da profissão médica também endossaram as rixas de cunho político-partidário que se disseminaram não somente na capital mas para os mais diversos lugares do interior do Rio Grande do Sul, acompanhando o mesmo movimento dos médicos que se formavam na capital se espalhavam pelo estado[162]. Na região colonial da Serra Gaúcha, as questões étnicas e religiosas somaram-se ao estopim de inúmeros atritos, dissidências e rixas[163].

Félix Engel Filho, um ano após sua formatura em Medicina, vivenciará essa experiência ao fixar residência profissional na vila de Capoeiras em 1923. Seu ativismo político dentro do Partido Republicano-Riograndese ainda construído enquanto acadêmico na capital, o tornaram figura expoente do PRR no vilarejo, inscrevendo-o nas disputas político-partidárias que envolveriam outros colegas de profissão de ambos os lados.

O Médico Intendente

Não há precisão quanto a vinda de Félix Engel Filho para Capoeiras. Farina (1986) registra a vinda por volta de 1920 – data pouco provável, uma vez que o mesmo conclui sua formação em Porto Alegre no ano de 1922. Além disso sua participação ativa na política enquanto liderança estudantil apoiadora de Borges de Medeiros e da campanha à presidência da república para Nilo Peçanha nos anos de 1921 e 1922 situam-se em Porto Alegre, como visto anteriormente. Registros mais frequentes de sua presença em Capoeiras são datados a partir de 1923, como um agradecimento por sua atuação médica no tratamento da esposa de Felice Celestin registrado pelo Jornal *Staffetta Rio-grandense*

[162] Cabe destacar que a Faculdade de Medicina de Porto Alegre foi a primeira fundada no estado em 1898 e seguiu sendo a única ao longo da primeira metade do século XX. Foi, portanto, a principal referência na formação dos médicos no Rio Grande do Sul (Hassen, 1998).

[163] Para citar alguns exemplos, temos o caso dos médicos Bartolomeu Tacchini (borgista) e Beniamino Giorgi (assisita) que "[...] dividiu a comunidade de Bento Gonçalves no final dos anos vinte e durante a década de 1930 (SCHWARTSMANN, 2019, p. 461). Em Alfredo Chaves (do qual Capoeiras foi distrito até 1924) os médicos Luiz Viglierchio, Stanislaw Tempski e Otávio Giuriolo foram acusados de colocar uma bomba com o objetivo de destruir o Seminário Capuchinho de Alfredo Chaves em 1908 alegando que os religiosos praticavam o charlatanismo prejudicando a profissão médica (Biavaschi, 2010).

na segunda página da edição 19 de 29 de agosto de 1923 (o agradecimento foi datado como sendo de 21 de maio de 1923).

O que motivou sua vinda a Capoeiras ainda é uma incógnita. Uma rápida consultada na biografia de outros médicos colegas de turma e de militância partidária de Félix no livro *Panteão Médico Riograndense* de Franco e Ramos (1943) demonstram que muitos dos mesmos também fizeram o mesmo percurso: fixar consultório em outras cidades e vilarejos do interior do Rio Grande Sul. Muitos escolhem a própria cidade natal para isso, outros não. Uma hipótese provável pode estar ligada a sua atuação dentro do Partido Republicano-Riograndense, mas como isso aconteceu ainda não há evidências. Mas ao aportar em Capoeiras, já se engaja "[...] no grupo local borgista. Político moderado, graças a esta postura foi escolhido para fazer parte da Comissão Emancipacionista e depois nomeado primeiro Intendente, cargo correspondente ao de Prefeito." (FARINA, 1986, p. 117).

Como consta em XERRI (2006), na data de 11 de agosto de 1924, Borges de Medeiros assina dois decretos: o primeiro, de nº 3.351, cria o município do Prata; o segundo, nº 3.352, nomeia como intendente provisório Félix Engel Filho. Ainda em 9 de outubro de 1924 ocorreram as eleições municipais que elegeram Félix para o mandato até 1928. A massiva atuação dos borgistas sobretudo no domínio dos órgãos estatais locais (como a polícia e a própria intendência) foram imprescindíveis nos resultados das eleições – algo comum em grande parte dos municípios gaúchos, como pondera Félix (1996). A própria oposição era influenciada pelos borgistas do Prata:

> Nas eleições municipais de Nova Prata, em 1924, Oscar Geyer (também médico), líder da oposição local, foi procurado pelo intendente municipal Félix Engel Filho, a pedido de Borges de Medeiros, com o intuito de cooptar a oposição e restabelecer a "paz republicana" no município. Oscar Geyer expõe o que ficou acertado entre as lideranças com a indicação do oposicionista André Carbonera. (Biavaschi, 2010, p. 237).

A *paz republicana* que Félix pretendia restabelecer era a intensa rivalidade que existia entre o grupo de Borges de Medeiros e o grupo e Assis Brasil. No Prata, ambos era intitulados respectivamente de *pitocos* e *jagunços*. Para Xerri (2022) a vinda dos médicos e farmacêuticos de outras cidades para atuarem na vila e sua interferência política acentuaram ainda mais as rixas na política local. Tomando o depoimento de Adelina Tomedi que vivenciou o período, Xerri (2022, p. 10) contextualiza Capoeiras de 1923:

> No tempo de Borges de Medeiros, tinha em Capoeiras dois partidos locais – a verdadeira vergonha daquela época – os jagunços e os pitocos. A população estava divida entre estes dois partidos. Pitocos eram os republicanos aqui liderados pelo grupo do Dr. Escobar, o farmacêutico Antônio David, Fernando Luzzatto, Clemente Tarasconi e outros, os jagunços era o partido do Dr. Geyer.

A intervenção de Borges de Medeiros na política local era uma prática comum exercida pelo mesmo. Como destaca Félix (1996), muitos foram os Intendentes Municipais que, em último caso, contrariando até o resultado das eleições em outros municípios gaúchos, eram escolhidos por Borges. A Revolução de 1923 também teve como consequência tais ações borgistas no âmbito municipal que tentava a todo custo abafar ou cooptar a oposição, oferendo muitas vezes o cargo de Conselheiro Municipal (equivalente ao cargo vereador) aos mais exaltados como uma forma de apaziguar os ânimos. Os intendentes, como afirma Biavaschi (2010, p. 233), foram essenciais na "[...] prerrogativa de organizar e garantir a dominação do PRR e apaziguar os conflitos entre as diferentes facções políticas locais."

Mesmo alinhado e com boa intercomunicação com Borges de Medeiros, o "moderado" Félix, além de conciliar consultório e a intendência do Prata, precisou contornar duas sérias crises no início de seu governo. A primeira, de ordem política, como relata Farina (1986, p. 118) foi o "[...] violento tiroteio travado entre jagunços e pitocos na noite de 7 de setembro de 1924, em que morreu o Senhor Gustavo Castilhos, sub-delegado, nomeado ainda por Alfredo Chaves."[164] Somando-se a isso, a demissão de três conselheiros, dentre eles o oposicionista André Carbonera, por motivos ainda hoje desconhecidos nos registros oficiais, acentuou a polarização política.

A segunda, de ordem econômica, forçou Félix a contrair empréstimos junto ao Banco Pelotense para conseguir manter a sua administração em funcionamento (FARINA, 1986). A crise econômica em que vivia Alfredo Chaves, da qual o Prata pertenceu até 1924, resultante da corrupção e peculato de seus intendentes segundo Biavaschi (2010), não só deixou o recém-criado Prata sem acesso a nenhum recurso advindo dos impostos pagos, como fez com que Associação Comercial de Alfredo Chaves solicitar a Borges de Medeiros a repartição das dívidas com seu distrito recém

[164] Sobre o episódio, pertinente é a leitura do artigo *Revolução de 1923: o Baile, as Mortes e a Emancipação do Prata (1924)* de Xerri (2022). Disponível em: < https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/11437/5577 >. Acesso em 10 fev 2024.

emancipado. O valor correspondia a quase quinhentos contos de réis, mas que ficou acordado em cento e cinquenta contos de réis, segundo Farina (1986).

Félix Engel Filho encerrou sua administração em novembro de 1928. Permaneceu no Prata até 1930, quando se muda para Guaporé onde fixa residência e consultório médico. Ainda em Guaporé participa de forma mais tímida da política local: foi nomeado membro do Conselho Consultivo pelo interventor federal do Rio Grande do Sul Flores da Cunha (A FEDERAÇÃO, 14 out. 1932, p.02) e atuou na fundação do Grêmio Republicado Liberal (A FEDERAÇÃO, 13 set. 1934, p. 02). Também atuou como diretor (e possível fundador) do Hospital Santo Antônio. Segue sua vida em Guaporé até falecer em 23 de agosto de 1947 no Hospital Centenaire em São Leopoldo/RS[165].

Considerações Finais

Félix Engel Filho, filho de imigrantes alemães residentes na Quarta Colônia, região central do Estado, traz em sua trajetória o contexto vivenciado pelos processos imigratórios protagonizados ainda no Regime Imperial Brasileiro a partir de 1824. As questões políticas e as disputas pelo poder que culminam com inúmeros conflitos na história do Rio Grande do Sul, trouxeram elementos que reconfiguraram a forma de ser e habitar o espaço gaúcho por parte dos imigrantes.

O biografado neste artigo é exemplo disso: sua aproximação com o Partido Republica-Riograndense enquanto acadêmico de medicina em Porto Alegre irá definir sua atuação não somente política como profissional. Sua permanência em Nova Prata foi intimamente influenciada pela atuação como liderança política do PRR local. Suas práticas de apoio ao governo borgista determinaram o processo de emancipação e sua atuação enquanto primeiro intendente do Prata. Reflexo que seguirá de forma ainda consistente nas próximas administrações municipais.

A partir da revisão bibliográfica, dos documentos pessoais e de extratos de jornais, considera-se que o capital simbólico de Félix Engel Filho, associado ao fato de ser médico num contexto em que a maioria da população era pouco letrada, somando-se a isso sua condição econômica familiar, tenham contribuído para inscrevê-lo na rede de relações sociais e políticas que o constituíram numa expressiva liderança no recém-criado município do Prata. Somado ao grau de instrução, a experiência política ativa na capital

[165] Cartório de Registro Civil da cidade de São Leopoldo/RS, Livro de Óbito de 1947, p. 87, registro número 5.297.

do estado colaborou para sua elevação ao cargo de primeiro intendente numa cidade de colonização italiana.

Referências

BAYER, Luiza Gutheil. **Museu Histórico Fernando Ferrari: Estratégias de Fortalecimento da Identidade Local 2018-2019.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **O Jornal com Fonte Histórica.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2023.

BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. Coronelismo na Região Colonial Italiana: Alfredo Chaves (1903-1928). **Métis:** História e Cultura. v. 9, n. 18, p. 213-243. Caxias do Sul: Educs, jul./dez. 2010.

BORIN, Marta Rosa; PADOIN, Maria Medianeira; TREVISAN, Máximo. A Religiosidade Italiana em Santa Maria. In: BACCA, Ademir Antonio (Org.). **150 Anos de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.** Bento Gonçalves/RS: Proyecto Cultural Sur/Brasil, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989.

FARINA, Geraldo. **História de Nova Prata – RS**. Caxias do Sul: Educs, 1986.

FARINA, Geraldo. **História de Veranópolis.** Veranópolis/RS: SMEC, 1992.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política.** 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha Maria. **Panteão Médico Riograndense:** síntese cultural e histórica. São Paulo: Ramos e Franco Editores, 1943.

GALEAZZI, Zaira. **O Grande Prata e sua História.** Porto Alegre: EST, 1982.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-História e Outros Ensaios.** Lisboa: Difel, 1991.

GIRON, Loraine Slomp. O Vale da Desilusão: imigrantes italianos no Vale das Antas. In: COSTA, Rovílio (Org.). **Raízes de Veranópolis.** Porto Alegre: EST, 1998.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Fogo de Bengala nos Céus de Porto Alegre:** A Faculdade de Medicina faz 100 anos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

MILANI, Clarice. **Os Mucker em São Pedro do Sul:** Identidade e Memória (1874 – 1949). Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2008.

MÜHLEN, Caroline von. **Réus e Vítimas:** Criminalidade, Justiça e Cotidiano em uma região de Imigração Alemã (São Leopoldo, 1846-1871). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Tramas Enlaçadas:** Política, Religião e Educação no Rio Grande do Sul da primeira metade do século XX. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e Regimes de Historicidade. **Métis**: História e Cultura. v. 2, n. 3, p. 57-72. Caxias do Sul: Educs, jan./jun. 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SCHWARTSMANN, Leonor Baptista. Médicos Italianos e sua Relevância na Medicina do Rio Grande do Sul: Trajetórias e Inovações. In: BACCA, Ademir Antonio (Org.). **150 Anos de Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.** Bento Gonçalves/RS: Proyecto Cultural Sur/Brasil, 2020.

XERRI, Eliana Gasparini. **Nova Prata**: Uma incursão na História. Caxias do Sul: Educs, 2004.

XERRI, Eliana Gasparini. Revolução de 1923: o Baile, as Mortes e a Emancipação do Prata (1924). **Métis**: História e Cultura. v. 21, n. 42, p. 1-15. Caxias do Sul: Educs, jul./dez. 2022.

WEBER, Beatriz Teixeira. Identidade e Corporação Médica no sul do Brasil na primeira metade do século XX. **Varia História.** v. 26, n. 44, p. 421-435. Belo Horizonte: UFMG, jul./dez. 2010

TRAJETÓRIAS DE SUJEITOS VIEBRANTZ: ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

Vítor Mateus Viebrantz

Como as trajetórias dos sujeitos antepassados que compõe a família podem ou não contribuir para a compreensão (ou não) da identidade e dos processos históricos relacionados a esses indivíduos? Quando na Oficina de Clio questionamos sobre a historicidade e também sobre a humanidade e suas experiências no passado precisamos partir de marcos temporais e estruturais da longa duração, mas também perceber que, apesar das esferas limitadas de agencia do homem e da mulher, esses também são partícipes do seu existir. Nesse sentido, suscitamos neste texto um breve ensaio de possibilidades teóricas, apontando como a análise de trajetórias ou "passagens" de uma família, podem representar questões para a compreensão da historicidade e identidade. Para tanto, partimos de uma linhagem específica masculina de sobrenome Viebrantz, em duas gerações de pai e filho, ligada ao processo imigratório europeu para o Brasil e as nuances que essas questões repercutem no cotidiano como mudanças e permanências para os indivíduos.

Quando tratamos dessas experiências de indivíduos procuramos dar um "*zoom*" na escala da análise pois observamos as questões mais próximas ao dia-a-dia, subjetivas e práticas singulares. Todavia, mesmo nessa perspectiva não se foge das conexões com outras camadas da realidade – macro, regional, nacional. Como indica Jacques Revell:

> Os processos sócio-históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas. Somente essa multiplicidade desordenada e em parte contraditória nos permite dar conta da complexidade das transformações do mundo social (2010, p. 443).

Como indica o autor, é na multiplicidade das relações humanas e das determinações estruturais que os sujeitos se inscrevem na História, perpassam suas vivências coletivamente e também individualmente. O autor segue apontando que:

> As grandes transformações que alteram profundamente a face da Terra não existem em nenhuma parte a não ser pela ação de atores que, na

> lógica dos contextos peculiares da sua experiência social, se esforçam em garantir para si um lugar, isoladamente e/ou com outros. Cabe à História e às ciências sociais reconhecer esses lugares e as lógicas de ação que deles fazem parte (REVELL, 2010, p. 444).

Nessa perspectiva de reconhecer esses fragmentos da agencia humana, a análise de família que estabelecemos neste texto propõe não compreender apenas os processos históricos que perpassaram no período do final do século XIX ao XX como parte das mudanças e permanências sociais, culturais, econômicas e políticas, mas também a própria marca de especificidades vivenciadas por esses sujeitos. Nem no sentido de reforçar a explicação macro, nem no sentido de heroicizar a explicação micro, encaminhando elementos das experiências que os sujeitos Viebrantz tiveram para as complexidades temporais e espaciais, nos entroncamentos e secções que se emaranham nessas trajetórias e lhe dão significações (Revell, 2010).

Para Pierre Bourdieu, sociólogo francês, em seu texto *A ilusão biográfica*[166] essa possibilidade analítica do micro ou do agir dos sujeitos perante sua realidade é, como o título do texto informa, uma "ilusão": uma impossibilidade teórica.

> Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão teórica (Bourdieu, 2006, p. 185).

Esse apontamento bordieuano está baseado nas operações teóricas que o autor aponta a partir das suas compreensões de campo, habitus e capital, os quais são para ele os coeficientes centrais para análise da realidade. Em sua premissa, a realidade é baseada em um sistema social hierárquico e estruturante, que se baseia e retro-alimenta das disputas e imposições que compõe o cotidiano. Para Pierre Bourdieu "não podemos nos furtar à questão dos mecanismos sociais que favorecem ou autorizam a experiência comum da vida como unidade e como totalidade" (Bourdieu, 2006, p. 185). Isto é, para o sociólogo, não é possível compreender o indivíduo, pois sua realidade, dia-a-dia e vivências são compostos pelas marcas das estruturas quer reforçadoras, quer hierárquicas e impositivas.

[166] Referência original do texto: Bourdieu, Pierre. L' illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociciles* (62/ 63), p. 69-72, juin 1986.

> Os acontecimentos biográficos se definem como *colocações* e *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. O sentido dos movimentos que conduzem de uma posição a outra [...] evidentemente se define na relação objetiva entre o sentido e o valor [...]. O que equivale a dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o *envelhecimento social* que, embora o acompanhe de uma forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (Bourdieu, 2006, p. 190, grifo do autor)

Isto é, quaisquer possibilidades de agir que possamos analisar e interpretar apreendendo uma trajetória trata-se, na compreensão bordieuana, como uma colocação ou deslocamento, não como estratégias e táticas individuais e coletivas como aponta Jacques Revell (2010). Nesse sentido, sem deixar de vista a centralidade dos "mecanismos sociais que favorecem ou autorizam as experiências" (Bourdieu, 2006, p. 185), mas também sem apagar as possibilidades do participar dos sujeitos em sua realidade, trazemos a concepção do "pequeno x" sugerido por Sabina Loriga (2011):

> O pequeno x indica a contribuição individual para o desenvolvimento histórico, desenvolvimento não no sentido de uma melhora, mas de uma realização histórica. [...] se chamarmos de A o gênio individual, a saber, tudo o que um homem é, possui e faz, então, esse A é formado por A + X, em que A contém tudo aquilo que lhe vem – circunstâncias externas do seu país, do seu povo, da sua época etc – e em que X representa a sua contribuição pessoal, a obra do seu livre arbítrio. [...] Ora, embora infinitamente pequeno, o x é fundamental, porque é o responsável por dar à história seu movimento (Loriga, 2012, p. 27).

A indicação da autora, em relação a existência deste "pequeno x" é fundamental para identificar as possibilidades que dão encaminhamentos a História: ela é composta pelas vivências humanas. Portanto, suas contribuições, por menores que pareçam diante das estruturas e mecanismos políticos, sociais, econômicos e culturais, têm repercussões na realidade. Esse movimento de dar compreensão aos sujeitos em seus "pequenos x" permite evitar a "desertificação do passado" (Loriga, 2012) é "ocasião de apreender a densidade social de uma vida" (Loriga, 2011, p. 219). Também nessa perspectiva, Adriana Vieira aponta que:

> Os indivíduos estão inscritos em uma rede de sistemas sociais e normativos que podem informar e condicionar as suas ações, mas essas redes de relações e obrigações externas não podem ser vistas como uma espécie de "camisa-de-força" invisível e paralisante. Estudar a fragmentação e as particularidades próprias da condição humana significa pensar os indivíduos como costureiros experientes a ajustar a "camisa-de-força" social de modo que ela sirva subjetivamente bem, em um modo de apreciação que lhes tragam conforto, segurança ou mesmo a possibilidade de recusa. Mesmo que os padrões externos imponham uma "moda" específica dentro do sistema social e político, a autonomia e a criatividade humana são importantes molas propulsoras para compreender as recusas ou aceitações que conduzem a importantes transformações históricas (Vieira, 2018, p. 301).

E nesse complexo de relação entre o agir do indivíduo em ajustar sua "camisa-de-força" ou repercutir dentro dos esquemas e mecanismos que compõe sua realidade e contexto, que apontamos a possibilidade de compreender as redes que compõe as vivências dos sujeitos como parte integrante de uma família. A família é uma instituição mais ou menos formativa da "camisa-de-força", é também uma contínua estruturação e reestruturação diante dos diversos fatores, fatos históricos e espaciais. Assim, teoricamente tratando os estudos de História da Família permitem perceber trajetórias, agencias e marcas de permanências e mudanças operadas pelos indivíduos perante sua realidade ou geração (Scott, 2009).

Segundo Ana Scott (2009), desde os anos 1970, com os avanços nas discussões teóricas sobre Demografia História e contribuições das análises da micro-história e outras possibilidades de escala analítica, surgiram propostas na historiografia brasileira de problematizar os sistemas familiares e suas vastas experiências de permanências e mudanças, no arcabouço das múltiplas situações-problema que as trajetórias e estruturas familiares podem contribuir na compreensão do passado.

> Essa perspectiva apresenta-se como um campo rico de investigação, especialmente se admitirmos que toda ação social é o resultado de escolhas, de decisões do indivíduo e do grupo familiar; por isso mesmo, implica numa constante negociação e, por que não dizer, manipulação, diante de uma realidade normativa que oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais. Se estivermos de acordo com esta afirmação, uma questão de relevo para o historiador da família passa a ser a análise das escolhas e das estratégias de manobra que são utilizadas pelos indivíduos e famílias para lidar com os sistemas

> normativos existentes, aproveitando-se de suas brechas e/ou contradições (Scott, 2009, p. 14-15).

Como indica a pesquisadora, o investigar da História da Família aproxima-se em escala de proximidade com as ações sociais e repercussões do agir dos sujeitos – do "pequeno x" ou ajustes da "camisa-de-força" – que experimentam e transpassam ao longo das gerações. São essas estratégias que ajudam melhor compreender os processos históricos, como é o caso da imigração de falantes de alemão para o Rio Grande do Sul entre os séculos XIX e XX, onde há todos os marcos contextuais, mas requerem o âmbito do escolher, decidir, ou mesmo ser coagido e encarar para que tal migração fosse encaminhada.

Para os encaminhamentos que trazemos sobre as interpretações da Família Viebrantz, partimos de diversas fontes que se dispõe, pois, como indica Lucien Le Febvre:

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro [...]. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entre ajuda que supre a ausência do documento escrito? (Le Febvre *apud* Le Goff, 2003, p. 530).

A experiência da investigação histórica com escala micro é bastante frutífera quando utiliza de fontes que remetem ao cotidiano e/ou demarcações do próprio experiencial dos sujeitos para com sua temporalidade, sociedade e estrutura social. Ana Scott (2009) indica ainda a importância de cruzar informações partindo de registros laicos e eclesiásticos. Utilizamos, pois, para constituir nosso "mel" acervos pessoais de familiares, oralidade, fotografias, túmulos cemiteriais, registros paroquiais e também os civis, todos citados abaixo. Para tanto, metodologicamente realizamos uma abordagem qualitativa, do tipo crítica e interpretativa, partindo dos apontamentos de Jaques Le Goff sobre a compreensão de "documento-monumento":

> O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (Le Goff, 1990, p. 548)

Assim, operacionalmente se perscruta e dialoga com as fontes percebendo que sua existência e produção são reflexos de intencionalidades. Em relação as fontes cemiteriais, como indica Mauro Dillmann:

> [Esses] espaços cemiteriais (arquitetados, reconstruídos, destruídos) revelam, além dos modos, historicamente construídos, de se relacionar com a morte e com o morrer, as dependências coletivas desse processo dinâmico de relações com os cemitérios dependentes não apenas no sentido utilitário ou emblemático de identidades, mas também no reconhecimento desses espaços dos mortos como portadores de "poderes de agência" espaços em que os atos geram significado social (2017, p. 39-40)

Nesse horizonte de compreensão, tomamos os fragmentos presentes nos cemitérios considerados como parte do relacionamento com a morte e constituição de memória, quer coletiva, quer individual. Fornecem, portanto, apreensões sobre a realidade da vivência/morte, mas também "monumentos", alusões e evocações.

Partimos de uma contextualização do(s) processo(s) imigratório(s) e migratório(s) que foram experimentadas pelos Viebrantz, dentro das marcas dos mecanismos sociais que deram as condições para a trajetória dos sujeitos em família. Partindo dos territórios que atualmente conformam a Alemanha e países vizinhos falantes de língua alemã, o século XIX é carregado de conflitos militares, mas também políticos e sociais (Dreher, 2014). No caso específico da região que formou a Alemanha em 1871, a realidade era de sucessivas guerras após o período napoleônico: Guerra dos Ducados, Guerra Austro-Prussiana, Guerra Franco-Prussiana, perturbando a paz (Vidigal, 2006). Além disso, o processo de aceleração do capitalismo retirou estabilidade e manutenção de muitos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e das cidades, apertando a falta de empregos e disponibilidade de terras para cultivar (Dreher, 2014).

O Brasil, desde o processo de independência política de Portugal (1822) tinha como uma das suas demandas povoar os interiores do país (Schwarcz; Starling, 2015). Entre esses interiores estavam as diversas regiões do Rio Grande do Sul, em especial a da Serra, nas proximidades do Rios Caí e Rio dos Sinos. Foi principalmente para essas

regiões, organizadas pelo governo provincial sul-rio-grandense, onde foram enviadas as primeiras levas de imigrantes falantes de alemão com fins de colonização (Dreher, 2014).

O caso específico do Rio Grande do Sul teve por centralidade uma imigração voltada à atividade agrícola e diversificação da produção, mas muitos imigrantes também trouxeram suas atividades especializadas, como ferreiros, moleiros, artesãos, joalheiros (Cunha, 2006). Essas atividades representaram novidades econômicas para o estado sulino, juntamente com as atividades sociais e culturais trazidas por esses grupos, como a língua alemã, o protestantismo como religião (especialmente a confissão luterana), música, vestimenta e gastronomia (Cunha, 2006). Da mesma forma que em plagas sul-rio-grandenses encontraram clima, moeda, vegetação, estações do ano, língua e hábitos socioculturais distintos dos que tinham na Europa.

Retornemos ao nosso questionamento central de como os sujeitos participam desse processo. Para problematizar essa questão recortamos um trecho do filme *Die andere Heimat – Chronik einer Sehnsucht*[167], de Edgar Reitz, lançado em 2013, que narra de uma forma bastante interessante o cotidiano de um jovem morador do *Hunsrück*[168], entre os anos iniciais da década de 1840. Imerso em uma série de livros de literatura e ciências naturais, o personagem Jakob Simon sonha em conhecer as selvas, os indígenas e as supostas riquezas naturais disponíveis no sul do Brasil, narrados em tais obras. O filme imerge o contexto de dificuldades sociais, políticas que vivia Jakob e sua família na aldeia. Na trama, ele acaba frustrado exatamente pelos desdobramentos que o "pequeno x" desempenha nas experiências dos sujeitos: seu irmão mais velho – que desdenhava da ânsia de Jakob em emigrar ao Brasil – engravida Jettchen, uma moça da aldeia por quem Jakob era apaixonado. O casal, depois de perder a filha bebê pela fome e dureza climática, decide emigrar ao Brasil, restando ao filho mais novo permanecer na aldeia com os pais.

Queremos com esse recorte do filme suscitar como são as multiplicidades vivenciadas pelos sujeitos que, dentro dos quadros de sua realidade, marcam suas trajetórias. Em relação aos Viebrantz que analisamos, há também uma singularidade do cotidiano que aponta para a emigração. Wilhelm Viebrantz foi – da linhagem que recortamos – o sujeito que saiu da antiga Pomerânia, especificamente da aldeia de Collatz,

[167] O filme pode ser encontrado em: https://www.youtube.com/watch?v=gf9E0xKybjk. Acesso em: 11 de nov. 2024.
[168] Atualmente esta região é parte do estado da Renânia, no sudoeste da Alemanha. Desta localidade muitos emigraram com destino ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

no distrito de Belgard[169]. Segundo seu registro paroquial[170], nasceu em 23 de agosto de 1845. Sua religião era luterana. Das questões do "pequeno x", conta a oralidade da família que as motivações para seu casamento com Johanna Ziech, que foi sua esposa e a emigração para o Brasil, tratam-se de dois episódios corriqueiros.

> Conta-se que August e Dorothea Ziech [pais dela] tinham algumas cabras para vender, para levantar fundos para a saída da Europa que realizariam no ano de 1870. Entre os interessados na compra dos caprinos estaria Wilhelm. A transação acabou em um acerto de casório entre Wilhelm e Johanna, sendo as cabras parte do dote da noiva (Viebrantz, 2024, p. 39)

Além disso, partindo dos registros paroquiais, também podemos apontar que Wilhelm e Johanna conceberam a criança antes do casamento, prática tida como equivocada frente as crenças doutrinárias luteranas e cristãs. Assim, além da negociação das cabras, a criança no ventre também foi motivo do casamento e emigração. Diante dessa demanda, segundo os registros de viagens reunidos por André Hammam e André Schauren (2021), primeiro emigrou a família de Johanna – os Ziech, pais e irmãos dela – chegando no Brasil em fins de 1870. Em dezembro de 1870, conforme o registro paroquial, nasceu Bernhard Viebrantz, filho do casal. Embarcaram para o Brasil em maio de 1871, meses depois da Unificação da Alemanha. Chegaram à Porto Alegre em agosto daquele ano, sendo destinados a Colônia Conde d'Eu (atualmente Garibaldi) (Hammam; Schauren, 2021).

Diante dessas provocações do cotidiano, podemos indicar alguns questionamentos sobre como foi decisiva as experiências ou sucedidos que Wilhelm e Johanna vivenciaram. Como no filme *Die andere Heimat – Chronik einer Sehnsucht* de Edgar Reitz, as motivações para emigrar vão além de um contexto, da totalidade, do macro: está ligada às concretudes da vida. Infelizmente não dispomos de fontes que possam apontar as sensações de como foram expectativas ou sentimentos em relação ao sair, ao viajar e chegar. Mas, podemos questionar no sentido reflexivo de como foi abandonar as vivências que tinham nas aldeias que viviam, como foram os dias no navio, na imensidão do Oceano Atlântico, nas primeiras vistas que tiveram do novo continente, da sociedade

[169] Desde a Conferência de Yalta (1945) a região passou pertencer a Polônia. Atualmente Collatz se escreve no polonês como Kołacz na voivodia da Zachodniopomorskie Województwo.
[170] Registros paroquiais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil de Linha Pinheiro Machado, Brochier/RS. Sendo eles: batismos, casamento, confirmações e óbitos.

sul-rio-grandense do final do século XIX. Nesse sentido, Jakob do referido filme deixa uma reflexão quando está se referindo a partida do irmão e da cunhada: “os que partem, o meu irmão e todos os vizinhos que se despedirão de nós para sempre vão tremer com o desejo de ficar que se apossará deles secretamente na última hora. No entanto têm que partir e arrancar o coração sem poder lamentar-se” (DIE ANDERE HEIMAT..., 2013, min. 197). Esse trecho do filme indica um encaminhamento das sensações que a saída e afastamento marcaram e marcam as trajetórias daqueles que são migrantes.

Em 1874, Wilhelm e Johanna e seu filho Bernhard se fixaram em *Neupikode*, uma colônia no então município de São João do Montenegro[171]. Ali, continuaram praticando o luteranismo, como se pode apontar a partir dos registros paroquiais da IECLB da comunidade de Batinga Sul, na Paróquia de Linha Pinheiro Machado. Tiveram mais cinco filhos, sendo que, no nascimento do quinto, em 1886, Johanna acabou falecendo por complicações do parto. Wilhelm, casou novamente dez meses depois, com Maria Lamb e teve mais quatro filhos com ela.

Queremos aqui novamente problematizar as questões do cotidiano: não apenas se tornaram colonos e luteranos, mas o casal Wilhelm e Johanna tiveram uma experiência de migração, de adaptação e ressignificação, que ficou marcada pelo óbito adverso dela. Na lápide de Wilhelm, temos duas questões para indicar:

Figura 4 - Parte traseira da lápide de Wilhelm Viebrantz, cemitério IECLB Batinga Sul/Brochier/RS



[171] Atualmente a região é interior do município de Brochier, localidade de Batinga Sul.

Fonte: acervo do autor.

Consta na parte de traz de sua lápide, a frase: "*Ruhig blickte auf die Tage der Vergangenheit zurück viele Thränen viele Klagen trübte nieseln Lebensglück*", que traduzindo livremente para português seria: "Calmamente olhei para trás nos dias do passado, muitas lágrimas muitos lamentos nublaram a felicidade da vida". Ou seja, como indica Mauro Dillmann (2017), a frase elencada para estar na memória do familiar é expressiva de um "significante social" que a vivência de Wilhelm não foi de boas proezas, mas sim de duras lembranças de sua existência. Traz, portanto, para quem visita essa lápide a "monumentalização" de um sujeito que passou muitas dificuldades. Na outra parte da lápide, também nesse mecanismo de "significante social" a "monumentalização" da experiência de Wilhelm o celebra como último fundador da localidade a morrer:

Figura 5 - Lápide de Wilhelm Viebrantz - frente, cemitério IECLB Batinga Sul/Brochier/RS

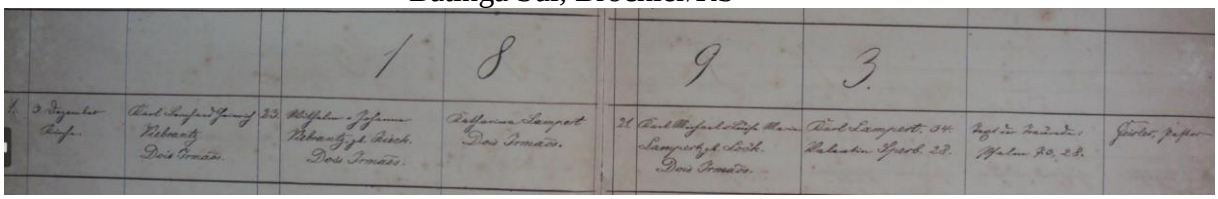


Fonte: acervo do autor.

Abaixo do nome do falecido, consta em alemão "*starb als letzter Gründer der Neupikade*", que traduzido livremente para português: "morreu como o último fundador de *Neupikade*". Nesse âmbito do cotidiano de Wilhelm a memória atribuída a ele, a partir do cemitério, foi a de que sua presença e de sua família foi de fundador da localidade. Sobretudo no sentido de reforço dessa memória. Podemos problematizar a partir desses vestígios sobre a figura desse sujeito: diante do contexto que apontamos anteriormente, foi sua necessidade e/ou decisão e agencia partir da antiga aldeia de Collatz na região pomerana do Reino da Prússia para o Rio Grande do Sul. Provocado ou impelido pelo casamento, pelos sogros e nas terras brasileiras continuou lavrador e luterano, características indentárias trazidas pela imigração. E nessas passagens que vivenciou, os familiares marcaram em sua sepultura tais ideias que monumentalizaram para servir como apontamento: dificuldades e uma posição de "fundador local".

O bebê de colo Bernhard, filho mais velho do casal também tem vivências dentro do processo imigratório que contextualizamos. Nascido ainda na Europa, foi criado em plagas e sociedade sul-americana, por pais e familiares migrantes: é *sui generis* nesse sentido. Conforme constam os registros paroquiais, Bernhard seguiu luterano e lavrador. Ou seja, é parte do processo de consolidação ou dificuldades geracionais da imigração e da atividade da pequena agricultura, constituída ao longo do processo de colonização da região serrana do Rio Grande do Sul. Sua experiência de órfão aos quinze anos lhe foi marcante e desafortunadamente se repetiu em sua geração. Casou-se, conforme o registro paroquial, em 1893 com Katharina Lampert, também luterana e filha de lavradores.

Figura 6 - Registro de casamento de Bernhard Viebrantz e Katharina Lampert, IECLB Batinga Sul, Brochier/RS



Fonte: acervo do autor.

Como consta no registro de casamento acima, o pastor da comunidade de *Neupikode*, de sobrenome Geisler, registrou que naquela ocasião utilizou dois textos bíblicos para conduzir a reflexão cerimonial: os Salmos 73 e 28. Nos trechos dos Salmos referidos, temos o salmista recordando a confiança que os fiéis devem ter para com a providência de Deus e em sua força. Tal reflexão convocava os noivos a depositar tal fé e esperança na união que celebravam. No ano seguinte – 1894 – conforme o registro paroquial, nasceu a primogênita do casal: Luisa Maria Viebrantz, que acabou falecendo seis meses depois por complicações de saúde. Em 1896, nasceu a segunda filha do casal: Leopoldina Viebrantz, todavia dessa vez a mãe veio a óbito. Katharina faleceu por complicações do parto, da mesma forma que a mãe de Bernhard.

Bernhard sofreu três reveses trágicos em sua experiência: perdeu sua mãe e esposa por complicações no parto e também sua primeira filha. No mesmo dia que Katharina foi sepultada a filha Leopoldina foi batizada. Conforme consta no registro paroquial – o mesmo pastor Geisler que havia três anos antes casado a falecida e o viúvo – anotou que utilizou o Salmo 119 para a reflexão. O salmista de tal texto bíblico promove uma extensa reflexão no confiar na vontade de Deus e que ela deve ser "aceita" por mais dura que seja, pois, o Deus não permitiria desamparos aos seus fiéis.

Esses fragmentos do cotidiano, dessas das duas reflexões promovidas pelo Pastor Geisler que trazemos à Oficina de Clio é complexa: pois, há, de um lado, um sacerdote que precisa encontrar explicações sobrenaturais e partir dos textos bíblicos para amparar aos familiares e de outro a dureza da perda repetida de familiares. Se compararmos ainda os Salmos utilizados no casamento e nas exéquias pode-se apontar elementos do cotidiano desses sujeitos: que mesmo sob as lástimas a vida religiosa luterana que vivenciavam os redimensionavam à acreditar na providência divina.

Outra marca do cotidiano que interpretamos a partir das fontes paroquiais referidas é que entre as madrinhas da filha Leopoldina estava Carolina Lampert, irmã da falecida Katharina. Carolina, nasceu em 1878 e, por ser madrinha, passou ajudar a cuidar de Leopoldina. Na oralidade da Família há também uma passagem das marcas do "pequeno x":

> Conta-se que, após o falecimento da irmã, [ela] ia cuidar da afilhada na morada do cunhado, para ajudá-lo. Para evitar qualquer tipo de atrevimento dele, levava consigo um "facão". Segundo a narrativa, em uma dessas idas ela "esqueceu" o facão, ou quis esquecer (Viebrantz, 2024, p. 56).

Essa narrativa aponta uma nova formação na rede da família, mas repete uma permanência: a necessidade de o viúvo casar-se novamente. Como seu pai Wilhelm, Bernhard atou novo relacionamento com a cunhada, com quem teve oito filhos. Como consta no seu registro paroquial de óbito, o pastor anotou em alemão: "*mal verheiratet*", no sentido de "ajuntado", indicando que não houve novo matrimônio. Essa expressão é uma indicação do cotidiano que Bernhard e Carolina vivenciaram, mantendo-se no luteranismo e também na atividade da pequena agricultura em *Neupikode*, mas sem os compromissos matrimoniais luteranos.

Desses recortes do cotidiano, dessas duas gerações da linhagem masculina da Família Viebrantz que aqui interpretamos a partir das fontes elencadas, podemos perceber as considerações das agencias e também das "camisas-de-força" que compuseram a realidade de Wilhelm e Bernhard. O cotidiano da emigração, da chegada ao Brasil e a constituição de duas gerações entre sucessos e momentos trágicos apontam para uma multiplicidade da compreensão macro, do processo imigratório dos falantes de alemão para o Rio Grande do Sul entre o século XIX e XX.

São entre essas passagens que compõe a trajetória dessas duas gerações que mudanças e permanências se reverberam para implicar geracional e transgeracionalmente elementos identitários. Esses que compuseram e compõe as significações das redes sociais e culturais que constituem uma família, no caso a Família Viebrantz aqui recortada e interpretada sob uma escala de proximidade. Tais fragmentos do cotidiano, das experiências dos antepassados evidenciadas pelas fontes, participam da "bagagem" passada a próxima geração. Cada trajetória é marcada por uma conexão com a de outros sujeitos, espaços, sociedades e temporalidades, mas é reverberante principalmente nas permanências. Nesse sentido, compreender as possibilidades do "pequeno x" dos sujeitos perante suas realidades é a multiplicidade dos processos históricos que são feitos por pessoas, humanos. E entre suas limitações e "contextos peculiares" se inscrevem na História.

Considerando assim, os elementos marcantes da imigração e fixação na região serrana do Rio Grande do Sul, bem como a participação na confissão luterana no Brasil pela IECLB e também na configuração dos relacionamentos, as continuidades se expressaram. As descontinuidades, mais profundas e menos transparentes se expressam pela particularidade que Wilhelm e Bernhard encararam o processo de estar em "*andere heimat",* como é o título do filme de Edgar Reitz. Isto é, de como suas ações, suas trajetórias e principalmente suas experiências foram responsáveis por percorrer às suas famílias e a si próprios e as gerações futuras estar no sul do Brasil. Podemos sob guisa de conclusão apontar que, apesar das limitações das provocações do cotidiano e da indisponibilidade de fontes sobre tais aspectos, é nuclear problematizar o "pequeno x" dos sujeitos na História, sendo a História da Família um caminho teórico viável. Contribuindo para também compreender mudanças e permanências nos processos históricos, nas temporalidades, sociedades e suas dimensões e repercussões. Todavia, é fundamental que para tal empreitada na Oficina de Clio as análises partam de problematizações, das investigações críticas e arguitivas para que o historiador ou a historiadora não cometa os "pecados" de heroicizar ou banalizar as experiências dos indivíduos que estuda.

Fontes

CEMITÉRIO DA IECLB DE BATINGA SUL. Familiares falecidos. Localidade de Batinga Sul, Brochier/RS: 1860-2019. [fotografias de lápides, informações nascimentos e falecimentos, epígrafes].

REGISTRO CIVIL de Brochier/RS. Registros/certidões de nascimento, óbitos, casamentos.

REGISTROS da Comunidade da IECLB de Batinga Sul. Linha Pinheiro Machado, Brochier/RS. Pertencente ao acervo da Paróquia da IECLB de Linha Pinheiro Machado, de Brochier. [Documentos digitalizados pelo Genealogia RS em 2011, Registros batismais, de matrimônio, de confirmação, de óbito-exéquias].

DIE ANDERE HEIMAT: Chronik einer Sehnsucht. Direção: Edgar Reitz. Produção: Christian Reitz. Alemanha: ERF - Edgar Reitz Filmproduktions, 2013. preto e branco, 230 min, *online.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gf9E0xKybjk. Acesso em: 11 de nov. 2024.

Referências

BÍBLIA SAGRADA. Tradução de Fernando. 3ª Edição. São Paulo: Editora NVI, 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Morais (Coor.). **Usos e abusos da história oral.** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-192.

CUNHA, Jorge L. Imigração e colonização alemã. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coor.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2006. v. 2. p. 279-299.

DILLMANN, Mauro. Cemitérios do campo: mediações sensíveis entre vivos e mortos. In: MACHADO, Ironita A. P.; ZANOTTO, Gizele (Org.). **Bens culturais:** da pesquisa à educação patrimonial. Passo Fundo: UPF Editora, 2017. p. 35-70.

DREHER, Martin. N. **190 Anos de Imigração Alemã no Rio Grande do Sul:** esquecimentos e lembranças. 2. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2014.

HAMMAM, André L.; SCHAUREN, Décio A. **Colonizadores do Rio Grande do Sul:** 1863-1873. São Leopoldo: Oikos, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 530.

LORIGA, Sabina. Entrevista com Sabina Loriga: a biografia como problema. [Entrevista cedida à Adriana Barreto de Souza e Fábio Henrique Lopes]. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 9, p. 26-37, ago. 2012.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x:** da biografia à história. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. Coleção História e Historiografia.

REVELL, Jaques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 434-590, set./dez. 2010.

SCHWARCZ, Lilian; STARLING, Heloisa M. M. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Ana S. V. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009.

VIDIGAL, Armando. Guerras da unificação alemã. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 287-318.

VIEBRANTZ, Vítor M. **Passagens da Família Viebrantz:** História, memória e genealogia. Passo Fundo: Acervus, 2024.

VIEIRA, Adriana F. Escafandristas do "eu": perspectivas teóricas sobre os usos da biografia como fonte. **Revista eletrônica História em reflexão**, Dourados, v. 12, n. 23, p. 297-312, jan./jun. 2018.

RECONSTITUINDO A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA HUYER, DA BOÊMIA AO BRASIL[172]

André Huyer

Primeiras pesquisas

É muito fácil perder a fio da história quando uma família de imigrantes perde o casal cabeça em apenas três anos após a chegada em uma colônia. Restam seis filhos, menores de idade, sem outras referências ou parentes.

Este é o ponto inicial do que se poderia denominar de epopeia deste núcleo familiar no Brasil. Imagine-se a dificuldade de manter registros e informações sobre o conjunto da família nessas condições.

A conjuntura de dificuldades de irmãos órfãos de pai e mãe, menores de idade, em uma região desconhecida, acarretou a sua diáspora por vários municípios do Rio Grande do Sul. Estamos nos referindo a década de 1870. Considerando o isolamento das colônias naquela época, tanto das vias de transporte como dos demais meios de comunicação, acarretou o isolamento dos irmãos entre eles. A tal ponto que cem anos depois, havia desconhecimento entre si dos destinos de uns e outros, bem como da própria existência de parentes da mesma família.

Porém, as iniciativas de duas descendentes em apurar as origens da família deram rumo ao conhecimento dos fatos até então ignorados. Temos a Nilza Huyer Ely, que pesquisou e documentou o segmento relativo ao seu avô e a origem da família na Europa, tendo por base documentos como certidão de casamento de avô. O qual dava pistas de uma localidade na qual ele era nascido: Prichowitz. Nilza apurou que esta localidade hoje faz parte da República Tcheca. Quando os ascendentes de lá emigraram, era parte do Reino da Boêmia, que por sua vez fazia parte do Império Austro-Húngaro. Viajou até lá e complementou informações sobre o núcleo familiar emigrante. Nilza publicou em diversas oportunidades informações de suas pesquisas, em várias de suas obras de pesquisa histórica, sendo a mais recente o livro "Vale do Três Forquilhas –

[172] Página Família Huyer no Facebook: https://www.facebook.com/profile.php?id=100079461429213. Grupo Família Huyer no Facebook: https://www.facebook.com/groups/1456872784616357.

Litoral Norte/RS: história e memoria". Foi publicado em 2021, sendo uma compilação de seus trabalhos mais relevantes. Nilza é associada efetiva do instituto Histórico de São Leopoldo, promoveu vários simpósios sobre a imigração alemã no litoral norte, "Marcas do Tempo".

Importante pesquisa também foi realizada por outra descendente direta, Maria Eunice Müller Kautzmann, que publicou um livro reunindo informações sobre os quatro ramos de sua ascendência: "Raízes: Müller, Huyer, Hampe e Fischer", publicado em 1998. Maria Eunice entrevistou descentes de todos os seis irmãos sobreviventes, na década de 1970, montando um quadro dos fatos que devem ter ocorrido desde a chegada ao Brasil, os acontecimentos trágicos que logo se sucederam, e a dispersão dos irmãos. Maria Eunice é reconhecida por sua dedicação a pesquisa, sendo que os arquivos históricos de dois municípios levam seu nome: Taquara e Montenegro, em reconhecimento por seu trabalho na área. Já falecida, foi figura tão marcante que seus descendentes lançaram um livro contando sua trajetória: "O casarão: uma história-Memórias de Maria Eunice Müller Kautzmann-parte 1", autoria de Naida Menezes, lançado em 2024.

As pesquisas das duas descendentes haviam apurado o núcleo familiar imigrante:

Henrique Huyer casado com Joana Simm. Filhos: Maria, Ana, Carlos, Germano, Augusta e Eduardo. Até então sem conhecimento da data precisa da chegada ao Brasil, estimada como tendo ocorrido nos anos de 1872 a 1874. A profissão do Henrique dada como lapidador de cristais.

Já no Brasil o casal teve mais uma filha, Antonia. Desta foi localizada a certidão de batismo, informando a data de nascimento: 25 de abril de 1874. Essa filha, porém, faleceu com aproximadamente dois anos de idade. A família era católica.

Sobre a origem, sabia-se que vinham da localidade de Prichowitz, então na Boêmia, atualmente República Tcheca. O destino no Brasil, alguma localidade nas margens do Rio Forqueta, município de Estrela. Os acontecimentos que então se desenrolaram, apontam que o pai faleceu aproximadamente um ano após a chegada. Provavelmente de ataque cardíaco, trabalhando na lavoura de sua colônia. Que suas terras e rancho teriam sido destruídos por uma enchente. Que a mãe igualmente teria falecido entre dois e três anos após a chegada. Após a morte do pai, ou após a enchente, a mãe com as crianças teria sido abrigada no "Casarão dos Ruschel", o qual era da família que teria vendido as terras para eles. Após a morte do casal iniciou a dispersão dos filhos, seja por oportunidades de trabalho, de casamento, ou mesmo de adoção.

Maria (*3/8/1860) casou-se com Cristiano Müller e foram morar em Quebra-dente (atualmente município de Gravataí); Ana (*4/3/1863) igualmente foi morar com a irmã Maria, depois se casou com José Stumpf; Carlos (*6/10/1865) foi para Três Forquilhas, onde se casou com Maria Carolina Kellerman Justin; Germano (*1869?) foi para Montenegro, casou com Maria Klein; Augusta (*1869) foi para São Leopoldo, casou com João Beck; e Eduardo (*1871) foi para Lajeado, casou com Catarina Vergütz.

Incógnitas e novas pesquisas

Quando os Huyer de fato vieram para o Brasil? Como? Sem documentação destes fatos, abriram-se diversas especulações. No livro de Maria Eunice, ela relata os testemunhos dramáticos decorrentes desse desconhecimento:

> A chegada da família Huyer ao Brasil é uma interrogação. Sabe-se por linguagem falada (depoimentos verbais), que os Huyer vieram como "adidos", contados "per capita", quais escravos, sem listagem nas relações de imigrantes. Viajaram no porão do navio "sem direito a nada" (Kautzmann, p.330)

Como se percebe, uma descrição bastante trágica.

Outra questão: onde se estabeleceram? Margens do rio Forqueta, na Várzea Ruschel, Conventos velhos. E o tal de Casarão dos Ruschel? Onde seria isso?

Porém, desde a década de 1970, quando Nilza e Maria Eunice iniciaram suas pesquisas, o quadro para essas atividades se alterou bastante, de maneira positiva. Hoje temos muito mais recursos, mais arquivos organizados, dados disponibilizados pela internet, pesquisas acadêmicas etc. O árduo garimpo das pioneiras torna-se muito mais ágil atualmente.

Ao comentar as lacunas da história da minha família para meu cunhado, Nelson Jorge, que por sua vez é veterano no ramo, pois pesquisa a genealogia de seus antepassados, ele se interessou pelo assunto. E rapidamente elucidou a questão da viagem dos Huyer ao Brasil. Encontrou nos arquivos digitalizados do porto de Hamburgo o registro da saída dos Huyer da Europa com destino ao Brasil! O nome com pequena distorção de redação: Heyer ao invés de Huyer, resultado da escrita à mão, que permite essa interpretação equivocada (Dados das listas de embarque de passageiros do porto de Hamburgo – Hamburg Passenger Lists, 1850-1934 – disponíveis em familysearch.org e ancestry.com).

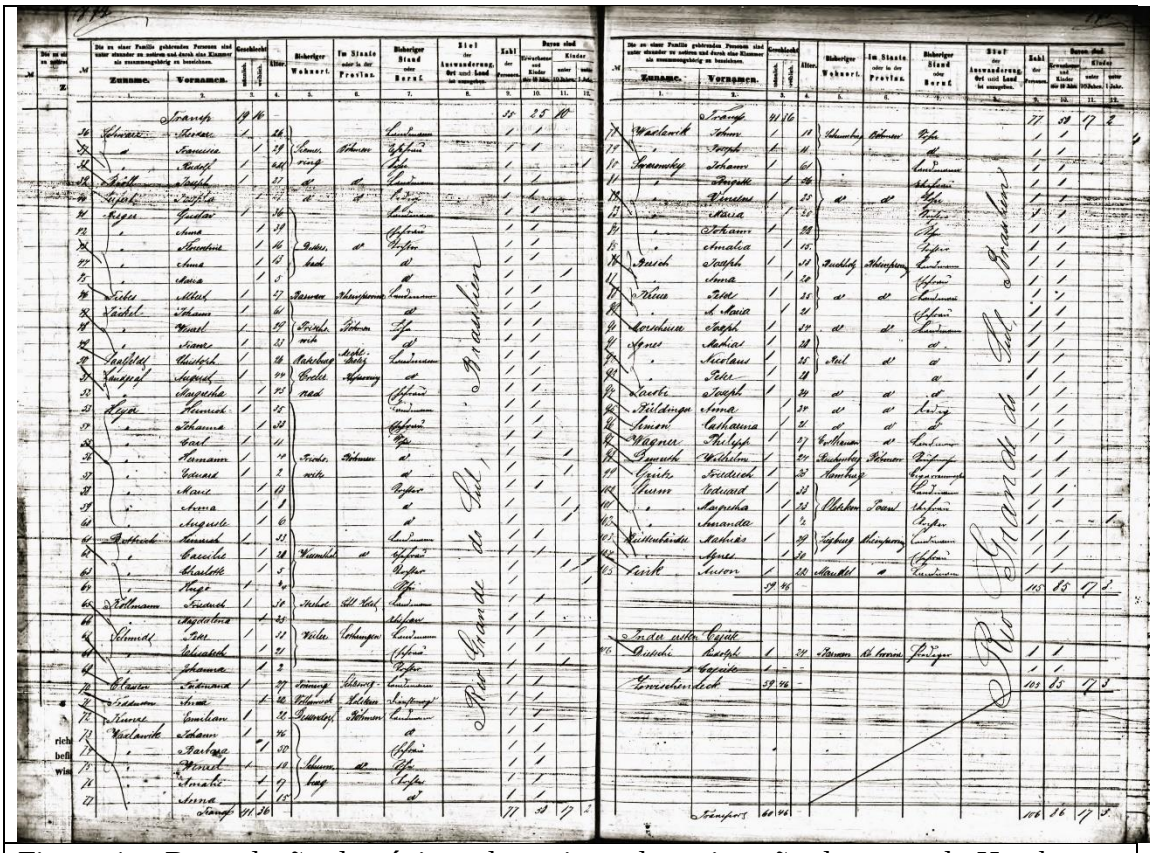


Figura 1 – Reprodução de páginas do registro de emigração do porto de Hamburgo. Detalhes nas próximas imagens.
Fonte: JORGE, Nelson. Chegada da família Huyer de Prichowitz (Boêmia) ao Brasil (RS). Porto Alegre: manuscrito ainda não publicado, 2023.

Os nomes ainda em idioma alemão, com a idade de cada um e sua profissão ou parentesco:

Heinrich Huyer (35 anos) – Landmann (agricultor)

Johanna (33 anos) – esposa

Carl (11 anos) – filho

Hermann (4 anos) – filho

Eduard (2 anos) – filho

Marie (13 anos) – filha

Anna (8 anos) – filha

Auguste (6 anos) – filha

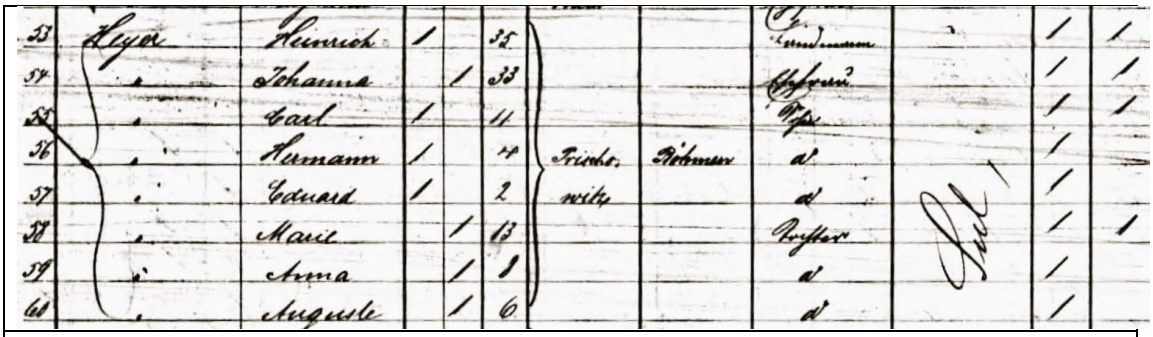


Figura 2 – Detalhe na lista de passageiros, o casal Huyer com seis filhos. Cada coluna indica: número, sobrenome, nome, gênero (esquerda masculino), idade, local de origem (Prichowitz), país (Böhmen), profissão (Heinrich: Landmann [agricultor]), destino (Rio Grande do Sul), número, acima de 10 anos, abaixo de 10 anos.
Fonte: JORGE, Nelson. Chegada da família Huyer de Prichowitz (Boêmia) ao Brasil (RS). Porto Alegre: manuscrito ainda não publicado, 2023.

A documentação aponta que Heinrich havia se declarado agricultor – Landmann, o que é coerente com as exigências do Império brasileiro para receber imigrantes. Apesar de outros documentos eclesiásticos da Boêmia indicarem que ele, na realidade, era um "Glasschleifer", ou seja, lapidador de cristais.

A localidade de origem é descrita como Prichowitz. E o destino da emigração estava muito claro na documentação de embarque: "Rio Grande do Sul, Brasilien".

O navio no qual embarcaram tinha o nome de "Sal". Tratava-se de um veleiro alemão ("Segel"), sob o comando do capitão O. F. Koch. O navio zarpou em 15 de agosto de 1873. O total de passageiros foi de 106, sendo 60 homens e 46 mulheres. Todos os emigrantes para o Rio Grande do Sul. A lista completa permite apurar que 50 passageiros eram procedentes de oito localidades de Boêmia. Os demais da Renânia, Baviera, Hanôver, Pomerânia, Mecklemburgo-Schwerin, Schleswig-Holstein, Lotaríngia e Posen.

Mais notícias sobre essa viagem são relatadas no "Jornal do Comércio" do Rio de Janeiro. Nas "Notícias Marítimas" da edição de 11/9/1873, é relatado que o veleiro "SAL" havia saído de Hamburgo "para o Rio-Grande" no dia 16 de agosto. Já em outra edição posterior, de 16/09/1873, era noticiado que o navio "SAL" teria saído do porto de Cuxhaven (Hamburgo) no dia 18 de agosto. Portanto três dias após o registro inicial do porto de Hamburgo. Essa informação vem ao encontro de alguns relatos orais colhidos por Maria Eunice Müller Kautzmann, de que o navio teria demorado para iniciar a viagem, devido ao mau tempo.



Verzeichniss

der Personen, welche mit dem deutschen Dampf- Segel- Schiffe: Sal

unter deutscher Flagge, Capitain O. F. Koch nach Rio Grande do Sul

zur Auswanderung durch Unterzeichneten engagirt sind.

Abgang des Schiffes, d. 15. August 1873

No.	Die zu einer Familie gehörenden Personen sind unter einander zu netiren und durch eine Klammer als zusammengehörig zu bezeichnen. Zuname.	Vornamen.	Geschlecht männlich.	Geschlecht weiblich.	Alter.	Bisheriger Wohnort.	Im Staate oder in der Provinz	Bisheriger Stand oder Beruf	Ziel der Auswanderung, Ort und Land	Zahl der Personen.	Davon sind: Erwachsene und Kinder über 10 Jahre.	Kinder unter 10 Jahr.
	1.	2.	3.		4.	5.	6.	7.	8.			

Figura 3 – Cabeçalho das páginas do livro de registro do porto de Hamburgo. Informa ser um veleiro alemão, de nome Sal, sob bandeira alemã, capitão O. F. Koch, com destino ao Rio Grande do Sul, "estão comprometidos com a emigração através de assinaturas". "Partida do navio dia 15 de agosto de 1873.
Fonte: JORGE, Nelson. Chegada da família Huyer de Prichowitz (Boêmia) ao Brasil (RS). Porto Alegre: manuscrito ainda não publicado, 2023.

Este veleiro já havia realizado ao menos uma viagem anterior ao Rio Grande do Sul. O jornal de Porto Alegre "O Constitucional", na edição de 10 de julho de 1872, relata a chegada de 312 emigrantes, dos quais 120 no navio Sal, com súditos alemães e austro-húngaros. Esses imigrantes tendo sido recrutados pela empresa "Caetano Pinto e Irmão e Holtzweissig e C.ª".

Saliente-se que todas essas informações sobre o navio Sal e seus passageiros foram obtidas pelas pesquisas de Nelson Jorge.

Desvendado o mistério da saída dos Huyer da Europa, ainda restava a confirmação de quando teria sido a chegada ao Brasil.

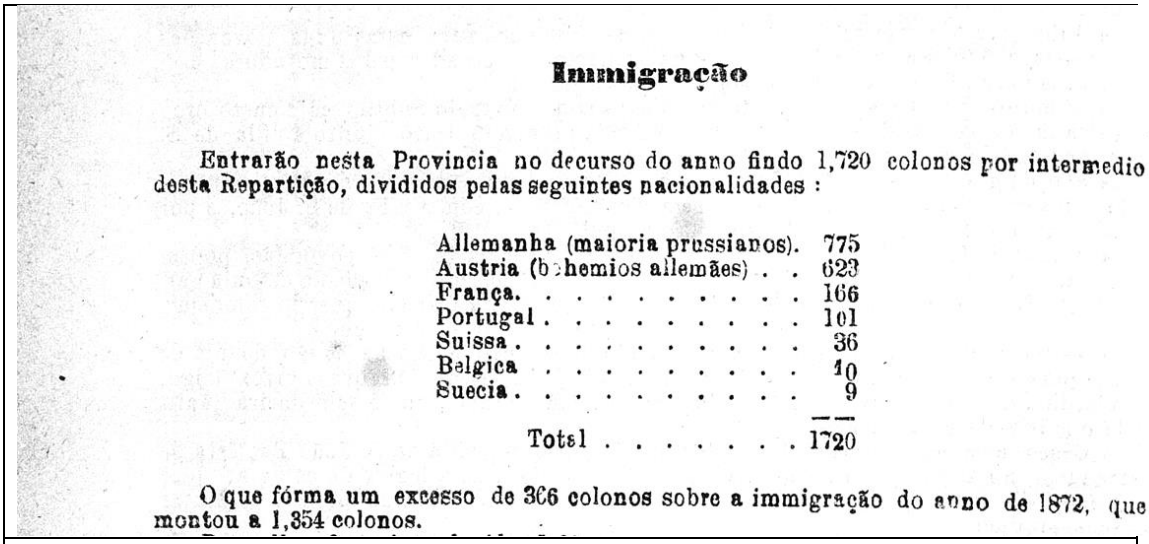
Uma maneira de verificar a acuracidade de informações colhidas na história oral, é verificar se conferem com dados históricos contemporâneos. Nesse sentido, com a informação de que os Huyer embarcaram para o Brasil no segundo semestre de 1873, ficava provável que a chegada teria ocorrido no mesmo ano, pois os relatos das viagens a vela davam de três a seis meses a duração da travessia. O livro da Maria Eunice menciona uma enchente que teria ocorrido quando a família já teria um rancho na várzea do rio Forqueta. Então, fomos procurar dados sobre cheias do rio Taquari – do qual o Forqueta é afluente – nos anos próximos da chegada deles. Pois se o pai faleceu um ou dois anos após chegar, a enchente teria que ser logo após 1873. Não seria provável que tivessem já construído um rancho no final de 1873, recém-chegados da Europa.

Após assistir uma palestra do professor da Unisinos Caio Flores Coelho, sobre cheias históricas nos rios Caí e Taquari, fizemos uma consulta a ele sobre onde encontrar

dados mais antigos sobre essas cheias. Ele recomendou consultar os Relatórios dos Presidentes das Província, e já forneceu o link de internet dos mesmos. Uma vez que muitos acontecimentos de grande impacto constavam nesses relatórios. Imediatamente consultamos o relatório de 1874, referente ao ano de 1873, pois se tinha a ideia de que naquele ano também teria ocorrido uma grande cheia.

De fato, no relatório há extensa matéria sobre a cheia de grandes dimensões, e enormes prejuízos humanos e econômicos, decorrentes daquele episódio, que assolou desde a bacia do Guaíba até o rio Taquari. Teria ocorrido outra cheia nos anos seguintes? Uma vez iniciado o exame do relatório e conferida a cheia – provavelmente anterior a chegada da família ao Brasil, percorreu-se o restante do relatório. O qual tem um grande capítulo específico sobre imigração.

Eis que o Relatório exibe a informação de quantos colonos imigraram ao estado naquele ano. Dos quais 1.607 "por conta do contracto com os Srs. Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Cia".



Immigração

Entrarão nesta Provincia no decurso do anno findo 1,720 colonos por intermedio desta Repartição, divididos pelas seguintes nacionalidades :

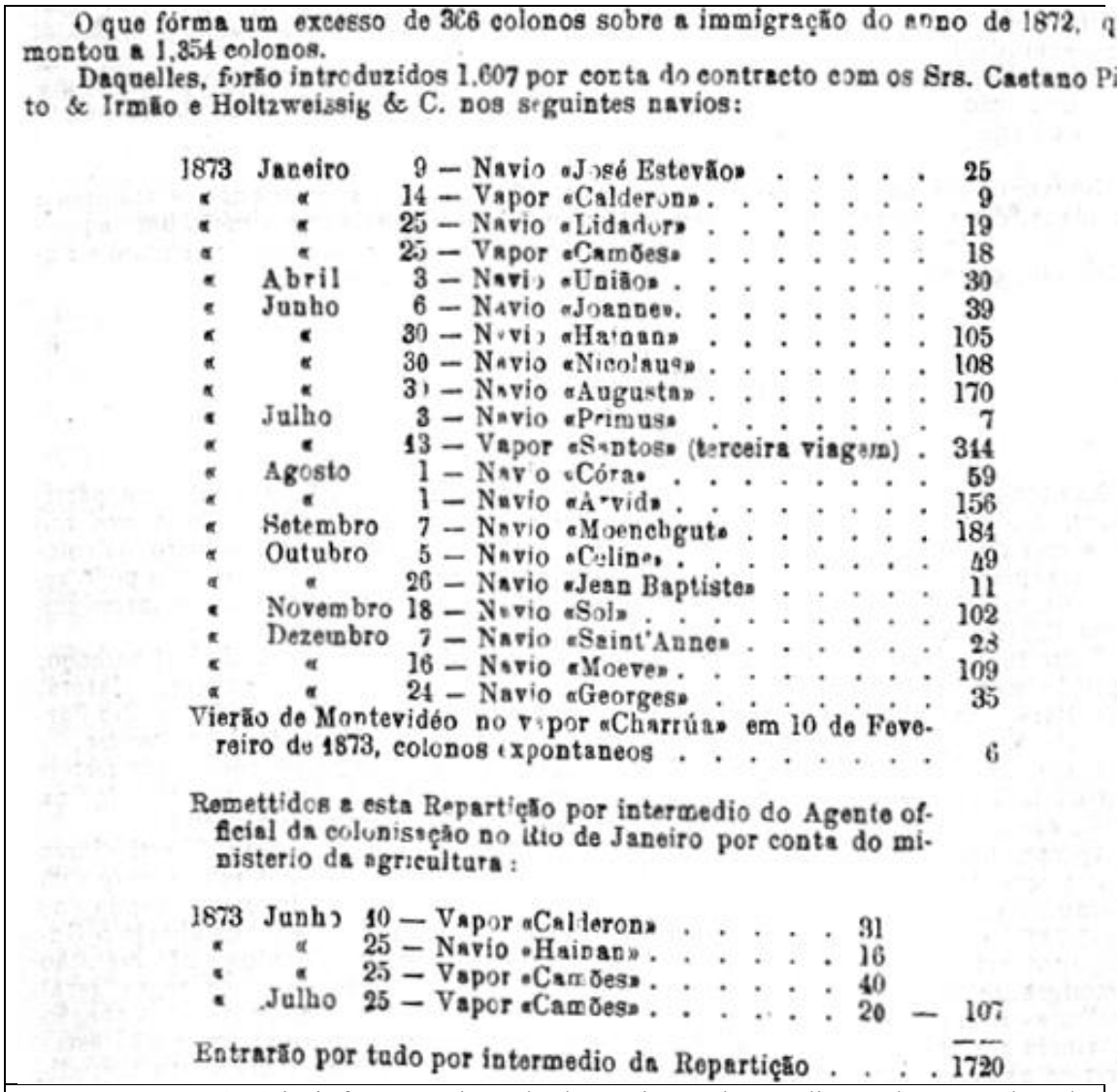
Allemanha (maioria prussianos).	775
Austria (bohemios allemães) . .	623
França.	166
Portugal	101
Suissa	36
Belgica	10
Suecia	9
Total	1720

O que fórma um excesso de 366 colonos sobre a immigração do anno de 1872, que montou a 1,354 colonos.

Figura 4 – Relatório informa que no ano de 1873 o Rio Grande do Sul recebeu 1.720 imigrantes, dos quais 623 austríacos (boêmios alemães).
Fonte: Relatório dos presidentes da Província – Rio Grande do Sul, presidente Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874. Relatorio da Repartição de Colonisação, p.10.

Descreve a seguir os navios nos quais vieram os imigrantes, com data de chegada e quantidade de passageiros. Pois lá consta o "Navio Sol". Pequena corruptela no nome, ao invés de Sal, Sol. Data de chegada: dia 18 de novembro. Portanto três meses de viagem desde a Europa. Passageiros: 102. No embarque o registro é de 106, provável que quatro faleceram na viagem. O exame dos dados dos demais navios daquele ano permite concluir que realmente trata-se do mesmo veleiro que partiu de Hamburgo em 15 de agosto de 1873. Os números de passageiros dos demais navios são muito diferentes. Do total de 20

navios, somente três são descritos como a vapor, o que mostra como ainda eram raros esses navios naquela época, quando as locomotivas a vapor já estavam começando a ser o meio de transporte mais importante. O Relatório ainda aponta quatro navios vieram do Rio de Janeiro e um de Montevideo. O total de imigrantes no ano foi de 1.720.



O que fórma um excesso de 366 colonos sobre a immigração do anno de 1872, q montou a 1.354 colonos.

Daquelles, forão introduzidos 1.607 por conta do contracto com os Srs. Caetano Pi to & Irmão e Holtzweissig & C. nos seguintes navios:

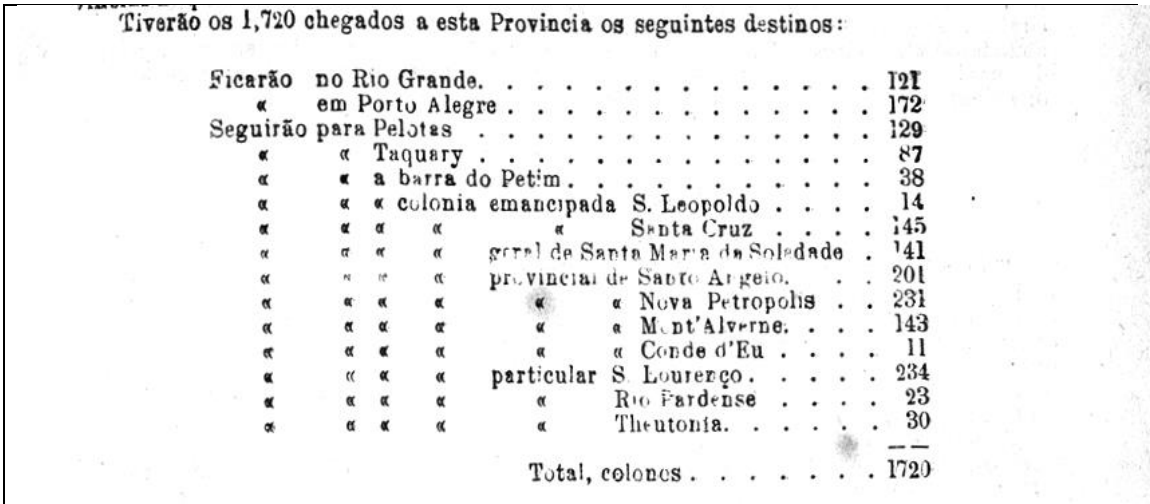
1873	Janeiro	9	— Navio «José Estevão»	25
«	«	14	— Vapor «Calderon»	9
«	«	25	— Navio «Lidador»	19
«	«	25	— Vapor «Camões»	18
«	Abril	3	— Navio «União»	30
«	Junho	6	— Navio «Joanne»	39
«	«	30	— Navio «Hainan»	105
«	«	30	— Navio «Nicolaus»	108
«	«	30	— Navio «Augusta»	170
«	Julho	3	— Navio «Primus»	7
«	«	13	— Vapor «Santos» (terceira viagem)	344
«	Agosto	1	— Navio «Córa»	59
«	«	1	— Navio «Arvida»	156
«	Setembro	7	— Navio «Moenchgut»	184
«	Outubro	5	— Navio «Celine»	49
«	«	26	— Navio «Jean Baptiste»	11
«	Novembro	18	— Navio «Sol»	102
«	Dezembro	7	— Navio «Saint'Anne»	23
«	«	16	— Navio «Moeve»	109
«	«	24	— Navio «Georges»	35
Vierão de Montevidéo no vapor «Charrúa» em 10 de Fevereiro de 1873, colonos expontaneos				6

Remettidos a esta Repartição por intermedio do Agente official da colonisação no Rio de Janeiro por conta do ministerio da agricultura:

1873	Junho	10	— Vapor «Calderon»	31		
«	«	25	— Navio «Hainan»	16		
«	«	25	— Vapor «Camões»	40		
«	Julho	25	— Vapor «Camões»	20	—	107
Entrarão por tudo por intermedio da Repartição						1720

Figura 5 – O Relatório informa a chegada do navio "Sol", no dia 18 de novembro de 1873, com 102 passageiros.
Fonte: Relatório dos presidentes da Província – Rio Grande do Sul, presidente Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874. Relatorio da Repartição de Colonisação, p.10.

A seguir o Relatório descreve os destinos dos novos colonos. Aponta que 87 seguiram para Taquary, que então era o nome do município do qual fazia parte Estrela e Lajeado. Estrela emancipou-se de Taquari em 1876, e Lajeado em 1891. Apesar de a cidade de Lajeado ser distante da cidade de Taquari, naquele ano ela ainda era parte de Taquari, assim como Estrela, por isso a denominação do destino no relatório estadual.



Tiverão os 1,720 chegados a esta Provincia os seguintes destinos:

Ficarão	no Rio Grande.	121
«	em Porto Alegre	172
Seguirão para	Pelotas	129
«	« Taquary	87
«	« a barra do Petim	38
«	« « colonia emancipada S. Leopoldo	14
«	« « « « Santa Cruz	145
«	« « « geral de Santa Maria da Soledade .	141
«	« « « provincial de Santo Angelo. . .	201
«	« « « « « Nova Petropolis . .	231
«	« « « « « Mont'Alverne. . . .	143
«	« « « « « Conde d'Eu	11
«	« « « particular S. Lourenço.	234
«	« « « « Rio Pardense	23
«	« « « « Theutonia.	30
	Total, colonos	1720

Figura 6 – Do total de 1.720 colonos imigrados em 1873, 87 tiveram como destino Taquary.
Fonte: Relatório dos presidentes da Província – Rio Grande do Sul, presidente Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874. Relatorio da Repartição de Colonisação, p.11.

Enfim, a família Huyer não veio ao Brasil como clandestina, ou na forma de "adidos", ou "no porão do navio sem direito a nada". Vieram regularmente em um navio como imigrantes.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul não consta a lista relativa ao navio Sal. Na realidade os registros com a relação dos imigrantes que entraram no estado cessam poucos meses antes da chegada do Sal. E contém esparsas informações posteriores. Aparenta que naquela data, segundo semestre de 1873, foi interrompido esse registro. Como os Huyer foram para uma colônia particular (Conventos), não seria no Arquivo Histórico que estariam mais informações sobre o paradeiro deles, sendo indicado o Arquivo Público para prosseguir as pesquisas.

Por outro lado, há outra fonte que confirma a chegada do Veleiro Sal e alguns de seus passageiros. Trata-se da obra "Colonizadores do Rio Grande do Sul Austro-húngaros 1864–1918", de autoria de André Luis Hammann, Décio Aloísio Schauren e Lotário Lourenço Skolaude (2023). Este livro apresenta cinco famílias que se dirigiram a colônia de Nova Petrópolis, todas elas constando como "partida de Hamburgo no navio Sal", dando duas datas de chegada em Porto Alegre: 20/12/1873 ou 27/11/1873. Portanto, confirmando novamente a coerência das informações sobre a travessia do Sal. Esses passageiros coincidem com os nomes de embarque em Hamburgo. Por outro lado, se o navio chegou em Rio Grande no dia 18 de novembro, é plenamente razoável que a chegada deles em Porto Alegre tenha levado nove dias ou um mês.

Seguindo para sua colônia de destino, nas margens do rio Forqueta, lá havia a colônia de Conventos, particular, iniciada em 1855. Posteriormente parte dela passou para propriedade da família Ruschel, que prosseguiu vendendo os lotes remanescentes. Esta colônia está ilustrada nos mapas, no hoje município de Lajeado.



Figura 7 – Mapa de 1859. Na vertical o rio Taquari. Assinaladas a Fazenda dos Conventos e o núcleo urbano de Estrela.
Fonte: SCHULTZ, Woldemar. Planta das colonias alemães e terrenos medidos na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Setembro 1859.

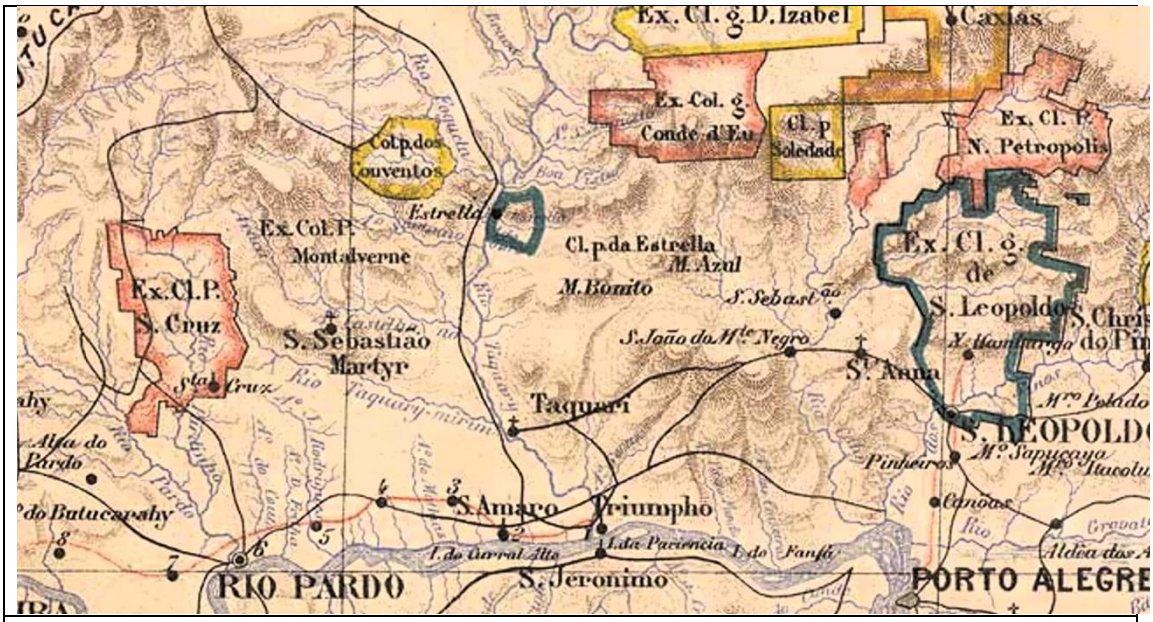


Figura 8 – Mapa de 1891. Exibe a Colônia Conventos (parte superior esquerda), e a vila de Estrela a sua direita, na outra margem do rio Taquari.
Fonte: JACQUES, João Candido. Carta Geographica do estado federal do Rio Grande do Sul. 1891.

Já o "Casarão dos Ruschel" também pode ser localizado, mas este onde hoje é o centro da cidade de Estrela, na outra margem do rio Taquari. Não por menos o casarão

levou esse nome, pois era a sede dos negócios da família Ruschel, proprietária da colônia na outra margem. No casarão funcionou hotel, fábrica de cerveja e diversas outras atividades. Este prédio de grandes dimensões para sua época, perdurou até aproximadamente a década de 1950. É relatado e tem fotos exibidas em duas publicações históricas (além de ter uma delas reproduzida no livro de Maria Eunice). O livro comemorativo do centenário da imigração alemã "Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul", página 120, e o livro "Album Commemmorativo do Cinquentenário do Município de Estrella" (provável de 1926) exibem as fotos do casarão.

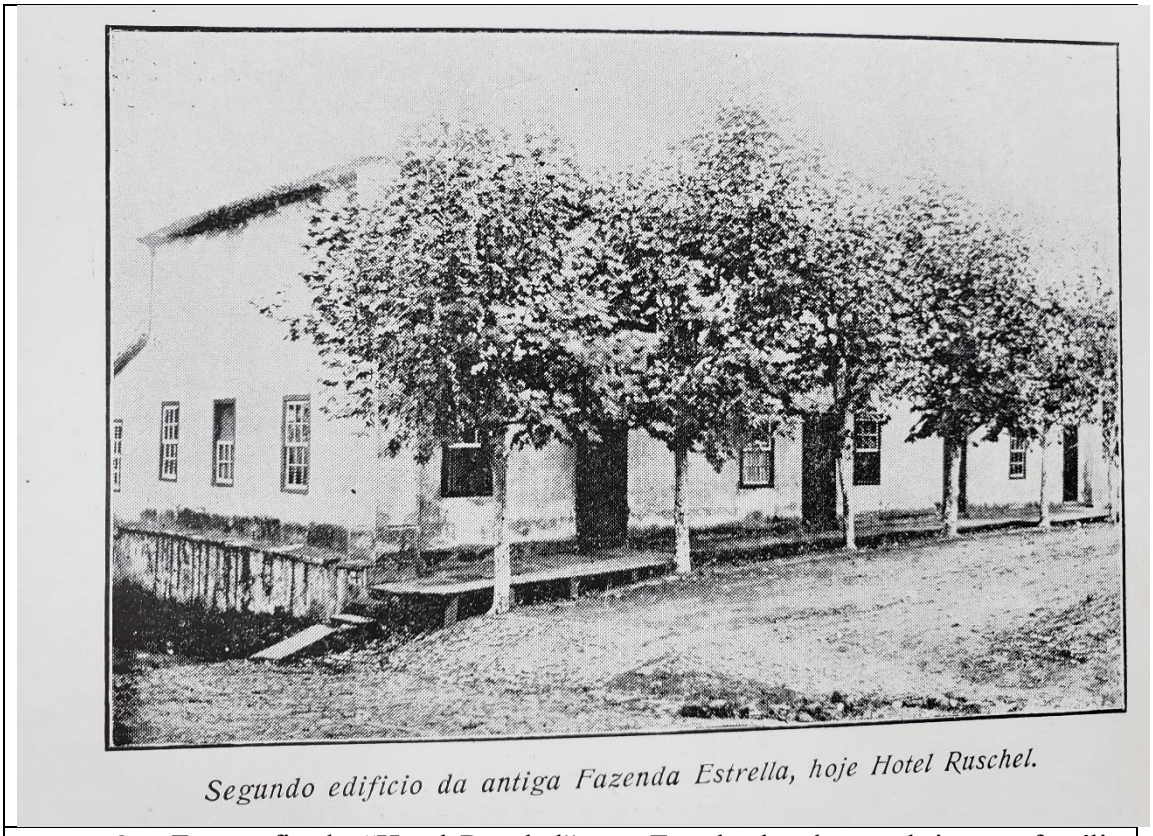


Figura 9 – Fotografia do "Hotel Ruschel", em Estrela, local que abrigou a família Huyer.
Fonte: Album Commemmorativo do Cincoentenario do Municipio de Estrella" (1926).

Um documento que comprova a ligação dos Huyer com a família Ruschel, é a certidão de batismo da filha que nasceu no Brasil, Antônia (Kautzmann, p.391). São padrinhos Pedro Ruschel e Carolina Ruschel. Este Pedro (Peter) é citado na bibliografia como um dos membros do clã Ruschel proprietário do casarão e da Colônia Conventos (Amstad, p.118).

Na dissertação de livre docência da arquiteta Doris Maria Müller, título "Crescimento Urbano – um instrumento de análise aplicado ao vale do Taquari", de 1974, página 125, encontramos um quadro sobre essa família Ruschel:

> 1872 – Chegada de Sebastian Ruschel com quatro filhos adultos. Pelo espírito empreendedor, Amstad considera esta família cofundadora do povoado juntamento com o Major Menna Barreto. Com relação à atividade dos irmãos, típica para o desenvolvimento inicial nos núcleos de apoio à colônia, encontra-se na documentação:
> Michel Ruschel compra o sobrado do Major Menna Barreto e nele instala a sua casa comercial que por muito tempo é o centro comercial mais importante do Alto Taquari. Além de casa de negócios é pouso de imigrantes, servindo também de açougue e cervejaria. Pelo seu tamanho foi sendo local de reuniões e festas, abrigando ainda as funções administrativas como prefeitura, fórum e presídio. Existem na literatura fotografias de 1924, em que o prédio é dado como hotel Ruschel.
> Nikolaus Ruschel, marceneiro e construtor de moinhos, estabelece-se com casa comercial e moinho.
> Mathias Ruschel era comerciante de produtos coloniais e gado; exportava para Porto Alegre, "em grande escala".
> Peter Ruschel dedicava-se à produção de cerveja e ao comércio, servindo também de "médico" e "boticário".

Já a obra "O Município de Estrela – história e crônica", de autoria de Lothar Hessel (2004), indica a localização do casarão (página 22):

> Segunda casa da Fazenda da Estrela. Atrás desse grande prédio havia um espaçoso pátio e a senzala dos escravos. No século XX nela funcionou por muitas décadas o Hotel Ruschel. Após sua demolição, em seu local foi construída a residência (também museu) do casal Gisela e Wemer Schinke (Rua Dr. Tostes, n 320).

Considerações

Ainda há muito para ser apurado sobre os primórdios da família Huyer no Brasil. Onde exatamente é a localização da terra na qual tentaram se estabelecer, mas uma enchente obstaculizou seus planos? Em que ano e mês ocorreu essa enchente? Teria sido nesse local que a saúde do patriarca sucumbiu aos efeitos do trabalho rude de agricultor contra sua história de lapidador de cristais, que morriam precoces devido a sílica acumulada em seus pulmões? As datas do falecimento do casal, e da filha nascida no Brasil?

Temos parentes pesquisando também a origem da família Huyer na própria Europa, as hipóteses de onde teriam se originado e quando, até se fixarem na Boêmia. Heinz Huyer colhe informações que indicam os Huyer serem originários da cidade de

Huy, que hoje faz parte da Bélgica. Huyer seriam os que teriam saída dessa cidade, no século XVI ou XVII, devido a perseguições religiosas – trabalhos em andamento.

Esta trajetória da família Huyer, de resiliência às adversidades, bem reflete o que tantos outros imigrantes sofreram, e outros migrantes ainda sofrem nos dias de hoje, aqui mesmo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Já a busca de desvendar essa história é um trabalho de equipe, de revezamento. Jamais teria chegado a confirmação da chegada do navio Sal no Rio Grande do Sul se não fosse o trabalho pioneiro da Nilza Huyer Ely e da Maria Eunice Müller Kautzmann, bem como da pesquisa mais recente do Nelson Jorge.

Mas não é só. Para se situar no contexto da imigração, e mais especificamente da imigração de boêmios, bem como das colônias particulares, temos já várias publicações que foram de suma importância para compreender o fenômeno. E assim fazer juízo da coerência de informações, as quais terminam por validar informações anteriores, ou o contrário, indicar que são pistas infundadas. A mensagem que fica é que estamos trabalhando na construção de conhecimento, no qual cada um "coloca um tijolinho" (alguns colocam uma olaria inteira), que vem a facilitar a pesquisa de quem está chegando mais tarde.

Neste conjunto de subsídios para pesquisa, deve se dar destaque para os arquivos e bibliotecas. Mananciais de informações de importância exponencial, geralmente ignorados e maltratados, pela falta de recursos, tanto materiais como humanos. Não esquecendo também de citar as universidades, que tem papel primordial em transformar a curiosidade de leigos descendentes de imigrantes em informações de caráter científico. O que se dá através da formação de seus alunos, tanto nas graduações como nos cursos e programas de pós-graduação.

Referências

AMSTAD, Theodor. **Cem anos de germaneidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. Trad. Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, [1924] 1999.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Códice C299 - Registro de Colonos Chegados e o Destino que tiveram – 1862/1876.

Biblioteca Nacional. Relatório dos presidentes da Província – Rio Grande do Sul, presidente Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874. Relatorio da Repartição de Colonisação.
https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263

DINIZ, Achilles Guerra, TOTH, Eugênio (Org.). **Album Commemmorativo do Cincoentenario do Municipio de Estrella**. Estrela: 1926.

ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org**.). Imigração alemã**: 170 anos. Vale do Três Forquilhas. Porto Alegre: EST, 1996.

ELY, Nilza Huyer. **Vale do Três Forquilhas**: veredas, vidas e costumes. Porto Alegre: EST, 1999.

ELY, Nilza Huyer. **Vale do Três Forquilhas** – Litoral Norte/RS: história e memória. São Leopoldo: Oikos, 2021.

HAMMANN, Andre, SCHAUREN, Decio e SKOLAUDE, Lotario. **Colonizadores do RS** austro-húngaros 1864-1918 V.2. Porto Alegre: Editora Gigantes, 2023.

HESSEL, Lothar Francisco. **O município de Estrela**: história e crônica. 2ª Ed. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

JACQUES, João Candido. **Carta Geographica do estado federal do Rio Grande do Sul**. 1891.

JORGE, Nelson. **Chegada da família Huyer de Prichowitz (Boêmia) ao Brasil (RS)**. Porto Alegre: manuscrito ainda não publicado, 2023.

KAUTZMANN, Maria Eunice Müller. **Raízes**: Müller, Huyer, Hampe, Fischer. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 1998.

MENEZES, Naida. **O casarão**: uma história-Memórias de Maria Eunice Müller Kautzmann-parte 1. Porto Alegre: Olorin Editorial, 2024.

MONTENEGRO. LEI Nº 4.421, DE 31 DE MARÇO DE 2006. Denomina Maria Eunice Muller Kautzmann o Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro. https://leismunicipais.com.br/a/rs/m/montenegro/lei-ordinaria/2006/443/4421/lei-ordinaria-n-4421-2006-denomina-maria-eunice-muller-kautzmann-o-arquivo-historico-e-geografico-de-montenegro

MÜLLER, Doris Maria. "**Crescimento Urbano** – um instrumento de análise aplicado ao vale do Taquari". Dissertação. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1976.

TAQUARA. Arquivo Histórico Municipal Maria Eunice Müller Kautzmann https://apers.rs.gov.br/arquivo-historico-municipal-maria-eunice-muller-kautzmann

SCHULTZ, Woldemar. Planta das colonias alemães e terrenos medidos na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Setembro 1859.

TEMAS GERAIS

A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PRESENTE NA REVISTA MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA - UCS

Eliana Gasperini Xerri
Graziela Muterle Tonello

A ciência histórica tem diversificado o uso de fontes em suas pesquisas e, nesse sentido, a imprensa e impressos têm tido maior aceitação como fonte e objeto de pesquisa. Colabora para seu uso a afirmação de Martins e de Lucca (2013, p. 8) “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra.”

Uma vez considerando sua importância, se faz necessário traçar breve percurso da imprensa no Brasil. Impressos, panfletos e até mesmo jornais considerados ilegais estavam presentes na sociedade colonial brasileira, mesmo antes da vinda da corte lusa para o Brasil. Sodré (1999), lembra que a imprensa brasileira teve suas origens legais no período colonial, com a chegada da família real portuguesa em 1808, o que propiciou a criação da "Gazeta do Rio de Janeiro", o primeiro jornal impresso no território nacional. Esta fase inicial foi caracterizada por uma imprensa restrita e controlada, voltada para os interesses da monarquia e da elite dominante.

A partir da independência do Brasil em 1822, a imprensa começou a se expandir e se diversificar, embora ainda enfrentasse censura e perseguições.-Durante o século XIX, a imprensa brasileira tornou-se uma ferramenta para a propagação de ideais liberais e republicanos, influenciando o cenário político e cultural. Com a Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República em 1889, a imprensa desempenhou um papel fundamental na consolidação da nova ordem republicana.

No século XX, a industrialização e urbanização do Brasil contribuíram para o crescimento e diversificação da imprensa brasileira. Com isso, nota-se a evolução da mesma como um reflexo das lutas sociais e políticas do país, evidenciando seu papel tanto na resistência quanto na conformação às mudanças históricas (SODRÉ, 1999).

A imprensa brasileira passou gradativamente a assumir outros endereçamentos e com a diversidade crescente surge, ao longo do século XX, a imprensa educacional e científica que desempenha importante função na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento da educação na atualidade.

De acordo com Nóvoa (1997) as revistas especializadas emergiram como veículos essenciais para a circulação de ideias inovadoras e avanços científicos, democratizando o

acesso ao conhecimento e fomentando o debate intelectual. Essas publicações não apenas eram utilizadas para disseminar as descobertas científicas e práticas educacionais modernas, mas também serviam como plataformas para a troca de experiências entre educadores e pesquisadores, contribuindo para a construção de uma comunidade científica coesa e dinâmica.

Além de seu papel informativo, as revistas de educação e ensino possibilitam a formação contínua dos professores e a atualização curricular nas escolas. Estas publicações são fundamentais para a profissionalização do corpo docente, fornecendo recursos pedagógicos, metodologias inovadoras e discussões teóricas à prática educativa. Através da circulação desses periódicos, é possível integrar o sistema educacional às tendências e descobertas internacionais, fortalecendo o vínculo entre teoria e prática e ampliando os horizontes do ensino e da aprendizagem. Assim, as revistas educacionais e científicas tornaram-se pilares indispensáveis para o avanço da educação e da ciência, refletindo e impulsionando as transformações culturais e sociais da época (Nóvoa, 1997).

Imperioso considerar que além da diversidade de temas abordados em revistas educacionais e científicas, também sua publicação no território brasileiro aumentou democratizando ainda mais os periódicos e instigando novas publicações, como aconteceu na região de abrangência da Universidade de Caxias do Sul.

Revistas Acadêmicas na região da serra gaúcha - Universidade de Caxias do Sul

Ao que diz respeito às revistas no cenário regional, pode-se dizer que a inserção deste veículo de imprensa teve um impacto fundamental para a propagação de conhecimento, cultura e informações locais. As revistas em Caxias do Sul/RS desempenham funções também relacionadas à identidade e culturas locais, promovendo debates sobre temas relevantes para a comunidade e registrando a memória coletiva. Pozenato e Giron (2004) observam que essas publicações, ao longo das décadas, contribuíram significativamente para o fortalecimento do tecido social e cultural da região, proporcionando uma plataforma para a expressão de ideias e o intercâmbio de informações entre os habitantes. A variedade de temas abordados, desde a economia até a cultura, reflete a diversidade e a riqueza da vida em Caxias do Sul, consolidando as revistas como uma parte essencial da imprensa local.

Nesse sentido e como objeto desse estudo, a produção das revistas acadêmicas na Universidade de Caxias do Sul (UCS) são destaque, embora a ênfase seja a revista Métis História & Cultura, relacionada ao curso de Graduação e ao Programa de Pós-graduação,

Mestrado e Doutorado em História da UCS, é importante mencionar que outras revistas antecederam a Métis: História & Cultura.

A primeira revista publicada pela instituição foi a Chronos, publicada de 1967 até 2007, acolheu trabalhos dos professores da graduação em História, e, teve um papel vital na difusão do conhecimento científico e acadêmico, funcionando como um meio de comunicação entre pesquisadores, estudantes e a comunidade em geral. A Chronos se distinguiu por sua qualidade editorial e pela relevância dos artigos publicados das diversas áreas do saber, contribuindo para o avanço da pesquisa e do debate acadêmico na universidade. O periódico é um testemunho do compromisso da UCS com a produção e a disseminação de conhecimento, fortalecendo o vínculo entre a universidade e a sociedade e promovendo o desenvolvimento intelectual e cultural da região (POZENATO e GIRON, 2004).

A revista surgiu com o objetivo de promover o diálogo acadêmico e cultural, proporcionando um espaço onde professores e pesquisadores da UCS pudessem compartilhar suas ideias e contribuições científicas. Ao longo de quatro décadas, até sua última publicação em 2007, a Chronos desempenhou papel essencial na consolidação do pensamento crítico e na construção do saber dentro da universidade. Ela foi mais do que um simples periódico; tornou-se um reflexo das transformações e desafios enfrentados pela UCS e pela comunidade acadêmica, abordando questões que iam desde o desenvolvimento regional até a identidade cultural da Serra Gaúcha. Conforme Xerri (2012), a Chronos foi fundamental para a integração do conhecimento produzido na universidade com as necessidades e realidades da região, contribuindo para a formação de uma rede de conhecimentos que influenciou não apenas o meio acadêmico, mas também o desenvolvimento social e cultural da região.

A partir da Chronos, outros periódicos passaram a ser publicados pela universidade, sendo que atualmente são publicados nove revistas: revista Antares do programa de Pós-Graduação e Letras e Cultura, Conexão da área de conhecimento de Ciências Sociais, Conjectura do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e em Educação, Direito Ambiental e Sociedade do programa de Pós-Graduação em Direito, Do Corpo do Núcleo de Pesquisa Ciências e Artes do Movimento Humano, Revista Brasileira de Gestão e Inovação do Programa de Pós-Graduação em Administração, Rica a Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicadas, Revista Rosa dos Ventos do Programa de Pós-Graduação em Turismo e a Scientia Cum Industria da área do conhecimento de Ciências

Exatas e Engenharias. Demonstrando o compromisso com a produção e socialização do conhecimento e a Métis:História&Cultura, perfazendo dez periódicos.

Métis: História & Cultura e a imigração alemã

A Revista Métis: História & Cultura surgiu em 2000, no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul (UCS), como uma resposta às limitações de espaço enfrentadas pelos periódicos anteriores, como a Chronos e a Coletânea: Cultura e Saber.

A Chronos, lançada em 1967 pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Mitra Diocesana, havia se tornado uma revista temática após 1989, o que reduziu consideravelmente o espaço dedicado às publicações dos professores da área de conhecimento de História. Esse fato, associado ao crescente desejo de um espaço mais especializado levou à criação da Métis, que se firmou como a primeira revista dedicada exclusivamente à área de História na UCS.

O nome da revista faz referência à deusa grega Métis, símbolo de sabedoria e astúcia, representando a ambição de que a publicação pudesse consolidar e expandir a produção científica em História, não só na universidade, mas no âmbito acadêmico nacional e internacional. A escolha de Métis, além de relembrar a figura mitológica, simboliza o desejo da revista de iluminar novos caminhos na historiografia, refletindo o papel essencial da inovação e do saber na construção do conhecimento histórico[173].

O primeiro número da Métis, publicada em 2002, trouxe como tema central a história e a historiografia, oferecendo um espaço vital para o debate sobre os problemas fundamentais da disciplina e promovendo um aumento significativo na produção historiográfica. Além de artigos de autores da Universidade de Caxias do Sul, a revista acolheu e acolhe colaborações de outras universidades, tanto nacionais quanto internacionais, reforçando seu compromisso com a diversidade acadêmica e a excelência.

Um dos destaques do número inaugural foi a homenagem póstuma ao renomado pesquisador Gianfausto Rosoli, com a publicação do artigo "A imigração na literatura italiana", apresentado por ele no Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana em 1996. Essa combinação de rigor acadêmico, inovação historiográfica e uma rede colaborativa de pesquisadores fez com que Métis: História & Cultura rapidamente se

[173] Dados retirados do nº1, v. 1 da Revista Métis: História&Cultura, que se encontram nas páginas 7 e 8 no Editorial da publicação.

destacasse como um periódico de alta qualidade, comprometido com a divulgação e socialização contínua de conhecimentos no campo da História.

Desde o seu primeiro exemplar, a revista Métis: História & Cultura se dedicou a abordar temas fundamentais para a compreensão da formação histórica do Brasil, e a imigração foi um dos tópicos centrais. Assim, a inserção na temática migratória desde o início marca o compromisso da revista com a análise de processos históricos que moldaram a sociedade brasileira.

Motivados pela temática migratória e também pelo fato de que em 2024 se comemora o bicentenário da imigração alemã no Rio Grande do Sul, esse resgate histórico torna-se ainda mais importante. A Métis: História & Cultura sempre reconheceu a importância de discutir esses processos migratórios, proporcionando um espaço contínuo para a reflexão e análise da imigração, em especial no contexto gaúcho, onde a história dessas comunidades está profundamente entrelaçada com o desenvolvimento do estado.

A presença de imigrantes alemães ao longo de dois séculos influenciou a identidade econômica, social e cultural da região, um processo que começou com a chegada dos primeiros imigrantes em 1824, com a fundação da colônia de São Leopoldo, a primeira colônia oficial, promovida pelo governo imperial para o povoamento e desenvolvimento da província.

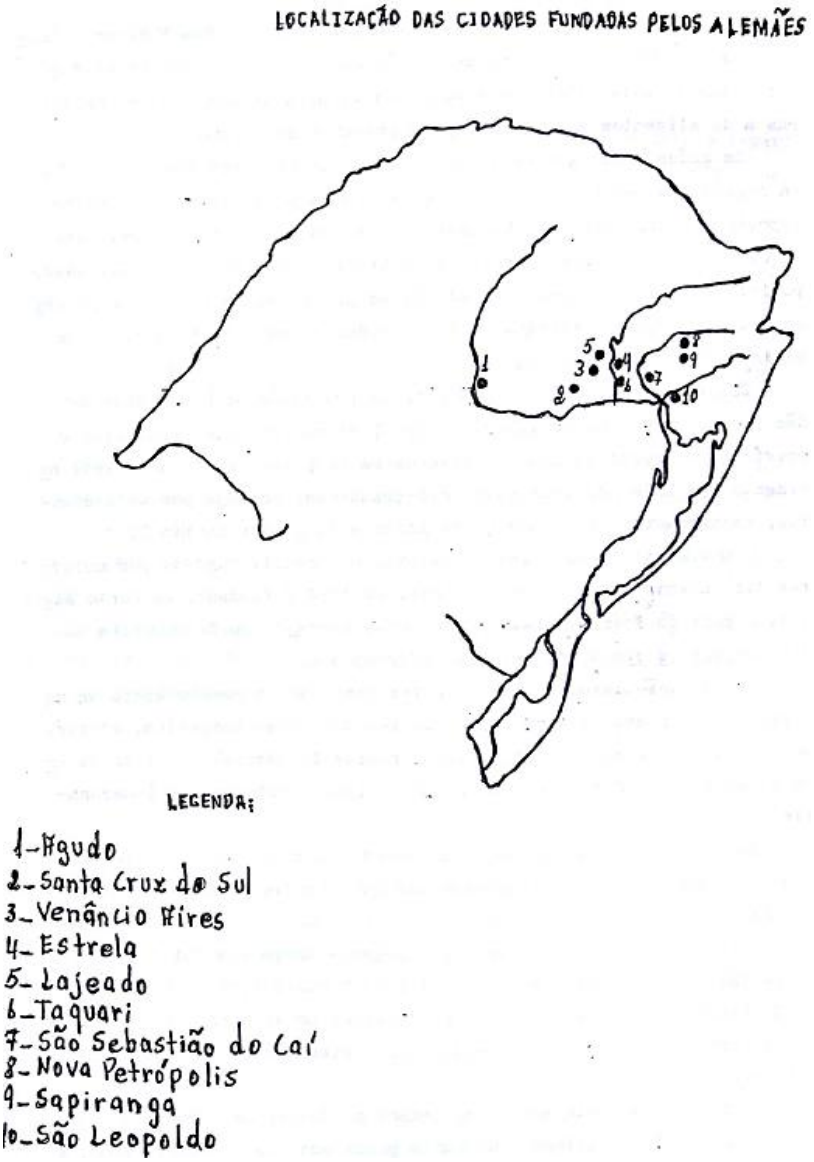
A chegada dos primeiros colonos alemães foi incentivada pelo governo brasileiro, que ofereceu terras devolutas e apoio logístico, buscando atrair trabalhadores livres em um período em que o trabalho escravizado ainda predominava no país. A escolha dos alemães como imigrantes deveu-se à sua reputação de disciplina e trabalho árduo, fatores que se alinhavam com os interesses do governo imperial de fortalecer a economia agrícola e garantir a ocupação de territórios estratégicos na província (Piassini, 2021). Além da questão relacionada à mão-de-obra, é importante lembrar do interesse imperial brasileiro em "branquear" a população.

Os imigrantes alemães trouxeram consigo traços culturais profundos que marcaram o desenvolvimento da região sulina. A preservação da língua alemã, a prática de tradições religiosas, tanto católicas quanto protestantes, e a introdução de práticas agrícolas mais avançadas que contribuíram para o florescimento econômico e cultural da região.

Com o passar do tempo, novas colônias foram surgindo, principalmente ao longo do Vale do Rio dos Sinos, Vale do Taquari, e outras regiões. A construção de escolas e igrejas, muitas vezes em estilo europeu, reforçou a identidade cultural teuto-brasileira,

mesmo diante da crescente integração à sociedade brasileira. Além disso, a participação dos descendentes de alemães na política local e na formação de redes de associações comunitárias fortaleceu sua presença no cenário regional (Piassini, 2021).

Imagem 1 – Cidades fundadas por imigrantes alemães no RS



Fonte: História do Rio Grande de São Pedro, na pág. 32 do arquivo.

A imagem acima possibilita o reconhecimento das primeiras cidades fundadas com a participação de imigrantes alemães no RS, bem como a importância de suas localizações próximas a rios, essenciais para deslocamentos, comércio e sobrevivência alimentar.

Dessa forma, com o objetivo de perceber a presença de temas relacionados à migração alemã na revista, foi realizado a busca por trabalhos relacionados ao tema de forma a identificar se havia ou não artigos. Inicialmente foi criado um banco de dados

com as informações de todos os trabalhos publicados da Revista Métis: História & Cultura, desde sua primeira publicação em 2002 até a atualidade (2024). Neste banco de dados se encontra uma planilha com as informações de autores, formação dos autores, onde atuavam no período de publicação do artigo, volume/número/ano da publicação, em quais cadernos estão, título do artigo, palavras-chaves, quantidade de páginas. Na sequência se efetuou a busca através dos descritores: imigração alemã, alemão, alemães, imigrantes, sendo que estes descritores foram utilizados em conjunto, e não separadamente, também foram observados as palavras-chave e os resumos dos artigos.

Imagem 2 – Exemplo do Banco de dados elaborado pelas autoras com as informações da revista Métis: História & Cultura.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	**Autor**	**Formação**	**Onde trabalhava**	**V. / N. / Ano**	**Cadernos**	**Título do Trabalho**	**Palavras-chaves**	**Páginas**
2	Cássia Rita Louro Palha	Doutorado em História (Universidade Federal Fluminense)	- Universidade Presidente Antônio Carlos: professora/coordenadora de curso // Universidade Estácio de Sá: professor	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Dossiê	Na hegemonia cultural de Antônio Gramsci, uma leitura da mídia televisiva, da História e da educação	hegemonia televisiva; história; educação	11-23 (12)
3	Haike Roselane Kleber da Silva	Doutorado em História (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	- Associação Nacional de História (ANPUH): Direção e coordenação // Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Doutoranda.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Dossiê	Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia	história oral; história de vida; biografia	25-38 (13)
4	Gunter Axt	Doutorado em História Social (Universidade de São Paulo)	Centro de Memória do Judiciário Gaúcho: Pesquisador. // Projeto Memória do Ministério Público: Pesquisador.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Dossiê	Contribuições ao debate historiográfico concernente ao nexo entre Estado e sociedade para o Rio Grande do Sul castilhista-borgista	historiografia; Rio Grande do Sul; República Velha; política; economia	39-69 (30)
5	Loraine Slomp Giron	Doutorado em Ciências Sociais (Pontifícia Univerdidade Católica de São Paulo)	- Universidade de Caxias do Sul: Professora.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Dossiê	Cidadania para a História	história; paradigmas; cidadania	71-75 (4)
6	Pedro Spinola Pereira Caldas	Doutorado em História Social da Cultura (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)	- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Professor.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Dossiê	O arquipélago da História: análise dos diferentes sentidos da fragmentação historiográfica	Pós-modernismo; teoria da história; historiografia	77-91 (14)
7	Gianfausto Rosoli		- Centro Studi Emigrazione de Roma: Diretor.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Artigos	A experiência da emigração italiana no Rio Grande do Sul na literatura italiana	imigração; literatura; historiografia italianas	95-133 (38)
8	Alessander Kerber	Doutorado em História (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos: Mestrando.	v. 1, n. 1, jan. - jun. 2002	Artigos	Carmen Miranda e as representações da Nação brasileira nos anos 30: a legitimação do nacionalismo	Carmen Miranda; representação; nação	135-147 (12)

Fonte: Revista Métis: História & Cultura. Elaboração Graziela M. Tonello.

Para que nenhum artigo fosse deixado de lado ou passasse desapercebido, foi feita conferência de forma manual, passando por todos os artigos de forma individual.

Uma vez que todos estes procedimentos foram realizados, o resultado obtido foi de 12 artigos que se encaixavam nos critérios estabelecidos previamente, com uma variabilidade de abrangência sobre a temática da imigração alemã, incluindo assuntos como biografia, literatura, escravidão, gênero, motim, educação, luteranismo, órfãos e identidade étnica.

As etapas de análise dos artigos se constituíram, primeiramente, pela leitura integral dos textos; na sequência seguida a análise de conteúdo, baseado no método de Bardin (2011) e a indexação de informações acerca dos trabalhos em um novo banco de dados que possibilitou novo exame dos resultados de forma a observar os aspectos metodológicos, de conteúdo, de temas, categorias escolhidas, de escrita. Com a síntese dos resultados se obteve o seguinte computo:

Quadro 1 - Resultados da revisão bibliográfica.

Autores	**Título**	**Palavras-chaves**	**Objetivos**
Haike Roselane Kleber da Silva	Biografando um imigrante: mas por que Jacob Aloys Friederichs?	Biografia. Imigração alemã. Germanidade.	Demonstrar a possibilidade e a validade de um estudo biográfico, tomando como foco a vida de Jacob Aloys Friederichs
Gerson Roberto Neumann	A temática da emigração alemã para o Brasil em obras de três autores da literatura alemã do século XIX: Amalia Schoppe, Friedrich Gerstäcker e Joseph Hörmeyer	Imigração alemã. Literatura alemã. Século XIX.	Trazer ao público autores e obras alemãs que tematizaram a emigração para o Brasil no século XIX.
Miquéias Henrique Mugge e Paulo Roberto Staudt Moreira	A fim de adquirir algum escravo, que possa aplicar ao serviço da lavoura nas terras que lhe foram destinadas: notas sobre imigração alemã e escravidão no Brasil meridional nos Oitocentos	Imigração alemã. Escravidão. Cativeiro. Legitimidade. Migrações.	Discutir as relações intrínsecas entre imigração alemã e escravidão na Província mais meridional do Império do Brasil.
Daniel Luciano Gevehr e Marlise Regina Meyrer	Um lugar para se pensar na mulher da imigração alemã: gênero e identidade nos museus de imigração do Sul do Brasil	Museu. Gênero. Identidade Étnica.	Discutir o processo de construção dos museus da imigração alemã no Rio Grande do Sul, tendo as questões da identidade étnica e de gênero.
Caroline von Mühlen	Sob o olhar dos viajantes: a colônia e o imigrante alemã no Rio Grande do Sul (século XIX)	Literatura de viajantes. Ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin. Cotidiano.	Observar como os imigrantes foram representados na literatura através de relatos e descrições do Rio Grande do Sul e dos alemães.
Patricia Bosenbecker	Colonos nos domínios do diretor Rheingantz: uma revolta no Sul do Brasil	Colonização privada. Imigrantes alemães. Motim.	Demonstrar a disputa por monopólios da comercialização da produção colonial entre imigrantes e empresários, como a revolta dos habitantes da Colônia São Leopoldo – RS contra o diretor Jacob Rheingantz.
Isabel Cristina Arendt e Marcos Antônio Witt	Estudo comparado: educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo (Brasil) e Valdivia (Chile)	Educação. Imigração. História Comparada.	Analisar a relação entre educação e imigração nas Colônias alemãs de São Leopoldo, Brasil, e Valdivia, Chile.
Roberto Radünz	O luteranismo no Brasil meridional no século	Colonização. Luteranismo. Sínodos.	Analisar a formação do sínodo luterano no Rio Grande

	XIX: da autonomia à institucionalização		do Sul.
Erneldo Schallenberger	Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política	Social-catolicismo. Cooperativismo. Anticomunismo.	Buscar na memória escrita a representação dos sujeitos sociais do social-catolicismo do Sul do Brasil, em torno de movimentos cotidianos dos teuto-brasileiros, entre as décadas de 20 e 30.
Charles Sidarta Machado Domingos e Tiago Maciel	Quando a última trincheira é o livro: a sociedade alemã durante o nazismo em "Terror e miséria no III Reich"	História da cultura. Nazismo. Bertolt Brecht.	Analisar a teoria que norteia a produção cultural desse artista, bem como o contexto histórico no qual ele viveu e produziu sua obra, percebendo como a sociedade alemã se organizou naquele período.
José Carlos da Silva Cardozo	A Sociedade Alemã de Beneficência e a proteção dos filhos órfãos no fim do século XIX	Órfãos. Estrangeiros. Juízo dos Órfãos.	Refletir sobre a atuação da Sociedade Alemã de Beneficência que intervinha na Justiça, com o objetivo de cuidar dos menores que necessitassem de um responsável adulto.
Adriana Konrad, Luiz Antônio Gloger Maroneze e Suzana Vielitz de Oliveira	O processo de revitalização do núcleo de casas enxaimel e a reconstrução étnico-cultural-alemã no Município de Ivoti – RS	História. Identidade étnica. Patrimônio histórico.	Esclarecer como a contribuição do projeto pôde influenciar na reconstrução da memória e na identificação dos cidadãos da comunidade.

Fonte: Revista Métis: História & Cultura.

Como parte da análise dos resultados, ao se considerar as temáticas, os temas de interesse maior estiveram associados a aspectos da história cultural, sendo: biografia, gênero, educação, cooperativismo, órfãos, patrimônio, identidade são as categorias mais presentes. Também há estudos sobre literatura, religiosidade e escravização. Nas palavras-chave o termo, imigração alemã, aparece em quatro artigos e imigração em um e imigrantes alemães em outro trabalho, assim como germanidade aparece apenas uma vez. Isto também pode ser reforçado pela variedade de temáticas nos artigos selecionados que apresentam diversas singularidades culturais e sociais da germanidade.

No que se refere a predominância dos sobrenomes de origem alemã entre os autores dos trabalhos analisados, não existem trabalhos acadêmicos que apontem a

correlação direta entre os dois fatores. Porém, eles podem estar intrinsecamente relacionados com a preservação da germanidade na região de imigração alemã, trazendo temáticas que abordem os aspectos culturais, econômicos e políticos deste período ainda na atualidade, uma vez que, os sobrenomes de origem alemã são predominantes entre os autores. Segundo Santos (2015, p. 338), que pesquisou sobre etno-história da germanidade e instituição da escola, relata que "Há indicadores contemporâneos que mostram a preservação social da germanidade", neste aspecto o autor se refere a instituição escolar, porém sabendo que a germanidade não abrange somente este espaço é possível notar que ela pode estar presente no aspecto de propagação entre autores de origem alemã.

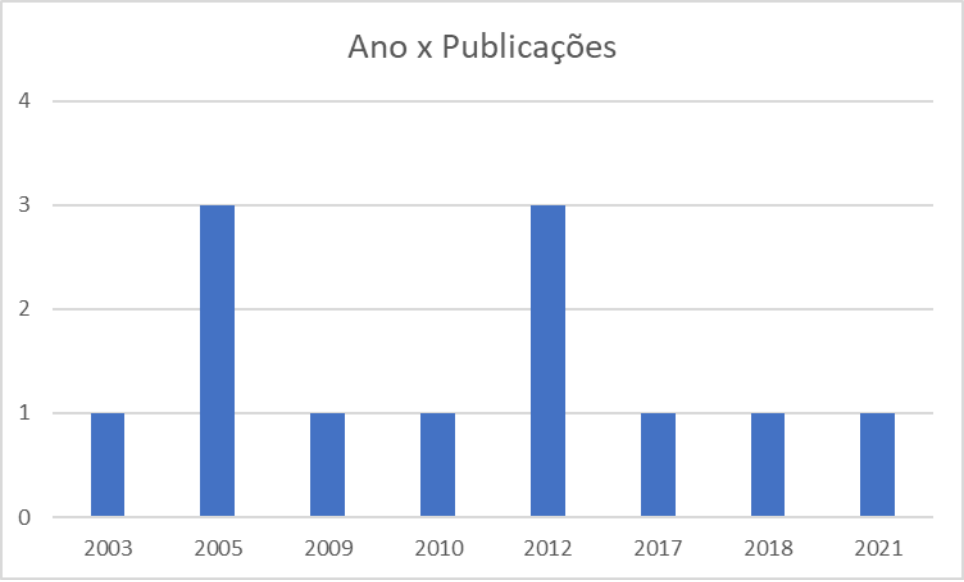
Quanto a questões relacionada ao gênero, a maioria foi escrita por homens, 11 autores e 7 com autoria feminina. A respeito da prevalência de autores homens nos trabalhos analisados, podemos fazer um paralelo com o próprio processo migratório, que foi amplamente marcado inicialmente por uma perspectiva masculina, relegando a mulher um espaço secundário e de coadjuvante. Mathias (2020, p. 2), em seu trabalho também discute sobre o papel de resistência e de conquista do espaço da mulher no cânone da história de imigração, estabelecendo que a voz das mulheres passa por dois eixos, um na esfera diegética no qual elas negociam a posição e a representação na produção dos sentidos, e a outra na esfera extra ficcional que precisam dominar os ditames discursivos para garantir que sua voz seja decodificada e recebida no contexto literário.

As palavras-chave demonstraram que os autores consideraram importante acentuar a literatura, de forma direta ou indireta, pois, dois dos artigos as possuem nos descritores, sendo um usando a palavra literatura e outro de forma indireta através da menção a Bertold Brecht. Isso mostra que a inserção de uma narrativa literária de viajantes e registros foram importantes para a compreensão dos processos migratórios e as repercussões culturais. Em seu trabalho Neumann (2019, p. 180), relata que esse tipo de narrativa é destacado como uma "literatura híbrida", unindo elementos de ficção e não-ficção, que proporciona uma visão íntima das experiências dos migrantes. Essa literatura é descrita como uma forma de "narratio vera", uma narrativa com a pretensão de veracidade, que vai além da simples ficção, sendo frequentemente utilizada para transmitir conhecimentos sobre diferentes culturas e espaços geográficos. Essa característica torna essas obras importantes para a análise em disciplinas como História, Sociologia e Antropologia (Neumann, 2019).

Outro elemento de destaque nos trabalhos analisados diz respeito a questão política que está relacionada de forma intrínseca. A produção de Witt (2008), concentra nos aspectos políticos da imigração alemã no Rio Grande do Sul no século XIX sua análise. Para o autor, os imigrantes e seus descendentes buscaram se inserir nas esferas de poder político local. Assim em um contexto no qual a participação política não era originalmente destinada a esses grupos, os imigrantes alemães, especialmente aqueles de maior destaque, utilizaram laços de parentesco, amizade e negócios para construir uma base política e conquistar espaços de influência. Essa inserção política ocorreu em um cenário de transição entre o Império e a República, com a imigração alemã desempenhando um papel crescente nas relações políticas regionais (Witt, 2008).

Compôs a análise sobre as publicações, a observância sobre em que períodos/ano ocorreram os maiores números de artigos acerca da imigração alemã na revista Métis: História&Cultura. Como demonstra o gráfico abaixo.

Tabela 1 – Relação entre ano de publicações pela quantidade de trabalhos publicados.



Fonte: Revista Métis: História & Cultura.

Ao observar os períodos de maior publicação, é notório que o maior volume de trabalhos não esteve relacionado com datas que relembram e refletem o processo de imigração alemã para o Brasil, pois 2005 e 2012 foram os anos contemplados com número maior de estudos. Porém se destaca que a produção acadêmica contínua sobre o tema jamais se esgota, dando novas possibilidades de estudos acerca do assunto da imigração como um todo.

Considerações Finais

Os estudos históricos realizados a partir da perspectiva da história cultural (Burke, 2008) têm se beneficiado de ampla gama de fontes para explorar temas variados e complexos. Neste contexto, o presente trabalho utilizou como principal fonte a revista Métis: História & Cultura, uma publicação vinculada ao curso de graduação e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Caxias do Sul. A revista, que teve seu primeiro número lançado em 2002 e o mais recente em 2024, tem desempenhado um papel significativo na disseminação de pesquisas históricas e na construção de um importante acervo de conhecimento acadêmico.

Ao longo de 22 anos de existência, foram publicados aproximadamente 43 números até o presente momento, oferecendo artigos, dossiês e resenhas sobre temas históricos diversos, com destaque para 12 trabalhos que referenciam diretamente a imigração alemã no Brasil. Esses estudos abarcaram categorias como processos migratórios, manifestações culturais (literatura, religiosidade, práticas associativistas), biografias, entidades sociais, e até mesmo temas delicados como o nazismo.

A continuidade da revista Métis ao longo de mais de duas décadas não apenas fortalece seu papel como um repositório valioso de conhecimento histórico, mas também proporciona uma rica fonte de materiais para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. A revista é amplamente utilizada em aulas de graduação e pós-graduação, e seu conteúdo oferece potencial para adaptações que podem enriquecer o ensino na educação básica. Além disso, ao proporcionar um espaço de divulgação para historiadores e pesquisadores das ciências humanas, a Métis fomenta a circulação e a socialização do saber acadêmico.

Quanto ao foco deste estudo, a imigração alemã, é possível observar que, apesar do número relativamente modesto de trabalhos publicados sobre o tema, ele se mantém constante na pauta da revista, mesmo fora de datas comemorativas, como os 190 anos da imigração alemã no Brasil. Isso demonstra a relevância contínua do assunto na historiografia regional e nacional, reafirmando a importância da imigração alemã como um tema recorrente e essencial para a compreensão dos processos culturais e sociais no Brasil. Atenta ainda, para que mais trabalhos sobre o tema sejam publicados na revista.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?.** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MATHIAS, Dionei. Imigração e resistência. **Rev. Estud. Fem**. 28 (1), 2020.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol** : anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - Século XIX). 2008. 428 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NEUMANN, G. R. Literatura, narrativas e migrações. Reflexões e perspectivas. **Revista História: Debates e Tendências**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 179-189, 2019. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/9424. Acesso em: 6 out. 2024.

NÓVOA, Antonio. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: BASTOS, Maria Helena Camara; CATANI, Denise Barbara. **Educação em revista***:* a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

PIASSINI, Carlos Eduardo. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul e cidadania***: naturalização e participação política, 1824-1889.* 2021. 375 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional (1897-1997)**. Caxias do Sul: EDUCS. 2004.

REVISTA CHRONOS - "TEMPO CRONISTA" DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL Eliana Gasparini Xerri – UCS.

RIO GRANDE DE SÃO PEDRO. **História do Rio Grande de São Pedro**. Disponível em: <https://historia-do-rio-grande-do-sul.webnode.page/download-pdf/>. Acesso em: 6 out. 2024.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Zeitgeist ou espírito alemão: etno-história de germanidade e instituição da escola em Santa Catarina. **Educ. Pesqui**., São Paulo, v. 41, n. 02, p. 325-340, abr./jun. 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ESTÂNCIA VELHA, SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DURANTE A OCUPAÇÃO COLONIAL NO SÉCULO XIX. SÃO LEOPOLDO, RS

Doris Rejane Fernandes

O espaço conhecido no século XIX como Estância Velha compunha o território da Colônia e, posteriormente, Município de São Leopoldo na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Essa área da Estância Velha possui cursos de água afluentes de rios maiores como o dos Sinos e do Caí/Cadeia. No entorno se localizam as áreas da Costa da Serra, do Bom Jardim, do Portão, de Hortênsio e da Feitoria Velha.

Esse recorte espacial faz parte do estudo de construção da fronteira brasileira no sul, fundamentado em José de Souza Martins[174], sendo continuidade das pesquisas realizadas sobre o Padre Eterno e o Mundo Novo, áreas contínuas a São Leopoldo. O objetivo desse artigo é mapear, interpretar e analisar a ocupação desse espaço verificando o avanço para o oeste e norte do Rio Grande do Sul partindo de São Leopoldo e as decorrências desse mister. A fonte documental encontra-se no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul: o Livro Tombo da Ex-Colônia de São Leopoldo. Nele estão relacionadas as posses de terras com solicitação de legitimação da mesma.

Para apresentar as observações iniciais faço um breve relato dos pressupostos teóricos que permeiam a abordagem. Disserto sobre os dados coletados, partindo das categorias da fronteira, expondo as considerações preliminares dessa pesquisa.

Fronteira, fronteiras

Fronteira é um termo amplo. Em outros trabalhos, a discussão sobre a categoria fronteira foi amplamente esmiuçada. José de Souza Martins (1986,1997) com sua abordagem sociológica permite a compreensão da ocupação e construção desse espaço espanhol em português brasileiro.

A fronteira, como parte do movimento de expansão territorial, possui duas faces: uma, a frente de expansão e a outra, a frente pioneira. A frente de expansão é essencialmente um mundo criado pelo modo como se dá a inserção dos trabalhadores rurais, que produzem diretamente seus meios de vida (MARTINS, 1997, p. 186). Nesse mundo, a dimensão econômica é secundária. A frente de expansão não se move somente por deslocamentos demográficos, mas por características próprias da agricultura de roça, da criação e do extrativismo. A

aceleração ou o fechamento da frente de expansão é uma decorrência da invasão de terras camponesas por grileiros, especuladores, grandes proprietários e empresas (Martins, 1986, p. 175). Na frente de expansão, os direitos estão assegurados pela herança do regime sesmarial: vivem a concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho, para obter o reconhecimento de direito a ela. É a concepção de que o trabalho gera o direito de propriedade, bem como a de domínio separado da posse. O vocabulário e o imaginário monárquicos predominam junto à população pobre. Ocorre a expansão das relações mercantis e o predomínio da posse efetiva ou o aforamento da terra. Na frente de expansão há uma diversidade de personagens, de atividades econômicas e de relações sociais específicas, possuindo, no entanto, maior proximidade às relações servis de trabalho. Nessa frente, predominam os valores sociais, as crenças e o imaginário na formação, definição e sustentação dos vínculos sociais, bem como a ocorrência de movimentos milenares camponeses e o reavivamento entre civilizados, com concepções arquetípicas, de origem medieval (Martins, 1997). É a recriação das concepções alteradas, no lugar original, na terra nova.

A frente pioneira é a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social; é onde se cria o novo, a nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. Na frente pioneira, o capital está presente na produção, se torna proprietário da terra e se apossa do território como se fosse seu. A terra se transforma em mercadoria e, consequentemente, em renda capitalizada, fator indicado pela proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários. Assim, o mercado se constitui na mediação essencial ao processo de ocupação do território. O pioneiro é o empreendedor (Martins, 1997). A racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas são visíveis em todos os lugares e momentos.

A construção da fronteira com contatos, trocas e sociabilidades se faz através de frentes: a frente de expansão e a pioneira. As fontes documentais utilizadas permitem traçar a passagem da frente de expansão para a frente pioneira a luz da Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854.

Os dados do Livro Tombo

A forma de ser proprietário no Brasil do século XIX com o projeto colonial imigratório foi com a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854. Da aplicação do Regulamento resulta o Livro Tombo da Ex-Colônia de São Leopoldo. Identifiquei dados

que se referem a passagem da frente de expansão para a frente pioneira. Os colonos do governo, herdeiros e negociantes de terras ao declarar seu(s) terreno(s) deixam informações sobre o histórico das terras, o tipo de documentação e de informantes, a forma de aquisição, a datação da chegada ao espaço indicado e da documentação; o primeiro possuidor e as transferências mapeadas, número de herdeiros, valores da terra em mil réis, da extensão dos lotes e das peculiaridades que os dados listados apresentam. No Livro 1º do Tombo da ex-colônia de São Leopoldo – Terras Públicas recortei os registros dos prazos (lotes territoriais) da localidade conhecida como Estância Velha. O critério de escolha para esse recorte é a falta de estudos desse recorte espacial que compõe o município de São Leopoldo elevado/emancipado em 1846.

Os dados foram observados e destacados dos 142 registros de prazos do 1º Livro Tombo de São Leopoldo. Esses dados elencados caracterizam o que Martins (1997) aponta como a frente pioneira. A frente de expansão está mesclada com a pioneira com as grandes áreas dos lotes, com a presença de militares com posses entre os colonos do governo, com a presença de brasileiros negociando terras. Os conflitos estão indicados nas negociações e pedidos de medição com resultados diferentes ao declarado. O levantamento parte com a documentação apresentada, a forma de aquisição, histórico, possuidores, colonos do governo, nacionais. O registro pode conter mais de um terreno, ou seja, mais de um prazo e não apenas os 142 registros.

Os possuidores apresentaram documentos variados: com escritura são 55,73%, sendo 44,78%, pública e 10,95%, particular. Há 2,90% dos declarantes que não apresentaram documentos; 6,90% não possuem informações; 5,30% tiveram informações de escrivão; 22,80 são colonos do governo; e 6,45% formas variadas de documentação (inventário, ratificação, hasta pública, perda de documentos). A forma de aquisição das posses está registrada como: colono do governo, 21,08%; por compra e venda 41,08%; por doação, 2,7%; por herança, 24,32%; por troca, 4,86%; por sobra 1,62%; por várias formas 4,34%.

As datas declaradas pelos colonos como a de chegada, geralmente de imigrantes, estão expressas como colonos do governo: em 1825 – 43,75%; 1826 – 27,09%; 1827 – 20,84%; 1829 – 4,16%; 1832 – 2,08%. Em 1823, isto é, antes da colonização com imigração estrangeira iniciar como projeto imperial, localizo 2,08% de colono estrangeiro no local da Estância Velha. Portanto, entre 1825 e 1827 se estabeleceram 52,68% dos colonos do governo na Estância Velha. A datação das escrituras declaradas no 1º Livro Tombo da Ex-Colônia de São Leopoldo foram divididas em 5 faixas:

1) entre 1831 – 1840: com 4,45%;

2) 1841 – 1850: com 9,63%;

3) entre 1851 – 1860: com 41,49%;

4) entre1861 – 1870: 35,59%;

5) sem data: 8,88%.

O período entre 1851 e 1870 (duas faixas) são os de maior registro público ou privado de terras foram efetuados.

No histórico das posses 42,75% declarantes ignoram o 1º possuidor e/ou transferências; 43,51% apresentam o histórico da posse; 8,39% não tem registro sobre esse quesito; 0,76% deixaram em branco (iniciaram a escrita, mas não colocaram a informação) e 4,58% não declararam nenhuma informação sobre o histórico (possuidores e transferências e como chegou até a anterior posse). Quanto ao número de possuidores, 20% se declaram colonos do governo que sempre tiveram a posse no mesmo lugar e 80% desses colonos afirmam viver com a família e não houve alteração na posse.

Os títulos registrados, que apresentam um histórico com vários possuidores e transferências, abarcam um perfil de um possuidor até 9 possuidores numa mesma posse: 1 possuidor, 5,73%; 2 possuidores, 40,99%; 3 possuidores, 24,59%; 4 possuidores, 12,29%; 5 possuidores, 6,55; 6 possuidores, 1,63%; 7 possuidores, 5,73%; 9 possuidores, 0,81%. A predominância nas transferências e/ou possuidores registrados no Livro Tombo para Estância Velha está entre 2 e 4 transferências. As posses enfrentam o parcelamento com a sucessão de herdeiros. O levantamento, realizado nas mesmas fontes, revelam que: 2 herdeiros representam 13,33%, 3 herdeiros – 8,88%; 4 herdeiros – 20,05%; 5 herdeiros – 17,77%; 6 herdeiros – 15,55%; 7 herdeiros – 8,88%; 8 herdeiros – 2,22%; 9 herdeiros – 6,66%; 10 herdeiros – 2,22%; 16 herdeiros – 2,22%; 17 herdeiros – 2,22%. A quantidade de herdeiros mais crítica porque parcela o solo de uma forma que não permitia a sobrevivência das grandes famílias. Essas vendem cada um seu quinhão para um único herdeiro ou outro comprador e com o valor se encaminham para troca de área, comprando em áreas mais afastadas, maiores e mais baratas e que permitiram o estabelecimento de famílias maiores ou das recém formadas. Há muitas vendas de quinhões (pequenas vendas). Utilizam o termo quinhão para indicar as parcelas de terreno da partilha, geralmente pequenas.

Na Estância Velha, os colonos de governo (imigrantes de falas alemãs) recebiam pelo menos 160 braças quadradas. O registro, com menor área, contém 3 mil, 475 braças quadradas; o de maior área corresponde a 686 mil e 800 braças quadradas. Utilizam a

medida de colônia que equivale a 144 mil braças quadradas; ou meia colônia (72:000 br2) ou uma colônia e meia (216:000 braças quadradas). No Livro Tombo, utilizando como critério a quantidade de braças, listo as seguintes faixas: até 20 braças quadradas, 15 prazos; entre 20 a 100 braças quadradas, 33 prazos; entre 101 a 150 braças quadradas, 11 prazos; 151 a 250 braças quadradas, 35 prazos; 251 a 300 braças quadradas, 6 prazos; 301 a 500 braças quadradas, 6 prazos; e acima de 500 braças quadradas, 3 prazos. A extensão mais encontrada nos registros está nas quatro primeiras faixas, equivalendo a 94 prazos com até 250 braças quadradas. As áreas maiores estão na faixa de 301 a mais de 500 braças quadradas, representando 8,6% das áreas; enquanto as menores, até 150 braças quadradas perfazem 54,12%.

O valor dos prazos/terrenos, quando envolvidos em compra e venda se enquadram nas seguintes faixas: 1) abaixo de R 200$000: 33,95%; 2) entre R 201$000 e R 800$000: 50,45%; 3) entre R 801$000 e R 1:000$000: 7,35%; 4) acima de R 1:000$000: 8,25%. Os valores mais baixos correspondem aos quinhões das partilhas, quando a área possui grande número de herdeiros. Exemplificando esse caso, um prazo com 160:000 braças quadradas foi dividido entre 14 herdeiros: aproximadamente 11:42 braças quadradas para cada um. Como solução para área pequena, os herdeiros encaminham o terreno para a venda.

Mapa da Colônia de São Leopoldo – Século XIX



Fonte:https://ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_6/images/Primeira_Divisao_SLeo.JPG

Peculiaridades

Nesse levantamento do Livro Tombo, correspondendo a Estância Velha, encontram-se algumas peculiaridades que destaco a seguir. A primeira é uma compra realizada em Hasta Pública, onde o colono Jacob Wassum arremata o prazo com 386:000 braças quadradas, pertencente a falecida Maria Angélica Coelho, pelo valor de R 1:045$000 (um conto e quarenta e cinco mil réis) arrematada em 28 de maio de 1869. A Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento de 1854 prevê a venda em praça pública de áreas sem parcelamento. Dessa forma, mantinham-se as terras concentradas entre alguns, os de melhores condições financeiras e de investimento. A compra em praça pública ocorreu em outro momento, em 1842, quando João Pedro Schmidt arrematou a Fazenda Padre Eterno, divisa com a Colônia de São Leopoldo e as sesmarias (Fernandes, 1998, 2004). Dessa forma a área da colonização com imigração foi ampliada. A pequena propriedade com mão de obra familiar ocupa os espaços e moderniza o trabalho no Brasil do século XIX.

A presença de oficiais de ascendência lusa e de um doutor (até o momento, sem identificação: advogado ou médico) é uma indicação de uma possível burocracia.

As trocas são outra opção para adequação aos interesses dos possuidores: área do Bom Jardim, do Padre Eterno, do Herval, da Estância Velha, do rio dos Sinos, da Feitoria Velha são trocadas para ampliar a área de maior interesse do possuidor.

No prazo 36, o colono João Pedro Schmitt possui 40:000 braças quadradas em decorrência da compra com escrituras particulares de três vendedores com valores diferentes: dos Mergnener por R 60$000, de Kusch por Rs 100$000 e dos Orsi por Rs 200$000. As quarenta braças custaram Rs 360$000. O prazo 52, Jacob Schneider possui 466:000 braças quadradas na Estância Velha adquirida por compra dos oito herdeiros de Adão Schneider, sendo Jacob o oitavo. Jacob Schneider compra de seus irmãos e cunhados. Apenas a irmã Carolina não vende seu quinhão. Jacob compra cada quinhão por valores diferentes sem explicar os critérios de valorização. O registro de compra e venda foi através de escrituras particulares datas em momentos diferentes, entre 1853 e 1855, perfazendo a soma de Rs 1:186$000 (um conto e cento e oitenta e seis mil réis). Jacob fica com a maior parte da colônia familiar. E continua a adquirir outras áreas como as terras de Francisco e Catharina Richter por Rs 400$000; e para completar efetuou a compra de terras de Henrique Koelsch pelo valor de Rs 400$000. Portanto, esse

declarante do prazo 52 é possuidor por herança e compras. O prazo 64 apresenta o histórico da área onde Jacob Befs declara ter ¾ das terras, sendo ½ por compras, ¼ de herança e doação dos pais. Valentim Ebling declara três prazos que formam um, sendo que a área total não está definida, pois o prazo 93 não possui área. Somando-se as áreas com área declarada há mais de 324:421 braças quadradas registradas por escritura, sendo duas públicas e uma particular.

Entre as peculiaridades das informações do 1º Livro Tombo, ocorre com o prazo 79, que com 41:020 braças quadradas é considerado sem domínio particular por não ter conhecimento do possuidor. Um lote vazio em meio ao loteamento ocupado.

Nos prazos 84 e 92, Adolpho Nabinger procedeu a medição. Constatou-se que faltava área por direito, recebendo a integração do não constante e com o restante por compra, formou o prazo 92. Catharina Back, filha de colono do governo, comprou as partes aos herdeiros com escrituras públicas e particulares. No entanto, ao proceder a medição faltou terra, sendo comunicado pelo Comissário Especial, a integração de 80:000 braças quadradas. Catharina ficou com o prazo 96 por herança e compra e o prazo 110 por integração ao primeiro. O prazo 110 foi posteriormente questionado junto a Comissão Especial e retirado de Catharina.

Adolpho Nabinger possuía os prazos 106 até 111 como área ocupada e excedente indicada pela medição: prazo 106 – 14:322 br2; prazo 107 – 22:100 br2; prazo 108 – 23:984 br2; prazo 109 – 8:000 br2; prazo 110 – 8:400 br2; prazo 111 – 4:049 br2. Esses prazos somados resultam em 80:855 braças quadradas.

> Facultando porém as Instruções porque se rege esta Comissão ao Colono residente a compra de sobras de preferência a outro qualquer que estejam anexas as suas terras pagando ao Estado o mesmo colono a respectiva importância, requereu Nabinger ao Governo para lhe conceder essa graça o que sendo lhe permitido deu lugar a que pela compra das sobras ficasse de posse dos Prazos acima indicado. (1º Livro Tombo da Ex-Colônia de São Leopoldo, prazos 106 a 111, AHRS, C-351).

Felippe Henrique Ebelling, chegou em 27 de fevereiro de 1826 e como colono do governo estabeleceu-se com a família.

> ...e querendo extremar o seu domínio territorial, requereu e procedeu perante o Juiz Comissário a medição das terras concedidas, o que teve lugar em 1861, e julgada a dita medição por sentença à 18 de janeiro de 1862; e ficou por esta

> Comissão designado o terreno concedido pelo Governo... (1º Livro Tombo da Ex-Colônia de São Leopoldo, prazo 87 e 105, AHRS, C-351).

A declaração constante na solicitação de Ebelling é um indicador não só do encaminhamento legal, mas também da não demarcação imediata das terras do loteamento para o qual foram encaminhados colonos. O prazo 87 refere-se ao terreno doado pelo governo por sua condição de colono e o 105, foi adquirido por compra do casal Jorge e Luisa Bopp pelo valor de Rs 700$000.

Os prazos 113, 114 e 115 encontram-se da mesma forma em questionamento. Os prazos 113 e 115 pertencentes a João Borckart são resultado de medição indicadora de falta de terreno por direito como colono. Borckart recebeu por herança de colono do governo e por compra com escritura pública. A área herdada não estava completa ao que tinha direito pela medição realizada. O Comissário Especial deu título de integração ao prazo 113. O prazo 114 de Guilherme Wassum tinha superfície completa não tendo direito à integração.

O prazo 58 pertencente ao Dr. Antonio Pereira Prestes e sua mulher Luisa Prestes foram compradas ao governo. Segundo declaração não faziam parte das terras da ex-Colônia de São Leopoldo. No prazo 68, Carlos Vilck comprou parte de terras de Pereira Prestes; o prazo 72, Nabinger compra terras que compõe o terreno, o mesmo declarado no prazo 65. O prazo 91 apresenta O Dr. Antonio Pereira Prestes como comprador de terras do governo e não inventariadas por não fazer parte do território da ex-Colônia de São Leopoldo. Pereira Preste é um especulador fundiário? Há na Estância Velha sete prazos a ele e sua esposa pertencentes por compra de sobras do Governo.

O prazo 81 apresenta um caso que foge ao exposto até o momento. O prazo pertence a Francisco Harbstrith e sua mulher Catharina Harbstrith que tem uma dívida de Rs 4:870$180 para firma Born & Engel. O casal procura vender o prazo, mas como não conseguem o valor necessário para o pagamento da dívida, entrega o terreno e a empresa dá quitação completa da dívida.

O prazo 95, João Koeche comprou as terras mas não efetuou o pagamento no período combinado. O vendedor retirou as terras passadas por escritura datada em 24 de março de 1862. Quando Koeche “apresentou as respectivas quantias”, após três anos, foi lavrada a segunda escritura com data em 9 de janeiro de 1865.

Considerações

O exercício elementar de análise da documentação sobre a Estância Velha vem confirmando a construção da fronteira através de frentes.

Para registro dos prazos o colono passava por uma sequência iniciada com a apresentação da documentação, de informações, da medição e devido encaminhamento. Por ocasião da regularização / legalização dos prazos procedia a informação dos falecimentos, das compras e vendas, da forma de ocupação territorial. Conjunto as informações havia a declaração de cultura efetiva, que a terra estava ocupada, habitada e cultivada; ou com cultura efetiva e morada habitual; colono do governo, cultiva e reside com a família; ocupa a terra na companhia dos filhos há mais de 25, 30 anos; posse sem contestação alguma. Essa forma de averbação reforçava a posse dando veracidade como indicando a ocupação.

Essa caracterização do loteamento da Estância Velha insere São Leopoldo na modernização pela qual o Brasil Império vivenciava. A posse da terra passou a ser legalizada para transformação em propriedade. A terra era uma mercadoria cobiçada e digna de investimento. Essa realidade era a da frente pioneira que se estabelecia.

O recorte espacial apresenta dados indicadores da construção da fronteira se adequando a legislação vigente e a semelhança com outros espaços. A pequena propriedade, a mão de obra livre e familiar, a policultura e a propriedade da terra por doação, herança, compra e venda faziam parte das características do avanço da frente pioneira. A fronteira avança pela área colonial e no Rio Grande do Sul, o branqueamento da população se agiliza e a reserva de soldados para a defesa do território sulino estava de certa forma garantida. O fato de novas áreas como as indicadas no mapa, do movimento dos colonos para outros lugares como a Picada do Hortênsio, Costa da Serra indicam o fechamento da fronteira em Estância Velha. Continuo a mapear esse avanço fundiário, de uso e ocupação do solo, utilizando os Livros Tombo de São Leopoldo.

Referências

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC/Programa de Pós-graduação/ Departamanto de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1997.

MORÉ, Jean Charles. **De la colonisation dans la province de St. Pierre de Rio-Grande do Sul 1859. Brésil.** Hambourg: Imprimerie de Lanchoff, 1868.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Pelas "bandas d'além"(Fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região policultora – 1808-1888)**. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1989.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX.** Campinas, SP: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Terra, nação e tradições inventadas (Uma outra abordagem sobre a Lei de Terras de 1850). In: MENDONÇA, Sonia et MOTTA, Márcia M. M. (orgs). **Nação e poder: as dimensões da História.** Niterói: EdUFF, 1998, p. 81-92.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. Fronteiras em disputa: conflito e delimitação territorial na Segunda metade do século XIX. In: **História: Fronteiras**, XX Simpósio Nacional da ANPUH, Florianópolis: ANPUH/Humanitas/FFLCH/USP, 1999, v.2, p. 647-655.

HERMANN VON IHERING E OS CAMINHOS DA COLÔNIA DO MUNDO NOVO: 200 ANOS DE IMIGRAÇÃO, HISTÓRIA NATURAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E RESISTÊNCIA AO APAGAMENTO DA PAISAGEM CULTURAL DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO ALTO VALE DO RIO DO SINOS-RS

João André Pinto da Silva
Júlio Deuner Konrath

Introdução

> Meio século depois de John Muir dar os primeiros passos que desencadeou o movimento mundial pela conservação da natureza e resultou na visionária e controvertida ideia de criação do primeiro Sistema de Parques Nacionais nos EUA (1916), não somente como reservas privadas de caça de lazer e deleite das cortes e da aristocracia, mas como espaços públicos para a cidadania a serem compartilhados com visitantes do mundo todo, essas áreas protegidas assumiram o alto propósito de preservar a natureza — geologia, fauna e flora nativas, processos ecológicos, águas de fluxo livre — não apenas como maravilhas cênicas, mas como tesouros da complexidade viva da Terra. (...) Hoje eles nos encantam, ensinam, inspiram curiosidade e temor ao mesmo tempo, e ajudam a imaginar como era a paisagem nacional e suas criaturas residentes antes das ferrovias, automóveis e cidades. E se nossa determinação e nossa melhor sabedoria prevalecerem levarão isso para as futuras gerações (Quamen, 2016, [s.p])

A história do Brasil é a história da devastação da Mata Atlântica e as pressões crescentes do aumento das cidades, da demanda por energia e recursos e da poluição põem em risco as tentativas de preservá-la. Este extenso bioma cobria originalmente cerca de 1.306.42 Km^2 antes de 1500 e hoje abrange entre 8-12% do território brasileiro conforme diferentes metodologias empregadas para o seu monitoramento, apesar da sua enorme fragmentação e tímida recuperação, trata-se do bioma de maior biodiversidade do planeta, por isso é considerado patrimônio da humanidade pela UNESCO e o único bioma brasileiro protegido por uma lei nacional, a Lei no. 11.428/2006 .

A Mata Atlântica é a mais extensa floresta tropical do mundo, que abrange um complexo conjunto de formações florestais e não-florestais que se estende por 17 Estados brasileiros, onde vivem 261 espécies de mamíferos, 1020 de pássaros, 197 espécies de répteis, 340 de anfíbios, 350 de peixes e cerca de 20 mil espécies vegetais, muitas das quais são endêmicas, só existem aqui, e hoje estão seriamente ameaçadas de extinção. Ela ocupa um papel importante na manutenção dos recursos hídricos disponíveis dos principais estados brasileiros, abrangendo sete das nove maiores bacias hidrográficas do país. Possuindo assim, uma grande importância do ponto vista econômico, visto que cerca de 150 milhões de pessoas vivem nessa região. Infelizmente, a magnitude dos seus

recursos também contribui para que este seja o conjunto de ecossistemas mais devastado e explorada desde a época da colonização pela extração do Pau-Brasil e, depois pelo cultivo de monoculturas como café e cana de açúcar (Dean, 1994, p. 19-38).

Mesmo assim, apesar desses dados alarmantes, a história mostra que é possível recuperar o que perdemos. Em 1862, ao passar uma grave crise de escassez hídrica, o Imperador Dom Pedro II (patrono das ciências, das artes visuais e dos parques no Brasil) ordenou a recuperação da Mata Atlântica que havia sido degradada por 160 engenhos e lavouras de café existentes no entorno da cidade do Rio de Janeiro e ameaçava o abastecimento público de água. Através do replantio de árvores típicas foi recuperado o que hoje é a Floresta da Tijuca, -- a maior floresta urbana do mundo com 3.300 hectares.

Visto que essa floresta contribui para um alto índice de área verde por habitante (IAVH) e cada árvore adulta purifica o ar necessário para 10 pessoas, sua conservação se reflete não somente na saúde pública, mas também na minimização do aquecimento global e dos efeitos das mudanças climáticas decorrentes do excesso de carbono na atmosfera. Além disso, a manutenção da cobertura vegetal de nascentes e a proteção de habitats para fauna e flora silvestres, contribuem para a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável de ecossistemas peri-urbanos agrícolas, e a segurança hídrica da região mais populosa do Brasil.

Considerado patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988 e o primeiro bioma a ser objeto da tutela de uma lei de proteção ambiental específica, a história do Brasil e a história da conservação da natureza se confundem. História essa, publicizada na exposição "Photoausstellung" (Konrath; Stumpf, 2017), que contém imagens históricas e atuais do patrimônio material e imaterial da Mata Atlântica e de agricultores tradicionais remanescentes de colonos imigrantes alemães no alto Vale do Rio Dos Sinos, negligenciado pelo modelo econômico monocultural exportador vigente.

Este trabalho objetiva demarcar a importância do legad germânico para edificação da História da ciência e da Conservação da natureza no Brasil no Século XIX, registrada nos passos de Hermann von Ihering na "Colônia do Mundo Novo" (ex-distrito de Taquara, 1890). E divulgar o futuro "Eco Museu da colonização da Mata Atlântica no alto vale do Rio Dos Sinos-RPPN Capim-limão", inserido na Reserva da Biosfera do Morro Ferrabrás (Rio Grande do Sul, 1992; Sapiranga, 2016) e integrante da Rede Brasileira de Trilhas (MMA/MTur, 2018), cujo passo inicial deu-se por ocasião do "Wanderung Bicentenário da Imigração Alemã-RS", no dia 20 de Julho de 2024.

No Brasil, a partir da segunda década do séc. XXI nota-se um crescente interesse pela busca e visitação de áreas protegidas, evidenciadas por diferentes estudos. De acordo com um estudo sobre as contribuições do turismo em Unidades de Conservação-UCs, para cada R$ 1,00 investido em UCs retornam R$ 15,00 (valores desatualizados) para as economias locais e mais de 900 milhões em impostos para o país (Medeiros; Young, 2011, p 113).

Recentemente percebe-se uma notável contribuição da Rede Brasileira de Trilhas de longo curso (RBT), instituída com intuito de conectar pessoas e paisagens de diferentes unidades de conservação da natureza existentes no país, por meio do turismo ecológico, da recreação ambiental e a conservação comunitária, para a gestão compartilhada das UCs preconizada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

As trilhas são uma ferramenta de aproximação da população com o meio natural e uso público de áreas protegidas, tanto para fins de lazer, bem-estar, contemplação da natureza ou educação ambiental. A bioeconomia resultante da integração virtuosa entre a agricultura e o turismo sustentável representa um grande potencial para compatibilizar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento econômico regional.

A estruturação de uma Rede Brasileira de Trilhas de longo curso – RBT, resultante de uma ação conjunta inédita entre os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo (Brasil, 2018-a) destinada a promover a visitação de UCs brasileiras por meio de caminhadas autoguiadas, atestam a sua crescente visibilidade. A implantação da RBT por meio dos seus seis eixos regionais, apontou um avanço de 350 km de trilhas implantadas em 2016 para 1.900 km em 2018 (De Omena e Bregolin, 2020, p.10),. Atualmente esse número já se aproxima 10.000 km, que traduzem o sucesso da RBT alçando com o Prêmio Responsivle Tourism Awards /2023, atribui-se à crescente demanda de contato com a natureza, o elevado número de voluntários envolvidos, a aceitação das trilhas de longo curso como um novo produto turístico e a aproximação entre gestores de UCs das três esferas governamentais.

No ano e mês em que celebramos o Bicentenário da Imigração e Colonização Alemã (124-2024) no Rio Grande do Sul, esta comunicação científica vem alertar para as riquezas naturais e culturais erodidas pela urbanização desordenada e o apagamento da história cultural da paisagem ato-montana do Vale do Rio dos Sinos nos últimos 200 anos, quando nossa outrora rica biodiversidade era exportada para os museus de Stuttgart e Londres, a fim de ser estudada pelos pioneiros do nascente campo da Ecologia no final do Séc. XIX, como o ilustre Dr. Hermann von Ihering.

Vem também relembrar a conquista histórica de obstinados cidadãos pela conservação do que restou da antiga região colonial ao Norte do município, que culminou na criação da ARIE do Morro Ferrabrás (5.861,0 ha), durante o episódio do EIA/RIMA da L.T. 525Kv da Eletrosul – Trecho Guaíba a Capivari do Sul, localizada a menos de 100 Km da capital do RS, na extremidade de uma desabitada cordilheira, considerada como área prioritária para conservação da biodiversidade da Mata Atlântica estabelecida pela Portaria 009MMA/2007 complementar ao Decreto 5.758/2006 do Plano Estratégico Nacioal de Áreas Protegidas. E, infelizmente até hoje recebeu pífios investimentos na sua infraestrutura de gestão, enquanto continuamos a assistir o avanço de parcelamentos irregulares do solo, desmatamentos de APPs e supressão de nascentes e banhados.

Passado o susto do EIA/RIMA das Linhas de Alta Tensão da Eletrosul em Sapiranga (LT 525 Kv-Capivari do Sul – Guaíba III), que motivou a campanha vitoriosa em favor da aprovação do projeto de lei que culminou na instituição da Área de Relevante Interesse do Morro Ferrabrás -ARIE (Sapiranga, 2016), seguiu-se a precipitação da revolução digital na esteira do grande flagelo da Pandemia Covid-2019 e o desmonte da tutela ambiental estatal e precarização da participação social no processo de licenciamento ambiental.

Hoje esse importante patrimônio nacional encontra-se novamente ameaçado por novos processos de licenciamento espúrios, agora sem a exigência de audiências públicas! Outra evidência eloquente da fragilização da gestão ambiental publica, foi a retificação do traçado original da Área de RIE do Morro Ferrabrás que reduziu a sua zona de proteção integral por força de Lei Complementar no. 6.153/2017 aprovada em sessão virtual com quórum de 45 participantes, ao arrepio de mais de 5.000 assinantes da petição pública em favor da sua criação, entregue na audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Municipais-ALRS e Câmara de Vereadores de Sapiranga, no dia 9 de maio de 2016.

Já na renovação de Licença de Instalação (SEMA RS, 2018) de cinco novas linhas de transmissão de energia sem necessidade de audiência pública, referente ao denominado PROJETO PAMPA, vencedor do leilão do lote 13 do da ANEEL arrematado em 2017 pela Sterlite Energia/Cymi construções, nota-se que o "novo traçado" da linha de trasmissão deslocado poucas centenas de metros ao Norte é muito semelhante ao traçado anterior da LT525Kv Capivari do Sul a Guaíba III desautorizado na consulta pública da licença prévia FEPAM n. 000357-67.15-1, realizada no dia 10 de maio de 2016 em Sapiranga-RS. E continua incidindo diretamente na zona núcleo de proteção integral da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) conexa `a ARIE do Morro Ferrabrás,

conforme verifica-se nos anexos do processo, representado um risco iminente de disrupção deste corredor ecológicos. Diante de tais circunstâncias convém advogar o direito à paisagem cultural, entendida como:

> (...) toda porção peculiar do território nacional representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, como uma premissa da digna qualidade de vida da população que constitui direito de todos, cuja garantia por parte dos entes públicos e privados, faz-se necessária em todas as intervenções no território (ABAP, 2010, p.7).

Desenvolvimento

Não é a intenção desta comunicação científica aprofundar-se na história das políticas de proteção e restauração deste bioma, tampouco tem a pretensão de trazer uma contribuição original para o avançado da história ambiental das migrações, apenas dar a saber oque/como? uma área protegida e uma trilha de longo curso podem ajudar a contar a história da paisagem cultural de uma antiga região de colonização alemã do Rio Grande do Sul, que resiste contra o apagamento da globalização homogeneizante. Para tanto, empregou uma abordagem híbrida, situada numa zona de fronteira dos estudos da História natural, Gestão ambiental e o Turismo de natureza, materializada em forma de uma análise documental integrativa de diferentes fontes (bibliográfica, político-administrativa e experiencial).

Resgatando a história natural

O corredor orográfico formado pelas escarpas do Morro Ferrabrás, em Sapiranga, que se estende até Serra Grande, em Três Coroas/Gramado, na antiga região de colonização alto-montana do Vale do Rio Dos Sinos (Figura-1), dada a sua importância para conservação do patrimônio histórico e da flora e fauna regional, que justificou sua inserção na estratégia global para conservação do sistema de Reservas da Biosfera da Unesco, foi tombada pelo Estado do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 1992),

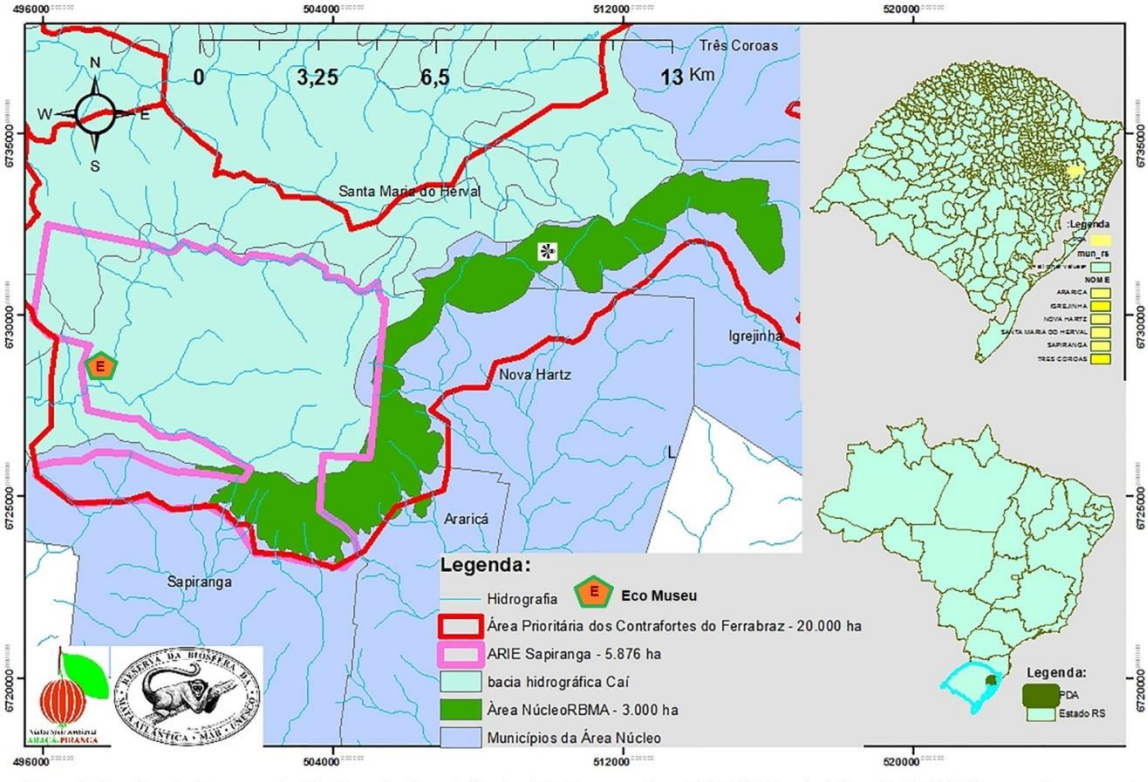
A Reserva da Biosfera do Moro Ferrabrás é um importante refúgio para 133 espécies de aves, 56 espécies de mamíferos, 18 espécies de répteis e anfíbios, 192 espécies de árvores e 16 epífitos, e um inestimado número de insetos e artrópodes presentes na região, muitas das quais endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção (Araçá-Piranga, 2007). E não poderíamos deixa de mencionar que a Serra do Ferrabrás é apontado como "um dos 25 melhores lugares para passarinhar no RS" (Jacobs; Fenalti, 2020, contra-capa).

Desde 2021 a Travessia Transmontana do Morro Ferrabrás ao Parque do Caracol-RS integra a Rede Brasileira de Trilhas (Duarte; Konrath; Engers, 2022), que conecta um mosaico de quatro unidades de conservação (ARIE M. Ferrabrás, Parque das Laranjeiras, Parque dos Pinheiros e Parque do Caracol), do Planalto das Araucárias-RS. A sua localização estratégica em relação aos principais modais de transporte aéreo e rodoviário da região metropolitana há menos de 100 km de Porto Alegre, e há pouco mais de 50 km do polo turístico serrano da região das Hortênsias (Gramado-Canela-S.Francisco de Paula), que da existência de uma série de empreendimentos de turismo rural, gastronômico e recreativo ao longo do seu percurso, representa um caminho promissor para implementação de uma autêntica rota ecoturística colonial (Figuras - 1, 2, 3, 4 e 5) .

Situada na extremidade Noroeste da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica-RBMA, no interior da ARIE do Morro Ferrabrás, o futuro Ecomuseu da Mata Atlântica – RPPN Capim-Limão, evidencia a relevância desta antiga paisagem cultural para proteção do patrimônio natural e cultural da colonização da Mata Atlântica. Além de 11 sítios arqueológicos tombados no Museu Antropológico de Taquara, um sítio histórico nacional de conflito messiânico não-reconhecido, essa paisagem também foi cenáro de duas obras importantes da cinematografia nacional, “A paixão de Jacobina” e “O Livro do Walachay”.

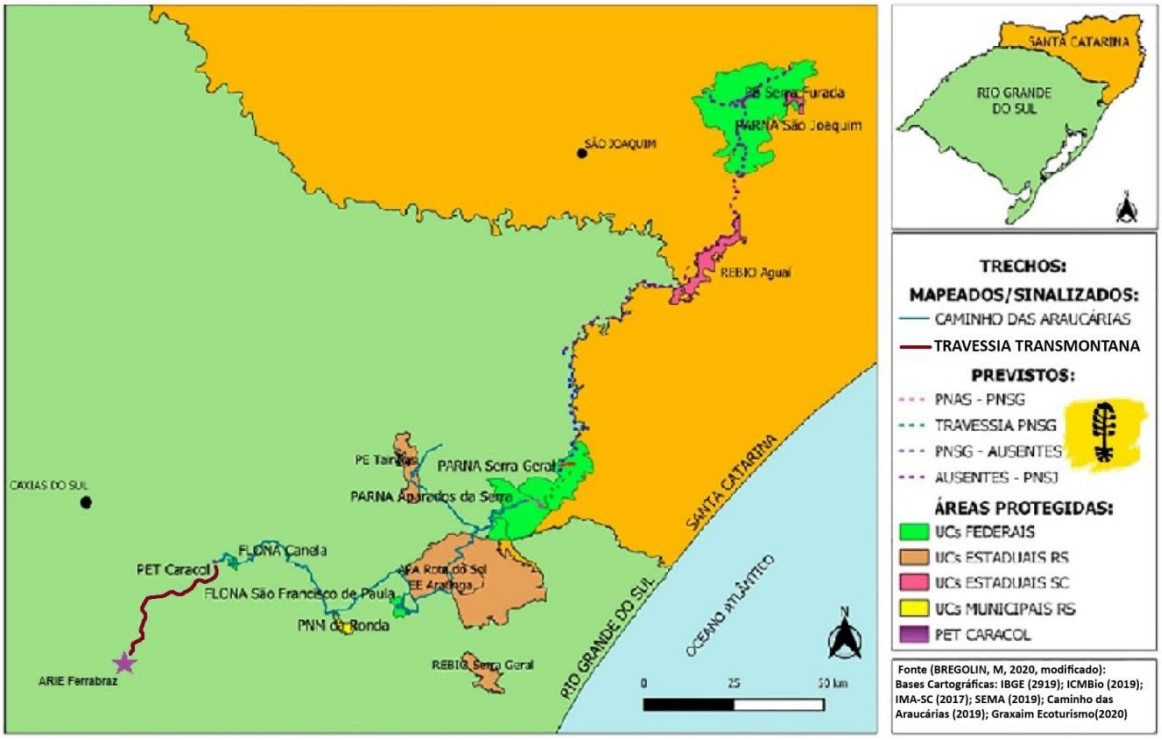
E graças ao protagonismo de um obstinado grupo de profissionais e amantes das Ciências, das Artes e da Natureza, que se propõem a preservar e divulgar essa valiosa história científica, natural e cultural da colonização do extremo Sul do Brasil, a criação do Ecomuseu da Mata Atlântica -- Reserva Particular do Patrimônio Natural Capim-Limão, ganha concretude por ocasião do Bicentenário da Imigração Alemã (1824-1924)

Figura 1. Mapa da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Morro Ferrabrás-RS.



Fonte: (Araçá-piranga, 2007).

Figura-2. **Mapa ilustrativo da Rede Brasileira de Trilhas-RS, com linha azul-claro indicando o trajeto da Travessia Transmontana** *(https://youtu.be/MTWvrSoZv1M)*



Fonte (Adaptado de Omena & Bregolin, 2020).

Figura -3. Ponto de sinalização e abastecimento para trilheiros na passagem do Arroio Feitoria, na ARIE do Moro Ferrabraz, em Sapiranga-RS.



Fonte (Autor, 2022).

Figura-4. Aniversário de 7 anos da ARIE do Morro Ferrabrás e Capim-limão A&C



Fonte (Autor, 2023).

Figura-5. "Wanderung do Bicentenário da Imigração" ARIE do Morro Ferrabrás. Disponível em: (https://youtu.be/ptkXQ91Mr_c)



Fonte (Autor, 2024).

Revisitando a história cultural

A primeira descrição detalhada da Mata Atlântica que se tem conhecimento no Brasil, que dá uma ideia da rica sociobiodiversidade existente no Brasil nos primórdios da ocupação do território, não é um texto científico, mas epistolar, advindo de uma carta escrita ao Padre Geral da Capitania de São Vicente pelo jesuíta Pe. Joseph de Anchieta, em 27 de maio de 1560, que àquelas priscas eras já denunciava o desapreço do colonizador pela natureza (CNRBMA, 1997).

Já um dos primeiros trabalhos científicos de História natural e de Ecologia brasílicos que se tem notícia, da então nascente ciência europeia com DNA brasileiro, são fruto do prolífico trabalho desse imigrante polímata, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering (1850-1930). Nas suas viagens e excursões naturalistas pelo novo mundo, ele descreveu, nomeou e museografou para a ciência inúmeras espécies da avifauna sul brasileira que coletou nos arredores da Colônia do Mundo Novo (município de Taquara-RS) no Séc. XIX, onde residiu por volta de 1880, auxiliado pelo prof. Theodor Bischoff (Figuras - 6, 7 e 8).

Decerto poucos sabem que esta região também foi quintal de pesquisa deste expoente naturalista viajante -- pioneiro da conservação ambiental brasileira no Séc.

XIX. Este médico, naturalista e filósofo, foi o primeiro diretor do Museu Paulista e da Comissão de Zoologia do Instituto Histórico e Geográfico do Império, criador da 1ª. Estação Biológica da América do Sul (Estação Alto da Serra de Cubatão-SP), cujos serviços prestados à exaustiva catalogação e estudo da biodiversidade nacional, na sua maior parte foi exportada para Europa, e permanece desconhecida dos brasileiros.

Apesar da sua notória importância histórica para o desenvolvimento da História Natural, Zoologia e Antropologia do Rio Grande do Sul e do Brasil, muito poucos mais ainda sabem que a época em que residiu na "Colônia do Mundo Novo" (ex-distrito de Taquara), von Ihering realizou uma série de incursões e coletas na Serra do Ferrabrás, acompanhado do seu fiel colaborador Theodor Bischoff (Professor primário, taxidermista e ilustrador, residente na localidade de "Arroio Grande").

Dado que uma série de outros autores já discorreram com primazia sobre a vasta e plural produção científica na área da história natural, zoologia, paleontologia e antropologia do Dr. von Ihering (Avila-Pires, 1987; Losano, 1992; Nomura, 2012; Lopes; Podgorny, 2014), não nos cabe ousar fazer uma sistematização biográfica aqui. Antes disso, chamar atenção dos agentes da educação, ciência e cultura, para importância da valorização, salvaguarda e divulgação do legado científico biogeográfico deste ilustre alemão-brasileiro para essa antiga região colonial alemã.

Dentre tantas contribuições destaca-se o seu manuscrito histórico em colaboração com o colega europeu (Belerpetch & Ihering de 1885, apud Voss; Bencke, 2010), que permitiu que várias espécies da avifauna silvestre regional coletadas na Colônia do Mundo Novo fossem conhecidas pela ciência. Algumas das quais, hoje ameaçadas ou extintas, encontram-se preservadas apenas nos museus europeus.

É sabido que o apreciado café colonial da Serra Gaúcha tem origem no costume do café matinal servido e consumido pelas famílias da região colonial, visto que o desjejum precisava ser reforçado para nutrir bem e fornecer a energia necessária para o dia de trabalho exaustivo. Além disso, antes mesmo do advento do "turismo" com o produto de consumo de massa da Era Moderna, era graças à hospitalidade dos colonos que forneciam alojamento e refeição para os viajantes a trabalho.

O antigo casarão bicentenário em estilo enxaimel localizado na Estrada Henrique Flasch, No. 250,Cep: 93800-000, em Picada Verão, que atualmente abriga o Capim-Limão Arte & Café, foi construído por um dos primeiros contingentes de colonos alemães a se estabelecerem na região, a família Geib (~ 1826-1830). Além de promover a gastronomia regional, o artesanato, a música e a preservação do patrimônio histórico e

cultural da colonização alemã no extremo Sul do Brasil, o bendito estabelecimento se propõem a abrigar uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, a fim de proteger a flora e fauna da região alto-montana do Vale Dos Sinos que aí se encontra refugiada, e salvaguardar um rico acervo de ciências da natureza e artes integradas.

Na região de entorno há uma concentração de agroindústrias e pequena agricultura familiar, sítios de lazer, balneários e trilhas ecológicas, inserida na rica paisagem cultural da Reserva da Biosfera do Morro Ferrabrás. Além de berço do voo-livre, do "mountain-bike" e do "trail-runn" no estado do Rio Grande do Sul, o lugar já se tornou destino popular de excursionistas, praticantes de esportes de aventura e amantes da natureza, habitantes da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Figura - 6. "Acontecimento" na subida para Picada Verão, Leonerhoff, Séc.XIX. (foto menor: Herman von Ihering e esposa)



Fonte (Anônimo, s/d). Não há correspondência espaço-temporal entre as imagens.

Figura–7. Antiga residência do prof. Theodor Bischoff, na "Picada Solentária". Ainda existente na Pic. Solitária-Igrejinha (R.Willibaldo Young, S/N).



Fonte (Autor, s/d).

Figura -8. Comunidade de agricultores familiares remanescentes de colonos imigrantes Hünzrikich nda ARIE Morro Ferrabrás, Sapiranga-RS.



Fonte (Autor, 2004).

Desse modo, o Eco Museu vem promover a educação patrimonial biocultural através da visibilização desse rico patrimônio histórico da humanidade, desconhecido sobretudo pelas novas gerações do campo e "novos migrantes" empurrados para a zona rural pela fronteira urbana desordenada da megacidade contemporânea. E fortalecer a identidade cultural da comunidade de colonos imigrantes remanescentes de origem "Hunzrükich" (Altenhofel; Morello, et al, 2018) dessa antiga região colonial do alto vale do Rio dos Sinos, palco de uma significativa produção imagética, literária e científica regional e nacional, porém ainda desprestigiada pela população local. Melhor dizendo, por uma história colonialista de extermínio e apagamento das identidades/diversidades.

Considerações finais

Em nível global o estudo da equipe do Prof. Golden-Kroner publicado na prestigiada Revista Science, demonstram a situações e tendências muito preocupantes em relação às alterações no "status de conservação" de áreas protegidas no mundo, sujeitas a recategorizações, desafetações e extinções de áreas protegidas que vão na contramão da bioeconomia verde e tendem a se intensificar num cenário de dificuldade de recuperação diante da maior crise econômica global dos últimos 100 anos desencadeada pela Pandemia Covid-19 (Golden-Chroner et. al., 2019, p.4)

Apesar do visível acréscimo nos últimos 30 anos, o Brasil e o estado do Rio Grande do Sul ainda dispõem de espaços e recursos insuficientes para preservação, salvaguarda e divulgação do seu rico patrimônio biológico e cultural. Outros obstáculos substantivos nesse sentido dizem respeito ao letramento científico e cultural insuficientes, e o próprio valor que a sociedade dá à preservação da sua história, somados ao desafio societário de como esse conhecimento é assimilado na sociedade da informação.

Nesse cenário distópico o dito "turismo de experiência" (cultural, ecológico, religioso, esportivo...), surge com um papel icônico e mobilizador inestimável diante do atual cenário desencorajador de mudanças climáticas globais, do ritmo de erosão da sociobiodiversidade, e da crescente "solastalgia" da perda da experiência com lugar nas sociedades urbanizadas.

Busca-se, assim, nesse "ensaio experiencial" reivindicar a urgente preservação do legado material e imaterial ameaçado deste território de ocupação ancestral da Mata Atlântica do extremo-sul global, a fim de garantir a preservação da memória e identidade cultural das atuais e futuras gerações.

Referências

ABAP. Carta Brasileira da Paisagem. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas, 21 out. 2010.

ALTENHOFEL, Cléo Vilson; MORELLO, Rosângela, et al. **Hunrückish** – Inventário de uma língua do Brasil. Florianópolis: Ed. Guapuruvu, 2018.

ARAÇÁ-PIRANGA. Projeto PDA-192MMA: Estudo para Criação de Unidade de Conservação na Área Núcleo da Reserva da Biosfera dos Contrafortes do Ferrabraz, in: J. COLLING, L; F. STUMPF (Eds.). **Contrafortes do Morro Ferrabraz: Reserva da Biosfera,** GTZ/KFW/Núcleo Sócioambiental Araçá-piranga/Já Editora, 2008.

AVILA-PIRES, De Fernando Dias. Introdução à Mastozoologia do Brasil Meridional. ***Revta. Bras. Zool. S.Paulo*** , v.4 (2), p. 115-18 3.iii 1987.

BRASIL. Portaria MMA/MTur, Nº 407, de 26 de março de 2018-b. Implementa a Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso. Poder Executivo. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2018.

CNRBMA. Carta de São Vicente, 1560. **Cadernos do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Cad. No.7. São Paulo: MMA/IFSP, p.9-35, 1997.

DEAN, W. **A Ferro e Fogo: A História da devastação da Mata Atlântica brasileira**, Companhia das Letras, 1994.

DUARTE, M; KONRATH, J. D; ENGERS, F.M. ACTION PLAN FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (SDGs 03, 15, 17): Executive Summary of the Voluntary Extension Action 'Initiative Transmontan Crossing from A.R.E.I. Morro Ferrabraz to S.T.P. of Caracol-RS' (BTN/SURGS). **1º.Simpósio Gaúcho de Trilhas de Longo Curso.** Rede Brasileira de Trilhas. Santa Maria, 17-18, jun. 2022. Disponível em: :>https://www.researchgate.net/publication/361596853_ travessia_ transmontana_ plano_ de_acao_para_sustentabilidade-RBT> e < https://youtu.be/MTWvrSoZv1M.>

GOLDEN KRONER, Rachel; QIN, S; COOK, C.N; KRITHIVASN, R; PACK, S; BONILLA, O; CORT-KANSINALLY, K.A; COUTINHO, B; FENG, M; MASCIA, M.B. The uncertain future os protected lands and waters: patterns, trends and causes of PADDD in Amazonia. ***Science,*** v. 364, n. 6443, p.881-886, may. 2019.

JACOBS, Fernando; FENALDI, Paulo. **Aves do Rio Grande do Sul – Guia de Identificação**. Pelotas: Ed. Aratinga, 2020.

KONRATH, Júlio; STUMPF, L. F. **Photoausstellung: A.R.I.E Morro Ferrabraz - Um ano depois da Lei 5900/2016, o que foi feito?** (Exposição). Galeria da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre-RS: Núcleo Socioambiental Araçá-piranga/ Gabinete Deputada Regina Becker (AL-RS), 17-27, mai. 2017.

LOPES, Maria Margaret; PODGORNY, Irina. Entre mares e continentes: aspectos da trajetória científica de Hermann von Hiering (1850-1930). ***História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro***, v. 21, n. 3, p.809-826, jul/set. 2014.

LOSANO, Mário G. Um precursor da Ecologia no Brasil: Hermann von Ihering. ***Revista USP***, n.13, p.88-99. 1992.

MEDEIROS, Rodrigo; YOUG, Carlos Eduardo Frickman. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional Relatório Final. Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversiade. Brasília: UNEP/WCMC, 2011.

NOMURA-HITOSHI. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. ***Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan***, v.viii (1), p.9-60, jan/jun, 2012.

OMENA, De Michel Tadeu R.N; BREGOLIN, Michel. A Importância das Trilhas Regionais para RBTLC. ***Ambiente & Sociedade, São Paul***o, v.23. p.1-21, 2020.

QUAMMEN, David. How National Parks Tell Our Story — and Show Who We Are. ***National Geopgraphic Magazine***, Washington D.C. jan. 2016. [s.p]. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/%20magazine/2016/01/national-parks-centennial/ > Acesso: 1º Abr. 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Edital de Tombamento n.38, de 21 julho de 1992. Institui a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Estado da Cultura. **Diário Oficial do Estado**. Poder Executivo. Porto Alegre, 21 jul. 1992.

SAPIRANGA, Lei n. 5.900, de 13 de maio de 2016. Dispõem sobre a criação da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro Ferrabrás. Poder Legislativo. Sapiranga, 13 mai, 2016.

SEMA-RS. LPER-209. Licença Prévia da LT525Kv Capivari do Sul a Guaíba III - PROJETO PAMPA. Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul. Portal do Sistema de Licenciamento Online. Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível: < https://secweb.procergs.com.br/sra/> Acesso em: 10 de maio de 2019

VOSS, W.A; BENCKE, G.A. Berlpletsch & Ihering, 1885. FZB-RS: Porto Alegre, 2010 (trads). Apud von BERLEPSCH, H. & von IHERING, H. **Aves dos arredores de Taquara do Mundo Novo, Província do Rio Grande do Sul. Parte I- Introdução descrição da região de Taquara, por von Ihering.** Zeitscrift für gesammle Ornithologie, Budapest, v.2. p. 97-184, 188.

Quadro-1. Produção científica de H. von Ihering sobre história natural e cultural das colônias do novo mundo no Brasil meridional.

DATA	TÍTULO	MEIO	ÁREA
1881	Uber tie Colonie Mundo Novo. ***Export. III Jahrb***., p.535. **[1]**	Relatório	Estatítica
1882	Ueber Schitenbildung durch Ameisen (Atta cephalotes). Briefliche Mittelung aus Mundo Novo, Rio Grande do Sul. ***Neues Jahrbuch für Mineralogia, Geologie and Paleontologie***, 1: 456-457.**[1]**	Artigo	Geologia
1883	Witterungs- und Gesundheitsverhältnisse von Süd-brasilien. ***Welt-Post-blätter für deutesche Auswanderung, Kolonization und Weltverkehr Leipzig***, pp. 169-171. [**1]**	Artigo	Geografia
1883*	Die Deutch-brasilianische Ausstellung in Porto Alegre. ***Unsere Zeitung, Leipzig***, 1: 263-290.	Resenha	Comunicação/ Inovação
1885	Die Colonie São Lourenço. ***Deutsche Colonial Zeitung***, 2: 460-463. [**1]**	Artigo	Geografia
1885	H. von Belerpletch und H. von Ihering – Die Vögel der Umgegend von Taquara do Mundo Novo. Prov. Rio Grande do Sul. ***Zeitschrift die gesammte Ornithologie***, pp. 97-185.[**1]**	Artigo	Zoologia
1887	Ornithologische Forschung in Brasilien, ***Ornis***, pp. 1-13. [**1]**	Artigo	Zoologia
1887	Die Vogel der Lagoa dos Patos. ***Zeitschrift für gesammte Ornithologie***, (10-11): 289-343. [**1]**	rtigo	Zoologia
1887	Das südliche Koloniengebeit von Rio Grande do Sul. ***Dr.A.Pettermans Geographische Mittheilungen***, (10-11): 289-343. [**1]**	Artigo	Geografia
1887	Zur Kenntniss der Vegetation der südbrasilianischen Subregion. ***Das Ausland, Wochenscrift für Länder und Volkerkunde***, (41): 801-805 **[1]**	Artigo	Fitogeografia
1891*	As árvores do Rio Grande do Sul. ***Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para o Anno de 1892, Porto Alegre***, 8: 164-196 **[1]**	Resenha	Botânica/ Conservação
1892*	Os mamíferos do Rio Grande do Sul. ***Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para o Anno de 1892, Porto Alegre***, 9: 9-96 **[1]**	Ensaio	Zoologia/ Conservação
1893	Die Süsswasserfiche von Rio Grande do Sul. ***Koseritz Deutcher Volkskallender***, Porto Alegre, pp. 1-36 **[1]**	Ensaio	Zoologia
1895	O Território da Flora Neotropical e sua história. Apud. E.W. Daffert – Collecções dos Trabalhos Agrícolas extrahidos dos Relatórios Annuaes do Instituto Agronômico de Campinas, São Paulo. Typ. da Companhia Industrial de São Paulo, 352 pp. 1888-1890: 115-156. **[1]**	Resenha	Fitogeografia/ Agronomia
1895	A Civilização prehistórica do Brazil meridional. ***Revista do Mueseu Paulista***, 1: 33-164 **[1]**	Artigo	Antropologia
1895*	Bibliographia. A) Os Museus da América do Sul, B) Livros e folhetos. Revista do Museu Paulista, 1: 223-231. **[1]**	Resenha	Comunicação/ Museografia
1898	Os peixes d'água doce do Estado do Rio Grande do Sul. ***Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para o Anno de 1898, Porto Alegre***, 14: 161-190.	Resenha	Zoologia/ Piscicultura
DATA	**TÍTULO**	**MEIO**	**ÁREA**

1899*	As aves do Estado do Rio Grande do Sul. ***Annuario do Estado do Rio Grande do Sul para o Anno de 1898, Porto Alegre***, 15: 113-154. **[1]**	Ensaio	Zoologia/ Comunicação
1899	Critical notes on the zoogeographical relations of the avifauna of Rio Grande do Sul. ***The Ibis***, p. 432-436. **[1]**	Artigo	Zoogeografia
1900	Catalogo crítico-comparativo dos ninhos de ovos das aves do Brasil. ***Revista do Museu Paulista***, 4: 191-300.	Catálogo	Zoologia/ Biogeografia
1902*	Necessidade de uma lei federal de caça e proteção das aves. ***A Lavoura, Rio de Janeiro***, 5: 290-303. **[1]**	Opinião	Política ambiental
1903	El Hombre Prehistorico del Brasil. ***História, Buenos Aires***, 1: 161-170 **[1]**	Artigo	Antropologia
1904	A origem dos sambaquis. ***Revista do Instituto Historico e Geographico S.Paulo***, 8: 446-460 **[1]**	Artigo	Antropologia
1906	A ethnologia do Brazil meridional. ***Revista do Instittuto Histórico e Geográfico de S.Paulo***, 11: 229-236 **[1]**	Artigo	Antropologia
1907	Os machados de pedra dos índios do Brazil e seu emprego nas derrubadas do matto. ***Revista do Instittuto Histórico e Geográfico de S.Paul***o, 12: 426-432. **[1]**	Artigo	Antropologia
1907	A distribuição dos Campos e Mattos no Brazil. ***Revista do Museu Paulista***, 7: 189-202. **[1]**	Artigo	Fitogeograifa
1907	A organização actual e futura dos Museus de história natural. ***Revista do Museu Paulista***, 7: 431-449 **[1]**	Ensaio	Museologia
1911	Os mammíferos do Brazil Meridional – I Contribuição. ***Revista do Museu Paulista***, 8: 147-272	Ensaio	Zoologia
1911*	Devastação e conservação das mattas. ***Revista do Museu Paulista***, 8: 485-500 (Conferência na Universidade Popular de Piracicaba, 23 de dezembro de 1910) **[1]**	Conferência	Biogeografia Conservação
1912	A ethnographia do Brazil meridional. **Actas del XVII Congresso Internacional de Americanistas, Buenos Aires**, pp. 250-264. **[1]**	Resumo	Etnologia
1914*	Proteção às Aves. ***Revista do Museu Paulista***, 9: 316-332. **[1]**	Artigo	Zoologia Conservação
1914	Os bugios do gênero Allouatta, ***Revista do Museu Paulista***, 9: 231-280. **[1]**	Artigo	Zoologia
1921*	Ernst Haeckel y la juventud academica del año 67 por El Dr. H. von Ihering, ***Physis,*** 5: 93-97. **[1]**	Biografia	Comunicação/ Ecologia
1927	The geopgraphic origin of birds of South Amerika. ***The Ibis***, pp. 427-442. **[1]**	Artigo	Biogeografia

Legenda: [1] NOMURA, Hitoshi. Hermann von Ihering (1850-1930), o Naturalista. ***Cadernos de História da Ciência – Instituto Butantan***, v.viii (1), p.9-60, jan/jun, 2012. **[--]** Grifo **verde**: política ambiental; **[--]** Grifo **cyano**: **literacia científica**; **[--]** Grifo **vermelho:** história da ciência.

SOBRE AUTORAS E AUTORES

Adriano Siqueira Avelo – Doutorando em História – PPGH/UFSM. Professor da SEDUC-RS.

Alice Jungblut Braun – Movimento Curadoria e Projetos Culturais.

Amanda Timmen Mello – Mestranda em Estudo da Linguagem (Sociolinguística) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ana Luiza Schneider – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Andre Huyer – Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. E-mail: andre@huyer.arq.br.

Beatriz Hellwig Neunfeld – Aluna de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação-FAE da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, integrante do grupo CEIHE (Centro de Estudos de Investigação em História da Educação). Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande/FURG. Professora de História no Estado do Rio Grande do Sul.

Cassiano Miglia Vacca – Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul (PPGHIS/UCS).

Claudia Schemes – Doutora em História; professora do PPG Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, RS. E-mail: claudias@feevale.br.

Cristine Fortes Lia – Doutora em História – PUCRS. Professora do Programa de Pós-Graduação em História, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Curso de História da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: cflia@ucs.br.

Daniel Alexandre Nunes – Mestrando em Desenvolvimento Regional pela FACCAT/RS. E-mail: danielnunes@sou.faccat.br.

Dieila dos Santos Nunes – Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, FACCAT/RS. Email: dieilanunes@faccat.br.

Doris Rejane Fernandes – Doutora em História. Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT. Instituto Histórico de São Leopoldo.

Denise Blanco Sant Anna – Doutora em Processos e Manifestações Culturais, professora do PPG Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, RS. E-mail: denise@feevale.br.

Douglas Márcio Kaiser – Doutorando e Mestre em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo, RS. E-mail: douglas.mkaiser@gmail.com.

Eduarda Farias da Silva – Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT) e Movimento Curadoria e Projetos Culturais.

Eliana Gasparini Xerri – Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em História (PUCRS), professora/pesquisadora da Graduação e do PPGHis Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Ernani Mügge – Doutor em Letras e Docente da Universidade Feevale.

Fernanda Gälzer – Mestra e doutoranda em Processos e Manifestações Culturais e graduada em História pela Universidade Feevale. Bolsista PROSUP-CAPES.

Fernando Henrique Platt – Biólogo, Mestre em Botânica (PPGBot/UFRGS).

Graziela Muterle Tonello – Discente de Licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Günter Weimer – Arquiteto e urbanista pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS, da UNISINOS e da FA-PUCRS, ex-docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros e 200 artigos científicos e de divulgação. E-mail gunterweimer@gmail.com.

Jean Carlo Rosa Durigon – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Bolsista CAPES.

Jean Jeison Führ – Mestre e cientista social licenciado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Sociólogo graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Especialista em Saúde Pública pela AVM Faculdades Integradas. Graduando em Direito - Ciências Jurídicas pela Universidade FEEVALE.

Jéssica Pereira da Costa – Doutoranda em História – UCS. Professora da rede pública de ensino do estado do Rio Grande do Sul e do município de Farroupilha/RS. E-mail: jpcosta1@ucs.br.

João André Pinto Da Silva – Graduado em História pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel/Polo UAB Sapiranga. E-mail: andreespiritovitale@gmail.com.

João Vitor Sand Theisen – Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB).

Julia Wartchow – Arquiteta e Urbanista, Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/ UFRGS).

Juliana Camelo – Mestra em História pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Atualmente trabalha no Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados SJMR São Leopoldo como Analista Social.

Júlio Deuner Konrath – Doutor em Ecologia. Extensionista RBT/CoA-POA. E-mail: juliokonrath@hotmail.com.

Kalinka de Oliveira Schmitz – Doutora em História - Unisinos/ANPHCTB/Seduc – RS.

Karen Laiz Krause Romig – Doutoranda e mestra em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Integrante do grupo CEIHE (Centros de Estudos e Investigações em História da Educação) da UFPel. E-mail: karenlaizromig@gmail.com.

Leandro Moreto da Rosa – Mestrando em Mestrando em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale.

Luciane Leipnitz – Docente da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Magna Lima Magalhães – Doutora em História. Docente do curso de História e do Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale.

Marcelo Armellini Corrêa – Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor titular da rede municipal de ensino de Gravataí.

Marilu de Freitas Faricelli – Programa EHPS – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). E-mail: mariluffaricelli@gmail.com.

Marina Rodrigues de Sousa – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Marta Rosa Borin – Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM).

Patrícia Weiduschadt – Possui doutorado em Educação, ênfase em História da Educação pela UNISINOS (2012) e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2007) na mesma linha. Atualmente atua profissionalmente como Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas, lotada no Departamento de Fundamentos da Educação - Faculdade da Educação e como pesquisadora no Programa de Pós Graduação em Educação da mesma unidade e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel.

Riam Fagundes – Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista PROBIC-FAPERGS.

Rodrigo Luis dos Santos – Graduado, mestre e doutor em História pela UNISINOS. Docente da Área de Humanidades, vinculado aos Cursos de Graduação (Licenciatura e Bacharelado) e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. E-mail: rlsantos4@ucs.br.
]

Rosalina Luiza Cassol Schvarstzhaupt – Doutoranda em Turismo e Hospitalidade pela Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Sandra Cristina Donner – Doutora em História pela UFRGS e mestra em Museologia pela mesma instituição. Docente das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT.

Simone Gomes de Faria – Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

Vania Beatriz Merlotti Herédia – Professora Titular da Universidade de Caxias do Sul (1977-2022), doutora e pós-doutora em História pela Università degli Studi di Genova e de Padova. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo desde 2006. E-mail: vbmhered@gmail.com.

Vania Inês Avila Priamo – Mestre em História pela UNISINOS. Membro do Instituto Histórico de São Leopoldo. E-mail: vaniainespriamo@gmail.com.

Vítor Mateus Viebrantz – Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. E-mail: 171405@upf.br.

Yves Marcel Seraphim – IPHAE/UFRGS-PPGAS.

Os textos reunidos nesta obra são resultado de diversas e variadas pesquisas apresentadas no Seminário Internacional "História das migrações no contexto dos 200 anos de migrações alemãs para o Brasil" e XXV Simpósio de História da Imigração e Colonização, organizados pelo Instituto Histórico de São Leopoldo em parceria com a Faculdades EST e alusivos ao bicentenário das migrações alemãs para o Brasil. São esforços de dezenas de pesquisadores/as para a produção de novas percepções e interpretações sobre a temática da imigração e abordagens correlatas, assim como de análise e reflexão crítica sobre temas que, ao contrário do que alguns julgam e defendem, não são ultrapassados ou esgotados. Pelo contrário! Ainda há muito o que se investigar, debater, produzir, escrever e publicar.

OIKOS EDITORA

IHSL Instituto Histórico de São Leopoldo

ISBN 978-65-5974-311-7